

S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL

ANAIS

urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

ORGS.

Fernando Atique
Josianne Cerasoli

Realização:



EFLCH
Escola de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas

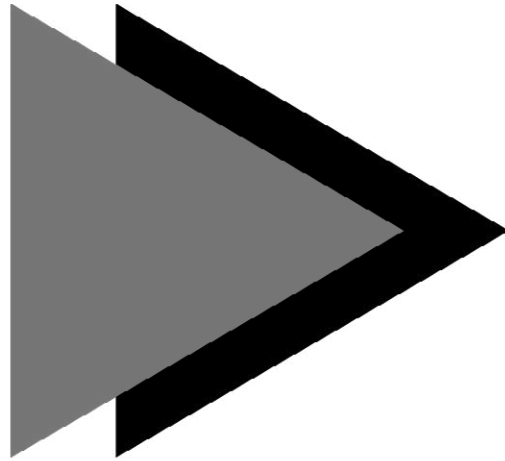


INSTITUTO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS



Apoio:





S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL

ANAIS

urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

ORGS.

Fernando Atique
Josianne Cerasoli

Prof. Dr. Fernando Atique - CAPPH / EFLCH - UNIFESP

Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli CIEC / IFCH - UNICAMP

Prof. Drdo. Carlos Thaniel Moura - CAPPH - UNIFESP e FFLCH - USP

Prof. Dr. Diógenes Rodrigues de Sousa - CAPPH - UNIFESP

Drdo. Leonardo Faggion Novo - CIEC - UNICAMP e CAPPH - UNIFESP

Msdo. Lucas Martinez Knabben - CAPPH - UNIFESP

Profa. Dra. Maíra Cunha Rosin - CAPPH/UNIFESP

Drda. Michele Aparecida Siqueira Dias - CIEC - UNICAMP e CAPPH - UNIFESP

Drdo. Osvaldo Bruno Meca Santos da Silva - CAPPH-UNIFESP e UFPR

Ms. Raissa Campos Marcondes - CAPPH - UNIFESP

Drda. Raquel Oliveira Jordan - CIEC - UNICAMP

Drda. Renata Geraissati Castro de Almeida - CIEC - UNICAMP e CAPPH - UNIFESP

Drda. Ruana Alencar Oliveira - CIEC - UNICAMP

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - EFLCH - UNIFESP

Diretor: Prof. Dr. Bruno Konder Comparato

Vice-Diretora: Profa. Dra. Sandra Regina Leite de Campos

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH - UNICAMP

Diretora: Profa. Dra. Andréia Galvão

Diretor Associado: Prof. Dr. Michel Nicolau Netto

Serviço Social do Comércio - SESC Guarulhos

Gerente: Oswaldo Almeida Júnior

Gerente Associada: Maria Rita Oriolo

Coordenador de Programação: Johnny Walter Queiróz Abila

RELATORIA

Eixo 1 - Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade - IAU / USP

Eixo 2 - Profa. Dra. Sarah Feldman - IAU / USP

Eixo 3 - Prof. Dr. Rodrigo Santos de Faria - FAU/UnB

Eixo 4 - Profa. Dra. Paola Berenstein Jacques - UFBA

SUUB EM PAUTA - CONVIDADOS

Eixo 1 - Professora, PhD, Cristina Mehrtens - UMass Dartmouth (EUA)

Eixo 2 - Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos - UFRRJ

Eixo 3 - Professor, PhD, Leandro Benmergui - SUNY Purchase (EUA)

Eixo 4 - Profa. Dra. Sabrina Studart Fontenele Costa - Escola da Cidade

Amália dos Santos - Escola da Cidade
Amilcar Torrão Filho - PUC-SP
Ana Barone - USP
Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro - USP
Beatriz Bueno - USP
Carolina Pescatori - UnB
Cristina Schicchi - PUC-Campinas
Dilton Lopes - UFBA
Elisângela de Almeida Chiquito - UFMG
Fabio Alexandre dos Santos - UNIFESP
George Dantas - UFRN
Inês Martina Lersch - UFRGS
Janes Jorge - UNIFESP
José Carlos Huapaya Espinoza - UFBA
Junia Ferreira Furtado - UNIFESP
Luis Ferla - UNIFESP
Marcus Vinicius Dantas de Queiroz - UFCG
Mariana R. Boghosian Al Assal - Escola da Cidade
Nilce Cristina Aravecchia-Botas - USP
Rafael Urano Frajndlich - UNICAMP
Renato Leão Rego - UEM
Ricardo Trevisan - UnB
Rita Velloso - UFMG
Rodrigo Bastos - UFSC
Rodrigo de Faria - UnB
Rogério Monteiro de Siqueira - USP
Roseli D'Elboux - Mackenzie
Viviane Ceballos - UFCG

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Carlos Thaniel Moura

NOTA

Os textos presentes nestes Anais têm em seus/suas autores/autoras a responsabilidade pelo uso liberado de direitos autorais de imagens. Aos/às autores/autoras também incidem as responsabilidades pelas revisões gramaticais e de conteúdo. À Comissão Organizadora não recai qualquer ônus com o que aqui está publicado, desde que tenha sido explicitamente assinado por ela.

A quinta edição do Seminário Urbanistas e Urbanismos no Brasil (SUUB) contou com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Processo 2022/08012-7) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Processo 404986/2022-6)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

V Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil (5. :
2022 : on-line)

SUUB : Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil
[livro eletrônico] : urbanismos e nacionalismos :
anais / orgs. Fernando Atique, Josianne Francia
Cerasoli. -- São Paulo, SP : Universidade Federal de
São Paulo, 2022.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87312-59-0

1. Arquitetura 2. Urbanismo I. Atique, Fernando.
II. Cerasoli, Josianne Francia. III. Título.

22-129623

CDD-711

Índices para catálogo sistemático:

1. Urbanismo 711

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

12 DE OUTUBRO - QUARTA-FEIRA [ON-LINE]

MARATONANDO O SUUB (preparação com visualização dos vídeos e leitura dos textos dos Anais)



13 DE OUTUBRO - QUINTA-FEIRA [ON-LINE]

MESA 1 - 9H30 ÀS 12H30

João Brum Rodrigues e Rachel Coutinho M. da Silva - *Urbanismo subalterno e sua expressão no uso e apropriação da laje na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil*

Leslie Loreto Mora Gonzalez e Rachel Coutinho M. da Silva - *Reflexões Sobre Assessoria Técnica Junto ao Coletivo Feminista no Rio De Janeiro*

Maíra Rosin - *Preciosas Estrangeiras, Meras Brasileiras: Prostitutas, origens e sua presença na São Paulo do início do século XX*

Maria Eduarda Azevedo - *Homens Caranguejo, Mangue e Cidade*



13 DE OUTUBRO - QUINTA-FEIRA [ON-LINE]

MESA 2 - 14H00 ÀS 17H00

Deborah Sandes de Almeida - *Entre Loteamentos e Automóveis: A Atuação das Organizações Novo Mundo em São Paulo*

Karen Alessandra Solek Soares - *Questão de Defesa Nacional: A Ocupação dos Vales Coloniais Sulinos da Faixa de Fronteira Nacional*

Mariana Fialho Bonates - *Entre a Burocracia e o Gênio: Os Planos Urbanos Iniciados na Era JK*

Rita Velloso - *América, ou Razões para a Teoria Crítica Urbana Ouvir Lélia Gonzalez*

Thais R. S. de Sant'Anna - *A Exposição Internacional do Centenário e o imaginário luso-brasileiro na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1920*



14 DE OUTUBRO - SEXTA-FEIRA [ON-LINE]

MESA 3 - 9H30 ÀS 12H30

Julia Dias Gomes e Marcia Maria Couto de Mello - *Relações Urbanas: urbanismo tático como instrumento articulador da cidade*

Leonardo Faggion Novo - *Flávio De Carvalho e o Homem Americano, Nu na Cidade*

Maria de Lourdes Martins Alves de Sousa, Flávio de Lemos Carsalade e Rogério Palhares Zschaber de Araújo - *O Reconhecimentos Dos Valores Da Paisagem Cultural Pela Comunidade e Implicações Para a Política de Proteção do Conjunto Moderno da Pampulha*

Philippe Arthur dos Reis - *A habitação como retórica da nação: investimentos, negócios e leis do Brasil no Congresso de Habitation à Bon marché de Bruxelas em 1897*

Rogério Rezende e Hilde Heyen - *Perspectivas Decoloniais Sobre Brasília e a Arquitetura da Cidade*

Samira Bueno Chahin e Paula Dedecca - *A infraestrutura escolar distribuída entre instituições e redes profissionais (UIA, UNESCO, BIE, INEP, 1950-1958)*



14 DE OUTUBRO - SEXTA-FEIRA [ON-LINE]

MESA 4 - 14H00 ÀS 17H00

Eliza Roberta Zanon e Eulalia Portela Negrelos - *Prestes Maia e Léo Ribeiro de Moraes em Londrina/PR: ideário, circulação e recepção de ideias do urbanismo*

Érick Aparecido de Lacerda - *O Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Divinópolis-MG: agentes, ideias e práticas*

Hugo Freitas da Cunha - *O Urbanismo e o Governo das Populações*

Joel Outtes - *"Conocer para Planear": O Primeiro Congresso Argentino de Urbanismo (1935), uma Aproximação*

Letícia Rocha de Santana e Virgínia Pitta Pontual - *Participação Social e Controle no Planejamento Urbano: Um Estudo Sobre as Instâncias Participativas do Plano Diretor do Recife 2018*

Vinícius Rafael Viana Santos - *O Urbanismo como disciplina no Brasil: Notas e questões para um debate*



15 DE OUTUBRO [PRESENCIAL, NO SESC GUARULHOS]

CREDENCIAMENTO (09H30-10H00)

SESSÃO DE RELATORIAS (10H00-12H40)

ENCERRAMENTO (12H40 - 13H00)

DEAMBULANDO / ROTEIROS TEMÁTICOS (15H00 ÀS 17H00)



APRESENTAÇÃO	11
EIXO 1 - DIMENSÕES DO POLÍTICO NO DISCURSO SOBRE A CIDADE	
Julia Dias Gomes e Marcia Maria Couto de Mello - <i>Relações Urbanas: urbanismo tático como instrumento articulador da cidade</i>	19
Leonardo Faggion Novo - <i>Flávio De Carvalho e o Homem Americano, Nu na Cidade</i>	39
Maria de Lourdes Martins Alves de Sousa, Flávio de Lemos Carsalade e Rogério Palhares Zschaber de Araújo - <i>O Reconhecimentos Dos Valores Da Paisagem Cultural Pela Comunidade e Implicações Para a Política de Proteção do Conjunto Moderno da Pampulha</i>	55
Philippe Arthur dos Reis - <i>A habitação como retórica da nação: investimentos, negócios e leis do Brasil no Congresso de Habitation à Bon marché de Bruxelas em 1897</i>	79
Rogério Rezende e Hilde Heyen - <i>Perspectivas Decoloniais Sobre Brasília e a Arquitetura da Cidade</i>	97
Samira Bueno Chahin e Paula Dedecca - <i>A infraestrutura escolar distribuída entre instituições e redes profissionais (UIA, UNESCO, BIE, INEP, 1950-1958)</i>	121
EIXO 2 - TECNOCRACIAS, INSTITUIÇÕES E DISPOSITIVOS DE PODER	
Eliza Roberta Zanon e Eulalia Portela Negrelos - <i>Prestes Maia e Léo Ribeiro de Moraes em Londrina/PR: ideário, circulação e recepção de ideias do urbanismo</i>	143
Érick Aparecido de Lacerda - <i>O Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Divinópolis-MG: agentes, ideias e práticas</i>	163
Hugo Freitas da Cunha - <i>O Urbanismo e o Governo das Populações</i>	189
Joel Outtes - <i>“Conocer para Planear”: O Primeiro Congresso Argentino de Urbanismo (1935), uma Aproximação</i>	209
Letícia Rocha de Santana e Virgínia Pitta Pontual - <i>Participação Social e Controle no Planejamento Urbano: Um Estudo Sobre as Instâncias Participativas do Plano Diretor do Recife 2018</i>	227
Vinícius Rafael Viana Santos - <i>O Urbanismo como disciplina no Brasil: Notas e questões para um debate</i>	247
EIXO 3 - TERRITÓRIOS, DESLOCAMENTOS E PROJETOS DE NAÇÃO	
Deborah Sandes de Almeida - <i>Entre Loteamentos e Automóveis: A Atuação das Organizações Novo Mundo em São Paulo</i>	269
Karen Alessandra Solek Soares - <i>Questão de Defesa Nacional: A Ocupação dos Vales Coloniais Sulinos da Faixa de Fronteira Nacional</i>	289

Mariana Fialho Bonates - Entre a Burocracia e o Gênio: Os Planos Urbanos Iniciados na Era JK	309
Rita Velloso - América, ou Razões para a Teoria Crítica Urbana Ouvir Lélia Gonzalez	329
EIXO 4 - URBANISMOS, CORPOS E MEMÓRIAS	
João Brum Rodrigues e Rachel Coutinho M. da Silva - Urbanismo subalterno e sua expressão no uso e apropriação da laje na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil	355
Leslie Loreto Mora Gonzalez e Rachel Coutinho M. da Silva - Reflexões Sobre Assessoria Técnica Junto ao Coletivo Feminista no Rio De Janeiro	375
Maíra Rosin - Preciosas Estrangeiras, Meras Brasileiras: Prostitutas, origens e sua presença na São Paulo do início do século XX	397
Maria Eduarda Azevedo - Homens Caranguejo, Mangue e Cidade	415

URBANISMOS E NACIONALISMOS: UMA ÍNTIMA RELAÇÃO

Fernando Atique

Josianne Francia Cerasoli

O original é infiel à tradução [...].

Jorge Luis Borges, 1946

2022, um ano repleto de efemérides midiáticas. O ano começou evocando o Centenário da Semana de Arte Moderna, ocorrida em 3 dias do mês de fevereiro de 1922 dentro do Theatro Municipal de São Paulo. A “Semana”, transformada, já na década de 1920, em evento seminal de uma Modernidade Nacional, infiltrou-se nas explicações didáticas e midiáticas de como o país se organizou para um destino de futuro pujante e industrial, associando ao grupo paulista que a organizou uma controversa herança, na forma complicada de uma ideia de origem e contribuição inegável reiterada ao longo do século. Esta demarcação, reproduzida e aceita por décadas na cultura histórica do país, introjetou uma percepção de contributo, protagonismo, liderança e potência paulista que foi exacerbada ao longo do século XX, e que, como se podia esperar, tem provocado estudos questionadores dos argumentos dos que professam ser o Modernismo paulista e datado de 1922. Este esquema explicativo, em resumo uma busca por consolidar supostas origens, originalidades e originais, guarda íntima relação com os demais que abarcam a história do urbanismo no Brasil. A batalha argumentativa por primazias, agentes-líderes, origens, relevâncias e planos “modelares” tem, ainda, permeado os argumentos de dezenas de artigos, aulas, livros, entrevistas e reportagens sobre as cidades que foram criadas neste trecho da América do Sul que costumamos chamar de país.

O nacionalismo, que foi mobilizado com dimensão apaziguadora de tensões e unificadora de disputas no século XIX, no século XX foi transformado em arma de postulação de regimes políticos autoritários e de organização de guerras mundiais, e, embora nem sempre seja lembrado por essa dimensão, a ênfase em elementos que poderiam reiterar um verniz de nacionalidade, de forma muito relacionada, alimentou o ato projetivo de bairros, cidades e até territórios. O urbanismo, visto como ciência já em sua formação nos oitocentos, chega ratificado ao século XX e o atravessa como fundamento da Modernidade, cuja matriz está na racionalidade instrumental, e expressão de processos de modernização, associados ao desenvolvimento de cada país. Quanto mais se buscasse no país atualizar e aperfeiçoar os instrumentos do urbanismo em seus espaços, ainda que distintos entre si, mais os projetos de país e de vida urbana se aproximariam, ao se mostrarem mais modernos, higiênicos, regrados e destinados ao sucesso civilizacional.



Desta maneira, 2022 também lida com esta herança argumentativa no Brasil, ao dar vazão aos eventos alusivos à celebração do bicentenário da independência política em meio a um ambiente de tensões e disputas certamente ainda mais intensas que aquelas moldadas pelo nacionalismo dois séculos atrás. Vivemos neste ano uma eleição para a presidência do país que, em todas as suas disputas, evoca estas estratégias desenvolvimentistas mais uma vez tingidas de verde e amarelo, e que têm, intencionalmente, agregado outras cores, desde muito silenciadas diante do que se convencionou chamar de nação. Diante de um discurso de fundo nacionalista que busca aplainar diferenças, colocam-se com força igualmente intensa pautas de múltiplas cores, como as de indígenas, escravizados, mulheres, imigrantes, refugiados, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiências, quilombolas, pardos, crianças e idosos.

Como se pensar, então, o fazer urbano, sem evocar para além do verde, amarelo, azul e branco impostos ao longo de processos tão tensos como nossas cores nacionais, esta diversidade de agentes do cotidiano?

Desde 2019, quando aceitamos o desafio de organizar a 5ª edição do SUUB - Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil - pensamos em tensionar as normalizações e cronologias que persistem como balizas para a produção histórica sobre as cidades e sobre a história do urbanismo. O tema “Urbanismos e Nacionalismos”, assim, veio como proposta de transcender a articulação causal entre criador e criatura que classicamente enfeixa os argumentos sobre a autoria e originalidade dos planos e decisões, colocando-se entre “quem” riscou uma cidade e quem nela arriscou existir.

Pensar os **Urbanismos e Nacionalismos** é uma tentativa de contribuir para o debate acerca do urbanismo no Brasil por meio das relações entre esse campo inter-multi-transdisciplinar. Este compromisso é, também, o de aproximar de forma mais intensa as discussões que a História tem a fornecer. Esta edição, originalmente prevista para ocorrer em setembro de 2021, foi adiada para outubro de 2022, em função das dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19, ela mesma, uma demonstração potente de que as fronteiras são construções etéreas, e que pouco sentido guardam dos efeitos causados pela exacerbação de exploração do planeta. Assim, esta edição do evento também pretende aprofundar o debate sobre campos disciplinares dedicados ao urbano. Primeira edição organizada por dois núcleos de pesquisa sediados em Departamentos de História que tradicionalmente têm se dedicado às discussões sobre as dimensões do urbano (CIEC - IFCH, da UNICAMP e CAPPH - EFLCH, da UNIFESP), o **V SUUB** procura aproximar as dinâmicas contemporâneas do fazer história do campo do urbanismo, como contribuição à tessitura das zonas de fronteira também disciplinares.

Na chamada de trabalhos esclarecíamos ser esta edição do SUUB especialmente interessada em “debates possíveis a partir das seguintes problematizações: sobre as representações; sobre as relações de escalas pensadas a partir das fronteiras - como o local, regional, global e o transnacional -; sobre as diferentes flexões e interpretações históricas



dos nacionalismos e sobre suas interpretações historiográficas. Compreendidos aqui como fenômenos modernos, as nações e os nacionalismos são entendidos como dimensões mutuamente implicadas, dada a busca pela elaboração de um passado mitificado - seja por meio da língua, dos aspectos culturais, das características sociais e das tradições - visando legitimar configurações políticas e territoriais do presente e projetos de futuro”¹

Recebemos contribuições preciosas a este respeito e, com o auxílio valoroso de 35 colegas de instituições de todo o Brasil, selecionamos 21 trabalhos, distribuídos em 4 eixos temáticos que buscam desdobrar distintas dimensões implicadas nessas aproximações críticas entre nacionalismos e urbanismos, da maneira como o evento propôs problematizar. Em síntese, podemos dizer que buscam discutir aspectos discursivos, instrumentais, institucionais e sensíveis ligados à temática de fundo, e podem ser descritos da seguinte maneira: **Eixo 1 - Dimensões do político no discurso sobre a cidade**, que busca agrupar trabalhos que pensem a política, seja por meio de discursos, espaços ou materialidades, em suas representações e manifestações no urbano, enfocando, também, as arquiteturas da cidade, monumentos, petições, abaixo-assinados, reivindicações e negociações do/e no fazer (d)a cidade. **Eixo 2 - Tecnoocracias, Instituições e dispositivos de poder**, que pretende reunir pesquisas e discussões acerca das instituições, profissionais e especialistas da cidade e os dispositivos criados a partir deles, como códigos legais, normativas e instrumentos de intervenção e ação que movimentam e estabelecem efeitos sobre a vida urbana. **Eixo 3 - Territórios, deslocamentos e projetos de nação**, que visa congrega reflexões que pautem diferentes escalas, voltando-se a dimensões do local, do regional, do nacional ou do global, relacionando-as com as territorialidades. Abarca ainda a possibilidade de discussão de novas cidades e de projetos urbanos e também questões sobre migrações e fluxos de deslocamentos entre territórios, e o **Eixo 4 - Urbanismos, corpos e memórias**, em que se busca aproximar discussões que levem em conta diferentes dimensões da vida urbana relacionadas às percepções do espaço pelos corpos, de maneira a enfatizar questões de gênero e raça, bem como sobre apagamentos de memórias e exclusões que segmentam o urbano. Busca também colocar em pauta o urbanismo e suas características disciplinares de maneira a mostrar as inter-relações entre projetos, discursos e memórias urbanas.

O primeiro movimento para alimentar as indagações propostas nos eixos foi a partir de especialistas envolvidos com pesquisas alinhadas, de distintas maneiras, à problemática de cada um destes eixos. Ouvimos especialistas como uma maneira de enriquecer e estimular o debate que propusemos. Desenvolvemos para isso o **SUUB em Pauta**, conjunto de quatro entrevistas, uma por eixo temático, disponibilizadas ao longo dos meses de preparação do evento, no canal do Youtube do Grupo CAPP-UNIFESP. O **SUUB em Pauta número 1**² contou com a contribuição da professora Cristina Mehtens, brasileira radicada nos Estados Unidos há mais de três décadas e docente e pesquisadora na *University of*

1 Apresentação e chamada de trabalhos. Disponível em <https://suub52022.wixsite.com/inicio>. Acesso em 17 set 2022.

2 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wc4ESgweK9s&t=19s>. Acesso em 17 set 2022.



Massachusetts Dartmouth, que rememorou dimensões importantes entre a produção da cidade e sua inescapável atitude política. O **SUUB em Pauta número 2**³ foi gravado com o professor Pedro Campos, docente e pesquisador na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que discorreu sobre as estratégias de produção da cidade e do território e as roupagens nacionalistas que muitos grupos desenvolveram para se aproximar de regimes ditatoriais, em especial no Brasil. O **terceiro SUUB em Pauta**,⁴ foi gravado com o professor Leandro Benmergui, docente e pesquisador na *State University of New York - SUNY*, argentino, radicado nos Estados Unidos e dedicado aos estudos do Brasil e da Argentina, que abordou, com precisão, as relações transnacionais da produção do urbano. E o **SUUB em Pauta número 4**⁵ foi gravado com a professora e pesquisadora Sabrina Fontenele Costa, docente na Escola da Cidade, em São Paulo, e curadora da Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, ocorrida em 2022, e pesquisadora dedicada aos estudos de gênero na arquitetura das cidades.

O evento, que ocorre, então, entre 12 e 15 de outubro, mescla reflexões, e se hibridiza no formato e na dinâmica, inclusive para acolher as retomadas prudentes que 2022 impõe também no âmbito acadêmico. O SUUB terá 4 sessões de apresentações de trabalhos, realizadas de maneira on-line, por meio da plataforma da RNP, a Rede Nacional de Pesquisa, gratuita e inteiramente desenvolvida no Brasil, e contará, ainda, com um dia de atividades presenciais, concebido por nós como estratégico para os possíveis desdobramentos do SUUB, para além da pauta que nos traz até aqui. Nesse momento de encontro e reflexão conjunta, teremos o olhar arguto de pesquisadores como Carlos Roberto Monteiro de Andrade, nosso Mancha, Paola Berenstein Jacques, Rodrigo Santos de Faria e Sarah Feldman, chamados para um balanço crítico das pautas do evento em diálogo com os desafios do campo de estudos e pesquisas em história urbana e do urbanismo na atualidade. Esse debate, em si desafiador, tem como sede o novíssimo equipamento urbano instalado na região metropolitana de São Paulo, o SESC Guarulhos. Acolhedor e desafiador, o SESC se constituiu em um parceiro em ao menos três frentes: viabilizar nossa sessão presencial do dia 15 de outubro em sua recém-inaugurada sede na segunda maior cidade do Estado de São Paulo, Guarulhos; proporcionar atividades de conhecimento conosco, no que chamamos de **Deambulando**, um conjunto de três roteiros feitos para fechar as reflexões sobre a produção da cidade, na cidade; aproximar as indagações de quem chega a um território complexo como esse às pesquisas e reflexões de quem tem dedicado tanta energia a conhecer e problematizar as distintas dimensões do urbano que nos constitui.

A equipe que tem sido a responsável pela produção deste evento, conta com pessoas que dedicaram, gratuitamente, suas energias, talentos, conhecimentos e incentivos. A Comissão Organizadora é, de fato, organizadora de fluxos, ideias, decisões e estratégias que viabilizam a realização desta edição do SUUB. Agradecemos, então, assim, a **Ana**

3 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=X0KSBU-7lco>. Acesso em 17 set 2022.

4 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=H5XkzEO6yVs>. Acesso em 17 set 2022.

5 Disponível em https://youtu.be/t_pevgFC5oM. Acesso em 06 out 2022



Carolina Alves, Carlos Moura, Diógenes Sousa, Leonardo Novo, Lucas Knabben, Maíra Rosin, Michele Dias, Osvaldo Meca, Raissa Marcondes, Raquel Jordan, Renata Geraissati e Ruana Alencar por serem parceiras e parceiros que abraçaram uma proposta e dela fizeram um encontro.

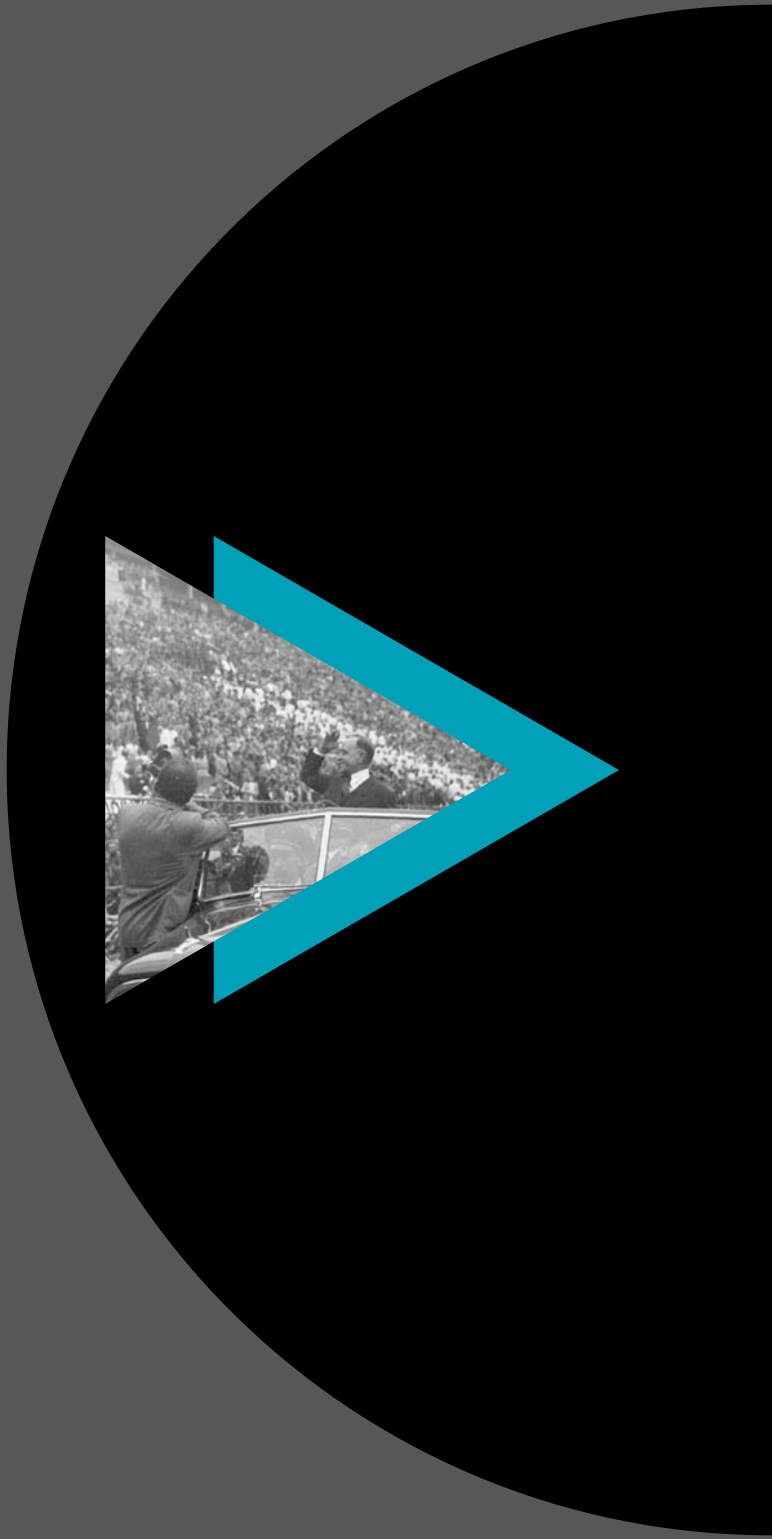
Agradecemos, também, às/ aos monitoras e monitores que se engajaram no suporte do evento, e ao CNPq e à FAPESP pela concessão de Auxílio que viabilizou parte importante do processo de feitura deste V SUUB. Estendemos, ainda, nossos agradecimentos à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unifesp, à Direção Acadêmica, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História e Chefia do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp; à Fundação de Desenvolvimento da Unicamp - FUNCAMP -, à Direção e ao Programa de Pós-Graduação em História do do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Assim, neste 2022, nosso convite se estende para além dos centenários comemorativos, para pensarmos os urbanismos e nacionalismos como fenômenos historicamente demarcados e constituídos, ambíguos e múltiplos, e que possam, por sua vez, tensionar o tema para dentro ou fora de suas próprias fronteiras, sejam elas regionais ou nacionais, de maneira a articular os fluxos de profissionais e conhecimentos, artefatos e técnicas, às diferentes construções e projetos de nação ao longo do tempo.





1



Dimensões do político no
discurso sobre a cidade



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

RELAÇÕES URBANAS: urbanismo tático como instrumento articulador da cidade

Urban relations: Tactical urbanism as an articulating instrument for the city.

GOMES, Julia Dias

Mestre. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano
juliadiasgomes@hotmail.com

MELLO, Marcia Maria Couto de

Doutora. Faculdade de Arquitetura da Bahia
marcia.mello@unifacs.br



Resumo

O termo Direito à Cidade, consolidado por Lefebvre no final da década de 1960 é constantemente discutido por sua equivalência e atemporalidade em razão das questões urbanas. Esse artigo busca estabelecer relações entre o urbanismo tático – urbanismo voltado à construção social e participação coletiva sobre as decisões de planejamento urbano, como ferramenta articuladora entre o espaço construído e a cidade em movimento (construção). Volta-se a permear um discurso entre a conexão do direito à cidade e a importância da participação coletiva como alternativa para alcançar as questões urbanas. Por meio de uma abordagem qualitativa, constrói-se uma linha de pensamento sobre as mudanças que ocorrem nas cidades ao longo do tempo e o poder de transformação social para planejar e criar espaços que transcendam o modelo engessado de planejamento urbano, baseado em decisões “de cima para baixo”. Nesse sentido, pretende-se discutir o tema das ações urbanísticas táticas como um elemento intermediário entre as posições defendidas principalmente por Lefebvre, por meio do direito à cidade e Mehotra e Benítez, com a teoria da cidade cinética. Volta-se a falar de conceitos sobre a crise do planejamento urbano e o neoliberalismo, sobre a questão da cidade cinética, aqui entendida como a cidade em transformação e construção, e a conexão da transitoriedade do espaço com o direito à cidade, estabelecido como ferramenta democrática, e aqui apresentado como elemento articulador entre eles, o papel do urbanismo tático, voltado à esfera social para a gestão democrática das cidades. Dotado de uma lógica “local”, o urbanismo tático representa a necessidade das pessoas e o vínculo ao espaço em que vivem, aproximando transformações espaciais e relações sociais dentro da esfera do planejamento urbano.

Palavras-chave: Urbanismo tático. Direito à cidade. Planejamento urbano.

Abstract

The term Right to the City, consolidated by Lefebvre in the late 1960s is constantly discussed for its equivalence and timelessness due to urban issues. This article seeks to establish relationships between tactical urbanism – urbanism focused on social construction and collective participation on urban planning decisions, as an articulating tool between the built space and the city in motion (construction). A discourse between the connection of the right to the city and the importance of collective participation as an alternative to reach urban issues is again permeated. Through a qualitative approach, a line of thought is constructed about the changes that occur in cities over time and the power of social transformation to plan and create spaces that transcend the plastered model of urban planning, based on "top-down" decisions. In this sense, it is intended to discuss the theme of tactical urban actions as an intermediate element between the positions defended mainly by Lefebvre, through the right to the city and Mehotra and Benítez, with the kinetic city theory. It returns to talk about concepts about the crisis of urban planning and neoliberalism, about the issue of the kinetic city, here understood as the city in transformation and construction, and the connection of the transience of space with the right to the city, established as a democratic tool, and presented here as an articulating element among them, the role of tactical urbanism, social sphere for the democratic management of cities. Endowed with a "local" logic, tactical urbanism represents the need of people and the link to the space in which they live, bringing together spatial transformations and social relations within the sphere of urban planning.

Keywords: Tactical urbanism. Right to town. Town planning.



RELAÇÕES URBANAS: urbanismo tático como instrumento articulador da cidade

No final da década de 1960, Lefebvre (2001) consolidava o termo Direito à Cidade no contexto das manifestações e reivindicações que ocorriam em Paris, devido às transformações físicas que se pretendiam, entre outros episódios, destruir bairros tradicionais para implantação de edifícios em altura. A leitura do autor sobre o cenário urbano naquela década propõe que o Direito à Cidade se caracterize como uma ruptura sobre a lógica das transformações urbanas difundidas pelo capitalismo. Posteriormente, na ampliação deste debate, autores como Friedmann (1993) e Harvey (2012), afirmaram que a cidade somente poderia ser assim chamada quando suas ruas pertencessem de fato aos cidadãos, o que seria demonstrado pelo controle sobre os atuais e futuros processos de urbanização.

A grande discussão derivada dos estudos de Lefebvre concentra-se na questão da igualdade ao acesso à cidade, como pontuam Brandhuber, Grawert e Ngo (2019), vista como um confronto no cerco aos terrenos comuns vinculando-os à exploração capitalista. Acompanhada pela privação dos bens comuns e de eventos como a crise financeira e incremento do neoliberalismo desde a década de 1970.

Apesar de o direito à cidade vir rodeado de questões sociais, a questão urbana ainda possui uma complexidade ao que se pode entender pela atuação e participação do indivíduo sobre o espaço urbano. Sassen (2016) pontua que as cidades se caracterizam como sistemas complexos, e apesar de incompletos, amparam as possibilidades de se fazer o urbano. O urbano sofre diferentes transformações, seja em escalas ou processos, não se referindo a apenas um processo estático, de modo que grandes desafios vêm sendo enfrentados tanto pelas principais tendências econômicas, como em processos causados pelo próprio crescimento urbano. Desta forma, a cidade acaba possuindo uma característica temporal, acima de sua dimensão urbana, onde os problemas urbanos podem encontrar algumas soluções sobre o também planejamento temporal. Ressalta-se a questão de entender temporalidade no sentido de transitoriedade, com a qual a cidade é ligada as mudanças nas quais ocorrem ao longo dos anos. O transitório, muitas vezes entendido como soluções que permeiam as cidades para um período de curto prazo, elevando o pensamento sobre soluções rápidas em problemas urbanos que podem ter efeito permanente.

O impacto na obra de Lefebvre ainda causa um grande debate sobre a esfera urbana. Nesse ponto, Levy e Marino (2020) discorrem que o autor coloca a cidade como um direito, e



não como um espaço de intervenção urbana. O propósito de prolongar o debate sobre o papel do indivíduo no cenário urbano toma forma a partir do momento que se pode pensar na atuação coletiva como uma dimensão sobre o debate do direito à cidade, proporcionando pontos de discussão do planejamento.

O planejamento urbano atual proporciona intervenções em larga escala estabelecidas de cima para baixo, controlando os processos e resultando em espaços sem memórias e articulações sociais. Desta forma, surgem ações práticas que propiciam o surgimento de um planejamento que envolve a sociedade nesse processo desde o início, propondo a construção do indivíduo como ser articulador do espaço.

A construção de ações sobre a paisagem temporal e efêmera busca apresentar a arquitetura não somente como espetáculo da cidade, mas ainda mais como algo que acompanha as mudanças que acontecem no espaço urbano. E, ante uma perspectiva na qual ocorrem mudanças contínuas de escala e demográficas, os problemas das cidades acabam por evoluir em ritmo bem superior às respostas possíveis do planejamento urbano, que resultam em um planejamento que encontra pouco tempo para pensar o futuro em virtude das demandas presentes.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo discutir a temática do urbanismo tático como elemento articulador entre as posições defendidas principalmente por Lefebvre (2001), por meio do direito à cidade, e Mehotra e Benítez (2017, 2018), com a teoria da cidade cinética. A metodologia adotada apoia-se na pesquisa qualitativa, com caráter exploratório, por possibilitar a intimidade com o problema, aperfeiçoando os conceitos que a tornem mais explícitos (GIL, 2002). Foram realizadas pesquisas documentais baseadas em artigos científicos, históricos e sociais centrados nas relações entre tempo e espaço no cenário urbano.

Neste sentido, pretende-se discutir o tema das ações urbanísticas táticas como um elemento intermediário entre as posições defendidas principalmente por Lefebvre, por meio do direito à cidade e Mehotra e Benítez, com a teoria da cidade cinética. Volta-se a falar de conceitos sobre a crise do planejamento urbano e o neoliberalismo, sobre a questão da cidade cinética, aqui entendida como a cidade em transformação e construção, e a conexão da transitoriedade do espaço com o direito à cidade, estabelecido como ferramenta democrática, e aqui apresentado como elemento articulador entre eles, o papel do urbanismo tático, voltado à esfera social para a gestão democrática das cidades.

Entre o neoliberalismo e a crise do planejamento urbano



A partir dos anos de 1990 começaram a aparecer em grande parte do globo novos grupos militantes e correntes de pensamento que retomaram o fio da contestação da ordem dominante. Destacam-se, nestas discussões, os efeitos nocivos do neoliberalismo que afirmam, fundamentalmente, a necessidade de uma nova ordem mundial, estruturada sobre princípios como o lucro e a exploração intensa dos recursos naturais. Consequentemente, os recursos comuns começaram a ser debatidos, apontando à gestão comunitária e democrática dos recursos como a resposta mais responsável, justa e duradoura dos mesmos (DARDOT E LAVAL, 2017).

Dardot e Laval (2017) descrevem que o triunfo da racionalidade neoliberal, a partir dos anos 1980, impulsionou a busca de um modelo urbano centrado em interesses econômicos que não levaram em conta a atuação as pessoas sobre as decisões de governo. A ênfase crítica recai então sobre uma apropriação do capital sobre os recursos naturais, espaços públicos e propriedades do estado.

É dessa mesma inquietação que Lefebvre (2001) se voltou sobre as consequências do crescimento urbano acelerado e sua preocupação com a racionalidade divulgada pelas cidades, quando retratou que o desenvolvimento urbano estava marcado por uma massiva imigração vinda das áreas rurais para as urbanas, e por uma mudança nas estruturas espaciais, onde o planejamento urbano funcionalista levou a uma reestruturação das áreas urbanas degradadas.

A produção social impulsiona esse discurso desde 1960, com a crise econômica ao final da década, levando à reconfiguração da produção capitalista. Ao longo dos anos seguintes, Schmid (2017) aponta o começo de movimentos sociais, partindo principalmente dos jovens, contra a baixa qualidade da vida urbana e demandando o cumprimento da promessa sobre a qual se apoia o direito à cidade. Estas lutas motivaram a sociedade a criar espaços alternativos de interesse cultural e centros de ocupação ilegal, resistência aos projetos de grande escala e lutas contra as diversas formas de gentrificação. Assim, os anos de 1970 e 1980 foram marcados pelas lutas sociais pelo espaço público e observadas em diversos países, como a Alemanha Oriental, Holanda, Suíça, Canadá, Estados Unidos, França e Ásia Oriental.

Nas metrópoles latino-americanas, depois de 1980, o urbanismo passa a se concentrar no resgate de centros históricos e locais que se voltam a processos de renovação das cidades. No entanto, até mesmo essa revitalização possui uma parcela excludente para um conjunto de cidadãos, principalmente no que se refere ao acesso ao espaço público, negando assim o direito à cidade, discutido com tanta força nessas décadas (GLEDHILL e HITA, 2018).



No contexto brasileiro, a década de 1960, é marcada pela retomada de movimentos sociais para a reforma urbana, especialmente após o final dos anos 1980, com promulgação da Constituição de 1988, que assegurava alguns direitos urbanísticos, foi então possível pôr em prática instrumentos de gestão pública sobre o planejamento urbano das cidades. Ainda que no processo de urbanização e lutas pelos direitos urbanísticos no Brasil tenha tido sucesso, com a Constituição, e mais tarde com o Estatuto da Cidade, as cidades brasileiras mesmo contendo obras do esforço coletivo, ainda são aproveitadas por poucos (BASSUL, 2002).

Conforme Harvey (2012), o discurso trazido pelo neoliberalismo com a livre concorrência sobre a ineficiência do estado, causa consequências no espaço urbano, sendo principalmente ligadas à identificação e vínculo das pessoas para com os espaços públicos, sendo concebidos sem o compartilhamento do poder público com os cidadãos, tornando o acesso à cidade cada vez mais mediado pela relação cliente/consumidor, ou mesmo pelo valor de uso e valor de troca, tornando o modo de vida mercantilizado e a qualidade de vida transformada em produto.

As condições atuais das cidades passam a criar um espaço com que novas estruturas busquem um tipo de envolvimento sobre uma nova trajetória, oferecendo espaços que possam gerar diferença, através de atores envolvidos diretamente com a produção do espaço, que passam a criar uma série de condições objetivas sem se importar se os envolvidos querem ou não (SASSEN, 2016). Por consequência, Gadano (2016) descreve que a urbanização neoliberal gera uma emergência nas cidades informais, onde organismos profissionais e especialistas voltam a discutir uma condição urbana cada vez mais preocupante.

Esse problema está ligado diretamente sobre o problema do urbano, na medida em que o espaço apropriado de forma privada, torna-se fonte das questões sociais sobre esta discussão. Uma possível resposta seria um planejamento urbano atuando com alternativas plurais, incluindo a agenda da sustentabilidade e estratégias de enriquecimento do território ambiental. A dimensão do conceito mais inclusivo de urbanismo surge com uma lógica voltada a responder as necessidades sobre os locais nos quais as pessoas residem. O que se pode chamar de urbanismo tático, ou efêmero, são ações de pequena escala sobre os lugares que buscam resolver problemas encontrados no cotidiano (MONTANER e MUXÍ, 2014; MACÊDO e ALMEIDA, 2018).

Nesse sentido, não só as intervenções desenvolvidas da sociedade no espaço ocupam um lugar, mas a noção do comum também toma a dimensão de uma produção social, por meio de movimentos e coletivos que têm tomado os espaços urbanos das cidades na busca da construção de algo novo, que possuem como cerne a questão da governamentalidade



(ALVES, 2019. Dardot e Laval (2017), pontuam sobre o movimento de defender o que se pode definir esses elementos como bens comuns, é mais uma resposta aos aspectos evidentes do neoliberalismo, a “pilhagem” realizada pelos governos sobre o que era então de domínio público.

É sobre essa nova cultura política que nos possibilita compreender que a riqueza não é apenas gerada pelos donos do capital, mas também por comunidades ou sociedades cujos membros colocam o comum sobre os saberes e competências da sociedade. Surge assim uma nova maneira de construção de um vocabulário compartilhado que busca designar o que pertence ao coletivo e deve ser gerido de forma responsável (DARDOT e LAVAL, 2017).

Montaner e Muxí (2014) defendem a necessidade de um planejamento urbano que busque alternativas plurais, com atrativos que possam incluir sustentabilidade e estratégias de enriquecimento do território ambiental. Centrados na concepção de que os interesses econômicos propostos pelo modelo do neoconservadorismo liberal procuram substituir não somente o entorno natural, mas centros históricos, ruas e lugares públicos que perdem seu papel até mesmo imposto pela Carta de Atenas, o trabalho, a moradia, a circulação e o entretenimento acabam sendo deixados de lado pelos interesses econômicos do modelo neoliberal. Assim, o que se pode chamar de bem comum torna-se um tema recorrente nos novos discursos (DARDOT e LAVAL, 2017).

Deste modo, a dimensão do conceito mais inclusivo de urbanismo surge com uma lógica voltada a responder as necessidades sobre os locais nos quais residem. No que se pode chamar de urbanismo tático, são ações de pequena escala sobre os lugares que buscam resolver problemas encontrados no cotidiano (MACÊDO e ALMEIDA, 2018). Conceito este, criado por Lydon e Garcia (2011) referindo-se a uma abordagem voluntária por meio de um processo de criação de ideias para os desafios do planejamento em escala local, caracterizando-se por ações de baixo risco, buscando o desenvolvimento entre os cidadãos e a construção de competências no âmbito político.

O urbanismo tático tem potencial de responder as preocupações abrindo locais políticos alternativos dentro da cidade, bem como métodos alternativos de debate político que não se resumem somente às trocas verbais e textuais, mas sim “mais que verbais” sobre o futuro destes locais, em torno de debates que concentram o uso da arte, de objetos e outras mudanças ambientais para desencadear respostas, muitas vezes de moradores locais ou de políticos.

As intenções por trás destes projetos visam, por vezes, no aumento da revitalização econômica, enquanto outras visam melhorar a segurança dos pedestres e oferecer



oportunidades para os cidadãos se conectarem uns com os outros. A maneira ao qual os projetos táticos são manifestos é variável, visto as diferentes escalas físicas e temporais, embora a grande maioria é projetada para ser temporária – e por isso o efêmero – em natureza, ao posteriormente serem implementados em escala local, em ruas, prédios ou blocos (PFEIFER, 2014).

Portanto, essas pequenas intervenções proporcionadas pela promoção cidadã contribuem para um processo equitativo na participação da construção do espaço, com uma mudança em bairros, ruas e vizinhanças, juntamente com a colaboração dos moradores locais, que são convidados a reagir contra propostas impostas pelos governos que muitas vezes não tem contato ou conhecimento sobre a cidade. Essas intervenções mostram como o urbanismo tático entra nas ações do dia a dia como um instrumento de mudança e resposta aos problemas e percepções dos moradores sobre quem planeja a cidade, e ainda fomenta a melhor qualidade de vida de seus habitantes.

Relações urbanas

Lefebvre (2006) destaca que a cidade é uma experiência concreta e prática, um espaço para que seus habitantes o utilizem e se apropriem em suas práticas cotidianas, mas que as experiências inscritas no espaço sejam de forma coletiva. Nesse contexto, Gadanho (2016) conceitua que o urbanismo tático surge como uma forma de reação e resposta as práticas impostas pelo neoliberalismo, sendo uma ferramenta para que as pessoas possam controlar as questões urbanas com as próprias mãos.

É ao se contemplar a paisagem contemporânea das cidades que se pode perceber uma deficiência sobre o urbano, do qual pode derivar da noção dentro da cidade cinética. Diferente da urbanidade, que considera a cidade como um fluxo constante, a cidade cinética se encarrega das transformações físicas que descolam a própria estrutura das cidades, sobre uma mudança multifacetada, conglomerando o desenvolvimento na dimensão progressiva, percebida como se estivesse em movimento (MEHROTRA e BENÍTEZ, 2017)

Desta forma, a cidade cinética se move de acordo com a temporalidade, sendo “um lugar onde o desenho das soluções funcionais é mais importante que a construção do elemento arquitetônico, cujo espaço prevalece diante da rigidez, a flexibilidade é valorizada sobre o rigor” (MEHROTRA e BENÍTEZ, 2017, p.85). Assim, pode-se interpretar que a cidade cinética revela uma visão sobre as linhas confusas do urbanismo contemporâneo, sendo tomada pelo efêmero e pelo temporal, da forma que as transformações no ambiente urbano podem indicar soluções não vistas quando se debruça sobre o planejamento urbano efetivo.



O problema está no desafio do planejamento urbano, onde as cidades estão crescendo organicamente, resultando em lugares de baixas ascensões e assentamentos de alta densidade. Brenner (2016) discorre que as intervenções táticas surgem nas cidades contemporâneas, em um contexto de crise de governança, onde tanto os Estados quanto os mercados falharam na entrega dos bens públicos básicos, no qual as ações táticas surgem em uma ampla gama de projetos urbanos emergentes que buscam resolver problemas pontuais no cotidiano das pessoas.

Pfeifer (2014) identifica a ineficiência da burocracia como uma razão ao qual os cidadãos podem estar tomando melhorias em suas próprias mãos. O aumento da consciência sobre os processos de planejamento tradicional pode não ser adaptáveis e resilientes em resposta às necessidades locais. Desta forma, o urbanismo tático é uma crítica ao status quo das ações dos governos, especificamente, ele leva a uma ideia de que os cidadãos podem ter mais a dizer e controlar a produção do espaço (ALISDAIRI, 2014).

De encontro com esse pensamento, é abordado por Sansão-Fontes, Pessoa e Araujo-Souza (2019) o tático como uma construção no sentido de vizinhança, onde utilizam-se das intervenções políticas de curto prazo e baixo custo para uma recuperação imediata, no redesenho ou no planejamento do espaço, abrindo-se para intervenções e mudanças futuras. Ainda que alguns cidadãos possam optar pela contribuição através da participação em consultas de planejamento, sentados em conselhos e comissões da comunidade, outros estão optando por um impacto direto liderando as iniciativas locais. Complementado por Brenner (2016), estes movimentos não são uma técnica unificada, mas sim o que pode ser chamado de uma “rubrica geral” nos projetos urbanos emergentes, experimentais ou provisórios.

O urbanismo tático geralmente promove uma visão de base, participativa, prática e de “faça você mesmo” de reestruturação urbana, na qual aqueles que são mais diretamente afetados por uma questão mobilizam-se ativamente para enfrentá-la, podendo, ainda, mobilizar-se continuamente para influenciar a evolução dos métodos e das metas necessárias de alcance. Por esta razão, ele é muitas das vezes, apresentado como um modelo de ação de “fonte aberta” e como uma forma de “reapropriação” do espaço urbano por seus usuários. (BRENNER, 2016, p. 9)

A criação de ideias para a solução de problemas, em pequena escala, oferece um propósito maior, no qual a atuação não depende dos recursos que são destinados a corrigir determinados problemas urbanos, mas a mudança viabiliza efeitos que em larga escala são feitos através do urbanismo tático.

Gadano (2016) compartilha esse pensamento quando descreve que as ações táticas buscam uma produção urbana com uma base criativa de apropriação sobre os conflitos nas cidades, expressados na forma de infraestrutura alternativa, usos temporários dos espaços e



reinvidicações sobre o direito à cidade. Para implementar esse novo modelo, é preciso igualmente implementar essa nova prática de urbanismo, reformulando a estrutura até então presente em cada realidade. Isso viabilizaria a integração de recortes diferenciais de profissionais e cidadãos vinculados à cidade, alcançando a interação entre agentes e atores que pensam sobre a forma de decidir e agir em cada território.

A natureza temporária dos projetos táticos também pode proporcionar uma oportunidade para planejadores e cidadãos a colaborar com os projetos locais. Ambos podem observar uma intervenção no terreno e fazer ajustes antes de comprometer-se a longo prazo. Quando bem-sucedido, os projetos pilotos temporários que obtenham apoio local podem vir a se tornarem permanentes ao longo do tempo.

O urbanismo tático é demonstrado como um potencial paliativo para remedir determinados problemas urbanos em que as instituições estatais e os procedimentos do planejamento urbano não são capazes de discutir de forma adequada. Mesmo que efêmeras, as mobilizações da sociedade na modificação do espaço transformam as cidades e surgem como solução para problemas emergenciais, amadurecendo as relações socioculturais e políticas sobre o urbano. (BRENNER, 2016).

Na esfera de tratar as ações táticas como intervenções sobre o bem comum, Dardot e Laval (2017) trazem que essa primazia de que o reconhecimento desses espaços comuns é o que possibilita a articulação e transformação do espaço em uma escala diária de codecisão. O objetivo é que esses “comuns” na esfera social não seja um obstáculo ao exercício desse mesmo governo na esfera pública/pública. A flexibilidade “tática”, ou “cinética” gera espaços onde os esquemas de ocupação determinam uma forma de percepção sobre a paisagem urbana, “o resultado aumenta o valor do espaço aberto, conferindo os meios para melhorar a conectividade social que, por sua vez, proporciona maiores interações e a possibilidade de colaboração” (MEHROTRA e BENÍTEZ, 2017, p.85).

É possível perceber o urbanismo tático como uma ferramenta sobre o instrumento do planejamento urbano, o diferenciando de ações dos instrumentos de gestão urbana a partir do momento em que engloba a transformação social e política sobre as intervenções no espaço, bem como proporciona a transformação das pessoas através da prática. Mehrotra e Benítez (2017) pontuam que é desta forma que a cidade cinética se baseia sobre o efêmero, dotado de uma lógica “local” que responde as necessidades dos cidadãos vinculados à onde vivem.

As transições da paisagem e dos espaços urbanos se dão em diferentes escalas. Começando pela rua, as mudanças construídas pela ação das pessoas traduzem o potencial



que a sociedade possui sobre o ambiente em que vive, afirmando que a participação popular pode envolver um conjunto de significados e resultados que incorporam o planejamento urbano e a gestão sobre a cidade. Nesse ponto, o direito à cidade ressurgiu como o conceito estrutural que articula sociedade e espaço com propósitos sobre as transformações urbanas.

Desta forma, o maior mérito da experiência aqui descrita, consiste em evidenciar a complexidade inerente ao atual planejamento urbano e suas estruturas administrativas, cuja amplitude é muito maior do que se pretende instituir sobre determinadas questões e condições específicas, ela é um processo que envolve um conjunto social que associa movimentos coletivos sobre a concepção pretendida e redemocratização do próprio espaço.

Respostas sociais: urbanismo tático como elemento articulador da cidade

O debate acerca do conceito de espaço público foi principalmente estimulado pelos movimentos sociais surgidos na década de 1970, e a intensa urbanização das cidades com a era moderna. Schmid (2017) destaca que no âmbito dessas múltiplas lutas urbanas, como exemplo em Paris, Manuel Castells e seus colegas desenvolveram a ideia dos “movimentos sociais urbanos”, no qual se referiam a movimentos orientados para o consumo coletivo. Esses movimentos deram origem ao que hoje pode-se encontrar nos movimentos coletivos, com potencial para reformular a questão urbana, descobrir termos novos e autônomos do urbano nas paisagens urbanas que abram possibilidades para conceber e experimentar novas formas de vida urbana.

A proposta do direito à cidade defendida por Lefebvre (2001) apresenta-se por meio de uma crítica sobre as problemáticas urbanas, onde o modo de produção das cidades precisa abrir possibilidades de horizontes e caminhos sobre a construção democrática dos espaços urbanos, no qual “toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças monumentos, espaços para encontros.” (LEFEBVRE, 2001, p. 27). Frente à essa realidade, o autor propôs, que uma nova perspectiva sobre o Direito à Cidade se fundamente no resgate de espaços públicos, fortalecendo suas relações de encontro, trocas sociais e culturais que represente a coletividade e a individualidade, compondo-se sobre a diversidade e democracia, percebendo os espaços públicos que são bem sucedidos como exemplo sobre os problemas causados pela problemática da urbanização (SANTOS, DIAS, ARRUDA, 2020).

O ressurgimento da discussão acerca do direito à cidade, conforme pressupõe Harvey (2014), através dos movimentos sociais, que emergem geralmente das ruas e dos bairros, ressalta a existência do que James Holston (2008 apud HARVEY, 2014, p. 14) defende como uma “cidadania insurgente”, por meio das lutas que continuam a existir acerca de quem deve configurar as características da vida urbana cotidiana, que por sua vez são desassociadas



dos ideais adotados por Lefebvre. Assim, este direito ao espaço ressurgiu, não por lealdade de seus ideais, mas sim do surgimento do urbanismo através das ruas e bairros de cidades doentes, tornando a luta das classes por seus direitos em plena atividade, pelo grito de socorro e amparo dos cidadãos oprimidos pela transformação do espaço (HARVEY, 2014).

O apelo por esse direito atualmente está localizado nesses movimentos de resistência, ocupação e transformação de espaços públicos, onde muitos dos problemas identificados por Lefebvre na década de sessenta foram relegados a um segundo plano. No entanto, Schmid (2017) destaca que inclusive sob as novas condições estabelecidas pela crise do planejamento urbano, o direito à cidade deve incluir mais do que o simples direito de existir e de satisfazer as necessidades básicas. Desta forma, o urbano torna-se uma reinvenção constante, podendo surgir de diversas formas, dando a oportunidade de imaginar alternativas e criar mundos possíveis.

Alisdairi (2014) considera que as práticas táticas, no contexto do pensamento do direito à cidade de Lefebvre, podem ser vistas como um avanço em direção a uma cidade próxima a da concepção do autor. O paralelo entre o conceito de direito à cidade e o urbanismo tático, onde Lefebvre (2001) defende que o espaço é produzido pela concepção, percepção e experiências, onde as ideias sobre a concepção partem das autoridades, mas os espaços estão sempre passíveis de apropriação. O direito à cidade permite com que as pessoas participem do uso e da produção do espaço urbano, assim como o controle sobre a produção do espaço significa o controle sobre as relações sociais e espaciais.

Desta forma, a experiência do dia a dia sobre a cidade oferece aos habitantes o direito à cidade, onde eles podem reapropriar o espaço urbano através de uma mobilização que controle a produção do espaço. A discussão sobre o direito à cidade dentro dos movimentos sociais é um elemento importante sobre a concepção de uma nova realidade urbana.

Purcell (2014) discorre sobre esse pensamento quando sugere que o significado do contexto sobre a decisão coletiva aponta para alternativas sobre a cidade, alinhando com o que Lefebvre chamava por uma nova cidade, na qual reabsorve o estado dentro da sociedade. As ideias do urbanismo tático ressoam bem com o direito à cidade, pois o processo tático é uma alternativa sobre o governo, levando as pessoas ao centro das tomadas de decisões, ao invés de simplesmente fazerem parte do processo de participação, indo de encontro com o que Lefebvre chama de participação ativa e real sobre a cidade.

O conceito de autogestão levantado por Lefebvre (2001) aparece na prática do urbanismo tático. A conexão com o direito à cidade proporciona as pessoas a terem alternativas além do status quo do planejamento urbano. Os processos de participação no



espaço urbano reforçam o conhecimento da sociedade sobre onde vivem, no qual “nenhuma intervenção urbana pode começar sem que os moradores intervenham no diagnóstico, e toda obra requer a opinião e a atividade dos usuários a fim de valorizar e qualificar sua manutenção, de modo a interpretar sua pós-ocupação.” (MONTANER e MUXÍ, 2014, p. 219)

O urbanismo tático pode se repetir em diferentes lugares, tornando-se um espaço global. A disputa pelos espaços das cidades, ao mesmo tempo em que gera diversos problemas, também os diversifica o espaço, sendo a cidade global propiciadora da cultura corporativa dominante, misturada com diferentes culturas e identidades (SASSEN, 2016). Os resultados obtidos através das ações táticas geram mudanças a longo prazo, podendo ser avaliados em tempo real, transformando a cidade em um laboratório de experimentação. Se incluso no processo de planejamento urbano, ele proporciona confiança entre os cidadãos, por meio da participação sobre as melhorias da cidade. (LYDON, BARTMAN, GARCIA et. al., 2012)

Lydon, Bartman, Garcia et. al. (2012) complementam que quando as experimentações são feitas de maneira flexível e barata, podem ser mais funcionais do que caso se realizasse grandes investimentos. O urbanismo tático mostra que ações preventivas podem ser realizadas antes de grandes intervenções, e as lições proporcionadas com as ações produzidas podem ser utilizadas como um primeiro passo na realização de práticas e junto com o planejamento a longo prazo.

Os movimentos que deram origem ao que hoje pode-se encontrar nos movimentos coletivos, com potencial para reformular a questão urbana, descobrir termos novos e autônomos sobre as paisagens urbanas abrem possibilidades para conceber e experimentar novas formas de viver o espaço. Embora o urbanismo tático se delineie por um conceito contemporâneo de participação sobre a cidade, existe uma certa lógica capitalista que ainda impede com que as ações táticas sobre o bem comum se concretizem. É preciso reinventar a maneira na qual a real participação popular se efetiva sobre os problemas da cidade, não somente o que a própria esfera conceitual defende a sua real importância. A questão do tático e do comum devem ser vistas sobre debates políticos que priorizam o próprio bem comum, e defendam que a melhor solução deve ser feita em plena consciência popular e informação.

Essas ações efêmeras sobre a cidade se tornam uma lição de que existem outras maneiras de pensar sobre o comum e de agir sobre ele. Além de empoderar as coletividades, esses experimentos podem adquirir características permanentes, modificando os espaços e fazendo perceber a cidade cinética, em movimento, que se transforma através do tempo.

Reflexões finais



Entende-se, portanto, o questionamento acerca da permissão para a ocupação da cidade e expulsão de certos indivíduos com relação a ela sobre as novas formas de urbanismo. Estas, por sua vez, não surgem apenas como um fator abrangente das carências da sociedade atual enquanto o espaço urbano, assim como agentes que promovem a união entre o espaço e a sociedade, visto à importância das ações do urbanismo tático iniciados pela sociedade. O grande projeto imaginado por Lefebvre, em seu direito à cidade, consiste em explorar vias possíveis para um mundo urbano onde a unidade se opõe à diferença, em que a reunião, o encontro e a interação substituem a luta dos elementos urbanos individuais, podendo assim formar um espaço urbano consistido de uma base social para uma transformação da vida cotidiana aberta a múltiplas possibilidades de um mundo radicalmente diferente (SCHMID, 2017).

Neste ponto, a problemática atual do direito à cidade, apenas para as elites políticas e econômicas, que moldam os espaços conforme as suas pertinências, Harvey (2012) pontua a tomada da forma operacional e de ideal político, focalizando na questão de quem comanda a conexão necessária entre a utilização do produto excludente e a urbanização. Nesse sentido, o direito à cidade, ante uma perspectiva revolucionária, pode ser auxiliado com ações táticas, amparando a percepção das carências urbanas, e trazendo soluções práticas e acessíveis, através da promoção e organização dos movimentos de intervenção nas cidades, que compõem gradualmente uma inteligência coletiva.

Assim, o fator determinante para a individualidade de um espaço ou de uma totalidade urbana deve ser algo relacionado com um vínculo local, por uma palavra, com o lugar da obra: “fato singular determinado pelo espaço e pelo tempo, por sua dimensão topográfica e por sua forma, por ser sede de vicissitudes antigas e modernas, por sua memória”. Para Arantes (2015), o lugar é redescoberto, e está longe de se confundir com o espaço físico de implante da construção (desprovido de significação), embora dependa desde suporte material; de fato ele se cristaliza por assim dizer impregnando, circunscrevendo, um espaço determinado – qualificando-o ao convertê-lo num fato único, sobrecarregado de sentido (histórico, psicológico etc.), camadas de significação que ultrapassam o seu ser bruto imediato.

Harvey (2014) propõe que o direito à cidade se encontra além de um direito de acesso individual ou grupal aos recursos da cidade, mas como um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os desejos dos habitantes. Por isso, pode-se dizer que esta nova forma de um processo urbano, focaliza-se muito mais no coletivo que no individual, tendo em vista que reinventar a cidade depende do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.



Embora os processos de participação não sejam novidade nas sociedades democráticas, Montaner e Muxí (2014) apontam que eles constituem um dos indicadores mais importantes no sentido de que, nos espaços internos das cidades, existe um esforço enquanto à promoção da sustentabilidade, demonstrando, deste modo, uma realidade mais humana e mais atenta para a diversidade e memória, ao qual objetiva-se no alcance de benefícios comuns, e exprime a vontade dos indivíduos de fazerem parte da cidade, reconhecendo suas transformações.

O urbanismo tático pode ser subentendido como um urbanismo coletivo, com viés sustentável, pelo modo que ele transforma o espaço urbano sem a necessidade de alteração das infraestruturas existentes, apenas o reordenando por meio de estratégias perceptivas. Por isto, é de fundamental importância no espaço público, através das novas práticas, a dupla preocupação entre rememorar experiências e avaliar a intensidade como acontecimento no que dizem, não apenas enquanto objetos de arte, mas enquanto decantações do espírito urbano que os recebeu. Para os governos, dentre as políticas públicas, cabe a “desburocratização” das estruturas a serem instaladas, tratando como prototipagem e implantação de melhorias no longo prazo, daquilo que vem à parte entre os usuários e transeuntes dos espaços, que automaticamente são promotores de benefícios que podem ser fortes indutores para as ações permanentes e mais planejadas, possivelmente com investimentos mais robustos em uma melhoria contínua.

Neste ponto, pode-se considerar que o urbanismo tático seja uma forma de promoção do direito à cidade na era contemporânea, de forma que a reivindicação sobre este direito se transforma em caminho para ambientes urbanos mais democráticos e inclusivos, onde a participação social, como citado anteriormente, tem papel fundamental nesta abordagem. Estratégias como esta, possuem potencial para serem elementos essenciais na construção da paisagem urbana contemporânea, de modo que contemple as necessidades emergentes de amplos setores da sociedade (MEHROTRA e BENÍTEZ, 2017).

Além disso, cabe complementar que se deve pensar a cidade nos termos de paisagens transitórias. A estrutura física das cidades está em constante evolução, tornando-se cada vez mais fluida e mais aberta a transformações, estando os núcleos urbanos mais preparados para responder e organizar as pressões que sofrem sobre a sua própria produção. No que deve significar a dimensão temporal, o efêmero toma importância – sobre como devemos usar o espaço de um modo temporal, sendo uma forma de conseguir acompanhar e fazer as transições sem se prender a apenas uma solução.

Planejar e projetar com o tempo, e levar em conta o que o próprio tempo pode significar sobre as transições e transformações, pensando no urbano nesses mesmos termos, cria-se



uma direção diferente para o que eventualmente se deseja. Desta forma, deve-se perceber o tempo como um caminho rigoroso junto com o discurso de planejamento urbano, no qual não pode ser só produto ou objeto orientado, pois a arquitetura é vista como um processo estático, mas o planejamento em relação a cidade cinética, sobre considerar a paisagem temporal, dinâmica, cultural, pode ajudar a perceber uma transição em escala temporal e efêmera. O urbano então, deve ser pensado através da arquitetura.

Portanto, as intervenções efêmeras são uma resposta aos problemas urbanos que aponta para a diversidade, promovendo o desenvolvimento urbano pela forma em que reforça os laços dentro das comunidades, bairros e cidades, assim representado pelos novos meios de intervenção do espaço, transformando as inter-relações sobre o direito à cidade nas decisões do planejamento urbano. O urbanismo tático, emerge assim, a um paradigma não só estético, mas de ação cultural, que é uma ética de intervenção no território. Confirmando a pertinência desta visão, qualquer trabalho sobre a paisagem urbana, ao começar no olhar e culminar na ação física, e exige o cruzamento de diálogos nas diversas disciplinas, em seguida, fundamentalmente da noção de natureza e cultura abordadas.

Na prática, nos encontramos hoje a frente de trabalhos e dias em que não existe qualquer monomania ideológica, mas sim uma simultaneidade de interesses, que por assim dizer, dão de si uma perspectiva integrada, deste modo, causando a preservação de múltiplas dinâmicas entre atividades artísticas e esferas que, por tradição, pertencem exclusivamente ao tecer instrumental da vida social. Precisamos, por fim, saber como usar a cidade estática, como usar o efêmero, com o intuito de deixar espaço para a vida e a temporalidade também ocupar a questão do planejamento.



Referências:

ALISDAIRI, Lana. **A Cry and a Demand: Tactical Urbanism and the Right to the City**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano), Department of Urban Design and Planning, Universidade de Washington, 2014.

ALVES, Victor Augusto Campos. Urbanismo, ideologia e o comum: notas sobre a sociedade urbana pós-capitalista. **Cadernos Metrópole**, v. 21, no. 45, pp. 439-459, 2019.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. Boitempo Editorial, 2015.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE**, Santiago, v. 28, n. 84, p. 133-144, 2002.

BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?. **E-metropolis**, [S. l.], v. 27, p. 8 – 18, 2016.

BRANDLHUBER, Arno; GRAWERT, Olaf; NGO, Anh-Linh. A questão da propriedade: o controle territorial e os bens comuns. **Revista Plot**, São Paulo, n. 50, p. 150-151, set/out/2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRIEDMANN, John. Toward a non-Euclidian mode of planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 59, p.482-485, 1993.

GADANHO, Pedro. Crescimento desigual: urbanismo tático para megacidades em expansão. **Revista Plot**, São Paulo, v. 28, p.171-173, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Vol. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela. Atores em disputas urbanas: os espaços contenciosos do urbanismo neoliberal – Introdução. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, p. 9-23, 2018.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. O direito à cidade. **Lutas sociais**, São Paulo, v.29, p. 73-89, 2012.



LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEVY, Wilson; MARINO, Cintia de Castro. A dimensão territorial do direito à cidade / The territorial dimension of the right to the city. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 37-59, jan. 2021.

LYDON, Mike; GARCIA, Antony. Tactical Urbanism vol. 1: Short-term Action for Long-term Change. Washington: Island Press, 2011.

MACÊDO, Amanda Florêncio; ALMEIDA, André Moraes. O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe. In: Congresso Internacional Espaços Públicos, 1. 2018. **Anais [...]**. Recife, 2018, p. 1 – 10.

MEHROTRA, Rahul; BENÍTEZ, Felipe Vera. A obsolência do permanente: rumo a um urbanismo efêmero. **Revista Plot**, São Paulo, v. 28, p. 84-117, 2017.

_____. Ephemeral urbanismo: looking at extreme temporalities. IN: HASS, Tigran; WESTLUND, Hans. **In the post-urban world: emergente transformation of cities and regions in the innovative global economy**. New York: Routledge, 2018.

MONTANER, Josep.; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NOGUEIRA, Pedro Caetano Eboli; PORTINARI, Denise Berruezo. (2016). Urbanismo tático e a cidade neoliberal. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 177 – 188. Disponível em: < <https://doi.org/10.12957/arcosdesign.2016.29397>

PFEIFER, Laura. **The planner's guide to tactical urbanism**. Canada: Montreal, 2014.

PURCELL, Mark. Possible words: Henri Lefebvre and the Right to the City. **Journal of Urban Affairs**, v.36, n.1, p. 141-154, 2014.

SANSÃO-FONTES, Adriana; PESOA, Melisa; ARAUJO-SOUZA, Adelita. Urbanismo Tático como prueba del espacio público: el caso de las supermanzanas de Barcelona. **EURE**, Santiago, v. 45, p. 1 – 43, 2019.

SASSEN, Saskia. Complexo e incompleto: o urbanismo tático e seus espaços. **Revista Plot**, São Paulo, v. 28, p. 174-177, 2016.



SANTOS, Julyanne Cristine Barbosa de Macedo dos; DIAS, Daniella Maria dos Santos; ARRUDA, Paula Regina. Capitalismo, globalização e a proposta de direito à cidade de Henri Lefèbvre. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, n. 3, p. 87-106, fev. 2020.

SCHMID, Christian. Henri Lefebvre, o direito à cidade e a nova tendência metropolitana dominante. **Revista Plot**, São Paulo, n. 7, p. 185-193, dez/2017.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

FLÁVIO DE CARVALHO E O HOMEM AMERICANO, NU NA CIDADE

Flavio de Carvalho and the american man, naked in the city

NOVO, Leonardo Faggion

Doutorando. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Estadual de Campinas

leo.novo7@gmail.com



Resumo

A presente comunicação pretende analisar o projeto moderno e utópico de Flavio de Carvalho, “A cidade do homem nu”, a partir da atuação do engenheiro como delegado em duas edições dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos (realizados em 1930, no Rio de Janeiro, e em 1947, em Lima e Cuzco). Submetida como tese para ser debatida no congresso de 1930, “A cidade do homem nu” causou polêmica ao ser proferida como parte do tema 1, regionalismo e internacionalismo na arquitetura contemporânea – a orientação espiritual da arquitetura na América. Para além da antropofagia, dimensão já ressaltada pela historiografia como importante referência para se entender o trabalho, a presente comunicação enfatiza como os debates americanistas sobre o lugar da América frente a Europa no entreguerras ajudam a situar o projeto e abrem perspectivas analíticas que tensionam o nacionalismo e o internacionalismo na produção de Flavio de Carvalho. Para isso, além da tese apresentada ao IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos serão trazidas ao debate outros dois textos de autoria de Flavio de Carvalho: “A casa do homem do século XX” e “A casa do homem americano” – esta apresentada no VI Congresso Pan-Americano de Arquitetos sediado em Lima e Cuzco no ano de 1947. Espera-se, com isso, contribuir para as interpretações sobre a cidade do homem nu que consigam ir além do caráter vanguardista ou mesmo peculiar e esdrúxulo e entende-la como um ponto de inflexão na carreira do engenheiro que nos permite articular urbanismos, internacionalismos e americanismos. Por fim, a partir das referências filosóficas de Flavio de Carvalho, sobretudo com Hermann Keyserling, argumenta-se sobre o papel da história como base para a construção da América enquanto possibilidade de futuro e redenção de uma nova ordem e organização da vida humana.

Palavras-chave: Flavio de Carvalho. Americanismos. Congressos Pan-Americanos de Arquitetos

Abstract

The present communication intends to analyze Flavio de Carvalho's modern and utopian project, “The city of the naked man”, from the role of the engineer as a delegate in two editions of the Pan-American Congresses of Architects (held in 1930, in Rio de Janeiro, and in 1947, in Lima and Cuzco). Submitted as a thesis to be debated at the 1930 congress, “The city of the naked man” caused controversy when it was delivered as part of theme 1, regionalism and internationalism in contemporary architecture – the spiritual orientation of architecture in America. In addition to anthropophagy, a dimension already highlighted by historiography as an important reference for understanding the work, this communication emphasizes how the Americanist debates about the place of America vis-a-vis Europe in the interwar period help to situate the project and open up analytical perspectives that tension nationalism and internationalism in Flavio de Carvalho's production. For this, in addition to the thesis presented to the IV Pan-American Congress of Architects, two other texts by Flavio de Carvalho will be brought to the debate: “The house of the 20th century man” and “The house of the american man” – this one presented at the VI Pan-American Congress of Architects based in Lima and Cuzco in 1947. It is hoped, with this, to contribute to the interpretations of the city of the naked man that manage to go beyond the avant-garde or even peculiar and bizarre character and understand it as a point of view. inflection in the engineer's career that allows us to articulate urbanisms, internationalisms and Americanisms. Finally, from Flavio de Carvalho's philosophical references, especially with Hermann Keyserling, we argue about the role of history as a basis for the construction of America as a possibility for the future and redemption of a new order and organization of human life.

Keywords: Flavio de Carvalho. Americanisms. Pan American Congresses of Architects.



FLÁVIO DE CARVALHO E O HOMEM AMERICANO, NU NA CIDADE

Uma curiosidade estética disponível

Uma simples primeira visão do que está exposto agora na rua Barão de Itapetininga mostra que Flavio de Carvalho tem se desperdiçado muito. Quase todos os gêneros de artes plásticas ali estão representados, e não sei mesmo porque o artista não provou também que é arquiteto. (...) Flavio de Carvalho é principalmente uma curiosidade estética disponível. (Mário de Andrade, 1934).

O trecho tomado aqui como epígrafe é parte de uma crítica escrita por Mario de Andrade e publicada em O Jornal em agosto de 1934 logo após a inauguração da primeira exposição individual do engenheiro Flávio de Carvalho (1899-1973). No artigo, ele era definido como criador, projetador e executor de uma vasta quantidade de tentativas artísticas: “uma interrogação em marcha. Muito bem dotado de plásticas e impetuosamente generoso de si mesmo, a gente percebe que a obra dele ainda é muito instável, muito loquaz, pouco reflexiva.” (O JORNAL, 1934). Na interpretação modernista de Mário de Andrade, se o caráter artístico das produções de Flavio de Carvalho era incontestável, na mesma medida era irregular e disperso em muitas linguagens, entre as quais a arquitetura seria a mais desprezada.

Mario de Andrade escreveu a crítica pouco tempo depois da inauguração da primeira exposição individual de Flavio de Carvalho, violentamente encerrada pela polícia, como narrado na cobertura de diversos periódicos de São Paulo e do Rio de Janeiro. A polícia apreendeu cinco obras na ocasião, das quais quatro já haviam sido expostas no mesmo ano no I Salão Paulista de Belas Artes com o aval de Alexandre Albuquerque, então presidente da mostra. Ao contestar a censura, Flávio de Carvalho afirmou que o nu e a nudez já eram velhos conhecidos das cidades e do espaço urbano, sendo expostos em praças, ruas e avenidas em diversos monumentos. Não deixa de ser irônico que a nudez tenha sido usada como justificativa para a apreensão das obras e para o fim da exposição quatro anos depois das polêmicas e reações a A cidade do homem nu. A conferência, ainda que menos explícita do que as obras apreendidas pela polícia, também denunciava, em certa medida, a hipocrisia do meio arquitetônico e urbanístico de então. Nudez como provocação, mas também como programa para a construção de uma nova sociedade, livre dos tabus e do peso da escolástica secular, que deveria tomar forma e acontecer na América.

Desnudar o homem



(...) apóstolo verdadeiramente convencido da doutrina que prega, o sr. Carvalho já está declarando guerra aos elementos supérfluos da indumentária: não usa chapéu e dizem que está começando a não usar mais meias. Aguardemos a próxima reunião do Congresso (...) para sabermos quais as peças do vestuário que já aboliu... com o consentimento da polícia dos costumes. (*Relatório*, 1930, p.22)

Dentre os textos e conferências de Flavio de Carvalho que tematizam a cidade e o urbano, *A cidade do homem nu* talvez seja o mais conhecido e analisado. As recentes interpretações o caracterizam como um dos “projetos negligenciados pela história”, “dispositivo de vanguarda” (LIRA, 2014), ou como uma “hipótese modernista de uma cidade antropófaga” (JACQUES, 2018). Essas tentativas de captura do indisciplinado engenheiro-artista ajudaram a recuperar o projeto utópico para além da tradicional adjetivação como anedótico, desvirtuado ou mesmo suas reduções a uma atitude simplesmente vanguardista e sem relação com os debates de seu tempo – que deram o tom das leituras feitas ao longo da segunda metade do século XX (DAHLER, 1982; SANGIRARDI, 1985; TOLEDO, 1994).

O trabalho foi submetido e apresentado como tese no IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, sediado no Rio de Janeiro entre os dias 19 e 29 de junho de 1930. Recuperar algumas balizas desses debates e inscrever o projeto da cidade do homem nu nessa série de eventos é uma maneira de contribuir às interpretações que pretendem decifrar o lugar de Flavio de Carvalho em meio a vanguardas e ao meio profissional e artístico da época. Nesse sentido, o presente trabalho não busca recuperar os diálogos de Flavio com a antropofagia de Oswald ou as errâncias de Oiticica – trabalho já feito por Paola Jacques mais de uma vez -, nem apontar para as relações entre suas utopias e outros projetos modernistas do campo da arquitetura e do urbanismo – como demonstrou José Lira. Buscando novas dimensões, arrisco-me a problematizar *A cidade do homem nu* frente as tramas americanistas que deram relevo a ideia de América como futuro.

As sessões plenárias do Congresso de 1930 aconteceram na Escola Nacional de Belas Artes e reuniram um grande número de delegados vindos de diferentes países da América, mas sobretudo de quatro países do cone-sul: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Flavio de Carvalho foi inscrito como representante do estado de São Paulo, junto a João Florêncio de Uihôa Cintra, Alexandre Albuquerque, Arthur Saboya e Arthur Motta. O IV CPA deu continuidade ao projeto coletivo e, em certo sentido, continental – ainda que com essa importante ênfase sul-americana – iniciado na década de 1910, quando arquitetos uruguaios se empenharam em realizar a primeira edição dos eventos que acabou por acontecer somente em 1920 na cidade de Montevidéu.



A edição sediada no Rio de Janeiro apresenta algumas peculiaridades. Ainda que tenha sido o congresso que mais reuniu delegados dentre aqueles realizados entre 1920 e 1940 (GUTIERREZ, STAGNO, TARTARINI, 2007), foi a única edição a não publicar as atas e trabalhos. Por um lado, isso nos impõe dificuldades para mapear e reunir as teses debatidas, mas, por outro, nos faz recorrer a outras séries documentais, como matérias publicadas em periódicos e relatórios produzidos em função do evento.¹ É o caso do documento de autoria do engenheiro civil baiano Jayme Cunha da Gama e Abreu, representante do estado da Bahia enviado ao Rio de Janeiro em 1930. Como forma de justificar os gastos empreendidos pelo governo baiano para financiar sua participação, o engenheiro escreveu um detalhado relatório em que comentava criticamente os debates e conclusões de cada tema. Ainda que apresente uma versão muito parcial do IV CPA – a visão de um engenheiro sobre os debates acerca do campo profissional da arquitetura em um período de franca concorrência entre as duas disciplinas em prol de suas regulamentações profissionais (NOVO, 2018) –, o documento enfatiza alguns temas, nomes e polêmicas que teriam dado o tom do encontro.

Dentre os dez temas selecionados para o IV CPA, o urbanismo, de modo geral, e a elaboração de uma peculiaridade americana a ser identificada nas cidades do continente e aplicada a partir das práticas profissionais dos técnicos ali reunidos foram os destaques de Gama e Abreu.² O engenheiro menciona as intervenções de muitos arquitetos sul-americanos, como Nestor de Figueiredo (Brasil), Wladimiro Constantinowsky (Argentina) – também conhecido por seu outro sobrenome, Wladimiro Acosta –, José Michelette (Argentina), Edward Matte (Chile), Alfredo Campos (Uruguai), mas três profissionais parecem estruturar as

¹ Um desses relatos pode ser encontrado nas páginas da revista uruguaia *Arquitectura*, onde foram documentadas as outras atividades que compunham a programação do evento. Foram organizadas algumas visitas às autoridades nacionais, municipais e universitárias, bem como a edifícios e paisagens que pudessem apresentar a cidade e o país às delegações estrangeiras do congresso. Dentre as autoridades, o presidente Washington Luiz, o Ministro de Relações Exteriores Otávio Mangabeira e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro Antônio da Silva Prado Junior receberam as delegações em encontros oficiais. Dentre os passeios, os delegados visitaram a Bahia de Guanabara, a ilha de Paquetá, Petrópolis, Cubatão, São Paulo e uma viagem às cidades históricas de Minas Gerais. Esse percurso foi descrito em uma crônica publicada na revista uruguaia *Arquitectura* no mês seguinte a realização do IV CPA. Crônica del IV Congreso. *Arquitectura* – organo oficial de la Sociedad de Arquitectos (Uruguay). Ano XVI, n.153. Agosto de 1930, p.295.

² Os dez temas debatidos no IV CPA foram: regionalismo e internacionalismo na arquitetura contemporânea - orientação espiritual da arquitetura na América; o ensino de arquitetura; os arranha-céus e sua conveniência sobre os aspectos higiênicos, econômicos, social e estético; a solução do problema residencial; urbanismo e arquitetura paisagística; regulamentação profissional e propriedade artística do arquiteto; a defesa do patrimônio artístico das nações americanas; organização de concursos públicos e privados, nacionais e internacionais, de arquitetura e urbanismo; como julgar as tendências da arquitetura moderna - decadência ou ressurgimento?; parques escolares, universitários, hospitalares, esportivos e de diversões. A presença de engenheiros é uma constante nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, desde sua primeira edição. Na edição de 1930, além de Jayme Gama e Abreu, muitos engenheiros reunidos no Club de Engenharia (Rio de Janeiro) tomaram parte dos debates e movimentaram as polêmicas e disputas entre as duas profissões.



polêmicas e dar o tom dos debates de 1930: os brasileiros José Marianno Filho e Flavio de Carvalho e o argentino Angel Guido.

Os “assuntos de urbanismo” aparecem de modo transversal em todo o relatório. Para além do tema 5, dedicado especificamente ao urbanismo e à arquitetura paisagística, as disputas entre engenheiros e arquitetos pela tutela da disciplina foram apontadas como recorrentes. José Marianno Filho definiu o urbanismo como uma especialidade da arquitetura, entendendo o arquiteto como superior aos demais técnicos da construção devido ao componente estético de sua formação. Gama e Abreu reconhecia a dimensão estética das práticas urbanísticas, mas estabelecia uma hierarquia em que elas se colocavam abaixo das necessidades higiênicas e da previsão de conforto e comodidade, segundo ele aspectos fundamentais da ciência urbanística: “Quais os profissionais que cuidam dos problemas de abastecimento de água, de remoção de resíduos (...) de tráfego urbano, de largura das ruas e alturas das casas, antes de se poder começar a cogitar da feição artística dos casos que de tais problemas decorrem? Evidentemente o engenheiro” (RELATÓRIO, 1930, p.17). O debate estava longe de alcançar um consenso, como atesta o relatório. Importa pontuar que ao comentar as disputas entre os interesses de engenheiros e arquitetos, Gama e Abreu afirmou ser a maioria da assembleia composta por ex-alunos das escolas de belas artes, motivo de ter sido voto vencido, ainda que por uma pequena diferença. As diferentes concepções de urbanismo acompanhavam diferentes entendimentos do que era a própria arquitetura e qual era o papel do arquiteto na gestão e intervenção das cidades americanas.

O nome de Flavio de Carvalho é mencionado pela primeira vez no momento em que Gama e Abreu identifica as diferentes correntes de opinião que disputavam o consenso no IV CPA: os conservadores, os ultramodernos, os evolucionistas e os reformadores moderados. É necessário, antes de avançar na exploração do documento, ressaltar como essas posições e classificações foram formuladas por um engenheiro interessado em demonstrar o campo profissional da arquitetura com determinados matizes e reduções. O relatório endereçado ao governador da Bahia não era neutro, muito menos isento de interesses. Gama e Abreu precisava não só justificar os gastos de sua viagem, mas estabelecer uma crítica aos debates apreendidos no evento de maneira a exaltar e confirmar suas próprias convicções sobre qual era e qual deveria ser o lugar da engenharia no debate urbanístico. Dito isso, não é surpresa que Flavio de Carvalho figurasse como exemplo central dos ultramodernos: “profissionais que entendem a arquitetura como ciência e excluem da definição a dimensão do belo (...), querem tudo resolvido por fórmulas (...) caem no excesso de só admitirem a beleza 'absoluta', desprezando a beleza relativa que estende essa harmonia ao observador. Fazem desaparecer o artista para só admirar o cientista” (RELATÓRIO, 1930, p.19). Em meio a essa



turma, Flavio era acusado, ainda, de assumir proporções de “um verdadeiro bolchevista”, sem precisar o que entendia por tal termo.

A caracterização de Flavio de Carvalho no esquema interpretativo oferecido por Gama e Abreu, entretanto, vai no sentido oposto à caricatura esboçada por meio das palavras de Mario de Andrade no artigo de 1934. Flavio para Mario poderia pecar por falta de coesão ou excesso de experimentação, mas mantinha a estética no centro de suas preocupações, desenvolvida em diferentes linguagens e direções. O mesmo é reafirmado nos trabalhos de Paola Jacques, ao tomar o engenheiro-artista como índice de uma outra herança moderna, selvagem e antropofágica a ser recuperada de um repertório modernista que foi reduzido pela historiografia ao racionalismo supostamente a-estético. Para Jacques, Flavio de Carvalho não fazia a defesa somente de um urbanismo – talvez por isso se colocasse além da querela entre arquitetos e engenheiros pela tutela da disciplina observada no relatório. Ele buscava defender de maneira provocativa uma ideia de cidade:

cidade-laboratório-antropofágico-erótica cuja radicalidade ainda é menosprezada pelos historiadores do campo. Uma cidade-manifesto pela liberdade urbana incondicional, uma verdadeira utopia, no sentido de uma efetiva crítica a seu presente histórico, que propunha o desnudamento do próprio urbanismo como disciplina prática excessivamente funcionalista, repressora ou disciplinadora dos mais variados desejos humanos. (JACQUES, 2021, p.308).

Essa dimensão antropofágica ressaltada pela autora foi trazida por Flavio de Carvalho em todas as suas intervenções ao longo das sessões do IV CPA. Em meio aos debates sobre o tema 2, dedicado ao ensino de arquitetura, a proposta de criação de uma matéria de "História das Artes Nacionais", defendida por José Marianno Filho e Angel Guido foi alvo de severas críticas de Flavio de Carvalho. Nas palavras do autor do relatório, de modo estrondoso, o engenheiro-artista se apresentou como representante de uma escola antropofágica, caracterizada por Gama e Abreu como extremada, violenta e que tem pressa de vencer: “Inteligente, afável, com um ar de *bon enfant* a contrastar com um físico de atleta, o sr. Carvalho conseguiu uma 'tempestade' de protestos ao falar pela primeira vez. É que, com o ar mais inocente do mundo, pediu ao Congresso que se manifestasse... pelo fechamento das Escolas de Belas Artes.” (RELATÓRIO, 1930, p.35). Apesar da insistência de Gama e Abreu em afirmar que a atitude de Flavio de Carvalho desprezava a história, a defesa do engenheiro-artista nos indica outra direção. Flavio se colocava contra o que entendia por espírito da imitação e a favor de criações despidas de preconceitos. O radicalismo em propor o fechamento das escolas de belas artes, por sua vez, não era ingênuo. Como pontuado anteriormente, ele estava consciente de que falava para uma plateia de ex-alunos de belas artes e pretendia, com a proposta, criar tensão, embate e debate em relação



do ensino de arquitetura. O próprio Gama e Abreu indica no relatório que sua posição de defender a criação e manutenção da cadeira de urbanismo no curso de engenharia civil também causou polêmicas e divergências entre os arquitetos que tomavam parte dos debates.

A aposta de Flavio de Carvalho na liberdade de criação e a libertação dos modelos copiados do passado não era exclusiva da corrente ultramoderna identificada no relatório, muito menos desprezava a história como base para formular os projetos para as cidades e arquiteturas da América. Uma das conclusões do tema 5, urbanismo e arquitetura paisagística, aprovada unanimemente na mesma assembleia recomendava que

As cidades americanas não devem perder de vista, no desenvolvimento de seus planos, seu passado histórico, seu ambiente e seus costumes, a fim de poderem conservar caracteres próprios que as tornam mais evocativas, interessantes e distintas umas das outras. O estudo histórico deve ser uma das bases para a elaboração dos planos de melhoramento e extensão das cidades. (RELATÓRIO, 1930, p.26).

A perspectiva histórica, ainda que distante do evolucionismo, foi mobilizada por Flavio de Carvalho na conferência apresentada como tese do tema 1, regionalismo e internacionalismo na arquitetura contemporânea – a orientação espiritual da arquitetura na América. A opinião “visceralmente antropofágica”, como adjetivado no relatório, contou com três minutos de prorrogação além do prazo regimental de dez minutos e causou incômodo e revolta em alguns delegados que ouviram o engenheiro-artista discorrer sobre a cidade do homem nu.³ Sua crítica englobava aspectos mais gerais do comportamento humano, como os preconceitos e tabus, mas também pressupostos filosóficos, como a filosofia cartesiana, e elementos arquitetônicos, como as residências “sem arte e sem gosto do século XIX”.

Há um reiterado jogo de alteridade no projeto utópico da cidade do homem nu, importante para entender a centralidade do americanismo nas reflexões de Flavio de Carvalho. A contraposição do “nós”, povos americanos nascidos fora das tradições seculares, ao “outro”, civilização europeia evocada pelos contra exemplos da Alemanha e da Inglaterra como lugares da repetição dos movimentos observados nos Antigos e ensinados pelo ciclo cristão. O homem americano, nu e livre, é elaborado em contraponto ao homem europeu, civilizado e não mais entendido como destino final, mas como antítese. Livre da repetição dos

³ Há divergências sobre a duração da conferência, Jacques (2021) recupera o livro do biógrafo de Flavio, J. Toledo, que afirma que ela teria durado “trinta longos minutos”. No relatório de Jayme Gama e Abreu, entretanto, ele é categórico ao afirmar que foram treze. O debate da duração pode parecer infrutífero, mas pode indicar como uma figura abertamente iconoclasta como Flávio de Carvalho parece ter se convertido em um ícone, ou mitologia da vanguarda, ao longo do século XX, fruto de narrativas que parecem exagerar alguns contornos de sua trajetória.



dogmas, movimento que destrói as almas, Flavio de Carvalho postula a necessidade de um novo mecanismo de pensamento baseado na constante pesquisa do universo e seus seres a fim de torna-los a métrica corrente para a construção do novo futuro projetado para o continente.

Em termos formais, a cidade do homem nu seria composta por uma série de anéis concêntricos organizados por meio de funções, ainda que ele não entre em detalhes programáticos da natureza de tais funções – não à toa, Le Corbusier figurava junto à Nietzsche e ao grupo antropofágico paulista (Raul Bopp, Oswaldo Costa, Clóvis Gusmão e Oswald de Andrade) como referências na elaboração do projeto. Dada a centralidade da atividade de pesquisa como princípio para se alcançar e manter a liberdade do homem americano, o anel mais exterior seria o lugar do centro de pesquisa, que incluiria um hospital e, em anexo, centros de ensino e orientação. O núcleo central da cidade seria dedicado a administração e a locomoção, e entre ele e o centro de pesquisa estariam dispostos as habitações e os equipamentos dedicados à erótica, atividade fundamental ao homem nu, pensada a partir da disposição de laboratórios e que incluiria em seu âmbito atividades como a alimentação e a religião – entendida a partir de Freud como uma forma de erotismo, distante dos cânones cristãos –, bem como núcleos industriais e produtivos anexos.⁴

O mundo todo como a casa do homem

A cidade do homem nu era definida, em suma, como a metrópole da oportunidade, um centro de sublimação natural dos desejos perseguidos por meio da pesquisa, “única autoridade constituída (...) deus mutável contínuo” e, por isso, primeiro e principal anel da cidade. Havia, entretanto, uma relação específica entre o núcleo de habitação, a casa, e a ideia de cidade. Para Flavio de Carvalho, a cidade seria ela própria a “habitação do pensamento” e a cidade do homem nu, portanto, a habitação própria para o homem antropofágico: “a cidade do homem nu será toda ela a casa do homem” – americano.⁵

⁴ Devido aos objetivos do presente trabalho, não pretendo me aprofundar nas análises sobre essa disposição espacial da cidade do homem nu. Não por não a considerar importante, mas por acreditar que outros trabalhos, como os de Luiz Carlos Daher (1982), Paola Jacques (2001, 2012, 2021), José Lira (2017), Carolina Rossetti, (2007), Clara Pignaton (2016), Pedro Luiz Stevolo (2016), Alexandre Penedo Barbosa de Melo (2008), Inti Guerrero (sobretudo em suas conferências e atividades curatoriais), dentre outros, abordaram o tema com a profundidade merecida. O exercício analítico feito aqui partiu dessas reflexões e pretende contribuir, ainda que a partir do ponto de vista da história, com essas reflexões.

⁵ A tese apresentada no IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos foi publicada no Diário da Noite e pode ser encontrada no Fundo Flávio de Carvalho, depositado no Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE-Unicamp). CARVALHO, Flavio. Uma tese curiosa. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro. 01 de jul. de 1930.



Idealizada como uma imensa casa, a cidade era organizada como um monolito de funções uniformes e concêntricas. Esse aspecto do projeto nos abre possibilidades interpretativas no que toca a relação entre o indivíduo e a coletividade, analogamente encarados nessa relação entre a casa e a cidade. Em um texto posterior à cidade do homem nu, proferido como uma palestra realizada na Rádio Cultura (São Paulo) em 1938, o engenheiro-artista abordou a casa do homem no século XX. Essa conferência não só é complementar ao projeto da cidade do homem nu, como nos ajuda a entender algumas proposições da tese apresentada no IV CPA em 1930. Se na tese a maior ênfase estava em caracterizar a cidade do homem nu como a casa do homem antropofágico, oito anos depois ele retomou o tema para se aprofundar no caráter moderno do projeto utópico.

Há uma contraposição do que seria a casa do século XX com casa “dos tempos idos”. Esse contraste estava esboçado na cidade do homem nu em uma passagem em que Flavio de Carvalho afirma se distanciar da ideia de “cidade-fortim” da época da conquista, evocada por meio das fortalezas que protegiam o homem e o distanciavam do espaço público. Em *A casa do homem do século XX* ele se aprofunda nessa cisão e difere essa casa de outros tempos como a fortaleza senhorial construída para proteger o homem e apartá-lo da cidade, em uma demonstração de medo em relação ao mundo. Sair de casa, nesse período histórico, seria um ato de expedição, tomando como exemplos o tipo de casa dos gregos, egípcios e romanos onde a casa era em si o centro de atividades do homem, de maneira a individualizar sua existência no núcleo familiar.

A casa moderna, por outro lado, era definida como um acessório para auxiliar a vida do homem, integrando-o à vida pública e comunitária. A casa do século XX deveria ser pensada não mais como o local de resguardo, mas como o local de passagem devido as novas velocidades e tempos impostos pela modernidade e a tendência de o homem passar cada vez menos tempo na casa e mais tempo nos “compartimentos da cidade”, nas palavras de Flavio de Carvalho. A casa, articulada à ideia de cidade moderna assumia o valor da coletividade e era eleito como o centro de atividades do homem, não mais apartado do mundo em sua fortaleza: “as atividades do homem espalham-se mais pela cidade em vez de somente a casa (...). A cidade é toda ela a casa do homem” (CARVALHO, 1938, p.53). Em oposição aos valores associados à casa e cidade antigas: a repetição, a sonolência e o “nacionalismo como fortaleza” que prenderiam o homem a seu individualismo.⁶ O processo que levou à

⁶ Essa oposição entre o antigo e o moderno também era construída a partir dos monumentos: contraposição colocada também em termos de monumentos: templo, pirâmide, arco do triunfo – monumentos dos vencedores exaltados na antiguidade – versus o alojamento eficiente como monumento à sensibilidade e às novas ideias de trabalho sugeridas pela máquina na modernidade.



“invasão das ruas” tornou o exterior da casa do homem mais habitável e próprio ao uso e estadia do homem moderno, indicando o caráter internacional de seu futuro.

A tensão entre nacionalismo e internacionalismo é uma constante nesses dois textos-projetos-manifestos de Flavio de Carvalho. Ao caracterizar a casa do século XX, ele apostava no caráter internacional possibilitado pela cidade antropofágica do homem nu americano e seu modo de perceber a vida: "o mundo será todo ele a casa do homem". Essa possibilidade de tomar o mundo como casa do homem moderno seria alcançada não por meio da política, mas pela técnica, que possibilitaria a construção de um mundo da eficiência e da máquina. O aspecto tecnocrático do projeto da cidade do homem nu, nem sempre trazido à tona nos debates sobre Flavio de Carvalho, se mostra tão importante quanto sua dimensão utópica. Entendida como universal, ela seria o fator de internacionalização do projeto e garantiria a conformação de uma nova sociedade equitativa e despida de tabus. Como afirmou Jayme Gama e Abreu em seu relatório:

O sr. Flavio de Carvalho extrema-se em exigir para a época atual a designação de último período de uma decadência, vislumbrando na lógica das construções modernas e na aplicação dos princípios científicos como os únicos fatores para a obtenção da beleza, a aurora de um novo período sem ligação com o passado. (RELATÓRIO, 1930, p.46).

Considerações finais

A cidade do homem nu pode ser interpretada como uma proposta modernista utópica que visava a construção de uma sociedade, ou um novo período, como denunciou Gama e Abreu. Ela assumia, como já enfatizado por Jacques, o tom de manifesto, não só pela constante repetição dos dogmas da liberdade, mas pelo jogo de oposições entre o antigo e o moderno. É necessário, entretanto, operar com a crítica da fonte – o relatório produzido em 1930 – e questionar até que ponto as propostas urbanísticas de Flavio de Carvalho eram postuladas sem ligação com o passado.

Diferente da denúncia do engenheiro baiano, interessado em legitimar suas observações sobre o IV CPA e reduzir os debates e posições tomadas por arquitetos ao tradicionalismo passadista ou ao modernismo a-histórico, há uma lógica e pensamento histórico embutidos nos projetos da cidade do homem nu e da casa do homem americano. A história era mobilizada não só para criticar as concepções antigas e negar as formas ancestrais em prol do aperfeiçoamento do homem na era da técnica, mas, e sobretudo, para indicar a América como continente de sua realização. Ou seja, não há uma proposta anti-histórica. Antes, Flavio de Carvalho se valia dessa dimensão para argumentar em favor da



mudança, transformação e progresso que libertaria o homem do classicismo e das engrenagens da repetição em direção à liberdade da máquina.

Essa lógica histórica é enunciada de maneira mais explícita ao final da tese da cidade do homem nu. Ela ajudaria não só a reconhecer os limites e efeitos paralisantes da filosofia escolástica, mas a situar no continente americano a possibilidade de sua superação:

O continente americano, pela sua privilegiada situação histórica, está mais apto que qualquer outro a contemplar o problema do homem nu. O continente americano não herdou do passado o recalque trágico da filosofia escolástica, ele possui elementos próprios para criar uma civilização nua; um novo mecanismo despido dos tabus da velha Europa, uma renovação científica e estética que o colocará na vanguarda da organização humana (CARVALHO, Diário da Noite, 1930).

Flavio de Carvalho se valia da retórica pan-americanista, que dava o tom dos debates levados a cabo no âmbito dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos desde sua primeira edição, em 1920. Sua conferência se encerrava com o convite aos delegados americanos reunidos no Rio de Janeiro em 1930 a retirar as máscaras civilizadas – e, metaforicamente, suas roupas – entendendo-as como artificiais, fruto da conquista e do processo colonial e alheias a realidade americana. Só então seria possível “caminhar sem deus para uma solução lógica do problema da vida da cidade, do problema da eficiência da vida.”

Importa sublinhar, ainda, alguns pressupostos filosóficos dessa elaboração antropofágica americanista. Um ano antes do IV CPA, o Conde Hermann de Keyserling esteve no Brasil. Durante essa passagem, escreveu *Meditações sul-americanas* (1976), onde argumentava sobre a construção de uma nova ordem no pós-guerra, baseada em uma reforma espiritual de ação internacionalista. Keyserling figurava na cidade do homem nu como uma das referências de Flavio de Carvalho. O filósofo foi um dos principais teóricos do entreguerras e teorizou sobre o que Spengler chamou de decadência do Ocidente (1964). Nas reflexões de ambos a América ocupava um lugar de destaque e figurava, assim como indicado nos projetos de Flavio de Carvalho, como continente propício a essa nova cultura reformadora. Como argumenta Daniel Faria (2013), Keyserling era lido pelo círculo de intelectuais modernistas de São Paulo, Alceu Amoroso Lima, Lindolfo Collor e Mario de Andrade, o que explica ter sido mobilizado por Flavio na cidade do homem nu.

Mais do que isso, o próprio Flavio de Carvalho foi autor de algumas “meditações” na viagem que empreendeu no Peru e na Bolívia na década seguinte, quando participou do VI Congresso Pan-Americano de Arquitetos sediado em Lima, no ano de 1947. De maneira a dar continuidade às questões identificadas na cidade do homem nu e na casa do homem do século XX, ele apresentou a tese *A casa do homem americano* e argumentou sobre os efeitos



da paisagem na estrutura social e na escolha dos materiais de construção.⁷ Ou seja, depois de ter formulado a cidade-casa do homem nu americano, continuava seu programa se aprofundando na dimensão construtiva desse novo mundo, com a ênfase no barro e na taipa. A expressão telúrica da casa do homem do século XX continuaria o processo, iniciado pelos Incas no lago Titicaca, de descivilizar a sociedade nessa nova etapa da história do continente americano.

A relação entre a casa e a cidade, ou entre o indivíduo e a coletividade, foi a base para o projeto da cidade do homem nu. A técnica, como elemento universal, seria o meio para se alcançar as mudanças sociais a partir dessa nova disposição urbana. Mas e a história? Qual seria seu lugar no projeto de Flavio de Carvalho? Valendo-se do diagnóstico sobre a decadência do Ocidente formulado por Spengler e das meditações sul-americana de Keyserling, o engenheiro propunha uma ruptura com a repetição monótona do século XIX e definia o homem do século XX como o homem americano. A história da América, nesse sentido, figurava como repositório de soluções arquitetônicas e urbanísticas, identificadas desde as planícies do lago Titicaca à taipa do planalto central brasileiro. Explorar a relação entre a proposta de 1930 e os dois textos posteriores a ela nos ajuda a delinear o lugar do projeto moderno e utópico entre o internacionalismo da técnica e americanismo como condição de futuro e possibilidade de construção dessa nova ordem da organização humana.

⁷ Rascunhos da tese estão depositados no Fundo Flavio de Carvalho do CEDAE-Unicamp.



Referências:

ANDRADE, Mario de. Flavio de Carvalho. **O Jornal**. Rio de Janeiro. 12 de ago. de 1934.

CARVALHO, Flávio de. Uma tese curiosa. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro. 01 de jul. de 1930. Fundo Flavio de Carvalho - CEDAE, Unicamp.

CARVALHO, Flavio de. A casa do homem do século XX. In XAVIER, Alberto (org.). **Depoimentos de uma geração** - arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DAHER, Luiz Camillo. **Flavio de Carvalho**: Arquitetura e Expressionismo. São Paulo: Projeto, 1982.

FARIA, Daniel. As meditações americanas de Keyserling - um cosmopolitismo nas incertezas do tempo. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.905-923, set/dez 2013.

GUTIÉRREZ, Ramón; TATARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. **Congressos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000**: aportes para su historia, 1ª ed. Buenos Aires: CEDODAL – Centro de Documentación de Arte y Arquitectura Latinoamericana: Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007.

JACQUES, Paola B. **Pensamentos Selvagens**. Montagem de uma outra herança 2. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2021.

_____. **Elogio aos errantes**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. **Estética da ginga** - a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

KEYSERLING, Hermann de. **Meditations sul-americains**. Paris: Stock/Monde Ouvert, 1976.

LIRA, José. Modernismo, erotismo e domesticidade masculina: a casa Capuava de Flávio de Carvalho. In: Flavia Britto; Joana Mello; José Lira; Silvana Rubino. (Org.). **Domesticidade, Gênero e Cultura Material**. 1ed.São Paulo: Edusp, 2017, p. 289-321.

MELO, Alexandre Penedo Barbosa de. **Design do mobiliário moderno brasileiro**: aspectos da forma e sua relação com a paisagem. 2008. Tese (Doutorado em Design e Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NOVO, Leonardo. **Entre arte e técnica**: "arquiteturas políticas na legitimação da profissão no Brasil [1920-1930]. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2018.



PIGNATON, Clara B. **Flavio de Carvalho**: fragmentos sobre o a forma do tempo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RELATÓRIO dos sucessos mais importantes verificados no IV Congresso Pan-Americano de Architetos apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado da Bahia pelo delegado baiano Eng. Civil Jayme Cunha da Gama e Abreu. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1930.

ROSSETTI, Carolina Pierrotti. **Flávio de Carvalho**: questões de arquitetura e urbanismo. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

SPENGLER, Oswald. **A Decadência do Ocidente**: esboço de uma morfologia da História Universal. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

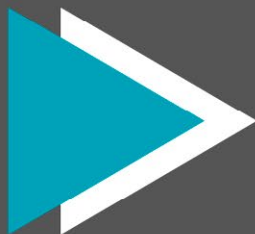
STEVOLO, Pedro L. A casa modernista de Flávio de Carvalho: arte, política e um território em disputa? **Revista CPC**, n. 22, p. 10-36, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111614>. Acesso em: 17 jun. 2022.

TOLEDO J. **Flávio de Carvalho, o comedor de emoções**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

O RECONHECIMENTOS DOS VALORES DA PAISAGEM CULTURAL PELA COMUNIDADE E IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA DE PROTEÇÃO DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA

The community's recognition of the cultural landscape values and implications for the protection policy of Pampulha Modern Ensemble

SOUSA, Maria de Lourdes Martins Alves de

Mestre. Escola de Arquitetura Universidade Federal de Minas Gerais
lu.sousa@yahoo.com.br

CARSALADE, Flávio de Lemos

Doutor. Escola de Arquitetura Universidade Federal de Minas Gerais
flavio.carsalade@gmail.com

ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de

Doutor. Escola de Arquitetura Universidade Federal de Minas Gerais
rogeriopalharsaraujo@gmail.com



Resumo

Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado que contempla conceitos contemporâneos de patrimônio e paisagem cultural, suas repercussões sobre as políticas públicas e as práticas de gestão, monitoramento e fiscalização de conjuntos urbanos de interesse histórico e cultural, a partir da incorporação de valores da comunidade. O estudo parte da complexidade da gestão de sítios urbanos históricos, para concentrar-se no reconhecimento de seus valores pela comunidade, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias de conservação dessas áreas urbanas, cenários de permanente mudança. Recorre-se ao Conjunto Moderno da Pampulha como objeto empírico para investigar como os interessados na área percebem os elementos e os atributos que transmitem o valor universal excepcional de sua paisagem cultural, vinculados ao título de Patrimônio Mundial atribuído a este bem. Baseia-se no dossiê de candidatura e no documento de revisão do plano de gestão e monitoramento apresentados à UNESCO e na identificação de valores dos bens pela comunidade por meio da aplicação de questionário *online*. Os dados obtidos, tratados qualitativamente, evidenciam grande convergência entre os elementos e os atributos da paisagem da Pampulha reconhecidos tanto por especialistas como pela comunidade. Apura-se ainda consonância entre as reivindicações consideradas necessárias pelos respondentes para melhor fruição da Pampulha e as recomendações do Plano de Gestão e Monitoramento do Conjunto Moderno da Pampulha. Entende que o reconhecimento pela comunidade dos atributos e dos elementos da paisagem cultural do Conjunto Moderno da Pampulha evidencia sua importância no contexto da cidade e contribui para a sustentabilidade de sua conservação.

Palavras-chave: Paisagem Cultural. Patrimônio Mundial. Gestão Participativa. Paisagem Urbana Histórica. Conjunto Moderno da Pampulha

Abstract

This article results of a master's research that contemplates heritage and cultural landscape contemporary concepts, their repercussions on public policies and management, monitoring and fiscalization practices of historic urban areas with historical and cultural interest, from the incorporation of community values. The study starts from the complexity of managing historic urban sites, to focus on the recognition of their values by the community, with the objective of contributing to the improvement of the conservation strategies of these urban areas, scenarios of permanent change. The Pampulha Modern Ensemble is used as an empirical object to investigate whether the stakeholders in the area perceive the elements and attributes that convey the exceptional universal value of its cultural landscape, linked to the World Heritage title assigned to this property. It is based on the application dossier and on the management and monitoring plan review document submitted to UNESCO and on the identification of asset values by the community through the application of an online questionnaire. The data obtained, treated qualitatively, show great convergence between the elements and attributes of the Pampulha landscape recognized both by specialists and by the community. There is also a consonance between the claims considered necessary by the respondents for better enjoyment of Pampulha and the recommendations of the Management and Monitoring Plan of the Pampulha Modern Ensemble. It understands that the recognition by the community of the attributes and elements of the cultural landscape of the Pampulha Modern Ensemble highlights its importance in the context of the city and contributes to the sustainability of its conservation.

Keywords: Cultural Landscape. World Heritage. Participatory Management. Historic Urban Landscape. Pampulha Modern Ensemble.



INTRODUÇÃO¹

A pesquisa sobre a qual se refere este artigo emana da reflexão sobre conceitos contemporâneos de patrimônio e paisagem cultural, seus respectivos impactos nas políticas públicas e nas práticas de gestão, monitoramento e fiscalização de conjuntos urbanos de interesse histórico e cultural. Com o interesse voltado para o reconhecimento por parte da comunidade dos valores dos sítios urbanos históricos em que se inserem, busca-se explicitar a complexidade da gestão de tais áreas, visando o aperfeiçoamento das estratégias de conservação desses locais, os quais estão sujeitos a mudanças constantes. Baseia-se na abordagem da Paisagem Urbana Histórica (HUL) para gestão de áreas urbanas históricas e traz o Conjunto Moderno da Pampulha como objeto empírico para verificar como os elementos e os atributos que transmitem o valor universal excepcional de sua paisagem cultural, e que justificaram sua nomeação como Patrimônio Mundial, são percebidos pela comunidade. A escolha do Conjunto Moderno da Pampulha como estudo de caso se justificou pelos desafios reais encontrados na sua gestão, caracterizada pela presença de conflitos ambientais e urbanísticos de uma área que é importante polo de moradia, serviços e lazer, inserida em uma dinâmica metropolitana sob grande pressão imobiliária. A pesquisa procurou verificar, junto a diferentes grupos de interesse, o compartilhamento dos valores que levaram à atribuição do título de Patrimônio Mundial ao Conjunto Moderno da Pampulha, contribuindo assim para o atendimento de uma demanda real prevista no PGMCMP². Procurou averiguar, também, se os elementos e atributos da paisagem da Pampulha valorados pelos respondentes estão traduzidos nas diretrizes de proteção e de gestão deste patrimônio.

Com o intuito de alcançar os objetivos, a pesquisa foi estruturada de acordo com a metodologia proposta por Minayo (2016), na qual a estruturação do desenvolvimento da investigação se faz em três momentos: a fase exploratória, o trabalho de campo e o tratamento do material coletado. A fase exploratória contemplou a fundamentação da investigação, partindo da revisão bibliográfica sobre paisagem cultural, especialmente sobre a abordagem HUL para melhor entender suas particularidades, bem como a importância da participação comunitária em processos de planejamento e gestão de paisagens urbanas de interesse cultural. Foram analisados, ainda nesta fase, dados e informações secundárias produzidas pelos principais documentos técnicos que compuseram o processo de candidatura do

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² PGMCMP: Plano de Gestão e Monitoramento do Conjunto Moderno da Pampulha.



Conjunto Moderno da Pampulha a Patrimônio Mundial, com destaque para o Dossiê de Candidatura e o respectivo PGMCMP. Essa exploração permitiu identificar os principais valores e atributos do Conjunto Moderno da Pampulha, como também as diretrizes de proteção a eles vinculadas nos documentos oficiais. A segunda fase contemplou o trabalho de campo que procurou verificar o compartilhamento dos valores reconhecidos pelos órgãos de patrimônio por diferentes grupos populacionais. A terceira fase da pesquisa contemplou o tratamento dos dados primários levantados junto à comunidade, investigados por meio de análise qualitativa das respostas, o que possibilitou inferir sobre a extensão do reconhecimento desses valores pela comunidade.

PAISAGEM CULTURAL

As camadas históricas que compõem as áreas urbanas se viram ameaçadas, a partir da primeira metade do século XX, devido a aceleração do crescimento urbano oriundo do grande contingente de pessoas advindo do campo e a pressão imobiliária para acolher atividades econômicas e esta nova população nas cidades. Diante desse cenário, a necessidade de preservação dos valores relacionados às dinâmicas passadas e à identidade dessas áreas, materializadas em seu tecido, edificações e práticas sociais, mostrou-se necessária. Evidencia-se, assim, a complexidade da preservação e conservação de áreas urbanas históricas que não dependem apenas da proteção do ambiente construído, mas também dos elementos intangíveis que compõem este contexto, demandando a implementação de novos mecanismos para sua proteção e sua conservação (BANDARIN; OERS, 2012).

A evolução e ampliação do conceito de patrimônio repercute na institucionalização da abordagem da paisagem cultural no campo de preservação do patrimônio, a partir dos anos 1990. Figueiredo (2014) observa que a visão ampliada do patrimônio vinculada à noção de paisagem cultural demanda integrar ações de planejamento e gestão territoriais com as políticas ambientais e sociais, principalmente em seus aspectos culturais e econômicos. Procurando conciliar a política de preservação ao desenvolvimento das áreas urbanas, não impedindo as mudanças, mas orientando-as a favor da proteção do patrimônio e dialogando com o desenvolvimento sustentável.



A UNESCO³ através da Convenção do Patrimônio Mundial⁴, com o objetivo de proteger as paisagens culturais, instituiu em 1992 a tipologia da paisagem cultural e adota diretrizes para sua inclusão na Lista de Patrimônio Mundial⁵. As paisagens culturais foram classificadas em três categorias: as paisagens claramente definidas, ou intencionalmente concebidas e criadas pelo homem, as paisagens que evoluem organicamente (esta categoria divide-se em duas subcategorias: paisagem relíquia e paisagem contínua) e a paisagem cultural associativa (UNESCO, 2005a). O entendimento da paisagem cultural se fundamenta na compreensão de que ela é construída pela relação do ambiente com as práticas sociais, conformada pelas características materiais e imateriais, por meio da inter-relação entre a dinâmica da natureza e o modo de vida dos diversos grupos sociais que imprimem marcas no território e são orientados por este.

PAISAGEM URBANA HISTÓRICA

O Memorando de Viena⁶ difunde a noção de paisagem urbana histórica, na qual considera não apenas os conjuntos de edificações, mas todo o contexto natural e construído que os envolvem, assim como as manifestações sociais, atuais e passadas, que conformam o caráter e o entendimento destas áreas na definição do conjunto histórico. Preservar a configuração da paisagem nestas áreas e, ao mesmo tempo, permitir a manifestação das mudanças necessárias para o desenvolvimento socioeconômico é o grande desafio que se apresenta na gestão das áreas urbanas históricas (UNESCO, 2005b).

Além dos objetos, edifícios e sítios que compõem o contexto da paisagem urbana histórica, a dimensão espiritual do bem patrimonial, ou seja, seus elementos intangíveis, como a memória, a textura social, o conhecimento tradicional e os valores, integram seu entendimento ampliado na contemporaneidade. Para garantir sua preservação deve-se considerar a relação desta paisagem com o meio no qual se insere e as práticas socioeconômicas existentes. Sua

³ UNESCO: *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁴ A UNESCO instaurou a Convenção do Patrimônio Cultural, em 1972, para incentivar a preservação de bens culturais significativos para a referência e identidade locais e, ao mesmo tempo, importantes para a humanidade (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>).

⁵ Um bem é inscrito na Lista do Patrimônio Mundial devido ao seu valor universal excepcional (VUE) reconhecido pela UNESCO.

⁶ *World Heritage and Contemporary Architecture – Managing the Historic Urban Landscape* – o memorando resultou da conferência internacional realizada em Viena, Áustria entre o período de 12 a 14 de maio de 2005.



gestão deve considerar instrumentos que contribuam na regulação do entorno do sítio histórico e incorporem as dinâmicas socioeconômicas.

A Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica⁷, ou abordagem HUL, estabelecida pela UNESCO em 2011, é uma metodologia proposta para auxiliar a gestão e o monitoramento de sítios urbanos de interesse cultural. Recomenda que as práticas de conservação de áreas urbanas históricas devem considerar o contexto urbano no entorno das áreas protegidas, promovendo uma gestão que incentive a permanência da população tradicional, preservando a identidade e o valor cultural local. A recomendação sugere instrumentos para harmonizar as intervenções contemporâneas com o patrimônio através da valorização dos contextos regionais, das tradições e percepções das comunidades locais (UNESCO, 2011). Propõe assim conjugar a conservação do patrimônio urbano com o planejamento e monitoramento dos recursos naturais e sociais, vislumbrando o equilíbrio entre o crescimento urbano, desenvolvimento econômico e melhoria da habitabilidade das áreas urbanas históricas de forma sustentável. Orienta, ainda, a implementação de políticas urbanas adaptadas a cada contexto, valorizando as dinâmicas existentes e incluindo os diversos grupos de interesse no processo de tomada de decisão (UNESCO, 2019). O envolvimento da sociedade civil no conhecimento dos valores de seu patrimônio e a implementação de ações participativas aumentam a sustentabilidade de conservação deste patrimônio (ZANCHETI; HIDAKA, 2014).

CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA

O Conjunto Moderno da Pampulha é um complexo urbano, fruto de uma demanda do poder público para a criação de um polo de lazer e cultura na cidade de Belo Horizonte na década de 1940. Com o intuito de promover o desenvolvimento da cidade na direção do lago artificial existente, foi proposta a criação de um bairro com características de cidade jardim e a construção de quatro edifícios públicos destinados ao lazer e à cultura no seu entorno. O Conjunto é composto por quatro edifícios projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, seus respectivos jardins projetados pelo paisagista Roberto Burle Marx, integrados pela orla do lago urbano artificial e seu espelho d'água no trecho que os articulam (IPHAN, 2017). Além dos quatro edifícios, as obras de arte integradas a estes também compõem o conjunto, o qual concretiza o conceito de “obra completa” através da associação da arquitetura com o ambiente

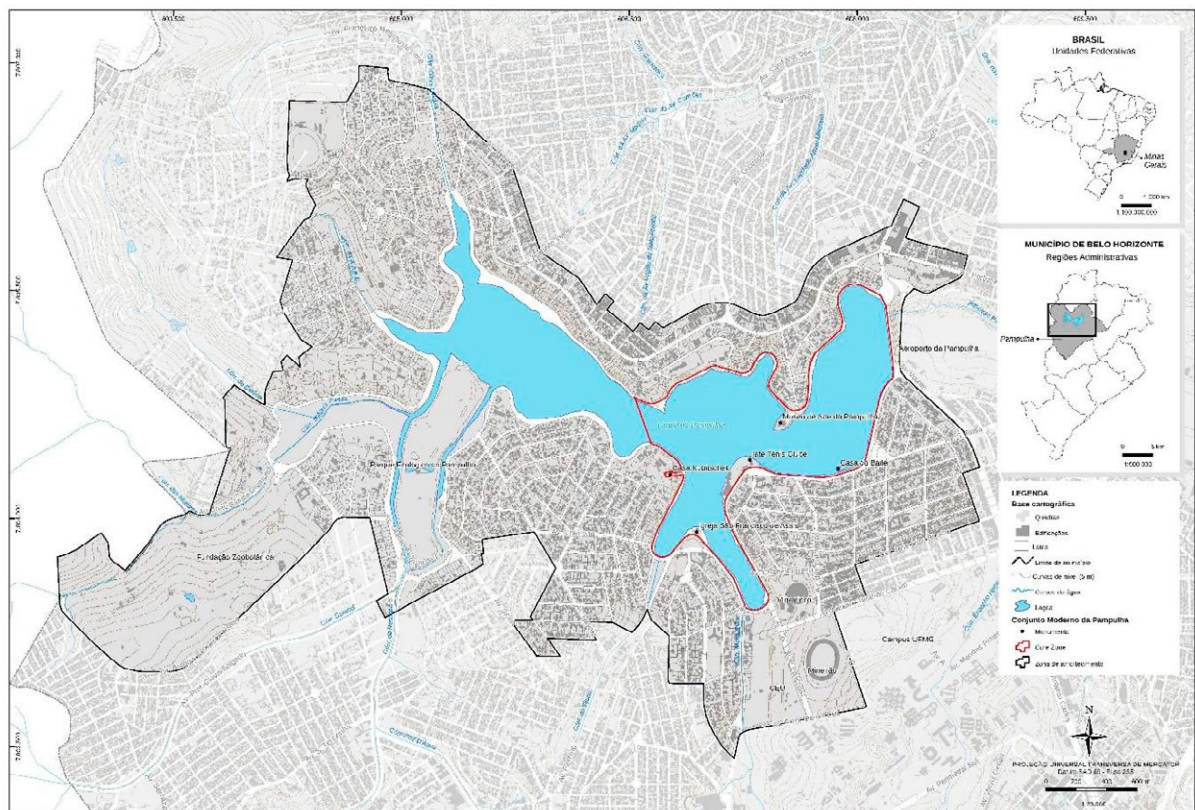
⁷ *Recommendation on the Historic Urban Landscape.*



natural, o paisagismo e as artes plásticas, além da instauração de uma linguagem tipicamente brasileira do movimento moderno com repercussão internacional (ARAÚJO, 2017).

Devido às suas características inovadoras associadas à sua concepção arquitetônica, o Conjunto Moderno da Pampulha (Figura 1) inspirou novos caminhos para a arquitetura, tanto nacionalmente como internacionalmente. Apesar do grande crescimento e desenvolvimento urbano ao seu redor, o conjunto mantém sua função urbana original como área de lazer, cultura e turismo, seu caráter predominantemente residencial unifamiliar de alto padrão construtivo e baixa densidade, com a preservação da paisagem vergel e horizontalizada (IPHAN, 2017).

Figura 1. Conjunto Moderno da Pampulha. Fonte: Práxis Projetos e Consultoria Ltda, 2019.



CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL

O Conjunto Moderno da Pampulha figura na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO a partir de 2016 na categoria de paisagem cultural. O reconhecimento do seu VUE (valor universal excepcional)⁸ está fundamentado nos critérios i, ii e iv, sendo: (i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano; (ii) exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura e da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo; (iv) ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana (IPHAN, 2017).

O Conjunto Moderno da Pampulha, desde seu reconhecimento como patrimônio mundial pela UNESCO, está submetido a um plano de gestão e monitoramento com vistas a reunir as ações dos órgãos responsáveis por sua gestão em harmonia com as atividades econômicas, culturais e turísticas da região, traduzidas em metas do planejamento municipal. Este PGMCMP leva em conta o valor do patrimônio histórico, cultural, ambiental e paisagístico do Conjunto e os aspectos da área urbana na qual ele se insere. Tem como fundamento o conceito de patrimônio sustentável, a partir do qual procura-se conciliar as diretrizes, projeto e ações com a dinâmica urbana e o desenvolvimento socioeconômico da região, ao mesmo tempo em que se preservam as características que garantem a importância mundial ao Conjunto (PRÁXIS, 2019).

Desde a implantação do PGMCMP em 2016, os órgãos gestores do Conjunto Moderno da Pampulha buscam assegurar a preservação dos elementos e atributos que conferem o VUE ao Conjunto e ao seu entorno. A área na qual o Conjunto está inserido apresenta problemas urbanos e ambientais complexos. Configura-se como uma região de expansão metropolitana, importante polo de moradia, serviços e lazer que convive com conflitos entre o adensamento urbano na bacia da Pampulha, em grande parte situada no município vizinho de forte base econômica industrial, e a consequente degradação ambiental da lagoa. Em 2019, o PGMCMP

⁸ O Valor Universal Excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para toda a comunidade internacional. O Comitê define os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2005a, parágrafo 49).



foi revisado a fim de aprimorar e ajustar diretrizes e estratégias de ação para sintonizar com a dinâmica socioeconômica desse contexto urbano e com as recomendações da UNESCO (CARSALADE; SOUSA, 2020).

A pesquisa procurou investigar o compartilhamento dos valores reconhecidos pelos órgãos de patrimônio e pela UNESCO que possibilitaram a atribuição do título de patrimônio mundial ao Conjunto Moderno da Pampulha junto à comunidade, com o intuito de contribuir para a sua gestão. Como orientado pela abordagem HUL, o reconhecimento destes valores pela comunidade pode contribuir para maior efetividade na gestão do bem, sendo também uma estratégia prevista no PGMCMP.

O TRABALHO DE CAMPO

Esta fase da pesquisa ocorreu durante o período de maiores restrições impostas pela pandemia da Covid 19 com forte limitação do contato social. A alternativa emergencial encontrada para estabelecer o diálogo com a comunidade foi a disponibilização de um questionário em plataforma *online* de acesso ao público em geral. As perguntas do questionário pretenderam, de modo mais imparcial possível, conhecer a relação do respondente com a Pampulha. Para tanto, procurou-se contemplar em suas perguntas os elementos e os atributos que transmitem o VUE da paisagem cultural do Conjunto Moderno da Pampulha, objetivando-se sua aferição junto aos interessados na área.

O questionário foi disponibilizado *online* na plataforma *Google Forms* em 21 março de 2021 permanecendo por trinta dias com acesso franqueado para o público em geral. Inicialmente a divulgação do *link* de acesso ao questionário contou com a rede de relacionamento da pesquisadora, adquirindo maior abrangência e maior número de respondentes através da técnica da bola de neve na qual um contato envia para outro, ação incentivada quando o *link* foi enviado. O questionário obteve 697 (seiscentos e noventa e sete) respostas. Após o seu fechamento para o público, iniciou-se a fase de saneamento. Verificou-se que setenta e três (73) respostas eram duplicadas e foram eliminadas, restando seiscentos e vinte e quatro (624) respostas válidas. Dois respondentes responderam não para a pergunta “*Você conhece ou já ouviu falar da Pampulha?*”, restando seiscentos e vinte e dois (622) questionários para análise das respostas. Não sendo possível discorrer sobre todos os resultados neste artigo, serão relatados a seguir alguns deles considerados mais relevantes ao presente debate.



ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO

Perfil dos participantes

Analisando o público alcançado, observa-se uma pré-disposição do público feminino, dos pós-graduados e das pessoas entre 50 a 69 anos para responderem ao questionário, revelando já uma fragilidade do método para obtenção de uma amostra mais diversificada. Quanto à raça, grande parte do público alcançado se autodeclara branco. A faixa de renda familiar mensal dos respondentes ficou bem distribuída entre as três maiores faixas (Figura 2).

Figura 2. Tabela renda familiar mensal dos respondentes. Fonte: Elaboração dos autores, 2021.

RENDA FAMILIAR MENSAL	RESPOSTAS	
ACIMA DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS	141	23%
DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS	172	28%
DE 4 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	163	26%
DE 2 A 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	60	10%
ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	22	4%
PREFIRO NÃO DECLARAR	64	10%
total	622	100%

Devido à falta de controle da amostra, resultado da combinação entre acessos aleatórios e envio do *link* para os possíveis respondentes, pode-se afirmar haver também grau satisfatório de aleatoriedade no que tange o público alcançado. Por outro lado, o método utilizado para a divulgação do questionário e a rede de relacionamento a ele vinculada foram elementos limitadores para uma maior ampliação do espectro socioeconômico e cultural dos respondentes.

Local da foto

A pergunta “Se você fosse tirar uma foto da Pampulha, você tiraria de onde? Por quê?” procurou verificar o local mais representativo da Pampulha para o respondente. Percebe-se que os locais da foto mais votados pelos participantes são atributos que transmitem o VUE do Conjunto Moderno da Pampulha (Figura 3).



Figura 3. Tabela locais preferidos para fotos no Conjunto Moderno da Pampulha, segundo os respondentes. Fonte: Elaboração dos autores, 2021.

Se você fosse tirar uma foto da Pampulha, você tiraria de onde?

LOCAL DA FOTO	RESPOSTAS	
BARRAGEM	4	0,6%
CASA DO BAILE	31	5,0%
CASA JK	2	0,3%
CÉU	1	0,2%
CICLOVIA	1	0,2%
CLUBE AABB	1	0,2%
CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA	17	2,7%
IATE TÊNIS CLUBE	7	1,1%
IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	382	61,4%
LAGOA	81	13,0%
MARCO ZERO	1	0,2%
MINEIRÃO	11	1,8%
MINEIRINHO	1	0,2%
MIRANTE DO BIGUÁ	1	0,2%
MONUMENTO A IEMANJÁ	3	0,5%
MUSEU DE ARTE DA PAMPULHA	53	8,5%
ORLA	5	0,8%
PARQUE ECOLÓGICO	2	0,3%
PARQUE GUANABARA	2	0,3%
PAMPULHA IATE CLUBE - PIC	2	0,3%
CAMPUS DA UFMG	1	0,2%
VERTEDOURO	1	0,2%
VISTA PANORÂMICA	5	0,8%
ZOOLOGICO	2	0,3%
RESPOSTA INCONSISTENTE	5	0,8%
total	622	100,0%



Elemento da paisagem com o qual o respondente se identifica

A pergunta “*O que você mais gosta na Pampulha?*” teve como objetivo verificar o elemento da paisagem com o qual o respondente mais se identifica com a Pampulha. As respostas obtidas foram reunidas em três grandes categorias: conjunto arquitetônico, paisagem e parque urbano⁹. Dentre as 1.160 respostas contabilizadas para esta pergunta, 23% contemplam a categoria conjunto arquitetônico, 26% a categoria parque urbano e 51% a categoria paisagem. As respostas apontam para o reconhecimento dos atributos do Conjunto como paisagem cultural, extrapolando o âmbito dos monumentos, jardins e entornos imediatos. Evidenciam, também, a importância, excepcionalidade e relevância da região no entorno da lagoa no contexto urbano de Belo Horizonte. Alguns respondentes comparam a Pampulha com outras áreas da cidade densamente construídas e com pouca presença de vegetação, externando a sensação de um “oásis” dentro do cenário urbano que propicia o contato com a natureza e atividades de lazer e de esporte ao ar livre.

Elementos negativos da paisagem

A pergunta “*O que você menos gosta na Pampulha? Por quê?*” pretendeu apurar junto aos respondentes elementos e condições da Pampulha que não permitem a plena fruição do local, remetendo a aspectos negativos da paisagem. As 747 respostas obtidas para os aspectos negativos da paisagem da Pampulha foram elencadas em sete categorias: poluição (62%), questões de tráfego (13%), má conservação (5%), carência de infraestrutura (5%), outros (8%), nada (4%) e não souberam responder (3%).

Dentre as 466 respostas classificadas na categoria poluição, 42% referem-se à subcategoria poluição da lagoa, 35% à subcategoria mau cheiro, aspecto que também se relaciona diretamente com a poluição da água da lagoa. Outros 12% das respostas a questões que ainda se referem à lagoa como má conservação, assoreamento e o fato de suas águas não

⁹ Esta categorização foi um critério metodológico aplicado para possibilitar a análise qualitativa das respostas vislumbrando os objetivos da pesquisa. A categoria conjunto arquitetônico compõe-se das subcategorias monumentos, patrimônio e arquitetura. A categoria paisagem reúne elementos e atributos tais como a lagoa, a orla, a natureza, a beleza, entre outros, em suas subcategorias. Já a categoria parque urbano incorpora como subcategorias atributos que propiciam o desfrute do local e transmitem a sensação de tranquilidade, bem-estar, assim como as áreas livres, além dos equipamentos que permitem a prática de esporte e lazer.



mais propiciarem as condições adequadas para esportes aquáticos. Outros 11% das respostas referem-se às condições de poluição em geral, e também à poluição sonora. Todas estas observações reforçam a percepção do contexto ambiental no qual se insere o Conjunto, cuja fruição como paisagem cultural, relacionam os monumentos e o sítio natural de forma indissociável.

A despoluição da água da lagoa é um dos maiores desafios impostos aos gestores do Conjunto Moderno da Pampulha, problema que persiste desde os anos 1980. Anteriormente, o esporte náutico era praticado na lagoa. A melhoria da qualidade da água da lagoa para permitir a recreação configura-se também como uma das recomendações do ICOMOS que integra o dossiê de candidatura do Conjunto (IPHAN, 2017) e diversos planos, projetos, obras e ações previstos na matriz de responsabilidades que compõe o PGMCMP.

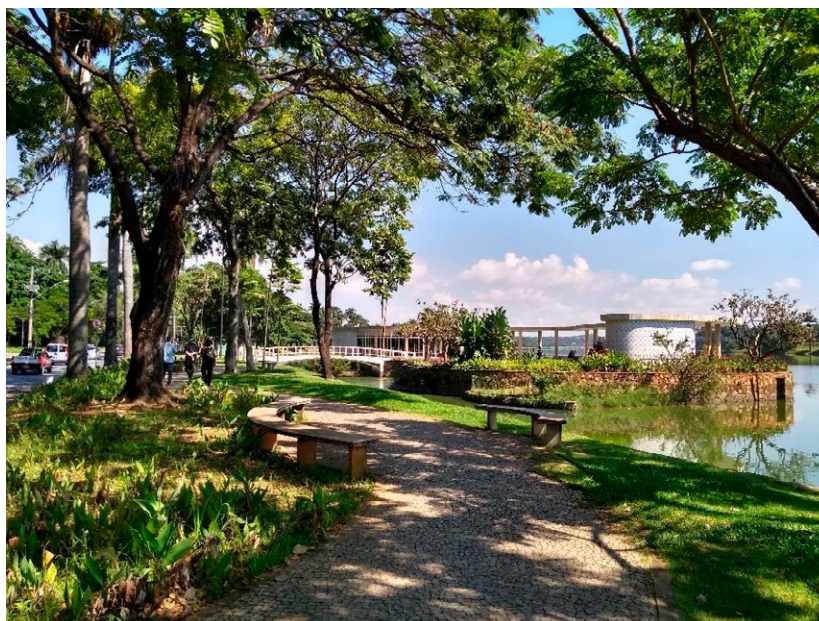
Mosaicos de fotos

Três perguntas do questionário apresentam um mosaico de fotos com diversos elementos que compõem a paisagem da Pampulha e transmitem seu VUE. Em cada uma das perguntas, o participante da pesquisa pode eleger o elemento presente nas fotos que na sua opinião mais representa a paisagem da Pampulha. Pretendeu-se através destas perguntas aferir se os atributos e os valores definidos para preservação e proteção pelos órgãos do patrimônio estão em sintonia com os valores reconhecidos pelos respondentes.

As respostas obtidas para o primeiro mosaico de fotos contabilizaram 708 respostas sendo agrupadas nas três grandes categorias definidas anteriormente. A categoria conjunto arquitetônico contempla 42% do total das respostas, a categoria paisagem incorpora 48% das respostas e 10% das respostas referem-se a atributos referentes a apropriação da região como parque urbano. Quando são analisadas apenas as respostas que se referenciam aos elementos presentes nas fotos do mosaico, apuram-se 642 respostas. Dentre elas, 269 elegem a Casa do Baile (Figura 4) como o elemento mais representativo da Pampulha, outras 269 a lagoa e a sua orla, outras 53 o Parque Guanabara e outras 51 a paisagem vergel e horizontalizada da região.



Figura 4. Casa do Baile. Fonte: Práxis Projetos e Consultoria Ltda, 2019.



As respostas obtidas para o segundo mosaico de fotos contabilizaram 736 respostas sendo agrupadas nas três categorias: 72% do total das respostas referem-se a elementos do conjunto arquitetônico, 16% a atributos da região que indicam a sua apropriação como parque urbano e 12% a elementos da paisagem. Referenciando-se apenas aos elementos diretamente relacionados nas fotos do mosaico, são contabilizadas 655 respostas, sendo que 444 respondentes elegem a Igreja de São Francisco de Assis (Figura 5) como o elemento mais representativo da Pampulha, outros 89 elegem a orla da lagoa, outros 85 respondentes escolhem o Estádio do Mineirão e outros 37 respondentes o late Tênis Clube.



Figura 5. Igreja São Francisco de Assis. Fonte: Acervo dos autores, 2021.



As respostas obtidas para o terceiro mosaico de fotos contabilizaram 781 respostas sendo que 44% delas elegem elementos do conjunto arquitetônico para a representação da Pampulha, outras 44% elementos da paisagem e 12% elementos que propiciam a fruição da área como parque urbano. Contemplando apenas as respostas que se referenciam aos elementos e atributos diretamente relacionados nas fotos do mosaico são contabilizadas 701 respostas. A lagoa (Figura 6) é o elemento eleito pela maioria, 39% das respostas, na sequência aparece o Museu de Arte da Pampulha (Figura 7) com 34% das respostas, seguido pelos eventos esportivos, 10% respostas, depois o mirante e a orla da lagoa, 9%, e os jardins dos monumentos aparecem com 8% das respostas.



Figura 6. Vista da lagoa com o edifício do late Tênis Clube ao fundo. Fonte: Práxis Projetos e Consultoria Ltda, 2019.



Figura 7. Museu de Arte da Pampulha. Fonte: Acervo dos autores, 2021.



De acordo com as respostas obtidas para as perguntas que contemplam os mosaicos de fotos, apurou-se que os monumentos (a Igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha, o late Tênis Clube e a Casa do Baile), os jardins dos monumentos, a lagoa e a sua orla, a paisagem vergel e horizontalizada e as alternativas de lazer e prática de esportes são aspectos enaltecidos e valorizados pelos respondentes. Ao mesmo tempo, são atributos



da paisagem cujas estratégias de proteção já integram tanto os parâmetros urbanísticos do zoneamento em vigor quanto as diretrizes de proteção dos órgãos do patrimônio, sintonizados com as recomendações de proteção da UNESCO para a paisagem cultural do Conjunto Moderno da Pampulha.

Divergência

Por outro lado, um número significativo de respostas aponta divergências no que tange valores reconhecidos pela população e pela UNESCO na paisagem da Pampulha. É o caso, por exemplo, do Estádio do Mineirão eleito por 85 respondentes a partir do mosaico de fotos como um dos elementos que representa a Pampulha. No entanto, uma das diretrizes do Comitê do Patrimônio Mundial indica amenizar sua visualização ao fundo da Igreja, justificando que a instalação esportiva impacta a perspectiva do monumento a partir da lagoa (Figura 8).

Figura 8. Vista do Mineirão e Mineirinho (à esquerda) e da Igreja de São Francisco de Assis (à direita) a partir do Mirante Niemeyer. Fonte: Práxis Projetos e Consultoria Ltda, 2019.



Além dos 85 respondentes que elegem o Mineirão como o elemento que mais representa a Pampulha, outros 11 respondentes o escolhem como o local da foto e outros 21 o elegem como fundo da foto para a Igreja ou a lagoa, atestando o Mineirão como elemento já integrado à paisagem do conjunto. Com base nesta análise, constata-se que tal recomendação não considera o significado de pertencimento deste edifício à paisagem da Pampulha, uma vez que a visada da Igreja incorporando o estádio ao fundo já faz parte do imaginário do cidadão belo-horizontino. Assim como o Parque Guanabara e outros equipamentos esportivos e de recreação construídos no entorno do Conjunto Moderno da Pampulha em épocas posteriores, a presença do Mineirão, do Mineirinho e do Zoológico vieram a partir da intensa utilização pela população reforçar, ao longo dos anos, o caráter da região como importante referencial e polo de lazer para a população em geral.



De acordo com Zancheti e Loretto (2015), o conceito de integridade adotado no campo do patrimônio não é suficiente para tratar a complexidade da paisagem urbana histórica, tendendo a compreender a conservação como o controle da mudança: “Controlar as mudanças significa fixar os atributos que expressam os significados das áreas do patrimônio, e essa é uma tarefa fadada ao fracasso em cidades complexas, ou mesmo em sítios urbanos não tão complexos.” (ZANCHETI; LORETTO, 2015, p. 82, tradução nossa)¹⁰. Para lidar com as mudanças que afetam o patrimônio em áreas urbanas complexas, Zancheti e Loretto (2015) propõem o conceito de integridade dinâmica, visando a manutenção do significado cultural, aliada à abordagem HUL. Tendo em conta que o significado cultural é uma construção social aberta e inacabada, o conceito de integridade dinâmica é compreendido com uma qualidade dos bens patrimoniais que acolhe determinadas mudanças enquanto mantém a continuidade dos significados culturais no tempo. Neste entendimento, “a conservação tem que ser focada principalmente na continuidade de atributos significativos e suas relações, apesar da mudança de contexto e condições dos atributos.” (ZANCHETI; LORETTO, 2015, p. 90, tradução nossa)¹¹.

Desta foram, considerar a existência dos equipamentos esportivos e recreativos, Mineirão e Mineirinho, Parque Guanabara e Zoológico, dentre outros, na paisagem cultural do Conjunto Moderno da Pampulha como legítima é acolher camadas de história, de mudanças que ocorreram em outros tempos de construção desta paisagem e reconhecer novos valores sociais que nela se integram, seja em seu núcleo (core zone) como em seu entorno também sujeito a diretrizes de proteção (buffer zone) como paisagem cultural.

Importância dos elementos que transmitem o VUE do Conjunto

Três perguntas verificam o grau de importância dos elementos que transmitem o VUE do Conjunto junto aos respondentes, sendo: a importância da articulação visual entre os quatro edifícios do conjunto, a importância da facilidade de acesso entre os edifícios, a importância da visualização dos monumentos a partir dos mirantes e de outros pontos da orla da lagoa. Das 456 respostas obtidas para cada uma das três perguntas, a maioria (mais de 50%) considera muito importante e mais de 30% consideram importantes estes aspectos. Pouquíssimas respostas (1% ou menos) consideram nada importante. Estas respostas

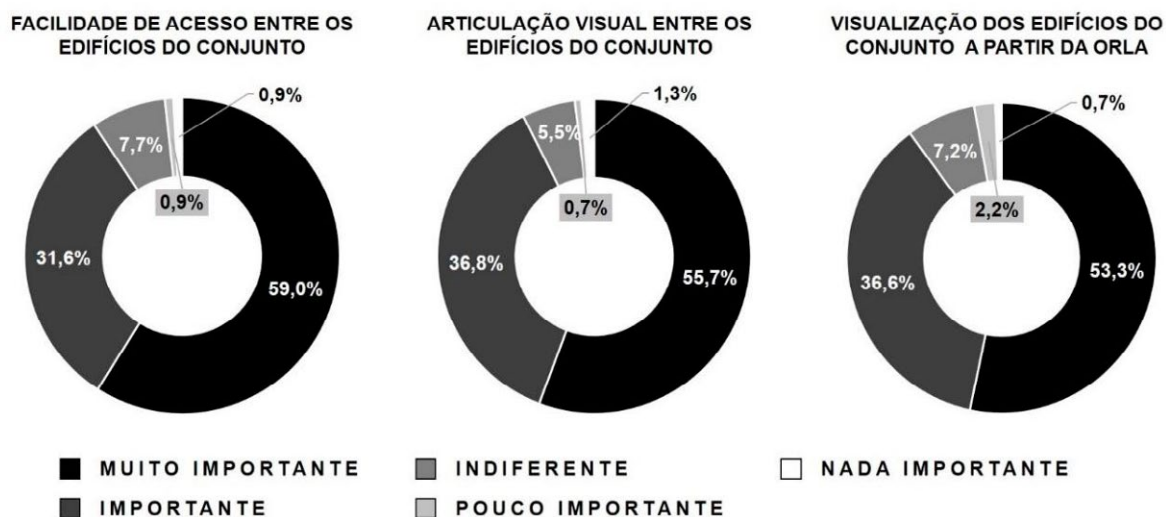
¹⁰ *Controlling change means fixing the attributes that express the meanings of heritage areas, and this is a task fated to be unsuccessful in complex cities or, even in not so complex urban sites.*

¹¹ *(...) conservation has to be focused mainly on continuity of significant attributes and theirs relations, in spite of the changing context and states of the attributes.*



apontam para o reconhecimento pela comunidade de elementos que possibilitam a fruição integrada dos bens que transmitem o VUE do Conjunto Moderno da Pampulha (Figura 9).

Figura 9. Importância dada pelos respondentes a aspectos relacionados à fruição integrada do Conjunto Moderno da Pampulha. Fonte: Elaboração dos autores, 2021.



Uso atual dos monumentos

Outra pergunta aferiu a opinião dos participantes da pesquisa sobre o uso atual de cada um dos edifícios. A maioria dos 456 respondentes concorda com a manutenção do uso atual dos edifícios (Figura 10).

Figura 10. Opinião dos respondentes sobre a manutenção do uso atual dos quatro edifícios do Conjunto Moderno da Pampulha. Fonte: Elaboração dos autores, 2021.

MANUTENÇÃO DO USO ATUAL DE CADA UM DOS EDIFÍCIOS DO CONJUNTO

MONUMENTO	OPÇÕES RESPOSTA			TOTAL
	SIM	NÃO	INDIFERENTE	
IGREJA SÃO FRANCISCO	404 89%	19 4%	33 7%	456 100%
MUSEU DE ARTE	386 85%	35 8%	35 8%	456 100%
IATE TÊNIS CLUBE	304 67%	71 16%	81 18%	456 100%
CASA DO BAILE	334 73%	59 13%	63 14%	456 100%



Expectativa quanto ao futuro do Conjunto

Investigou-se também sobre a expectativa dos respondentes quanto ao futuro do Conjunto Moderno da Pampulha através da pergunta: “*Como você acha que estará o Conjunto Moderno Pampulha no futuro? Por quê?*”. Dentre as 454 respostas obtidas para esta pergunta, 54%, acreditam que o Conjunto estará preservado no futuro, devido ao seu caráter como patrimônio, seu valor histórico, sua importância, por ser um atrativo turístico e ser reconhecido como patrimônio mundial. Outros respondentes, 11%, são mais cautelosos e pontuam que o futuro de sua preservação depende de uma boa gestão e da devida manutenção. Outros 18%, mais pessimistas, afirmam que o Conjunto não estará preservado devido principalmente à falta de manutenção e de recursos e, também, devido à poluição da lagoa. Outros 4% acreditam que estará nas mesmas condições atuais e 13% disseram não saber responder. A prevalência dos cenários de preservação do Conjunto na percepção dos respondentes aponta para o reconhecimento da importância de sua proteção como uma paisagem diferenciada e usos a ela associados que também devem ser, do ponto de vista comunitário, mantidos.

As diretrizes da gestão do Conjunto e os valores reconhecidos pela comunidade

Após comparar as diretrizes propostas para a gestão do Conjunto Moderno da Pampulha e os dados levantados junto à comunidade, verificou-se grande consonância entre os anseios da comunidade para esta área e as diretrizes de gestão e ações propostas no PGMCMP.

Dentre elas, destaca-se a manutenção da paisagem vergel da região como se busca garantir por meio de parâmetros da legislação urbanística em vigor (taxa de permeabilidade, percentual de maciços arbóreos e volumes construídos, cercas vivas nas divisas, tratamento com jardins dos recuso frontais a partir da orla), assim como ações de recuperação do paisagismo ao longo da orla (PRÁXIS, 2019, p. 51), e em outros pontos estratégicos da zona de amortecimento do Conjunto. Essas diretrizes ressoam entre as solicitações dos respondentes que clamam por mais áreas verdes quando questionados se mudariam alguma coisa nos bairros ao redor da lagoa da Pampulha. Outras recomendações propõem o resgate da continuidade visual entre a orla e os imóveis a partir do espaço público, por meio de substituição dos muros frontais por elementos que permitam a visualização dos jardins das residências para o entorno dos quatro monumentos, sintonizando também com os valores percebidos pelos respondentes. Quando indagados sobre o que mais gosta na Pampulha, a maioria das respostas referem-se a elementos da natureza, como áreas verdes e jardins.



Verificou-se ainda consonância entre as diretrizes do PGMCMP relativas aos usos ligados à recreação, cultura e lazer, melhoria da qualidade da água da lagoa e da acessibilidade aos edifícios do Conjunto e da manutenção dos espaços públicos.

CONCLUSÃO

A aplicação de uma das ferramentas da metodologia da abordagem HUL, o engajamento da comunidade, através da aplicação de questionário, foi o recurso utilizado na pesquisa para a verificação do reconhecimento pela comunidade dos elementos e atributos que transmitem o VUE da paisagem cultural do Conjunto Moderno da Pampulha, responsáveis por sua inclusão na Lista de Patrimônio Mundial.

Após a análise do material coletado na pesquisa de campo, verificou-se confluência entre os valores reconhecidos pela comunidade e pelos especialistas na paisagem da Pampulha. Constatou-se, ainda, que as políticas de proteção do Conjunto dialogam com os anseios do público consultado e pertinência na integração pretendida entre as ações de planejamento e proteção do patrimônio para a gestão desta paisagem.

O reconhecimento dos elementos e atributos da paisagem cultural do Conjunto Moderno da Pampulha pela comunidade, apurado na pesquisa, evidencia a importância do Conjunto para a vida local, além de contribuir para a sustentabilidade da conservação desta paisagem cultural. Zancheti e Hidaka (2014) partilham desta visão atestando que é necessário o envolvimento da comunidade local no conhecimento e acompanhamento da gestão de seu patrimônio para sustentabilidade da conservação.

Como recomenda a abordagem HUL, a sustentabilidade das áreas urbanas depende da manutenção do seu significado cultural, o qual é conformado pelos diversos processos sociais e formas de apropriação que aí se desenvolvem. Para isso, é necessário desprender-se da ideia de conservação como controle da mudança e adotar o conceito de integridade dinâmica proposto por Zancheti e Loretto (2015), permitindo determinadas mudanças no contexto dos bens patrimoniais enquanto mantém a continuidade dos significados culturais no tempo. A incorporação das imagens do Mineirão e do Mineirinho ao fundo da Igreja a partir da lagoa na paisagem cultural do Conjunto Moderno da Pampulha permite a continuidade de seus atributos e suas relações, abrigando novos elementos significativos oriundos da apropriação social e acolhendo novos valores sociais nesta paisagem urbana histórica.



Outra condição identificada, tanto pelos gestores quanto pelo público consultado, é o abandono e subutilização das residências de grande porte e alto padrão da região. Percebe-se a necessidade de incorporar ajustes nos parâmetros de uso do solo para conciliar a manutenção do aspecto predominantemente residencial dos bairros do entorno do Conjunto com as mudanças sociais quanto aos novos modos de morar e usos demandados pela dinâmica urbana contemporânea. E, assim, assegurar a manutenção dos atributos que transmitem o VUE da paisagem.

De acordo com os dados levantados na pesquisa, apura-se que a comunidade reconhece os elementos e atributos que transmitem o VUE da Paisagem Cultural do Conjunto Moderno da Pampulha e que o PGMCMP contempla diretrizes e ações para a conservação desses valores. São estes elementos e atributos intrínsecos à área aqueles responsáveis por propiciar a fruição do Conjunto como uma paisagem viva, dinâmica e diferenciada constituída pela lagoa, sua orla, os maciços arbóreos articulados com os monumentos e os usos de seu ambiente construído e dos espaços livres que os envolvem. Evidencia-se, ainda, sua apropriação como parque urbano pela população e sua relevância no contexto da cidade de Belo Horizonte. A Pampulha é considerada por alguns respondentes como um oásis no cenário urbano conturbado e homogeneizante, possibilitando o contato com a natureza, atividades de lazer e prática de esporte ao ar livre.

Devido às condições impostas pela pandemia com restrição do contato social, não foi possível a realização de entrevistas *in loco* dentro do prazo da pesquisa, o que impossibilitou maior diversificação do universo pesquisado para alcançar outros perfis socioeconômicos não contemplados pelo questionário *online*. No entanto, considera-se que os dados obtidos podem contribuir para estudos futuros, como outras análises de percepções e valores estratificadas por grupos específicos de frequentadores, moradores locais e de outras regiões da cidade, bem como para a realização de ações que envolvam a comunidade no monitoramento do reconhecimento público do Bem e na avaliação do VUE do Conjunto Moderno da Pampulha junto a diferentes atores sociais.

Considerando que o compartilhamento dos valores patrimoniais pela comunidade contribui para a melhor gestão e monitoramento de uma paisagem cultural, um maior envolvimento da comunidade na gestão desta paisagem cultural poderá, como preconiza a abordagem HUL, conferir maior efetividade às ações governamentais.



Referências:

ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de. The Modern Pampulha Ensemble Case: the management plan as an integrating strategy for heritage protection actions. In: **New paradigms and instruments for bio-cultural landscape management**. Torino: UNESCO, n.2, p. 28-35, 2017.

BANDARIN, Francesco; OERS, Ron van. **The historic urban landscape: managing heritage in an urban century**. UK: Wiley Blackwell, 2012.

CARSALADE, Flávio de Lemos; SOUSA, Maria de Lourdes Martins Alves de. Conjunto Moderno da Pampulha: evolução da sua gestão desde a sua candidatura a patrimônio mundial da humanidade. In: AMOROSO, M. R.; GUIMARAENS, C.; DIAS, D.; COSTA, A.; TAVARES, A. (org.). **Patrimônio Arquitetônico Brasil – Portugal**. (pp. 129-138). Rio de Janeiro: Proarq; Aveiro: Universidade de Aveiro, 2020. p. 129-138. Disponível em: https://www.academia.edu/44054882/Patrim%C3%B4nio_Arquitet%C3%B4nico_Brasil_Portugal. Acesso em: 14 set. 2020.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê de Candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. Brasília: IPHAN, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: GOMES, Romeu et al. (orgs.). In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

PRÁXIS PROJETOS E CONSULTORIA LTDA. **Proteção, gestão e monitoramento do bem: atualização das seções 5 e 6 do dossiê de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha**. Belo Horizonte: Práxis Projetos e Consultoria Ltda, 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO, 2005a. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide05-en.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.



UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Vienna memorandum on world heritage and contemporary architecture**: managing the historic urban landscape. Paris: UNESCO, 2005b. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-15ga-inf7e.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Recommendation on the historic urban landscape**. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **The UNESCO recommendation on the historic urban landscape**: report of the second consultation on its implementation by member states. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/activities/638>. Acesso em: 20 maio 2020.

ZANCHETI, Sílvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna**. Olinda: CECI, 2014. Disponível em: <http://ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/59-textos-para-discussao/666-texto-para-discussao-v-57.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ZANCHETI, Sílvio Mendes; LORETTO, Rosane Piccolo. Dynamic integrity: a concept to historic urban landscape. **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 82-94, maio 2015. Disponível em: <https://www-emerald.ez27.periodicos.capes.gov.br/insight/content/doi/10.1108/JCHMSD-03-2014-0009/full/html>. Acesso em: 26 out. 2020.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

A HABITAÇÃO COMO RETÓRICA DA NAÇÃO: INVESTIMENTOS, NEGÓCIOS E LEIS DO BRASIL NO CONGRESSO DE HABITATION À BON MARCHÉ DE BRUXELAS EM 1897

**Housing as rhetoric of the nation: investments, business and laws of Brazil in the
Congress of Habitation à Bon Marché in Brussels in 1897**

REIS, Philippe Arthur dos.

Doutorando. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas (História)
philippearthur@hotmail.com



Resumo

A legislação possui um lugar central nos debates da história da urbanização das cidades brasileiras, sobretudo na bibliografia produzida ao longo da década de 1990. Outros documentos como os relatórios de congressos se evidenciam como ricas fontes de pesquisa documental, não apenas pelo seu conteúdo, mas pela possível articulação com outras séries documentais. Os Congressos Internacionais de Habitation à Bon Marché, realizados em cidades europeias entre os anos de 1889 e 1913, se mostram assim como um importante ponto de discussão, com especial destaque à sua quarta edição, no ano de 1897, na cidade de Bruxelas. Naquela ocasião, um relatório sobre as práticas de isenção fiscal realizadas no Rio de Janeiro, foi um dos assuntos debatidos, o que serviu não apenas para impulsionar o debate sobre a habitação, mas de atrair pequenos e médios investimentos ao Brasil. Assim, buscamos não apenas historicizar os antecedentes das promulgações legais, mas perceber os diferentes agentes envolvidos, suas articulações e como se deu o processo de circulação e em prol de investimentos para a então capital brasileira.

Palavras-chave: Legislação habitacional. Congressos de Habitação. Habitation a Bon Marché.

Abstract

Legislation has a central place in debates on the history of urbanization in Brazilian cities, especially in the bibliography produced during the 1990s. Other documents such as congress reports are evident as rich sources of documentary research, not only for their content, but also for possible articulation with other documentary series. The International Congresses of Habitation à Bon Marché, held in European cities between 1889 and 1913, are thus an important point of discussion, with special emphasis on its fourth edition, in 1897, in the city of Brussels. On that occasion, a report on tax exemption practices carried out in Rio de Janeiro was one of the topics discussed, which not only served to boost the debate on housing, but also to attract small and medium-sized investments to Brazil. Thus, we seek not only to historicize the antecedents of legal enactments, but to understand the different agents involved, their articulations and how the circulation process took place and in favor of investments for the then Brazilian capital.

Keywords: Housing legislation. Housing Congresses. Habitation à Bon Marché.



A HABITAÇÃO COMO RETÓRICA DA NAÇÃO: INVESTIMENTOS, NEGÓCIOS E LEIS DO BRASIL NO CONGRESSO DE HABITATION À BON MARCHÉ DE BRUXELAS EM 1897

As reflexões sobre o processo de construção de moradias destinadas à população mais pobre acompanharam a história e a historiografia do Brasil ao longo do século XX. Debatido por áreas como a Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, Geografia e a História, pode-se perceber como o campo de investigações sobre a habitação social é vasto e ao mesmo tempo divergente no que tange à perspectiva de compreender o tema à luz dos processos de urbanização que as cidades tiveram a partir do final do século XIX, bem como da forma de análise das fontes.

A década de 1990 reacendeu o debate, na medida em que diferentes movimentos sociais se articulavam para a construção de moradias por meio do sistema de mutirões, em prol da urbanização de favelas e pela implantação de equipamentos sociais e culturais nos seus respectivos bairros. No caso da cidade de São Paulo, se percebe como muitas das obras que tratavam da história da habitação buscavam vincular o papel do Estado ao longo do tempo, tido como a entidade responsável por prover ou não moradias para aqueles que mais necessitavam.

Dessa forma, obras como *Eu não tenho onde morar*, de Eva Blay (1985); *A construção de um sonho*, de Marisa Carpintéro (1997); *A cidade e a lei*, de Raquel Rolnik (1997); *Origens da Habitação Social do Brasil*, de Nabil Bonduki (1998); o capítulo “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, de Paulo Garcez Marins (1998), publicado na coleção *História da Vida Privada no Brasil*; além do livro *A República ensina a morar (melhor)*, de Carlos Lemos (1999), se tornaram referenciais para os estudos históricos da questão da moradia paulistana, notadamente para o período das últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, contexto marcado pela transição da mão de obra escravizada para a livre, e a mudança do regime político brasileiro, de uma monarquia para uma república. Esses e outros trabalhos abriram portas de investigação para outras pesquisas, que aprofundaram a temática por meio da pesquisa e descoberta de novos programas arquitetônicos, da introdução de materiais e técnicas construtivas, dos debates ocorridos em congressos e palestras ministradas por intelectuais e agentes ligados aos governos, além de outros campos de análise.

Se percebe como a legislação e as iniciativas do poder público que tratavam da construção de moradias, possuem uma centralidade nas discussões sobre a história da habitação, encarada geralmente como um dispositivo do mercado imobiliário e resultado de uma ação



verticalizada, em que sua existência se dava única e simplesmente por uma articulação de pessoas ligadas à cúpula político-administrativa da cidade ou do Estado de São Paulo, como empresários e políticos. Talvez essa maneira de encarar o passado, muito se deva à uma forma de se contrapor aos terríveis anos da ditadura civil-militar brasileira, em uma lógica de busca de esperança e de reconstrução do Estado nacional brasileiro pós 1985, e sobretudo pós 1988, com a promulgação da chamada Constituição Cidadã.

Há de se colocar em perspectiva que as obras citadas anteriormente não são convergentes em todos os pontos abordados, não apenas pela ênfase na questão cultural ou política, mas pela abordagem dos sujeitos históricos mobilizados, além do tratamento das fontes. Josianne Cerasoli e Marisa Carpintéro (2009) já discutiram esse aspecto de como a história da cidade foi mobilizada na produção intelectual de arquitetos paulistas, por exemplo. A legislação é um elemento constante nessas e em outras obras, ao ponto de ser compartilhada a noção de elemento disciplinador da sociedade e de manutenção do *status quo* da burguesia local, regional ou nacional.

Evidentemente que é a partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas e seu grupo ao poder federal que há uma iniciativa de construção de moradias para determinados setores sociais, como funcionários que contavam com aplicações nos fundos de garantia e previdência nos Institutos de Aposentadoria e Pensão. Os “pioneiros da habitação”, como descritos por Bonduki, fazem referência direta às primeiras grandes ações políticas de concretização de projetos de habitação social no país, e dessa forma, a própria materialidade dos conjuntos habitacionais construídos auxiliam a compreender e criar um imaginário do Estado como provedor de moradias para os setores mais pobres da sociedade brasileira.

Se de um lado a legislação e os projetos arquitetônicos foram largamente utilizados pela historiografia, de outro, relatórios, pareceres técnicos e conferências que trataram da temática habitacional não tiveram o mesmo direcionamento de olhares. Muitas das reuniões e conferências promovidas pelo poder público, iniciativa privada e por movimentos sociais não foram analisadas com acuidade, existindo assim uma lacuna de uso documental, sobretudo quando tratamos das décadas finais do século XIX.

Alguns eventos foram mobilizados por aquela bibliografia citada, como o Primeiro Congresso de Habitação em São Paulo e a Jornada da Habitação Econômica, respectivamente ocorridos em 1931 e 1941. Certos profissionais como engenheiros, arquitetos, sociólogos, médicos e assistentes sociais ganharam destaque nesses eventos, os quais debateram o que entendiam como “habitação econômica”, propondo assim alternativas às demandas de moradia que se faziam cada vez mais evidentes nas cidades brasileiras.

As discussões sobre a moradia higiênica e barata foi um fenômeno internacional que ganhou força nas discussões políticas e econômicas das transformações de consolidação dos Estados nacionais ao final do Oitocentos. Uma das formas de reagir à demanda por moradia



e conter os movimentos sociais das cidades, foi a formação dos Congressos Internacionais de *Habitation à Bon Marché* (CIHBM), uma forma de baratear os custos de produção de habitações e ao mesmo tempo servir como dispositivo de valoração de terrenos.

Surgidos como desdobramento da Société Française des Habitations à Bon Marché, uma organização surgida ainda na década de 1870, que visava a construção de moradias mais baratas, os CIHBM tiveram sua primeira edição em 1889, quando da edição da Exposição Universal de Paris. Naquela ocasião, a capital francesa se apresentava como uma potência econômica internacional e integrava nos seus pavilhões uma sessão dedicada à Economia Social, onde estaria abrangida a temática da moradia por meio da realização do primeiro Congresso de Habitation à Bon Marché.

As edições seguintes dos CIHBM seriam realizadas nas cidades de Antuérpia (1894), Bordeaux (1895), Bruxelas (1897), novamente em Paris (1900), Dusseldorf (1902), Liège (1905), Londres (1907), Viena (1910) e Roterdã (1913), as quais contariam com expositores de diversas nacionalidades expondo ideias e proposições à temática da habitação, como o barateamento de custos, a eliminação de cortiços e estalagens, inovações tecnológicas e sobretudo a apresentação de suas respectivas cidades como espaços de investimento do capital.

Assim como a primeira edição, o quarto *Congrès International des Habitations a Bon Marché*, ocorrido entre os dias 23 a 25 de julho de 1897, também aconteceu concomitantemente à Exposição Internacional de Bruxelas, como forma de integrar as discussões ali realizadas e promover o império colônia belga. Foi nessa edição (e possivelmente a única), que o Brasil enviou uma delegação para debater a questão da moradia no país e apresentar soluções à questão da moradia.

Por meio da análise do relatório de seu apresentador, o Ministro Francisco Vieira Monteiro, podemos entender como a questão da moradia era debatida naquele círculo de congressistas, mas sobretudo de como as proposições brasileiras foram apresentadas. As *Actes du Congrès International des Habitations a Bon Marché tenu a Bruxelles*, se mostram assim como um rico material de análise, que, se combinado com outras fontes nos permite tecer uma melhor compreensão de como a questão da habitação era debatida internacionalmente e de como os países se alinhavam econômica e politicamente naqueles anos finais do século XIX.



O Congresso de Habitation à Bon Marché de 1897

O convite à participação das delegações nacionais para o IV CIHBM, escrito pelo então diretor do Ministério da Indústria e do Trabalho da Bélgica, Jean Dubois, e pelo Primeiro-Ministro August Beernaert (que também ocupava o cargo simbólico de presidente do congresso), fazia menção à “influência sobre o desenvolvimento da legislação e de trabalhos que tratavam da questão das habitações operárias”, operado por meio de um “espírito estritamente científico” e que assim, contribuiriam para a “melhoria da sorte dos seus trabalhadores”.

A circular evidenciava que a organização do comitê tinha conhecimento das várias legislações que visavam a construção de casas para os setores mais pobres até aquele ano de 1897, se fazendo necessário um balanço para que se colocassem em pauta os problemas observados e as soluções possíveis para aquele grupo. Apesar do congresso se chamar HBM e a todo momento fazer referência aos operários, trabalhadores, pessoas pobres e indigentes, estes não foram incorporados como partícipes do debate e sobretudo na destinação oficial dessas habitações, como observado por Susanna Magri (1991, p. 37). A socióloga chama a atenção para o fato da mudança de vocabulário ocorrida ao longo das duas últimas décadas do Oitocentos, que de “habitation ouvrière”, o debate político se encaminhou para “habitation à bon marché”¹

Doze questões pautaram essa edição do CIHBM, as quais, em linhas gerais, buscavam entender qual o papel do poder público na construção de habitações mais baratas; quais as pesquisas feitas para melhor entender a situação higiênica das habitações operárias; as regras gerais (técnicas, higiênicas e financeiras) para a construção dessas habitações, ocupadas em geral por muitas famílias; e por fim, questionavam qual a recomendação para as sociedades de construção ou de crédito relativas às promoção de habitações mais baratas. De fato, uma das preocupações centrais desse congresso (e mesmo nas edições seguintes), era como o pequeno capital podia ser introduzido no investimento das cidades, e a habitação passar a ser considerada uma das formas de investimento direto.²

¹ O que também pode ser observado nos debates parlamentares da Câmara de Vereadores de São Paulo e na Câmara dos Deputados Federal do começo do século XX, quando diferentes conceitos sobre a habitação passam a ser disputados sobretudo por políticos legislativos. Em um primeiro momento buscamos estabelecer conexões desse CIHBM com as discussões parlamentares brasileiras, o que faremos em um posterior trabalho.

² Esse pequeno capital, acumulado em geral por profissionais liberais, pequenos comerciantes e mesmo operários, é o que deu ensejo para a formação dos setores médios urbanos ao longo do século XIX. A historiografia tem conferido atenção ao tema, sobretudo pela aplicação de conceitos que possam sintetizar esse grupo diverso, como “classes moyennes” ou “pequena burguesia” na França e Bélgica. A historiadora Mercé Renom chama a atenção para a diversidade social do conceito de “classes



110 congressistas estrangeiros e 395 belgas participaram das discussões e debates promovidos no congresso, além de realizarem visitas à Seção de Economia Social³, às casas operárias construídas recentemente em Bruxelas e até mesmo ao Parque Tervueren, onde se localizava a grande mostra do projeto colonial belga com uma seção dedicada à exposição de 267 congolezes em uma espécie de “zoológico humano”, que, confinados em cercas, cada espaço reproduzia a casa dessas pessoas na colônia africana (figura 1). Não parece ser fortuito existir um espaço dedicado à moradia de povos africanos, compreendidos como grupos a serem “civilizados”, tal qual a ideia de extinção dos *taudis* (cortiços e estalagens) nas cidades.

Figura 1: Parte da mostra colonial da Exposição Internacional de Bruxelas contou com uma área dedicada para “visita” às moradias dos povos colonizados no Congo.

Fonte: Collection MRAC Tervuren; photo A. Gautier, 1897.



médias”, ao mesmo tempo que muitas vezes os termos podem ser ambíguos ou insuficientes, quando não, mal empregados (RENOM, 1998, p. 75-92).

³ O *Musée Social* desempenhou um notório trabalho de pesquisas sobre as condições de vida da população francesa, notadamente a parisiense, bem como foi um espaço de debate sobre o urbanismo e habitação. Fundado paralelamente aos eventos da Exposição Universal de 1889, reuniu ao longo do século XX, uma inestimável coleção documental de congressos, pesquisas, fotografias e outros materiais sobre a temática da habitação e economia social. Atualmente seu acervo encontra-se em fase de tratamento e catalogação no *Grand Equipement Documentaire* do Campus Condorcet, em Aubervilliers, onde localizamos as atas do CIHBM aqui analisadas.



Representantes da Alemanha, Áustria, Brasil, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Rússia, Suécia e Suíça apresentaram à delegação da Bélgica as proposições efetuadas sobre a questão habitacional em seus respectivos países, o que servia não apenas como forma de apresentação dos materiais e técnicas utilizadas, e de conhecimento das formas de amortização de impostos para a dinamização de novas construções nas cidades, mas como uma medida de propaganda de investimento naqueles países.

Apesar das delegações estarem separadas de acordo com os nomes dos seus respectivos países, o desenrolar do congresso não se deu necessariamente pela exposição dos mesmos, mas por temáticas que discutiam os problemas e soluções sobre o modo de produção de habitações salubres e baratas. Uma das sessões era dedicada ao estudo de caso de concursos de premiação de projetos que tratavam de habitações operárias, atreladas à propriedade privada. Seria nesse último tópico que o representante do Brasil, o ministro plenipotenciário Francisco Vieira Monteiro, esboçaria um panorama das ações efetuadas em seu país sobre a questão da habitação.

A habitação como projeto de uma cidade da nação – eis que o Brasil se exporta

O pernambucano Francisco Vieira Monteiro (1849-1898), possuiu uma longa carreira nos serviços diplomáticos do Brasil em diferentes países europeus, tendo passado por Portugal, Espanha, França e Bélgica (ALMANACK LAEMMERT, 1899, p. 45). Certamente ocupou o papel de representante do Brasil na ocasião do Congresso de HBM em Bruxelas justamente porque ali era o seu espaço de trabalho e atuação política naquele ano de 1897, diferente da grande maioria dos demais palestrantes que atuavam nos seus respectivos países, quase sempre com negócios urbanos. Outro fator chama a atenção para sua escolha, que foi uma forma de suprir a ausência de um pavilhão brasileiro na ocasião da Exposição Internacional de 1897, e dar continuidade à política de evidência do país no comércio internacional como praticado em exposições anteriores (BARBUY, 2006; ATIQUE, 2010). Essa política de projeção e de afirmação do Estado nacional brasileiro efetuada ao longo do último quartel do século XIX, pode também ser entendida a partir dos debates sobre a questão habitacional, que está intimamente ligada ao debate de industrialização e modernização da sua economia⁴.

⁴ De acordo com um catálogo de obras brasileiras em francês, de Anatoile Louis Garraux, Francisco Vieira Monteiro também foi o autor de “La colonisation au Brésil. Notice présentée au Congrès International Colonial de Bruxelles em 1897”, trabalho que ainda não localizamos, mas presumimos pelo título que pode dialogar com o propósito de evidência do país no mercado e nas relações políticas internacionais, dadas as tentativas de ocupação territorial e de imigração favorecidas por governos provinciais, posteriormente estaduais.



A comunicação de Vieira Monteiro neste congresso de HBM esboçou um panorama de leis que remontavam ao antigo Império Brasileiro, as quais tratavam de isenções fiscais para a edificação de vilas operárias na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Lendo a disposição das leis exemplificadas no texto, se percebe como o autor buscava conferir uma longevidade sobre o do debate da habitação no Brasil, remontando à década de 1850, quando das primeiras ações que buscavam a desapropriação de terrenos. Contudo, as mais recentes ações do governo brasileiro sobre a questão da moradia estavam pautadas a partir do decreto legislativo nº 3.151 de 09 de dezembro de 1882, que concedia “favores a Americo de Castro e ás empresas que se organizarem com o fim de construir edificios para habitação de operários e classes pobres, na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores” (ACTES DU CONGRÈS..., 1897, p. 362). Essa lei, era tida pelo então ministro como um modelo de conceção de favores para assim dinamizar a construção de casas, não exclusivas às classes operárias, mas “em geral à classe indigente”.

Fora as questões de ordem legal que buscavam apresentar a existência de medidas que visavam a construção de habitações no Rio de Janeiro, chama a atenção a apresentação de Vieira Monteiro sobre existir uma preocupação com a “demolition des *cortiços*”, acompanhado da palavra “ruches”, que literalmente significa o cortiço de abelhas⁵. Essa preocupação com a demolição de espaços considerados insalubres ganhou fôlego naquele Congresso de HBM, pois, se de um lado havia uma preocupação com as condições sanitárias da população visando a preservação da mão de obra empregada nas cidades, de outro era uma oportunidade de que a economia desses lugares fosse aquecida por meio do mercado imobiliário. A discussão é prolongada, por exemplo, por Albert Soenens, um juiz que também ocupava a presidência do Comitê de Patronage de Bruxelles-Ouest e a vice-presidência da Association pour l’Amelioration des Logements Ouvriers. Para ele, a atenção aos *taudis* era uma medida da solidariedade humana daqueles que ali estavam reunidos, para com aqueles que viviam os espaços imundos e nauseantes (ACTES DU CONGRÈS..., 1897, p. 82).

O texto de Francisco Vieira Monteiro faz também alusão ao acordo firmado com Arthur Sauer para a organização de uma companhia que construísse habitações operárias. Divididas por classes sociais, cada casa construída no complexo era destinada à uma família com diferentes rendimentos, de modo que aluguel versaria entre 10\$ e 40\$ réis mensais. Ao total são cinco vilas operárias descritas pelo então ministro: Rui Barbosa, Arthur Sauer, Sampaio, Senador

⁵ Evidentemente que houve uma correspondência da associação dos espaços de morada da população pobre e trabalhadora com os espaços de habitação de animais, muitas vezes chamados de “formigueiros humanos” ou “cortiços de operários”. No entanto, para o caso mencionado, a melhor palavra traduzida para a língua francesa em torno dos “cortiços” possivelmente seria “taudi”, frequentemente utilizada nos relatórios de inspeção de Paris e em obras de médicos e engenheiros locais do século XIX. Ver: CHEVALIER, 1969; BRESCIANI, 1982.



Soares e Maxwell, tidas como exemplos de uma iniciativa de saneamento da cidade em que podia ser observada uma redução do número de pessoas mortas por febre amarela. Nesse caso, o autor se utiliza de uma comparação numérica da população que habitava tais vilas: 4.767 pessoas, das quais apenas 33 morreram, e desse número 6 de febre amarela.⁶ A febre amarela era uma preocupação central dos poderes políticos brasileiros, sobretudo pelas epidemias que constantemente atingiam cidades como São Paulo, Salvador, Campinas e o próprio Rio de Janeiro. Logo, não é de se desmerecer que Vieira Monteiro cite os trabalhos de intervenção do poder público sobre as habitações mais pobres como uma forma de conter o avanço da doença no país.

Os números de pessoas mortas, obtidos a partir de um quadro esboçado pelo próprio Arthur Sauer, buscam colocar em perspectiva as iniciativas realizadas pela iniciativa privada na então capital brasileira e sua pronta-conexão com a salubridade local. Logo, três pontos evidenciam como o Brasil, a partir do Rio de Janeiro, se mostrava como um espaço organizado e pronto para receber investimentos externos, o que se dava pela existência de leis em favor da construção de casas para as “classes indigentes”; os cortiços estarem na mira da demolição do poder público; e iniciativa privada agir como um intermediador desse feito, construindo os novos equipamentos habitacionais, os quais inclusive, ajudaram a baixar o número de mortos por doenças na cidade.

Luciana Além Genari percebe como a ação empreendedora de Arthur Sauer e de outros empresários cariocas, serviram de modelo para a implementação de outras iniciativas adotadas pelo governo a determinados particulares. O que não significa que fossem alvo de contestação e de uma “série de denúncias contra esse sistema de concessão de privilégios” (GENARI, 2013, p. 154). Esse processo de contestação política da habitação, coloca em cena a articulação dos diferentes grupos que habitavam a cidade, mas também de como o ambiente republicano proporcionava um novo ambiente de vivência e de construção da cidadania, “à disputa de opiniões e à luta pela democratização do pleno acesso aos direitos civis e políticos” (BRESCIANI, 2003, p. 29).

A construção retórica do relatório evidencia como a aposta da concessão de isenções fiscais para a habitação podia ser um modelo rentável e símbolo da salubridade para as cidades que constantemente eram afetadas por epidemias, sobretudo as litorâneas.

No Rio de Janeiro havia lucro garantido nos aluguéis, um mercado disponível e em expansão, e uma organização política que supostamente estabilizava o país por meio de suas instituições públicas e privadas. Assim, o debate sobre moradia servia também como uma oportunidade de aplicação do capital estrangeiro na cidade, ainda que não tenha esboçado

⁶ Elaborado pelo médico Soeiro Guarang, pelo chefe do escritório central da companhia F. Krug, pelo secretário J. Leitão de Almeida e pelo diretor e tesoureiro J. F. Fróes da Cruz.



as tensões e embates daqueles que obtinham as concessões e mais ainda, de como a população se articulava localmente.

Além do quadro demonstrativo das vilas operárias cariocas, o relatório acompanhava as plantas arquitetônicas do edifício da Vila Rui Barbosa (figura 2), além de uma série de documentos que buscavam embasar a organização do Rio de Janeiro naquele ano de 1897. Acompanhavam o texto de Vieira Monteiro um conjunto de opiniões escritas por diferentes instituições locais que tratavam do melhoramento das habitações, assinados pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Club de Engenharia, Academia Imperial de Medicina⁷, além de um livreto com 13 opiniões oficiais sobre as vantagens de construção de vilas operárias na então capital brasileira, as quais se destacam a da Casa Krupp, do prefeito Cândido Barata Ribeiro, do diretor de obras Francisco Furquim Werneck de Almeida, do ex-diretor Luiz Rafael Vieira Souto, além de um relatório do presidente da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, João Pedro Francisco Arthur Sauer.

O time de médicos e engenheiros referendava uma lista de 12 fotografias da cidade que não constam nas Atas do Congresso de HBM, mas que pela legenda das mesmas nos induz a pensar sobre a situação sanitária carioca, como do açougue da vila operária Rui Barbosa, a situação das suas ruas, bem como a fachada e entrada, que, pelos desenhos arquitetônicos também encaminhados, se tratavam de edifícios de dois pavimentos, à luz de um falanstério. O relatório coloca que

La collection de photographies, bien qu'incomplète, ainsi que les cartes, tableaux statistiques, opinions, rapports et plans de cités ouvrières de Rio de Janeiro, que je mets à là disposition de MM, les membres du Congrès pour qu'ils veuillent bien les examiner, démontrent mieux que tout ce que je pourrais dire dans ce rapport fait un peu à la hâte, ce qui a été organisé jusqu'aujourd'hui au Brésil, pour le bien-être des classes pauvres et ouvrières (ACTES DU CONGRÈS..., 1897, p. 368)⁸.

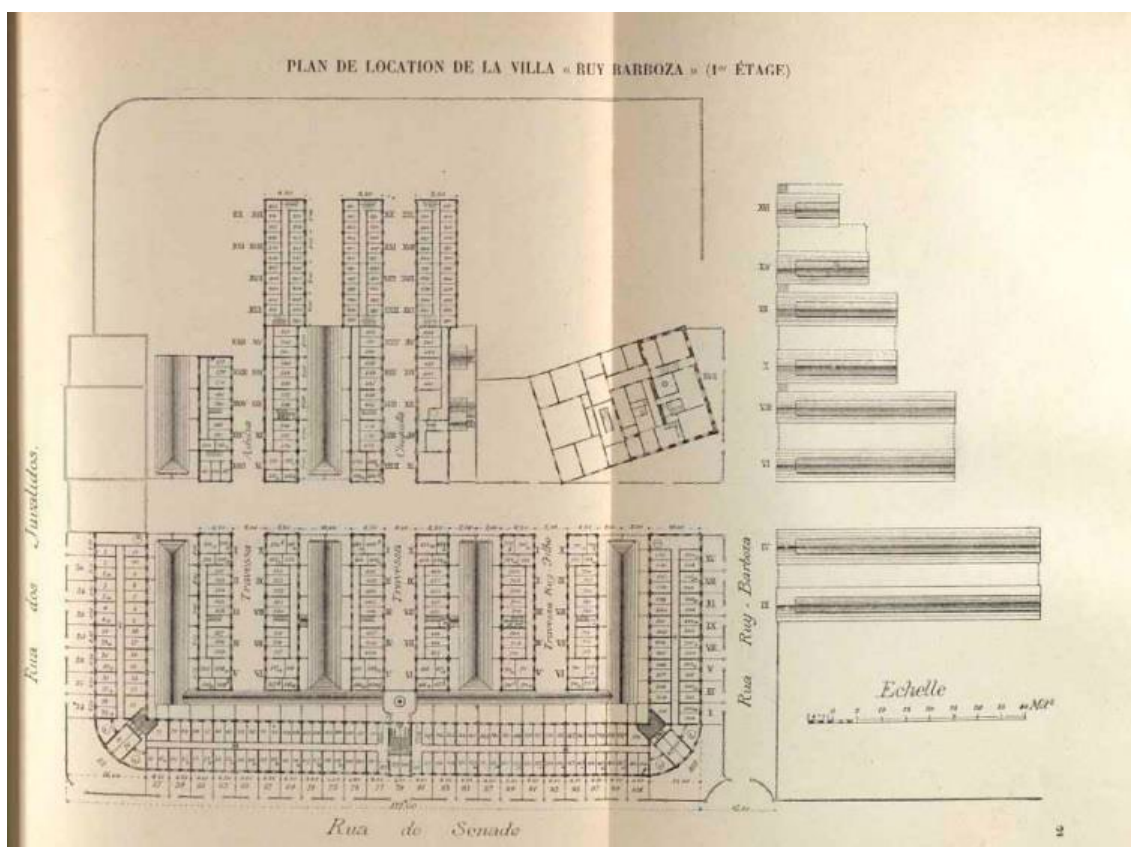
⁷ O documento em questão pode não ter sido elaborado pelo ministro Francisco Vieira Monteiro, tendo em vista que desde a instauração do novo regime republicano em 1889, houve a supressão dos nomes que se remetiam à monarquia, que no caso da Academia Imperial de Medicina passou a denominar-se Academia Nacional de Medicina. Não parece ser um mero detalhe quando se trata de um indivíduo que atuava como correspondente direto do Brasil com outros países e conhecia as os nomes e conceitos do novo regime político em vigor.

⁸ “A coleção de fotografias, bem como os mapas, tabelas estatísticas, pareceres, relatórios e plantas dos conjuntos habitacionais operários do Rio de Janeiro, que coloco à disposição dos senhores membros do Congresso para que possam examiná-los, demonstram melhor do que qualquer coisa que eu poderia dizer neste relatório um tanto apressado, o que foi organizado até hoje no Brasil para o bem-estar das classes pobres e trabalhadoras”. Tradução livre e sublinhado pelo autor.



Palavras e imagens se articulam para que se crie uma visualidade sobre o espaço, de modo que se potencialize um imaginário de quem lê o relatório e o acompanha com as fotografias e plantas arquitetônicas. Para o ministro Vieira Monteiro, as imagens carregavam um poder maior que o seu próprio texto, evidenciando a organização política do Brasil e o seu preparo e respeito para com a população pobre e operária. A quarta edição do Congresso de HBM serviu como uma importante forma de apresentar ao mundo a oportunidade de expansão dos negócios brasileiros a partir do Rio de Janeiro, ainda que com números modestos quando comparados às demais apresentações quando se trata daqueles que aparentemente foram beneficiados por morar nas vilas operárias.

Figura 2 – Uma das plantas colocadas como modelo de salubridade e rentabilidade das vilas operárias do Rio de Janeiro. Fonte: ACTES DU CONGRÉS..., 1897, anexo 2.



O relatório em questão também nos faz pensar sobre um outro objetivo ali implícito. Por mais que não conste a palavra “imigração”, os dados mobilizados em torno do valor locativo das casas e do baixo número de mortos referendados por uma série de profissionais e políticos, permite questionar se o documento em questão não serviu como medida para absorver mão de obra estrangeira e mesmo o pequeno e médio capital desses agentes. Mais do que demonstrar um projeto econômico ou a existência de leis que garantiam a redução de



impostos, o relatório chama atenção para um Rio de Janeiro que se apresentava como espaço de investimentos, dada as experiências bem sucedidas dos empresários que construíram as vilas operárias ali descritas.

A imigração não é um assunto debatido pela maioria dos expositores dessa edição do congresso, as poucas menções são feitas justamente por Samuel McCune Lindsay, professor da Universidade da Filadélfia e vice-presidente da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais. Para o também sociólogo, a densidade da população deveria ser um dos fatores de análise do poder público para melhor compreender a questão da habitação, que no caso de Nova York, a migração progressiva era um fator de destaque, pois, ali “76% des habitants de New-York sont nés d’une mère étrangère, et que les 43% de la population blanche sont nés à l’étranger” (ACTES DU CONGRÈS..., 1897, p. 382c)⁹.

Para conferir peso às qualidades e opiniões traçadas pelos profissionais e políticos brasileiros sobre as vilas operárias do Rio de Janeiro, Francisco Vieira Monteiro se utiliza da citação de um agente ligado à Casa Krupp, que presumimos ser Albert Schinzinger. Nos quatro pequenos parágrafos, o empresário alemão chama a atenção para os projetos executados na então capital federal e nos seus subúrbios, acrescentando que a questão de disponibilizar habitações higiênicas aos operários é da mais alta importância para a indústria de todos os países, e certa questão estaria inteiramente ligada ao progresso ou decadência das forças produtivas do país. Ao citar que conhece a organização de vilas operárias em diversos países, expõe que

J’ai été saisi d’admiration devant la disposition grandiose de vos diverses villas ouvrières, qui, jusque dans leurs moindres détails, sont exécutées d’une manière confortable, et j’ai été réellement surpris de rencontrer au Brésil de semblables agglomérations d’habitations ouvrières, *les meilleures à tous les points de vue* parmi les cités ouvrières que j’ai eu l’occasion de visiter dans divers États de l’Europe, de l’Amérique du Nord et du Sud, et *semblables* aux villas ouvrières de Mulhouse, de Milan et à celles des établissements de Krupp, à Essen, qui sont considérées comme *les meilleures en Europe* et qui répondent parfaitement au but auquel elles sont destinées.

Toutes nouvelles pour moi ont été vos 380 habitations pour ouvriers célibataires qui, sur une grande échelle, sont installées à la villa Ruy-Barbosa.

⁹ “76% dos nova-iorquinos nasceram de mães estrangeiras e 43% da população branca nasceu no exterior”. Tradução livre do autor. Interessante pensar como a questão racial é apontada nos Congressos de HBM, pois, em geral, a figura do imigrante branco é mobilizada positivamente como um fator do “progresso das nações”. Nesse trecho sobre Nova York, fica evidente a tentativa de classificação racial da cidade a partir da branquitude, e logo, de não levar em consideração outros grupos que lá viviam, notadamente a população afro-americana.



Je les trouve extrêmement pratiques et *je recommand leur imitation* aux grandes cités, principalement em disposant chaque groupe de dix à douze communs, comme em votre villa, avec bain et douche, latrine avec caísse automatique et entrées séparées pour chaque chambre et sans qu'ils communiquent avec les locaux réservés aux familles. La jouissance de toutes ces commodités, y inclus la propreté respective, ne dépasse pas le loyer mensuel de 17\$, somme que je juge extrêmement minime comparativement aux conditions de l avie d'ici et à celles d'Europe (ACTES DU CONGRÈS, 1897, p. 369).¹⁰

Ao estabelecer comparação com o custo de vida na Europa, e arriscar inclusive que o modelo de casas construídos no Rio de Janeiro podia ser comparado às melhores existentes no Velho Continente, Vieira Monteiro encerra sua fala como uma legítima propaganda do Brasil como terra a ser explorada comercialmente pelo pequeno e médio capital. A existência de acomodações higiênicas, comodidade, baixo aluguel, quartos para solteiros e famílias, e ser igualada às melhores vilas operárias como as de Milão, Mulhouse e Essen, serviam como elemento retórico de evidenciar as potencialidades do Brasil para com a Europa, de modo que o grande capital reunido naquela edição do Congrès de HBM pudesse se interessar, bem como potencialmente servir de chamariz para outras categorias sócio-econômicas, como os setores médios e populares. Segundo Luciana Genari, esse mesmo elogio feito pela Casa Krupp sobre as vilas operárias do Rio de Janeiro seria empregado no Congresso de Higiene que também acontecia em Bruxelas naquele ano de 1897 (GENARI, 2013, p. 129), o que demonstra uma vitalidade do emprego de conceitos e modos da burguesia se articular em caráter transnacional, mas também de se colocar como a provedora das necessidades básicas da população.

¹⁰ “Tive admiração pela grandiosa disposição das suas várias vilas operárias, que, nos mínimos detalhes, são confortavelmente executadas, e fiquei realmente surpreendido ao encontrar aglomerações semelhantes de habitações operárias, as melhores de todos os pontos da vista entre os conjuntos habitacionais operários que tive a oportunidade de visitar em vários Estados da Europa, América do Norte e do Sul, e semelhantes às vilas operárias de Mulhouse, Milão e as dos estabelecimentos de Krupp, em Essen, que são consideradas os melhores da Europa e que correspondem perfeitamente ao fim a que se destinam.

A única novidade para mim são as suas 380 moradias habitações para operários solteiros que, implantadas em uma grande escala, estão instaladas na Vila Ruy Barbosa. Acho-os extremamente práticos e recomendo a sua imitação nas grandes cidades, principalmente organizando cada grupo de dez a doze quartos, como a sua vila, com banheira e duche, latrina com caixa automática e entradas separadas para cada quarto, sem que eles se comuniquem com as instalações reservadas às famílias. O usufruto de todas estas comodidades, incluindo a respetiva limpeza, não ultrapassa a renda mensal de 17 réis, valor que considero extremamente mínimo quando comparado às condições de vida daqui e na Europa”. Tradução livre do autor.



Considerações finais

A elaboração do relatório lido pelo então ministro plenipotenciário Francisco Vieira Monteiro, indica ser uma proposição escrita por grandes industriais com presença no Rio de Janeiro (Arthur Sauer e a Casa Krupp), visando atrair novos capitais de investimento na então capital do Brasil. As proposições de investimento e favores a determinados agentes, de certa forma mantinha a estrutura personalista dos tempos imperiais, e fazia daquele quarto Congresso de HBM uma oportunidade de evidenciar as iniciativas feitas pelos mesmos agentes que edificaram vilas operárias.

Se por um lado a fala do ministro não trata diretamente da formulação de leis criadas naqueles primeiros anos republicanos, a análise atenta dos conceitos, números, títulos das fotografias e da tabela mencionada, permitem complexificar os códigos produzidos a partir do século XX nas diferentes cidades brasileiras.

O relatório do ministro Francisco Vieira Monteiro sintetiza algumas das primeiras ações do Estado brasileiro em torno das facilidades à iniciativa privada para a construção de moradias em larga escala. No entanto, se percebe como sua presença na IV edição do CIHBM se deu também como forma de apresentar o Brasil (e mais especificamente a cidade do Rio de Janeiro) como um espaço propício para investimentos externos.

Referências:

ALMANACK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Rio de Janeiro: Laemmert, 1899.

ATIQUÊ, Fernando. **Arquitetando a boa vizinhança:** arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil – Estados Unidos, 1876-1945. Campinas: Pontes, 2010.

BARBUY, Heloisa. **A cidade exposição:** comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: Edusp, 2006.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar:** vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil:** Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Brasil: liberalismo, republicanismo e cidadania”. In: SILVA, Fernando Teixeira da *et. Al.* (org.) **República, Liberalismo, Cidadania.** Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.



CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. **A construção de um sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda TEIXEIRA; CERASOLI, Josianne Francia. “A cidade como história”. **História: Questões e Debates**. Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15672/10413>. Acesso em 19 jun 2022.

CARVALHO, Clara Valentin Anaya de. **Cenas de uma capital em expansão**. Urbanização de São Paulo: Vila Mariana, 1890 a 1914. São Paulo: Editora da UNIFESP, 2019.

CHEVALIER, Louis. **Classes laborieuses et classes dangereuses a Paris pendant la première moitié du XIXe siècle**. Paris: Librairie Plon, 1969.

GARRAUX, Anatoile Louis. **Bibliographie Brésilienne**. Catalogue des ouvrages français & latins relatifs au Brésil. Paris: Librairie Ch. Chadenat, 1898.

GENNARI, Luciana Alem. **O lugar da casa na cidade: Rio de Janeiro na Belle Époque**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARCONDES, Raíssa Campos. **A urbanização da Zona Norte de São Paulo: agentes, paisagens e tensões em torno do Tramway da Cantareira (1893-1924)**. Dissertação (Mestrado em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, 2021.

MARINS, Paulo César Garcez. “Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo”. In: LANNA, Ana Lucia Duarte [et al.]. **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: **História da vida privada no Brasil**. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

REIS, Philippe Arthur dos. **Construir, morar e viver para além do centro de São Paulo: os setores médios entre a urbanização e as relações sociais do Brás (1870-1915)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e do Urbanismo), São Paulo: FAUUSP, 2017.

REIS, Philippe Arthur dos. “Negar aparências e não disfarçar evidências: a circulação de ideias e práticas da habitação popular entre o Brasil e a Argentina nos primeiros anos do século XX”. **O Social em Questão** - Ano XXV, nº 53, pp. 19-38, Mai a Ago/2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/58490/58490.PDF>. Acesso em 19 jun 2022.

SCHNEK, Sheila. **Bexiga: cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAUUSP, 2016.



RENOM, Mercè. “Les classes moyennes em Espange, XIXe siècle: bilan historiographique et perspectives”. In: GUILLAUME, Pierre (org.) **Histoire et historiographie des classes moyennes dans les sociétés développées**. Talence: Maison des Sciences de l’Homme d’Aquitaine, 1998.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS SOBRE BRASÍLIA E A ARQUITETURA DA CIDADE

Decolonial Perspectives on Brasília and the Architecture of the City

REZENDE, Rogério

Doutorando. Faculty of Engineering Sciences of Leuven – KU Leuven – Bélgica
rogerio.rezende@kuleuven.be

HEYNEN, Hilde

Doutora: Faculty of Engineering Sciences of Leuven – KU Leuven – Bélgica
hilde.heynen@kuleuven.be



Resumo

Brasília é amplamente conhecida como uma das realizações mais expressivas do design modernista do século XX. Segundo os protagonistas de sua construção, a nova capital significaria um novo marco civilizatório e como uma continuação histórica do desenvolvimento iniciado pela colonização portuguesa. Ao contrário, os críticos avaliaram Brasília como uma ruptura com a urbanização tradicional latino-americana e como uma transposição literal dos ideais universalistas do modernismo ocidental, que resultou em uma cidade abstrata e sem qualquer identidade cultural. Este artigo pretende preencher esta lacuna na literatura e abordar esta questão: pergunta até que ponto as relações entre Brasília e a tradição colonial podem não ser apenas discursivas, mas também se materializarem na arquitetura da cidade. Partindo do pensamento decolonial da América Latina, este trabalho apresenta um estudo da relação entre o discurso sobre Brasília, seu design e sua organização espacial, para promover uma análise crítica da cidade, focalizando as ligações entre sua forma e as estruturas de organização social, especialmente aquelas herdadas do colonialismo.

Palavras-chave: decolonial; Brasília; modernismo; desenho urbano; identidade nacional

Abstract

Brasília is broadly known as one the most expressive realizations of 20th century modernist design. According to protagonists of its construction, the new capital would mean a new civilizing milestone and as a historical continuation of the development initiated by Portuguese colonization. Conversely, critics assessed Brasília as a rupture with traditional Latin American urbanization and as a literal transposition of the universalist ideals of western modernism, which resulted in a city that was very abstract and without any cultural identity. This paper intends to fill this gap in the literature and address this question: it asks in how far the relations between Brasília and the colonial tradition might not be just discursive but are also materialized in the architecture of the city. Building upon Latin America's decolonial thought, this paper presents a study of the relationship between the discourse on Brasilia, its design and its spatial organization, to foster a critical analysis of the city, focusing on the links between its form and the structures of social organization, especially those inherited from colonialism.

Keywords: decolonial; Brasília; modernism; urban design; national identity



PERSPECTIVAS DECOLONIAIS SOBRE BRASÍLIA E A ARQUITETURA DA CIDADE

Desde a sua inauguração, Brasília tem despertado interpretações e reações distintas na crítica especializada. Por um lado, ela é considerada o epítome do modernismo brasileiro, que se distingue do internacional por sua forte identidade e seu caráter nacionalista, ou ainda, como reação à dominação cultural e estética estrangeira. Por outro lado, ela é vista como um dos maiores exemplos do urbanismo funcionalista, que encarnou os ideais universalistas da Carta de Atenas (Le Corbusier, 1973 [1943]), ou ainda, como uma ruptura com as cidades tradicionais brasileiras.

Para os protagonistas da sua construção, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976), a construção da nova capital significaria um novo marco civilizatório, a consolidação de um movimento nacionalista iniciado nos anos 1930 e, ao mesmo tempo, uma continuação histórica do desenvolvimento iniciado pela colonização portuguesa no século 15 (KUBITSCHKEK, 1975). De maneira semelhante, o arquiteto Lucio Costa (1902-1998) descreve seu plano para a capital como "um ato deliberado de posse, um gesto de significado pioneiro, nos moldes da tradição colonial" (COSTA, 2018 [1958]).

Por outro lado, a crítica contundente de James Holston considera que "a viagem para Brasília através do Planalto Central do Brasil é de separação", não só por causa das distâncias geográficas, mas também por seus aspectos morfológicos e simbólicos (HOLSTON, 1989, p. 3). Já Marshall Berman (1982) avaliou Brasília como uma ruptura com a urbanização tradicional latino-americana e como uma transposição literal dos ideais universalistas do modernismo ocidental, o que resultou em uma cidade abstrata e sem qualquer identidade cultural.

É instigante perceber que, em todos esses casos, os pontos de partida do debate são claramente os conceitos de modernidade e tradição, e como eles se relacionam. Para parte da crítica, por exemplo, a modernidade não deveria ser uma ruptura com a tradição, pois ela é vista como algo valioso. O que é intrigante, porém, é que, tanto Holston como Berman, a ideia de uma tradição brasileira se referiria a uma tradição colonial, e não pré-colombiana ou indígena. De forma semelhante, tanto Costa como Kubitschek defendem uma relação entre modernidade e tradição em Brasília, mas que também está ligada ao colonial, e que é visto como algo positivo e distintivo da modernidade brasileira.



À primeira vista, estes entendimentos sobre a relação entre tradição e modernidade parecem estranhos, porque o entendimento ocidental clássico sobre modernidade é de oposição à tradição.¹ Já a crítica à modernidade, especialmente aquela elaborada a partir da perspectiva das teorias pós-coloniais, tem questionado este ponto de vista. (HOSAGRAHAR, 2012) argumenta que não há modelo ou modernidade completa, mas uma infinidade de modernidades que se sobrepõem no tempo e no espaço. As teorias pós-coloniais têm considerado que a modernidade se desenvolveu de forma diferente em cada lugar, como resultado de muitas forças específicas e contextos socioculturais. Consequentemente, as maneiras como esta modernidade é elaborada levam a diferentes formas de modernismos (HEYNEN, 2015).

Especificamente, no caso brasileiro, estudiosos da modernidade têm procurado entender as particularidades e os modos como ela se desenvolveu no país, assumindo que as definições ocidentais não são suficientes para explicar a modernidade no Brasil. É recorrentemente o entendimento de que a modernidade no país se desenvolveu apesar da falta de processos socioeconômicos completos de modernização. Este entendimento inverteria a relação causal entre modernização e modernidade, já que a modernidade seria, nesse caso, uma indutora de processos de modernização. Considerando esta inversão como um fato, a modernidade brasileira foi adjetivada como "seletiva" (SANTOS, 1979), "incompleta" (GARCÍA-CANCLINI et al., 1989), "conservadora" (FAUSTO, 1994) e "anômala" (MARTINS, 2000). O que nos chama atenção aqui é a ideia de modernidade conservadora, o que estabeleceria uma ligação com a tradição em termos de continuidade e não de ruptura.

É importante perceber nestas discussões como os protagonistas e críticos de Brasília associam modernidade e colonialidade, já que alguns deles parecem defender valores coloniais embutidos na própria arquitetura. Considerando que existe uma extensa literatura explorando o impacto da colonização na constituição da sociedade brasileira, parece estranho que a possível "colonialidade" do projeto de Brasília ainda não tenha sido investigada. Este artigo pretende preencher esta lacuna e questiona se as relações entre Brasília e a tradição colonial são apenas discursivas ou também se materializam na arquitetura da cidade.

Partindo da noção Lefebvriana de espaço como produto social (LEFEBVRE, 1974) e da compreensão foucaultiana do espaço como materialização de ideologias e discursos dominantes (FOUCAULT, 1980), propomos uma análise das relações epistemológicas entre

¹ A modernidade é frequentemente retratada como uma condição, um modo de vida, um conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais induzidas por processos de modernização que oferecem uma alternativa à tradição (HEYNEN, 1999, p. 8–14).



modernidade e colonialidade. Para apoiar o argumento, este trabalho parte do conceito de "giro decolonial" como um referencial teórico para compreender o impacto do colonialismo na constituição de valores e subjetividades na América Latina. Assim, exploramos o modernismo no Brasil como um território de disputas ideológicas sobre o que deveria ser a modernidade brasileira. Em seguida, apresentamos um estudo das relações entre os discursos produzidos pelos protagonistas da construção de Brasília. Essas relações serão utilizadas para fomentar uma análise crítica do desenho da cidade e sua organização socioespacial, enfocando nas relações entre sua forma e estruturas de organização social, especialmente aquelas herdadas do colonialismo.

Modernidade/ Colonialidade: O pensamento decolonial na América Latina

No final dos anos 1990, influenciados pelos escritos sobre o pós-colonialismo,² estudiosos latino-americanos organizaram o grupo Modernidad/ Colonialidad-MC, que fomentava a discussão sobre o papel e o impacto da colonização das Américas na constituição física e subjetiva do continente. Enquanto estudos pós-coloniais como o de Edward Said (1978) tratavam das relações entre culturas, especialmente como a ideia do Oriente foi construída a partir de uma perspectiva imperialista e eurocêntrica, os sul-asiáticos do Grupo Subalternos faziam uma revisão crítica da historiografia indiana - tanto a escrita pelos colonizadores, como a produzida antes e depois da colonização. Já o MC, propunha uma discussão sobre os problemas da América Latina através de um pensamento crítico revisionista, questionando leituras históricas e problematizando questões antigas e novas e suas relações com a colonização (BALLESTRIN, 2013).

Aníbal Quijano (1989, 1992) e Arturo Escobar (1994), entre outros que compunham o MC, consideram que modernidade e colonialidade são conceitos entrelaçados e codependentes. Quijano e Escobar consideram que foi a dominação e exploração colonial que possibilitou o desenvolvimento do sistema capitalista, e conseqüentemente os processos de modernização, sendo, portanto, a colonialidade o lado obscuro necessário da modernidade.

Para eles, o colonialismo é visto como um projeto de dominação cultural e classificação social que tem a "raça" como elemento estruturante (QUIJANO, 1993). Assim, para além de uma revisão histórica crítica, o grupo propôs a noção de Giro Decolonial como uma mudança

² Dentre os estudos pós-coloniais destacam-se aqueles produzidos sobre o colonialismo europeu no contexto africano e caribenho como Frantz Fanon, Aimé-Césaire; os escritos de Edward Said sobre o norte médio; e os estudos produzidos pelos sul-asiáticos Gayatri Spivak e Homi Bhabha.



epistemológica crucial para entender e agir através da consciência do legado do colonialismo na construção do continente, de suas subjetividades e seus desdobramentos.

Ramón Grosfoguel (2007) ressalta uma distinção conceitual necessária entre o colonialismo e a colonialidade. Enquanto o colonialismo compreende experiências econômicas e políticas de dominação em um determinado momento, através de processos socioeconômicos de colonização, a colonialidade seria uma estrutura que sobrevive mesmo após o fim do colonialismo, permanecendo em diferentes camadas de existência - tais como o conhecimento, a cultura, as subjetividades, o lazer, o trabalho, os papéis de gênero e as aspirações de um povo ou nação. Todas essas camadas seriam articuladas através de uma matriz de poder baseada na superioridade das populações ocidentais sobre as não euro-ocidentais, compreendendo diferentes níveis de controle, incluindo formas de trabalho, organização social, sistemas político-militares e relações étnico-raciais. Esses níveis, por sua vez, traduzem-se em hierarquias que privilegiam os brancos sobre os não brancos, o patriarcado sobre outras formas de relações de gênero; hierarquias espirituais que privilegiam os cristãos sobre os não cristãos; hierarquias epistêmicas que privilegiam o conhecimento ocidental sobre outras cosmologias; hierarquias linguísticas que privilegiam os idiomas europeus, e assim por diante.

Neste sentido, o sucesso do sistema moderno/colonial consistiria precisamente em manter as estruturas epistemológicas dominantes como se fossem neutras e objetivas. Por esse motivo, a crítica decolonial considera que a decolonização vai além da superação de uma estrutura colonial localizada no tempo, pois consiste em compreender, identificar e agir na desconstrução dos remanescentes da colonialidade no tempo e, principalmente, aquelas que reproduzem estruturas opressivas. Grosfoguel também destaca que a decolonização da América Latina não é apenas uma crítica anticolonial, mas uma crítica contra a hegemonia ocidental e principalmente uma crítica à visão que os latino-americanos têm de si mesmos.

Enquanto isso, na Ásia, África, Europa ou mesmo no continente americano, estudos pós-coloniais em arquitetura já são campos relativamente consolidados. No Brasil, ainda que os estudos decoloniais sejam um tema relativamente consolidado no campo das ciências sociais, no campo da arquitetura essa consciência vem se consolidando ao longo da última década, sendo discutida por autores como: (LARA, 2011, 2019; MOASSAB, 2013, 2019; TAVARES, 2020, 2022) entre outros.

Apesar disso, ainda se percebe certa resistência no campo da arquitetura com relação à decolonialidade, que é vista por alguns como um modismo ou um tema suspeito. Uma das razões para isto parece ser o próprio entendimento do modernismo brasileiro como um movimento de renovação estética com características próprias e que buscava romper com a



hegemonia cultural estrangeira, e não como uma mera reprodução de vanguardas artísticas europeias.

Embora pareça plausível questionar a aplicação de uma teoria decolonial a um movimento que já nasceu contra hegemônico, esta percepção parece desconsiderar outras formas de dominação cultural internas, tais como as herdadas do colonialismo e que ainda permeiam a cultura arquitetônica brasileira e a ideia de identidade nacional.

A Construção de Brasília e a Retórica de Colonização

A retórica da colonização é recorrente na historiografia da arquitetura moderna no Brasil e em Brasília. Nos textos produzidos na época do projeto e construção da cidade, (seja de Costa ou Kubitschek entre vários outros autores)³ o mito heroico do colonizador português é invocado para demonstrar as semelhanças entre a ocupação do interior do país e a construção de uma nação brasileira unificada (KUBITSCHEK, 1957), ou ainda para estabelecer uma ligação entre o projeto de Brasília e a tradição urbana colonial (COSTA, 2018(1958]). Percebe-se em ambos, um esforço em legitimar a construção da nova capital, apresentando-a como um marco civilizatório.⁴

No Relatório do Plano Piloto-RRP, Costa descreve Brasília como uma cidade que deveria expressar os atributos urbanísticos e simbólicos inerentes a uma capital - "não apenas como urbes, mas como civitas" (COSTA, 2018, p. 283). O caráter civilizador, presente no seu discurso, recorre à retórica colonizadora associada aos ideais da modernização - como racionalização, organização e eficiência - fundindo valores modernos e tradicionais sobre os quais a nova (e civilizada) nação seria refundada.

Ainda, no RRP, Brasília é descrita como se "tivesse nascido do gesto primário que marca um lugar ou toma posse dele: dois eixos cruzando-se em ângulos retos, ou seja, o sinal da própria cruz", como "um ato deliberado de posse, um gesto de sentido pioneiro, no molde da tradição colonial". No texto, Costa parece usar a imagem da cruz de forma ambígua, tanto no sentido

³ <https://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/> Ver as primeiras edições da Revista Brasília ente 1957 e 1963.

⁴ Por exemplo, em 3 de maio de 1957, a primeira missa oficial em Brasília foi descrita por Kubitschek como a cerimônia de batismo da capital. Esta data, não por acaso, coincidia com a da primeira missa realizada no país pelos colonizadores em 1500. Este ritual, como tantos outros articulados por Kubitschek, visava não só a celebração da construção da capital, mas também a construção de um mito fundacional, que apresentava Brasília como prova do desenvolvimento humano e material do país (VIDAL, 2002).



da conquista do território, no sentido espiritual da expansão colonial católica, quanto no sentido da racionalidade.

A ideia de civilizar, contudo, é ambivalente em si mesma, pois se refere tanto a ideia de elevar a cultura, educar, e urbanizar, como à dominação, exploração e violência (HORKHEIMER; ADORNO, 2002). Conseqüentemente, a intenção de civilizar, ao mesmo tempo que revela o reconhecimento de um certo subdesenvolvimento que precisa ser mudado, sugere que algumas pessoas e suas formas de conhecimento, cultura, língua, religião etc., são inferiores ou não-civilizadas.

Neste sentido, da perspectiva de seu idealizador, o projeto de Brasília e sua arquitetura seriam capazes de tornarem um símbolo de modernidade e um instrumento de mudança social. Para isso, o desenho da cidade, baseado nas ideias mais iluminadas de justiça social, "deveriam oferecer a todos, sem distinção", as qualidades urbanísticas necessárias para o pleno desenvolvimento de seu potencial. No entanto, apesar de ser supostamente construído sobre princípios democráticos e igualitários, uma análise de seu desenho urbano revela algumas interpretações inquietantes.

Brasília e seu Desenho Urbano

Mesmo antes da existência de um projeto para Brasília, a cidade já abrigava seu primeiro edifício, o Palácio da Alvorada. Projetado por Niemeyer em 1957, o edifício é frequentemente considerado uma de suas obras-primas, um exemplo da fusão entre modernidade e tradição na arquitetura moderna brasileira. Na historiografia da arquitetura moderna, a associação entre a forma do palácio e as tradicionais casas coloniais rurais é recorrente, tanto pelos aspectos simbólicos como formais – a horizontalidade, a sobriedade formal da fachada, a sequência de colunas, varandas, a integração com a paisagem e a clara referência às antigas mansões na composição volumétrica do edifício principal e da capela.

Figura 1. Palácio da Alvorada. Fonte: Joana França





O plano urbanístico para Brasília - conhecido como Relatório do Plano Piloto -, constitui-se uma planta geral, e uma série de croquis e perspectivas que ilustraram algumas soluções pontuais de projeto. A proposta idealizada por Costa foi apresentada através do RRP e de uma planta urbanística. Esses documentos são considerados fontes fundacionais da cidade, que apresentam não apenas a forma geral e organização socioespacial, como fornece as diretrizes para o desenvolvimento dos projetos a serem desenvolvidos posteriormente.

Nele, a cidade é descrita como estruturada por dois eixos cruzados que orientam a organização e hierarquia dos sistemas de circulação e zoneamento. O eixo monumental atravessa a cidade de leste a oeste, dando acesso aos edifícios administrativos e institucionais, espaços simbólicos e monumentos nacionais. Ortogonalmente, o eixo rodoviário dá acesso às áreas residenciais; e na interseção de ambos os eixos está o centro cívico.

A capital administrativa, o centro cívico e as áreas residenciais compreendem as três principais funções da cidade, que são articuladas através de um sistema viário que compreende as rotas principais, as vias de abastecimento e a circulação de pedestres. A hierarquia de circulação é, portanto, claramente identificável.

Para manter o significado simbólico do eixo monumental, não há interrupção em sua rota, enquanto o eixo residencial intercepta o monumental em diferentes níveis, organizado por



uma sobreposição de plataformas maciças que articulam faixas, espaços públicos, áreas comerciais e a estação central de ônibus. O eixo monumental compreende duas avenidas de seis faixas separadas por um amplo tapete gramado, que interliga os espaços simbólicos da capital – a Praça dos Três Poderes, a Esplanada dos Ministérios, e os setores da cultura e do entretenimento.

Paralelamente ao eixo residencial, em ambos os lados, há duas faixas menores com velocidade reduzida que ligam as quadras residenciais (superquadras), através de pequenas ruas comerciais. No final de cada uma dessas ruas, Costa colocou uma igreja, comumente vista como lembrando a perspectiva e a forma da principal rua das cidades coloniais brasileiras.

As ruas comerciais seriam acessadas pela parte interna das superquadras, através de passarelas arborizadas, separando não apenas pedestres e veículos, mas também a circulação de pessoas, por um lado, e de empregados e mercadorias, por outro. Esta separação e hierarquia de vias pode ser considerada um dos aspectos distintivos do plano de Brasília, que não só garante uma maior fluidez do tráfego, mas também separa os acessos sociais privilegiados e os de abastecimento e servidores, geralmente colocados abaixo do nível do solo, atrás de edifícios, ou nos limites da cidade.

Dentro dos setores residenciais, edifícios de apartamentos sobre pilotis com até seis andares foram distribuídos livremente em quadras ajardinadas, que, unidos em quatro, formariam as superquadras. De acordo com o arquiteto, as superquadras foram concebidas para acomodar diferentes classes sociais. Cada uma teria uma gradação social, desde os edifícios para famílias de classe média-alta⁵ - posicionados ao longo do eixo residencial -, até os mais populares - localizados próximos às rotas de serviço e abastecimento -, como as avenidas W3 e L2. Assim, todos os residentes, sem distinção social, poderiam desfrutar das mesmas qualidades urbanas, tais como clubes esportivos, comércio local, escolas, jardins de infância, igrejas e grandes áreas verdes onde as crianças poderiam brincar sob os cuidados de sua mãe – como o próprio Costa menciona.

A gradação social aconteceria através de uma maior ou menor densidade de edifícios, pelo tamanho dos apartamentos e pelos materiais utilizados. Assim, a classe média teria o conforto de casas suburbanas, como um pequeno quarto para uma empregada dentro de cada apartamento, enquanto as famílias com baixa renda viveriam em apartamentos menores.

5



Pressupõem-se que elas teriam as áreas verdes como uma extensão do espaço doméstico, como uma área de convivência ou mesmo uma área social expandida.

Figura 2. Imagem aérea de um trecho da área residencial que ilustra a hierarquia de vias de acesso e a localização das áreas econômicas. Ao centro o Eixo Rodoviário-Residencial e nos extremos as vias de serviço L2 (à esquerda) e W3 (à direita). Fonte: Google Earth



Dentro dos edifícios de apartamentos, foi mantida a mesma hierarquia de circulação e a distinção entre áreas sociais e de serviço, separando os corredores de entrada e elevadores de acordo com o uso e quem os utilizará - moradores e visitantes de um lado, garagem, serviços e empregadas domésticas do outro. Esta diferenciação também é visível nas fachadas dos edifícios, com o uso de grandes janelas de vidro na fachada principal e cobogós na de serviço.⁶ Segundo Costa, a solução proposta para o setor residencial criaria obstáculos à favelização da cidade - como o número limitado de lotes, as restrições de construção (a não ocupação do nível do solo), a regulamentação de usos (zoneamento) e os requisitos técnicos para a elaboração de projetos e construção.

Figura 3. Eixo Rodoviário-Residencial. Fonte: Joana França

Figura 4. Via de acesso de serviço às quadras residenciais. Fonte: Joana França

⁶ Embora o uso de cobogós na fachada de serviço não fossem previstos no RRP, o seu uso se tornou uma prática recorrente já nos primeiros edifícios construídos pela equipe de Niemeyer.





Figura 4. Via de acesso principal aos edifícios da Esplanada dos Ministérios (Eixo Monumental) e à direita o acesso de serviço abaixo da cota de acesso principal e pelos fundos dos edifícios. Fonte: Joana França



Figura 5. Fotografia aérea da Plataforma Rodoviária, com o setor de diversões no primeiro plano e os setores culturais e Esplanada ao fundo. Fonte: Joana França



Sobre a plataforma rodoviária, ao redor do centro cívico, os setores cultural e de entretenimento constituem o coração simbólico e cultural da cidade - referida por Costa como a zona "gregária". Ele descreve o setor de diversões como um refinado e cosmopolita labirinto de galerias comerciais e terraços ao ar livre, conectando salas de concertos, teatros, cinemas, cafés, restaurantes e bares que seriam iluminados por letreiros de néon - "uma mistura, em termos próprios, de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées". A oferta destes equipamentos de entretenimento tipicamente urbanos, associado à densidade relativamente alta dos setores centrais, conferiria a vitalidade urbana idealizada - como a das grandes capitais. No lado oposto ao setor de entretenimento foi localizado o setor cultural que, inicialmente apresentava a proposta de uma ópera e uma casa de chá e onde, mais tarde, a biblioteca e o museu nacional seriam acrescentados.

Como foi dito, o setor comercial foi organizado em torno do centro cívico, compreendendo comércio, hotéis e instalações bancárias. Há um predomínio de edifícios comerciais em altura, que são conectados no térreo por meio de galerias comerciais e passarelas de pedestres. Como no setor residencial, os acessos de serviços e abastecimento são feitos pelos fundos



dos subsetores, ou através de ruas subterrâneas, escondendo a entrada de serviços e cargas das passagens principais.

O último e mais emblemático setor é aquele que assume o papel de centro simbólico e administrativo da capital, que representaria os valores democráticos e a identidade cultural brasileira. Este centro simbólico inicia-se no centro cívico (estação rodoviária central), passa pelo setor cultural - ópera (teatro nacional), casa de chá, biblioteca e museu -, pela catedral metropolitana, a Esplanada dos Ministérios, o edifício do congresso e, finalmente, chega à Praça dos Três Poderes.

A Esplanada dos Ministérios compreende uma sequência de duas filas de edifícios idênticos, formando um eixo de perspectiva que termina no Congresso Nacional. No projeto, Costa posicionou a catedral no início da esplanada, em uma praça deslocada entre o setor cultural e os prédios dos ministérios - "devido à separação protocolar entre igreja e estado". Atrás do edifício do Congresso e nove metros abaixo da esplanada ele localizou a Praça dos Três Poderes - uma praça em forma de triângulo equilátero que expressa o poder equivalente das casas: executiva (palácio presidencial), legislativa (câmara do Congresso), e judiciária (tribunal federal). Todos estes edifícios teriam acessos principais voltados para o eixo monumental, e entradas de serviço em ruas secundárias, localizadas nos fundos e/ou por ruas abaixo do nível do solo.

Decolonizando o Projeto Urbano de Brasília

Enquanto na literatura ocidental clássica a arquitetura moderna é vista em oposição à arquitetura tradicional, no Brasil existe uma relação deliberada entre elas, como já demonstramos acima. Entretanto, se em termos simbólicos e arquitetônicos esta relação é clara, é preciso um esforço maior para compreendê-la também no desenho urbano. A análise a seguir procura assim demonstrar o legado do colonialismo na forma da cidade, que articula sua organização social e reproduz hierarquias de poder.

A partir de sua organização funcional, a divisão da cidade em três zonas - residencial, gregária e monumental - pode ser vista como uma divisão dialética entre a esfera doméstica (áreas residenciais) e a esfera pública (centros cívicos e simbólicos). Seguindo esta lógica, as áreas residenciais poderiam ser vistas como o lugar do lar, dos cuidados, da intimidade e da família; enquanto as áreas de trabalho conformam a esfera pública, como a arena aberta para o debate público, como o lugar de encontros entre estranhos, e para a política. Embora estes



setores sejam complementares e não opostos, há uma clara distinção entre eles, referindo-se às divisões de gênero e à organização do trabalho (REZENDE; HEYNEN, 2021).

Assim, a arquitetura da cidade articula claramente a hierarquia dos espaços. As altas torres de escritórios que rompem a horizontalidade das áreas residenciais, são destacadas e valorizadas na paisagem urbana, enquanto os trabalhos e serviços domésticos - essenciais para a manutenção desta divisão de trabalho - estão localizados no fundo dos apartamentos e prédios e/ou acessados por vias secundárias abaixo do nível do solo, escondidos da vista dos pedestres.

Além disso, esta divisão não só reflete uma questão de classe, mas também se intersecta com questões de gênero e raça. Por exemplo, mesmo em áreas "de trabalho", atividades consideradas menos qualificadas, são chamadas de serviços (como porteiros, limpadores, serventes etc.), e possuem um tratamento diferenciado. Não por acaso, estas atividades são mal remuneradas e historicamente realizadas por, principalmente, mulheres pobres e negras. A desvalorização e a invisibilidade desses trabalhadores e suas atividades de trabalho se refletem nas entradas escondidas dos edifícios e das ruas de serviço/ abastecimento, que recebem tratamento arquitetônico e urbano menos elaborado ou mesmo descuidado. Além disso, a alocação de áreas para monumentos e administração pública em meio às zonas de trabalho não poderia ser mais simbólica da separação entre as esferas pública e privada/doméstica, sugerindo também quem são aqueles que fazem política e aqueles que cuidam da casa.

Embora tais características não sejam exclusivas a Brasília, mas presentes em muitas cidades brasileiras, elas evidenciam uma estrutura social presente em todo o país. Especificamente sobre o ambiente doméstico construído, (LARA, 2013) afirma que esta organização espacial é um remanescente da estrutura social colonial que permeia a sociedade brasileira, transferindo a característica de segregação da "Casa Grande e Senzala" colonial para conjuntos arquitetônicos mais recentes.

Embora Costa não tenha sido explícito sobre questões étnico-raciais no RRP, esta supressão não significa que eles não estejam presentes na arquitetura da cidade. Sua intenção, por exemplo, de evitar uma favelização da cidade, pode ser interpretada de diferentes maneiras. Em um nível superficial, evitar favelas pode ser visto como uma tentativa de estabelecer padrões mínimos de moradia e de combater a informalidade. Ao mesmo tempo, a interpretação negativa que Costa faz das favelas não reconhece os mecanismos socioeconômicos e culturais de segregação que as produzem como espaços historicamente habitados por negros e pobres. Sua estigmatização também tem, portanto, uma dimensão racial.



Outro ponto interessante é que Brasília, como capital, supostamente, deveria representar e simbolizar a expressão cultural de um país extremamente diversificado culturalmente. O que se vê no RRP, entretanto, é a exaltação de uma cultura ocidental e colonial através de instituições - como a igreja católica, museu, casa de chá, biblioteca e ópera, ignorando outras contribuições - indígenas ou africanas - à cultura do país. Uma casa de chá em um dos maiores países produtores de café, uma biblioteca que privilegia as tradições escritas sobre as orais, uma ópera no país do samba, do carnaval, do chorinho, uma igreja que privilegia o cristianismo – ou seja, trata da superioridade da tradição colonial sobre outras culturas e formas de expressão, revelando uma visão reducionista e estereotipada da cultura brasileira.

Apesar dos anseios mais "nobres" e "bem-intencionados" sobre o que a cultura brasileira seria ou deveria ser, fica claro que o setor cultural projetado é mais uma materialização da cultura dominante (daqueles que detém o poder) - como herança cultural da colonização europeia ou mesmo da influência cultural norte-americana - em vez de uma apreciação da diversidade da cultura brasileira. Vale ressaltar que o próprio Costa era parte de uma elite cultural, com educação transnacional, assim como muitos outros envolvidos na construção da capital. Assim, faz sentido que a ideia de cultura expressa no desenho de Brasília reflita as aspirações desse grupo social - todos homens brancos com uma formação cultural ocidental.

Conclusão

Este artigo buscou discutir o papel da colonialidade no discurso e desenho de Brasília. A partir da questão sobre se ela de fato representou uma ruptura completa ou melhor, uma continuidade com uma suposta tradição urbana brasileira, surgiram outras questões muito pertinentes. Uma delas diz respeito ao significado do que seria 'tradicional' em um país que foi construído a partir da colonização e subjugação de populações nativas.

A partir do que foi apresentado, ficou claro que a discussão sobre modernidade e tradição ainda é pertinente. O que buscamos demonstrar, no entanto, é que a estrutura urbana de Brasília, ao mesmo tempo em que proporciona uma clara ruptura com a morfologia das cidades brasileiras mais antigas, ela também articula de muitas maneiras a mesma estrutura social colonial que deu origem a estas cidades históricas. A leitura atenta do discurso de Costa e análise do desenho urbano revelou traços de colonialidade que persistem na sociedade brasileira e que se materializam na arquitetura da cidade.

Acreditamos que é compreensível que haja alguma resistência em discutir a decolonização na arquitetura moderna brasileira, já que ela surgiu pouco mais de um século depois da



independência oficial do país. Entretanto, o que os estudos decoloniais têm mostrado é que as relações de dominação cultural vão além daquelas entre colonizadores e colonizados, estendendo o escopo dos estudos coloniais a outras formas de opressão, tais como a dominação cultural interna. Neste sentido, o giro decolonial representa um poderoso instrumento teórico para elucidar e investigar traços de colonialidade, tanto em suas dimensões discursivas quanto materiais.

Retomando a fala de Grosfoguel, a utilidade da teoria decolonial vai além da superação da estrutura colonial localizada no tempo, ela parte do reconhecimento deste legado, da identificação e compreensão das estruturas de dominação para então agir na desconstrução dos remanescentes da colonialidade. Considerando que a ideia de giro colonial constitui-se de uma metodologia de análise que busca fomentar ações, neste artigo, nossa intenção se restringiu a identificação e compreensão da dimensão epistemológica da colonialidade, e não no campo da ação.

Referências:

ANDRADE, M. DE. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. S. [i.e. São] Paulo: publisher not identified, 1928a.

ANDRADE, O. DE. Manifesto antropofago. **Revista de Antropofagia**, v. 1, n. 1, 1928b.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, ago. 2013.

BERMAN, M. **All that is solid melts into air: the experience of modernity**. New York: Simon and Schuster, 1982.

COSTA, L. Relatório do Plano Piloto de Brasília (1957). Em: **Lucio Costa: Registro de uma vivência**. 3rd Edition ed. São Paulo, SP: Editora 34/ Edições Sesc, 2018. p. 283–299.

ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo : Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1994.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1964.



FOUCAULT, M. **Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977**. New York: Pantheon Books, 1980.

GARCÍA-CANCLINI, N. et al. **Hybrid cultures strategies for entering and leaving modernity**. Minneapolis, Minn.; London: University of Minnesota Press, 1989.

GOODWIN, P. L.; SMITH, G. E. K. **Brazil Builds; architecture new and old, 1652-1942**. New York, NY: The Museum of Modern Art MoMA, 1943.

GROSGOUEL, R. The Epistemic Decolonial Turn: Beyond political-economy paradigms. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2–3, p. 211–223, mar. 2007.

HEYNEN, H. Modernity and Modernities. Challenges for the Historiography of Modern Architecture. **Time + Architecture**, n. 145, p. 16–23, 2015.

HOLSTON, J. **The modernist city: an anthropological critique of Brasília**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialectic of enlightenment: philosophical fragments**. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2002.

HOSAGRAHAR, J. Interrogating Difference: Postcolonial Perspectives in Architecture and Urbanism. Em: CRYSLER, C. G.; CAIRNS, S.; HEYNEN, H. (Eds.). **The SAGE Handbook of Architectural Theory**. [s.l.] SAGE Publications, 2012. p. 70–84.

KUBITSCHKE, J. A Fundação de Brasília é a Fundação do Equilíbrio da Nação Brasileira... **Revista Brasília**, v. 3, p. 3–4, mar. 1957.

KUBITSCHKE, J. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

LARA, F. L. Incomplete utopias: embedded inequalities in Brazilian modern architecture. **Architectural Research Quarterly**, v. 15, n. 2, p. 131–138, jun. 2011.

LARA, F. L. **Fernando Luiz Lara: A exclusão no espaço doméstico**. **Vermelho**, 23 dez. 2013. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2013/12/23/fernando-luiz-lara-a-exclusao-no-espaco-domestico/>>. Acesso em: 6 fev. 2021

LARA, F. L. A stitch in time: the legacy of colonialism in the Americas. **Architectural Review**, 18 out. 2019.

LE CORBUSIER. **The Athens charter**. New York: Grossman Publishers, 1973.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Nachdr. ed. Malden, Mass.: Blackwell, 1974.



MARTINS, J. DE S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo (SP): Hucitec, 2000.

MOASSAB, A. O patrimônio arquitetônico no século XXI para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. **Revista SURES**, n. 2, 2013.

MOASSAB, A. Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, p. 134–153, 2019.

QUIJANO, A. Paradoxes of Modernity in Latin America. **intejpolicultsoc International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 3, n. 2, p. 147–177, 1989.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, v. 3, n. 29, p. 11–20, 1992.

QUIJANO, A. 'Raza', 'Etnia' y 'Nación' en Mariátegui: Cuestiones Abiertas. Em: RENCONTRE INTERNATIONALE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI ET L'EUROPE; UNIVERSITÉ DE PAU ET DES PAYS DE L'ADOUR; DÉPARTEMENT DE RECHERCHES PÉRUVIENNES ET ANDINES (Eds.). **Encuentro Internacional José Carlos Mariátegui y Europa: el otro aspecto del descubrimiento**. Lima, Perú: Empresa Editora Amauta, 1993. p. 167–187.

REZENDE, R.; HEYNEN, H. Slutwalks in Brasília. The Utopia of an Egalitarian City and Its Gendered Spaces. **Architecture and Culture**, v. 0, n. 0, p. 1–18, 18 fev. 2021.

SAID, E. W. **Orientalism**. London: Routledge & Kegan, 1978.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: EDUSP Ed. da Univ. de São Paulo, 1984.

TAVARES, P. Brasília: Colonial Capital. **e-flux architecture**, 2020.

TAVARES, P. **Lucio costa era racista?: Notas sobre raça colonialismo e a arquitetura moderna brasileira**. 1ª edição ed. [s.l.] N-1 Edições, 2022.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

A infraestrutura escolar distribuída entre instituições e redes profissionais (UIA, UNESCO, BIE, INEP, 1950-1958)

**The school infrastructure distributed among institutions and professional
networks (UIA, UNESCO, BIE, INEP, 1950-1958)**

CHAHIN, Samira Bueno

Doutora. Centro Universitário Facens, Sorocaba

samira_chahin@yahoo.com.br

DEDECCA, Paula

Doutora. Associação Escola da Cidade (AEC-SP)

pauladedecca@gmail.com



Resumo

Esse artigo aborda a progressiva dissociação entre a formulação do problema da construção escolar, o provimento destes equipamentos educacionais como infraestrutura urbana e o planejamento das cidades. Por meio de eventos, publicações e documentos oficiais produzidos ao longo da década de 1950, no universo das relações promovidas pela UNESCO, pensa a constituição de redes institucionais que se voltam ao enfrentamento da escolarização em larga escala frente ao ambiente construído, bem como as competências profissionais e escalas administrativas da gestão pública envolvidas com a questão. Trata-se de refletir como a circulação de tais ideias, em diferentes circuitos (supranacional, transnacional e nacional, subnacional), tem relação direta com as estratégias eleitas, pragmaticamente, em razão da validação de pautas consensuais a despeito das singularidades territoriais. Para que o equipamento escolar pudesse se territorializar globalmente, operava-se uma exclusão de sua dimensão urbana. Para viabilizar a escola como uma questão arquitetônica em termos universais, ela era apartada, na esfera transnacional de debates, dos impasses do planejamento urbano, por sua vez delegado à esfera nacional e, sobretudo, subnacional.

Palavras-chave: construção escolar; redes profissionais; planejamento urbano

Abstract

This paper addresses the progressive dissociation between the formulation of the problem of school buildings, the provision of these educational facilities such as urban infrastructure and the planning of cities. Through events, publications and official documents produced during the 1950s, in the universe of relations promoted by UNESCO, it considers the constitution of institutional networks that aimed to face schooling on a large scale and its relationship with the built environment, as well as the professional skills and administrative scales of public management involved with the issue. It discusses how the circulation of such ideas, in different circuits (supranational, transnational and national), is directly related to the chosen strategies, pragmatically, due to the validation of consensual guidelines despite territorial singularities. So that the equipment could be territorialized globally, an exclusion of its urban dimension was operated. In order to make the school viable as an architectural issue in universal terms, it was separated, in the transnational sphere of debates, from the impasses of urban planning, in turn delegated to the national and, above all, sub-national sphere.

Keywords: school building; professional networks; urban planning



A INFRAESTRUTURA ESCOLAR DISTRIBUÍDA ENTRE INSTITUIÇÕES E REDES PROFISSIONAIS (UIA, UNESCO, BIE, INEP, 1950-1958)

Em 1957, a XXª Conferência Internacional de Instrução Pública, organizada pelo Bureau Internacional de Educação (*Bureau international d'éducation*, BIE), aprovou a Resolução nº 44 dispendo sobre o desenvolvimento das construções escolares. No mesmo ano, a revista francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui* publicou um número monográfico sobre construções escolares. De fato, o problema da escola como equipamento urbano aparecia como uma constante entre os desafios de todos os países que, invariavelmente, possuíam déficit de tais infraestruturas, fosse pela inadequação dos espaços existentes ao programa moderno de escolarização (CONSTRUCTION..., 1957), fosse pela demanda de ampliação do número de crianças matriculadas, sobretudo no caso dos países “insuficientemente desenvolvidos” (UNESCO, 1944).

Por detrás de uma aparente coincidência entre o ano de acontecimento desses eventos, percebemos uma trama de ações transnacionais voltada à constituição de um debate especializado, travado por redes disciplinares e interdisciplinares de profissionais, empenhadas em refletir sobre as pautas da universalização da escolarização básica. Se por um lado, o BIE se consolidava como um fórum de debates educacionais, agregador de pautas e disparador de discussões entre Ministérios de Educação de países de todo o mundo (UNESCO, 1979), por outro lado, a União Internacional dos Arquitetos (*Union internationale des architectes*, UIA) assentava em bases pragmáticas o tema das construções escolares, como um desafio colocado como urgente para a arquitetura e o planejamento urbano frente à crescente urbanização global (VAGO, 1998). Em seus termos, tratava-se de uma situação de penúria, associada à introdução ou à extensão do ensino obrigatório; ao grande crescimento da natalidade; aos deslocamentos populacionais dentro dos territórios nacionais e à imigração; à deterioração das escolas existentes e aos estragos da guerra (UIA, 1954, p.19).

Por meio de eventos, publicações e documentos institucionais produzidos ao longo da década de 1950, a atuação dessas redes profissionais nos conta sobre uma dissociação entre a formulação do problema da construção escolar, o provimento destes equipamentos educacionais como infraestrutura urbana e o planejamento das cidades. Dissociação observada, primeiro, do ponto de vista das atribuições profissionais e, segundo, nas escalas político-administrativas eleitas para o enfrentamento da questão. Nos conta, inclusive, sobre o trânsito das ideias, entre diversas esferas institucionais de arquitetura e urbanismo, mas também sobre a articulação, e muitas vezes sobre o embate, entre diferentes campos



profissionais para implementação de políticas públicas nacionais voltadas ao fortalecimento da escolarização em nível mundial. Nos conta, ainda, sobre a constituição de uma especialidade técnica que, situando-se entre o arquiteto de edificações e o planejador urbano, consolidou-se pela viabilidade de um “urbanismo escolar”, em face do heterogêneo e desordenado crescimento urbano característico da segunda metade do século XX.

A UNESCO como articuladora de uma rede interdisciplinar e transnacional

Nos primeiros anos pós-segunda guerra, no contexto dos esforços para estabelecer a paz e a segurança mundial por meio da valorização de programas locais de educação, ciência e cultura e do fortalecimento da cooperação entre as nações, já tomavam corpo, no rol de suas articulações políticas, ações da UNESCO para organização de uma rede profissional interdisciplinar empenhada inclusive no problema do espaço escolar, em conformidade com seu papel institucional de estabelecer relações com organizações e agências internacionais especializadas (UNESCO, 2002). É nessa perspectiva que se deu sua aproximação ao já constituído BIE¹ em 1947 e também à UIA em 1952 (UNESCO, 1979; UIA, 1954).

A Conferência Internacional de Instrução Pública², desde 1934 organizada pelo BIE e a partir de 1947 organizada em conjunto com a UNESCO, tinha entre seus objetivos apresentar relatórios sobre o movimento educativo do ano anterior, discutir e votar recomendações aos Ministérios de Educação (MEC/INEP, 1965, p. IX). O conjunto de suas resoluções formam uma espécie de código internacional sobre a educação pública daquelas décadas.

A Conferência, que em 1936 já havia pautado o tema das construções escolares por meio da Resolução nº 9, voltaria à questão anos mais tarde durante sua XXª edição, ao tornar pública a Resolução nº 44 (1957), reiterando as preocupações da UNESCO pela "necessidade dos diversos países disporem de construções escolares suficiente", bem como pelo oferecimento universal de "espaços escolares bem equipados", adequados aos objetivos e às metodologias da pedagogia moderna, considerando também que, "a despeito das aspirações iguais, os países em situação diferem muito e devem encontrar soluções diferentes para o problema do desenvolvimento das construções escolares" (MEC/INEP, 1965, p. 116). Dada a letargia para

¹ Instituição transnacional, foi criada em 1925 por Edouard Claparède no interior do Instituto Jean Jacques Rousseau a partir de aporte financeiro da Fundação Rockefeller. Inicialmente sediada em Haia, Holanda, foi transferida para Genebra, Suíça, em 1929. Em 1947, foi estabelecido acordo de ações conjuntas com a UNESCO, convertendo-se oficialmente em um centro de educação comparada desta organização em finais de 1960. Segue em funcionamento até hoje (MEC/INEP, 1965; UNESCO, 1979).

² A partir de 1970 passou a ser chamada de Conferência Internacional de Educação (UNESCO, 1979, p. XI)



transformação deste contexto de modo generalizado em nível mundial, pois o que se identificava eram planos de construções escolares pontualmente implementados somente por algumas nações e apesar da Resolução nº 9 (1936) ter estabelecido parâmetros mínimos para produção de espaços escolares de qualidade, condizentes com o programa educativo da instituição escolar moderna que viria a se consolidar na década de 1950, a pauta voltou à tona na Resolução nº 44 (1957). De fato, mantinha-se permanente a insuficiência de salas de aula, problema que assolava os diversos países participantes do fórum transnacional de discussões sobre educação organizado anualmente pelo BIE, principalmente aqueles onde os sistemas escolares ainda não contavam com vagas universais para a educação básica, seja por seu estágio de desenvolvimento, seja como consequência do pós-guerra.

A Resolução nº 44 pretendeu dar fôlego ao debate de ideias e impulsionar o trânsito de conhecimento por meio da organização de eventos e publicações mas, sobretudo, dar apoio aos países “insuficientemente desenvolvidos” por meio de acordos de cooperação técnica, intercâmbio de profissionais, sinalizando a importância da UNESCO encampar a criação de “um projeto maior a respeito das construções escolares” nos próximos anos (MEC/INEP, 1965, pp. 124-132). O documento de ampla circulação alcançou solo brasileiro por mais de uma entrada: foi publicado pelo INEP na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em 1957 e recebido pelo IAB-DN por meio de circular enviada pela UIA aos departamentos nacionais em 1958. Assim era a rede desenhada pela resolução:

a) troca de ideias, de experiências e informações; para este fim conviria criar, com a ajuda da UNESCO, do Bureau Internacional de Educação e de outras instituições internacionais, um centro internacional de construção escolar que conte entre seu membros educadores e técnicos particularmente competentes; este centro deveria ter meios para incentivar a favorecer a criação de centros regionais da mesma natureza; b) medidas de assistência técnica como a concessão de bolsas e a visita de arquitetos e de técnicos aos países insuficientemente desenvolvidos, sobretudo para estudar a utilização de materiais locais, pôr em execução planos especialmente concebidos para cada região e sugerir as economias que são ainda mais necessárias aí que alhures; c) através da organização (feita em comum pelas grandes associações internacionais de educadores, de arquitetos e de economistas) de reuniões internacionais, de viagens de estudos e de exposições sobre assuntos de construção escolar; d) pela publicação de trabalhos de documentação, de manuais e de revistas especialmente dedicadas às concepções e técnicas modernas de interesse da construção escolar. (Ibidem, p. 131)



Paralelamente a essas articulações junto aos ministérios nacionais de educação, surgia a demanda por estabelecer parâmetros técnicos que balizassem as nações na efetiva organização de planos de construções escolares. A UIA foi então mobilizada pela UNESCO com o propósito de impulsionar o debate internacional sobre a construção do espaço escolar no meio profissional da arquitetura, bem como apoiá-la na organização de diretrizes norteadoras para a viabilização de programas nacionais de construções escolares. Desta conexão, uma série de ações passaram a ser promovidas pela UIA a partir dos anos de 1950, sendo a primeira, possivelmente, a constituição de sua Comissão de Construções Escolares em 1951 que, sob a presidência do arquiteto Alfred Roth, a partir de 1952, iniciou o inquérito que resultaria na publicação *L'école et ses problèmes* (1955).

A UIA e a universalização da arquitetura escolar

Em 1948, a fundação da UIA visava um novo tipo de organização internacional de arquitetura, moldada mais pelas convenções da diplomacia cultural e da boa vontade do que pelo debate intelectual, sem dúvida inspirada na recém-criada ONU e concentrando-se em objetivos consensuais, como o avanço da posição do arquiteto. Animada por um ideal universalista e de independência dos conflitos políticos, a União pretendia, estatutariamente, facilitar e ampliar o livre contato entre os arquitetos de todo o mundo, sem distinção de raça, nacionalidade, religião, formação ou doutrina arquitetônica; criar entre eles relações de camaradagem, de compreensão e estima; permitir a confrontação de ideias e concepções, aproveitando experiências múltiplas para ampliar conhecimentos e enriquecer diferenças (DEDECCA, 2018).

Assim, tratava-se, por um lado, de fugir dos modelos institucionais anteriores, e, por outro, de formatar uma estrutura capaz de ocupar um lugar central na rede de interlocução profissional internacional que se reestruturou no pós-guerra. De fato, em pouco tempo, a UIA afirmou-se como a principal instituição de referência e intermediação para solicitações privadas e estatais, de grande escala, em assuntos de arquitetura e urbanismo, sobretudo ao explorar as polarizações da Guerra Fria, conquistando lugares de consultoria e representação em órgãos como as Nações Unidas, a UNESCO, a Comissão Econômica Europeia, o Conselho Internacional de Construção ou a OMS (GLENDDINNING, 2009).

Para a discussão deste artigo, é importante pontuar o embate travado com o CIAM para a definição da representação oficial dos arquitetos frente à UNESCO - papel que passa a ser ocupado pela UIA desde 1951 como apontado. É notável a rápida mobilização do CIAM, logo após a fundação da UNESCO, pela implementação dentro do órgão de um comitê de



profissionais no campo da arquitetura e do urbanismo. Seu objetivo seria a elaboração de um plano de reformas da formação profissional e de uma legislação voltada à viabilização legal e econômica de planos urbanos em todo o mundo - a serem disseminados e recomendados pela UNESCO para adoção em nível nacional. A ideia foi rejeitada pelo órgão que, como veremos, adotou outro tipo de estratégia para intervir globalmente no ambiente construído, afastando-se, de certa forma, dos pressupostos e abordagens do urbanismo do CIAM. Esse episódio nos mostra como, rapidamente, a UNESCO se estabeleceu como uma instituição supranacional de articulação e se tornou alvo de disputa por seu potencial de validação de pautas, difusão de ideias, abertura de novas fronteiras de atuação e de efetiva colocação profissional entre os arquitetos e urbanistas (MUMFORD, 2000).

Ao lado dos congressos, a atividade permanente da UIA deveria ser mantida pelas reuniões regulares do Comitê Executivo, os encontros das comissões consultivas e de trabalho e alguns colóquios e seminários pontuais. Estruturadas ao longo da primeira metade dos anos de 1950, estas comissões de trabalho eram dedicadas aos temas de formação, urbanismo, habitat, posição social, prática profissional, saúde pública, industrialização da construção, construções esportivas e recreativas, e construções escolares. Esta última buscava estabelecer critérios gerais a serem aplicados na construção de edifícios escolares, concentrando-se inicialmente na educação infantil (VAGO, 1998).

Tratava-se de uma comissão cujo trabalho foi desenvolvido de modo muito alinhado com as demandas construídas internamente à UNESCO, assumindo de fato uma posição de consultoria. Seu funcionamento, no entanto, seguiu um modo de operação similar às demais comissões. Concentrando-se, inicialmente, na discussão de sua organização administrativa, em um segundo momento essas comissões se empenharam na elaboração preliminar de diagnósticos das condições de formação e atuação profissional nos diversos países do mundo e nas diferentes áreas de especialização, no estabelecimento de um referencial comum aos vários temas (publicações, glossários, enciclopédias de vocabulário, normas de representação gráfica, listagens bibliográficas), por vezes empenharam-se em busca da normatização e padronização de ações práticas de enfrentamento, e, raramente, no debate de questões projetuais específicas. Às seções nacionais, enviavam enquetes sobre os mais diversos assuntos e solicitavam a remessa de documentação.

Como já mencionado, a primeira publicação da comissão foi *L'école et ses problèmes* (1955). Era a consolidação de um relatório, divulgado em sua primeira versão em 1952, que respondia à demanda colocada pela UNESCO e que circulara em espaços mais contidos em seu estágio preliminar (UIA, 1954). Como segundo desdobramento dessa interlocução institucional, e em resposta à necessidade de alargamento do campo de investigação com a inclusão da América



Latina, África e Ásia na pesquisa, o número 72 da revista *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, publicado em 1957 por ocasião da celebração da XXª Conferência Internacional de Instrução Pública em Genebra, apresentou uma primeira versão do que viria a ser a *Charte des Constructions Scolaires* (1958), endereçando novas problemáticas e outros referenciais relativos ao projeto da arquitetura escolar (CONSTRUCTION..., 1957, p.2-3). A Carta, oficialmente ratificada pela reunião da comissão da UIA em Rabat ocorrida em 1958, circulou pelas instituições profissionais de arquitetura e urbanismo de todo o mundo, inclusive brasileiras, sobretudo ao longo da década de 1960 (UIA, 1968).

A partir de uma análise mais detida desse conjunto de documentos é possível perceber que, nessa escala supranacional de formulação de proposições e debates, a abordagem da relação entre o problema da construção escolar e o enfrentamento da urbanização se transforma ao longo da década de 1950. Esses anos assistem a um progressivo escanteamento de uma relação mais intrínseca entre o projeto do equipamento escolar e o plano urbano, muito associado ao ideário do CIAM, sua intenção de vanguarda e a perspectiva de um enfrentamento total do território em suas múltiplas escalas. Contexto que deu lugar a uma dissociação pragmática do problema escolar enquanto equipamento urbano em três práticas especializadas: a da construção escolar (passível de ser pensada em termos de universalidade em escala supranacional), a do planejamento urbano (a ser pensado dentro das fronteiras nacionais), e a do “urbanismo escolar” ou plano setorial de rede escolar (de competência subnacional, sobretudo municipal).

Publicações especializadas e a dissociação entre escola e plano urbano

Ao introduzir seu livro *The New School/La Nouvelle École/Das Neue Schulhaus*, o arquiteto suíço Alfred Roth³ apontava a construção de escolas como uma das tarefas urgentes da arquitetura contemporânea, declarando sua intenção de abordar o problema de modo largo, para além dos aspectos puramente arquitetônicos. O livro foi pensado para uma circulação ampliada (geográfica e disciplinar), impulsionada por uma primeira edição trilingue (em inglês, francês e alemão) e que não tinha como público-alvo somente arquitetos, buscando dialogar com urbanistas, sociólogos, autoridades públicas, professores e todos os que “se alinhavam

³ Trabalhou logo após sua graduação com Le Corbusier e Pierre Jeanneret, participando do concurso para o Edifício da Liga das Nações em Genebra (1927) e acompanhando a construção do Werkbund Weissenhof em Berlim, assumindo em seguida parcerias com Emil Roth e Marcel Breuer. Membro do CIAM, esteve intimamente envolvido com a difusão do ideário da arquitetura moderna. Na mesma época da publicação em questão edita a revista *Das Werk* e publica o livro *Die Neue Architektur*. Foi professor na George Washington University, Saint Louis (EUA) desde 1949.



com a preocupação de conceder aos jovens uma educação progressista em condições ambientais adequadas” (ROTH, 1950, p. 6).

Trata-se de uma publicação já bem abordada pelos interessados na história da edificação escolar. Aqui, nos cabe ressaltar o relevo dedicado no livro à escala urbana e ao pensamento da construção escolar a partir de sua inserção no território, a começar pela coleção da qual fazia parte: *The Human City Collection*⁴. O primeiro de seus quatro capítulos diz respeito à inserção da escola no bairro e na cidade. Nele, uma política de organização escolar do ponto de vista territorial - a distribuição adequada dos edifícios, a análise de sua relação com a vizinhança e com a cidade - é apresentada como parte importante do planejamento urbano moderno. Para Roth, era um raciocínio, em escala comunitária, que deveria anteceder o projeto do edifício e apresentar-se como contraponto a certo modo recorrente de enfrentamento do tema como problema isolado, em sua dimensão meramente formal e “pouco consciente da educação pública como responsabilidade social” (Ibidem, p. 10).

Roth demonstrava sintonia com a crítica que se instalava no interior dos CIAMs, onde teve uma longa e intensa atuação, explicitando certo distanciamento em relação às suas doutrinas sobre o urbano, sobretudo da aposta no funcionalismo estrito e na potencialidade de controle da cidade prioritariamente pelo desenho. O entendimento insuficiente da construção escolar como questão de planejamento urbano poderia ser explicado, segundo ele, pela ausência de um pensamento urbanístico com atenção dedicada à esse equipamento, mas também pela falta de um planejamento comunitário; de uma política fundiária apropriada no que dizia respeito ao tema da escola; de uma concepção clara dos requisitos pedagógicos em um determinado distrito; e, por fim, de colaboração entre educadores, arquitetos, urbanistas e autoridades que resultasse na concepção de um procedimento comum. Ademais, a gestão democrática da educação era condição para que o programa de construção escolar se tornasse parte integrante do planejamento urbano. Mais do que isso, já incorporando as ideias de crescimento orgânico, do edifício e da cidade, apontava que a solução prática para os problemas educacionais estava intimamente ligada à “estrutura regional, nacional, racial, social, cultural e política” dos países e, nesse sentido, não haveria fórmula universalmente válida possível (Ibidem, p. 10).

No livro *The New School*, o edifício escolar é apresentado como tema transnacional e interdisciplinar. Mais do que isso, parte da lógica da especialização pragmática. Vale lembrar que é justamente nesses anos, em que os arquitetos legitimam-se socialmente como um

⁴ O fato de que a edição do livro, que hoje integra a coleção da biblioteca da FAUUSP, era de Anhaia Melo e que uma anotação à mão indica sua aquisição em 1950, nos mostra a celeridade da circulação desta publicação. Não menos relevante é pensar que ela chega ao Brasil por meio de um urbanista.



grupo profissional também capaz de assumir as grandes tarefas entrelaçadas ao pensar e fazer cidades, que outros modos de atuação, em rede, multidisciplinares, mais coletivos e especializados, ganhavam relevância considerando a convocação de saberes múltiplos para o pensamento acerca da cidade e de seus espaços construídos. Assim, arquitetos e urbanistas terão que conciliar seu modo habitual de operação – muito associado à identidade liberal, generalista e ao gênio individual – com uma perspectiva de especialização e de multidisciplinaridade e negociar o seu lugar com profissionais de outras disciplinas (LIERNUR, 2004).

De fato, com essa publicação, Roth, desvencilhando-se da prática mais generalista e vanguardista, se estabelece como especialista no tema das construções escolares, ganhando encomendas do tipo em todo o mundo e estabelecendo uma atividade intensa nos anos de 1960 nos países árabes - não a toa ocupa a cadeira de presidente da Comissão de Construções Escolares da UIA entre 1951 e 1958. Uma mudança de modo de atuação que nos ajuda a pensar as inflexões de uma trajetória individual, mas que também ilumina uma outra estratégia para construção de espaços de interlocução profissional nos mesmos termos, onde ideias e agentes passam a transitar por redes construídas ao redor da perspectiva de especialização.

É justamente dentro da comissão de trabalho da UIA que Roth desempenhou um papel central na redação de *L'école et ses problèmes* (1955), ao lado de Jean-Pierre Vouga (1907-2006), arquiteto suíço com atuação forte no campo do planejamento urbano e das construções industrializadas e que, nesse momento, era responsável pela coordenação das comissões de trabalho da organização. Esta publicação resultou de uma enquete apresentada pela UIA a 16 países do hemisfério norte (15 europeus e os EUA), pedindo que apresentassem suas considerações sobre parâmetros para um bom equipamento escolar e exemplos de escolas em funcionamento que pudessem servir como inspiração para políticas públicas internacionais. Formulado com o objetivo de dar assistência às nações, o relatório avaliava que, em certa medida, os problemas enfrentados para implementação de planos nacionais de construção escolar não poderiam ser dissociados da escassez de recursos econômicos, do déficit de professores e meios de comunicação falhos, além das diferenças entre minorias étnicas, linguísticas e religiosas, que poderiam implicar na sobreposição de redes escolares.

De todo modo, apresentava o entendimento de que, estando esses obstáculos superados, os princípios técnicos apresentados pela publicação seriam ainda assim válidos. Trata-se de um curto relatório propositivo, seguido pelas respostas ao questionário. O texto examina a questão das construções escolares a partir de prismas diversos: suas necessidades urgentes; a organização do ensino; a pedagogia moderna; a organização funcional; a estética



arquitetônica; as possibilidades de racionalização e padronização; e a escola sob o ângulo do urbanismo ou do planejamento urbano - que, em contraponto ao livro de 1951, aparece nesta nova publicação de modo consideravelmente mais tímido.

Se o espaço dedicado ao tema diminui, o modo de abordá-lo também muda significativamente, já que o termo "urbanismo escolar" substitui a perspectiva inicial da escola como elemento importante de desenvolvimento do plano urbano em si. O plano para a rede escolar, agora, aparece como camada de certo modo independente no pensamento sobre o território, pensada a partir de uma relação entre análise estatística populacional e atendimento da demanda do ponto de vista da distribuição quantitativa do equipamento (considerando o entrelaçamento entre a faixa etária atendida, a dimensão do edifício, a escolha do terreno, suas distâncias em relação à moradia, a qualidade do deslocamento).

As publicações subsequentes da Comissão, já mencionadas (o número 72 da *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, de 1957, e a Carta de Construções Escolares, de 1958), seguiram o mesmo teor da abordagem sobre a localização da construção escolar no território, bem como o conjunto de diretrizes de projeto que já apareciam indiretamente na publicação de 1955: sua relação intrínseca com as prerrogativas da pedagogia moderna e as funções programáticas para o espaço que dela decorre, uma rede escolar planejada de acordo com as perspectivas urbanísticas para o ordenamento das cidades, a utilização de técnicas racionalizadas e ao mesmo tempo adequadas aos padrões locais (com preferência pelo desenvolvimento da pré-fabricação).

Apesar de não haver documentos que registrem a apropriação feita pela UNESCO das pesquisas produzidas pela Comissão de Construções Escolares da UIA, o entrelaçamento entre suas pautas ressalta questões que apontam para o caminhar das instituições numa mesma direção. No quadro do debate desse artigo, uma aproximação entre seus encaminhamentos está na abordagem da Resolução nº 44 sobre a inserção do equipamento nas cidades, que consolida um afastamento entre o problema da construção escolar e a dimensão urbana da escola. Este documento reiterou que, nos anos subsequentes, o desenvolvimento da educação seria "um dos problemas essenciais para o porvir da humanidade, do progresso intelectual, econômico e social, e a compreensão internacional" e tal desenvolvimento dependia, grandemente, do provimento de construções escolares compatível com a dimensão da demanda (MEC/INEP, 1965, p. 125).

O problema da espacialização da construção escolar adequada às pedagogias modernas, agora claramente colocado em termos de larga escala, deveria ser resolvido entre "docentes, pais, arquitetos, construtores e administração" (Ibidem, p. 128). Do ponto de vista da inserção urbana, o que se pautou foram determinações de ordem pragmática, tais como ser



indispensável que qualquer plano urbano "reserve desde sua origem espaços para os diversos tipos de estabelecimentos", que a escolha destes locais considerasse "a evolução demográfica, os perigos do tráfego, os meios de transporte, a elevação e o estado do solo, as exigências de higiene e a proximidade de canalizações diversas" (Ibidem, p. 129).

Ou seja, os documentos em questão, produzidos todos no mesmo contexto de tessitura das relações entre UNESCO, BIE e UIA, não negligenciaram o problema da localização do equipamento escolar ou a premissa de que a escola deveria ser considerada como elemento das políticas de planejamento urbano, mas assumiram essa como uma tarefa apartada do trabalho dos profissionais e instituições especializadas no problema de larga escala das construções escolares. Vale notar que, nestes documentos normativos produzidos com vistas a uma circulação e apropriação internacional, não havia lugar para um pensamento entre equipamento escolar e cidade em termos sociológicos, fosse relativo ao contexto pedagógico ou à função da escola como um equipamento comunitário no território, assim como aparecia no *New School* de Alfred Roth, no ideário dos planos educacionais associados a planos urbanos ou mesmo no conceito de unidade de vizinhança, onde habitação e equipamento escolar fariam parte de uma lógica de vida cotidiana específica (CHAHIN, 2018). Estas definições de ordem urbanística estariam relegadas ao trabalho das instâncias administrativas locais, fossem elas estabelecidas em nível nacional, estadual ou municipal.

Observados estes documentos, no contexto de constituição da construção escolar como uma especialidade interdisciplinar, o equipamento, o "urbanismo escolar" e o planejamento territorial, ainda que pudessem assumir uma perspectiva de produção integrada de plano, constituem-se ao longo da década de 1950 em especialidades não necessariamente convergentes de enfrentamento da crescente urbanização, assim como passariam a estar sob competências diversas do ponto de vista administrativo. Talvez, a Comissão de Construções Escolares, e a UNESCO por consequência, partindo da aceitação das diferenças nacionais e da constatação de inviabilidade de uma fórmula universal, tenha adotado uma estratégia pragmática de enfrentamento do problema.

Às nações e suas subdivisões administrativas, caberia o escopo de planejamento territorial e setorial, e, a essa rede supranacional de debates especializados caberia a formulação de princípios básicos de projeto do edifício escolar. Tais publicações, ainda que apontassem que as construções escolares deveriam ser consideradas no momento de planejamento do território, assumiam que esse escopo era de responsabilidade das gestões nacionais ou de outras esferas administrativas subnacionais. Assim, para que o equipamento pudesse se territorializar globalmente, operava-se uma exclusão de sua dimensão urbana. Para viabilizar a escola como uma questão arquitetônica em termos universais, em larga escala e em



situações específicas, já que se objetivava sua concretização efetiva nos pontos mais distantes do globo, ela era apartada, nessa esfera transnacional de debates, dos impasses do planejamento urbano. É possível que tal distanciamento ocorresse em mão dupla, como veremos a seguir.

Políticas nacionais e o equipamento escolar no contexto do municipalismo

A Resolução nº 44 da UNESCO pautou o desenvolvimento das construções escolares a partir de um conjunto ampliado de questões, entre o estudo das necessidades presentes e futuras em matéria de construção escolar e medidas de ordem financeira, de ordem técnica, de emergência, além de proposições para se estabelecer um pacto de ajuda internacional. Vale destacar o tom de planificação que o problema do déficit de construções escolares assume nesta resolução, ultrapassando a preocupação de ordem pedagógica que orientou a Recomendação nº 9 (1936) como uma espécie de definição programática para a arquitetura escolar, recomendando inclusive a criação de organizações governamentais dentro das administrações nacionais que pudessem estar dedicadas ao problema das construções escolares.

A agenda da XXª Conferência Internacional de Instrução Pública, momento em que a Resolução nº 44 foi encaminhada, sucedeu um inquérito, desta vez apresentado pelo BIE aos Ministérios de Educação dos diversos países sobre a “condição das construções escolares” - que, por sua vez, sucedeu o levantamento feito pela UIA que resultou na publicação *L'école et ses problèmes*. Com teor diferente das questões apresentadas aos países pela UIA⁵, neste inquérito de 1956, os ministérios nacionais foram interrogados sobre a implementação de suas construções escolares, sobretudo pela perspectiva de compreender como cada Estado vinha organizando (ou não) suas políticas públicas para este fim. Visava a levantar informações sobre as disposições oficiais existentes, de (I) responsabilidades legislativas, administrativas e operacionais relativas à implementação de construções escolares, e, inclusive, responsabilidades de ordem técnica, tais como identificação de terrenos e elaboração de projetos, a (II) responsabilidades financeiras para aquisição de terrenos, construção e aparelhamento dos edifícios, reparos e conservação, etc. O inquérito provocava os países a produzir estudos para (III) identificação da situação atual do problema e (IV) avaliação das necessidades futuras em função da natalidade, sem deixar de lado uma observação sobre as

⁵ Um caminho interessante de avanço é a comparação entre as questões colocadas por ambos os inquéritos.



(V) medidas tomadas ou programadas e se havia qualquer entendimento do (VI) aspecto internacional do problema (MEC/INEP, 1957a, pp. 143-154).

Para além dos interesses destas instituições supranacionais (UNESCO, BIE, UIA), por detrás de tais aproximações à política educacional dos diversos países, fossem eles países do hemisfério norte em reconstrução ou aqueles “insuficientemente desenvolvidos” (tema que merece atenção em face de suas atuações no contexto político da Guerra-Fria), a resposta enviada pelo INEP demonstra como a tentativa de formulação de uma agenda internacional é oficialmente tratada pelo Brasil da década de 1950, no contexto do desenvolvimentismo e, principalmente, numa década em que debates e projetos icônicos de construções escolares aconteceram. Mas também nos deixa indícios sobre o cotidiano da interlocução entre o planejamento das cidades e as políticas públicas voltadas à construção escolar, estas muito menos estudadas até agora do ponto de vista da arquitetura e do planejamento urbano.

Como se sabe, o INEP foi dirigido por Anísio Teixeira ao longo de toda a década de 1950 e foi nestes anos que o programa escola-parque, escola-classe se consolidou como uma resposta nacional ao problema da infraestrutura escolar, contando inclusive com reconhecimento internacional das Nações Unidas (CHAHIN, 2022), ainda que operada mais no plano teórico do que no das políticas públicas concretas. A despeito das poucas iniciativas de exceção exemplificadas pelas realizações deste programa, o que se verificava na prática, segundo resposta do INEP ao inquérito, era a inexistência de um programa de construções escolares estruturado em escala nacional, embora houvesse, verdade ou não, certas diretrizes consolidadas conforme exposto ao longo do texto em questão:

1.º - os prédios escolares serão construídos em terrenos com área mínima de 5 000 m², devendo os mesmos satisfazer às melhores condições pedagógicas e de higiene; 2.º - os governos (do Estado, do município, ou entidades públicas e particulares) deverão remeter ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos as plantas dos terrenos, onde deverão ser localizados os prédios, bem como o orçamento discriminado das obras; 3.º - as construções obedecerão ao projeto e plantas que fazem parte integrante do termo de convênio; 4.º - as alterações nas plantas e especificações, que se fizerem necessárias, só podem ser feitas, mediante prévia autorização do INEP, que fez publicar o folheto anexo de construções para o programa de prédios (MEC/INEP, 1957a, p. 145).

Ainda segundo o INEP, as propostas para construções escolares eram celebradas entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e as entidades públicas locais, seja na esfera do governo estadual ou do municipal, e suas realizações eram conduzidas principalmente pelos Departamentos de Obras das Secretarias de Viação e Obras Públicas (p. 146), embora



houvesse, em alguns estados, órgãos administrativos específicos dedicados ao tema das construções escolares. Especializados ou não, o INEP expunha como objetivos destes Departamentos:

1.º — o estudo e elaboração de projetos relativos às novas construções escolares; 2.º — reformas de prédios adquiridos ou alugados; 3.º — fiscalização das construções e reformas; 4.º — elaboração de normas para concursos públicos de projetos e para contratos de aluguel de prédios escolares ou de obras; 5.º — promoção de medidas necessárias ao equipamento de prédios escolares; 6.º — estudos para aquisição de terrenos etc. (pp. 144-145).

Para além destas diretrizes de ordem geral, e da referência ao folheto *Projetos de salas de aula para curso primário* (US OFFICE... 1956), o Instituto não apresentou resposta à existência de iniciativas mais avançadas "no setor arquitetônico". Em termos de inserção da escola na cidade, ou mesmo de seu entendimento como um equipamento urbano, não há igualmente uma expressiva consideração. Ao contrário, de um ponto de vista normativo, o diálogo com o planejamento urbano das cidades estaria resumido ao tamanho e às maneiras de aquisição de terrenos, ou seja, à operacionalização de estudos de viabilidade técnica para implantação da edificação escolar, sem demonstrar entendimento sobre uma ideia de rede de infraestrutura urbana ou mesmo a consideração das construções escolares como parte da lógica de elaboração de planos urbanos - o que parece bastante incongruente com o contexto de efervescência da implantação do programa escola-parque, escolas-classe, ao longo da década de 1950.

Coincidência ou não, na mesma edição da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em que foi publicada tal resposta do INEP, Anísio Teixeira publicou o texto "A municipalização do ensino primário", tese apresentada ao Congresso Nacional de Municipalidades, em abril de 1957⁶. Neste artigo, Teixeira defende uma proposta para a organização da educação brasileira, discutindo quais seriam as competências de cada uma das esferas. Nela, a escola primária seria uma só, administrada na ordem municipal e organizada pelo Estado, dentro de diretrizes e bases definidas pela União. Ou seja, a cada Estado caberia a fixação de sua Lei Orgânica de Ensino, em acordo com as diretrizes e bases federais, mas com vistas a uma indispensável adaptação regional, dada por meio de uma prática de manutenção local alcançada pela municipalização. Às suas justificativas de ordem financeira e administrativa, reiterou as vantagens sociais e pedagógicas do sistema proposto. Neste ponto, a visão de

⁶ Vale também, como caminho de investigação, um aprofundamento nos anais de tal Congresso para verificação de como a pauta da educação e, quem sabe, da arquitetura escolar, emergem para além do posicionamento de Anísio Teixeira.



municipalização escolar de Anísio Teixeira aponta para um claro direcionamento das políticas públicas de educação em defesa da escola como um equipamento comunitário:

(...) Logo, a administração municipal das escolas, enquanto não pudermos estabelecer a distrital, constituirá a melhor unidade administrativa do sistema escolar brasileiro. Também socialmente, recomenda-se a responsabilidade local. A escola, hoje, está sendo concebida como uma comunidade integrada dentro da comunidade maior da cidade, da vila ou do povoado. A administração local concorrerá para tornar possível essa integração, passando a escola a ser a instituição fundamental da comunidade, servindo-a e dela se servindo para a vitalidade e riqueza dos seus processos educativos.(p. 28)

No contexto das intenções deste artigo, não parece pertinente uma discussão com maior profundidade sobre os termos ou a viabilidade da proposta de Teixeira, ou mesmo sua pertinência frente à prática do planejamento urbano brasileiro daqueles anos, mas nos parece interessante apontar três observações para o debate.

A primeira, de ordem mais especulativa, considerada a simultaneidade entre a publicação de seu artigo em defesa da municipalização e da resposta ao BIE na RBEP, diz respeito à ausência, em tal inquérito, de abordagem conceitualmente mais complexa sobre o equipamento escolar em relação ao planejamento urbano - o que demonstra convergência com a perspectiva colocada pela UIA, como vimos anteriormente. No entanto, é interessante notar que, de algum modo, a perspectiva da escola comunitária esteja implícita na menção, em uma das respostas do Brasil ao inquérito, ao folheto *Projetos de salas de aula para curso primário* (1956), apontado como a única referência tomada oficialmente pelo INEP para o desenvolvimento de programas de construções escolares no Brasil. Originalmente produzido pelo *U.S. Office of Education*, em 1953, no contexto de uma série de publicações instrutivas às administrações escolares de nível distrital, foi traduzido e publicado pelo INEP. É um contexto que nos leva à segunda observação de ordem geral, e já plenamente sabida, acerca do diálogo de Anísio Teixeira com a educação estadunidense, de tradição fortemente local (CHAHIN, 2018).

Por fim, e mais importante, vale observar que, para Teixeira, a municipalização da educação se colocava como uma condição para melhoria da qualidade do ensino primário, indo ao encontro com a agenda do pensamento municipalista no Brasil e sua defesa da autonomia local. Nessa rede de circulação de ideias, tem-se claramente uma abordagem sobre o desenvolvimento municipal não restrito ao campo disciplinar urbanístico, mas já articulado com o direito, à gestão urbana e com o planejamento em seu sentido mais amplo, jogando luz



sobre a necessária participação da comunidade na formulação e, sobretudo, na aprovação do plano, garantida pela criação de instituições democráticas. O planejamento urbano deveria ser considerado não uma prerrogativa, mas um dever governamental atendido em todos os níveis – municipal, estadual e federal – com a respectiva criação de órgãos competentes e com legislações sobre o urbanismo que definissem deveres e limites da competência da municipalidade (FARIA, 2020; DEDECCA, 2022).

Considerações finais

É importante situar esses eventos em um processo já amplamente debatido: o desenvolvimento enquanto discurso construído como resposta à problematização da pobreza no pós-Segunda Guerra, que consolidou um espaço no qual os países pobres foram conhecidos, descritos e interferidos. Neste sentido, mecanismos tornaram esse discurso uma força ativa e real, estes estruturados por formas de conhecimento e poder, e que podem ser pensados em seus processos de institucionalização e profissionalização. Ao longo dos anos, a ideia cristalizou-se em um conjunto de técnicas, estratégias e práticas disciplinares que reformularam questões político-culturais em termos aparentemente neutros cientificamente e que organizaram a geração, validação e difusão do conhecimento. Mais do que isso, a invenção do desenvolvimento envolveu a criação de práticas institucionais que produziram, registraram, estabilizaram, modificaram e colocaram em circulação tais discursos. Uma institucionalização que ocorreu em níveis variados (organizações internacionais, agências nacionais de planejamento e de desenvolvimento local, instituições privadas, organizações não governamentais, etc.) e que se propagou desde meados dos 1940, consolidando uma rede efetiva de poder e de saber (ESCOBAR, 1995).

A partir de tal ótica, devemos interpretar o diálogo interdisciplinar e transnacional promovido pela UNESCO ao mobilizar o BIE e a UIA numa sequência de ações focada no problema da construção escolar como infraestrutura para o desenvolvimento da escolarização básica em todo o globo. Na observação entrelaçada dos eventos de ambas as instituições, que atuaram em campos distintos, percebemos como suas sucessivas ações promoveram uma formulação do problema das construções escolares (provavelmente não a única possível), assim como dados encaminhamentos para sua resolução.

Por fim, há que se problematizar a colocação da UNESCO sobre as diferenças nacionais a partir da defesa de Anísio Teixeira da municipalização, que, talvez, evidencie os limites da intenção, da eleição, da estratégia pragmática de dissociar escola e cidade no debate supranacional. Mais do que isso, interessa aqui pontuar como a historiografia da arquitetura



reverbera tal dissociação e como a historiografia do urbanismo pouco se interessa nos espaços escolares, na sua relação com o planejamento urbano e com a administração pública. Ao fim e ao cabo, no que diz respeito à infraestrutura escolar, são agentes municipais, no interior de repartições públicas, que interferiram e interferem no território, deixando um legado construído expressivo e ainda pouco abordado pelos estudos da área.



Referências:

CHAHIN, Samira. **Cidade nova, escolas novas? Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

_____. A Brazilian response to 20th century school infrastructure planning. **Encounters in Theory and History of Education**, v. 22, 2022 (aprovado para publicação).

CONSTRUCTION Scolaire, **L'Architecture d'aujourd'hui**, nº 72, junho, 1957.

DEDECCA, Paula. **Arquitetura e engajamento: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970)**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

_____. Um evento e alguns cabos de guerra: o Seminário Internacional Criação de Novas Cidades, 1958, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 2022 (aprovado para publicação).

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development. The making and unmaking of the third world**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

GLENDINNING, Miles. Cold-War conciliation: International architectural congresses in the late 1950s and early 1960s. **The Journal of Architecture**, v.14, n.2, pp.197-217, abr. 2009.

LIERNUR, Jorge Francisco. Vanguardistas versus expertos. **Block**, n. 6, pp.18-39, 2004.

MARTINEZ MARCOS, Amaya. Congresos internacionales de arquitectura escolar: viajes de ida y vuelta en busca de la escuela moderna. **VII Congreso Internacional Historia de la Arquitectura Moderna Española**. Viajes en la transición de la arquitectura española hacia la modernidad". Pamplona: T6 Ediciones, 2010, pp. 239-248.

MEC/INEP. Resposta do Ministério de Educação aos inquéritos do Bureau Internacional de Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)**, INEP. Brasília, nº. 66, pp. 143-170, abril/junho, 1957a.

_____. XXª Conferência Internacional de Instrução Pública. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)**, INEP. Brasília, nº. 68, pp. 116-129, outubro/dezembro, 1957b.

_____. **Conferências Internacionais de Instrução Pública**. Recomendações 1934-1963. Brasília: MEC/INEP, 1965.



US Office of Education / School House Section. **Projetos de salas de aula para curso primário**. Tradução INEP. Rio de Janeiro: INEP, 1956.

MUMFORD, Eric Paul. **The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960**. Cambridge, Londres: MIT Press, 2002.

ROTH, Alfred. **New school**. Zürich: Girsberger, 1950.

TEIXEIRA, Anísio. A municipalização do ensino primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (RBEP), INEP. Brasília, nº. 66, pp. 22-43, abril/junho, 1957.

UIA. Constructions Scolaires, **Revue de L'UIA**, n.1, março de 1954, p.19-20.

_____. Union Internationale des Architectes — Commission des Constructions Scolaires. **L'écoles et ses problèmes. Premier rapport établi par la Commission des constructions scolaires à la demande de l'UNESCO**. Paris: UIA, 1955.

_____. Union Internationale des Architectes - Commission des Constructions Scolaires. **Carta de construcciones escolares**. Madrid: Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos, 1968.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Adotada em Londres, em 16 de novembro de 1945, e emendada pela Conferência Geral nas suas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 15ª, 17ª, 19ª, 20ª, 21ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª e 2 9ª sessões. Tradução de John Stephen Morris. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273.locale=en> Acesso em: 15/06/2022..

_____. **International Conference on Education: recommendations, 1934-1977**. Paris: Unesco, 1979.

_____. **Conferencia Internacional de Educación: recomendaciones, 1934-1977**. Paris: Unesco, 1979. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000034832_spa. Acesso em: 15/06/2022.

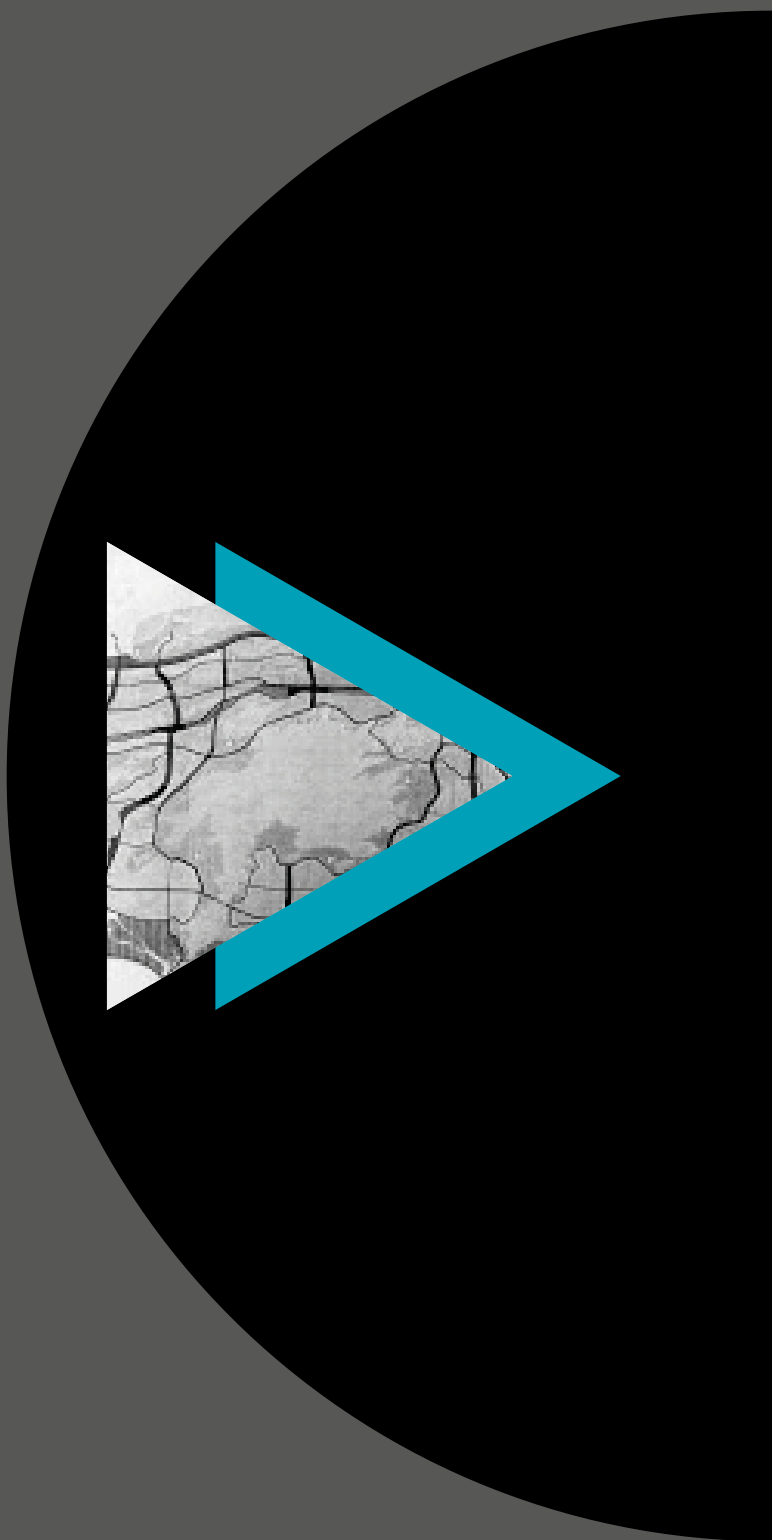
_____. Recomendação nº 44. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (RBEP), INEP. Brasília, nº. 55, p. 75-86, julho-setembro 1954.

VAGO, Pierre (Org.). **UIA. 1948-1998**. Paris: Les Editions de l'Epure, 1998.

VIEYRA, E. Ferrer. **Informe sobre el Centro Regional para Construcciones Escolares para América Latina y la región del Caribe (CONESCAL)**. Genebra: BIE, 1973.



2

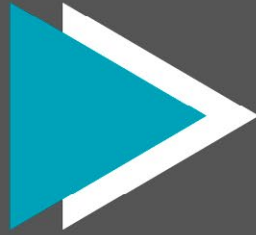


Tecnocracias, Instituições
e dispositivos de poder



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

Prestes Maia e Léo Ribeiro de Moraes em Londrina/PR: ideário, circulação e recepção de ideias do urbanismo

**Prestes Maia and Léo Ribeiro de Moraes in Londrina/PR: ideals, circulation
and reception of urbanism ideas**

ZANON, Elisa Roberta

Doutoranda. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

elisazanon@usp.br

NEGRELOS, Eulalia Portela

Livre Docente. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

negrelos@sc.usp.br



Resumo

A proposta deste artigo é contribuir para o debate em torno da construção histórica de instrumentos urbanísticos a partir de sua disseminação no território brasileiro através da atuação de profissionais da área de urbanismo, particularmente no município de Londrina, estado do Paraná. Trata-se de cidade nova, fundada em 1929 como sede do empreendimento imobiliário de terras agrícolas pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e que em poucas décadas passou por rápidas transformações na sua estrutura urbana. Tratamos aqui do trabalho realizado por Francisco Prestes Maia em 1951 para Londrina, que resultou na Lei 133/1951, que dispõe de arruamento, loteamento e zoneamento, vigente até 1998. Este estudo faz parte de tese em elaboração, que envolve a compreensão de mecanismos de regulação da cidade, implicando na incursão por documentos reunidos em acervos institucionais, na aplicação do método da pesquisa histórica. Conceitos de referência foram usados para clarificar a abordagem teórica, já que a circulação de ideias foi intensa no início do século XX e amplamente difundida nas cidades latino-americanas como experimentação de propostas. Interessa explorar a apropriação de ideias a partir de sua recepção no meio técnico institucional e profissional, o que depende da interpretação e dos níveis de leitura para a conformação de uma cultura técnica local. Tomou-se como estudo o Jardim Shangri-lá, de autoria do urbanista Léo Ribeiro de Moraes, em suas três partes, como um dos primeiros loteamentos realizados após a aprovação do marco legal da Lei 133, no sentido de explorar a recepção nacional por Maia e local por Moraes de preceitos internacionais do urbanismo. A partir deste contexto, analisamos alguns aspectos da constituição de uma cultura técnica local em relação ao campo do urbanismo, tendo como base três instâncias conceituais: o ideário, a circulação e a recepção de ideias.

Palavras-chave: Urbanismo. Prestes Maia, Léo Ribeiro de Moraes. Londrina/PR.

Abstract

This article aims to contribute to the historical construction of landscaping tools and their dissemination in the Brazilian territory through the performance of professionals in urbanism, particularly in the municipality of Londrina, State of Paraná. It is a new city, founded in 1929 as the head office of the agricultural land real estate enterprise by the Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) and which in a few decades underwent rapid transformations in its urban structure. We deal here with the work carried out by Francisco Prestes Maia in 1951 for Londrina, which resulted in Law 133/1951, which provides for street layout, land subdivision, and zoning, current until 1998. This study is part of a thesis in progress, which involves understanding the city's regulatory mechanisms, implying an incursion through documents gathered in institutional collections, in the application of the historical research method. Therefore, were used the reference concepts to clarify the theoretical approach, since the circulation of ideas was intense at the beginning of the 20th century and widespread in Latin American cities as experimentation of proposals. In this sense, it is interesting to explore the appropriation of ideas from their reception in the technical, institutional, and professional environment, which depends on levels of interpretation and reading for the feature of the local technical culture. The three-part of Garden Suburb Shangri-lá, by the urban planner Léo Ribeiro de Moraes, is one of the first land subdivisions to be built after the approval of Law 133, to explore the national reception by Maia and the local reception by Moraes of international urbanism precepts. From this context, we analyze some aspects of the constitution of local technical culture in the domain of urbanism, from three conceptual instances: ideology, circulation, and reception of ideas.

Keywords: Urbanism. Prestes Maia. Léo Ribeiro de Moraes. Londrina/PR



PRESTES MAIA E LÉO RIBEIRO DE MORAES EM LONDRINA/PR: IDEÁRIO, CIRCULAÇÃO E RECEPÇÃO DE IDEIAS DO URBANISMO

A proposta deste artigo é contribuir para o debate sobre a construção histórica de instrumentos urbanísticos a partir de sua disseminação no território brasileiro através da atuação de profissionais da área de urbanismo. Aqui focalizamos o trabalho realizado por Francisco Prestes Maia para Londrina, estado do Paraná, o que resultou na Lei 133/1951, que dispõe de arruamento, loteamento e zoneamento, e que esteve vigente até 1998; ao mesmo tempo relacionamos a prática urbanística de Léo Ribeiro de Moraes em Londrina, concebendo, aprovando e produzindo um loteamento de forma totalmente contemporânea à aprovação da mesma lei.

Londrina é uma cidade nova, fundada em 1929 como sede do empreendimento imobiliário de terras agrícolas pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e que em poucas décadas passou por rápidas transformações na sua estrutura urbana. No início dos anos de 1950, a paisagem da cidade passou por modificações com a construção de obras modernas, incorporando a verticalização e a expansão territorial, ao mesmo tempo em que se tem a presença de profissionais de destaque e a aprovação de um conjunto de regras e normas técnicas. Neste momento, observa-se também a ascensão de um grupo oriundo dos excedentes da produção agrícola, constituindo uma elite cafeeira cujos interesses econômicos marcaram uma época. No cenário político e nacional, a saída do Estado Novo (1937-1945) repercutiu na realização de eleições municipais o que movimentou as entidades e as organizações sociais, assim como a reestruturação da gestão pública com a ampliação do quadro de servidores e a possibilidade de contratação de consultorias.

A partir deste contexto, analisamos alguns aspectos da constituição de uma cultura técnica local em relação ao campo do urbanismo, tendo como base três instâncias conceituais: o ideário, a circulação e a recepção de ideias. Os conceitos são formulações importantes para o avanço do debate, pois mobilizam uma gama de possibilidades de definições. O ideário tem certa proximidade com o modelo e o paradigma, mas não vinculados como sinônimos, pertencendo à proposição de determinadas localidades. De todo modo, o ideário assume seu posto de referência quando imbricado na circulação de ideias, seja através do que Angotti-Salgueiro e Simões Junior (2017) identificam nas experiências individuais em instituições públicas, em setores da iniciativa privada e em objetos que carregam ideias como revistas, livros, manuais e demais tipos de publicação. Angotti-Salgueiro e Simões Junior (2017, s/p) apontam que a circulação depende de “redes de atores em lugares de produção do saber



devidamente estruturados” e que neste trânsito do ir e vir de ideias, na maior parte das vezes a difusão se dá pela assimilação, ocorrendo em “situações unilaterais”, sem que exista uma interlocução ou troca de fato. Essa constatação se aplica ao caso estudado em Londrina, pois Prestes Maia aportou uma proposta de organização espacial por meio do projeto de lei em 1951, o que remete à própria construção de um ideário a partir dos embates em outras localidades como São Paulo, não encontrando na nova cidade do Paraná um diálogo correspondido.

A Lei 133, que tratava do arruamento, parcelamento e zoneamento, foi sancionada com elogios e sem objeções, sendo posteriormente retalhada pelos intérpretes ao longo das décadas. Pensando que a recepção de ideias não significa a sua reprodução, mas sim apropriações, Angotti-Salgueiro e Simões Junior (2017, s/p) afirmam que os espaços geralmente são receptores e não produtores de ideias e que a “interpretação em diferentes contextos implica, pois, níveis de leituras e introduz matizes, segundo a inteligibilidade dos leitores das referências que as reformulam e segundo as circunstâncias em que as convocam”. Toda recepção implica na deformação, transformação ou, ainda, adaptação do ideário.

Na construção do campo disciplinar do urbanismo, pode-se dizer que a cultura técnica está inter-relacionada como produção de conhecimento através da prática realizada em instituições públicas e setores privados, que corroboram na construção do saber técnico a partir do trabalho experimental realizado nas cidades. A cultura técnica se constitui a partir de saberes e da atuação profissional; todavia, a contribuição pode resultar em interpretações diversas a depender das áreas envolvidas. É inegável que a predominância de especialistas ligados à engenharia civil, e mesmo aqueles interessados no ramo imobiliário, deram sua interpretação própria ao texto da Lei 133 em Londrina.

É importante relacionar que o urbanismo surge como uma resposta para os problemas da cidade e do território em decorrência da Revolução Industrial. Desde o século XIX, a compreensão do campo do urbanismo foi sendo absorvida, discutida e construída pela contribuição das diferentes áreas interessadas em seu estudo. Calabi (2012) afirma que, ao longo do tempo, o urbanismo se apropriou de outros saberes e se adaptou. Portanto, a construção de ideários pressupõe a inter-relação com a circulação e a recepção de ideias, sendo necessário pensar que estes constituem uma amálgama. No Brasil, o campo do urbanismo se deve em parte às trajetórias profissionais de urbanistas que estiveram à frente de setores públicos e em órgãos de consultoria, nos quais puderam aplicar estudos desenvolvidos para atender a demandas locais e municipais, a partir de experiências em viagens, congressos e embates com outros técnicos.



A maior parte dos dados apresentados neste artigo advém de pesquisas em arquivos públicos da Prefeitura do Município de Londrina e Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Prestes Maia, um pioneiro do urbanismo no Brasil

Francisco Prestes Maia (1896-1965) formou-se em 1917 no curso de Engenharia e Arquitetura da Escola Politécnica de São Paulo, passando logo após a trabalhar em setores públicos e a colaborar em projetos que atendessem a demanda da cidade. Carpintéro (2013, p. 24) comenta que embora o urbanismo fosse uma disciplina relativamente recente e apesar de Maia não ter tido essa formação acadêmica, o mesmo teve “contato com as várias correntes urbanísticas da época, através das leituras realizadas, em inglês na sua maioria”, e nos mais diversos assuntos, como “engenharia sanitária, hidráulica, irrigação, planejamento urbano, tráfego, transportes, pontes, portos, geologia, e outros”. Tal interesse é visível pelo seu acervo particular de 12 mil livros que está na biblioteca municipal de seu nome em São Paulo, como destaca Carpintéro (2013). Por esse percurso profissional no qual adquiriu saberes e atuou, Maia seria um pioneiro do urbanismo, como apontado por Angotti-Salgueiro e Simões Junior (2017, s/p), uma vez que consideram que os pioneiros são “aqueles que formaram a primeira geração, situada a partir da segunda metade do século 19 até os decisivos três primeiros decênios do século 20”, reconhecendo-os como “protagonistas ou atores” do seu tempo.

Ademais, Prestes Maia participou de comissões e elaborou planos e projetos urbanísticos para diversas cidades brasileiras, como também esteve à frente da Prefeitura de São Paulo entre 1938 e 1945 e, depois, de 1961 a 1965. Portanto, a contribuição de Prestes Maia para a formação do campo é notória, para além do viário e da crítica ao rodoviarismo e do político como temos apontado e defendido orientando pesquisas como indicadas nos relatórios de Messias (2020) e Ballastreire (2021), ao passo que as pesquisas têm relevado sua importância para a revisão historiografia do urbanismo.

Maia participa do comitê de organização do IV Congresso Pan-americano de Arquitetos (IV CPA), no Rio de Janeiro, em junho de 1930. No evento, ocorre a IV Exposição Pan-americana de Arquitetura, em que Maia expôs o *Plano de Avenidas*, com positiva recepção (CAMPOS, 2002), cuja preparação se dá no município, organizada nas instalações da Comissão de Rectificação do Rio Tietê (CORREIO PAULISTANO, 03/06/1930). No IV CPA Prestes Maia recebe o prêmio de honra, medalha de ouro e diploma, por conta do *Plano de Avenidas* (Revista de Engenharia Mackenzie, 1930, p.146-147 in: FICHER, 2005, p.156), o que não foi registrado nas Conclusões do Congresso pela Revista Architectura (1930, n.152, s/p). Logo após o evento, em 1933 Maia atua como parecerista sobre o plano de Recife, também



apresentado pelo arquiteto pernambucano Nestor Figueiredo no IV CPA; a análise de Maia consta em *Os melhoramentos do Recife: notas de viagem* (LEME, 1999, p.403).

O centro do *Plano de Avenidas*, como um “plano geral”, era a extensão e a remodelação viária da cidade de São Paulo, propondo um sistema radial-perimetral, preparando a capital para o desenvolvimento econômico que se concretizaria nas décadas seguintes para a cidade de São Paulo (LEME, 1990, p.7), seguindo o ideário da modernização urbana vigente na América Latina. Apesar de lembrado por suas obras viárias, o *Plano de Avenidas* continha proposições que iam além da intervenção no sistema viário, indicando uma concepção de cidade descentralizada, considerando que o antigo centro estaria limitado em condições físicas para o crescimento desejado. Segundo o plano, a cidade teria crescimento a partir da ocupação extensiva do solo e com o sistema de transportes de superfície.

Outros trabalhos realizados por Prestes Maia merecem destaque: o “Ante-projecto de urbanização de Campos do Jordão”, em 1935, sendo Maia presidente da “Comissão de Urbanização de Campos do Jordão, São José dos Campos e Caraguatatuba”, formada como ação do governador Armando de Salles Oliveira; o “Plano de Melhoramentos Urbanos” de Campinas de 1934 a 1938; o Plano Regional para Santos, publicado em nove edições do *Digesto Econômico* (revista da Associação Comercial de São Paulo), de novembro de 1947 a julho de 1948; o “Loteamento Cidade Nova – Companhia Melhoramentos” para Votuporanga em 1952; contato com a Prefeitura de Santo André em 1951 para levantamento topográfico para fins de elaboração de plano diretor; fez parte da Comissão de Reforma Urbanística para Buenos Aires em 1952; diretor da Companhia City em 1957; projeto de cidade-nova Jardim Umarama em Goiás (1958) e Cristo Rei (RJ), além de outros projetos para Ribeirão Preto (1945), Poços de Caldas, Belo Horizonte e Curitiba. Neste intervalo entre mandatos que assumiu, concorreu em 1950 e 1954 ao cargo de governador paulista e duas vezes para o de prefeito do município de São Paulo, em 1957 e 1961, saindo desta vez vitorioso.

Nos parece oportuno relevar três eventos com a participação de Maia que ainda podem ser explorados compreendendo-o na circulação de ideias do Urbanismo moderno na região da América Latina desde o final da década de 1910.

O primeiro deles é sua participação no IV CPA, em 1930, com o *Plano de Avenidas*, numa interlocução com arquitetos de toda a região. Esse evento se complementa com sua atuação junto à SAU, como correspondente no início dos anos 1930, junto a outros arquitetos e figuras da política nacional. E, já em 1963, sendo prefeito eleito, é relevante encontrarmos em seu acervo o trabalho *El planeamiento territorial del Departamento de Rio Negro*, do ITU (*Instituto de Teoría de la Arquitectura y Urbanismo*, da então *Facultad de Arquitectura* da UDELAR – *Universidad de la República*, do Uruguai). A visão de planejamento regional, alimentada pelos



estudos abundantes em sua biblioteca oriundos dos EUA e da Europa, se estenderia, segundo nossa visão, às experiências sul-americanas.

A seguir, sua atuação na *Comisión de Reforma Urbanística de Buenos Aires* (CARPINTÉRO, 2013) ainda merece estudos e busca de novos documentos, como o trabalho de 1925, da *Comisión de Estética Edilicia*, da *Intendencia Municipal* desse município, *Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio. Reforma de la Capital Federal*, encontrado em seu acervo bibliográfico,

Por fim, a perspectiva regional indicada por Paiva (2021), em que a atuação de Maia no oeste paulista, concebendo Panorama, contemporaneamente ao Plano Regional de Santos, estaria conectada ao *Plano de Melhoramentos de Campinas*, numa visão de articulação territorial planejada, para “*uma integração sul-americana pelo interior do território por meio do desenvolvimento do transporte e das comunicações visando à intermodalidade (fluvial, rodoviária, ferroviária e aérea)*” (PAIVA, 2021), indica a potência de exploração de tais indícios com impacto na discussão sul-americana sobre o planejamento da Bacia Paraná-Uruguai, tão almejada, desde a década de 1940. No conhecido interesse pela atuação na bacia – pela atuação da CIBPU, da SAGMACS e do CPEU na década de 1950 (CHIQUITO, 2016), o Plano de Maia para Panorama/SP, em 1946, implantada às margens do Rio Paraná, nos fornece elementos para analisar sua atuação em âmbito latino-americano, particularmente como integrante da Comissão da Reforma Urbanística de Buenos Aires (1952) e sócio correspondente da revista da *Sociedad de Arquitectos de Uruguay* (SAU) (ARQUITECTURA, n. 175, 1932, s/p).

Difusão de ideias e o ideário de urbanismo em Londrina: a Lei 133/1951

Na segunda metade da década de 1940 ocorreu uma combinação de fatores, o que resultou na presença de Prestes Maia em 1951 em Londrina e na aprovação da Lei 133 em 7 de dezembro do mesmo ano. Para Arias Neto (2008), com o fim do Estado Novo (1937-1945), as reivindicações democráticas foram fortalecidas pela representação local da União Democrática Nacional (UDN), além de que, o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) implicou no aumento da produção de café no norte do Paraná para atender vários países, levando ao enriquecimento de produtores da região e, portanto, a formação de uma elite cafeeira que passou a ter interesses em se firmar como grupo dominante. O prefeito Hugo Cabral, eleito em 1947, representava os interesses desse grupo que buscava referências para o crescimento ordenado de Londrina, permanecendo no cargo até 1951. De acordo com Arias Neto (2008, p. 105), era importante “ordenar e disciplinar a cidade e a vida



social para garantir a continuidade indefinida – no tempo e no espaço – do progresso”. Assim, a transformação ocorrida em Londrina nos anos de 1950, representou também organização social do espaço, fortalecida pelo conjunto de leis e instituições presentes naquele momento, ou seja, “tratava-se de organizar a cidade colocando cada grupo social em seu devido lugar e espaço” (ARIAS NETO, 2008, p. 105).

Nos interessa explorar, daí, o percurso de Prestes Maia até chegar a Londrina. Uma das hipóteses levantadas por Lima (2000) é que Hugo Cabral teria tido contato com o urbanista através da UDN partido do qual eram correligionários no final dos anos de 1940. Outra possibilidade é que São Paulo seria um modelo para Londrina, talvez pela forte presença de paulistas na migração para o norte do Paraná. Ao assumir a prefeitura de Londrina em dezembro de 1947, Hugo Cabral incorporou o debate das questões urbanísticas, possivelmente em razão de sua proximidade com membros de entidades interessadas no desenvolvimento da cidade, como a Sociedade Amigos de Londrina (SAL) da qual também foi integrante, assim como a Associação Rural de Londrina, em que foi presidente na primeira diretoria de 1946 a 1948. No jornal Paraná-Norte de 20 de junho de 1946 encontra-se a notícia da primeira reunião da SAL no dia 23 de junho com o objetivo de “estudar e discutir os problemas que se relacionem com o progresso e a riqueza do município e com o bem-estar, segurança e conforto dos munícipes” (SOCIEDADE, 1946, p. 1). No ano de 1951, Hugo Cabral assinou a Resolução n.º 2 de 3 de setembro na qual declara a Sociedade Amigos de Londrina como de utilidade pública, assim como fez com outras entidades. No Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss consta um documento datado de 1952 com o nome “Estatutos da SAL”, com 136 membros inscritos até aquela data, e que rege a organização de quatro comissões: Melhoramentos Urbanos, Assistência Social, Educação e Cultura. Vários dos integrantes da SAL eram médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, comerciantes e cafeicultores e participavam simultaneamente de outras associações e entidades, tais como Rotary Clube de Londrina, Sociedade Médica de Londrina, Associação Rural de Londrina, Grêmio Literário e Recreativo Londrinense, Londrina Country Clube e Faculdade Estadual de Direito de Londrina. Essa pluralidade na organização da sociedade civil indica que os interesses pela cidade estavam alinhados, ao passo que era recorrente a participação de um mesmo grupo de pessoas, o que implicava, possivelmente, na circulação das mesmas ideias.

Uma das primeiras ações de Hugo Cabral foi ordenar, pelo Decreto n.º 1 de 02/01/1948, a suspensão da aprovação de loteamentos e terrenos até a conclusão do Plano Urbanístico – ainda a ser desenvolvido naquele momento. Outra ação do prefeito foi providenciar o registro



cadastral do momento da ocupação com o levantamento aerofotogramétrico¹ da cidade de Londrina na escala 1:2000, realizado em 1949 e atualizado em 1951, além de incrementar os recursos humanos à administração pública pela Portaria n.º 2 de 10/01/1951, em que autorizou o Diretor do Departamento de Obras e Viação a contratar os serviços. Como parte desse quadro de eventos, soma-se a presença de profissionais de destaque em Londrina, como é o caso de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, estudados por Suzuki (2003). Foram construídos a Estação Rodoviária (1948-1952) pela Prefeitura; a Casa da Criança (1950-1955) por iniciativa da SAL; o conjunto Cine Ouro Verde (1948-1952) e Edifício Autolon (1948-1951) pela Sociedade Auto Comercial de Londrina; os vestiários do Londrina Country Club (1951); a ampliação da Santa Casa de Londrina (1952-1955); e a Residência Milton Ribeiro de Menezes (1952); além de projetos não executados.

De modo semelhante, Prestes Maia, no início do ano de 1951, recebeu a incumbência de trabalhos para o município de Londrina. A partir da pesquisa da documentação local, ainda em processo, Prestes Maia estaria envolvido na elaboração de três produtos: o Plano Urbanístico, do qual consta apenas um manuscrito, como apresentado no anexo do trabalho de Lima (2000); o Projeto de Lei para “arruamentos, parcelamentos e zoneamentos”, que resultou na Lei 133/1951; o Código de Obras, para cujo trabalho até o momento não há evidências de seu envolvimento de fato, constando apenas a sua menção na justificativa de envio do projeto da Lei 133 para a Câmara Municipal em 1951.

O ano de 1951 que Prestes Maia esteve em Londrina, assim como outros profissionais de renome, coincide com a sua fase de “consultor e político” (NEGRELOS; MESSIAS, 2021), no período de 1946 a 1960, isto é, entre mandatos na Prefeitura de São Paulo, no qual teve intensa atuação para além da política. Prestes Maia retornou às atividades na Diretoria de Obras Públicas (DOP) da Secretaria de Viação e Obras Públicas do governo estadual de São Paulo entre os anos de 1946 a 1953, desenvolvendo em concomitância e até o ano de 1960 um conjunto de trabalhos em seu escritório, com a elaboração de planos urbanos para diversas cidades, como publicações importantes em revistas, jornais e outros.

Em Londrina, a aprovação da Lei 133/1951 em relação à legislação anterior mostra que o conteúdo urbanístico ganhou maior peso com a contribuição de Prestes Maia, o que de certo modo contrastava com a prática da época. O trabalho de Maia para a Prefeitura de Londrina em 1951 resultou no projeto de lei que tratava do arruamento, loteamento e zoneamento, cuja

¹ De acordo com Yamaki (2003), o levantamento aerofotogramétrico foi realizado no voo de 1949 e atualizado em 1951 pela Empresa Nacional de Fotografias Aéreas Ltda. (ENFA) de São Paulo, constituindo um mosaico de 12 pranchas em papel linho.



aprovação na Câmara Municipal originou a Lei 133/1951 com 149 artigos, organizada em seis capítulos, sendo que dos três assuntos que abordava, o zoneamento abrangia quase metade do conjunto. Chama a atenção o requisito de doação de percentuais de áreas públicas para vias e espaços livres (praças, jardins e parques) em relação aos parâmetros praticados anteriormente. A lei trouxe correlação com a aplicação de outros instrumentos, como se vê no artigo 15 (LONDRINA, 1951, p. 4), em que as “condições zonísticas” seriam indicadas para os loteamentos com base nas “diretrizes” e no “plano urbanístico oficial”, demanda esta considerada necessária desde o início do mandato do Prefeito Hugo Cabral, como já citado. Constatase que a elaboração do plano não ocorreu naquele momento, como se vê pelo Decreto n.º 36/1952 que criou a "Comissão do Plano Diretor" como órgão consultivo, informativo e auxiliar, sendo que este último também não foi realizado.

Outro aspecto singular da Lei 133 é a referência à novos conceitos urbanísticos. O artigo 16 (LONDRINA, 1951, p. 4) tem a seguinte redação:

(...) nos grandes arruamentos o na criação de novos núcleos urbanos, aplicar-se-ão, conforme as circunstâncias, as ideias das ‘unidades residenciais’ (*Neighbourhood-unit*), cidades-jardins, bairros jardins, cidades lineares e outras concepções urbanísticas referentes a organização e conjuntos.

O requisito de doação de percentuais de áreas públicas encontra-se nos artigos do Capítulo III – Ruas e Logradouros, nos quais exige-se no mínimo 20% de vias públicas em terrenos iguais ou acima de 30.000m²; nestes, 6% da área total deveriam ser para espaços livres (praças, jardins e parques) na zona urbana e 10% na zona suburbana, incluindo 12% na zona rural adjacente e 15% na zona rural. Ainda, o proprietário-arruador deveria doar à prefeitura um lote para serviços municipais na proporção de 5% da área loteável na zona rural, 5% na zona rural adjacente e 1% na zona suburbana. O Capítulo V que trata do Zoneamento apresenta definições, características e parâmetros para cada zona residencial e comercial em suas subzonas e as demais zonas, como as industriais. Além das condições técnicas da lei, o artigo 113 (LONDRINA, 1951) evidenciava os princípios de beleza das construções: a “prefeitura poderá fazer exigências estéticas quanto aos aspectos do tratamento, tanto arquitetônico, como paisagístico das edificações comerciais locais, nos pontos que julgar mais interessantes”, sendo que o artigo ainda incluía indicações de regulamentação para letreiros e propagandas.

A regulamentação da Lei 133 pelo poder público gerou interferência no mercado imobiliário e consequentes conflitos de interesses, pois passou a exigir maiores percentuais de áreas públicas no caso de loteamentos, ao passo que, com a efetiva doação, a prefeitura passaria a ser responsável pela conservação das vias e pela implantação dos serviços públicos e



comunitários. Um segundo ponto passou a incomodar os agentes imobiliários: a venda de lotes só poderia ser feita após a oficialização do loteamento pela prefeitura.

Sancionada a lei, uma forte resistência à sua implantação instaurou-se na cidade, gerando uma longa polêmica que se arrastou por alguns anos e se desenvolveu em praças públicas, no âmbito da Câmara Municipal e do Executivo, bem como na imprensa. O argumento principal da oposição era que sua aplicação seria um freio no desenvolvimento da cidade, por estabelecer um número de exigências absurdas ao proprietário-arruador. (ARIAS NETO, 2008, p. 108).

Os agentes imobiliários argumentavam que para atender às exigências da Lei 133 teriam que elevar o preço dos terrenos para obter algum lucro. A pressão levou o prefeito vigente, Milton Menezes, a recorrer a Prestes Maia, que, em 1952, elaborou um arrazoado de 22 páginas em defesa da Lei 133 comparando os benefícios desta com o antigo Decreto-lei n.º 159/1947². A partir da análise de textos e trabalhos de Maia nota-se que sua concepção de zoneamento se alinhava com as bases do urbanismo moderno pela racionalidade proposta, sendo que para Maia (1952, p. 18) “a lei 133 difere da anterior por ser mais completa, mais minuciosa, mais moderna, e mais metódica”. Maia é enfático ao reforçar que o zoneamento é indicado como necessário às cidades, sendo que a percepção deste instrumento passa por um amadurecimento ao longo dos anos, resultando em propostas, como se confirma no caso de Londrina.

A polêmica só terminou em 1955 com o Decreto n.º 35, que regulamentou o artigo 20 da Lei 133/1951 e estabeleceu critérios de serviços de responsabilidade do proprietário loteador, o que, de acordo com Arias Neto (2008, p. 109), reduziu substancialmente os itens de infraestrutura exigidos nos loteamentos populares e médios, “desonerando assim os imobiliários de investimentos de vulto, cujo retorno não seria tão lucrativo”. No Decreto n.º 35/1955 consta a divisão dos serviços de responsabilidade do loteador em três classes, sendo que para os parcelamentos populares eram obrigatórios a terraplenagem, a instalação de guias e da rede de drenagem de águas pluviais; já o abastecimento de água potável dependia da localização e do nível do uso residencial (LONDRINA, 1955). Portanto, no ínterim de décadas, os loteamentos populares tiveram acesso tardio ao tratamento sanitário completo da cidade.

Nas décadas seguintes, a cidade apresentou considerável expansão territorial, sendo que nos anos de 1970 e, principalmente 1980, observa-se o papel do Estado como agente produtor do espaço através dos conjuntos habitacionais promovidos pela COHAB-LD, organismo promotor público no novo regime jurídico-institucional e financeiro em relação à política urbana

² O Decreto-lei n.º 159/1947 instituiu regras para a abertura de ruas, avenidas e divisão de lotes com a prévia anuência do Município.



e habitacional do regime militar: Sistema Financeiro da Habitação (SFH), Banco Nacional da Habitação (BNH), companhias de habitação (COHABs) e Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). A COHAB-LD foi criada em 1965 e teve sua inscrição regularizada como agente financeiro público pelo BNH em 1969. Notadamente, grande parte dos empreendimentos residenciais construídos para atender às classes populares funcionou como extensor dos limites da cidade, ao mesmo tempo em que foram reservados terrenos - os “vazios urbanos” – no que se denominou “banco de terras públicas”, o que pode ainda revelar a comunhão entre interesses imobiliários e a produção estatal. Ademais a função da Lei 133/151 e outras complementares atendiam aos interesses de tais agentes produtores do espaço, pois, além dos parâmetros de parcelamento, cabia a indicação do uso do solo, geralmente, uma mesma categoria de zona popular.

A assimilação da Lei 133/1951 criou pregnâncias na cultura técnica local, permanecendo vigente até o ano de 1998 quando foi revogada. Dá-se ênfase aqui à temática do zoneamento, que segue com a aprovação de outras leis sobrepostas à de origem; mesmo assim, não há como dissociá-la das matérias do arruamento e do parcelamento. De qualquer modo, a Lei 133/1951 manteve-se como normativa urbana por quarenta e sete anos, fazendo parte de um conjunto de regras modernas da época.

Recepção da Lei 133/1951: o caso de três loteamentos na década de 1950

Após a aprovação da lei 133, um dos primeiros loteamentos implantados foi o Jardim Shangri-lá, situado na porção oeste da planta inicial da CTNP. Na documentação encontrada na Diretoria de Loteamentos da Prefeitura do Município de Londrina, há informações sobre o processo de parcelamento da parte desmembrada do lote 343 da Gleba Jacutinga. A área prevista para o loteamento perfazia um total de 1.581.765 m² ou aproximadamente 1,6 Km², sendo esta uma grande porção de terras para urbanização.

Pelo Memorial Explicativo que data de 13 de dezembro de 1951 (6 dias após a aprovação da Lei 133/1951), consta que o arquiteto e urbanista Léo Ribeiro de Moraes foi responsável pelo estudo geral de toda a área para o loteamento, ainda que seu nome apareça mais especificamente na planta da Zona “A”.

Léo Ribeiro de Moraes foi membro da Sociedade Amigos de São Paulo (SASP), diplomado engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica de São Paulo em 1939 de acordo com Reis (1996), destacando-se como urbanista, político e dirigente de órgão público na descrição sumária das atividades de alguns construtores da metrópole paulistana da pesquisa de Ficher



(2016, p. 41). Assim como Prestes Maia, Léo Ribeiro de Moraes foi um dos profissionais de destaque que estiveram no Paraná e que segundo Rego, Destefani e Cristo (2013, p. 11) levaram ao interior “algo da modernidade entrevista na metrópole”.

No Memorial Explicativo do Shangri-lá, Moraes (1951) argumenta que no critério de concepção do loteamento “objetivou alcançar-se traçado que violentasse o terreno natural o menos possível”, sendo esta característica notada nas ruas sinuosas que tendem a acompanhar as linhas do relevo, principalmente na porção mais elevada do loteamento. Ainda complementou que “em todo o traçado procurou-se adotar o partido de quadras longas que, a par de dar maior regularidade aos lotes resultantes, possibilitou fazer-se arruamento sem cruzamentos, que são, como se sabe, os fatores que propiciam o maior número de acidentes de trânsito”. Faz-se importante mencionar que a proposta de quadras longas foi compensada com vielas para pedestres, o que passou a ser um recurso peculiar do bairro, facilitando as distâncias percorridas a pé. Moraes (1951) escreve que as soluções do projeto do loteamento atenderam às exigências da Lei 133, chegando a exceder às porcentagens de áreas públicas (20% para ruas e avenidas, 10% espaços livres e 1% de área para obras do município). As ruas foram indicadas com 19 metros e as avenidas com 32 metros de largura, o que de certo modo, gerou contraste com as ruas do plano da CTNP que não passavam de 15 metros. Ainda citando a Lei 133, Moraes (1951) explica que a maior parte da proposta do loteamento está enquadrado na subzona RI-C, ou seja, residências individuais com seção de prédios isolados e de classe considerada média, e que excetuam-se algumas quadras na subzona RI-E (residências individuais, seção de prédios “econômicos” geminados). A localização do loteamento favorecia a zona de Comércio Regional (CRG) pelas adjacências com a estrada de rodagem e por ser cortado pela ferrovia (na época RVPSC), assim como a previsão de núcleos comerciais locais (CLC).

Na tramitação administrativa, o loteamento foi empreendido pela firma Boralli & Held – que aparece como proprietária – com sede em São Paulo e filial em Londrina, em parceria com a Imobiliária Ypiranga, tendo o projeto aprovado em 12 de março de 1952 e com alvará de licença para dar início às obras de urbanização em 13 de março do mesmo ano.

A documentação mostra que o parcelamento do Jardim Shangri-lá foi implantado em porções, ou como consta, em zonas. Assim, a Zona “A” foi locada nas cotas mais altas, próxima ao espigão (linha de cumeeira da bacia hidrográfica do Ribeirão Quati), entre a estrada de rodagem BR-369 (antiga Rodovia dos Cereais) e a ferrovia Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC), com lotes de aproximadamente 500 m², tornando-se referência para investimentos da elite local com projetos de residências com filiação à arquitetura moderna, ao mesmo tempo em que as demais partes do loteamento passaram a atender demandas de



outras rendas. Ao norte da ferrovia estariam as zonas “B”, “C” e “D”, sendo que do projeto global encontram-se os processos do Shangri-lá-B e do Jardim do Sol, este último seguindo um percurso diferente.

Observando a vista panorâmica da Zona “A” (Figura 1) e as explicações do memorial, torna-se evidente a correlação com a ideia de “bairro jardim” como já indicado na Lei 133, Art. 16 aplicado no caso de grandes arruamentos e na criação de novos núcleos urbanos. A proposta lembra inclusive uma aproximação com os projetos de Raymond Unwin e Barry Parker no tratamento da paisagem (ANDRADE, 1998) em que Moraes (1951) soluciona o incômodo dos trilhos da ferrovia que cortam o loteamento, isolando as residências por uma faixa de 15 metros de cada lado da linha com “sebes vivas e por avenidas (...) densamente arborizadas”, além do traçado recurvado e os afastamentos criados pelas praças em meia-lua.

Figura 1. Jardim Shangri-lá A – vista panorâmica do loteamento implantado em Londrina com base na Lei 133/1951. Foto: Oswaldo Leite. Ano 1969. Fonte: Museu Histórico de Londrina.

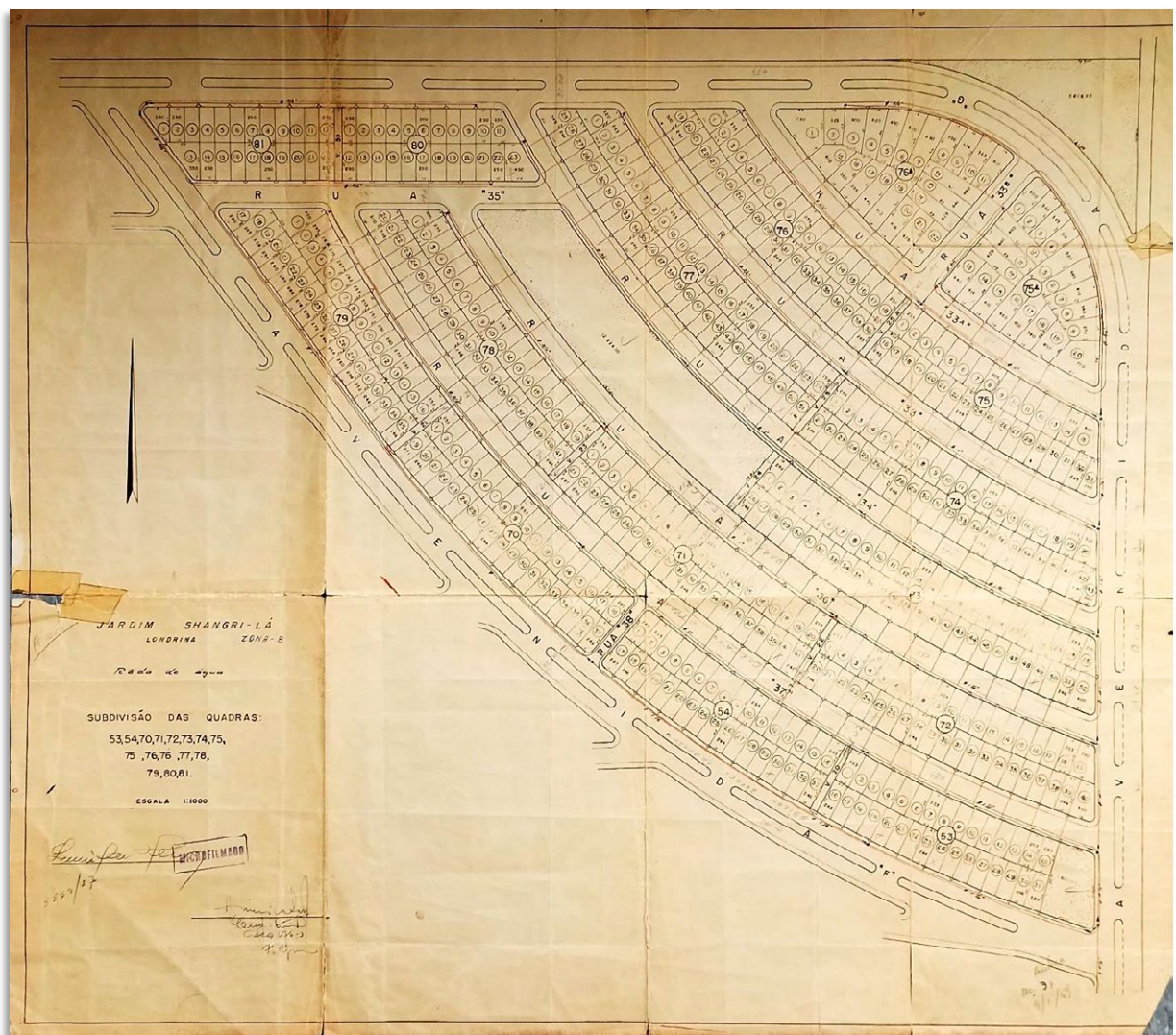


Na documentação do Jardim Shangri-lá Zona “B”, ainda que não conste o nome do arquiteto e urbanista Léo Ribeiro de Moraes, não se descarta a sua autoria devido à menção aos



elementos no Memorial Explicativo e demais identificados na planta (Figura 2). Ademais, a solução projetual apresenta a mesma relação entre arruamento e relevo, com quadras longas e a presença das vielas. Neste projeto da Zona B aprovado em 1952, os lotes são menores que na Zona A, com dimensões em torno de 250 m², o que supostamente, condiciona projetos para casas econômicas e mais modestas. A aplicação das exigências da Lei 133/1951 indica a subzona de residências individuais, seção de prédios "econômicos" geminados e em renque (RI-F) e em parte de outras quadras como núcleo comercial local.

2. Planta de loteamento do Jardim Shangri-lá Zona "B". Fonte: Diretoria de Loteamentos / PML.



Na porção restante do loteamento Shangri-lá, o que seriam as zonas "C" e "D", a tramitação seguiu uma trajetória um tanto diversa. Assim como a Zona B, o Jardim do Sol (Figura 3) está situado em cotas ao norte da ferrovia, tendo as plantas assinadas pelo engenheiro Adyr Ferreira, o que também não descarta a autoria original ao arquiteto e urbanista Léo Ribeiro de Moraes em razão do tratamento topográfico e soluções de desenho.



Figura 3. Planta de loteamento do Jardim do Sol. Fonte: Diretoria de Loteamentos / PML.



A área loteada foi de grande extensão, implantada em porções, mas computando no geral mais de 0,5 Km², com lotes de aproximadamente 300 m². As diretrizes para o loteamento do Jardim do Sol foram fornecidas em 1959 e depois substituídas em 1960, nas quais indicaram as subzonas residências individuais, seção de prédios "econômicos" geminados (RI-E) e admitidos em renques (RI-F) pela Lei 133/1951. Diferente da Zona "A", a exigência de infraestruturas foi limitada a terraplenagem, escoamento de águas pluviais, meios-fios com sarjeta, abastecimento de água potável e pavimentação rudimentar. A aceitação do loteamento Jardim do Sol pelo Departamento de Obras e Planejamento teve alguns entraves, no qual o proprietário alegou que as exigências do executivo eram excessivas e absurdas quanto à doação de áreas públicas em se tratando de um empreendimento popular, no qual usou como justificativa o Decreto n.º 35/1955 que regulamentava o artigo 20 da Lei 133/1951 com o abrandamento de infraestruturas urbanas.

Apesar do embate, o loteamento foi por fim dado como concluído em 1966. Na época de sua implantação, o loteamento encontrava-se fora dos limites estabelecidos para as zonas urbana e suburbana, sendo incorporado à planta oficial posteriormente.

Os três casos de loteamentos apresentados exemplificam questões relacionadas às interpretações da Lei 133/1951, dispositivo legal de longa duração no bojo da constituição de uma cultura técnica representada por Léo Ribeiro de Moraes na escala local. A experiência deste arquiteto comporta a reflexão sobre a circulação e a recepção de ideias urbanísticas em construção no quadro da consolidação do planejamento urbano no Brasil em consonância com seu desenvolvimento na América Latina. Seu projeto do bairro Shangri-lá em Londrina, paradigmático na cidade, adere a outros projetos realizados pelo arquiteto em São Paulo e



outras cidades, ensejando a afirmação do campo disciplinar uma vez que veicula conceitos do ideário de urbanismo mobilizados por Prestes Maia em sua trajetória por vários estados brasileiros com vínculos latino-americanos. Buscando articular história urbana e do urbanismo, apresentamos esta reflexão ao debate, sobre instituições, profissionais e as subliminares visões de cidade em disputa.

Referências:

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **Barry Parker**: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana; SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. Por uma reflexão sobre pioneiros do urbanismo no Brasil e modalidades de apropriação de ideários internacionais. **Arquitextos**: urbanismo, São Paulo, ano 17, 2 abr. 2017. ISSN 1809-6298. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.203/6516>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930-1975. 2. ed. Londrina: Eduel, 2008.

BALLASTREIRE, Brenda Faria. **Prestes Maia na cidade de Campinas**: o Plano de 1938 e desdobramentos na habitação social. Orientadora: Eulalia Portela Negrelos. Relatório Final do Programa Unificado de Bolsas - PUB - USP Edital 2020/2021 (Iniciação Científica) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2021.

CALABI, Donatella. **História do urbanismo europeu**: questões, instrumentos, casos exemplares. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade**: urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: SENAC, 2002.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Arte, técnica e política na trajetória de Francisco Prestes Maia. **Urbana**: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade – CIEC/UNICAMP, Campinas-SP, v. 5, n. 7, p. 20-46, out. 2013 2013. DOI <https://doi.org/10.20396/urbana.v5i2.8635074>. Disponível em: file:///E:/03-Artigos/CARPINTERO_Prestes%20Maia.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. **A Comissão Interestadual Paraná-Uruguaí**: do planejamento de vale aos polos desenvolvimento. São Paulo: Alameda, 2016.



FICHER, Sylvia. 249 construtores de cidades. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, IAU-USP São Carlos-SP, v. 14, n. 2, p. 38-44, 23 dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/127424/124587>. Acesso em: 12 jun. 2022.

_____. **Os arquitetos da Poli**: Ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2005.

LEME, Maria Cristina da Silva. **(Re)visão do Plano de Avenidas**: um estudo sobre planejamento urbano, 1930. Tese (Doutorado), São Paulo: FAU-USP, 1990.

_____. (org.). **Urbanismo no Brasil**: 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

LIMA, Fausto C. de. **Prestes Maia em Londrina**: Moderno em que sentido? Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.

LONDRINA. Lei n.º 133, de 7 de dezembro de 1951. Dispõe sobre arruamento, loteamento e zoneamento, e dá outras providências. Londrina, PR: **O Município**, 27 dez. 1951, p. 4-5 [parcial].

LONDRINA. **Decreto nº 35, de 24 de fevereiro de 1955**. Regulamenta a aplicação do artigo 20 e seus parágrafos da Lei 133, de 7 de dezembro de 1951. [S. l.], 24 fev. 1955.

MAIA, Francisco Prestes. Acervo Milton Menezes do manuscrito em defesa da Lei 133. **Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss**. Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 1952.

MESSIAS, Maria Alice. **Prestes Maia**: para além do viário na cidade de São Paulo. Orientadora: Eulalia Portela Negrelos. Relatório Final do Programa Unificado de Bolsas - PUB - USP Edital 2019/2020 (Iniciação Científica) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2020.

MORAES, Léo Ribeiro de. **Memorial Explicativo do loteamento Shangri-lá em Londrina-PR**. Prefeitura do Município de Londrina, 13 dez. 1951.

NEGRELOS, Eulalia P.; MESSIAS, Maria Alice. Prestes Maia para além do viário na cidade de São Paulo: ampliando abordagens historiográficas. NEGRELOS, E. P.; BUENO, B. P. S. Ramos de Azevedo e Prestes Maia: biografias profissionais e a produção de cidades e territórios (Mesa temática). **Anais XVI SHCU**, Salvador, jun.2021.

PAIVA, Kauê. Território como negócio: Prestes Maia em redes transnacionais de integração sul-americana. NEGRELOS, E. P.; BUENO, B. P. S. Ramos de Azevedo e Prestes Maia:



biografias profissionais e a produção de cidades e territórios (Mesa temática). **Anais XVI SHCU**, Salvador, jun.2021.

REGO, Renato Leão; DESTEFANI, Wilian da Silva; CRISTO, Joice Ellen de. Entre os pioneiros do urbanismo no Paraná. **Urbana**: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade – CIEC/UNICAMP, Campinas, v. 5, n. 7, p. 5-19, 6 dez. 2013. DOI <https://doi.org/10.20396/urbana.v5i2.8635073>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635073>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SOCIEDADE Amigos da Cidade. **Paraná-Norte**, Londrina, ano 12, n. 656, p. 1, 20 jun. 1946.

SUZUKI, Juliana Harumi. **Artigas e Cascaldi**: Arquitetura em Londrina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

YAMAKI, Humberto. **Iconografia Londrinense**: mapas iniciais 1930-1950. Londrina: Edições Humanidades, 2003.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE DIVINÓPOLIS-MG: agentes, ideias e práticas

**The Integrated Local Development Plan of Divinópolis-MG:
agents, ideas and practices**

LACERDA, Érick Aparecido de
Mestrando. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade
Federal de Minas Gerais
erickaplacerda@hotmail.com



Resumo

Na crítica à efetividade dos Planos Diretores elaborados sob o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) são regularmente destacadas: a sua concepção tecnocrática e antidemocrática, os diagnósticos exaustivos e as propostas irrealis e inexequíveis. Estudos recentes, no entanto, ultrapassam tais generalizações ao construir novos eixos analíticos e ressignificar as contribuições da própria constituição do SERFHAU, seus profissionais e planos. Ao se inserir nesse campo de pesquisa, este artigo busca promover novas perspectivas sobre o planejamento do período com o estudo do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) elaborado para Divinópolis, cidade média não metropolitana de Minas Gerais. Através de entrevistas e análise de documentação primária, destacamos os agentes envolvidos, as ideias e o que se viabiliza enquanto prática para considerar os avanços que a experiência representou para a estruturação do planejamento urbano no município.

Palavras-chave: Divinópolis; planejamento urbano; SERFHAU.

Abstract

In the criticism of the effectiveness of the Master Plans elaborated under the Federal Service of Housing and Urbanism (SERFHAU) are regularly highlighted: their technocratic and undemocratic conception, exhaustive diagnoses and unrealistic and unfeasible proposals. Recent studies, however, go beyond such generalizations by constructing new analytical axes and resignifying the contributions of SERFHAU's own constitution, its professionals and plans. By inserting itself in this field of research, this article seeks to promote new perspectives on the planning of the period with the study of the Integrated Local Development Plan (PDLI) elaborated for Divinópolis, a non-metropolitan middle city of Minas Gerais. Through interviews and analysis of primary documentation, we highlight the agents involved, the ideas and what is feasible as a practice to consider the advances that experience represented for the structuring of urban planning in the municipality.

Keywords: Divinópolis; urban planning; SERFHAU.



O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE DIVINÓPOLIS-MG: agentes, ideias e práticas

Introdução

Quando Cintra (1978, p.209) avalia os planos diretores como “adornos de estantes”, o autor exprime parte de uma crítica generalizada que se voltou para os resultados da política de planejamento do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Alguns dos pontos de convergência nas críticas à efetividade de tais planos, segundo Ferreira (2007), destacam sua concepção tecnocrática e antidemocrática, os diagnósticos exaustivos e as propostas irreais e inexecutáveis.

Estudos recentes, no entanto, ultrapassam tais generalizações ao construir novos eixos analíticos e ressignificar as contribuições da própria constituição do SERFHAU, seus profissionais e planos diretores (FELDMAN, 2010, 2019; CHIQUITO, 2006; FERREIRA, 2007). Ao se inserir nesse campo de pesquisa, este artigo¹ busca promover novas perspectivas sobre o planejamento do período com o estudo do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) elaborado para Divinópolis, cidade média não metropolitana de Minas Gerais. A partir da abordagem em trama, defendida por Chiquito (2020), entende-se que compreender o plano envolve a análise de suas múltiplas dimensões: dos atores, das ideias e do que se viabiliza enquanto prática no município.

Para isso, a leitura de artigos de jornais da década de 1960 nos possibilitou identificar uma rede de atores e institucionalidades locais que se articularam para a materialização do PDLI de Divinópolis. Naquele momento, a discussão local que antecede o plano problematizava dois dos considerados principais entraves ao desenvolvimento do município: o controle do crescimento urbano e a ordenação do uso industrial do solo. Com a documentação primária, observamos que tais pautas não só foram incorporadas ao PDLI, como se configuraram temas centrais do diagnóstico, prognóstico e das proposições do plano. A entrevista com profissionais que se envolveram diretamente com o PDLI - seja na sua concepção ou implementação – nos permitiu avaliar as críticas e considerar novas contribuições que a experiência legou para o planejamento urbano de Divinópolis.

¹ O presente artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



A articulação local para o planejamento nos anos 1960

A criação do distrito industrial de Divinópolis é aprovada pelo Decreto Estadual nº8.733, em setembro de 1965. Pelo decreto, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico não só ficaria a cargo dos estudos para delimitação do terreno necessário para implantação do empreendimento, como também responsável pela elaboração do Plano Diretor do município (MINAS GERAIS, 1965). Porém, nos anos seguintes, o prefeito de Divinópolis, Walchir Jésus Resende, empreende uma tentativa de solução local para a implantação do distrito industrial com a criação do Grupo de Trabalho da Cidade Industrial (GTCI).

A estrutura do GTCI estava organizada em diferentes “Setores de Ação” e era composta por representantes do Executivo, Legislativo e entidades locais² com o propósito de “descentralização dos trabalhos, visando, ao mesmo tempo, integrar todo o povo de Divinópolis, na realização desse importante empreendimento” (TRABALHA..., 1967). Uma vez definida sua agenda de encontros e regimento interno em 1967, o grupo atuará na promoção da cidade industrial de Divinópolis por diversas frentes.

O GTCI promoveu debates sobre o tema “Cidade Industrial e Desenvolvimento” que contaram com representantes de diferentes campos profissionais. Entre os participantes estão os arquitetos Edilberto Pereira Gontijo, José Carlos Laender de Castro e Aristides Salgado dos Santos; as pesquisadoras sociais Rosa Ferreira da Silva e Maria das Graças Vilela; o sanitarista Maurício Hasenclever; os administradores Paulo Neves de Carvalho e Glaura Vasques Miranda; e o economista José Birchall Wanderley (CIDADE..., 1967).

Na representatividade junto ao Estado, o grupo se reúne com o governador Israel Pinheiro que assegura a desapropriação da área necessária para o distrito (CIDADE..., 1968b). Na divulgação local, o GTCI publica, ao longo de 1968, uma série de reportagens nas quais, ora ressaltam o apoio do empresariado local que veem no distrito industrial um “meio de luta contra o desemprego” (CORRÊA, 1968), ora associam o empreendimento a temas como

² Integram o GTCI, além do prefeito, Jonas de Azevedo Marques, Milton Pena e William Tonelli, representando a Associação Comercial e Industrial de Divinópolis; os vereadores Antônio Olímpio de Carvalho, Rafael Fernandez e Alberto Olavo Pereira de Melo; Milton Soares Ferreira, Simão Salomé de Oliveira e José Carlos Pereira, da Fundação da Comunidade (CONSTITUINDO..., 1967). Percebe-se, no entanto, que o número de entidades atuantes junto ao grupo se amplia na medida em que se analisa a composição dos chamados “Setores de Ação”, são eles: “Setor de Finanças, integrado pela Associação Comercial e Industrial, Rotary Clube e Lions Clube; Setor de Comunicação, constituído pelas entidades de classe, entidades estudantis, imprensa e setor de difusão da Fundação da Comunidade; Setor de Contatos Oficiais, constituído pelo Executivo e Legislativo Municipais, Rotary e Lions Clube; Setor de Planejamento, pelo conselho diretor da Fundação da Comunidade” (TRABALHA..., 1967).



“Paróquia e Cidade Industrial”, “Juventude e Cidade Industrial”, “Cidade Industrial e Planejamento” e “Profissões Liberais e Cidade Industrial” (GTCl, 1968a, 1968b, 1968c, 1968d).

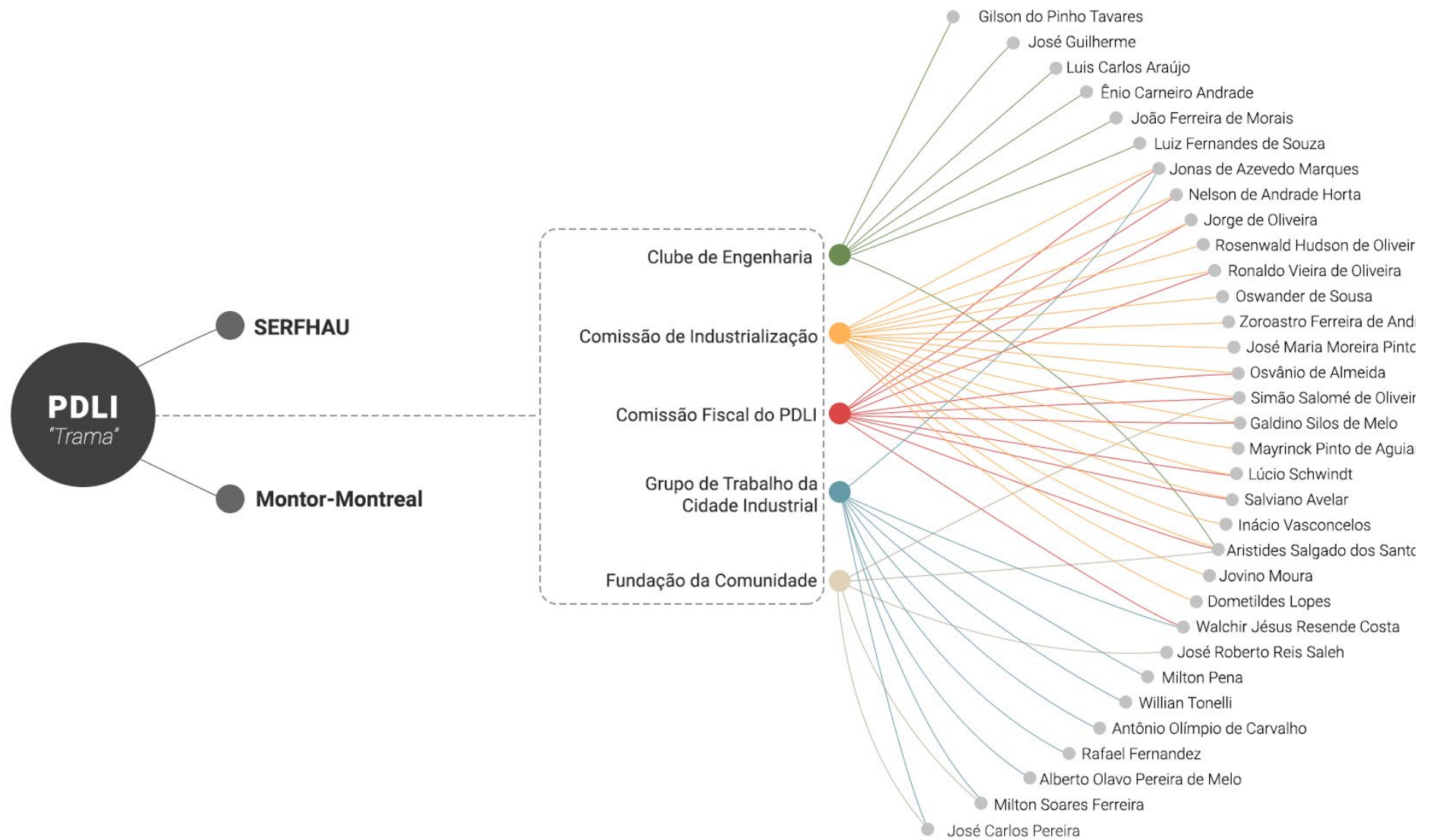
Reconhecendo, neste momento, uma “íntima correlação existente” entre o distrito e o planejamento urbano da cidade, o GTCl fez contato com empresas de consultoria com o propósito de se realizar os estudos necessários para a implantação da Cidade Industrial e o Plano Diretor de Divinópolis. O GTCl solicita informações como prazo de entrega, custos e condições de pagamento para as empresas: Organização Industrial e Economia S.A, Internacional Consultoria e Planejamento, Procuradoria dos Municípios Brasileiros, Planotec, Serenge – Serviços Técnicos de Engenharia Ltda, Politécnica Paulista, Desenvolvimento do Centro-Oeste Ltda, Urban Planejamentos Ltda, Planejamento e Serviço de Assistência Técnica a Municípios Ltda, Serete S.A Engenharia, Interplanus e Asseplan (CIDADE..., 1968a). No entanto, a realização de tais estudos ocorreria no âmbito das políticas do SERFHAU.

Como lembra Feldman (2019), a partir de 1966 o SERFHAU passa a ter, entre as suas atribuições, a tarefa de articular a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local Integrado em municípios. Com a possibilidade de financiamento junto ao Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado (FIPLAN), o PDLI surge então como alternativa para viabilização dos estudos para o distrito industrial e o Plano Diretor de Divinópolis. No dia 8 de setembro de 1968, o jornal A Semana (DIVINÓPOLIS..., 1968b) publica a reportagem “Divinópolis salta para o futuro: Plano Diretor e Cidade Industrial” noticiando que o prefeito Walchir Jésus Resende Costa abriu concorrência para a elaboração do PDLI e a partir do interesse municipal manifesto, observa-se uma trama de institucionalidades e agentes locais que colaboraram para concretização do plano (**Figura 01**).

Em 1969 o GTCl reuniu-se com a finalidade de formar a banca julgadora para análise das propostas concorrentes para realização do plano. Na reunião, se estabelece que a banca será presidida por representantes do SERFHAU, além de composta por membros do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), CEMIG, Associação Comercial e Industrial de Divinópolis, Câmara de Vereadores, Rotary Club, Lions Club e economista Simão Pedro Casassanta (FUNDAÇÃO DA COMUNIDADE, 1969).



Figura 01 – Trama de institucionalidades e atores que contribuíram para elaboração do PDLI. Fonte: Elaborado pelo autor.



Paralelo à abertura da concorrência para o PDLI, o Clube de Engenharia encaminha relatório ao prefeito reforçando a necessidade de estudos prévios para embasar a implantação do distrito industrial e solicita a criação de um órgão com funções consultivas e executivas a fim de dar celeridade ao processo. O pedido é atendido em 1969 e a criação da nova Comissão de Industrialização³ de Divinópolis configurou na extinção do GTCI e na posse dos recursos arrecadados pelo grupo (COMISSÃO..., 1970a, 1970b).

A prefeitura de Divinópolis aprova o contrato para a realização do plano, no dia 08 de outubro de 1970, com a empresa Montor-Montreal⁴ (DIVINÓPOLIS, 1970). Neste momento, a contratação de uma empresa privada para elaboração do PDLI, sinaliza, por um lado, parte de uma ideia já estimulada no Plano Decenal (LUCCHESI, 2009, p.283) e que se torna prática sob o SERFHAU (FELDMAN, 2019). Por outro, demonstra a capilaridade da atuação destas empresas de consultoria nas décadas de 1960 e 1970 que, no caso da Montor-Montreal, está presente em planos que variam da escala de Divinópolis até o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado de São Paulo, de 1970 (WILHEIM, 2022).

A Comissão de Industrialização e a Fundação da Comunidade tiveram papéis importantes na elaboração do plano. A Comissão compunha quase a maioria dos membros da Comissão Fiscal do PDLI. Já a Fundação da Comunidade atuou intensamente na divulgação do plano⁵ e, como será visto, contribuiu diretamente para a elaboração da proposta do novo Código de Obras do município. (MONTOR-MONTREAL, 1971).

³ A Comissão de Industrialização, sob gerência de Jonas de Azevedo Marques e Nelson de Andrade Horta, se organizava através de subcomissões com os seguintes membros e funções: “Economia e Oportunidades Industriais – Jorge de Oliveira, Rosenwald Hudson de Oliveira, Dr. Ronaldo Vieira de Oliveira, Oswander de Sousa e Zoroastro Ferreira de Andrade, que terão a incumbência de entrar em contato com autoridades e industriais interessados em montar indústrias no Distrito Industrial; Engenharia e Urbanização – Dr. José Maria Moreira Pinto e Dr. Osvaldo de Almeida, que determinarão a área apropriada para a instalação do DI, através de estudos técnicos adequados; Jurídico Fiscal – Dr. Simão Salomé de Oliveira e Dr. Galdino Silos de Melo, para a redação de projetos e leis relativos ao DI, desapropriações, incentivos fiscais, etc.; Comunicação e Contato – Mayrinck Pinto de Aguiar, Lúcio Schwindt, Salviano Avelar e Inácio Vasconcelos, que manterão contatos com a Câmara e demais autoridades municipais, estaduais e federais, divulgando ou fazendo divulgar tudo o que se refere ao PLI e DI; Planejamento Local – Dr. Aristides Salgado dos Santos, incumbido de solucionar a concorrência do PLI, criando condições para que sejam, de pronto, iniciados os trabalhos; Assuntos Correlatos e Eventuais – Jovino Moura (tesoureiro) e Dometildes Lopes (secretária), que eram responsáveis pela parte burocrática da Comissão de Industrialização de Divinópolis” (COMISSÃO... 1970a).

⁴ A Montor-Montreal é subsidiária do Grupo Montreal, organização com diversos ramos de atuação e composta pelas empresas: Montreal Empreendimentos S.A.; Montreal Engenharia S.A.; Promon Engenharia S.A.; Manobra Mão de Obra Especializada S.A.; Auditoria e Organização Contábil Ltda e Montor-Montreal Organização Industrial e Economia S.A (GRUPO..., 1969).

⁵ Em 1968, a Fundação da Comunidade publica que a implementação do PDLI representaria “a inclusão de Divinópolis dentro das mais modernas normas de administração” e segue como justificativas como: “se romperá com a mentalidade empírica e rotineira, no trato com a coisa pública” e “consistirá, podemos dizer, numa antevista do que será Divinópolis no ano 2000!” (DIVINÓPOLIS..., 1968b).



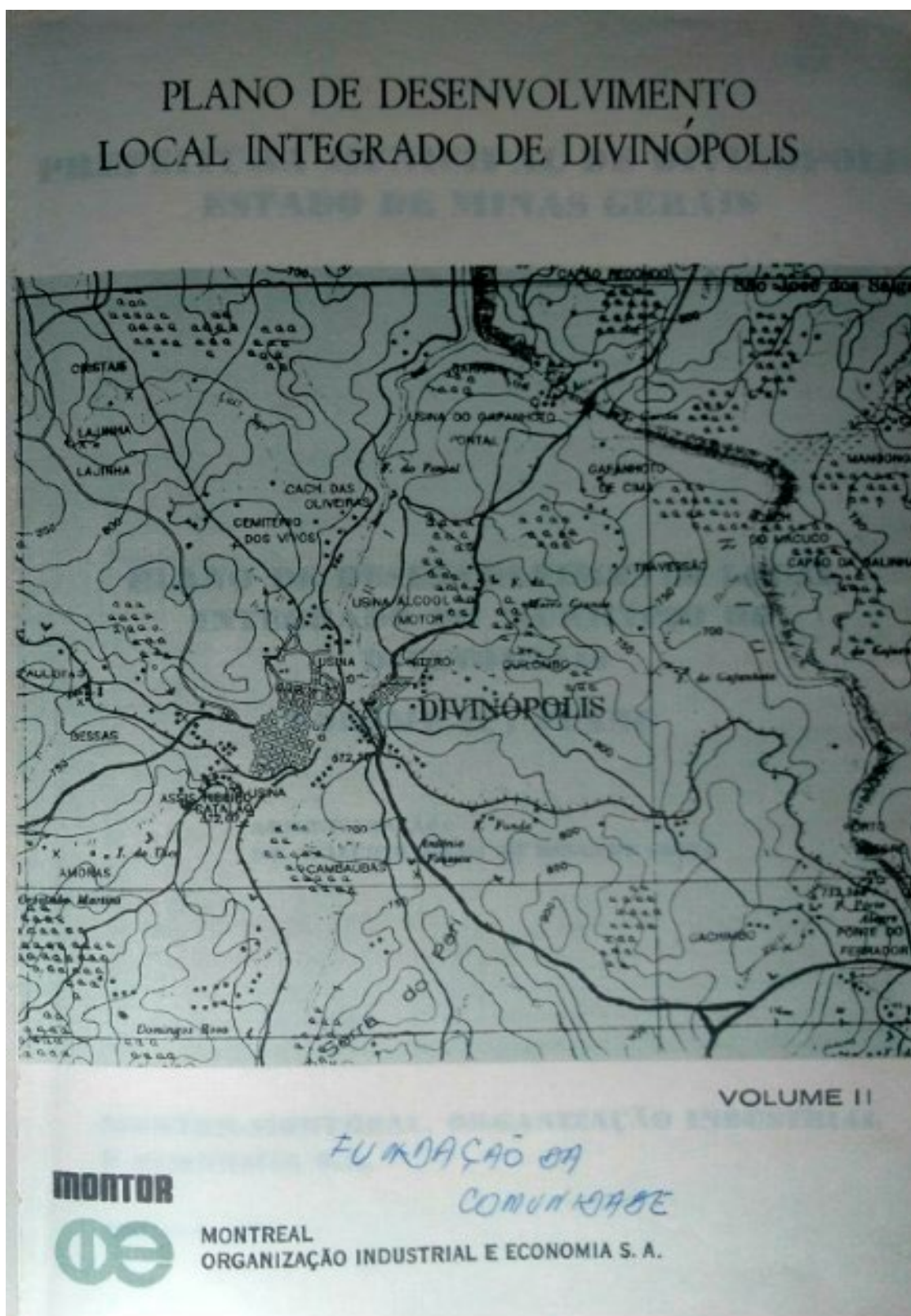
Nesta articulação das institucionalidades e atores locais para o planejamento de Divinópolis, colocava-se em discussão dois dos considerados entraves ao desenvolvimento urbano do município: o controle do uso industrial do solo, como visto, causa da qual emerge a necessidade de planejamento; e diante o alto número de loteamentos precários, o controle da expansão urbana. Tais pautas estão exemplificadas na reportagem “Crescimento desordenado está aniquilando a vida da cidade”, publicada pelo jornal A Semana, em 1971. Na reportagem o ex-prefeito Luíz Fernandes de Souza argumenta que caso a cidade não controlasse seu atual modo de crescimento, Divinópolis se transformaria em um “inferno urbano”. A alternativa a este quadro é apresentada por José Roberto Reis Saleh, então membro da Fundação da Comunidade, que posiciona o PDLI como a “alternativa válida para orientar o crescimento equilibrado do município [...], farão Divinópolis uma cidade sem traumas, completamente apta para enfrentar os rumos de seu próprio futuro” (CRESCIMENTO..., 1971).

Uma vez contratada, a Montor-Montreal (1971) escala, para elaboração do PDLI de Divinópolis, o corpo técnico composto pelos profissionais: Waldyr Miranda, Júlio Barbosa, Anna Maria Sant’Anna, Wilton L. Palma Gusmão, Rubens de Azevedo Campello, Marco Aurélio N. F. de Queiroz, David A. Rushforth, Laumar Melo Vasconcelos, Mario Brandão, José Alberto Bandeira Ramos, Manuel da Silva Ribeiro, Myriam Vallias de Oliveira Lima, Léo Ferreira e Bernardo Met Den Ancxt. O plano é elaborado seguindo as premissas estabelecidas pelas “normas, roteiros básicos e padrões”, assim propostos pelo SERFHAU (BRASIL, 1966), e, por isso, abrange para além do aspecto físico-territorial, os setores social, econômico e institucional do município, tendo em vista três etapas metodológicas assim definidas: (1) diagnóstico, (2) prognóstico e (3) proposições.

Para análise do PDLI de Divinópolis será percorrida a mesma ordem das etapas metodológicas recomendadas pelo SERFHAU. Neste sentido, é de interesse para este artigo o diagnóstico e as hipóteses levantadas no Capítulo III, da Análise Urbanística. Os estudos desenvolvidos no capítulo serviram como base para as proposições contidas no Plano físico-territorial da cidade, objeto do Capítulo VII, para o anteprojeto das leis de Urbanismo e Zoneamento e Classificação de Uso do Solo e Código de Obras, presentes no Volume II **(Figura 02)**.



Figura 02 – Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Divinópolis, Volume II. Fonte: Montor-Montreal (1971)



A questão da expansão urbana pelo PDLI

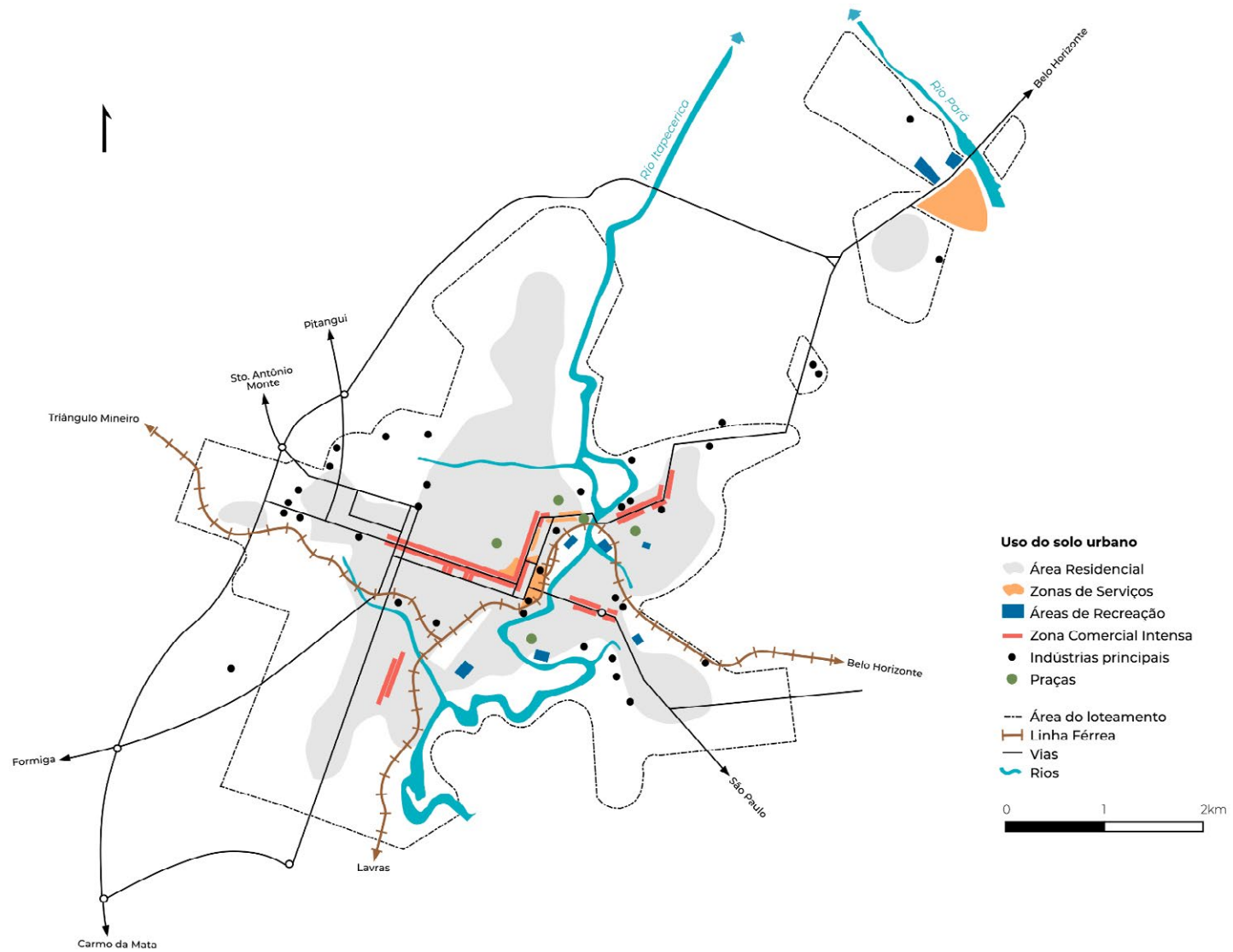
No primeiro item do Capítulo III, a Estrutura Urbana, são avaliados os aspectos constitutivos da forma urbana de Divinópolis. Segundo o plano, Divinópolis não desfrutou do Rio Itapecerica, ou da confluência deste com o Rio Pará, como “força estruturadora” do processo de urbanização da cidade. Ao contrário, a expansão recente dos bairros estava em processo de distanciamento do núcleo central, este sim, com a origem de ocupação próxima ao Rio Itapecerica. Para o controle desta expansão de “formato centrífugo”, o plano prevê estabelecer limites através do instrumento de zoneamento urbano e para isso será mapeada a situação do uso e ocupação do solo na cidade, no período do estudo (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.3/3).

O **Mapa 01** mostra que o uso residencial constitui a forma preponderante de utilização do solo urbano. As estimadas 13.000 habitações, em geral unifamiliar e implantadas em lote médio de 300m², representam 82% das edificações e são responsáveis por 85% das ligações elétricas em Divinópolis. A área central, de maior concentração residencial, apresenta densidade de 95,7 hab/ha, enquanto os bairros contíguos ao centro como Afonso Pena e Niterói-Halim Souki, apresentaram, respectivamente, 42,2 hab/ha e 66,5 hab/ha. A densidade demográfica irá diminuir substancialmente na medida em que a análise afasta-se do centro e de suas imediações, são os casos das regiões dos bairros Interlagos-Nossa Senhora das Graças (14,6 hab/ha), São Roque-Orion (3,0 hab/ha), e Icaraí (8,0 hab/ha) (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.3/4). A área central também concentra a maior parte dos estimados 2.000 estabelecimentos comerciais da cidade. A Avenida 1º de Junho juntamente com a Rua Goiás formam os dois principais corredores de comércio varejista que também se faz presente, porém em menor proporção, no bairro Niterói ao longo da Rodovia MG-7. No centro estão ainda as atividades administrativas do município, além de instituições bancárias, educacionais e de saúde (MONTOR-MONTREAL, 1971).

Acerca do uso industrial do solo, a implantação das indústrias se caracterizou por “não pautar-se por nenhum critério locacional específico” estando, deste modo, desassociadas em diferentes áreas da cidade, inclusive em locais de uso residencial (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.3/9). Ainda assim, o plano faz um esforço no sentido de reconhecer cinco padrões locacionais destas indústrias: a) aquelas próximas à Rodovia MG-7; b) as siderúrgicas entre os bairros Porto Velho e Interlagos; c) próximas as oficinas da ferrovia; d) as siderúrgicas e fundições a noroeste do município; e) e as indústrias da área central. A forma policêntrica da distribuição do uso do solo urbano para fins industriais em Divinópolis, corrobora, de acordo com o PDLI, a necessidade da criação do distrito industrial na cidade (MONTOR-MONTREAL, 1971).



Mapa 01 - Uso do solo urbano de Divinópolis em 1970. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Montor-Montreal (1971)



Na análise da condição da infraestrutura de serviços urbanos de Divinópolis, o plano avalia que o abastecimento de água, realizado pelo Departamento de Águas e Esgotos da prefeitura, atendia 77% da população urbana do município em 1969. Os serviços de esgoto servem aproximadamente “80% da população através de 10.000 ligações, das quais 8.280 são residenciais” (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.3/22). Energia elétrica e Iluminação pública, possuem taxa de atendimento de 75% e 70-80%, respectivamente. Quanto à pavimentação das ruas, o estudo estima que cerca de 80% delas estavam calçadas.

Contudo, os números globais da infraestrutura do município não refletem a oferta discrepante de serviços básicos entre a área central e periferia. Constatou-se que os moradores do Centro apresentam a maior taxa de atendimento de serviços com o percentual que varia de 90% a 100%. Bairros no entorno imediato da região central como Sidil, Porto Velho e Esplanada, mantêm níveis entre 70% e 90%. Porém, na periferia da cidade, bairros como Bom Pastor, Industrial, São José, Ipiranga e Orion, resultantes da mais recente expansão de loteamentos, ofertam os piores índices totais de serviços. Sobre a situação dos bairros periféricos, o plano adverte:

[...] verifica-se aí todos os problemas decorrentes do crescimento não planejado e da dispersão espacial da ocupação do solo, problemas estes que assumem por vezes caráter agudo. Em consequência do controle inadequado da ocupação do solo, a comunidade como um todo, se defronta hoje com o encargo de expandir serviços urbanos básicos, facilidades comunitárias e de transportes até estas áreas que não ocupadas em geral por famílias de baixo poder aquisitivo e caracterizadas por precárias condições de vida (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.3/6).

A forma como se deu a expansão de loteamentos, sem um planejamento viário global ou, nas palavras no plano, “sem levar em conta a adequação da estrutura viária à conformação do terreno” (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.3/38), teria consequências na condição do tráfego urbano de Divinópolis. A julgar somente pela largura das ruas, de 15 a 20m, o PDLI avalia que a cidade possuiria condições satisfatórias de escoamento do tráfego. Entretanto, os gargalos estão na ausência de uma hierarquização das vias e no dimensionamento das quadras, entre 40 a 150m, que produzem um traçado reticular formado por excessivos cruzamentos. O desenvolvimento dos bairros para além do Rio Itapecerica e da rede ferroviária, exige ainda do município a necessidade de pontes e viadutos, e estas infraestruturas se encontravam inadequadas - em termos quantitativos e qualitativos (MONTOR-MONTREAL, 1971).



No PDLI, a análise da legislação urbanística limita-se à Lei nº20, de 1948, que trata do Código Municipal de Obras. Após exame, expressões como “omissa”, “falha”, “sumária” e “superada” são utilizadas para caracterizar as deficiências da lei. Assim, o plano irá propor a elaboração de um novo Código de Obras que teria como base o projeto para o “Código de Edificações” elaborado pelos técnicos da Fundação da Comunidade⁶ (MONTOR-MONTREAL, 1971).

Concluída a etapa de diagnóstico urbanístico, o PDLI estabelece critérios gerais de planejamento que irão orientar a etapa de delimitação das propostas. Considerando o caráter fragmentário da dispersão dos loteamentos e as projeções para o crescimento demográfico, o plano propõe, além da ocupação dos vazios urbanos, maior adensamento da cidade seguindo, contudo, níveis a serem preestabelecidos. A proposta também é validada como forma de equacionar as infraestruturas de serviços básicos, haja vista, no diagnóstico, as disparidades na distribuição destas. Associa-se também à forma como deu-se a expansão urbana de Divinópolis, o quadro de carência de áreas verdes e disfunções da estrutura viária (MONTOR-MONTREAL, 1971).

No que se refere a critérios para o planejamento do uso e ocupação do solo da cidade, é na função industrial o uso de maior preocupação para o PDLI, não só por constituir a base econômica da cidade, como também pelos “problemas de poluição do ar [...] e dos problemas de tráfego gerados pelo fluxo de matérias-primas e de produtos acabados” (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.3/48). Tais problemas são considerados pelo plano como resultado do desarranjo das indústrias no território de Divinópolis, o que reafirma a necessidade, observada no diagnóstico, de coordenação do uso industrial através da criação de uma área específica para tal.

Deste modo, o PDLI reconhece em diversas passagens no diagnóstico e reafirma nos critérios de planejamento do prognóstico, que a carência de serviços básicos nos bairros periféricos, a incompatibilidade dos usos do solo e os gargalos do tráfego, perpassam, todos, pelo modo como se deu a expansão urbana do município. Entende-se que o controle do crescimento urbano de Divinópolis adquire, neste momento, uma centralidade nas propostas do plano.

⁶ Tal “Código de Edificações” proposto pela Fundação foi desenvolvido em anos anteriores. Em reportagem de outubro de 1967, a Fundação da Comunidade expõe críticas ao modo como a administração municipal tem gerido as construções, “[contrariando] nossos foros de cidade adiantada e moderna”, e declara que o “Setor de Assessoria” da Fundação estava elaborando um novo “Código de Obras” a ser, primeiro, encaminhado para avaliação do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) para, depois, ser disponibilizado junto ao poder legislativo do município (CÓDIGO..., 1967). Uma vez submetido ao exame e crítica do IAB, a notícia da entrega do agora denominado “Código de Edificações” para a Câmara de Divinópolis é publicada no dia 01 de junho de 1968 (DIVINÓPOLIS..., 1968a).



O PDLI e o “modelo estrutural de crescimento” para o controle da expansão urbana

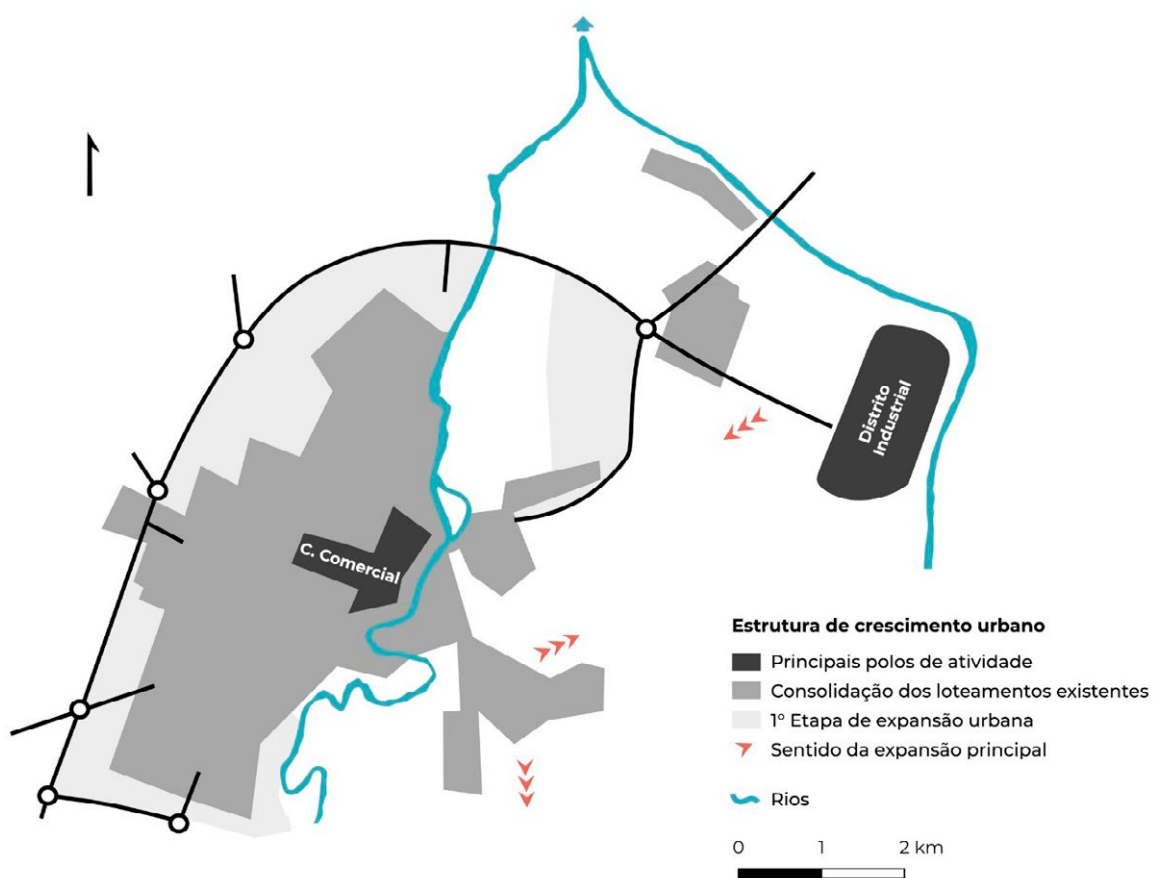
Na tentativa de compreender como o PDLI planeja a expansão urbana e seu controle, a análise se volta para o conjunto de inovações propostas: no âmbito do território, na forma de um modelo de crescimento e do zoneamento; no âmbito da legislação urbanística; e no âmbito da reforma administrativa.

O plano de controle ao crescimento urbano parte, de início, da crítica à Lei nº870, que definiu os limites do perímetro urbano e da área de expansão urbana em 1969. Segundo o PDLI, a área do perímetro urbano de 55km², assim definida pela lei, se encontrava demasiadamente extensa frente aos aproximados 19km² ocupados por parcelamentos aprovados. Outro aspecto preocupante da extensão da área urbana se deve ao fato de não prever uma orientação de crescimento que esteja compatível com a disponibilidade de infraestrutura, assim, pela Lei nº870, a expansão poderia “ocorrer praticamente com a mesma intensidade, em todas as direções” (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.7/5).

Para o PDLI, o perímetro urbano de 1969 deveria ser substituído por novos parâmetros de expansão urbana, propostos na forma de um “Modelo estrutural do crescimento urbano”. A estrutura deste modelo pode ser entendida a partir de três diferentes etapas que orientam a ocupação do espaço de Divinópolis (**Mapa 02**). Primeiramente, o plano considera que, diante da “distribuição atual de loteamentos, do número de lotes vagos existentes e da relação entre este tipo de ocupação e a implantação de serviços de infraestrutura”, se faz necessária a proibição da aprovação de novos loteamentos por, no mínimo, três anos (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.7/4). Neste período, segundo o plano, ocorreria uma densificação dos bairros, algo também a ser estimulado pelos novos parâmetros de ocupação propostos pelo novo zoneamento.



**Mapa 02 – Modelo estrutural do crescimento urbano proposto para Divinópolis. Fonte:
Elaborado pelo autor a partir de Montor-Montreal (1971).**



Somente após a consolidação dos bairros, o Escritório de Planejamento do município poderia considerar uma primeira etapa de expansão urbana. No entanto, a aprovação de novos parcelamentos deveria estar submetida a três condicionantes básicas: (1) “índices de crescimento populacional”; (2) “índices de distribuição das construções licenciadas”; e (3) “na viabilidade econômica da implantação de serviços infraestruturais nas novas áreas” (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.7/4). Neste segundo momento, o PDLI avalia as áreas limítrofes às rodovias BR-494 e MG-7 com potencial de expansão.

A terceira etapa de crescimento urbano de Divinópolis seria fomentada após a implantação do distrito industrial que, como visto, se fez uma das principais pautas no debate que viabilizou a elaboração do PDLI. Os estudos que embasaram a escolha do terreno para o distrito industrial, na região nordeste do município e nas margens do Rio Pará, consideraram que o local reunia, de três terrenos analisados, os melhores critérios de ventos predominantes, acesso a rede viária, infraestrutura, declividade e integração com estrutura urbana. No que concerne aos impactos ao crescimento urbano, de acordo com a previsão do PDLI, o distrito



industrial promoveria ocupações de uso residencial interligando-o ao bairro Icaraí, ocupações no sentido ao centro comercial, além de fomentar a expansão do uso industrial ao sul, região com maior número de glebas entre os loteamentos implantados e os limites do perímetro urbano e “longe do ramal ferroviário, onde não existem barreiras ao desenvolvimento” (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.7/6).

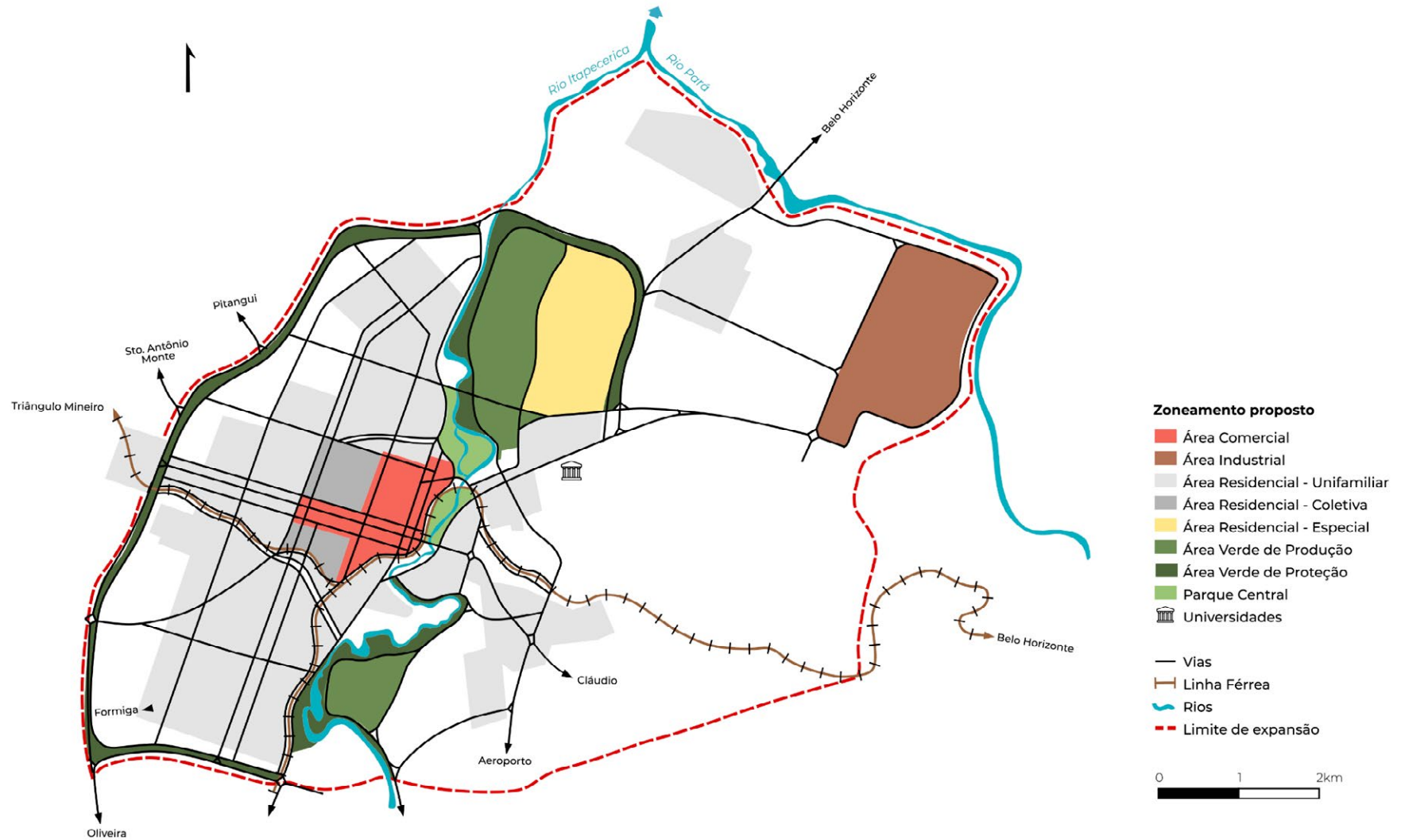
A proposta para um novo zoneamento de Divinópolis (**Mapa 03**) teria o duplo papel de harmonizar o uso do solo e estabelecer parâmetros para a consolidação dos bairros existentes, conforme previa a primeira etapa do modelo estrutural de crescimento. “Controle” e “estímulo”, portanto, são as duas funções previstas com o instrumento para que se tenha uma “estruturação interna desejável no modelo global de estrutura urbana” (MONTOR-MONTREAL, 1971, p.7/7).

Para a zona residencial singular, por exemplo, sendo a de maior abrangência no território, o plano prevê atingir uma densidade média a ser composta, especialmente, por moradias unifamiliares. Na zona residencial coletiva, localizada imediatamente próxima a zona comercial, são destinadas cerca de 80 quadras para o uso predominante de moradias multifamiliares. A fim de se atingir uma alta densidade na zona, são estimados índices de utilização que chegam a 600% e 680% para usos residencial/coletivo e residencial/comercial, respectivamente. Localizada junto ao bairro Icaraí, a zona residencial especial, no entanto, guarda uma particularidade em relação às demais zonas residenciais: o fato dela não estar parcelada. A estratégia na delimitação da zona neste momento, segundo o PDLI, é que ela atue, já numa primeira etapa de expansão urbana, como elemento de ligação da área urbanizada com o distrito industrial e atenda as demandas do uso educacional próximo (MONTOR-MONTREAL, 1971).

As formulações para um novo modelo de crescimento urbano, a implantação do distrito industrial, o zoneamento e a reestruturação viária, compondo assim a totalidade do Plano físico-territorial para Divinópolis, são reunidas na proposta para a Lei de Urbanismo e Zoneamento. Tratando-se da expansão urbana, a lei traz em detalhes como ocorreria o seu controle no âmbito da aprovação de novos loteamentos. Uma vez cumprida as exigências projetuais previstas, a entrega da escritura definitiva do loteamento ao loteador somente ocorreria após a execução das obras exigidas: “serviços de terraplenagem, de colocação de meios fios, bocas de lobo e respectivas grelhas, de pavimentação de ruas, praças e avenidas, de construção de redes de água, esgotos e eletricidade, tudo simultaneamente” (MONTOR-MONTREAL, 1971, p. 5/18). Assim, a proposta de legislação urbanística do PDLI mantém - ainda que não mencionada - as obrigatoriedades do loteador com a execução da infraestrutura dos loteamentos que vigorava com a Lei Municipal n°337, de 1956.



Mapa 03 – Zoneamento proposto pelo PDLI para Divinópolis. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Montor-Montreal (1971)



Críticas e contribuições ao planejamento de Divinópolis deflagradas pelo PDLI

A publicação do PDLI ensejou reações diversas da sociedade de Divinópolis. Em reportagem de 1971, o Prof. Antônio Greco Rodrigues afirma que os técnicos da Montor-Montreal falharam no levantamento e análise dos dados educacionais (PESQUISA..., 1971). A opinião de J. Artimathéa Mourão (1971), por outro lado, vai no sentido de enaltecer as propostas do plano e apelar para a administração municipal a sua implantação:

Não se sabe porque o plano diretor permanece trancado em alguma gaveta do executivo, sonogado a quantos possam interessar-se por ele. Não se sabe porque a administração não cumpre o dever de aplicá-lo sem perda de tempo, dedicando-se a trabalhos esparsos, improvisados e pois sem a menor lógica, sem utilidade real.

O plano é bom, é ótimo. A organização que o elaborou teve oportunidade de planejar para grandes empresas e para municípios importantes. Não aproveitá-lo seria insensato e abandoná-lo seria criminoso.

Divinópolis cresceu até agora auspiciosamente. Com a cidade cresceram alguns problemas graves que reclamam solução racional e urgente. Ou esses problemas são resolvidos ou o crescimento da cidade sofrerá de solução de continuidade.

Divinópolis já não é uma vilazinha qualquer que possa ser dirigida das cozinhas dos compadres ou das varandas dos coronéis. É uma cidade complexa. A improvisação e o personalismo podem comprometê-la e asfixiá-la. (MOURÃO, 1971).

A recepção do PDLI pela administração pública de Divinópolis pode ser compreendida pelo relato do arquiteto e urbanista José Roberto Reis Saleh, Assessor de Planejamento Urbano da gestão do prefeito Antônio Martins Guimarães (1973-1977). Saleh havia concedido uma entrevista ao Jornal A Semana, em 1971, na qual, como já analisado, demonstra otimismo que o PDLI se coloque “como alternativa válida para orientar o crescimento equilibrado do Município” (CRESCIMENTO..., 1971). Revisitando o tema, Saleh (2021) afirma que o plano: “é uma alternativa para orientar algumas coisas, o que eu mais usei do plano foram as plantas que são ótimos instrumentos, você tinha a cidade nas mãos”, porém, direciona críticas ao PDLI em termos de propostas, prazo de elaboração e a equipe técnica envolvida:

Uma das grandes preocupações minha antes e depois de formado era “Por que os Planos Diretores não são implantados? Existem várias razões. Se não existir uma equipe competente nos municípios, não tem como implantar nenhum Plano Diretor. As propostas do Plano Diretor também são medíocres, não falam sobre saúde, educação, vias urbanas, estrangulamentos viários. Quanto às críticas ao PDLI, é um instrumento estático, ele não se atualiza por si e retrata muito mal uma situação. Não tem possibilidade dentro do prazo de 2 ou 3 anos de elaboração do PDLI de se conhecer profundamente a realidade local. As propostas são extremamente tímidas. Os técnicos que



trabalham no PDLI não têm uma sensibilidade do local. Então se não houver na administração pública local uma equipe de planejamento urbano para estudar a cidade, trabalhar a cidade, compreender a cidade, não adianta Plano Diretor. Precisa de competência administrativa (SALEH, 2021).

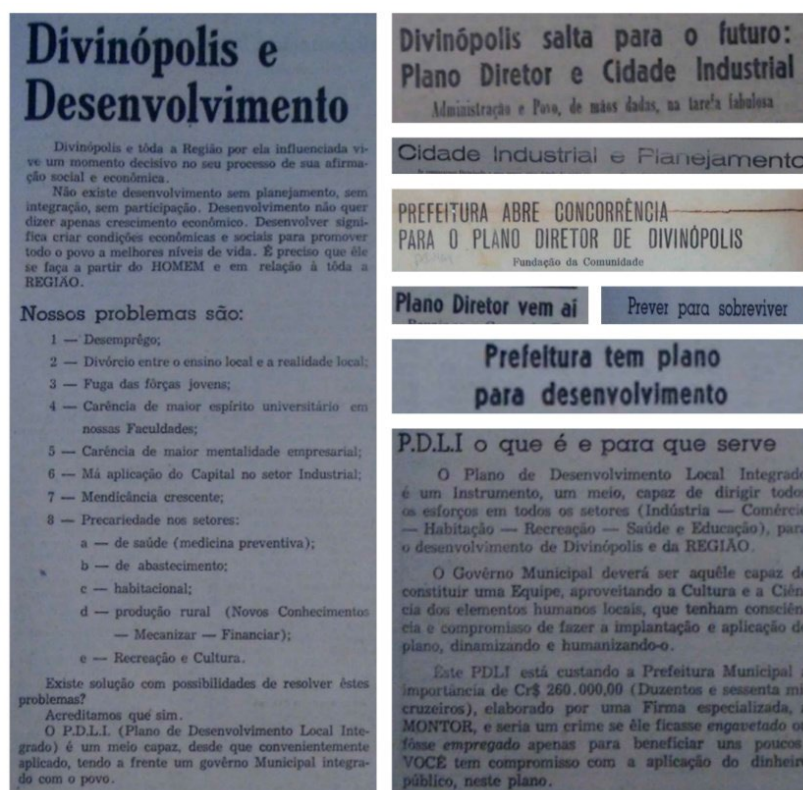
Na tentativa de responder o questionamento levantado por Saleh acerca da implementação do PDLI, verifica-se que duas das principais questões propostas pelo plano, o controle do crescimento urbano e o distrito industrial, tiveram efeitos práticos diferentes. Enquanto o primeiro Distrito Industrial de Divinópolis é criado pela Lei n°1.010, de 1972, e implantado em terreno de 222,64ha⁷ localizado na região recomendada pelos estudos do PDLI (DIVINÓPOLIS, 1972); a proposta de condicionar a expansão urbana do município segundo um “modelo estrutural de crescimento” não implicou em políticas urbanas, pelo contrário, as ações da administração municipal nas décadas seguintes se mostraram frontalmente opostas do que se entende por uma tentativa de controle da expansão do tecido urbano.

Porém, na medida que a análise se afasta do que Feldman (2010) considera como uma perspectiva dualista da efetividade/não efetividade dos planos desenvolvidos no âmbito do SERFHAU -, torna-se possível ressignificar novas contribuições do plano. Neste sentido, em Divinópolis nota-se que todo o processo do PDLI – desde a abertura da concorrência e após a elaboração dos estudos – irá proporcionar, pela primeira vez, um debate acerca da importância do planejamento urbano para o desenvolvimento econômico, social e administrativo, que fora amplamente divulgado no município nas décadas de 1960 e 1970 **(Figura 03)**.

⁷ A área aprovada de 222,64ha que abrigaria o Distrito está de acordo com o dimensionamento previsto pelo PDLI. O plano recomenda que inicialmente seja destinada uma área de 200ha e que se reserve um novo terreno de 300ha, a ser declarado como de utilidade pública, para se atingir ao longo dos anos o total de 500ha de área industrial. Os 200ha iniciais, segundo o plano, correspondem ao dimensionamento padrão que o Departamento Econômico de Minas Gerais estava adotando para os vários distritos industriais em implantação no Estado (MONTOR-MONTREAL, 1971).



Figura 03 – Debate sobre planejamento promovido pelo PDLI. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de publicações do periódico A Semana (1968-).

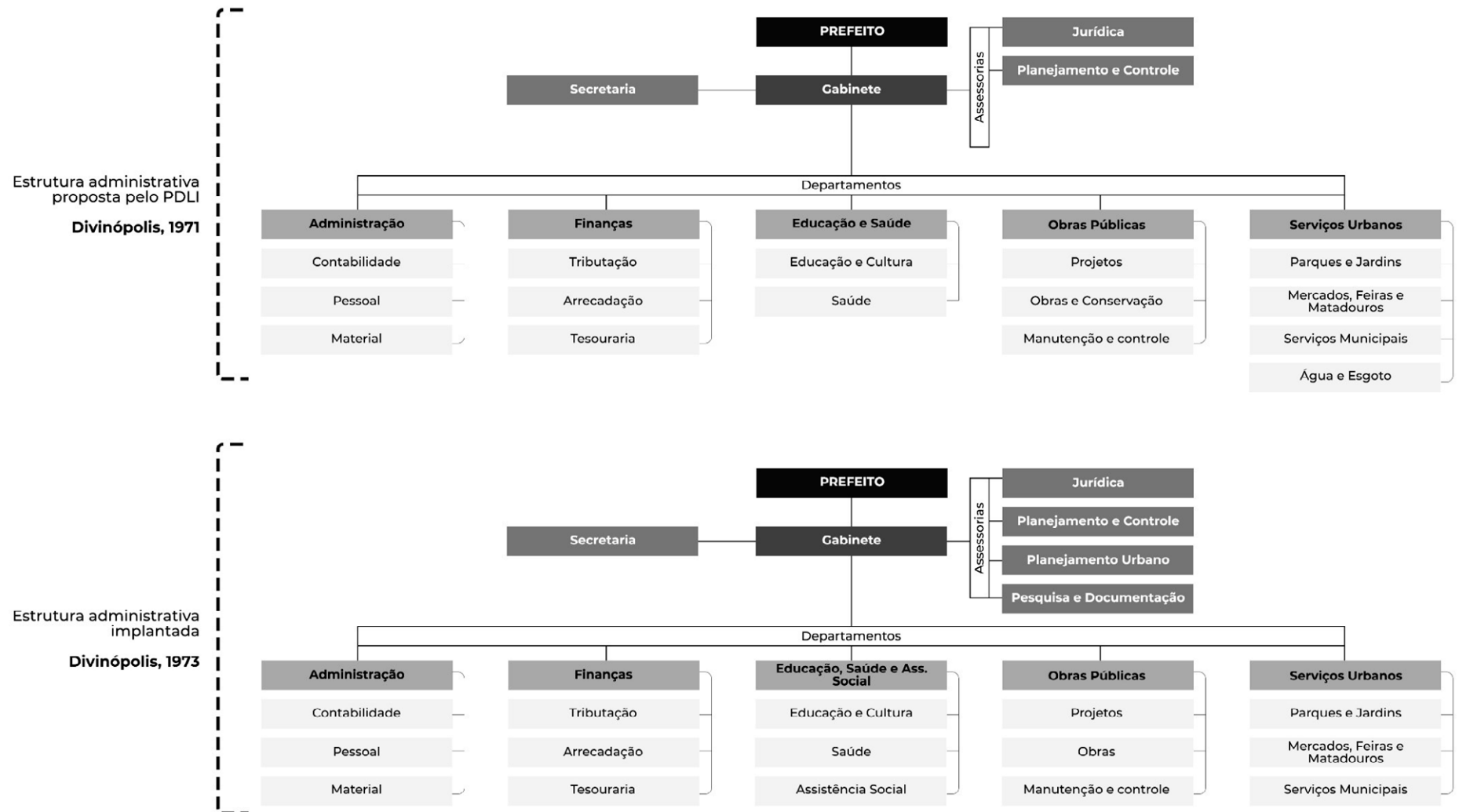


De outro modo, a criação e a participação de institucionalidades locais, seja no arranjo para a contratação do plano, seja na contribuição direta para as propostas do PDLI⁸, podem ser vistas como espaço para experiências de profissionais que posteriormente ocuparam cargos administrativos no município. É o caso, por exemplo, do arquiteto e urbanista Aristides Salgado Santos com passagens na Fundação da Comunidade, no Clube de Engenharia, na Comissão de Industrialização, na Comissão Fiscal do Plano de Desenvolvimento Local Integrado e será eleito prefeito de Divinópolis nas gestões 1983-1988 e 1993-1996. Ou mesmo o próprio arquiteto e urbanista José Roberto Reis Saleh, como visto, membro da Fundação da Comunidade e que ocupa o cargo de chefe da Assessoria de Planejamento Urbano. Assessoria essa, não prevista na proposta de reformulação administrativa do PDLI e que se mostra sintomática da relevância que o planejamento urbano adquire na prefeitura de Divinópolis nos anos seguintes (**Figura 04**).

⁸ Além do “Código de Edificações” que, como visto, serviu de base para a proposta do novo “Código de Obras” do PDLI, Aristides Salgado Santos comenta sobre o intercâmbio de ideias entre a Fundação da Comunidade e a equipe da Montor-Montreal em outros projetos: “Foi o PDLI que implantou aqui a produção do leite pasteurizado [...] a cidade industrial e a cidade universitária. Todos estes planos saíram do PDLI e foram também estudados com pessoas que estudavam de maneira beneficente para a cidade e que não tinham nenhum interesse financeiro e político” (SANTOS, 2021, grifo nosso).



Figura 04 – Estrutura administrativa proposta e implantada em Divinópolis. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Montor-Montreal (1971) e publicação do periódico Catavento (ORGANOGRAMA...; 1974)



Considerações Finais

Na perspectiva dualista da efetividade e não efetividade, o artigo evidencia certos limites práticos das formulações do PDLI de Divinópolis, se considerada a não implantação da proposta para um modelo estrutural de crescimento urbano e as opiniões de José Roberto Reis Saleh. Ainda que tal abordagem não deva ser relativizada, observa-se que o processo de planejamento no município abrange diferentes agentes, interesses e entidades, tornando mais complexa a tarefa de compreender o plano, seus limites e contribuições.

A articulação inicial para o PDLI revela uma trama de institucionalidades e atores de diferentes setores da sociedade divinopolitana que, ultrapassando a relação entre o poder público municipal e a empresa de consultoria, atesta o caráter aberto, plástico, relacional e com múltiplos agentes, da institucionalização do planejamento urbano no período (REVEL, 2010). Na escala local, essas institucionalidades participantes proporcionaram espaços para divulgação do planejamento urbano, a experiência de profissionais e a delimitação de pautas prioritárias aos interesses do município. A emergência da questão da expansão urbana, as estratégias para o seu controle e a criação do Distrito Industrial, exemplos de reivindicações que antecedem o PDLI e são por ele incorporadas, demonstram que o interesse local e as proposições do plano não estão desassociadas.

Entende-se ainda que por extensão do debate sobre a importância do planejamento na década de 1960 e que se intensifica com o PDLI, a criação de uma Assessoria de Planejamento Urbano, em 1973, representa a montagem de uma estrutura para se pensar e propor, dentro da administração pública municipal, possibilidades de equacionamento dos problemas urbanos. Assim, a trama de interesses, agentes e institucionalidades envolvidas nesse processo demonstra, no mínimo, que há avanços significativos no que se refere à construção de espaços institucionais voltados ao urbano, e às ideias e práticas urbanísticas.



Referências:

Artigos de jornais

A SEMANA. Divinópolis, 1968-.

CIDADE Industrial e Desenvolvimento: assunto em debates em Divinópolis. **A Semana.** Divinópolis, 26 nov. 1967.

CIDADE Industrial encaminha Planejamento do Grupo de Trabalho. **A Semana.** Divinópolis, 25 ago. 1968a.

CIDADE Industrial vai começar: Governador recebe Grupo de Trabalho de Divinópolis e assegura desapropriação da área necessária. **A Semana.** Divinópolis, 12 jan. 1968b.

CÓDIGO de obras para Divinópolis. **A Semana.** Divinópolis, 15 out. 1967.

COMISSÃO já tem dinheiro para o Distrito Industrial. **A Semana.** Divinópolis, 05 abr. 1970a.

COMISSÃO para o Distrito Industrial. **A Semana.** Divinópolis, 18 jan. 1970b.

CONSTITUINDO o Grupo de Trabalho da Cidade Industrial. **A Semana.** Divinópolis, 19 out. 1967.

CORRÊA, Geraldo. Cidade Industrial é meio de luta contra o desemprego em Divinópolis: “contem comigo”. **A Semana.** Divinópolis, 25 fev. 1968.

CRESCIMENTO desordenado está aniquilando a vida da cidade. **A Semana.** Divinópolis, 31 jul. 1971.

DIVINÓPOLIS ganha código de obras. **A Semana.** Divinópolis, 01 jun. 1968a.

DIVINÓPOLIS salta para o futuro: Plano Diretor e Cidade Industrial. **A Semana.** Divinópolis, 08 set. 1968b.

FUNDAÇÃO DA COMUNIDADE. Plano Diretor vem aí. **A Semana.** Divinópolis, 20 abr. 1969.

GRUPO Montreal. **O Globo.** Rio de Janeiro, 29 mar. 1969.

GTCI – GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL. Paróquia e Cidade Industrial. **A Semana.** Divinópolis, 23 jun. 1968a.

GTCI – GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL. Juventude e Cidade Industrial. **A Semana.** Divinópolis, 30 jun. 1968b.



GTCI – GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL. Cidade Industrial e Planejamento. **A Semana**. Divinópolis, 28 jul. 1968c.

GTCI – GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL. Profissões Liberais e Cidade Industrial. **A Semana**. Divinópolis, 04 ago. 1968d.

MOURÃO, J. Arimathéa. PDLI. **A Semana**. Divinópolis, 08 mar. 1971.

ORGANOGRAMA de 1973. **Catavento**. Divinópolis, fev. 1974.

PESQUISA falhou na educação. **A Semana**. Divinópolis, 19 jun. 1971.

TRABALHA o Grupo para implantação da Cidade Industrial: todo divinopolitano poderá ajudar. **A Semana**. Divinópolis, 19 nov. 1967.

Legislação

BRASIL. **Decreto nº 59.917, de 30 de dezembro de 1966**. Regulamenta o SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo [...] cria o Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1966-12-30;59917> >. Acesso em: 18 jan. 2022.

DIVINÓPOLIS. **Lei nº 910, de 08 de outubro de 1970**. Ratifica contrato. Jornal Diário do Oeste, nº 1.618, Divinópolis, MG, 18 out. 1970.

DIVINÓPOLIS. **Lei nº 1.010, de 13 de dezembro de 1972**. Cria o primeiro distrito industrial de Divinópolis. Jornal Diário do Oeste, nº 1.828, MG, 31 dez. 1972.

MINAS GERAIS. **Lei nº 8.733, de 27 de setembro de 1965**. Dispõe sobre a criação da Cidade Industrial de Divinópolis. Disponível em: < <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=8733&comp=&ano=1965> >. Acesso em: 17 jan. 2022.

Plano

MONTOR-MONTREAL. **Plano Desenvolvimento Local Integrado de Divinópolis**. Divinópolis: [s.n.], 1971.



Entrevistas

SALEH, José Roberto Reis. [Entrevista cedida a] Érick Aparecido de Lacerda. Divinópolis, 24 ago. 2021.

SANTOS, Aristides Salgado. [Entrevista cedida a] Érick Aparecido de Lacerda. Divinópolis, 09 nov. 2021.

Bibliografia

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. **Expansão urbana e meio ambiente nas cidades não-metropolitanas**: o caso de Franca-SP. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos - USP, São Carlos, 2006.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. Narrar por tramas. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva; CERASOLI, Josianne Francia. (Org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo III - modos de narrar. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 84-105.

CINTRA, Antônio Octávio. Planejando as cidades: política ou não política. In: CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FELDMAN, Sarah. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU): Avanços, limites e ambiguidades (1964-1975). In: **Encontro Nacional da ANPARQ (I ENANPARQ)**, 2010. Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: PROURB, 2010.

FELDMAN, Sarah. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista. In: LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo e Política no Brasil dos anos 1960**. São Paulo: Annablume, 2019.

FERREIRA, Mauro. **Planejamento Urbano nos tempos do SERFHAU**: o processo de construção e implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Franca. 2007. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

LUCCHESI, Maria Cecília. **Em defesa do planejamento urbano: ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry Cole**. 2009. 404 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.



REVEL, Jacques. A instituição e o social. In: REVEL, Jacques (org.). **História e historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

WILHEIM, Jorge. **Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.jorgewilheim.com.br/legado/Projeto/visualizar/1759>. Acesso em: 24 jan. 2022.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

O URBANISMO E O GOVERNO DAS POPULAÇÕES

Urbanism and the government of populations

CUNHA, Hugo Freitas da

Mestre. Escola de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal Fluminense

Doutorando. Escola de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal Fluminense

hugo_cunha@id.uff.br



Resumo

Através do pensamento de Michel Foucault, o presente trabalho procura indicar o momento na história em que a política moderna de gestão populacional produziu o urbanismo como seu dispositivo. Para Foucault, o que inaugura a modernidade política é o fato de que, a partir do século XVIII, a população torna-se objeto de governo do poder político estatal. Os Estados tiveram que tomar por encargo e objeto fundamental de seu exercício de poder, não mais a unidade do território, mas a complexidade de uma população. Foucault observa que as práticas de governo irão buscar maximizar a vida das populações, aumentar a sua saúde, assim como a sua riqueza e sua capacidade produtiva. Trata-se do desenvolvimento de uma biopolítica, uma política que objetiva gerir a vida das populações para fins produtivos, que irá se organizar dentro dos quadros do liberalismo e que será capaz de reunir os instrumentos indispensáveis para a emergência e desenvolvimento do capitalismo. A partir dessas análises, procuramos estudar como o “problema do espaço” aparece na estratégia política de gestão de massas. As cidades passam a cumprir funções fundamentais, elas irão compor um *meio* circundante por onde as técnicas de governo poderão fazer circular suas ações, de modo que atinja a conduta das populações. O urbanismo vai se formar como um conjunto de instrumentos de projeto e de organização do espaço físico urbano, capaz de estruturar um *meio* por onde vai-se buscar gerir populações em face de processos econômicos. Neste sentido, trabalhamos com a hipótese de que o urbanismo só pôde se desenvolver na medida em que o governo liberal biopolítico o situou como dispositivo de sua própria gestão. Pudemos compreender que, embora o urbanismo tenha no espaço urbano a matéria em que ele faz incidir estrategicamente seus instrumentos, é no corpo da população que o urbanismo encontra seu objeto último.

Palavras-chave: Urbanismo. Dispositivo. Biopolítica. / **Palabras clave:** Urbanismo. Dispositivo. Biopolítica.

Abstract

Through the thinking of Michel Foucault, the present work seeks to indicate the moment in history when the modern policy of population management produced urbanism as its device. For Foucault, what inaugurates political modernity is the fact that, from the 18th century onwards, the population becomes an object of government by state political power. States had to take as their responsibility and fundamental object of their exercise of power, no longer the unity of the territory, but the complexity of a population. Foucault notes that government practices will seek to maximize the lives of populations, increase their health, as well as their wealth and productive capacity. It is about the development of a biopolitics, a policy that aims to manage the lives of populations for productive purposes, which will be organized within the framework of liberalism and which will be able to gather the indispensable instruments for the emergence and development of capitalism. From these analyses, we seek to study how the “problem of space” appears in the political strategy of mass management. Cities begin to fulfill fundamental functions, they will compose a surrounding environment through which government techniques will be able to circulate their actions, in a way that affects the behavior of the populations. Urbanism will be formed as a set of instruments for the design and organization of urban physical space, capable of structuring a means through which to manage populations in the face of economic processes. In this sense, we work with the hypothesis that urbanism could only develop insofar as the biopolitical liberal government placed it as a device of its own management. We were able to understand that, although urbanism has in the urban space the matter on which it strategically focuses its instruments, it is in the body of the population that urbanism finds its ultimate object.

Keywords: Urbanism. Device. Biopolitics.



O URBANISMO E O GOVERNO DAS POPULAÇÕES

A formação do urbanismo está ligada aos acontecimentos econômico-políticos da passagem do século XVIII ao XIX. A maioria das definições concordam sobre a consideração fundamental de que o urbanismo nasceu na segunda metade do século XIX em resposta aos problemas suscitados pela expansão demográfica inerente a progressiva industrialização (CALABI, 2012, p. 21). As transformações que ocorrem neste período nas sociedades modernas ocidentais estão implicadas diretamente ao território e aos espaços das cidades. Entre meados do século XIX e o início do século XX o urbanismo pôde nascer, formar as suas bases, aperfeiçoar sua produção, desenvolver seus principais instrumentos de projeto e de organização do espaço físico urbano. São diversas as obras realizadas neste “período de construção febril”, como diz Choay (1985, p. 2), ao mesmo tempo em que o urbanismo delimita os seus principais fundamentos. Conforme Calabi (2012), o que se assiste não é somente a redistribuição dos centros urbanos e a uma tendência geral de concentração dos núcleos produtivos e residenciais; mas também, todo o sistema de comunicações é inteiramente renovado. Algumas cidades transformam-se em grandes metrópoles onde são desenvolvidos amplos sistemas de transporte público, rede viária, grandes parques são construídos e as instalações técnicas são estruturadas em rede para que seja assegurada as futuras expansões. A administração das cidades assume precisas funções político-econômicas e as relações entre a esfera pública e privada são redefinidas (p. 9). Mais adiante, no curso do século XX, a escala dos problemas urbanos ganha outra dimensão e o urbanismo pôde ampliar o seu campo de exercício. As previsões e o controle da distribuição da população e das atividades não se restringem mais a escala urbana. Agora, regiões inteiras passam por “amplos programas de saneamento, localização de novas implantações produtivas e residenciais, redistribuição dos transportes aquáticos, além dos transportes terrestres” (CALABI, 2012, p. 194).

Nesses mais de 150 anos de existência, o urbanismo tornou-se um importante instrumento de intervenção no espaço urbano e uma ferramenta fundamental de política pública. Se hoje, diversas são as cidades no mundo que conhecem os seus efeitos, é porque a modernidade apresentou as condições de possibilidade tanto para sua emergência quanto para seu desenvolvimento.



O urbanismo como um dispositivo

O presente trabalho será consagrado ao estudo do urbanismo. No entanto, buscaremos estudar o urbanismo, não como uma ciência, tampouco como um saber (“apenas”). Trata-se, antes, de identificar o urbanismo àquilo que o pensador francês Michel Foucault denominou *dispositivo*. Tomaremos o urbanismo a partir desta noção mais ampla, por apostarmos que, através dela, podemos apreender a multiplicidade de componentes que o urbanismo pode combinar ao se articular a redes *estratégicas* em diferentes contextos. Evidentemente que, por conta da amplitude e complexidade do tema; mas também, em virtude das diversas novidades que Foucault apresenta em sua obra (mudanças de percursos, desvios, aperfeiçoamentos de método e etc.), nosso breve trabalho precisou adquirir um caráter introdutório para permanecermos em diálogo com a obra de Foucault. Neste sentido, trataremos de organizar um conjunto de conceitos e problemas que possam contribuir para o desenvolvimento e refinamento futuro de outras pesquisas que também buscam fazer uma abordagem foucaultiana do urbano. Vale ressaltar que, nosso trabalho tem interesse histórico por aquilo que está em vias de se formar, sonha com um “antes da gênese”. O rumo das palavras não se apressa para querer tocar logo em matérias formadas, pelo contrário, seus objetivos estão num “demorar-se”, num “manter-se aí”, até que se encontre alguma consistência, até que fique mais claro que estamos diante de uma nova leitura, até que possamos dizer com um pouco mais de segurança: “Então era isso! Tudo escapa, até mesmo as cidades...”

A compreensão da noção de dispositivo talvez só seja possível se bem entendemos como se exercem as relações de poder. Foucault (2009; 2012; 2005) já havia demonstrado, com grande originalidade, que o poder não tem substância, não é uma coisa, um objeto, portanto, ninguém o possui. Foucault acredita também que não devemos pensar o poder como um direito “do qual se seria possuidor como de um *bem*, e que se poderia, em consequência, transferir ou alienar, de uma forma total ou parcial” (FOUCAULT, 2005, p. 19-20 – grifo nosso). Para Foucault, era preciso pensar o poder de modo relacional, precisamente como correlação entre forças num conjunto móvel de relações estratégicas. O poder é, em si mesmo, uma relação entre forças, neste sentido, o poder é exercido e só existe em ato (idem, p. 21). Isto permitirá a Foucault localizar o poder em seu aspecto microfísico e extra-estatal, capilarizado no corpo social, por toda uma rede de relações muito mais ampla que o Estado¹: o poder está em todo lugar! Outro ponto importante destas análises é que Foucault pôde identificar o

¹ Candiotto (2010) diz que, para Foucault, o Estado deve ser considerado “somente [como] uma das formas terminais da sedimentação entre as forças microfísicas e não o ponto de partida das relações de poder”.



caráter produtivo do poder, o poder produz, as relações de poder não se organizam necessariamente em função da repressão, mas ao contrário, elas se distribuem por toda uma cadeia produtiva (FOUCAULT, 2012). Foucault pôde levar o estudo do poder a um novo estatuto completamente diferente. Deleuze (1994) diz que o que Foucault denomina relação de força, “deve ser um conceito tão novo quanto todo o resto [de sua obra]” (p. 3). As correlações entre forças não se reduzem à simples contradições, não são apenas forças em oposição, mas estão distribuídas em função de uma determinada *estratégia*. Talvez esse seja o ponto fundamental. Deleuze (1994) diz que para Foucault, “uma sociedade não se contradiz, ou se contradiz muito pouco. (...) ela se estrategiza, ela estrategiza” (p. 5). O caráter estratégico das relações de poder implica dizer que um dispositivo irá operar uma estratégia dominante em uma determinada rede, em um diagrama. O dispositivo é a razão das relações entre os elementos em jogo que compõem a trama: elementos discursivos e não-discursivo (DELEUZE, 1994, p. 1). Devemos compreender o poder como um conjunto de mecanismos e de procedimentos imanentes as diversas relações sociais (FOUCAULT, 2008a, p. 4 e 5). Portanto, se identificamos o urbanismo a um dispositivo, de que maneira devemos o tratar? Foucault diz que, com a noção de dispositivo, busca demarcar um conjunto de elementos decididamente heterogêneo que engloba: “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo” (FOUCAULT, 2013, p. 364). O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos, “um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma *função estratégica dominante*” (Idem, p. 365 – grifo nosso). Foucault (2013), ainda explica que, os efeitos de um determinado dispositivo podem repercutir de modo a pressionar uma reorganização dos elementos da trama. Além disso, os efeitos produzidos podem ser reintroduzidos e reutilizados em uma nova estratégia (Idem, p. 365 e 366). Portanto, o dispositivo é móvel, na medida em que não engendra processos homogêneos, mas ao contrário, produz processos desequilibrados. Haverá um deslocamento inerente aos dispositivos, as estratégias serão reatualizadas na medida em que os efeitos exigirão um reajustamento dos elementos em jogo para a formação de uma nova coordenada. Deleuze nos ajuda a compreender este ponto ao dizer que, num dispositivo, “as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua conta (...), mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio”, isso quer dizer que, “qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a variações de direção – e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a derivações” (DELEUZE, 1996).



Quando identificamos o urbanismo à noção de dispositivo, estamos procurando compreendê-lo: (a) como algo formado por elementos que se mantêm heterogêneos (discursivos e não discursivos); (b) como algo que se organiza e funciona em rede; (c) que possui natureza essencialmente estratégica; (d) que se reatualiza, ou seja, que em seu próprio funcionamento, os resultados de sua produção serão reintroduzidos em seu conjunto para a formação de novas derivas. Através desta noção, buscamos indicar a complexidade de elementos que o urbanismo combina e que, articulados, irão exercer uma função estratégica dominante no interior de uma bio-política das populações a partir do século XIX.

O governo dos homens

(...) a partir do século XVIII, todos os tratados que consideram a política como arte de governar os homens, incluem, necessariamente, um ou vários capítulos sobre urbanismo, equipamentos coletivos, higiene e arquitetura privada (FOUCAULT, 2015, p. 2)

Talvez não estejamos enganados em firmar precisamente que o que identificamos como urbanismo nunca esteve desligado daquilo que entendemos por *governo*. Ou ainda, que a própria racionalidade do urbanismo se dá em função de uma razão governamental. O que sabemos é que os *homens políticos*² dos séculos XVIII e XIX já estavam preocupados com a “questão urbana” antes mesmo da chegada dos urbanistas; eles já se ocupavam em dar soluções às cidades diante do surgimento dos “fenômenos econômico-populacionais”. O professor Carlos Nelson do Santos (1988) nos ensina que o conjunto diverso de transformações ocorridas nas cidades europeias do século XVIII, é quando as técnicas de governo descobrem a importância da arquitetura e do urbanismo como instrumentos de gestão dos indivíduos. Advirá antes do campo político e menos dos arquitetos a imposição de certas reflexões “sobre a organização do espaço das cidades, os serviços coletivos, a higiene e a construção de edifícios” (idem, p. 22). De modo geral, podemos dizer que o urbanismo emerge, em meados do século XIX, no interior de uma determinada *governamentalidade* política.

² Peter Hall (2007) diz que, em outubro de 1883, o Jornal *Pall Mall Gazette* com a manchete “NÃO ESTÁ NA HORA?”, publicava: “Os horrores dos cortiços, representavam o grande problema doméstico que a religião, o humanitarismo e as instituições políticas da Inglaterra têm o imperativo de resolver” (p. 18). Hall (2007) menciona também um panfleto que repercutiu à época de um pastor, Andrew Mearns que diz: “Teremos que atentar para o fato de que sem a interferência do Estado nada de efetivo se pode realizar em qualquer escala ampla. E isso é um fato” (p. 22).



Michel Senellart diz que, em um determinado momento da pesquisa de Foucault, as relações de poder deixam de serem tratadas como correlação entre forças nos termos da “batalha” e deslizam para serem compreendidas em termos de “governo” (FOUCAULT, 2008a p. 497). Senellart destaca que este gesto “não rompe com o enfoque ‘microfísico’ dos trabalhos anteriores” (FOUCAULT, 2008a p. 530). Tal modulação, deve ser entendida como um aprimoramento da crítica de Foucault às modernas tecnologias do poder, de maneira que “não se trata de substituição de conceitos equivalentes, mas de um refinamento conceitual” (STIVAL, 2016, p. 107).

Foucault (2008a; 2008b; 2009a) irá tratar da ação de governar como um conjunto de práticas que tem por objetivo “conduzir a conduta” dos homens, o modo de “agir sobre as possibilidades de ações dos outros indivíduos”; mas também, governar como aquilo que pretende “estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 2009a, p. 14). Através desta noção ampla de governo, podemos prever que governar não será apenas o “governo do Estado”, ou seja, as práticas de governo não se reduzem ao exercício do poder político estatal³. Foucault (2008a) ainda irá nos explicar que, este, nem sempre esteve implicado a atividade de conduzir os indivíduos ao longo de suas vidas. Ou seja, o fundamento do exercício do poder político nem sempre esteve implicado a atividade de “governar os homens” (FOUCAULT, 2008a). No Ocidente, este tipo de poder, por assim dizer, governamental, que se exerce menos sobre um território fixo do que sobre os homens - multiplicidade em movimento - foi introduzido pelo cristianismo e se institucionalizou na forma do pastorado eclesiástico⁴, dando lugar a toda uma “arte de governar” (idem, p. 218 e 490). No entanto, com a crise geral do poder pastoral, deflagrada nos séculos XV e XVI (Reforma e Contra-Reforma), o problema do governo deixa de estar centrado no pastorado e se fragmenta de diferentes maneiras nos diversos domínios. Governar deixa de ser uma prática que diz respeito apenas a relação pastor-rebanho e passa a problematizar também a relação entre pai e filho (como governar os filhos?), mas também a família, o governo de si, do Estado⁵ e etc. Foucault (2008a) explica que o questionamento geral da maneira de governar, “acompanha, no fim do feudalismo, o nascimento de novas formas de relações econômicas e sociais e as novas estruturas políticas” (p. 491). Neste contexto, haverá a formação de uma governamentalidade política, ou seja, a conduta dos indivíduos, pouco a pouco, vai se encontrando implicada ao exercício do poder soberano (FOUCAULT, 2008a). Para nos

³ Pode-se governar os filhos, a casa, uma igreja, uma escola e etc.

⁴ Foucault (2008a) acrescenta: “o governo das almas se constitui na Igreja cristã como uma atividade central e doutra, indispensável à salvação de todos” (p. 490)

⁵ É importante destacar aqui que o governo do Estado é apenas mais uma forma de governo entre outras.



mostrar isto, Foucault analisa o desenvolvimento das diversas “artes de governar”⁶ redigidas no final do século XVI e em toda a primeira metade do século XVII. A questão essencial que esta literatura buscava responder era: “como introduzir a economia no nível da gestão do Estado?”. *Economia* quer dizer, precisamente, “governo da família”⁷. Portanto, tratava-se de extrair da economia o modelo de governo a ser aplicado no domínio do Estado. Ou seja, para as artes de governar do século XVI/XVII, aquele que governava o Estado, deveria agir da mesma maneira que um pai age na gestão dos membros de uma família, de seus bens, de suas riquezas e de sua casa. Essas transformações importantes, diz Foucault (2008a), “está sem dúvida ligada à emergência da *razão de Estado*” (p. 491). Acontece que, embora as artes de governar tenham encontrado algum desenvolvimento neste período, Foucault explica que elas não puderam adquirir toda sua “amplitude e consistência antes do século XVIII” (FOUCAULT, 2008a). A principal razão disto é que as artes de governar permanecem acanhadas e bloqueadas no interior das monarquias. O problema do exercício da soberania, como questão teórica e como princípio de organização política, ainda é dominante. Prevalencia a concepção de que era a existência do próprio Estado que implicava diretamente o exercício de governo. Neste sentido, predominava a lógica de que era necessário racionalizar o governo, de modo que, a unidade e a força do próprio Estado fossem garantidas em última instância, que o domínio e a unidade territorial fossem assegurados primordialmente (idem).

O desbloqueio, a amplitude e consistência das artes de governar somente ocorrerão quando os Estados tiverem que tomar por encargo e objeto mais fundamental de seu exercício de poder, não mais a unidade do território, a garantia e reforço do próprio Estado, mas a complexidade de uma *população*, da gestão populacional (FOUCAULT, 2013).

Com a expansão demográfica do século XVIII, uma nova governamentalidade política irá se desenvolver. Se antes a razão e finalidade última do Estado recaía sobre si mesmo, agora, é a população que irá constituir o nível de realidade própria do Estado. A população, em sua especificidade e “natureza”, será o objeto que o governante deverá considerar em seus cálculos, em seu saber e em suas observações, se quiser governar de maneira racional e planejada (FOUCAULT, 2008a). A economia e a estatística deixam de estar centradas no

⁶ As artes de governar eram manuais que refletiam sobre a melhor maneira de governar, mas também, era uma maneira pensada de governar melhor possível. As artes de governar tinham por objetivo constituir distintas possibilidades de governar, desde o governo dos outros ao governo de si mesmo. Foucault as situam em oposição ao livro de Maquiavel “*O Príncipe*”, pois ao contrário deste, para o qual somente o soberano governa, nas artes de governar o termo “governar” é atribuído a diferentes agentes (FOUCAULT, 2008a)

⁷ A maneira de governar adequadamente a família diz respeito à economia. No sentido grego do termo, ou seja: administração do “oikos”, do “lar”.



modelo da família e serão reposicionadas em função desta nova escala da população. A economia – que passa à economia política - se situa como o saber fundamental, como o saber especializado da gestão da sociedade civil; a estatística “vai revelar que a população tem uma regularidade própria (...), a população tem efeitos econômicos específicos” (FOUCAULT, 2013). Foucault explica que, o problema da gestão das populações, implicará na delimitação do liberalismo como arte governamental, como *modus operandi* do exercício moderno do poder (FOUCAULT, 2008a; 2008b). Pois se, para esta nova racionalidade política, os fenômenos econômico-populacionais obedecem a processos naturais e específicos, a forma da governamentalidade liberal deverá ter como princípio fundamental a garantia e o respeito à realização destes processos. Trata-se de fazer com que estes processos sejam levados em conta e possam agir, de modo que, as práticas de governo devem favorecê-los (FOUCAULT, 2008a, p. 474). Os principais mecanismos de intervenção serão os *dispositivos de segurança* e que terão a função de regular a população, de assegurar a suposta naturalidade dos fenômenos populacionais e, conseqüentemente, os processos econômicos. Portanto, a partir do século XVIII, vai-se desenvolver uma arte governamental liberal que irá racionalizar o governo em função de uma população, este novo objeto, que tem particularidades ligadas a eventos econômicos e que precisam ser levados em consideração pelas práticas de governo do poder político estatal. Caso contrário, o governo fracassaria e em termos científicos, por não compreender tecnicamente aquilo que deveria ser um “governo econômico”. Em suma, o que podemos observar no século XVIII, é a *governamentalização* do Estado, é o nascimento de uma nova arte, novas técnicas e táticas de governo, que irão inscrever a conduta das populações no interior dos procedimentos de governo. Yazbek (2019) sintetiza e diz que, para Foucault, “a grande novidade nos rearranjos das técnicas e dispositivos de poder no século XVIII teria sido a emergência da população como ‘problema econômico e político’” (p. 124).

O “problema do espaço” e a bio-política das populações

Foucault em sua obra, insiste em nos mostrar as relações entre o corpo e o espaço, entre a massa e a cidade, entre a população e o “meio”. Richard Sennett (2003), por exemplo, em homenagem a Foucault e por influência dele, buscou compreender “como as questões do corpo foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana” (p. 15). Diferente de Lewis Mumford que, em seu livro *The City in History*, “recontou quatro mil anos de história urbana, traçando a evolução dos muros, casas, ruas e praças” (Idem, p. 20). Ou seja, uma



história urbana em que trata das cidades em seu aspecto puramente *mineral*⁸. Sennett explica que, em seu livro *Carne e Pedra*, procurou estudar algumas cidades em momentos específicos, “que tenham assinalado significativamente as relações entre as experiências corporais e os espaços em que as pessoas viviam” (Idem, p. 20). Podemos supor a importância das cidades para o governo liberal biopolítico, pois sabemos da capacidade que o espaço urbano tem de suscitar determinados efeitos sobre a população e, inversamente, sabemos dos efeitos de população que marcam os espaços das cidades. De que maneira este conjunto de transformações complexas que estão ocorrendo na modernidade, na passagem do século XVIII para o XIX, e que dizem respeito ao governo das populações, puderam afetar as cidades?

Haverá uma modificação fundamental nas sociedades modernas no que diz respeito a relação entre a organização espacial e os problemas econômico-políticos; e que estão implicados aos “fenômenos populacionais”. Foucault diz que, no final do século XVIII, a arquitetura começa a se especializar, “ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo” (FOUCAULT, 2013, p. 321). Antes, a arquitetura respondia sobretudo a necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força, através das *grandes formas* como a do palácio, da igreja e das fortalezas: “manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus” (Idem, p. 321). No entanto, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: “tratava-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos” (p. 321). Começa a aparecer o entendimento de que, para se obter certos objetivos econômicos e políticos, era necessário planejar, setorizar, classificar, organizar os espaços, bem distribuir os homens e as coisas nos espaços das cidades. Trata-se agora, não tanto de manifestar o poder soberano, mas dotar o espaço de função. Há nisso uma importante mudança acerca da própria noção de espaço. Foucault diz que o espaço, pouco a pouco, vai se especificando, até que: “torna-se funcional” (Idem, p. 322). Além desta modificação fundamental e que parece-nos indicar problemas espaciais relativos ao *poder disciplinar*, neste período, haverá também o surgimento de uma preocupação com as relações entre a espécie humana e seu *meio*⁹ circundante (FOUCAULT, 2005). Podemos dizer que, tais preocupações dizem respeito, mais especificamente, a escala de atuação da biopolítica. Pois, será justamente no ponto de interseção desta relação que a biopolítica irá operar. Sejam os efeitos brutos do meio geográfico, climático, hidrográfico (elementos naturais), que

⁸ Em referência a uma expressão utilizada pelo professor Robert Moses Pechman (IPPUR/UFRJ)

⁹ Haesbaert (2014) diz que essa noção de “meio”, Foucault já havia identificado na física newtoniana (séculos XVII-XVIII) e também na biologia de Lamarck (séculos XVIII – XIX), “onde tem seu sentido relacionado, em ambos os casos, com ‘fluidos’ (seja ar, a água e a luz para Lamarck, seja o ‘éter’ para Newton)” (p. 169).



repercutem na espécie humana/ser vivo, sejam os problemas das cidades (elementos artificiais), que atingem a vida das populações (FOUCAULT, 2005, p. 92). A biopolítica irá extrair seu saber e irá definir o campo de intervenção do seu poder, dos problemas que se desenvolvem a partir da interação entre a população/espécie humana e seu meio de existência, a partir “da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio” (Idem, 2005, p. 92). Foucault observa que, “o esquema técnico da noção de meio (...), [a] estrutura pragmática que a desenha previamente está presente na maneira como os urbanistas procuram refletir e modificar o espaço urbano” (Idem, p. 27). No entanto, a noção de meio nunca é utilizada pelos arquitetos e urbanistas “para designar as cidades nem os espaços planejados” (Idem, p. 27). Isto se deve ao fato, de que, por essa noção, devemos entender um conjunto de elementos mais amplo que não “apenas” as cidades e os espaços planejados. Um determinado meio é composto pelos dados artificiais, os dados naturais, complicados à encadeamentos circulares de causas e efeitos. Ou seja, a cidade preexistente, as diversas aglomerações, a geografia, os cursos d’água, o ar, o clima e as intervenções que buscam coloca-los em articulação. A cidade aparecerá como um elemento artificial que, conjugada à elementos naturais, irá compor um “meio”, irá formar um campo de intervenções por onde vai-se buscar atingir a conduta das populações. Foucault define “meio” como “aquilo que é necessário para dar conta da ação à distância de um corpo sobre o outro. (...) o suporte e o elemento de circulação de uma ação. (...) aquilo em que se faz a circulação” (FOUCAULT, 2008a, p. 27 e 28).

Portanto, o urbanismo irá se formar no século XIX com a função dominante de construir um “meio”. O urbanismo como um conjunto de discursos, mas também como um conjunto de instrumentos de projeto e de organização do espaço físico urbano, capaz de intervir nas cidades, capaz de planejar os espaços das cidades, e sobretudo, o urbanismo como um dispositivo capaz de estruturar um “meio” por onde as técnicas de governo poderão agir sobre a conduta das populações. O urbanismo, portanto, um dispositivo de uma determinada política do espaço, implicado às práticas de governo.

O urbanismo e as três técnicas espaciais

São três grandes formas, mecanismos ou sistemas de poder que Foucault distinguiu: o jurídico ou legal, classicamente “soberano”, dominante da Idade Média aos séculos XVII-XVIII; o disciplinar, típico das sociedades modernas a partir do século XVII; e o de segurança, ou biopolítico, dominante nas sociedades modernas e contemporâneas desde o século XVIII (HAESBAERT, 2014, p. 163). No entanto, Foucault chama atenção para o risco de se ocultar



o essencial ao identificar essas três modalidades como “o antigo, o moderno e o contemporâneo” (FOUCAULT, 2008a, p. 9). É que as formas que parecem ser mais recentes já estão implicadas nas mais antigas, assim como as precedentes não desaparecem com a predominância das que sucederam (HAESBAERT, 2014, p. 163). O que existe é uma correlação entre os mecanismos e não uma série em que um sistema de poder toma o lugar do anterior. Portanto, não se trata de uma “era legal”, uma “era disciplinar” e uma “era da segurança”. Trata-se de adotar uma perspectiva de análise na qual técnicas de poder variadas se combinam e a cada momento são construídas e articuladas em concerto. Essas técnicas, evidentemente, terão como elemento constituinte fundamental a modificação dos espaços e territórios (HAESBAERT, 2014, p. 163).

Foucault irá trabalhar o “problema do espaço” usando como exemplo alguns casos de cidades, fazendo-os corresponder às três modalidades de poder. Haverá, portanto, técnicas espaciais relativas à soberania, a disciplina e a segurança biopolítica.

De modo geral, as cidades europeias passam de um espaço mais fechado e jurídico-politicamente mais isolado, até por volta dos séculos XVII-XVIII, para um “espaço ‘desenclavado’ onde o problema central é o da circulação” (HAESBAERT, 2014, p. 165). Primeiro, dentro do território da soberania do Estado, o problema da circulação aparece em torno da localização da cidade-capital. Em seguida, no âmbito da disciplinarização do próprio espaço interno das cidades, haverá todo o problema relativo às distribuições hierárquica e funcional dos espaços e das circulações. Finalmente, na cidade aberta, voltada para o comércio e para a circulação de pessoas, torna-se fundamental selecionar a boa e a má circulação, os bons e os maus fluxos e toda uma gestão das “séries abertas”.

Em seu primeiro exemplo, Foucault (2008a) recupera um texto do século XVII, intitulado *La Métropolitée*, escrito por Alexandre La Maître, em que o problema central era saber em que deve consistir a implantação da capital de um país. Como tornar eficaz o exercício do poder soberano na relação com a organização espacial do território? Era fundamental situar a capital em uma posição central para que as funções do poder soberano fossem exercidas. Uma boa disposição espacial quer dizer que o soberano está bem situado no interior do território e “um território que é civilizado no que concerne à sua obediência ao soberano é um território que tem boa disposição espacial” (Idem, 2008a, p. 20). Portanto, esta relação entre território e capital deve ser uma relação política, “na medida em que os decretos e as leis devem ter no território uma implantação tal que nenhum canto escape dessa rede geral das leis e dos decretos do soberano” (Idem, p. 19). Foucault destaca que essa ideia de eficácia política da soberania está relacionada a uma intensidade das circulações diversas: “circulação das ideias, circulação das vontades e das ordens, circulação comercial” (Idem, 2008a, p. 20). Para



La Maître trata-se no fundo de estabelecer uma eficaz amarração entre soberania, território e comércio. Neste período, a Europa vive em pleno mercantilismo, e que, portanto, o problema era o de como assegurar o desenvolvimento econômico máximo por intermédio do comércio, dentro da soberania (Idem, p. 20). Deste modo, o problema de La Maître em suma, nas palavras de Foucault, consiste em: “como assegurar um Estado bem capitalizado, isto é, bem organizado em torno de uma capital, sede da soberania e ponto central de circulação política e comercial” (Idem, p. 20).

Figura 1: Folha de rosto do livro *La Metropolitée* de Alexandre de La Maître, 1682

Fonte: PEÑA, 2012/2013, p. 2



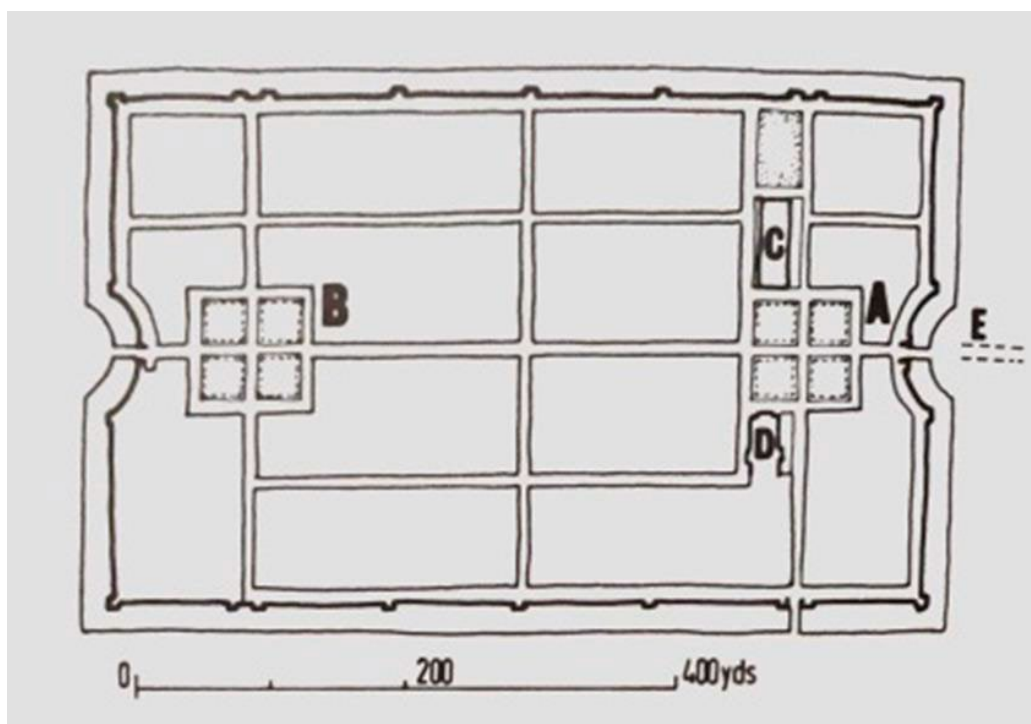
Em seu segundo exemplo, Foucault analisa a cidade francesa de Richelieu, uma das “cidades artificiais” que foram construídas no século XVII e que exemplifica a mecânica disciplinar de controle dos corpos. O problema essencial será a distribuição hierárquica e funcional dos elementos. Diferente do projeto de *La Métropolitée*, que concebia a cidade a partir da dimensão do território, uma dimensão maior do que a cidade-capital, em Richelieu a cidade será pensada a partir “do menor que ela, a partir de uma figura geométrica que é uma espécie de módulo arquitetônico, a saber, o quadrado ou retângulo” (FOUCAULT, 2008a, p. 22).



Tratava-se de fixar um módulo em um terreno completamente vazio¹⁰ e desenvolver o traçado urbano a partir do desdobramento desta unidade original. A implantação geral do traçado de Richelieu está delimitada por muros em todo seu perímetro na forma elementar de um retângulo e, coincidente ao eixo longitudinal, está uma rua mediana que divide a cidade em dois outros retângulos. Esta *Grand Rue* interliga duas praças situadas nas extremidades do conjunto.

Figura 1. Planta geral da cidade de Richelieu elaborada por Jacques Lemercier, século XVII.

Fonte: <https://lecycledurbanismedesciencespo2018.wordpress.com/2018/09/23/richelieu-la-premiere-ville-nouvelle-de-france/>



Richelieu se desenvolve através de um traçado ortogonal, de maneira que existem ruas paralelas e perpendiculares, obviamente, mas em distancias distintas. As quadras maiores são destinadas às habitações e nas quadras menores, onde a trama se estreita, estão o comércio, as lojas e os artesãos. É também onde estão as praças em que acontecem as feiras. Foucault destaca que, neste bairro comercial, a circulação deverá ser mais intensa: “deve haver [mais] superfície e possibilidade de percorrer a rua” (FOUCAULT, 2008a). No

¹⁰ “(...) Richelieu, que foi construída nos confins da Touraine e do Poitou, que foi construída a partir de nada, precisamente. Onde não havia nada, construiu-se uma cidade” (FOUCAULT, 2008a)



bairro residencial haverá duas categorias de casas: (I) as casas que estão voltadas para a rua principal e as que dão para as ruas paralelas à principal; (II) as casas que estão nas ruas perpendiculares à rua mediana principal. Na primeira categoria de moradia, de modo geral, as casas são construídas de dois andares com mansarda. Na segunda categoria as casas são construídas de um único pavimento, marcando, portanto, “diferença de status social” (Idem, p. 23). Foucault, com este exemplo simples da cidade de Richelieu, quer mostrar o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, a constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas multiplicidades artificiais de acordo com três princípios, “da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio, assegurar a moradia, etc.” (FOUCAULT, 2008a, p. 23). Portanto, diferente da cidade soberana, no qual o objetivo principal era “capitalizar” um território, em Richelieu o objetivo principal será arquitetar um espaço inteiramente artificial para a disciplinarização das multiplicidades.

O terceiro exemplo de Foucault servirá para demonstrar o funcionamento do dispositivo de segurança nos espaços das cidades, delimitando, agora, uma série de “urbanizações reais de cidades que existiam efetivamente no século XVIII” (Idem, p. 23). O problema de Nantes é “desfazer as aglomerações desordenadas, abrir espaços para as novas funções econômicas e administrativas, regulamentar as relações com o entorno rural e, enfim, prever o crescimento” (FOUCAULT, 2008a, p. 23).

Figura 2. Plano para a cidade de Nantes desenvolvido pelo arquiteto Vigné de Vigny, século XVIII. Fonte: <https://books.openedition.org/pur/5545>



O projeto de Nantes previa a abertura de grandes vias para garantir quatro funções específicas: a) garantir a circulação de ar; b) garantir o comércio interior da cidade; c) estruturar as vias em rede, articuladas com as estradas externas, sem abandonar o controle aduaneiro; d) garantir a vigilância, mesmo com a demolição das muralhas. Portanto, a organização das circulações contava com um planejamento tal que se pudesse maximizar as boas circulações e desestimular a má e também eliminar o que era perigoso (Idem, p. 24).

Outra questão fundamental era que o projeto de Nantes tinha que se antecipar a problemas que não se podia conhecer com exatidão. Com a perspectiva de que a cidade estava em pleno desenvolvimento, havia a expectativa de que determinados processos produziram novos elementos difíceis de determinar. Foucault explica que isto fica expresso na solução adotada para o cais. Ao invés de prolongar indefinidamente sua extensão ao longo do Rio Loire, o que prejudicaria, em termos de gestão da cidade, os “benefícios de uma quadrícula clara, coesa, etc.” (FOUCAULT, 2008a, p. 25); a solução do plano foi construir o cais ao longo de uma das margens do rio e deixar que um bairro se desenvolvesse em seu entorno. Depois, através da construção de pontes, apoiadas em ilhas, que fosse promovido o desenvolvimento de outro bairro na outra margem, de modo que este equilíbrio das duas margens do rio evitasse o prolongamento indefinido de um dos lados do rio (idem). Diferente das cidades disciplinares, constituídas de espaços artificiais, construídos em terrenos onde nada havia, nas cidades de segurança a gestão urbana irá lidar com os dados preexistentes (naturais e artificiais). A cidade da segurança irá se desenvolver a partir da disposição do espaço já construído, irá lidar com o escoamento das águas, com os ventos, ela trabalha sobre algo dado. A questão será como selecionar e maximizar aquilo que são os elementos positivos, que possam circular da melhor maneira, e, por outro lado, minimizar aquilo que pode vir a perturbar, diminuir os riscos e o inconveniente. Isso significa que não se trata de acabar com o roubo ou com a doença, mas sim geri-los até números aceitáveis. Portanto, haverá um cálculo das séries estatísticas para que as probabilidades sejam trabalhadas (Idem, p. 26). Outra característica importante e que distingue os espaços de disciplina dos espaços da segurança/biopolítica é que, na primeira, busca-se a “organização de espaços (...), unifuncionais – e, em última instância, ‘individualizados’, a segurança irá trabalhar sobre a ‘regulamentação’ biopolítica das populações ou das ‘massas’ (mais até do que sobre “multidões”) em espaços multifuncionais, polivalentes” (HAESBAERT, 2014, p. 166). Haesbaert (2014) aponta para esta característica como sendo a primeira que nos leva a certo contraponto entre o caráter mais “exclusivista e individualizante dos espaços disciplinares” e o caráter mais “polivalente e multiterritoriais dos espaços moldados prioritariamente dentro do mecanismo de segurança” (Idem, 2014, p. 166). Por fim, Foucault resume o problema do espaço nas suas três modalidades de poder da seguinte forma:



(...) enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete, portanto, a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio eu, mais ou menos o que chamamos de *meio* (FOUCAULT, 2008a, p. 27: grifo nosso)

Últimas considerações

De que modo podemos supor uma articulação do urbanismo com a política que busca gerir populações? Acreditamos que esta articulação se dá, na medida em que, a expansão demográfica implicou na formação de uma política centrada na gestão populacional, e na medida em que, essa gestão, para efetivar sua estratégia, necessitou - entre outras coisas - do controle do crescimento e das transformações do espaço físico urbano. Portanto, foi preciso ser colocado os problemas relativos às pretensões de governar as populações, na passagem do século XVIII ao XIX, para que as condições de emergência do urbanismo pudessem se realizar. Deste modo, o urbanismo foi-se configurando como um conjunto de instrumentos de projeto e organização do espaço físico urbano que, em sua própria gênese, objetiva a capacidade de ser tomado como prática técnico-administrativa, como ciência política (CALABI, 2012, p. 21). Assim, o urbanismo irá se estabelecer como um dispositivo biopolítico, na medida em que, pôde reunir um “vasto conjunto de práticas” (SECCHI, 2015, p. 18) que se desenvolveram em torno da constituição da população como objeto de gestão e que puderam se prolongar em uma ciência política. Neste sentido, o urbanismo será situado como um instrumento técnico, um dispositivo do poder político estatal, capaz de estruturar um “meio” por onde se conduz “homens e coisas”. Uma arte de dispor a população no espaço urbano, com o objetivo geral de assegurar as condições de vida, maximizar a produção, tornar eficiente as circulações e promover o bem-estar público. Deste modo, podemos dizer que, os fundamentos do urbanismo desenvolveram-se em torno de questões que são centrais para o governo liberal biopolítico.



Referências:

CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*. Tradução: Marisa Barda. São Paulo: Ed Perspectiva, 2012

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia*. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Ed Perspectiva, 1979

CHOAY, Françoise. *A Regra e o Modelo: Sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ed Perspectiva, 1985

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France 1975-1976*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Ed Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France 1977-1978*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Ed Martins Fontes, 2008a

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France 1978 - 1979*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Ed Martins Fontes, 2008b

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade volume I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed Graal. 2012.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 2014.

MACHADO, Roberto (Org.). *Microfísica do Poder: Michel Foucault*. São Paulo: Ed Graal. 2013.

SECCHI, Bernardo. *Primeira Lição de Urbanismo*. Tradução: Maria Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo: Ed Perspectiva, 2015.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução: Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed Record, 2003.



STIVAL, Mônica. *Governo e Poder em Foucault*. Trans/Form/Ação, Marília, v. 39, n. 4, p.107-126, Out./Dez., 2016

YAZBEK, André. *Soberania e Biopolítica: dos nexos entre poder soberano e biopoder no pensamento político de Michel Foucault e de seus usos na atualidade*. Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 31, n. 52, p. 118-140, jan./abr. 2019



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

“CONOCER PARA PLANEAR”: O PRIMEIRO
CONGRESSO ARGENTINO DE URBANISMO (1935),
UMA APROXIMAÇÃO.

“Knowing in Order to Plan”: The First Argentine Congress of Planning (1935), An
Approximation.

Outtes, Joel

DPhil (PhD, University of Oxford).

Faculdade de Arquitetura. UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

joel.outtes@ufrgs.br; j.outtes-wanderley@oriel.oxon.org



Resumo.

O artigo procura investigar e compreender o primeiro congresso argentino de urbanismo realizado em Buenos Aires entre os dias onze e dezenove de outubro de 1935 observando seus participantes, suas profissões, os trabalhos apresentados, os publicados, o conteúdo destes trabalhos e o debate sobre os mesmos nas discussões das comissões temáticas. Trata-se de um primeiro mapeamento sobre o tema, o qual servirá como base para um maior aprofundamento através do tempo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, análise textual, análise de conteúdo, estatísticas de uso de palavras e quantidade de trabalhos apresentados e bibliometria. Pretende-se continuar a pesquisa no futuro através do estudo de trajetórias dos participantes utilizando-se dicionários biobibliográficos e fichários de bibliotecas, tanto em papel quanto eletrônicos. O trabalho pretende investigar futuramente o papel deste congresso no fluxo Latinoamericano do pensamento e práticas urbanísticas e sobre habitação, e o seu papel na constituição de uma comunidade Latinoamericana de urbanistas e reformadores da habitação. Uma das questões que tentaremos discutir é até onde certas experiências em habitação, planejamento urbano e gestão foram adotados em certos períodos pelas cidades e regiões dos participantes do congresso. Numa direção contrária, a ressonância ou influência de certas ideias e políticas das cidades e regiões dos participantes do congresso em experiências nacionais, regionais ou específicas em habitação, planejamento e gestão urbanos e áreas correlatas também serão exploradas. Nossa hipótese é de que pode e deve ter havido uma influência/ressonância múltipla entre as idéias discutidas no congresso e as experiências desenvolvidas pelos seus membros e/ou participantes nas cidades, regiões e países onde viveram e vice-versa. Quem participou da rede do congresso? Qual a justaposição da participação na rede do congresso com a rede de outros congressos como o os congressos pan-americanos de arquitetos, o primero congreso pan-americano de la vivienda popular de 1939 em Buenos Aires e o primeiro congresso brasileiro de urbanismo de 1941 no Rio de Janeiro? Quais eram as estruturas de poder e como evoluíram através do tempo nos diversos congressos? Estas são algumas das questões que tentaremos responder em futuras pesquisas, sendo o presente artigo um primeiro passo.

Palavras chave: congressos; urbanismo; habitação.

Abstract.

The article seeks to investigate and understand the first Argentinian congress of city planning that was held in Buenos Aires between eleven and nineteen october 1935 observing its participants, their professions, the papers presented, those published, the content of these papers and the debate about them in the working commissions. The present work is a first



approach to the subject, which will work as a basis for a larger research on the congress and Argentinian planning history throughout time. The methodology utilized until now was bibliographic research, text analysis, content analysis, statistics of the use of words in titles of works presented and/or published in the congress and bibliometry. I intend to continue the research in the future through the study of the trajectory of the participants of this congress using biobibliographic dictionaries and library cards and records. The work intends to investigate (in the future) the role of this congress in the flow of Latin American urbanistic and housing thinking and practice and its role in the constitution of a Latin American community of planners and housing reformers. One of the questions that I will try to discuss is how far certain experiences in housing, urban planning and management were adopted in certain periods by the cities and regions of the participants of the congress. In an opposite direction, the resonance or influence of certain ideas and policies of the cities and regions of the participants of the congress in national, regional or specific experiences in housing, urban planning and management and related fields will also be explored. My hypothesis is that there can and must have had a multiple influence/resonance between the ideas discussed in the congress and the experiences developed by its members and/or participants in the cities, regions and countries where they lived and vice-versa. Who participated of the network of the congress? What is the juxtaposition of the participation in the network of this congress with the network of other congresses like the Pan American congresses of architects, the first Pan American congress of low-cost housing of Buenos Aires in 1939 and the first Brazilian congress of city planning in Rio de Janeiro in 1941? What were the structures of power and how they evolved throughout time in the various congresses? These are some of the questions I will try to answer in future research, this article being a first step.

Keywords: congresses; city planning; housing.



“CONOCER PARA PLANEAR”: O PRIMEIRO CONGRESSO ARGENTINO DE URBANISMO (1935), UMA APROXIMAÇÃO.

Introdução

“Para planear la transformación parcial o total de una ciudad estamos en la necesidad de conocerla” (Congreso Argentino de Urbanismo, 1935, pp. 128).¹

“No habrá nadie que trate temas de urbanismo desde su sector, que no conozca la génesis de su especialidad, cómo ha evolucionado y cuáles son los vaivenes experimentados a través del tiempo” (pp. 131).

“No debemos abusar de la palabra ‘urbanismo’, expresión que se refiere a una disciplina muy rigurosa, perfectamente delimitada y de un carácter esencialmente orgánico” (pp. 144).

O primeiro congresso argentino de urbanismo aconteceu em Buenos Aires em outubro de 1935 e foi um congresso pioneiro especializado no tema na Argentina. A ideia do congresso teve origem no Rotary Club por indicação do falecido Dr. Julio Iribarne (pp. 149). O congresso foi organizado por dezessete instituições e teve como estrutura um presidente honorário (o presidente da república General Agustín P. Justo), um presidente (o Dr. Eduardo Crespo, presidente de “Los amigos de la ciudad”, “instituição organizada por um grupo de cidadãos distintos em 1924 para estimular o embelezamento e modernização” de Buenos Aires (Walter, 1994: 104);² e cinco vice-presidentes, o arquiteto Raúl J. Alvarez, delegado da Universidad de Buenos Aires (vol. 1, pp. 7, 82, vol. 2, pp. 613), delegado de Obras Sanitarias de la Nación e vocal da junta organizadora do congresso (vol. 1, pp. 140; o Dr. Epifanio Mora Olmedo, delegado da provincial de San Luís; o engenheiro Frank Romero Day, delegado da provincia de Mendoza; o engenheiro Julio Vela Huergo, delegado do Centro Argentino de Ingenieros (ou Centro Nacional de Ingenieros), delegado de Obras Sanitarias de la Nación (vol. 1, pp. 7, 80-81) e vice-presidente da junta organizadora do

¹ Daqui para frente toda a referência a paginações apenas referem-se a esta fonte, o CONGRESO ARGENTINO DE URBANISMO, ver a bibliografia no fim do artigo para detalhes.

² As entidades organizadoras foram Los amigos de la ciudad, Amigos del arte, Automóvil Club Argentino, Centro Argentino de Ingenieros, Centro de Ingenieros Agrónomos, Círculo de la Prensa, Departamento Nacional de Higiene, Dirección General de Arquitectura de la Nación, Dirección General de Estudios y Obras del Riachuelo, Dirección Nacional de Bellas Artes, Dirección Nacional de Vialidad, Municipalidad de Buenos Aires, Museo Social Argentino, Obras Sanitarias de la Nación, Sociedad Central de Arquitectos, Touring Club Argentino e Universidad Nacional de Buenos Aires (vol. 1, pp. 13).



congresso (vol. 1, pp. 14, 79, vol. 2, pp. 11) e o engenheiro Daniel Iribarne, delegado do Museo Social Argentino (vol. 1, pp. 7, vol. 2, pp. 91, 213) e vice-presidente da junta organizadora do congresso (vol. 1, pp. 14, 79, 81).

O congresso teve ainda em sua estrutura um secretário-geral, o Sr. José Rouco Oliva, também secretário-geral de sua junta organizadora e delegado de “Los amigos de la ciudad” (vol. 1, pp. 7, 80, vol. 2, pp. 327, 604, 615); dois secretários, o arquiteto Romulo A. Ruiz Moreno, também secretário de atas do congresso e delegado de “Los amigos de la ciudad” (vol. 1, pp. 3, 7, 80, vol. 2, pp. 265), além de secretário da junta organizadora do congresso (vol. 1, pp. 14, 79) e o engenheiro agrônomo José Raúl Neira, secretário de publicidade do congresso e delegado do Centro de Ingenieros Agrónomos (vol. 1, pp. 3, 7, 80, vol. 2, pp. 519), além de secretário da junta organizadora do congresso (vol. 1, pp. 14, 79). Havia também um tesoureiro, o Dr. Federico Carrera, ainda delegado de “Los amigos de la ciudad” (vol. 1, pp. 3, 7, 80) e tesoureiro da junta organizadora do congresso (vol. 1, pp. 14, 79). O evento teve também uma junta organizadora com um presidente, três vice-presidentes, um secretário-geral, dois secretaries, um tesoureiro e dezoito vogais (vol. 1, pp. 15). Houve ainda juntas cooperadoras, juntas nas diversas províncias que ajudaram a organizar o congresso (vol. 1, pp. 37-38).

Houve ainda cerca de 135 pessoas listadas como “delegados asistentes al congreso”, o que não quer dizer que mais pessoas não tenham comparecido ao mesmo, na medida em que imaginamos que nem todos os participantes eram delegados, ao mesmo tempo em que tal lista não nos assegura que todas estas pessoas realmente compareceram ao congresso. Em todo caso, as maiores delegações de “asistentes” foram as de “Los amigos de la ciudad” com dez membros, a Sociedad Central de Arquitectos com seis membros, Obras Sanitarias de la Nación com seis membros, seis convidados especiais de Buenos Aires (entre eles dois especialistas em aeroportos), Amigos del árbol com cinco membros, o Círculo Argentino de Ingenieros com cinco membros, o Círculo Argentino de Inventores com cinco membros, a Colonia Escuela Argentina com quatro membros e quatro convidados especiais uruguaios (vol. 1, pp. 80-82).

Objetivos

O trabalho pretende investigar futuramente o papel deste congresso no fluxo Latinoamericano do pensamento e práticas urbanísticos e sobre habitação, assim como em gestão urbana e o seu papel na constituição de uma comunidade Latinoamericana de urbanistas e reformadores da habitação. Uma das questões que tentaremos discutir é até



onde certas experiências nacionais, regionais e particulares (específicas) em habitação, planejamento urbano e gestão foram adotados em certos períodos pelas cidades e regiões dos participantes do congresso. Numa direção contrária, a ressonância ou influência de certas ideias e políticas das cidades e regiões dos participantes do congresso em experiências nacionais, regionais ou específicas em habitação, planejamento e gestão urbanos e áreas correlatas também serão exploradas. Nossa hipótese é de que pode e deve ter havido uma influência/ressonância múltipla entre as idéias discutidas no congresso e as experiências desenvolvidas pelos seus membros e/ou participantes nas cidades, regiões e países onde viveram e vice-versa. Quem participou da rede do congresso? Qual a justaposição da participação na rede do congresso com a rede de outros congressos como o os congressos pan-americanos de arquitetos, o primeiro congreso pan-americano de la vivienda popular de 1939 em Buenos Aires e o primeiro congreso brasileiro de urbanismo de 1941 no Rio de Janeiro? Quais eram as estruturas de poder e como evoluíram através do tempo nos diversos congressos? Estas são algumas das questões que tentaremos responder em futuras pesquisas, sendo o presente artigo um primeiro passo.

Temas e trabalhos apresentados no evento

O congresso foi dividido em três temas, cada um com vários subtemas, o tema um (I) foi sobre história y evolución urbana tendo como subtema la ciudad del pasado y la ciudad del presente. O segundo tema (II) foi sobre urbanización de ciudades tendo como subtemas zonización (II-A), comunicaciones (II-B), aspecto social y economic (II-C), e el problema legal (II-D). O terceiro tema (III) versou sobre previsiones permanentes del urbanismo e teve como subtemas organización funcional de la ciudad (III-A), plan regulador (III-B), la ciencia y el arte al servicio de la ciudad (III-C), las estadísticas (III-D) e la enseñanza (III-E). O congresso teve também uma exposição anexa. Foram apresentados 148 trabalhos no congresso, seis sobre história y evolución urbana (tema um com 4,1% do total de trabalhos), 84 sobre o tema dois (56,76%) sendo oito (5,41%) sobre urbanización de ciudades, 24 sobre comunicaciones (16,22%), 43 sobre o aspecto social y economico (29,05%), e nove (6,1%) sobre el problema legal.

Houve ainda 58 trabalhos sobre o tema três (39,19%) sendo seis sobre organización funcional de la ciudad (4,1%), dezoito sobre plan regulador (12,16%), vinte sobre la ciencia y el arte al servicio de la ciudad (13,51%), quatro sobre estadísticas (2,7%) e dez sobre enseñanza (6,8%) (pp. 121-126). No entanto, na primeira reunião plenária a comissão de história e evolução urbana (tema 1), reporta (erroneamente) que apenas quatro trabalhos foram apresentados, em vez dos seis listados anteriormente (o que de fato aconteceu), os



de Holmberg sobre a expedição de Don Pedro de Mendoza, no qual propôs novas investigações nos arquivos europeus sobre o tema (pp. 127), o qual não foi publicado nas atas; o de Spika sobre formação do patrimônio de arquitetura e arte da Argentina (Spika, 1935) onde se propõe uma lei para a proteção do patrimônio histórico, artístico e urbanístico do país (pp. 143-145) e dois de Rinaldini, um sobre Leonardo da Vinci urbanista, o qual sugere-se a não publicação por já ter sido publicado (pp. 146-147) e outro sobre Caseros (hoje um suburbio de Buenos Aires) na evolução urbana da cidade (Rinaldini, 1935), sendo apenas o último publicado nas atas (pp. 127, vol. 2, pp. 635). Em contrapartida, um trabalho do engenheiro Vela Huergo “una minuciosa historia de Obras Sanitarias de la Nación” (pp. 147), a comissão considera que “merece un voto de aplauso y su publicación” (pp. 148). O mesmo se dá com relação ao trabalho do arquiteto Angel Guido sobre a influencia das ferrovias na evolução morfológica da planta urbana de Rosario (Guido, 1935).

Na segunda sessão preparatória do congresso se fala que haviam sido submetidos 120 trabalhos (vol. 1, pp. 109) sendo encerrado o prazo para apresentação dos mesmos. Contudo, segundo dados do volume ou tomo um dos anais, foram anunciados 148 trabalhos a serem apresentados por 85 autores dos quais nenhuma mulher (pp. 121-126). A observação mais apurada desta prometida participação revela uma assimetria muito grande na relação entre autores e número de trabalhos a serem apresentados. Um autor apenas (1,18% do total), o Sr. Carlos Gallardo sozinho, seria responsável por 9,46% dos trabalhos, apresentando quatorze deles, nenhum deles publicado no anais. Um outro autor, Sr. Fernando P. Márquez, secretário-geral de “Los Amigos de la ciudad” (vol. 2, pp. 297, 627, 629), ficaria responsável por 4,73% dos trabalhos, apresentando sete deles. Isto significa que os dois juntos (2,35% do total de autores apenas) seriam responsáveis por 14,19% dos trabalhos. Dois outros autores seriam responsáveis por seis trabalhos cada um (4,05% do total), o arquiteto Ernesto Giraud, o qual apresentou trabalhos sobretudo na área de transportes (vol. 2, pp. 471); e o arquiteto Víctor Julio Jaeschke, delegado da Sociedad Central de Arquitectos (vol. 1, pp. 82); o que significa que estes quatro autores apenas (4,71% do total), teriam sido responsáveis por 22,30% dos trabalhos, mais de um quinto.

Três outros autores apresentariam cinco trabalhos (3,38% do total), um deles Federico Laas, delegado do Automóvil Club Argentino, delegado da Dirección General de Ingenieros do Ministerio de la Guerra, delegado da municipalidad de Junín (província de Buenos Aires) e vocal da junta organizadora do congresso (vol. 1, pp. 14, 80, 82, vol. 2, pp. 130, 366), sendo dois em co-autoria com o arquiteto Alberto Belgrano Blanco, delegado da Dirección General de Arquitectura e vocal da junta organizadora do congresso (vol. 1, pp. 14, 80), e dois em co-autoria com o engenheiro Abraham M. Kweitel e o arquiteto Enrique G. Quincke, ambos delegados da Dirección General de Ingenieria do Ministerio de Guerra (vol. 2, pp. 299, 302).



Um outro participante a apresentar cinco trabalhos foi o Dr. Marcelino del Mazo, delegado de “Los amigos de la ciudad” e vocal da junta organizadora do congresso (vol. 1, pp. 14, 80). O Sr. José Rouco Oliva, secretário-geral do congresso, secretário-geral de sua junta organizadora e delegado de “Los amigos de la ciudad” (vol. 1, pp. 7, 80, vol. 2, pp. 327, 604, 615), também apresentou cinco trabalhos, sendo dois em co-autoria, um com Eduardo Crespo, presidente do congresso, presidente de sua junta organizadora, presidente e delegado de “Los amigos de la ciudad” (vol. 1, pp. 7, 14, 80, vol. 2, pp. 327) e outro com o arquiteto Francisco Holoubek (3,38%).

Isto eleva a lista para seis autores apenas (7,06%) apresentando 38 trabalhos (25,68% do total), mais de um quarto dos trabalhos. Oito outros autores (9,41%) iriam ainda segundo esta listagem apresentar quatro trabalhos, entre eles o engenheiro e arquiteto Angel Guido, delegado da Facultad de Ciencias Matematicas, Universidad del Litoral e da própria universidade (era delegado da faculdade e da universidade) e delegado da municipalidade de Rosario (província de Santa Fé) (vol. 1, pp. 80-82, 121, 123, 125, vol. 2, pp. 84, 118). Conta-se ainda neste grupo o Sr. Eduardo J. Baca, delegado da municipalidade de Lomas de Zamora (província de Buenos Aires) (vol. 1, pp. 81), o qual apresentou todos os trabalhos sobre temática funerária e na mesma sessão; o engenheiro agrônomo Benito J. Carrasco, ex-Director de Paseos “em los años en que se han hecho mayores trabajos en la Capital Federal” (vol. 1, pp. 207), delegado de “Los amigos de la ciudad”, catedrático de parques e jardins e delegado da Facultad de Agronomia y Veterinaria da Capital, vocal da junta organizadora do congresso e delegado de Los amigos del árbol (vol. 1, pp. 14, 80-81, 207, vol. 2, pp. 114, 626); o coronel engenheiro Adrián Ruiz Moreno, delegado do Círculo Argentino de Inventores e delegado de Los amigos del árbol (vol. 1, pp. 80, 152, vol. 2, pp. 569-590), e o arquiteto Francisco Holoubek, um deles em co-autoria com José Rouco Oliva como vimos acima.

Quatro destes trabalhos foi uma co-autoria de três autores, Drs. Bonifacio Bidau, advogado e professor de direito público (vol. 1, pp. 237); Luis Muller e Ignacio Winisky, todos eles delegados da Facultad de Derecho da Universidad Nacional, Buenos Aires (vol. 1, pp. 81-82, vol. 2, pp. 625), elevando a lista total para 13 autores (15,29% do total) apresentando 58 trabalhos (39,19%). Teríamos ainda mais quatro autores (4,71%) apresentando três trabalhos (2,03% dos trabalhos), num total de doze trabalhos, elevando a estatística para 70 trabalhos, 47,30% dos trabalhos, quase metade, sendo o total de autores até aqui dezessete, 20% dos autores, ou seja, um quinto dos autores foi responsável por metade dos trabalhos. Neste grupo se incluem a Sociedad Central de Arquitectos, o engenheiro Daniel Iribarne, vice-presidente do congresso, vice-presidente de sua junta organizadora e delegado do Museo Social Argentino (vol. 1, pp. 7, 14, 79, 81, vol. 2, pp. 91, 213); o Sr. Julio



Rinaldini, delegado da Municipalidad de Buenos Aires e vocal da junta organizadora do congreso (vol. 1, pp. 14, 81, vol. 2, pp. 79, 501) e a Dirección General de Tráfico. Para completar, sete autores iriam apresentar dois trabalhos, totalizando 25 autores (29,41% do total), mais uma vez aumentando o total para quatorze trabalhos e o total geral para 84 trabalhos, 56,76% do total.

Ainda, as informações contidas no volume um das atas do congreso nos permitem estimar a profissão dos participantes assim como as instituições às quais estavam ligados. Neste sentido, pelo menos 24 participantes que apresentaram trabalhos eram engenheiros, pelo menos dezenove arquitetos, quinze foram tratados como Dr., quatorze como Sr., quatro eram engenheiros agrônomos, três professores universitários, dois militares (um tenente coronel), um médico, um ex-consejal (ex-vereador), um escrivão e um advogado, na verdade talvez dois caso naquele época fosse exigido que os escrivães fossem advogados como o é hoje na Argentina. Estavam ainda listadas como apresentadoras de trabalho oito instituições: Amigos del árbol, o Circulo Argentino de Inventores, a Dirección General de Ingenieros do Ministerio de la Guerra, a Dirección General de Tráfico, a Dirección General de Vialidad, Educación Vial Argentina, Obras Sanitarias de la Nación e a Sociedad Central de Arquitectos.

Vale dizer que apesar dos 148 trabalhos apresentados no congreso, nem todos foram publicados nos anais, alguns deles por já terem sido publicados em outros veículos. É o caso do trabalho do engenheiro Devoto Moreno em parceria com o arquiteto Luis Laverdet sobre a vivienda mínima, uma tradução de um artigo estrangeiro acrescido de dados sobre a Argentina, já publicado em uma revista (vol. 1, pp. 276-277) e de um trabalho bastante conhecido do arquiteto Fermín H. Beretervide publicado na Revista de Arquitectura de 1932 sobre a execução da avenida transversal Norte-Sul (vol. 1, pp. 296). Foram publicados apenas 56 trabalhos como artigos no volume dois dos anais; 37,84% do total de trabalhos apresentados (vol. 2, pp. 635-638). Destes, quatro foram sobre o tema I (historia e evolución urbanas, 7,14% dos trabalhos publicados), oito sobre o tema II-A (urbanización de ciudades, 14,29%), sete sobre o tema II-B (comunicaciones, 12,5%), onze sobre o tema II-C (aspecto social y económico, 19,64%), dois sobre o tema II-D (el problema legal, 3,57%), três sobre o tema III-A (organización funcional de la ciudad, 5,36%), quatro sobre o tema III-B (plan regulador, 7,14%), seis sobre o tema III-C (la ciencia y el arte a servicio de la ciudad, 10,71%), dois sobre o tema III-D (las estadísticas, 10,71%) e nove sobre o tema III-E (la enseñanza), 16,07% (vol. 2, pp. 635-638).

É interessante ainda notar a temática dos trabalhos anunciados para serem apresentados. Isto pode ser visto através da observação dos títulos dos trabalhos. A maioria dos trabalhos,



dezessete, foi sobre urbanismo; doze foram sobre planos reguladores (o que eleva o numero de trabalhos sobre urbanismo para 29) e doze foram sobre higiene (com mais seis sobre hospitais ou saúde diretamente isto eleva o total sobre saúde ou higiene para dezoito). Onze trabalhos foram sobre trânsito ou tráfego, dez sobre paisagismo, oito sobre ensino e sete sobre ferrovias (o que juntando com os sobre trânsito ou tráfego eleva para dezoito os trabalhos sobre transportes). Temos ainda seis trabalhos sobre história, seis sobre habitação, cinco sobre funerárias ou aspectos fúnebres como cemitérios, quatro sobre demografia, quatro sobre ruídos, quatro sobre abastecimento ou alimentação, três sobre zoning, três sobre aeroportos ou aviação, três sobre serviços sociais, três sobre legislação e três sobre estética.

A temática dos trabalhos pode ser vista também através de uma contagem de palavras, observando-se quantas vezes uma palavra aparece no título por exemplo, método largamente utilizado em história intelectual, a bibliometria. Por este método, as palavras do radical “urban” aparecem 26 vezes, sendo urbanismo doze (entre elas em Creación de Comisiones asesoras de urbanismo, Creación de un organismo nacional de urbanismo, La enseñanza del urbanismo, Escuelas de urbanismo, Las escuelas y su contribución al urbanismo, Emblema universal del urbanismo, Plan de estudios para una escuela superior de urbanismo, Proyecto de folleto sobre urbanismo para los gobiernos y municipalidades de pueblos y ciudades de la República, Reglamento del Instituto de Urbanismo [Montevideo], e El urbanismo en la escuela); urbano quatro vezes (decálogo urbano, efluente urbano, La fotogrametria como registro histórico-urbano y ayuda al arquitecto); urbanista duas vezes (entre elas La aerofotografia y aerofotogrametria, una valiosa ayuda del urbanista), urbanística duas vezes (Acción cultural urbanística e Orientación urbanística de la enseñanza en las escuelas de arquitectura); urbanización quatro vezes (entre elas urbanización arbitraria, Creación de departamentos locales de urbanización e Directorio de urbanización, proyecto de ordenanza), urbana no singular e no plural duas vezes somando as duas (Valor y condiciones de la estética urbana e estructuras urbanas); urbanos uma vez (Creación del Instituto de altos estudios urbanos) e urbanísticos uma vez (Complementos urbanísticos).

As palavras da “família”, do radical “ciudad” aparecem vinte vezes, ciudad aparecendo treze vezes (entre eles centro de la ciudad, ciudad inhabitable, ciudad industrial tipo e La ciudad de San Juan, cómo es y cómo debe ser) incluindo sete vezes Ciudad de Buenos Aires (entre eles Censo de árboles de la ciudad de Buenos Aires, Museo de la ciudad de Buenos Aires) e ciudades no plural aparece seis vezes (entre elas limpieza de las ciudades, Embellecimiento de la Capital y demás ciudades, Planos reguladores del trazado y embellecimiento de las ciudades y pueblos de provincias e Proyecto de folleto sobre



urbanismo para los gobiernos y municipalidades de pueblos y ciudades de la República, além de Ciudades de Buenos Aires y Avellaneda). Outra palavra importante no congresso foi a do radical “plan”, aparecendo treze vezes se considerada no singular e no plural. No singular a palavra aparece dez vezes, incluindo plan de emergencia, Plan especificador de los ruidos, Plan de estudios para una escuela superior de urbanismo; Plan regulador, o qual aparece sete vezes incluindo plan regulador de una ciudad, Estudio del plan regulador, Plan regulador, Plan regulador por império de la ley e Plan regulador, su significación y alcances. No plural a palavra aparece três vezes, uma como planes (Planes reguladores obligatorios) e duas vezes como planos (planos reguladores en relación con la construcción de obras de saneamiento e Planos reguladores del trazado y embellecimiento de las ciudades y pueblos de provincias). A palavra estudia ou estudio aparece nove vezes, incluindo o plural. Estudio aparece cinco vezes (incluyendo Estudio de mejoramento de espacios libres e Estudio del plan regulador), estudios três (o que comprende os títulos Creación del Instituto de altos estudios urbanos e Plan de estudios para una escuela superior de urbanismo) e estudia uma. Já as palavras creación e creadoras aparecen sete vezes se somadas, sendo creación seis vezes. Isto inclui títulos como Creación de Comisiones asesoras de urbanismo, Creación de departamentos locales de urbanización, Creación de nuevas estructuras urbanas, Creación de un organismo nacional de urbanismo, Creación del Instituto de altos estudios urbanos, Creación del Tribunal de Faltas en matéria de tránsito general e Urgencia de un censo de población, riqueza y actividades creadoras. Outra palavra que apareceu com relativa frecuencia foi a palabra vivienda, a qual constatamos cinco vezes: vivienda colectiva, vivienda económica (duas vezes), vivienda salubre y económica e vivienda obrera.

Dentre os muitos trabalhos interessantes apresentados no congresso, destacam-se pelo aspecto artístico, arquitetônico, urbanístico ou social “Formación del patrimonio de arquitectura y arte de la Republica Argentina” do arquiteto Jorge R. Spika; “Leonardo da Vinci urbanista” de Julio Rinaldini, “ciudad industrial tipo” do engenheiro Angel Guido, “principios generales de zonización” do engenheiro Daniel Iribarne, “Estudio del plan regulador de Buenos Aires y pueblos suburbanos” do arquiteto Francisco Holoubek; “El credito hipotecario en el urbanismo” do arquiteto Rómulo A. Ruiz Moreno, “Vivienda económica” pelos arquitetos Devoto e Laverdet, “Bosques municipales” pelo engenheiro agrônomo Isaac Grumberg, “Higienización de la ciudad” também por Holoubek, “micro-colonización granjera cooperativa” pelo engenheiro agrônomo C. Martin Uzal, “La alimentación del pueblo” pelo Sr. Carlos R. Gallardo e “Creación de un organismo coordinador de servicios sociales” pelo Dr. Lorenzo L. Bernardo. Outros trabalhos de relevância incluem “Prevención de la tuberculosis por la autoterapia ‘Caride’” pelo Dr.



Caride Masini, “Baños públicos” pelo Sr. Carlos R. Gallardo; “Buenos Aires, ciudad inhabitable en el futuro” do engenheiro Carlos Posadas; “Consideraciones sobre higiene urbana” do Dr. Federico Carrera; “Bosques periurbanos” pelo engenheiro agrônomo Benito J. Carrasco, “Defensa de la salud” pelo Sr. Carlos R. Gallardo; “Formación de bosques en la capital” pelo mesmo autor, “Tratamiento y disposición final del efluente urbano de la Capital Federal” pelo engenheiro José M. Ahumada, e “Formación del Gran Parque del Sud de la ciudad de Buenos Aires” pelo Dr. Eduardo Crespo e o Sr. José Rouco Oliva, “Higiene de locales, provisiones sociales, etc.” pelo Sr. R. Encinas Ortiz e “Vivienda econômica” pelo arquiteto Angel Guido.

Houve ainda trabalhos sobre “El problema de la vivienda salubre y económica” pelo Sr. Juan F. Sheahan, “Estudio de mejoramiento de espacios libres en los centros de manzanas” pelo arquiteto Ernesto Giraud, “Desastrosas consecuencias de una mala reglamentación de las construcciones” pelo arquiteto V. J. Jaeschke, “Cremación de cadáveres”, “Hornos crematories”, “Cementerios-parques”, e “Municipalización de los servicios de cementerios” todos eles pelo Sr. Eduardo J. Baca, “Los campos de ejercicios y maniobras militares como reservas de espacios libres” pelo arquiteto Federico Laas, “La tuberculosis y la vivienda obrera” e “El servicio social en las instituciones sanitarias” pelo Dr. Pilades O. Dezeo, “Urbanización y rentas municipales” pelo arquiteto V. J. Jaeschke e “Los cuarteles del ejército como vivienda colectiva y factor sociológico contribuyente al bienestar ciudadano” pela Dirección General de Ingenieros del Ministerio de Guerra. Outros trabalhos incluíram ainda “Represión del contrabando” pelo Dr. Edmundo Chedufau e “Anteproyecto para la construcción de casas colectivas del gobierno de la Provincia de Mendoza” dos arquitetos Manuel e Arturo Civit. Dentre os trabalhos apresentados no tema dois sessão II-D (el problema legal) temos “Los ruidos molestos desde el punto de vista juridico” pelo Dr. Camilo Marchesi, “Limitación del derecho de propiedad en el subsuelo” pelo engenheiro Enrique Dupont, “Previsión contra la especulación” pelo arquiteto V. J. Jaeschke, “Aeronavegación y urbanismo” pelo Dr. Gonzalo Garcia, “Reformas a las leyes de expropiación” pela Sociedad Central de Arquitectos, e “La protección del país contra la aviación enemiga” pelo Tenente Coronel Ernesto Fantini Pertiné.

No tema três sessão III-A (organización funcional de la ciudad) destacam-se “Decálogo urbano” pelo arquiteto E. Hart-Tarré, “Posibilidad de coordinación entre las Obras Sanitarias de la Nación y la Municipalidad para el alejamiento y reducción de los residuos domésticos” pelo engenheiro Francisco Seijo e “Coordinación de servicios públicos y planos reguladores en relación con la construcción de obras de saneamiento” por Obras Sanitarias de la Nación, a agência nacional de saneamento da Argentina. No tema três sessão III-B (plan regulador) parecen ter apresentado maior interesse “Creación de nuevas estructuras urbanas” pelo



arquitecto Víctor J. Jaeschke, “Planes reguladores obligatorios” e “Previsiones para el plan regulador de una ciudad” pelo Sr. Fernando P. Márquez, “Urbanización arbitraria” pelo Sr. Alberto Montes, “Necesidad de un plan de emergencia” pelo engenheiro agrônomo Benito J. Carrasco e “Plan regulador, su significación y alcances” pelo arquiteto Adrián B. Locatti (vol. 1, pp. 124).

Outros trabalhos interessantes ainda nesta sessão incluem “Proyecto de folleto sobre urbanismo para los gobiernos y municipalidades de pueblos y ciudades de la República” pelo arquiteto Ernesto Giraud (vol. 1, pp. 125), “Estudio del plan regulador” pelo arquiteto Francisco Holoubek, “Creación de departamentos locales de urbanización” pelo mesmo Holoubek e pelo Sr. José Rouco Oliva, “Planos reguladores del trazado y embellecimiento de las ciudades y pueblos de provincias” pelo Dr. Enrique Feinmann e pelo Sr. Fabián Onsari, “Creación de un organismo nacional de urbanismo” pelo engenheiro César Sufritti, “Creacion de Comisiones asesoras de urbanismo” pelo engenheiro Hermán Rosenthal, “Plan regulador” pela Sociedad Central de Arquitectos, “Plan regulador por imperio de la ley” pelo arquiteto Víctor J. Jaeschke, “La ciudad de San Juan, cómo es y cómo debe ser” pelo Dr. Ventura Lloveras, “Juntas Cooperadoras provinciales” pelo arquiteto Juan José de Elizalde e outra vez um trabalho com o mesmo título de outro, “Plan Regulador” pelos doutores Bonifacio Bidau, Luis Muller e Ignacio Winisky (vol. 1, pp. 125).

A sessão III-C do tema três (la ciencia y el arte al servicio de la ciudad), teve como apresentações interessantes “Emblema universal del urbanismo” pelo Sr. José Rouco Oliva, “Valor y condiciones de la estética urbana” pelo Sr. Julio Rinaldini, “Falso concepto del espacio verde” pelo engenheiro José Raúl Neira, “La edificación moderna y la seguridad de las personas” pelo Sr. Carlos del Campo (jefe del Cuerpo de Bomberos de Buenos Aires), “Asistencia hospitalaria” pelo Sr. Fernando P. Márquez, “Fomento de la inventiva Argentina” pelo Círculo Argentino de Inventores, “Embellecimiento de la Capital y demás ciudades” pelo Sr. Carlos R. Gallardo, “Conservación de los viejos árboles” pelos Amigos del Arbol, “Las escuelas y su contribución al urbanismo” pelo engenheiro agrônomo C. Martin Uzal e “Los árboles frutales como elemento decorativo en los paseos públicos” pelo Sr. Carlos R. Gallardo. Ainda nesta sessão consideram-se de interesse os artigos sobre “Elementos artísticos en la decoración de las plazas y paseos públicos” do engenheiro Adrián Ruiz Moreno (vol. 1, pp. 125), “Parque cultural olímpico” do engenheiro Enrique Chanourdié e “Consultorio municipal de construcciones para propietarios y arquitectos” do arquiteto Victor J. Jaeschke. Já na sessão III-D do tema três (las estadísticas) merecem destaque os seguintes artigos: “Urgencia de un censo de población, riqueza y actividades creadoras” do Sr. José Rouco Oliva, “Censo de árboles de la ciudad de Buenos Aires” dos Amigos del Arbol, “El crecimiento de la población de la Capital Federal” pelo engenheiro Ludovico



Ivanisevich e “Censos” pelos doutores Bonifacio Bidan, Luis Muller e Ignacio Winisky (vol. 1, pp. 126). Na sessão III-E do tema três (la enseñanza), destacam-se os trabalhos “Escuelas de urbanismo” dos doutores Bonifacio Bidau, Ignacio Winisky e Luis Muller, “Creación del instituto de altos estudios urbanos” do engenheiro agrônomo Benito J. Carrasco, “Museo de la ciudad de Buenos Aires” e “Acción cultural urbanística” do Sr. Fernando P. Márquez, “La enseñanza del urbanismo” do Sr. José Rouco Oliva, “El urbanismo en la escuela” do arquiteto Raúl J. Alvarez, “Orientación urbanística de la enseñanza en las escuelas de arquitectura” da Sociedad Central de Arquitectos, “Reglamento del Instituto de Urbanismo (Montevideo)” de Mauricio Cravotto e “Plan de estudios para una escuela superior de urbanismo” do engenheiro Nicolás Besio Moreno (vol. 1, pp. 126).

Considerações finais à luz do conteúdo dos trabalhos e dos debates nas comissões de estudo

Uma primeira leitura do conteúdo dos trabalhos apresentados e dos debates nas comissões de estudo revelam a existência de pelo menos cinco temas: a expansão do aparelho de estado para dar conta das demandas urbanas, o discurso higienista, o positivismo e o discurso nacionalista, além das questões sociais. Podemos considerar como exemplo do discurso higienista a seguinte passagem: “las plazas y paseos públicos de la ciudad de Buenos Aires siempre han tenido un carácter funcional, que es el del ornate, de la hygiene y de solaz para la población” (vol. 1, pp. 213-214) assim como a preocupação com coisas “que se refieren a orientación, salubridad, iluminación natural, etc., de una ciudad” (vol. 1, pp. 220). Houve também toda uma discussão sobre a questão do financiamento do urbanismo como impostos e taxas no congresso (pp. 232).

“‘Usted hace urbanismo sin saberlo; haga urbanismo sabiendo que lo hace’. Pero esta incitación circunstancial no debe ser tomada como expresión de un anhelo invariable y perenne; ha de cesar cuando se haya formado una verdadera cultura urbanística. Como lograrlo? Por la enseñanza metódica y constante de los principios en que esa ciencia se disciplina” (vol. 1, pp. 228-229).

“La organización funcional de las ciudades, antes que apareciera esta nueva Ciencia y Arte del Urbanismo – ciencia y arte que, a pesar de ser antigua, en la época moderna adquiere una transcendencia nueva y singular-, fue casi exclusivamente espontánea” (vol. 1, pp. 261).



Há ainda o discurso positivista, clamando ser o urbanismo uma ciência: “El urbanismo és una ciencia de aplicación y investigación” (pp. 128). Isto é visto por exemplo nas discussões sobre patrimônio histórico, onde se debate “la ley que defendiera los edificios de carácter histórico y artístico que tuvieran alguna importancia para la historia del país” (pp. 144). “Convinimos con el Ingeniero della Paolera, Director del Plan de Urbanización de Buenos Aires, que el Urbanismo, por ser una ciencia y una actividad de sentido y aplicación universals, debia tener un emblem” (pp. 150). O positivismo aparece ainda na sessão II-B sobre planos reguladores onde a comissão sobre o tema recomienda “a los gobiernos nacional y provincials que organicen un departamento local de urbanismo compuesto por profesionales y personas dedicadas al estudio de esta ciencia, detallando a continuación su mission” (pp. 189).

Temos como exemplo do discurso nacionalista uma das conclusões da comissão do tema III-C (la ciencia y el arte al servicio de la ciudad), onde, julgando-se o trabalho de Carlos R. Gallardo sobre elementos artísticos en la decoración de parques y jardines se recomienda “la utilización de copias o reproducciones ejecutadas por especialistas nacionales” (pp. 203). Há também a resolução da comissão que discutiu um trabalho sobre a colonização agrarian como fator de urbanismo onde se decide “promover el funcionamiento de colonias de nacionalización fronteriza, racionalización, descongestión burocrática y demás fines sociales y sanitarios” (pp. 165). O nacionalismo pode também ser visto no que talvez possamos chamar de sua versão linguistic: “Se habla en esa ponencia de ‘zoning’. Tenemos en castellano el termino equivalente ‘zonización’, que, a mi juicio, es preferable a un término de otro idioma” (vol. 1, pp. 264). Há ainda uma apresentação que solicita a tradução para o castellano do “Glosario de términos aprobado por la Federación Internacional de Urbanismo” (vol. 1, pp. 264) onde sugere-se que se passe o Glosario à Academia de Letras para que ela se posicione sobre qual termo utilizar (vol. 1, pp. 264).³

É interessante também observar toda uma série de discursos sobre o urbanismo enquanto um novo campo de conhecimento: “No debemos abusar de la palabra ‘urbanismo’, expresión que se refiere a una disciplina muy rigurosa, perfectamente delimitada y de un carácter esencialmente orgánico” (pp. 144). “El urbanismo es el studio sistemático de una série de fenómenos que nos dan la medida de un determinado orden de cosas, sobre el cual obramos de una manera sistemática y organica” (pp. 145). Há também um discurso social, quando na comissão que discutiu um projeto de habitação social para a cidade de Mendoza, se constatou que em Buenos Aires “hay más de 200.000 personas que viven hacinadas en conventillos” e se recomienda que “los gobiernos se preocupen de solucionar el problema de

³ Ver também tais sugestões no vol. 1, pp. 280-281.



la vivienda minima para la gente pobre, para los que cuentan con pocas entradas” (pp. 178). Em outra passagem se pode observar: “en la Capital tenemos todavia três mil conventillos en los que viven hacinadas y antihigiênicamente 200 mil personas” (vol. 1, pp. 279). Prova deste comprometimento social são o fato da sessão do congresso sobre aspecto social e econômico (tema II-C) ter tido 43 trabalhos apresentados, a maior quantidade de trabalhos, assim como onze deles terem sido publicados nos anais, também a maior quantidade de trabalhos publicados por sessão (vol. 1, pp. 122-123, vol. 2, pp. 636). Uma das resoluções aprovadas numa das comissões estabelece inclusive que “Este congreso recomienda al Comité Permanente la gestión ante los poderes públicos para que se amplie de recursos y modernice la ley 9677 (casas baratas), de acuerdo a los principios modernos del urbanismo, dotándola de facultades y fondos propios al efecto, y que su acción se extienda en todo el país” (vol. 1, pp. 280).

Esta preocupação social pode ser vista ainda na relação entre o congresso e o Rotary Club, um clube de serviços cujos membros estavam preocupados com reforma social, tanto na Argentina como no Brasil. Um dos trabalhos da sessão III-E também revela esta preocupação quando diz que “Estos establecimientos (Institutos de Dibujo y Artes Aplicadas a la Industria) impartirian enseñanza gratuita a los hijos de la clase obrera” (vol. 1, pp. 216). Tal tema é também abordado na relativamente grande quantidade de trabalhos sobre “vivienda”: “vivienda colectiva”, “vivienda económica”, “vivienda salubre y económica” e “vivienda obrera”. O estudo do primeiro congresso argentino de urbanismo (assim como de outros congressos correlatos naquele país e em outros), é fundamental para a compreensão do surgimento da discussão sobre o urbanismo em Buenos Aires e em outras cidades argentinas, sendo um testemunho vivo das contradições de seu tempo assim como uma excelente fonte de dados sobre as condições urbanas naquele país bem como seus problemas e possíveis soluções na primeira metade do século XX.



Referências

CANAL FEIJÓ. **Teoría de la ciudad Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1951.

CONGRESO ARGENTINO DE URBANISMO. **Primer Congreso Argentino de Urbanismo, realizado en Buenos Aires, los días 11 a 19 octubre de 1935**. Buenos Aires: Mercatali, 1936-1937 (1935), 3 vols.

GINZBURG, C. **Myths, Emblems, Ryths, Clues**. London: Hutchison Radius, 1990.

GUIDO, A. Influencia de los ferrocarriles en la evolución morfológica de la planta urbana de Rosario. In: CONGRESO ARGENTINO DE URBANISMO. **Primer Congreso Argentino de Urbanismo, realizado en Buenos Aires, los días 11 a 19 octubre de 1935**. Buenos Aires: Mercatali, 1936-1937 (1935a), 3 vols., vol. 2, pp. 84-87.

GUIDO, A. Ciudad industrial tipo. In: CONGRESO ARGENTINO DE URBANISMO. **Primer Congreso Argentino de Urbanismo, realizado en Buenos Aires, los días 11 a 19 octubre de 1935**. Buenos Aires: Mercatali, 1936-1937 (1935b), 3 vols., vol. 2, pp. 118-129.

HARDOY, J. E. Theory and Practice of Urban Planning in Europe (1850-1930): Its Transfer to Latin America. In: HARDOY, J. E. & MORSE, R. (Eds.). **Rethinking the Latin American City**, London & Baltimore: JHUP, 1992, pp. 20-49.

HARDOY, J. F. et al "Evolución de Buenos Aires en el tiempo y en el espacio". **Revista de Arquitectura**. Buenos Aires, Vol. 40, Ns. 375 & 376-377, 1955, pp. 25-84 & 25-125.

NOVICK, A. "Tecnicos locales y extranjeros en la genesis del urbanismo porteño, Buenos Aires, 1880-1940". **Area**. Buenos Aires: Revista de Investigaciones, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, FADU-UBA- Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne, Vol. 1, pp. 29-51, diciembre de 1992.

OBRAS SANITÁRIAS DE LA NACIÓN. **Primer Congreso Argentino de Urbanismo realizado en Buenos Aires los días 11 al 19 de octubre de 1935**: Contribución de Obras Sanitarias de la Nación. Buenos Aires: Imprenta Mercatali, 1937 (1935).

PALMER, B. D. **Descent into Discourse**: The Reification of Language and the Writing of Social History. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

ROMERO, J. L. **Latinoamérica**: Las ciudades y las ideas. Buenos Aires, 1976.



SARGENT, C. S. **The Spatial Evolution of Greater Buenos Aires, Argentina, 1870-1930.** Tempe: Arizona State University Press, 1974.

SCOBIE, J. R. **Argentina: A City and a Nation,** New York: Oxford University Press, 1964.

SCOBIE, J. R. **Buenos Aires: From Plaza to Suburb (1870-1910).** New York: Oxford University Press, 1974.

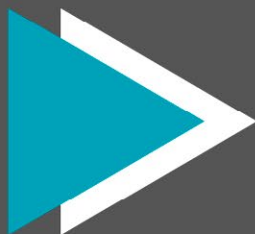
SUÁREZ, O. **Planes y códigos para Buenos Aires, 1925-1985.** Buenos Aires: Ediciones Previas, FADU-UBA, 1985.

WALTER, R. J. **Politics and Urban Growth in Buenos Aires (1910-1942).** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE NO PLANEJAMENTO URBANO: UM ESTUDO SOBRE AS INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS DO PLANO DIRETOR DO RECIFE 2018

**SOCIAL PARTICIPATION AND CONTROL IN URBAN PLANNING: A STUDY ON
THE PARTICIPATORY INSTANCES OF THE 2018 RECIFE MASTER PLAN**

SANTANA, Letícia Rocha de Santana

Mestre. Universidade Federal de Pernambuco.

santana.lrocha@gmail.com

PONTUAL, Virgínia Pitta

Doutora. Universidade Federal de Pernambuco

virginiapontual@gmail.com



Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar as instâncias participativas formadas por motivo do processo de elaboração do Plano Diretor da cidade do Recife no ano de 2018 com vistas a evidenciar as relações de poder e controle social advindas da estruturação societária do país. Esse processo foi permeado por grande mobilização social em torno das atividades participativas, reivindicando a efetividade da participação nos processos de tomada de decisão e transparência por parte da prefeitura. Buscou-se então, por meio de pesquisa bibliográfica, embasamento teórico para entender os conflitos existentes nessas instâncias, a partir da compreensão de conceitos como participação e classes sociais. Posteriormente, foi produzida uma pesquisa documental com base nas atas de reuniões ordinárias e extraordinárias das instâncias participativas institucionais identificadas, de modo a entender a dinâmica de funcionamento desses espaços. Por fim, foram executadas entrevistas semiestruturadas com alguns atores chave, com vistas a compreender sua participação nesses ambientes, bem como suas impressões. Desse modo, apontou-se que apesar das normativas formais estabelecidas para a participação do processo serem cumpridas, os espaços efetivos de tomada de decisão foram estritamente controlados por parte da prefeitura do Recife, sendo os espaços institucionais participativos uma espécie de teatro formalista na busca por legitimar decisões pré-estabelecidas.

Palavras-chave: Participação social. Classes sociais. Plano Diretor.

Abstract

The article aims to present the participatory instances formed by reason of the process of elaboration of the Master Plan of the city of Recife in the year 2018 in order to highlight the relations of power and social control arising from the corporate structuring of the country. This process was permeated by great social mobilization around participatory activities, demanding the effectiveness of participation in decision-making processes and transparency on the part of the city hall. It was then sought, through bibliographic research, a theoretical basis to understand the conflicts existing in these instances, from the understanding of concepts such as participation and social classes. Subsequently, a documental research was produced based on the minutes of ordinary and extraordinary meetings of the identified institutional participatory instances, in order to understand the dynamics of the functioning of these spaces. Finally, semi-structured interviews were carried out with some key actors, in order to understand their participation in these environments, as well as their impressions. In this way, it was pointed out that despite the formal regulations established for the participation of the process to be complied with, the effective spaces of decision-making were strictly controlled by the city hall of Recife, with the participatory institutional spaces being a kind of formalist theater in the search for legitimize pre-established decisions.

Keywords: Social participation. Social classes. Master plan.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE NO PLANEJAMENTO URBANO: UM ESTUDO SOBRE AS INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS DO PLANO DIRETOR DO RECIFE 2018

Para Avritzer e Santos (2003), a questão da participação social põe em pauta a problemática da necessidade de uma nova forma de relação entre Estado e sociedade. Nestes mais de 30 anos da Constituição Federal de 1988, vivenciamos pouco avanço em relação à participação nos espaços políticos de tomada de decisão.

De acordo com Azevêdo (2019), a participação é um conceito amplo, complexo e polissêmico, que tem sido usado por diferentes grupos e com significados diversos. A pesquisadora (2019, p. 41), entende a participação social como a intervenção da sociedade civil em um processo decisório no âmbito político. Na presente pesquisa, considera-se que participar significa influir diretamente nas decisões e controlar as mesmas (AVRITZER E SANTOS, 2003, p. 58.). Nesse sentido, a participação social envolve a inserção direta de indivíduos e/ou organizações sociais nos processos de tomadas de decisão política (BOBBIO, 1986, p. 888).

Diferentemente dessas definições de participação, a prática desse conceito dentro do contexto político brasileiro vem sendo realizada como forma de manutenção do status quo, a partir de ações manipuladas, promovendo a continuidade dos interesses hegemônicos no poder, como elucidado por Avritzer e Santos (2003):

[...] a participação pode ser transformada em um processo de controle social organizado de cima para baixo (top-down), no qual interesses e atores hegemônicos encontram uma nova forma de prevalecer sobre atores e interesses subordinados, com menos capital político ou de organização. (AVRITZER E SANTOS, 2003, p. 60).

Essa reflexão de Santos e Avritzer é a máxima que dá o tom do presente trabalho: a dominação dos interesses hegemônicos advindos de integrantes das classes sociais dominantes de forma a subordinar as classes mais vulneráveis que possuem menos capital a continuarem sendo espoliadas em detrimento da manutenção de privilégios. Nesse sentido, algumas considerações acerca da participação se fazem relevantes de serem somadas ao debate.

De acordo com apontamentos feitos por Arnstein (1969), diversas ações desenvolvidas por instituições governamentais se utilizam do título de “participativos”, mas de fato não possuem o intuito de realmente escutar os atores envolvidos e atender suas reivindicações.



Informar cidadãos de seus direitos, responsabilidades e opções pode ser o mais importante primeiro passo rumo à legítima participação do cidadão. Porém, muito frequentemente a ênfase está na mão única da informação - dos técnicos para o cidadão, sem que haja um canal de comunicação que permita o retorno, e menos ainda que haja poder de negociação [...] os instrumentos mais utilizados para consultar a população são pesquisas de opinião, assembleias de bairro e audiências públicas. Quando os tomadores de decisão restringem as contribuições dos cidadãos apenas a este nível, participação permanece apenas um ritual de fachada (ARNSTEIN, 1969, p. 219).

Nesse sentido, é importante entender os rebatimentos dessas estruturas sociais e relações de poder e dominação sobre a produção do espaço, uma vez que esta se fundamenta nas relações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, culturais e expressa o modo de produzir e de pensar das diferentes sociedades.

Ao propor escalas de participação popular relacionada às políticas públicas, Souza (2010) elencou oito formas de participação e, dentre elas, a cooptação aparece como uma forma de participação muito mais ligada às relações de poder estabelecidas socialmente. Para ele, a cooptação seria uma forma de integração de indivíduos ou dos segmentos mais ativos a cargos (espaços) na administração governamental. Em trabalho que tinha como objetivo analisar o PREZEIS no Recife, Moraes (2019), trouxe ao debate diversos desafios e questões que comprometiam o fortalecimento do PREZEIS na cidade. Dentre eles, o autor considera os processos de cooptação política como causa da fragilidade dos líderes e das bases enfraquecidas.

De acordo com Lefebvre (2006), o espaço é um produto social que assumiu uma espécie de realidade própria no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital. O autor afirma que a produção do espaço está relacionada à hegemonia de uma classe, debatendo sobre o poder das relações sociais na dimensão econômica. Essas relações que se estabelecem impõem uma hegemonia sobre a sociedade inteira, sobre a cultura e sobre os saberes. Dessa forma, o espaço é produzido, desencadeando os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade, uma sociedade estruturada e hierarquizada em classes.

É nesse contexto que se insere o objeto empírico deste trabalho. Em virtude do processo de elaboração do Plano Diretor do Recife 2018, foi montada uma estrutura institucional composta por diferentes atores sociais visando seguir normativas estabelecidas nacionalmente, a nível estadual e localmente. Com isso, ao longo do processo, foram evidenciados diversos conflitos que possibilitaram explicitar, na prática, as questões conceituais abordadas acima.

Antes de adentrar às questões específicas do caso em estudo, entende-se a importância de compreender um breve histórico dessas normativas estabelecidas por políticas urbanas advindas de diversas escalas.



Segundo Rolnik (2012), nos anos 1980, quando uma primeira geração de governos democráticos e populares foi eleita nas cidades brasileiras, foi possível realizar experimentações sociopolíticas concretas na direção de romper com o padrão excludente de planejamento das cidades que estava estabelecido por meio da criação de espaços de participação social como o orçamento participativo, conselhos e conferências, entre outros. Seguindo esse movimento, em 2001 foi criado o Estatuto da Cidade, o qual regulamentou o capítulo sobre a política urbana da Constituição Federal, trazendo uma série de artigos e previsões em que a participação popular é mencionada de forma direta.

No entanto, apesar de reconhecer que o Estatuto da Cidade representou um avanço ao se configurar como um marco jurídico formal, vale considerar suas fragilidades, principalmente no que concerne às questões relativas à participação social. De acordo com Marcelo Lopes de Souza (2006), por vezes, a forma como o Estatuto se refere à participação é indefinida ou vaga, possibilitando uma interpretação que possa privilegiar a realização de um processo consultivo ou deliberativo, a depender da prefeitura. Assim, entende-se que a implementação do Plano Diretor não é padronizada nas cidades do país, ficando a cargo das administrações municipais, da força da sociedade civil, de igual maneira dos interesses do mercado imobiliário.

Para dar suporte institucional à implantação do Estatuto da Cidade foi criado, em 2003, o Ministério das Cidades com a competência de promover políticas públicas voltadas ao planejamento urbano de forma integrada às questões sociais, assim como orientar os diversos municípios do país. Veio como uma resposta ao vazio institucional e à ausência de uma política nacional de desenvolvimento urbano consistente e capaz de apontar para um novo projeto de cidades mais justas e democráticas (MARICATO, 2006).

Como forma de possibilitar a construção de uma política nacional de desenvolvimento urbano, o Ministério das Cidades promoveu as Conferências das Cidades, que se constituíam em mecanismos de pactuação, entre o Estado e a sociedade civil organizada para elaboração compartilhada e avaliação das políticas públicas urbanas. Nessas Conferências eram construídas coletivamente as demandas prioritárias a serem incorporadas pelos poderes públicos das três esferas.

A fim de compreender como se deu a discussão acerca do Plano Diretor do Recife nas instâncias participativas entre a elaboração do Plano de 2008 e o de 2018, foi realizada a leitura dos relatórios das Conferências da Cidade que aconteceram dentro desse limite temporal. Essas Conferências aconteciam em auditórios de prédios públicos da cidade, reunindo representantes de diversos segmentos sociais para discutir questões relativas à cidade do Recife.



A partir dessas análises, foi possível perceber que, em relação ao instrumento do Plano Diretor, o debate era bastante vago, de forma a não especificar muitas questões relativas às metas e encaminhamentos para ações futuras. Entretanto, essa análise permitiu inferir que inicialmente a preocupação se dava acerca do Plano Diretor 2008, a implementação de seus instrumentos e a divulgação das temáticas tratadas com vistas a garantir uma maior compreensão da sociedade recifense passado o processo de elaboração.

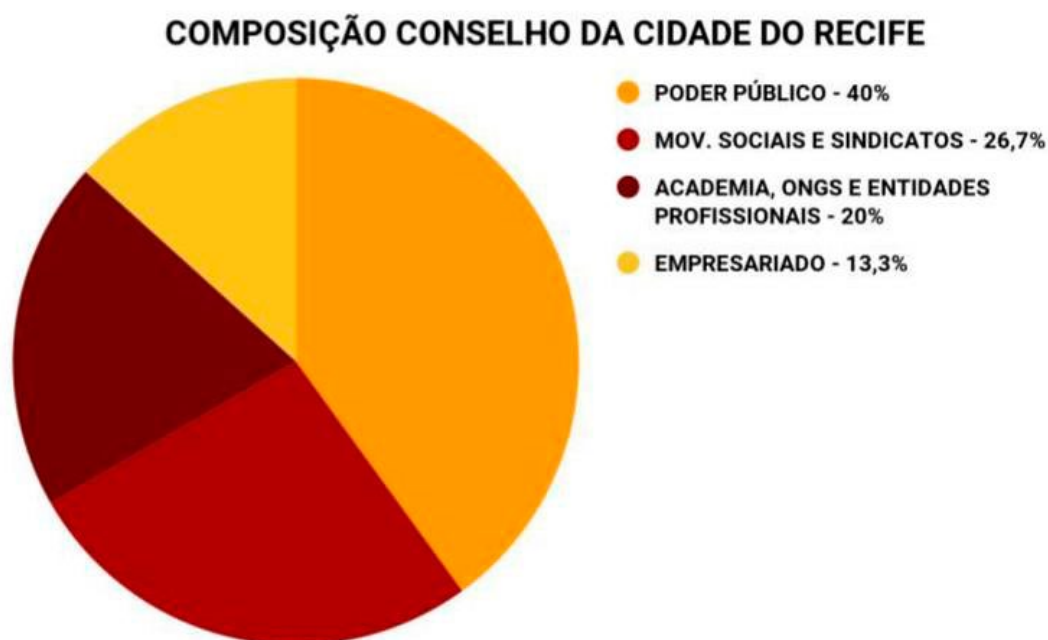
Com o passar dos anos, a atenção ficou voltada a pensar nos passos seguintes da gestão e planejamento da cidade, apontando para a revisão do Plano Diretor e legislações específicas, bem como para a importância da gestão democrática no que diz respeito à proposição, monitoramento e deliberação sobre a política pública.

Como forma de gerir essas conferências e garantir o acompanhamento das políticas públicas propostas, foram criados os Conselhos das Cidades de modo a implementar a nível local o que era acordado e determinado a nível nacional.

Em 2014 foi criado o Conselho da Cidade do Recife (Concidade), por meio da Lei nº 18.013/2014. Esse conselho é composto por Presidente (o prefeito da Cidade do Recife), Plenário, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, e Secretaria Executiva. O Plenário, o órgão superior de decisão do Concidade, é composto por 45 membros titulares e seus suplentes, sendo: 18 membros representando o Poder Público Municipal (16 indicados pelo prefeito e 2 vereadores indicados pela Câmara de Vereadores); 12 membros representando entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental, e demais articulações da sociedade civil; 6 membros representando o empresariado ligado ao desenvolvimento urbano; 9 membros representando entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais com atuação na temática urbana ou ambiental e ONGs voltadas para a temática urbana ou ambiental.



Figura 1. Composição do Conselho da Cidade do Recife. Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base na Lei nº 18.013/2014.



Foi dentro desse espaço político que se deram as primeiras discussões sobre o Plano Diretor 2018 e, em 2017, iniciou-se um forte debate dentro do Concidade, que foi levado à público ao longo do ano por meio de iniciativas da sociedade civil organizada.

Dentro desse contexto, viu-se a necessidade de analisar as atas das reuniões do Conselho da Cidade do Recife (Concidade) com vistas a entender como foi iniciado o debate sobre o Plano Diretor do Recife 2018 dentro dessa instância participativa que possui seus Conselheiros escolhidos no âmbito das Conferências mencionadas acima. Desse modo, foram analisadas as atas de reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias do Concidade que se referiam à elaboração do Plano Diretor do Recife 2018.

Dessas atas analisadas, a primeira que menciona a elaboração do Plano Diretor do Recife 2018, é a ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife, realizada no dia 08 de fevereiro de 2017, pouco mais de um ano antes do lançamento oficial do processo de elaboração do Plano.



Como forma de elucidar um pouco da dinâmica das reuniões do Concidade, foi retirado um trecho da ata da 12ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife, no dia 11 de outubro de 2018, na qual foi realizada ampla discussão sobre a data de acontecimento de uma das audiências públicas, que no cronograma inicial seria logo após o dia do segundo turno das eleições.

Enquanto representantes de movimentos sociais, ongs, universidade, e até mesmo alguns integrantes do poder público afirmavam que deveria ser adiada a audiência marcada para o dia seguinte do segundo turno, Antônio Alexandre (Secretário de Planejamento da cidade do Recife), quem guiava a reunião, afirmava que era necessário cumprir com o cronograma estabelecido, mesmo tendo sido deliberado em reuniões anteriores que o cronograma poderia sofrer alguns ajustes caso necessário durante o processo. Desse modo, o trecho abaixo da ata em questão elucidada como era a dinâmica dessas reuniões e a postura dos participantes, bem como as condições de participação e deliberação:

Antônio Alexandre (Poder Público) colocou que no momento existem três propostas: 1) A manutenção do calendário, 2) adiamento de uma semana, 3) adiamento das duas primeiras oficinas do dia 29.10.18. [...] Colocada em votação, o resultado foi o seguinte: onze para a proposta de número um, oito para a segunda proposta, sete para a terceira proposta e uma abstenção. Danielle Rocha (UFPE) colocou que o resultado da votação gerou um desconforto, pois a plenária se mostrou dividida, uma vez que apenas 11 pessoas votaram pelo não adiamento, enquanto 15 votaram pelo adiamento (7 pelo adiamento por um dia e 8 pelo adiamento em uma semana). A condução do processo de votação, dividindo em três propostas, terminou por não retratar no resultado, o desejo da maioria pelo adiamento. Antônio Alexandre (Poder Público) colocou que a votação foi feita e deve ser respeitada. Repassou para o tema seguinte [...] Socorro Leite (HABITAT) informou que alguns segmentos irão se retirar da plenária por considerar a postura do secretário Antônio Alexandre (Poder Público) autoritária. Ressaltou que houve falta de sensibilidade da mesa na condução do processo de votação e que as entidades não estavam ali para apenas legitimar o processo [...]. Posteriormente, representantes do PREZEIS, da HABITAT, da UFPE, da AMECICLO, do MLPC/PE, do CENDHEC, da União de Moradores da Vila Chico Mendes e ABES se retiraram do local. Antônio Alexandre (Poder Público) colocou que o processo foi posto em votação e foi conduzido de forma democrática. Entendeu que a postura dos representantes do movimento é que foi autoritária por não reconhecer a votação. (ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE).

Nesse contexto, ao analisar todas as atas, foi possível inferir que a dinâmica desses espaços era bastante dominada pela Prefeitura do Recife (ICPS e Seplan), que era responsável por coordenar as reuniões. Quem coordenava a reunião ficava com o poder nas mãos, decidia quanto tempo seria dedicado para explanações, para debate, e quais assuntos entrariam para deliberação dos demais participantes. Além disso, como comentado anteriormente, a composição desses espaços dava privilégio à Prefeitura nos momentos de deliberação, uma



vez que sempre contavam com a maioria dos votantes como seus aliados, não deixando espaço para dissonâncias.

Além de ser responsável pela criação do Concidade como mencionado anteriormente, o Ofício nº 708 /2013-GP estabeleceu os parâmetros para a criação e funcionamento dos Grupos de Trabalho (GT) que, segundo este documento “terão caráter transitório e serão criados com a finalidade de avaliar, discutir e propor ao Plenário e à Presidência temas e assuntos de caráter emergencial, assim definidos em Plenário, que venham a ocorrer no âmbito do desenvolvimento urbano do Município”.

Sobre esses GTs, esse Ofício deixa evidente ser um braço do Conselho, uma vez que determina que “o Conselho definirá, no ato de implantação do Grupo de Trabalho, o âmbito de sua atuação e os prazos para a apresentação de relatórios ao Plenário”. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho não teria de todo independência do Conselho, devendo prestar informações referentes ao funcionamento de suas atividades.

É nesse contexto que se inicia o debate público e institucional oficial acerca da elaboração do Plano Diretor do Recife 2018, conduzido pelo Conselho da Cidade do Recife (Concidade). Os Conselheiros escolhidos para o triênio 2017-2019, a partir da Conferência das Cidades, foram os responsáveis por coordenar as atividades do Conselho referentes à elaboração do Plano, uma vez que a Lei nº 18.013/2014, que institui o Concidade, afirma como uma de suas finalidades garantir a efetividade do Plano Diretor.

Desse modo, como forma de gerenciar o processo de elaboração do Plano, o Concidade formulou a Resolução Nº 001, de 04 de maio de 2018, assinada pelo Secretário de Planejamento Urbano da Prefeitura e publicada no Diário Oficial do Recife, a qual institui o “Grupo de Trabalho do Plano de Ordenamento Territorial (GT POT), nos termos dos artigos 11 a 13 da Lei Municipal nº 18.013/2014 e dos artigos 19 e 20 do Regimento Interno deste Conselho.

De acordo com o site do Plano Diretor do Recife 2018, o GTPOT teve como finalidade acompanhar, monitorar e avaliar o processo participativo do Plano de Ordenamento Territorial – POT, sob a responsabilidade técnica de duas unidades da Prefeitura do Recife: a Secretaria de Planejamento Urbano (SePlan), e o Instituto da Cidade Pelópidas Silveira (ICPS). Assim, esse grupo foi responsável pela mobilização das discussões e andamento dos trabalhos relativos ao Plano de Ordenamento Territorial, do qual o Plano Diretor do Recife faz parte.

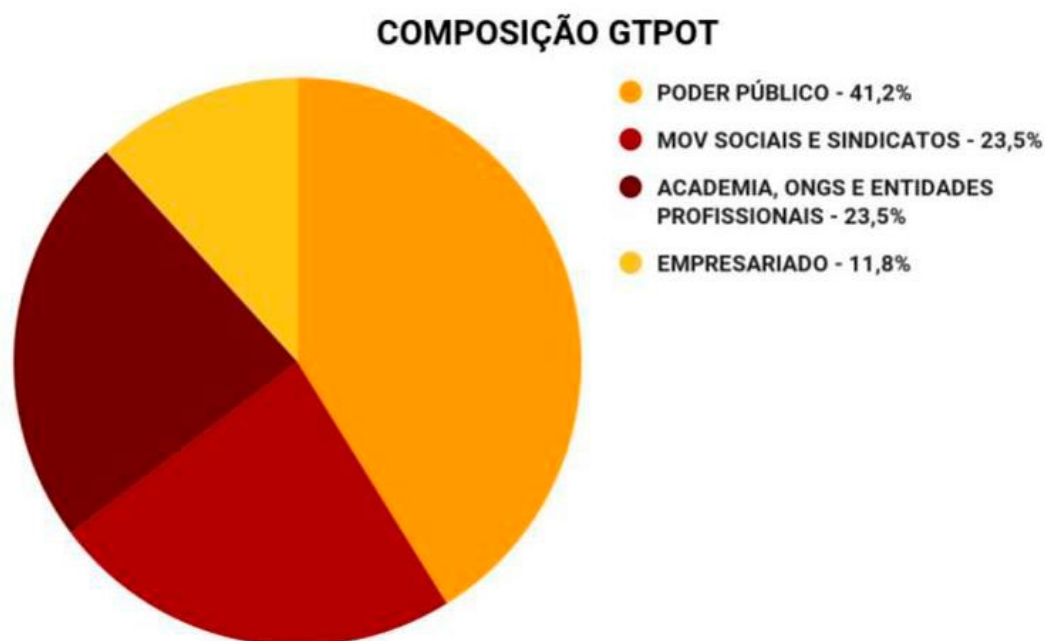
De acordo com seu regimento, o GTPOT seria composto de 16 membros titulares, com respectivo número de suplentes, a serem escolhidos entre os conselheiros titulares e suplentes do Conselho da Cidade do Recife, “com vistas a garantir a efetiva participação de



todos os segmentos, órgãos e entidades, públicos e privados”. Desse modo, este Grupo de Trabalho seria composto por: 1) 06 membros representantes da Administração Pública Municipal, a serem designados pelo Chefe do Executivo Municipal; 2) 04 membros que representem as entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, bem como aos movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental e a articulações da sociedade civil; 3) 04 membros representando as entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa e os conselhos profissionais com atuação na temática urbana ou ambiental e ainda as organizações não governamentais voltadas à temática urbana ou ambiental; 4) 02 representantes do empresariado ligado ao desenvolvimento urbano.

Entretanto, ao analisar a listagem de participantes do GTPOT, presente na ata da primeira reunião do GT, percebeu-se que o Grupo na realidade era composto por 17 membros titulares, sendo esse titular a mais, integrante do segmento Poder Público. Dentre os 17 membros, estão 7 membros representantes da Administração Pública Municipal, a serem designados pelo Chefe do Executivo Municipal; 4 membros que representem as entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, bem como aos movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental e a articulações da sociedade civil; 4 membros representando as entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa e os conselhos profissionais com atuação na temática urbana ou ambiental e ainda as organizações não governamentais (ONG) voltadas à temática urbana ou ambiental; e 2 representantes do empresariado ligado ao desenvolvimento urbano.

Figura 2. Composição do GTPOT. Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base na Resolução Concidade nº 001. 2021.



Por ser o grupo responsável por discutir as atividades de todo o processo de elaboração do PD, composto por representantes de diversos segmentos, o GTPOT realizava reuniões periódicas, de acordo com as demandas. Esses encontros ocorriam na sala de reunião da Secretaria de Planejamento Urbano, no edifício sede da Prefeitura do Recife. Apesar de serem abertas ao público, essas reuniões eram direcionadas e divulgadas em site próprio e para os integrantes do grupo via Whatsapp. Outras pessoas poderiam participar como ouvintes, mas apenas os integrantes titulares ou suplentes teriam direito à voz e voto. Essas reuniões ocorreram ao longo de todo o processo da elaboração do Plano Diretor.

O GTPOT possuía caráter deliberativo. Entretanto, assim como no Concidade, a maioria dos votos são destinados ao Poder Público, como foi possível ver nos esquemas de composição do Grupo de Trabalho.

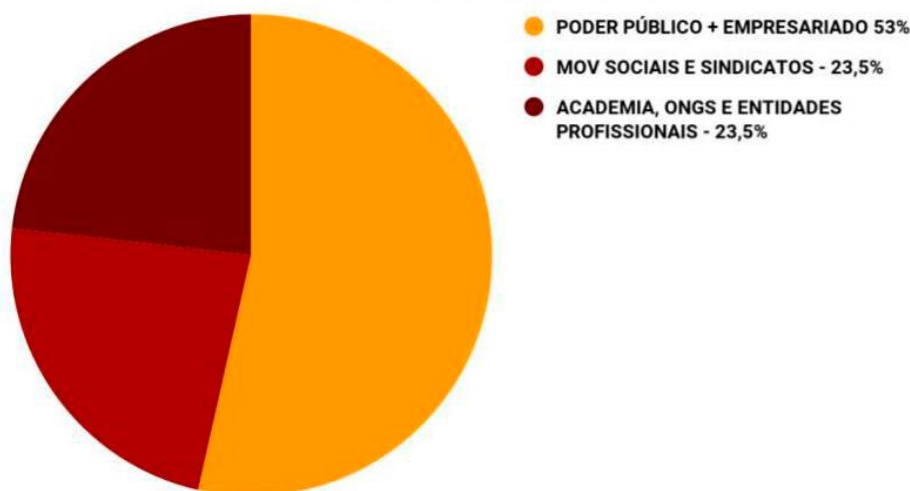
Essa composição permite que, como em muitos casos que foram efetivados na cidade, o poder público se alie com o setor imobiliário, constituindo uma maioria majoritária que tem o poder de mandar e desmandar na cidade, ao passo que mesmo que todos os outros segmentos se juntassem, ainda assim não conseguiriam ter força de voto para contrapor medidas já acordadas entre a prefeitura e o imobiliário.

Nesse sentido, trazendo essa questão da frequente aliança entre a gestão da cidade do Recife com o setor imobiliário, tem-se o reflexo dessa dinâmica na correlação de forças do Grupo de Trabalho criado por motivo da elaboração do Plano Diretor do Recife 2018. Ao analisar a composição do GTPOT, ao unir os votos da prefeitura com os votos do setor imobiliário, tem-se maioria. Assim, percebe-se que o GTPOT, na prática, é mais um espaço onde a elite recifense é quem domina a produção do espaço urbano.

Figura 3. Composição do GTPOT: correlação de forças. Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2021.



CORRELAÇÃO DE FORÇAS GTPOT



Como forma de entender melhor a dinâmica de funcionamento do GTPOT, foram realizadas entrevistas virtuais com alguns atores que integraram o Grupo de Trabalho. Esses atores faziam parte de diferentes segmentos sociais considerados pela organização do processo de elaboração do Plano.

Em conversa virtual realizada no dia 13 de setembro de 2021 às 20h pelo Google Meet, Vitor Araripe, arquiteto integrante do Direitos Urbanos (grupo que faz parte da Articulação Recife de Luta), afirmou que na correlação de forças dentro do GTPOT os interesses que prevaleciam eram os da prefeitura, uma vez que tinham o maior número de titulares. Vitor (2021) acredita que existe pouco espaço para alguma outra posição, um tipo de composição diferente do que a prefeitura propusesse.

O arquiteto afirmou ainda que, apesar do GT possuir autonomia do ponto de vista jurídico, por seu regimento, funcionava de acordo com o que era votado e deliberado dentro daquele espaço. Enfatizou então a questão da composição que não garante autonomia na prática, uma vez que a prefeitura (assim como nos outros GTs do Concidade) entram com 50% dos votos, uma vez que consegue cooptar integrantes de outros segmentos. Para Vitor (2021), essa dinâmica se dava muito mais por uma questão política do que por mérito do conteúdo das propostas.

Ao explicar sobre a dinâmica das reuniões, Vitor (2021) afirmou que a prefeitura já tinha pré-estabelecido as propostas que passariam e as que não passariam. Desse modo, as discussões eram apenas formalistas, para passar a ideia de participação, enquanto quem estava na coordenação conduzia o processo de acordo com as demandas da prefeitura. Dependendo do assunto, a coordenação da reunião deixava maior tempo de debate ou colocava a pauta para votação mais rapidamente.



Outra pessoa entrevistada foi Noé Sérgio, o qual participou do GTPOT como representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Pernambuco (IAB PE). A conversa virtual foi realizada no dia 15 de setembro de 2021 às 18h pelo Google Meet. Nesse momento, Noé (2021) relatou brevemente sobre sua participação no Grupo de Trabalho, afirmando que começou a ir aos encontros, porém logo se irritou com as metodologias empregadas e as dinâmicas de grupo, decidindo por não participar mais desses encontros. Para ele, a presença da prefeitura deveria se dar em relação aos conhecimentos técnicos, se posicionar tecnicamente.

Também foi realizada uma conversa virtual com Sandro Guedes, representante da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), que se deu no dia 29 de setembro de 2021 às 9h pelo Google Meet. Nesse momento, Sandro expôs sua opinião sobre o GTPOT, narrando como aconteceu sua participação.

Ao ser questionado sobre a composição do Grupo de Trabalho, o arquiteto afirmou que a questão da paridade é relativa, que depende do ponto de vista e que se fosse observado pelo lado do setor imobiliário, poderia considerar que deveriam possuir maior representatividade dentro do GTPOT, uma vez que são responsáveis por “percentual avassalador do PIB da cidade”. Logo, para ele, se consideradas essas questões, o setor imobiliário é o segmento que estaria sub-representado. Já, em sua visão, se o GTPOT tivesse que ser um espelho da composição do Concidade, então estaria equilibrado. No entanto, fez uma crítica à composição do Conselho, afirmando não estar correto que o setor imobiliário estaria extremamente sub-representado nesta instância participativa “pela importância que ele tem como vetor de sustentação de todas as políticas”.

De todo modo, o arquiteto pontuou que, para ele, o GTPOT foi um avanço por sua heterogeneidade e diversidade entre os atores sociais presentes, enfatizando que ali estavam presentes pessoas com grandes conhecimentos específicos e outras sem conhecimento algum sobre as temáticas abordadas pelo instrumento urbanístico em questão. No entanto, acredita que essa diversidade atrapalhou a produtividade do GT afirmando que “se a gente vai discutir um tema, eu acho que os membros poderiam ter uma preparação prévia um pouco mais aprofundada... em alguns temas eu notava que o conhecimento era mais nivelado e em outros temas mais específicos havia uma discrepância muito grande em termos de conhecimento e aprofundamento técnico em relação a isso”.

Nesse sentido, Sandro (2021) enfatizou a distinção que acredita precisar ter entre o Concidade e o GTPOT. Para ele, o Conselho é uma instância mais política, permitindo que pessoas que não tenham determinados conhecimentos específicos possam participar. Porém, vê o GTPOT como uma câmara técnica que necessita de integrantes preparados para a



discussão com os aportes técnicos necessários, suas causas e consequências para a cidade. Assim, afirmou que “os segmentos tinham a obrigação de escolher seus representantes de modo que essa pessoa fosse a mais preparada possível para estar representando esse setor da sociedade naquele grupo específico”.

Por fim, como forma de entender a visão de ao menos um representante de cada segmento social considerado no processo, foi realizada uma conversa virtual com Inamara Mélo que na época da elaboração do Plano compunha o GTPOT como representante da Secretaria da Mulher do Recife. Esta entrevista ocorreu no dia 08 de outubro às 18h30 pelo Google Meet.

Inamara apontou que a Secretaria da Mulher conseguiu assento tanto no Concidade quanto no GTPOT por determinações políticas, uma vez que não estava prevista a participação desse órgão público nessas instâncias participativas. Afirmou que partiu da Secretária a iniciativa em incidir nesse espaço de forma mais próxima, contribuindo para que o planejamento urbano do Recife incorporasse a perspectiva de gênero no debate sobre o Plano Diretor. Desse modo, foi alterada a estrutura do Concidade para garantir a participação da Secretaria da Mulher, bem como a do GTPOT.

Uma questão que permeia todas as conversas realizadas com atores representantes dos diferentes segmentos considerados é o poder da prefeitura em determinar as diretrizes do processo e guiar as atividades mesmo com a discordância eventual de demais segmentos. A questão da composição do grupo e a proporção de representação de cada segmento social presente no GTPOT foi um ponto de tensionamento, houve críticas à quantidade de titulares do Poder Público e o poder decisório que isso implica, como também insatisfação com a quantidade de titulares de seu segmento entendendo que deveria haver mais representatividade.

Um ponto presente na fala de Vitor importante de ser salientada é a questão da força da prefeitura em aprovar suas propostas partindo de seu alto número de representantes combinados à situação de cooptação, no qual a realidade de vulnerabilidade social de determinados integrantes dos movimentos populares é aproveitada de forma a oferecimento de cargos por parte da prefeitura, minando a força coletiva desses movimentos, cujos certos integrantes estariam “presos” às determinações colocadas pelo poder público, dificultando a incidência política coletiva.

Desse modo, obtendo a maioria dos votos dentro do GTPOT, a prefeitura possuía o poder de aprovar ou vetar as propostas colocadas por conseguir o maior número de titulares concordando com o que era colocado. Assim, para além das questões técnicas do conteúdo das propostas apresentadas, entravam em jogo questões políticas mais complexas que



possuíam relações sociais diretas. Essas questões acabavam por tornar o processo desmotivador, muitas vezes, passando a sensação de que já estava tudo definido e quem estava presente apenas iria contribuir para legitimar as decisões.

Outro fator importante de ser salientado sobre o poder da prefeitura nesse espaço é a falta de critério quanto ao tempo de debate das propostas colocadas. Essa falta de transparência no debate, tanto na dinâmica das reuniões quanto nas motivações das votações, ocasionou desconfiança e irritação em alguns participantes, como Noé Sérgio que decidiu por não participar mais das reuniões do GTPOT, por não sentir que sua participação estava sendo de fato considerada. Assim, esse segmento perdeu uma de suas representações no Grupo de Trabalho, enfraquecendo a proporcionalidade. Além dessa questão de faltar às reuniões por descontentamento com a metodologia empregada, havia também o caso de faltar por questões pessoais.

Analisando o exposto, percebe-se que o único segmento que aparentemente se mostra satisfeito com o funcionamento e a composição do Grupo de Trabalho é o segmento composto por técnicos que trabalham na prefeitura e participam desse espaço representando as secretarias que fazem parte. Entende-se que, por ser o segmento com maioria de titulares e estar na posição de coordenação do processo, esse é um lugar confortável de ocupar, uma vez que permite maior poder e controle em relação aos outros segmentos.

O segmento social referente ao setor imobiliário demonstra insatisfação tanto com a composição do GTPOT quanto em sua dinâmica de atividades e participação de demais atores. Em relação à composição, foi apontado uma relativização do critério colocando em debate a possibilidade de a definição da proporcionalidade ser pautada na participação dos segmentos sociais em relação ao PIB da cidade. Essa visão demonstra um posicionamento mercadológico da cidade e das instâncias participativas do planejamento urbano, relativizando as desigualdades sociais evidentes e propondo que os setores da sociedade que mais produzirem para o crescimento da economia da cidade devem possuir mais representantes com direito à voto.

Nesse sentido, compreendendo essas questões sociais envolvidas no processo, entende-se que é papel da prefeitura fornecer condições reais para a participação efetiva dos representantes dos segmentos sociais que integravam o GTPOT. Deveria ter existido um trabalho mais atencioso em relação à capacitação e nivelamento de conhecimento para possibilitar um debate mais equânime, considerando as desigualdades sociais presentes no território da cidade do Recife e que, em situações práticas como esta, se escancaram e prejudicam a incidência política de alguns atores sociais.



Outro ponto relevante a ser comentado é em relação à condução das reuniões por parte do ICPS. De acordo com Vitor Araripe (2021), representante do segmento de movimentos sociais, a forma como as atividades aconteciam e o tempo destinado aos debates e votações passavam a sensação de que a prefeitura tinha o controle da situação e os resultados já estavam dados, não sendo permitidas interferências reais, apenas discussões como forma de legitimar o processo.

Entende-se que esse tipo de postura por parte da prefeitura distancia os participantes, quando percebem que estão ali muito mais para fazer número do que para participar realmente do processo contribuindo com suas questões. Esse motivo foi o qual afastou Noé Sérgio do processo, representante de uma entidade profissional, que não se sentiu de fato participando do processo, mas assistindo algo que aparentemente já estava estabelecido.

Para além das entrevistas realizadas, foram analisadas as atas de reunião do GTPOT a fim de entender a dinâmica desse espaço. Em todos esses documentos, era gritante o poder que a Prefeitura exercia sobre a tomada de decisão e a rigidez em relação à escuta de opiniões e propostas que iam de encontro ao que já estava estabelecido.

Ao longo das análises das atas de reunião do GT, percebeu-se um forte ponto de tensão que merece ser mencionado: a questão do cronograma inicialmente proposto pela Prefeitura e levado como pauta às reuniões do Concidade e do GTPOT. Ao ser apresentado, o cronograma gerou diversas críticas relativas ao curto espaço de tempo em que seriam realizadas as atividades. No entanto, representantes da Prefeitura afirmaram que o cronograma precisava ser aprovado e durante o processo, caso houvesse a necessidade, seriam realizados ajustes. Com isso, contando com maioria em todas as instâncias participativas, a Prefeitura conseguiu aprovar o cronograma (o qual não foi ajustado ao longo do processo, apesar das diversas propostas e reivindicações da sociedade civil).

Outra questão que gerou bastante debate foi a metodologia do processo, divulgada pela Prefeitura como se tivesse sido aprovada nas instâncias participativas pelos diferentes segmentos sociais, mas que, na prática, não chegou nem a ser debatida. Ao analisar a ata da 7ª reunião do Grupo de Trabalho, realizada no dia 10 de agosto de 2018, constata-se que dez dias antes de serem iniciadas as Oficinas Temáticas, foi criticado por representantes de diversos segmentos a falta de discussão sobre a metodologia das Oficinas e a ausência, nesta reunião, de representantes da consultoria contratada responsável em executar o processo participativo, presentes com frequência nas outras reuniões já realizadas. Representantes do Poder Público desconsideraram as críticas realizadas e deram prosseguimento as pautas estabelecidas para a reunião. Desse modo, entende-se que, na prática, não caberia ao GTPOT deliberar como se daria a metodologia empregada nas Oficinas Temáticas, uma vez



que os responsáveis pela realização do processo não estavam presentes e os responsáveis pela coordenação, o ICPS, não estavam considerando as críticas feitas pelos presentes na reunião.

Por fim, como forma de elucidar a dinâmica dessas reuniões, tem-se um trecho da ata da 15ª reunião do GTPOT, realizada no dia 17 de dezembro de 2018, na qual ocorreu um questionamento por parte de um representante de movimento popular sobre uma determinação pactuada anteriormente dentro do Concidade (reunião do GT e do Conselho antes do envio do Projeto de Lei à Câmara) que não foi praticada pela Prefeitura, que enviou o Projeto de Lei diretamente para a Câmara sem passar por essas instâncias. Como resposta, o Presidente do Instituto Pelópidas da Silveira (ICPS) pediu desculpas pela indelicadeza e deu continuidade às atividades.

José (MLPC-PE) solicitou que os membros do GTPOT recebesse uma versão impressa [do Projeto de Lei do Plano Diretor 2018]. Informou que o último marco temporal do Processo de Construção Coletiva era uma reunião do GT e do Conselho, antes do envio do Projeto de Lei à Câmara, de acordo com o que foi aprovado na plenária do Concidade, em junho último, o que não foi cumprido pela gestão, conforme frisou. [...] João Domingos (Poder Público) pediu desculpas, em nome da gestão, pela indelicadeza de não haver comunicado ao GT o envio do Projeto de Lei à Câmara. [...] Deixou mais claro o processo de agora em diante, enfatizando que não haverá prejuízo à sociedade civil. Informou que há ainda o canal aberto pela internet para contribuições referentes à forma, caso sejam pertinentes. Informou que, na próxima sexta-feira, serão levadas ao Conselho essas questões já trazidas aqui. (CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE, 2018)

A partir de todas essas análises, é possível compreender o poder que a prefeitura exerce sobre os demais atores representantes de seus segmentos sociais dentro dessas instâncias participativas. Além do grande número de conselheiros do Poder Público com direito a voto em cada um desses espaços, ainda existia a presença de mais técnicos que, mesmo sem direito a voto, estavam ali demarcando um território de disputa de poder. Desse modo, a composição dessas instâncias se mostra como um fator crucial que interfere diretamente na possibilidade de tomada de decisão por parte dos integrantes. Outro ponto que influencia na composição é a questão da cooptação de alguns atores sociais por parte da prefeitura, uma prática que reflete características estruturais da sociedade brasileira e que se mostra presente de forma prática nesses espaços.

Assim, tendo a maioria na composição do Conselho e do GTPOT, foi possível para a prefeitura do Recife guiar todo o processo de elaboração da forma que desejava, independente das reivindicações e discussões dessas instâncias participativas analisadas. A prefeitura se colocou em um lugar soberano na tomada de decisão e, apenas promoveu esses espaços de debate como forma de legitimar o processo e poder afirmar que as definições do processo de elaboração foram deliberadas de forma participativa por parte de representantes dos diversos



segmentos da sociedade civil. Entretanto, as condições em que se deram os debates e as deliberações não foram expostas ao longo do processo.

Como mencionado nas análises acima, até para as discussões havia um limite imposto pela prefeitura, o qual muitas vezes deixava um tempo para os presentes debaterem entre si, mas não se colocava para realizar encaminhamentos a partir das reivindicações e reflexões das pessoas presentes. Mostrando o desinteresse com a contribuição dessas pessoas e descaso com o seu papel legítimo de representar o segmento social para o qual foi escolhido dar voz e voto.

A partir dessas reflexões, é possível compreender que o GTPOT não foi um espaço homogêneo e pacífico no que tange às relações sociais que estavam ali estabelecidas. Por conter representantes de diversos segmentos sociais, foi possível perceber que o Grupo de Trabalho conseguiu representar uma parcela dos conflitos sociais e de poder existentes na sociedade recifense, cuja desigualdade social grita nos mais diversos âmbitos de forma a demonstrar como são grandes as capilaridades de problemas e mazelas estruturais e estruturantes da sociedade. Essas questões são as responsáveis por definir quem participa de fato dos momentos de tomada de decisão e quem assiste, contribuindo para que os representantes das mesmas classes sociais privilegiadas continuem a dominar a produção do espaço.

Tanto o Conselho da Cidade, o GTPOT, e as atividades participativas possuíam suas dinâmicas de funcionamento dominadas pela Prefeitura, mais precisamente pelos ICPS e Seplan, órgãos responsáveis por coordenar esses espaços. Contando sempre com o maior número de votantes entre seus aliados (técnicos da prefeitura, integrantes do mercado imobiliário e integrantes cooptados de movimentos populares), a Prefeitura do Recife conseguia conduzir todo o processo de acordo com seus interesses, apresentando rigidez em relação à escuta de opiniões e propostas que iam de encontro ao que já estava estabelecido de forma a atenuar dissonâncias.

Desse modo, a prefeitura se colocou em um lugar soberano na tomada de decisão e apenas promoveu esses espaços de debate como forma de legitimar o processo e poder afirmar que as definições foram deliberadas de forma participativa por parte de representantes dos diversos segmentos da sociedade civil. Aliada em muitos momentos com representantes do mercado imobiliário, a prefeitura do Recife construiu ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor da cidade do Recife, uma espécie de tecnocracia atravessada pelo neoliberalismo, com vistas a concretizar acordos e alianças pré-estabelecidos por meio de um “ritual de fachada”, no qual a população recifense apenas assistiu as decisões serem tomadas.



Referências:

ARNSTEIN, S. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Planning Association**, v. 35, n. 4, 1969.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. de S. Para ampliar o cânone democrático. In: **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. SANTOS, B. V. de S. (Org.). 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

AZEVEDO, G. M. **Havana: redes de participação na reabilitação do centro histórico**. Dissertação de mestrado, MDU/UFPE. Recife, 2019.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e de. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

ROLNIK, R. Dez anos do Estatuto da Cidade: Das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo. 87-104. In: RIBEIRO, A. C. T.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P da. (Orgs.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR, 2012.

SANTOS, M. R. M. O sistema de gestão e participação democrática nos planos diretores brasileiros. In: SANTOS Jr., O. A.; MONTANDON, D. T. (Orgs.). **Os planos diretores municipais pós Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. 7.ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2010.

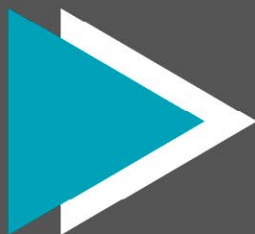
MARICATO, E.; SANTOS Jr, O. A. dos. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. **Teoria e Debate**, n. 66, abr. – jun. 2006.

MORAES, D. **Entre a subcidadania e o direito à cidade. Estudos críticos sobre a urbanização de favelas no Brasil e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no Recife PE**. Tese de doutorado - UFPB. João Pessoa, 2019.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

O URBANISMO COMO DISCIPLINA NO BRASIL: NOTAS E QUESTÕES PARA UM DEBATE

URBAN PLANNING AS A DISCIPLINE IN BRAZIL: NOTES AND ISSUES FOR A
DISCUSSION

SANTOS, Vinícius Rafael Viana

Urbanista, mestrando em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPG-AU/UFBA),
graduado no Curso de Bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da
Bahia (UNEB)

rafavs1@hotmail.com



Resumo

Este ensaio pretende colocar o Urbanismo em questão ao expor os modos como ele vem sendo concebido no Brasil e levantar questões sobre a pertinência desses modos para fazer dele uma disciplina autônoma, mas não independente do saber geral. Para tanto, toma o conceito de disciplina enunciado pelo geógrafo Milton Santos (2017 [1996]) como categoria de análise do campo intelectual do Urbanismo e procura observar como seus componentes fundamentais – objeto e método – são trabalhados nas concepções de Urbanismo e Planejamento Urbano difundidas nesse campo intelectual. Também procura situar historicamente as condições de emergência e os fundamentos epistemológicos dessas duas concepções, levantando questões sobre sua distinção e oposição em contribuições contemporâneas para o debate.

Palavras-chave: Urbanismo. Planejamento Urbano. Disciplina.

Abstract

This essay aims to question Urban Planning, exposing the ways in which this knowledge has been conceived in Brazil and raising questions about the pertinence of these modes to make it an autonomous discipline. The concept of discipline enunciated by the geographer Milton Santos (2017 [1996]) is used as a analysis category of the intellectual field of Urban Planning, in an exercise that observes how the fundamental components of this concept are worked on the concepts linked to the words "Urbanism" and "Urban Planning". It is also sought to historically situate the emergency conditions and the epistemological foundations of the concepts linked to the words "Urbanism" and "Urban Planning". From them, questions related to the distinction and opposition of the concepts linked to the words "Urbanism" and "Urban Planning" are raised in the analysis of recent work that have contributed to this discussion..

Keywords: Urbanism. Urban Planning. Discipline.



O URBANISMO COMO DISCIPLINA NO BRASIL: NOTAS E QUESTÕES PARA UM DEBATE

1ª Nota – Sobre o conceito de disciplina e o problema de definir um objeto para o Urbanismo

Na obra *A Natureza do Espaço* (2017 [1996]), o geógrafo Milton Santos recorreu ao conceito de “disciplina” para definir o espaço como objeto de conhecimento da Geografia e, por conseguinte, da teoria geral que então propôs para explicá-lo. Para ele o conceito de disciplina define “uma parcela autônoma, mas não independente do saber geral” tomada como objeto de conhecimento – isto é, de reflexão, explicação e teorização – que justifica a construção de um método próprio – isto é, de procedimentos de análise e de ação sobre o objeto – para abordá-lo. (SANTOS, 2017[1996], p. 19-20).

Juntos, objeto e método seriam os elementos constitutivos fundamentais que definiriam o corpus da disciplina e sustentariam sua autonomia diante das demais disciplinas que constituem o saber geral, produzido para dar conta da totalidade. O corpus só seria válido se fosse capaz de oferecer uma contribuição à constituição do saber geral ainda não ofertada por outras disciplinas, que, ainda que fosse passível de ser completada pelos conhecimentos produzidos pelas outras disciplinas, não fosse definida por elas, mostrando-se capaz de produzir conhecimentos a partir de seu objeto e de seu método e também de completar as outras disciplinas no processo comum de conhecimento do real total.

Visto nesses termos, o conceito de disciplina pode ser tomado como categoria de análise da história da constituição dos saberes que pertencem ao campo do conhecimento científico, orientando análises epistemológicas voltadas para questionar se um determinado saber em questão realmente atende as condições do conceito de disciplina, podendo, portanto, ser designado por ele.

Esta é a pretensão deste texto para o caso do saber Urbanismo no Brasil. A partir do conceito de disciplina mencionado, colocar o Urbanismo em questão ao expor os modos como ele vem sendo concebido no Brasil e levantar questões sobre a pertinência desses modos para fazer dele uma disciplina autônoma, mas não independente do saber geral.

Para tanto, comecemos por questionar: a qual objeto se referem às práticas e as teorias designadas pela palavra Urbanismo no Brasil?



Sem abdicar do risco de incorrer em certa imprecisão, é possível reconhecer que a “cidade” é a “parcela do real” sempre referida pelas práticas e teorias designadas pela palavra Urbanismo no Brasil. Contudo, tal reconhecimento não implica afirmar a existência de uma unidade das reflexões, explicações e teorizações feitas sobre a cidade – que responderia, por exemplo, sua menor ou maior aproximação com o conceito de “urbano”, mormente acionado para explicá-la –, mas antes, a percepção de que ela pode, enquanto objeto, ser intelectualmente construída de modos distintos.

Segundo Gaston Bachelard (2006 [1971]) o trabalho de reflexão epistemológica busca sempre tratar da diferença entre objeto e objetivo. O objetivo a que Bachelard se refere não é uma espécie de meta a ser alcançada – sentido comum que se atribui a essa palavra –, mas corresponde a primeira observação que um sujeito faz sobre um objeto “ainda não racionalizado”, um elemento da “realidade objetiva”. Ou seja, ele se refere à primeira percepção que o homem desenvolve sobre um objeto quando o constata através de sua consciência. Logo, a racionalização é a construção do objeto como um corpo teórico formulado pelo raciocínio. É uma interpretação do objeto real, transformado em abstrato, que tenta ao máximo dar conta da complexidade que seu correspondente real apresenta.

A cidade enquanto “realidade objetiva” só ganha sentido quando é racionalizada e se torna “objeto” de conhecimento. Mas o processo de sua transformação em objeto de conhecimento traz a impossibilidade de aprendê-la por completo, porque ela se apresenta na “realidade objetiva” como uma totalidade que unifica diversas “parcelas do real” que já são tomadas como objetos de diferentes disciplinas autônomas. Em outras palavras, a cidade é a integração do meio ambiente natural estudado pela Ecologia, dos organismos (humanos e não humanos) estudados pela Biologia, das relações sociais dos homens estudadas pela Sociologia, das relações de produção, circulação e consumo estudadas pela Economia, do espaço estudado pela Geografia, dos artefatos edificadas concebidos e estudados pela Arquitetura, dos diversos sistemas técnicos concebidos e estudados pelas diversas Engenharias, e assim sucessivamente. Como então a cidade pode ser racionalizada como objeto do Urbanismo?

Se distintas disciplinas tomaram como seus objetos essas “parcelas da realidade” que constituem a cidade enquanto realidade objetiva e totalidade, qual “parcela” ainda não explorada pode ser enfocada para construir a cidade como objeto de conhecimento do Urbanismo? Em suma, qual é o objeto de conhecimento do Urbanismo?

A resposta a essa questão estrutura as diferentes concepções do Urbanismo vigentes no Brasil, mesmo que elas não a tenham enunciado nos termos referidos, porque é necessária para determinar o modo como a cidade é racionalizada como objeto de conhecimento e,



consequentemente, os procedimentos de análise e de ação que podem ser usados para aborda-la. Mas, a própria questão se reafirma e se impõe como um problema não solucionado na medida em que as respostas adotadas, como se verá a seguir, não observam os requisitos do conceito de disciplina e acabam dando origem a concepções do Urbanismo incapazes de sustentar sua autonomia diante das demais disciplinas.

2ª Nota – Sobre as concepções do Urbanismo vigentes no Brasil: entre a “disciplina heterônoma” e a multidisciplinaridade sem objeto

O Urbanismo começou a ser constituído como campo intelectual no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930, quando a sociedade passava por transformações políticas e econômicas que puseram fim a Primeira República e iniciaram um processo de industrialização tardio – em relação aos países centrais do capitalismo – espacialmente desigual e concentrado, que teve como uma de suas principais consequências a intensificação do processo de urbanização do país.

Nesse contexto, mais especificamente entre 1926 e 1930, destaca-se a produção do Plano de “Remodelação, Extensão e Embellezamento” da cidade do Rio de Janeiro (então distrito federal) conduzido pelo arquiteto francês Alfred Agache, que foi integrada por uma série de conferências que objetivavam convencer “a população” – mormente segmentos da classe dominante – do Rio da necessidade do plano. Nas conferências, Agache apresentou o Urbanismo como “uma Ciência e uma arte” voltada para remodelar a cidade ao “estudar-lhe a composição, pôr em ordem os diversos elementos necessários á sua existência, dar mais valor a certas partes que a outras, preparar a distribuição dos futuros monumentos que emmoldurem os existentes, cuidar das perspectivas [...]”. (AGACHE, 1930, p. 8, destaques nossos)

João Rovati (2014, p. 4) nota que Agache localiza a “face científica” do Urbanismo na abordagem analítica necessária para compreender a cidade, enquanto a expressão artística se encarregaria de “interpretar as observações científicas e as necessidades técnicas, em um conjunto de harmonia e de beleza” onde o urbanista deveria “exteriorisar, plasticamente, o quadro onde todos os efeitos sociais da vida se manifestam em imediata coordenação” (AGACHE, 1930, p. 8, destaques nossos).

Ciência e arte deveriam ser conjugadas no “Plano Director”, termo que foi empregado por Agache para designar o produto de seu trabalho e que, deve-se ressaltar, no próprio texto é frequentemente cambiado com o termo “Planta Directriz”, fato que indica a existência de uma



ambiguidade decorrente da tradução da palavra “Plan”, que na língua francesa pode ser usada para designar tanto as representações gráficas da projeção de um edifício (plantas, com cortes, elevações, etc.) quanto às representações gráficas do território, em geral associadas a uma definição de “Planejamento” que abordaremos mais adiante.

Na conferência intitulada “Como se Elabora o Plano De Uma Cidade” Agache afirma ser “evidente que uma planta de cidade pôde ser unicamente confiada a um architecto ou a um engenheiro” (AGACHE, 1930, p. 14), revelando que, em sua concepção, o Urbanismo era uma espécie de “aplicação” da Arquitetura e da Engenharia à abordagem da cidade, profissões que em sua visão “para chegarem a identico fim, empregam methodos de trabalho inteiramente opostos” (AGACHE, 1930, p. 14). Contudo, ele não deixa dúvida acerca da existência de uma divisão técnica do trabalho de arquitetos e engenheiros no Urbanismo, considerando que

Ora, um plano de cidade é, antes do mais, uma composição synthetica. Torna-se necessário estabelecer a trama da obra, comprehender a proporção dos varios elementos que contribuem para o seu conjuncto; e só depois de ter percorrido uma série de etapas, cumprirá levar em conta as minudencias. O architecto, pelo menos em França, parece-me, pela sua formação, devidamente preparado para esse genero de trabalho; isso não significa que o engenheiro não possa intervir no dominio do urbanismo. Não. Assim como as linhas geraes de um plano são traçadas pelo architecto-urbanista, o engenheiro-urbanista deve prestar-lhe concurso; é a elle que cabe estudar urna série de questões praticas e precisas; taes como o encaminhamento das aguas nas suas fontes, a sahida das materias inúteis, as questões de transporte, e, antes destas, as que dizem respeito á geodesia, á topographia, aos cálculos estatísticos, etc... (AGACHE, 1930, p. 14-15, destaques nossos)

Sua definição do plano como uma “composição synthetica” sustenta o protagonismo da arquitetura no processo de sua elaboração, aproximando a noção de “plano” da noção de “composição” que guia a elaboração dos projetos de edifícios. À engenharia competiria, assim como nos projetos de edifícios, a concepção dos sistemas técnicos (estruturas, circulação de insumos e pessoas, etc.) de maior complexidade. Nesses termos, a cidade é racionalizada como objeto de conhecimento que não se distingue dos objetos de conhecimento da arquitetura e da engenharia – a composição do edifício e a concepção dos sistemas técnicos –, a não ser, talvez, pelo tamanho (escala).

A importância dessa concepção contida no discurso de Agache é dada não só pelo fato de ter fundamentado o plano que ele elaborou para a cidade do Rio de Janeiro, mas, principalmente, por ter orientado o modo como o Urbanismo foi importado e começou a ser praticado no Brasil, inclusive enquanto formação profissional, originando sua constituição enquanto campo intelectual (técnico e acadêmico) no país.



Pouco mais de três anos após a finalização do trabalho de Agache, em dezembro de 1933, Getúlio Vargas expediu o Decreto Nº 23.569 para regular “o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor”, onde se definiu que o “projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo” era competência profissional compartilhada por Engenheiros Civis, Arquitetos e Engenheiros-arquitetos, consolidando na lei a divisão técnica do trabalho presente no discurso de Agache.

Em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF) começou a ofertar o primeiro curso de formação profissional em Urbanismo do Brasil, com duração de dois anos e voltado para complementar a formação de Engenheiros e Arquitetos “graduando-os” como Urbanistas. Apesar de ter sido encerrado junto com a UDF em 1939, o curso serviu de modelo para os cursos de Urbanismo implantados:

I – na Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) da Universidade Nacional do Brasil (UNB), criada pelo Decreto Nº 7918, de 31 de agosto de 1945, cujo curso de Urbanismo funcionou a partir de 1953;

II – no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul (IBA), que funcionou entre 1947 e 1949;

III – na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM), que funcionou a partir de 1950;

e IV – na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA-UFRGS), que funcionou a partir de 1954.

Esses cursos constituíram um paradigma de formação profissional que vigorou por mais de 30 anos no Brasil e que consistia em formar como “urbanistas” profissionais já graduados nos cursos de arquitetura e engenharia (SOUZA; SANTOS; SILVA, 2020).

Em janeiro de 1946, antes dos cursos citados começarem a funcionar, o Decreto-lei Nº 8.620 autorizou o então Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA) a estabelecer as atribuições da profissão de Urbanista através de resolução própria, o que de fato ele veio a fazer, em agosto do mesmo ano, com a Resolução Nº 56, onde previa que o “registro de urbanista” só seria concedido “aos diplomados por curso de urbanismo de estabelecimento de Ensino de grau superior do Brasil”. O decreto-lei e a resolução formavam uma regulação nacional que condicionava o exercício do urbanismo no Brasil ao paradigma instaurado pelo curso da UDF (BRASIL, 1946; CONFEA, 1946).

Esses fatos mostram como a concepção do Urbanismo enunciada no discurso de Agache fundamentou a constituição do campo intelectual do Urbanismo no Brasil. Por essa razão,



pode-se questionar: essa concepção pode sustentar o Urbanismo como uma disciplina autônoma?

Se a cidade é racionalizada como um objeto que se distingue do edifício apenas pelo tamanho (escala), concebido através de uma composição sintética posteriormente detalhada nos sistemas técnicos necessários para sustenta-la e funcionaliza-la, ela não se distingue dos objetos da arquitetura e/ou da engenharia. Portanto, não há a construção de um objeto de conhecimento que abarque uma parcela do real total da cidade ainda não explorada por outras disciplinas. O que fundamenta essa concepção é a transferência dos objetos da arquitetura e/ou da engenharia para racionalizar a cidade enquanto objeto de conhecimento. Tal operação, posta à luz do conceito de disciplina, pode ser caracterizada como uma construção heterônoma, porque subtrai a necessidade de ter um objeto de conhecimento – e, conseqüentemente, um método – próprio para importar e assumir como seu o objeto – e o método – de outra disciplina. Disso se pode concluir que, sob essa concepção, o Urbanismo não se sustenta como disciplina autônoma.

Contudo, a despeito dessa constatação, não se pode afirmar que essa concepção do Urbanismo não tenha influído na produção e reprodução de muitas cidades brasileiras. Por que? Porque identificar a inadequação da concepção para o conceito de disciplina, por sua “heteronomia” ou por seu caráter ideológico, observar que ela contradiz os requisitos da constituição de uma disciplina autônoma, não significa afirmar como nula a sua capacidade de participar da produção da realidade das cidades. Milton Santos presta uma explicação que pode auxiliar a elucidar melhor essa observação, quando nota que

A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. [...] Ela está na estrutura do mundo e também nas coisas. É um fator constitutivo da história do presente. [...] Deste modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social (SANTOS, 2017[1996], p. 126-127, destaques nossos)

Assim, uma ideologia pode ser uma falsa concepção da realidade – ou de uma disciplina que estuda uma parcela da realidade –, mas isso não significa que os atos produzidos a partir dela (sob sua influência) sejam falsos, produzam conseqüências falsas. Atos ideológicos podem ter grandes e verdadeiras conseqüências na realidade, isto é, nas relações sociais e na produção e no consumo dos objetos materiais.

Nesses termos, o projeto da cidade de Brasília, vencedor do concurso para a construção da nova capital federal, tributário da arquitetura modernista que não era seguida por Agache, pode ser lembrado como corolário do Urbanismo fundado na concepção “heterônoma” da



disciplina mencionada, pois o Urbanismo produzido pelo movimento da arquitetura modernista também se sustentou na transferência de objetos mencionada.

Mas seu ápice, no projeto e na construção de Brasília, pode ser visto também como momento em que a hegemonia de sua concepção – isto é, do modo como racionalizava a cidade enquanto objeto – começou a ser quebrada, já que a partir de 1960 uma outra concepção foi importada e começou a concorrer com ela em âmbito nacional.

No contexto de maior aproximação política do Brasil com os Estados Unidos, vista na adesão do país à Aliança Para o Progresso, foi introduzida no país a necessidade de produzir planos nacionais de desenvolvimento econômico que difundiram uma noção de “planejamento” definido como atividade de Estado reguladora e controladora de processos sociais complexos e contínuos, que tinha no plano um instrumento que deveria dispor sobre as ações necessárias para o controle de processos objetivado, durante um período de tempo estipulado (WILHEIM, 2008). Essa noção de planejamento é o fundamento do *Urban and Regional Planning* norte-americano, que foi traduzido como Planejamento Urbano e Regional (PUR) e adotado como referência para a prática do “planejamento local integrado” do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) instituído pela ditadura militar.

O planejamento local integrado foi definido pelo SERFHAU como “o que compreende, em nível regional e municipal, os aspectos econômico, social, físico e institucional (BRASIL, 1966, grifos nossos). No nível municipal, essa definição deveria orientar a produção de planos para controlar o desenvolvimento da cidade e do município – o que, eventualmente, implicava abranger também a parte rural do território – nas dimensões econômica, social, física e institucional.

Essa concepção não está mais centrada na racionalização da cidade como objeto, mas do “urbano” que poderia corresponder a uma cidade, quando empregado para designar a área mais urbanizada do território de um município, a uma área metropolitana, quando designa uma área de urbanização contínua que se estende pelo território de mais de um município – conformando uma conurbação –, e até a uma rede de cidades de uma determinada região, de um Estado ou de todo o país.

O urbano não é racionalizado como objeto da disciplina PUR, mas, como um objeto de múltiplas dimensões – econômica, social, física e institucional – que devem ser trabalhadas com os objetos e os métodos já desenvolvidos em cada disciplina que trata da “parcela do real” correspondente a cada dimensão listada. Assim: I – a dimensão econômica do urbano deveria ser tratada pelo objeto e pelo método da economia; II – a dimensão social, pelo objeto e pelo método da sociologia; III – a dimensão física, pelos objetos e métodos da arquitetura,



das engenharias e da geografia; e IV - a dimensão institucional, pelos objetos e métodos da administração e do direito.

A institucionalização dessa concepção como elemento fundamental da política federal de planejamento dos municípios acarretou mudanças não só na produção de seus planos – então chamados Planos de Desenvolvimento Local Integrado –, mas também nas formações dos técnicos responsáveis por produzi-los e na definição de suas atribuições profissionais. A partir da década de 1970, as mudanças nas formações de técnicos podem ser vistas:

I – na FA-UFRGS, que entre 1970 e 1972 abre um Programa de Pós-Graduação em PUR (PROPUR) e encerra o curso de Urbanismo que mantinha desde 1954;

II – em 1970 na FNA-UNB que, já transformada em FAU-UFRJ, enquadra seu curso de Urbanismo como pós-graduação *lato sensu* – obedecendo os moldes instituídos pela reforma universitária promovida pelos militares em 1968 – e promove alterações curriculares para adequá-lo à concepção do planejamento integrado, vindo a encerra-lo 20 anos depois, na década de 1990;

III – em 1971, na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ, que abre um Programa de Pós-Graduação em PUR (que, mais tarde, dá origem ao IPPUR);

e IV – em 1975, na EA-UFMG, com o enquadramento de seu curso de Urbanismo como pós-graduação *lato sensu* (1975) e, posteriormente, em 1977 também com a promoção de alterações curriculares, vindo a encerra-lo na década de 1980.

Assim, o PUR também se tornou um paradigma de formação profissional no Brasil (SOUZA; SANTOS; SILVA, 2020). No âmbito do exercício profissional, o “planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades” é definido como atribuição profissional do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo pela Lei Nº 5.194 de 1966, ainda que a concepção do PUR demandasse a inclusão de outras profissões no planejamento de cidades e regiões. Em 1973, o CONFEA edita a Resolução Nº 218 para substituir a Resolução nº 56/1946 e incorpora o planejamento de cidades e regiões como atividade do profissional urbanista, que, segundo seu texto, era uma das habilitações profissionais a que se atribuíam atividades designadas para as “diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia” (CONFEA, 1973).

Esses fatos permitem observar a disseminação do PUR no Brasil, bem como as transformações que ele causou no campo intelectual do Urbanismo. Por isso podemos retomar e adaptar uma questão passada perguntando: o PUR pode se sustentar como uma disciplina autônoma?



Ao racionalizar o urbano (ou cidade, quando se refere ao urbano circunscritos em limites territoriais e administrativos do município) como um objeto de múltiplas dimensões, o PUR não racionaliza uma parcela do real total ainda não explorada por outras disciplinas. Seu fundamento é a transferência dos objetos de múltiplas disciplinas para abordar o urbano. Assim, ele também subtrai a necessidade de ter um objeto de conhecimento – e, conseqüentemente, um método – próprio, o que, sob a luz do conceito de disciplina, corresponde também a uma construção heterônoma, insuficiente para sustenta-lo como disciplina autônoma.

Mas, para além dessa constatação, a concepção do PUR traz novas e instigantes questões: sem um objeto definido, como é possível analisar as interações dos objetos e métodos desenvolvidos por cada disciplina para tratar das parcelas do real total que integram o urbano (esteja ele ou não designando a cidade de um município)? A definição de um objeto não seria um passo importante para dar conta de uma parcela do real total do urbano ainda não abarcada por outras disciplinas? Isto é, uma parcela que ao ser racionalizada como objeto de conhecimento não fosse definida, mas completada, pelas outras disciplinas, se mostrando também capaz de completa-las?

Essas questões nunca foram respondidas pelas produções técnicas e acadêmicas filiadas ao PUR. Evidentemente, isso não impediu que a concepção heterônoma do PUR tenha orientado – e oriente até o presente, nos Planos Diretores contemporâneos – a produção e a reprodução do espaço urbano brasileiro (nos municípios, nas áreas metropolitanas e nas redes de cidades). Os planos diretores (e seus diagnósticos) produzidos a partir do arcabouço legal do Brasil constituído após o fim da ditadura militar – Constituição Federal de 1988, Estatuto da Cidade, etc. – estão ancorados na concepção do PUR (ao menos no discurso).

Mesmo quando a categoria profissional dos Arquitetos – através de suas associações corporativas – reivindicou o planejamento das cidades (ou espaços urbanos) como sua competência profissional privativa – primeiro através do Parecer Nº 714 de 1990 do Conselho Federal de Educação, que apostilou o título de Urbanista para todos os egressos dos cursos de Arquitetura do Brasil, e depois através das disposições da Lei Nº 12.378 de 2010, que regulamentou o exercício da “Arquitetura e Urbanismo” e criou um conselho federal próprio para a categoria –, buscando eliminar a concorrência dos Engenheiros e, de certo modo, retomar a concepção de Urbanismo hegemônica entre 1930 e 1960, o PUR não foi questionado ou invalidado. Na verdade, o que se verifica é que a concepção do PUR coexiste com a concepção “clássica” de Urbanismo no campo intelectual do Urbanismo no Brasil, que fundamenta a formação profissional dos chamados “Arquitetos e Urbanistas”.



Uma das poucas iniciativas (talvez a única) voltadas para problematizá-las foi lançada pelo projeto pedagógico do curso de bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Nele, o Urbanismo foi anunciado como uma disciplina autônoma que teria o urbano como objeto de conhecimento capaz de ser completado, mas não definido por outras disciplinas, vistas como necessárias e propostas como componentes de seu currículo. Mas o projeto não respondeu qual parcela do real total integrante do urbano poderia ser racionalizada como objeto do Urbanismo, visto como disciplina autônoma, e deixou essa afirmação – que utilizou como base para sustentar sua proposta de criar uma graduação em Urbanismo – como uma proposta inconclusa (SOUZA; SANTOS; SILVA, 2020).

Para além dessa iniciativa isolada, cabe questionar: como tem sido tratado o debate sobre as concepções de Urbanismo e de PUR no campo intelectual do Urbanismo no Brasil?

3ª Nota – Sobre as contribuições contemporâneas para o debate

As concepções de Urbanismo e de PUR tem sido objeto de análises que procuram colocá-las como opostas e antagônicas. Veremos as contribuições de três autores consideradas como expoentes dessas análises.

No artigo “Urbanismo *Versus* Planejamento Urbano?” João Farias Rovati define a oposição entre as concepções de Urbanismo e PUR nos seguintes termos

[...] as incertezas que envolvem a utilização dos termos urbanismo e planejamento urbano obscurecem a existência de campos epistêmicos distintos. Um desses campos tem clara vocação disciplinar e contempla essencialmente a tomada de decisões relativas à concepção arquitetural; reivindica-se aí uma “competência para o projeto”. O outro integra conhecimentos disciplinares diversos (economia, geografia e sociologia, entre outros) e contempla essencialmente a tomada de decisões relativas à elaboração (ou encomenda) e gestão de planos, programas e projetos – inclusive, mas não necessariamente, de natureza arquitetônica; reivindica-se aí uma “competência para o planejamento e a gestão”. De uma parte, o objeto da ação/reflexão é, antes de tudo, um artefato ou uma edificação, cuja construção ou reforma demanda a mediação de plantas, elevações, cortes e outros desenhos prospectivos precisos. De outra, o objeto da ação/reflexão é, antes de tudo, um processo social em desenvolvimento, cuja gestão na presente demanda a mediação de hipóteses sobre o seu futuro. De um lado, encontra-se um processo social relativo à constituição edilícia da cidade, de outro, um processo relacionado ao funcionamento e à transformação da organização social urbana. Os agentes e instituições do urbanismo/planejamento transitarão por esses campos, os quais, embora próximos e complementares, seriam presididos por epistemologias de natureza diversa (ROVATI, 2013, p. 33-34, destaques nossos)

A reflexão proposta por Rovati recupera as características associadas às concepções de Urbanismo e PUR para defini-los como campos epistêmicos distintos. É curioso como, para o



autor, o Urbanismo tem uma “vocação disciplinar” justamente por ter características que decorrem da transferência do objeto de conhecimento da Arquitetura, o que, na análise deste texto, sob a luz do conceito de disciplina, é justamente o que configura a heteronomia que invalida que o Urbanismo seja considerado como uma disciplina autônoma.

No que concerne ao PUR, o autor ressalta sua característica multidisciplinar como um elemento que o distancia da concepção de Urbanismo, visto que esse último seria apenas “disciplinar”. Na verdade, a multidisciplinaridade do PUR o aproxima da concepção clássica de Urbanismo difundida no Brasil porque tanto ela quanto a “disciplinaridade” atribuída ao Urbanismo são manifestações da mesma “lógica” de transferência de objetos e métodos que fundamentam as concepções vistas. Assim, pode-se afirmar que os “campos epistêmicos distintos” definidos pelo autor, resultam mais de uma característica fundamental que suas concepções têm em comum, do que das diferenças que eles têm entre si.

Marcelo Lopes de Souza, no livro “Mudar a Cidade”, se aproxima da reflexão de Rovati ao afirmar que “Diversamente do planejamento urbano em geral, o Urbanismo pertence, de fato e de direito, essencialmente, à tradição do saber arquitetônico”, pois corresponderia aos “[...] assuntos concernentes ao traçado e à forma de logradouros públicos e conjuntos espaciais intra-urbanos em geral (volumetria, relacionamentos funcional e estético etc.)” (SOUZA, 2016 [2001], p. 56-57). O Urbanismo não seria, segundo o autor, sinônimo nem equivalente ao Planejamento Urbano porque

Planejamento urbano (o qual deve, aliás, ser sempre pensado junto com a gestão, seu complemento indissociável), sugere, por conseguinte, um contexto mais amplo que aquele representado pelas expressões Urbanismo e Desenho Urbano. O planejamento urbano inclui o Urbanismo (ou o Desenho Urbano, como preferirem); o último é um subconjunto do primeiro. No ambiente intelectual alemão essa distinção fica bem caracterizada, pois *Städtebau* (Urbanismo) quase sempre é entendido como algo mais restrito que *Stadtplanung* (Planejamento Urbano). No mundo anglo-saxão, onde o termo *urbanism*, com o sentido de campo de saber, não conquistou direito de cidadania (quando muito, o termo é empregado para se referir a um modo de vida: *Urbanism as a way of life* é, a propósito, o título de um texto clássico de Sociologia Urbana), as expressões *urban planning* e *town planning* apresentam-se, de todo modo, bastante abrangentes, compreendendo subcampos específicos como a *landscape architecture*, o *site planning*, o *urban design* e o campo das public policies voltadas para o meio cidadão. Já no ambiente intelectual francês, que nos inspirou o termo Urbanismo, é frequente o termo *urbanisme* ser tomado como sinônimo de planejamento urbano (*aménagement de la ville*, *planification urbaine*), embora isso nem sempre ocorra. O importante, seja lá como for, é não confundir as duas coisas, tomando a parte (o Urbanismo) pelo todo (o campo interdisciplinar do planejamento urbano) (SOUZA, 2016 [2001], p. 58-59, destaques do autor, grifo nosso)

Por essa perspectiva, o Urbanismo, conservando a concepção fundamentada na transferência do objeto de conhecimento da Arquitetura, estaria incluso no campo “interdisciplinar” do Planejamento Urbano, não sendo, como defendeu Rovati, um “campo epistêmico” distinto,



mas um subconjunto do PUR. Ao evocar a distinção existente entre as palavras *Städtebau* e *Stadtplanung* do alemão e a abrangência das palavras *urban planning* e *town planning* do inglês para justificar sua concepção, informando que as palavras *urbanisme* e *planification urbaine* são frequentemente tomadas como sinônimo no francês – o que supostamente influenciaria ocorrência semelhante no português –, Souza enquadra a discussão das concepções de Urbanismo e PUR principalmente como um problema de tradução, com uma perspectiva que desconsidera quaisquer questões acerca da definição do objeto e do método para a construção de uma disciplina autônoma, que podem inclusive existir também nos países de origem dos termos citados.

Norma Lacerda, no artigo “O campo do Planejamento Urbano e Regional”, converge com as reflexões de Rovati e Souza sobre o PUR, ao afirmar que

[...]a complexidade do campo do planejamento urbano e regional permeia suas práticas e seus discursos disciplinares (isto é, das disciplinas que o compõem), na medida em que origina um conjunto de mediações de natureza não apenas teórica, mas também política, social e cultural...

[...] À semelhança de saúde coletiva, o planejamento urbano e regional configura-se como um campo, relativamente jovem, encontrando-se, consoante já evidenciado, em permanente transformação, seja pela agregação de novas disciplinas e temáticas, seja por ajustes teóricos e conceituais, bem como metodológicos, trazidos pela expansão de suas fronteiras. [...] Olhando para trás, verifica-se, grosso modo, que esse campo se transformou de um modelo sanitarista, polidisciplinar, em uma estrutura discursiva semiaberta a diferentes disciplinas científicas, além de seu permanente processo de complexificação de práticas e formas de intervenção. Quanto ao planejamento urbano e regional, tal processo – como defende Madel Luz (2009), para o caso da saúde coletiva – *implica a irreversibilidade e a irredutibilidade a um paradigma monodisciplinar, seja ele proveniente do urbanismo, da geografia, da economia, da sociologia, da história, da tecnologia ou de outras quaisquer disciplinas*. Em outros termos, semelhante situação remete às relações entre as disciplinas, que conformam esse campo do conhecimento, e exige que os profissionais nele envolvidos acessem ou adotem outros paradigmas, além do monodisciplinar. (LACERDA, 2013, p. 78-79, destaque da autora, grifos nossos)

Nesses termos, Lacerda defende a concepção do PUR como um campo multidisciplinar, comparando sua estrutura com a do campo da saúde coletiva e, inclusive, caracterizando-a como aberta à agregação de novas disciplinas. A autora não levanta questões sobre as implicações que a não definição de um objeto para o PUR acarreta para a interação entre as disciplinas indicadas como integrantes de seu campo. Como Souza, ela situa o Urbanismo como componente do PUR, especificando-o como uma das disciplinas integrantes do campo, o que indica que ela compartilha do entendimento de Rovati sobre o caráter disciplinar do Urbanismo no Brasil ser determinado pela transferência do objeto de conhecimento da Arquitetura.



A observação das contribuições dos autores mencionados permite concluir que as concepções de Urbanismo e de PUR se encontram consolidadas no campo intelectual do Urbanismo no Brasil, sendo mormente trabalhadas como noções que, se não se opõe completamente, demarcam perspectivas distintas de orientação das ações técnicas e intelectuais do campo, sem contemplar nem problematizar sua adequação aos componentes fundamentais e requisitos do conceito de disciplina.

4ª Nota – À guisa de conclusão, questões abertas para um debate

Como concluir? O objetivo deste texto não propôs encontrar respostas, mas levantar questões decorrentes do conceito de disciplina que ainda não foram contempladas pelo debate que se desenvolve no campo intelectual do Urbanismo no Brasil, que tem se limitado, como visto nos trabalhos que deram contribuições contemporâneas ao debate, a reiterar a distinção e a oposição entre as concepções de Urbanismo e Planejamento Urbano sem problematiza-las.

Com o emprego do conceito de disciplina como categoria de análise dessas concepções, o texto avançou em problematizar seus fundamentos e mostrar como eles interditam a reflexão sobre a constituição de um objeto e de um método próprios para o Urbanismo, componentes epistêmicos indispensáveis para constitui-lo como disciplina autônoma, mas não independente do saber geral.

Assim, à guisa de conclusão, cabe fechar o texto retomando três questões levantadas em seu desenvolvimento que são consideradas essenciais para iniciar um debate centrado na reflexão sobre suas possíveis respostas.

1. Se distintas disciplinas tomaram como seus objetos as “parcelas da realidade” que constituem a cidade enquanto realidade objetiva e totalidade, qual “parcela” ainda não explorada pode ser enfocada para construir a cidade como objeto de conhecimento do Urbanismo? Em suma, qual é o objeto de conhecimento do Urbanismo?
2. Sem um objeto definido, como é possível analisar as interações dos objetos e métodos desenvolvidos por cada disciplina para tratar das parcelas do real total que integram o urbano (esteja ele ou não designando a cidade de um município)?
3. A definição de um objeto não seria um passo importante para dar conta de uma parcela do real total do urbano ainda não abarcada por outras disciplinas? Isto é, uma parcela que ao ser racionalizada como objeto de conhecimento não fosse



definida, mas completada, pelas outras disciplinas, se mostrando também capaz de completa-las?



Referências:

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro**: Remodelação, Extensão e Embellezamento. Tradução de Francesca de Souza. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2006 [1971].

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BRASIL. **Decreto Nº 23.559**, de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Rio de Janeiro, DF, dez. 1933. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23569.htm > Acesso em: 10 out. de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 7.918**, de 31 de agosto de 1945. Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 ago. 1945. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7918-31-agosto-1945-417265-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 8.620**, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, regida pelo Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF, jan. 1946. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18620.htm > Acesso em: 10 de outubro de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 59.917**, de 30 de dezembro de 1966. Regulamenta o SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, estabelece suas finalidades e modo de operação, cria o Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez 1966a. Disponível em: < <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/68098-regulamentao-serfhau-serviuv-federal-de-habitauuo-e-urbanismo-estabelece-suasfinalidades-e-modo-de-operauuo-cria-o-fundo-de-financiamento-de-planosde-desenvolvimento-local-integrado-e-du-outra.html> >. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.194**, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Diário Oficial da



União, Brasília, DF, 27 dez. 1966b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5194.htm >. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 12.378**, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm >. Acesso em: 10 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Parecer nº 714/90**, de 13 de dezembro de 1990. [Brasília, DF], 1990.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (Brasil). **Resolução Nº 56**, de 6 de agosto de 1946. Dispõe sobre o exercício profissão de urbanista. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 10 out. 1946.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (Brasil). **Resolução Nº 218**, de 29 de junho de 1973. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Rio de Janeiro, 1973.

LACERDA, Norma. O campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.77-93, maio 2013. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p77> . Disponível em:< <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4171> >. Acesso em: 17 maio 2017.

ROVATI, João Farias. Urbanismo Versus Planejamento Urbano? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 33, maio 2013. ISSN 2317-1529. Disponível em:< <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4169/4053> >. Acesso em: 17 maio 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p33> .

ROVATI, João F. Urbanismo, concepção arquitetônica da cidade e protagonismo. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. **Anais**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-CDR-019_ROVATI.pdf> Acesso em: 23 de setembro de 2019.

SOUZA, Luiz A; SANTOS, Vinícius R. V; SILVA, Igor M. Narrar Por Embates: Paradigmas da formação profissional em Urbanismo no Brasil. In: JACQUES, P. B; PEREIRA, M. S;



CERASOLI, J. F. **Nebulosas do Pensamento Urbanístico**: Tomo III – Modos de Narrar. Salvador: EdUFBA, 2020.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. 3º ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2016[2001].

WILHEIM, Jorge. **Cidades**: o substantivo e o adjetivo. 3. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2008.



3



Territórios, deslocamentos
e projetos de nação



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

ENTRE LOTEAMENTOS E AUTOMÓVEIS: A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NOVO MUNDO EM SÃO PAULO

**Between allotments and automobiles: the performance of Organizações Novo
Mundo in São Paulo**

ALMEIDA, Deborah Sandes de

Doutoranda. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

sandesdeborah@usp.br



Resumo

Este artigo busca evidenciar a relação entre os agentes loteadores, a industrialização e a infraestrutura de transporte na implantação de bairros residenciais planejados destinados aos setores médios urbanos, situados nos arredores dos vetores de expansão territorial da cidade durante a primeira metade do século XX, em especial aqueles situados na Zona Norte, às margens das Rodovias Anhanguera e Presidente Dutra, que contribuíram para o processo de metropolização de São Paulo e que foram implantados por empresas pertencentes às Organizações Novo Mundo. Fundada pelo imigrante espanhol Domingos Fernandes Alonso (1899-1972), as empresas que compõem as Organizações Novo Mundo representam a pluralidade de atividades na qual seu fundador esteve envolvido desde a década de 1930, sendo uma figura de destaque no cenário imobiliário, industrial, financeiro e de entretenimento nas cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Atuou na administração de hotéis, cinemas e cassinos no litoral paulista; na implantação de loteamentos residenciais e empreendimentos imobiliários na cidade de São Paulo; no mercado financeiro e de seguros, com a abertura do Banco Financeiro Novo Mundo no Rio de Janeiro e de sua filial em São Paulo, além de ter sido pioneiro na indústria automobilística nacional na década de 1950, quando passou a produzir carros inteiramente nacionais em sua fábrica, a Vemag S/A, no bairro do Ipiranga. A fim de ressaltar estas relações, buscamos entrelaçar ao longo deste artigo as alterações urbanas e econômicas que ocorreram na cidade de São Paulo neste período, com a trajetória empresarial das Organizações Novo Mundo e sua atuação no mercado imobiliário paulistano, que culminou com a implantação de seis bairros residenciais: três na Zona Norte (Jardim São Paulo, Parque Novo Mundo e Parque São Domingos) e três na Zona Sul (Jardim Novo Mundo, Chácara do Castelo e Vila Arapuá), entre os finais das décadas de 1930 e 1950.

Palavras-chave: Urbanização. Agentes loteadores. Industrialização.

Abstract

This article seeks to highlight the relationship between the agents of subdivision, industrialization and transportation infrastructure in the implementation of planned residential neighborhoods aimed at the urban middle sectors, located on the outskirts of the vectors of territorial expansion of the city during the first half of the twentieth century, especially those located in the North Zone, along the Anhanguera and Presidente Dutra highways, which contributed to the metropolization process of São Paulo and were implemented by companies belonging to the Organizações Novo Mundo. Founded by the Spanish immigrant Domingos Fernandes Alonso (1899-1972), the companies that compose Organizações Novo Mundo represent the plurality of activities in which its founder was involved since the 1930's, being a prominent figure in the real estate, industrial, financial and entertainment scenario in the cities of São Paulo, Santos and Rio de Janeiro. He managed hotels, cinemas and casinos on the São Paulo coast; in the implementation of residential lots and real estate projects in the city of São Paulo; in the financial and insurance market, with the opening of Banco Financeiro Novo Mundo in Rio de Janeiro and its branch in São Paulo, besides being a pioneer in the national automobile industry in the 1950s, when it started to produce entirely national cars in its factory, Vemag S/A, in the district of Ipiranga. In order to highlight these relations, we seek to interweave throughout this article the urban and economic changes that occurred in the city of São Paulo in this period, with the business trajectory of Organizações Novo Mundo and its performance in the São Paulo real estate market, which culminated with the implementation of six residential neighborhoods: three in the North (Jardim São Paulo, Parque Novo Mundo and Parque São Domingos) and three in the South (Jardim Novo Mundo, Chácara do Castelo and Vila Arapuá), between the late 1930's and 1950's.

Keywords: Urbanization. Land developers. Industrialization.



ENTRE LOTEAMENTOS E AUTOMÓVEIS: A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NOVO MUNDO EM SÃO PAULO

A transformação de São Paulo no centro do complexo econômico da produção cafeeira do país no final do século XIX, propiciou a inserção de capital financeiro internacional nas atividades econômicas locais e acelerou o processo de crescimento e desenvolvimento da cidade. Isso teria impulsionado a transformação radical do território para adequar a cidade à sua nova vida urbana e social, que extrapolou os limites centrais, em continuidade ao traçado existente, mas em direção a regiões desocupadas e descontinuadas da trama urbana, num processo de crescimento urbano que, por outra parte, encontra pequenos núcleos parcamente urbanizados em áreas circundantes à cidade de São Paulo, que começam a se expandir sobretudo na segunda metade do século XX (AZEVEDO, 1943). Como aponta Maria Ruth Amaral de Sampaio:

A existência de vínculos entre dirigentes e acionistas de empresas diversas, constatada já nas últimas décadas do século passado fez com que empresários com os mais variados perfis se dedicassem seja a especulação de terrenos seja a negócios com material de construção de casas de aluguel. Comerciantes, fazendeiros, industriais, banqueiros, políticos, “capitalistas” aplicavam seus excedentes em atividades imobiliárias [...] através da abertura de loteamentos e construção de casas de aluguel, aplicações estas que além de vantajosas eram seguras (SAMPAIO, 1994, p. 19-20).

O cinturão de chácaras rurais que circundava o centro tornou-se progressivamente um espaço urbano, dando lugar a diversos loteamentos, tanto destinados às elites quanto às classes trabalhadoras, propiciando o surgimento de palacetes e vilas operárias em regiões distintas do território municipal¹. Neste período surgiram as primeiras empresas imobiliárias que passaram a implantar loteamentos e promover modificações urbanas em diversas áreas da cidade. Estas empresas tinham origens diversas, sendo desde associações familiares até associações com empresários estrangeiros como, por exemplo, a Companhia City de

¹ Os bairros centrais que surgiram nas primeiras décadas do século XX a partir do loteamento deste primeiro cinturão de chácaras diretamente vinculadas à área central da cidade, vêm sendo estudados por uma série de trabalhos que se debruçam em demonstrar suas configurações e peculiaridades a partir de uma perspectiva múltipla e abrangente. A abordagem explicitada por estes autores nos revela que estes bairros, localizados neste primeiro cinturão ao redor do centro, são heterogêneos e abrigam diversas camadas sociais, destacando-se os setores médios e baixos e suas múltiplas composições. Aqui, neste artigo, apontamos para a necessidade de nos debruçarmos neste segundo cinturão de bairros, digamos assim, que ocupa áreas intersticiais / suburbanas e faz a transição para a chamada periferia, numa urbanização que se desenvolveu dos anos 1940 em diante, em continuidade ao crescimento destes primeiros bairros centrais e em direção aos antigos caminhos e estradas coloniais existentes nestas localidades. Ou seja, não se trata de estudar os subúrbios agrícolas e industriais visitados por Aroldo de Azevedo (1943) na década de 1940, mas justamente dos bairros que se formaram entre aquele anel periférico e os antigos bairros centrais.



Desenvolvimento (Cia. City)² - a mais conhecida entre elas naquele momento, que atua em São Paulo desde 1912, promovendo a implantação de loteamentos residenciais planejados destinados às elites e classes médias urbanas, nos arredores da zona central da cidade, sobretudo em direção à zona sudoeste.

A cidade de São Paulo passou a depender cada vez mais dos investidores privados para a construção de casas (próprias para a elite e de aluguel para as classes operárias e médias), para a abertura de novas ruas, além da implantação de linhas de bonde e transporte público sobre rodas que pudessem ligar as áreas mais afastadas ao centro, onde todo o comércio e serviços se localizavam, tornando-se uma oportunidade lucrativa para o direcionamento do capital estrangeiro e dos demais investimentos da iniciativa privada local.

Com as altas e baixas do mercado financeiro internacional e as crises que se sucederam no início do século XX, houve uma desvalorização da economia cafeeira e os recursos antes investidos neste setor passaram a ser direcionados ao impulsionamento da industrialização e à atividade imobiliária, aquecendo uma vez mais o mercado de terras e os investimentos na renovação urbana da cidade de São Paulo.

Os loteamentos sempre foram fruto de iniciativas empresariais e de particulares. Como sua consecução necessariamente acaba por definir uma certa quantidade e qualidade de áreas que terão uso público, as ruas e as praças, os projetos de arruamentos tinham que obter aprovação de órgãos da administração pública competentes. O que não impedia que existisse a prática clandestina do loteamento. [...] as estratégias imobiliárias definiam como as empresas se organizavam para capitalizar de modo privado o próprio crescimento da cidade (SEABRA, 1987, p. 55).

Nas palavras de Sarah Feldman (2005, p. 16), a partir da década de 1940 o universo dos empreendimentos imobiliários se intensifica e diversifica e “o capital incorporador se consolida como nova fração de capital no processo de produção do ambiente urbano [...] O resultado é a aceleração da especulação imobiliária e a valorização sem precedentes dos imóveis urbanos”.

Nesse processo, tomava corpo um novo grupo social, as chamadas classes médias, formada por pequenos comerciantes, construtores e donos de cortiços e vilas, funcionários públicos mais graduados e proprietários de oficinas e pequenas indústrias, caseiras e familiares, que participaram ativamente da ocupação de novos empreendimentos imobiliários, para a qual grande parte foi direcionada, apresentando-se como uma alternativa aos espaços das vilas e das casas de aluguel (até então compartilhados com os operários),

² Sobre a atuação da City na cidade, ver ALMEIDA, 2020, entre outros.



através da aquisição de imóvel próprio, com condições facilitadas de pagamento (ROLNIK, 2017).

Ao longo dos anos 1940 e 1950, a expansão do território urbano tem novo impulso, propiciado pela ampliação das atividades econômicas locais, que se descentralizavam e avançavam para áreas periféricas, principalmente nas zonas Noroeste e Sul (Osasco e ABC), em consonância às políticas nacionais estabelecidas durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, que facilitou a entrada de capital estrangeiro na produção para o mercado nacional, e transformou a indústria paulista, que por sua vez induziu mudanças na escala de vida urbana:

Sob o desenvolvimentismo acelerado de Juscelino Kubitschek atingiu-se o estágio de produção de bens de consumo durável, como os eletrodomésticos, mas tipificados, sobretudo pela produção e montagem de veículos automotores, o que seria decisivo para os futuros fluxos da cidade. Passou-se a produzir também insumos e máquinas para a própria indústria. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o setor começava a ser autossustentável nacionalmente, localizando-se concentradamente em São Paulo, no ABC, em Guarulhos e Osasco, investimentos cada vez maiores passaram a estar presentes na região, inserindo sua economia de forma mais direta nos circuitos dos capitais oligopolistas internacionais. A indústria, principal setor de acumulação desde 1940, [...] fonte de salários e de demanda, garantiu a outros setores econômicos recursos para a aplicação diversificada que ativou também os investimentos imobiliários, dando continuidade durante todo esse período aos processos especulativos com a terra (SZMRECSÁNYI, 2004, p.120-121).

Além disso, ocorre a intensificação do transporte sobre roda, com a ampliação da rede rodoviária da cidade, consolidando e reforçando importantes conexões regionais e metropolitanas, já previstas pelo Plano de Avenidas elaborado por Prestes Maia em 1930, e criando cenários propícios para o desenvolvimento de novos núcleos urbanos ao longo destes caminhos. Como apontam Meyer, Grostein e Biderman, “o rodoviarismo se tornou a partir de então um fator de reestruturação do território existente e de estruturação do novo território intra-urbano e regional.” (2013, p. 37). Associado aos investimentos nas vias e rodovias, o transporte coletivo sobre pneus se torna o centro da política de transportes (desde o rompimento dos contratos da Cia. Light and Power com a Prefeitura, até então detentora do monopólio do transporte por bondes, cujo contrato de prestação de serviços de transporte coletivo se encerrou em 17 de julho de 1941 – STIEL, 1978, p. 190), com a implantação de inúmeras linhas de ônibus que conectam o centro às novas periferias em formação, facilitando o deslocamento da população pela cidade e permitindo o afastamento dos loteamentos habitacionais destinados aos trabalhadores e às classes menos favorecidas (SANTOS, 1992 e SAMPAIO, 1994).



Assim, a área urbana se expande em um novo padrão de ocupação horizontal e periférico, que se firma como estratégia de moradia para a população de baixa renda, mas também para os novos setores médios, intensificando outra vez o investimento dos lucros da indústria, do comércio e da exportação agrícola na propriedade imobiliária, já localizada nas zonas suburbanas e periféricas da cidade, e inaugurando a prática de construção e venda de casas, muitas vezes compreendendo vários quarteirões, com financiamento de novas companhias imobiliárias, que surgem concomitantemente ao processo de expansão dos fundos previdenciários, das companhias de capitalização, das caixas econômicas e “das empresas de seguros que oferecem crédito imobiliário, empréstimos hipotecários, e investem em construções, tanto em grandes edifícios comerciais e residenciais para os grupos ricos e abastados, como em conjuntos populares em terrenos” (FELDMAN, 2005, p.15-17).

É neste período que se constitui formalmente a área metropolitana de São Paulo, já que a industrialização ultrapassa as fronteiras do município e passa a se concentrar nos municípios vizinhos, principalmente em Osasco, Guarulhos e no ABC, como dito acima. Com isso, muitos loteamentos seguem a expansão industrial, notadamente nos eixos rodoviários iniciados a partir do final da década de 1940, formados pelas vias Dutra, Anchieta e Anhanguera, fundamentais na organização territorial paulista, por permitirem a ampliação do mercado para o interior, litoral e Rio de Janeiro, e por promoverem a qualificação e valorização da terra em seus arredores, transformando “o Estado de São Paulo no território mais bem equipado para as atividades produtivas” (TAVARES, 2018, p. 123). Além disso, através deste desenvolvimento industrial, as rodovias paulistas passaram a representar uma forma de concentração do capital:

A Anchieta, por exemplo, possibilitou superar barreiras hidrográficas, como a Serra do Mar, no transporte de mercadorias. Integrou um sistema de indústrias que configurou a urbanização da Capital São Paulo, do ABC, [...] do Grande ABC [...] e da Região Metropolitana de São Paulo. [...] A Anhanguera, por sua vez integrou regiões ferroviárias da Mogiana, da Paulista, da Araraquarense, da Sorocabana, da Noroeste e da Alta Paulista, historicamente consolidadas pela economia agrícola e promoveu um padrão de ocupação ao valorizar os entroncamentos com várias cidades do Interior, no sentido Noroeste. Ambas, Anchieta e Anhanguera constituíram os primeiros vetores de atividades econômicas e garantiram a entrada das indústrias para o Interior do Estado e o caminho de exportação de matéria-prima e produtos industrializados pelo porto de Santos. A Via Dutra, a seu tempo, consolidou o trajeto mais importante de toda a malha viária nacional, principalmente no que diz respeito ao processo de industrialização (TAVARES, 2018, p. 124).

Entretanto, pode-se dizer que os loteadores não se restringiam a seguir apenas a trajetória da indústria, já que muitos loteamentos surgiram em localidades onde não ocorreu a



implantação de indústrias, mas que atraíram população devido às condições de venda que ofereciam:

Grande número de prestações, relativamente módicas, devido não só à distância em que se localizavam, aos terrenos ruins que ocupavam, mas também à inexistência de infraestrutura e demais equipamentos. Não foi, portanto, devido somente à influência da indústria que se deu a expansão da mancha urbana paulistana e que se concretizou a Grande São Paulo, mas também devido à atuação dos loteadores (SAMPAIO, 1994, p. 26).

Esse mecanismo, em constante crescimento e aceleração, se acentuaria durante a década de 1970, levando à chamada periferização da cidade, com o surgimento de numerosos loteamentos clandestinos em meio a grandes conjuntos habitacionais que iam sendo implantados em glebas cada vez mais distantes do centro, culminando numa nova fase de intensas transformações do espaço urbano e da paisagem da cidade, como a verticalização, o surgimento de novas políticas habitacionais e as novas dinâmicas e demandas imobiliárias, que redirecionaram os investimentos do mercado imobiliário, como nunca antes presenciados pelos habitantes de São Paulo.

A expansão para a Zona Norte

Neste período, cabe destacar, por exemplo, as transformações que ocorreram em territórios tidos como periféricos localizados em áreas além-rios de São Paulo. Nas regiões Norte e Oeste da cidade, principalmente nos distritos de Pirituba, São Domingos e Lapa, por estarem situados entre dois importantes eixos ferroviários, o da Lapa cortado pela Estrada de Ferro Sorocabana (que ligava São Paulo à Sorocaba - atual Linha 8 Diamante da CPTM), e o de Pirituba, cortado pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (que ligava o interior do Estado ao litoral - atual Linha 7 Rubi da CPTM), e entre dois importantes eixos rodoviários – a Rodovia Anhanguera (implantada em 1948) e a Rodovia dos Bandeirantes (implantada em 1978), as grandes glebas de terra disponíveis, oriundas das antigas fazendas de criação de gado de corte, de café, chá e verduras, entre elas as fazendas Barreto, Jaraguá, Anastácio e Capuava, foram sendo loteadas e se transformaram em bairros residenciais.

Se ao longo das primeiras décadas do século XX, grande parte das terras situadas ao longo dos eixos ferroviário e rodoviário foram convertidas ao uso industrial, conferindo à região de Pirituba a condição de bairro predominantemente industrial, devido à concentração de



indústrias de diversos ramos de atividade nestes territórios³, na segunda metade do século XX essa situação se altera – surgindo também numerosos bairros residenciais. Bartalini recorda que:

Embora situados a pouco mais de dez quilômetros da Praça da Sé, os bairros da região de Pirituba mantiveram-se isolados por muito tempo, assim como tantos outros ao norte do Tietê. Afora a presença do rio, com sua planície de inundação mais ou menos larga, limitando as ligações com o sul aos poucos pontos de travessia, contribuiu muito, para a segregação, a topografia acidentada em que se estabeleceram esses loteamentos, marcada por colinas e córregos encaixados entre elas. Em uma descrição geográfica dos “bairros setentrionais de além-Tietê” [realizada por Aroldo de Azevedo em 1958] o estudo atribui ao isolamento causado por esses fatores a lentidão com que se processou a urbanização ali, bem como o preço mais baixo dos terrenos, atraindo a população operária e de classe média. (BARTALINI, 2012, p. 30)

Mas é possível perceber que o processo de transformação urbana da região Noroeste ocorreu em consonância ao crescimento e expansão do território do centro da cidade, impulsionado pelo surgimento das linhas de ônibus em substituição aos bondes elétricos. Assim surgiu a primeira linha de ônibus que atendeu a região de Pirituba, já que anteriormente o bonde elétrico só chegava até a entrada do Frigorífico Armour do Brasil (a linha nº37: Anastácio), não penetrando no interior dos bairros (ALMEIDA, 2020). Maria Ruth Amaral de Sampaio, ao tratar da importância do ônibus para transformação da configuração espacial de São Paulo, afirma que:

Algumas das linhas de ônibus em direção aos subúrbios tinham o papel de “dobrar trajetos”, eram um meio de transporte supletivo e complementar à ferrovia. O que o ônibus fez foi completar itinerários, principalmente em alguns subúrbios-estação. Em 1935, já existiam as seguintes linhas de ônibus que partiam do centro ou de bairros periféricos em direção aos “subúrbios”: Pirituba, Chora Menino, Tremembé, Parada Inglesa, Tucuruvi, Jaçanã, Guarulhos, Capuava (via São Caetano, Utinga e Santo André). (SAMPAIO, 1994, p. 25).

Por isso, nas décadas subsequentes, esta condição atraiu cada vez mais novos moradores para a região, notadamente das classes trabalhadoras – em todas as suas categorias, que agora possuíam novas opções de emprego para além do núcleo central da cidade –, ocupando os novos loteamentos residenciais implantados por diversos empreendedores,

³ Destacam-se as indústrias: Fábrica de Colla Paulista, a Cia. Armour do Brasil, a Fiat-Lux, o Lanifício Pirituba, a Cia. Anglo Brasileira de Indústria de Borracha, a Gessy-Lever, a Química Anastácio, a Refinações de Milho Brasil, os Pianos Fritz Dobbert e a Metalúrgica Mauser. Disponível em <http://www.etecpirituba.com.br/etec-pirituba/>, acesso em 08 jul. 2020.



que viram nesta região a oportunidade de lucrar com estes bairros em uma área não tão distante da região central da cidade⁴.

A consolidação desses bairros levaria ao surgimento de outros, destinados aos setores médios, idealizados a partir da legislação urbana vigente à época, com lotes de tamanho razoável – entre 125,00 e 250,00m² –, mas de custo mais baixo por conta da topografia acidentada e da distância em relação ao centro da cidade, com facilidades para o pagamento através do financiamento direto com a empresa loteadora. Possuíam o mínimo de infraestrutura urbana necessária para seu funcionamento (sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto; sistema de distribuição de energia elétrica; transporte público por ônibus e sistema de áreas verdes) e seu público-alvo passava a ser não só operários, mas também os demais cargos administrativos das empresas estabelecidas na localidade.

É notável também que grande parte dos bairros então implantados apresenta um traçado orgânico em sua configuração urbanística. Essa configuração respondia ao relevo acidentado presente nesta porção territorial, como já mencionado. Como a cidade ainda não apresentava legislação regulamentadora para “homogeneizar” os empreendimentos, esses loteamentos, entre os distritos de São Domingos e Pirituba, se resumiram no geral a simples abertura de vias e demarcação de lotes. Nesse sentido, os padrões urbanísticos empregados pelos diversos empreendedores em seus loteamentos refletiam o pouco investimento na sua implantação, podendo tanto se adequar à topografia acidentada por meio de um traçado orgânico quanto ocupar os terrenos com traçados ortogonais, sobretudo nas áreas mais planas. Como destaca Celia Kawai:

Mais interessados no resultado comercial do que nas inovações urbanísticas propostas pelos engenheiros projetistas, alguns empreendedores adotaram somente a denominação que lembrava os bairros-jardins, sem nenhuma proposta real que a justificasse. [...] Dentro do

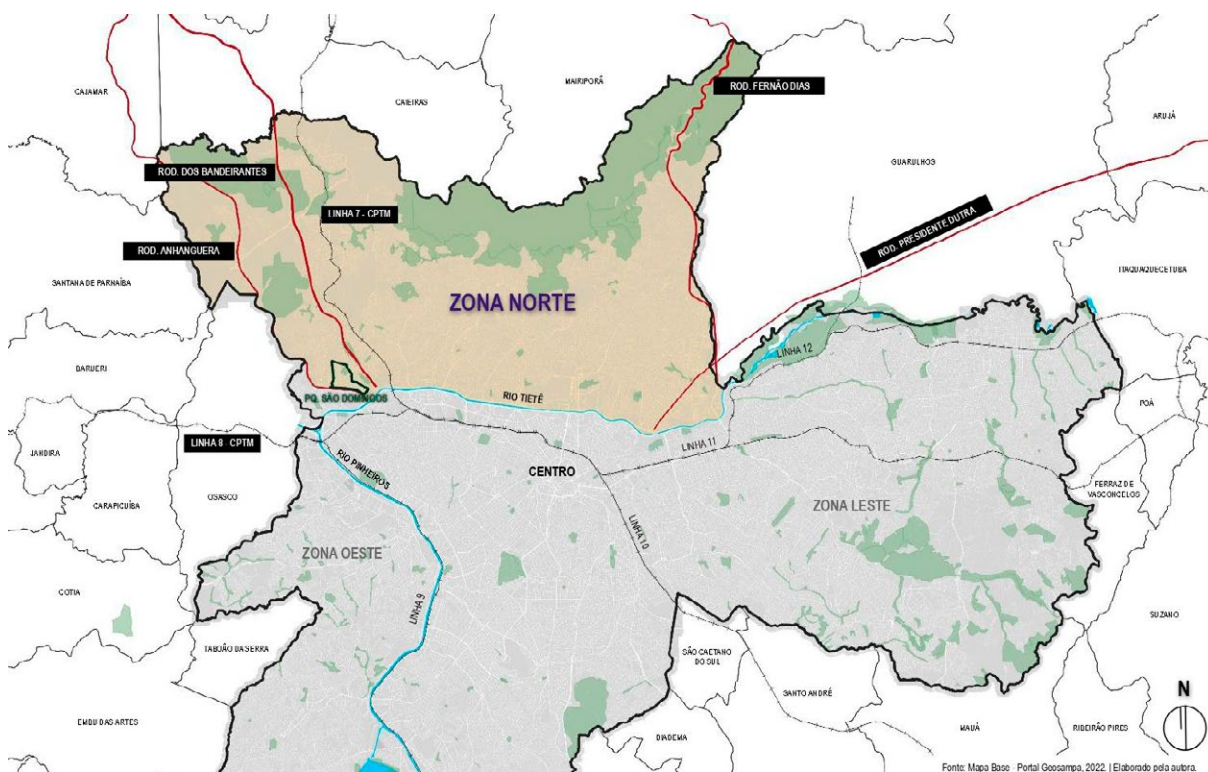
⁴ De acordo com Langenbuch, pode-se constatar que, “no tocante à suburbanização residencial, as ferrovias radiais continuaram a comandar o processo. Ora diretamente, em função do transporte oferecido pelos trens de subúrbio, ora indiretamente através do mercado de mão de obra, criado ou aplicado em função das novas indústrias, ou ainda indiretamente – através do equipamento comercial e de serviços oferecidos pelos “povoados – estação” [...] A nova atitude da *Estrada de Ferro Sorocabana* com relação a trens de subúrbio favoreceu este desenvolvimento lindeiro de sua linha, muito recente quando comparado com o das outras ferrovias. Com efeito, além de aumentar o número de trens, a ferrovia instala finalmente uma parada na Lapa, inaugurada em 1958. Desta maneira, comerciários e industriários de boa parte de São Paulo passaram a contar com mais uma área onde poderiam implantar sua residência. [...] Às margens da *Santos - a - Jundiaí*, apenas experimentam um desenvolvimento suburbano modesto, inexpressivo se comparado com o que se verificou ao longo das demais ferrovias radiais. No citado eixo, apenas Pirituba conhece um crescimento de maior vulto. Com efeito, a porção sita a leste da ferrovia (Vila Pereira Barreto) é alcançada e absorvida pela área edificada contínua da cidade. A oeste da ferrovia, a porção contígua à estação é loteada, e rapidamente ocupada. A antiga Vila Pirituba perde destarte a solução de continuidade que existia entre ela e a estação; simultaneamente novos loteamentos ao norte estendem o subúrbio até a nova estação Vila Clarisse” (LANGENBUCH, 1968, p. 280-281 e 283).



universo dos loteamentos que apresentam efetivamente desenho orgânico, [...] loteamentos de padrão mais popular, situados na zona rural ou suburbana [...] adaptaram as propostas de bairros-jardins às limitações econômicas dos empreendimentos de baixo custo (KAWAI, 2000, p. 163).

Neste contexto, podemos destacar a atuação de um destes agentes loteadores, a empresa Novo Mundo Investimentos Ltda., pertencente às Organizações Novo Mundo, responsável pelo loteamento do bairro residencial Parque São Domingos (Figura 1), localizado em uma vasta gleba de terras remanescente da antiga Fazenda Anastácio/Capuava, situada entre a margem direita da Rodovia Anhanguera e a Avenida do Anastácio na Zona Norte da cidade (ALMEIDA, 2020).

Figura 1: Localização do bairro Parque São Domingos, com destaque para as rodovias que cortam a Zona Norte da cidade. Fonte: Portal Geosampa, 2022. Elaborado pela autora.



As Organizações Novo Mundo e a atuação na Zona Norte de São Paulo

O empresário espanhol Domingos Fernandes Alonso (Galícia, 09/08/1888 – Brasil, 25/01/1972) radicou-se no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX e desde então desenvolveu atividades comerciais, industriais e imobiliárias em diversos segmentos. Num primeiro momento, entre as décadas de 1920 e 1930, foi dono de uma rede de casas lotéricas em São Paulo, conhecida como “A Preferida”, dominando o mercado



de apostas no Jogo do Bicho. Em seguida, se dedicou ao setor cultural e de turismo, sendo proprietário de uma vasta rede de hotéis, cassinos e cinemas, nas cidades de Santos e São Paulo. Em Santos, fundou a Empresa Santista de Cinema, criando o Cine Teatro Cassino, o Cine Gonzaga e o Cine Caiçara, e em São Paulo, o Cine Olido. Fez parte do grupo de empresários espanhóis que dominava o jogo nos cassinos de Santos, Guarujá e São Vicente, sendo proprietário do Hotel Atlântico – onde funcionava o Cassino Atlântico, além dos cassinos São Vicente e Monte Serrat, na Ilha Porchat (KORNIJESUK, 2014).

Com o sucesso alcançado na administração destes empreendimentos, posteriormente concentrou esforços em uma nova iniciativa, a qual nomeou de Organizações Novo Mundo, expandindo seus negócios dos ramos de entretenimento e imobiliário também para o setor financeiro, na área de seguros e banco, sempre visando oferecer o melhor produto/serviço para seus clientes.

As empresas das Organizações Novo Mundo⁵ tiveram origem em duas instituições: o Banco Financial Novo Mundo e a Predial Novo Mundo, ambas fundadas no Rio de Janeiro em 04 de junho de 1935, mas que mantinham filiais em São Paulo, como indica a notícia:

Acabam de ser fundadas no Rio, tendo montado uma filial nesta Capital, à rua Bôa Vista, 7, o “Banco Financial Novo Mundo” e a “Predial Novo Mundo”. Essas instituições se destinam: a primeira, à pratica de operações bancárias em geral, e, a segunda, a realizar planos das denominadas sociedades de economia coletiva. Ligados à Companhia de seguros Novo Mundo, que vem operando há cinco anos no país, e, conta com uma diretoria composta de pessoas de reconhecida competência comercial, os quaes com um programa de ação eficiente e bem desenvolvido, conseguirão por certo fazer a prosperidade dessas instituições. A matriz do Banco Financial Novo Mundo e Predial Novo Mundo, está instalada em edifício próprio, à rua do Carmo, 65 (*Correio Paulistano*, 1935, ed. 887, 27/04/1935).

Cabe destacar que em março de 1938, por estar amplamente inserido no setor financeiro, imobiliário e industrial, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, Domingos Fernandes Alonso entrou com processo solicitando a naturalização brasileira junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sediado no Rio de Janeiro, comprovando residência fixa no país há mais de 30 anos, propriedades em seu nome, estar casado com uma brasileira – Olivia Pereira Fernandes e ter um filho – José Pereira Fernandes, com mais de 18 anos de idade (ARQUIVO NACIONAL, 1938). Estes fatos promoveram seu

⁵ Faziam parte das Organizações Novo Mundo as empresas: Banco Financial Novo Mundo, Novo Mundo Administração de Bens S/A, Distribuidora Vemag, Novo Mundo Investimentos, Predial Novo Mundo, Parque Novo Mundo Imobiliária e Comercial Ltda., Novo Mundo Companhia de Seguros Gerais, Itamaraty – Companhia Nacional de Seguros Gerais, Novo Mundo – Departamento de Despachos Ltda. e Companhia Mercantil e Industrial Arapuá (SAMPAIO, 1994, p. 27).



reconhecimento como cidadão brasileiro no país que o acolheu, e propiciaram a expansão de suas redes de negócios nestas duas cidades, sendo ele um defensor acirrado do desenvolvimento da indústria nacional, notadamente no setor automobilístico e imobiliário

Neste período, final da década de 1930, Domingos expandiu a empresa imobiliária Predial Novo Mundo e promoveu a construção de diversos edifícios e a implantação de seus primeiros loteamentos na cidade, como o Jardim São Paulo e o Jardim Novo Mundo, ambos em 1938. Ainda no setor imobiliário, foi um dos primeiros empresários a lançar no país terrenos e imóveis populares que permitiram a aquisição da casa própria pela população, a custo e condições extremamente baixos, através de um sistema de financiamento e parcelamento direto com a empresa promotora do empreendimento (MENDONÇA, 1972, p. 272), como ocorreu por exemplo, com a Novo Mundo Investimentos Ltda., fundada em 22 de junho de 1950 (JUCESP, 2020a), que passou a oferecer esta facilidade para a compra de seus terrenos no bairro Parque São Domingos.

Pode-se dizer que Domingos Fernandes Alonso é a figura típica do empresário loteador que tinha uma visão abrangente dos negócios da cidade e que foi extremamente ágil no acompanhamento dos novos vetores de desenvolvimento urbano, já que ele também estava inserido no ramo industrial no setor automobilístico, num momento de incentivos e de valorização da indústria nacional. Foi pioneiro neste setor desde o final da década de 1920 e proprietário também da indústria Vemag S/A – Veículos e Máquinas Agrícolas⁶, inaugurada no bairro do Ipiranga em 1945, a princípio montando e comercializando veículos importados, e em seguida se tornando a primeira indústria montadora a produzir automóveis 100% nacionais – a camioneta modelo DKW - no final da década de 1950, alcançando “invejável nível técnico e que apresentou performance, senão superior, pelo menos igual aos produzidos no exterior” (MENDONÇA, 1972, p. 272).

Em relação à atuação e dedicação do empresário à frente da Vemag S/A, tem-se o depoimento de seu neto, José Luiz Nogueira Fernandes, que ressalta o pioneirismo e dedicação de Domingos Fernandes Alonso frente ao desenvolvimento da indústria automobilística nacional:

⁶ “A Vemag iniciou suas atividades em 1945, sendo no início uma distribuidora dos automóveis Studebaker inclusive sendo esta sua razão social. Esta empresa automobilística montava e distribuía para todo Brasil veículos das marcas, Massey Harris, Studebaker, Ferguson, Kenworths e Scania Vabis. Na década de 50, o Brasil estava passando por diversas transformações políticas tendo como presidente Juscelino Kubitschek com o seu famoso lema “cinquenta anos em cinco”. Isso se refletiu na indústria automobilística, pois seu governo criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) e a Vemag foi a primeira fábrica que se beneficiou dos incentivos fiscais para a implantação de empresas de automóveis. [...] Ela teve um papel fundamental na história automobilística brasileira. A fábrica chegou a ter cerca de 3.500 funcionários em 1967, ano que teve suas atividades encerradas” (GARCIA, 2009).



À minha lembrança, chegaram as figuras de meu avô, Domingos Fernandes, de meu pai, José, de meus tios, Claudio, Mauro e Lélío. Homens à frente de sua época, que alimentavam no cidadão brasileiro a grande paixão que trouxeram dentro de si: o automóvel. Suas antevisões de negócios e de um mundo de tecnologia e inovação ao alcance de muitos me causavam admiração e respeito. Despertavam em minha vida, nesta convivência diária, a determinação, o espírito de lutar, de realizar, de persistir, de progredir com esforço, nunca recuando, nem deixando que se esvaecesse por medo ou pela insegurança. Me orgulho do espírito empreendedor do meu avô, imigrante espanhol, figura ímpar que almejava o objetivo de criar uma indústria automobilística genuinamente brasileira, seguindo o slogan: “Vemag – Brasileiros produzindo veículos para o Brasil” [...] O sonho do homem acordado é a Vemag, que concretizou meu sonho de garoto: vi repetidas no Brasil as “cegonheiras” deixando nossas fábricas, levando consigo “nosso produto”, levando para o nosso Brasil a produção totalmente brasileira, para o consumidor brasileiro (SANDLER, 2006, p. 7-8).

Por ser bem relacionado no setor automobilístico e estar inserido tanto no meio político quanto empresarial em diversas frentes de negócio, inclusive no mercado imobiliário da cidade de São Paulo, supomos ser esta a fonte de informações privilegiadas no que diz respeito à instalação das rodovias na cidade, que o fez adquirir – assim como outros empreendedores -, glebas vazias exatamente nos locais onde iam passar as novas rodovias, conseguindo com isso garantir um estoque de terras adquiridas a baixo custo, para posteriormente implantar bairros residenciais nestas áreas entre as décadas de 1940 e 1950. Assim surgiram os bairros Parque Novo Mundo (década de 1940) - cortado pela Rodovia Presidente Dutra e o Parque São Domingos (implantado em três fases, entre 1951 e 1953) – na margem direita da Rodovia Anhanguera. Como já indicou Maria Ruth Amaral de Sampaio:

Alguns, bastante bem informados, compravam glebas exatamente nos locais por onde iam passar as novas rodovias. É o caso do Parque Novo Mundo Imobiliária e Comércio Ltda, iniciada em 1944 com a participação de Domingos Fernandes e da Empresa Imobiliária Bandeirantes. O objetivo da Companhia consistia no comércio e na compra e venda de materiais de construção, podendo exercer atividades de compra e venda de imóveis. Adquiriram gleba denominada Parque Novo Mundo, com área de 1.097.078,30m², cortada ao meio pela via Dutra. [...] O principal dirigente do grupo Novo Mundo tinha uma visão bem abrangente de negócios. [...] O Parque São Domingos, situado no início da Anhanguera, repetia o sucesso do Parque Novo Mundo. O interesse por negócios imobiliários, segundo testemunho de colaboradores, era uma das paixões desse negociante, que “era um loteador em essência, sabia para onde ia a cidade, gostava de prédios e loteamentos” (SAMPAIO, 1994, p.26).

O Parque São Domingos, por exemplo, foi idealizado e implantado pela empresa Novo Mundo Investimentos Ltda. oferecendo alguns diferenciais aos compradores dos lotes: pequena entrada inicial (10% do valor do terreno) e parcelamento do saldo restante em cem prestações mensais sem juros; concessão do benefício de quitação da dívida aos herdeiros



no caso de falecimento do proprietário durante o período de financiamento; terrenos altos, de alta valorização situados a quinze minutos do centro; condução farta, através das diversas linhas de ônibus que serviam a região, entre outros.⁷

Cabe mencionar que não apenas a Novo Mundo Investimentos Ltda. se interessou por áreas na Zona Norte de São Paulo. Durante as décadas de 1960 e 1970, as glebas remanescentes nos distritos de Pirituba e São Domingos passaram a ser alvo de intenso interesse de incorporadoras imobiliárias e bancos que viram na região a oportunidade de ocupar as áreas ociosas transformando-as em bairros destinados a diversas classes sociais. Com isso, a transformação desta porção da cidade se deu a partir da diversidade de padrões urbanísticos empregados pelos diversos empreendedores em seus loteamentos, já que a cidade ainda não apresentava legislação regulamentadora para “homogeneizar” estes empreendimentos. De acordo com Flavio Villaça (1998, p. 230) “a partir da década de 1960, as camadas de alta renda começaram a perder seu interesse pelos centros de nossas metrópoles e por suas vizinhanças imediatas”, tendo nesta região a possibilidade de se estabelecer através de incentivos e investimentos do capital imobiliário e ainda assim em áreas não tão distantes do centro da cidade⁸.

Os bairros das Organizações Novo Mundo em São Paulo

No início da década de 1950, numa publicação editada pela Predial Novo Mundo S/A – “São Paulo de ontem e de hoje”, na qual apresenta um conjunto de crônicas sobre a cidade e seus bairros implantados até então, a própria empresa descreve sua atuação no mercado imobiliário da cidade e aponta suas contribuições para o desenvolvimento da metrópole:

⁷ Estas informações foram compiladas em anúncios imobiliários do bairro veiculados em jornais, como a *Gazeta Esportiva*, *Diário da Noite* e *Correio Paulistano*, entre os anos de 1951 e 1958. Reproduzimos a seguir um trecho de um destes anúncios: “Este é o nosso terreno... E aqui será construída a nossa casa!... Agora você poderá ser proprietário... dar uma casa própria a sua família... não se preocupar nunca mais com o aluguel - e ainda ter um patrimônio em constante valorização! O Parque São Domingos está perto de fábricas, armazéns e oficinas - perto de seu trabalho! Você acabará com as cansaças e apertos de transporte, e será dono de sua casa adquirindo um lote no Parque São Domingos (*Diário da Noite*, 19/09/1958, p. 11)”.

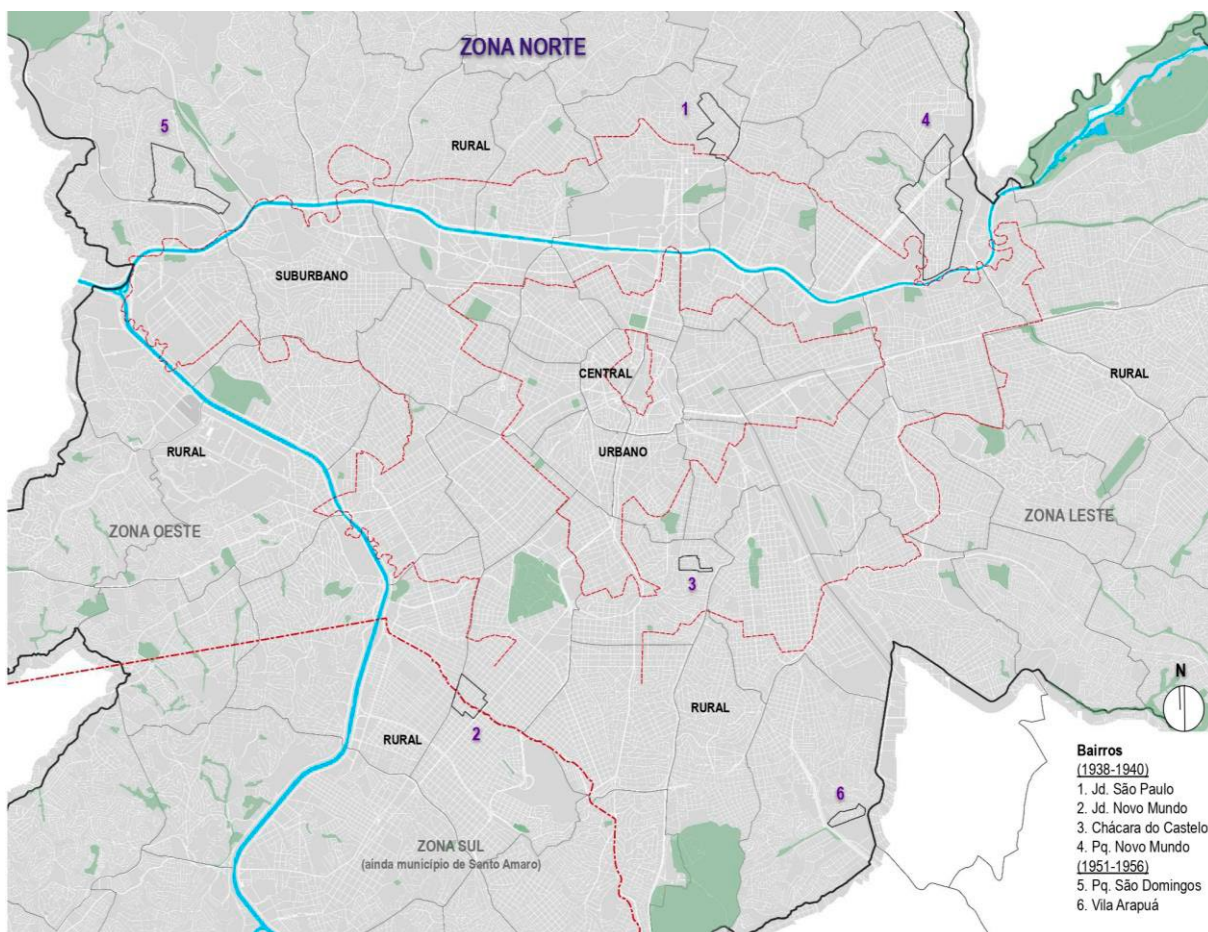
⁸ “Até os anos 1960, boa parte do distrito de Pirituba ainda carecia de serviços públicos básicos, como água e luz. Os moradores se mobilizaram e chegaram a tentar uma emancipação, acabaram recuando, mas a prefeitura passou a dedicar mais atenção à região. Já na década de 70, ao mesmo tempo em que a Cia. City começa a lotear empreendimentos de alto padrão, tem início um período de crescimento desordenado em que o planejamento urbanístico do distrito e do bairro se perdem. Surgem vários pontos mais empobrecidos, loteamentos populares e favelas que atualmente contrastam com as partes baixas em que famílias de classe média ocupam imóveis de alto padrão.” Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-historia-de-pirituba-em-sete-topicos,1753897#>. Acesso em 08 jul. 2020.



Como participantes ativos da construção desta metrópole intensa, orgulho de todos nós pelo arrojo e coragem que sempre a caracterizaram, sentimos recompensados por tantos e tão árduos anos de labor constante. A nossa empresa preocupada em abrir novos espaços para que a gente que mora em São Paulo, ampliasse e melhorasse as suas condições de vida, marcou seu pioneirismo em diversos bairros. [...] Nos orgulhamos de haver crescido com São Paulo, contribuindo com nossas iniciativas e empreendimentos para que nossa cidade tenha a grandeza, a projeção e o respeito que nos envaidecem tanto. E ficamos felizes em poder, neste momento, quando maior é a discussão sobre os males causados pelo gigantismo da cidade, trazer à luz um recado carinhoso, uma mensagem de otimismo e romantismo, através das crônicas aqui contidas. Mais do que nunca, a hora é oportuna, para que recomeçemos a amar um pouco mais a nossa cidade, recordando que a “São Paulo de ontem” é a mesma “de hoje...”, só que maior, muito maior, com problemas oriundos de um crescimento tão fulminante, mas mesmo assim, digna de nosso amor e admiração (PREDIAL NOVO MUNDO S/A, 1954, p. 313-315).

Figura 2: Localização dos bairros implantados pelas Organizações Novo Mundo em São Paulo.

Fonte: Portal Geosampa, 2022. Elaborado pela autora.



Bairros das Organizações Novo Mundo, com destaque para os perímetros central, urbano, suburbano e rural, definidos na década de 1930, evidenciando que estes bairros foram implantados nas áreas tidas como suburbanas e rurais até meados da década de 1960.

Fonte: Mapa Base - Portal Geosampa, 2022; Perímetros - Planta da Cidade de São Paulo mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, organizada por Luiz Strina e Cia., 1926. Arquivo Público do Estado. Elaborado pela autora.



Até este momento da pesquisa, foram identificados seis loteamentos residenciais (Figura 2) implantados pelas Organizações Novo Mundo em São Paulo e suas empresas filiais, entre o final das décadas de 1930 e 1950, nas Zonas Norte e Sul da cidade. São eles: Predial Novo Mundo S/A: Jardim Novo Mundo, Jardim São Paulo, Chácara do Castelo (todos em 1938) e Vila Arapuá (1956); Parque Novo Mundo Imobiliária e Comercial Ltda.: Parque Novo Mundo (1940); e Novo Mundo Investimentos Ltda.: Parque São Domingos (1951-1953).

Além dos loteamentos na cidade de São Paulo, neste mesmo período, a Predial Novo Mundo S/A, implantou loteamentos em outras cidades, como Rio de Janeiro, Praia Grande, São Bernardo do Campo, Jundiaí e Jacareí, reforçando a abrangência de seus negócios e atuação que extrapolaram os limites municipais de São Paulo.

Considerações Finais

As Organizações Novo Mundo expõe um padrão empresarial já percebido em outras empresas do ramo que atuaram na região - como, por exemplo, a Cia. City, que implantou cinco bairros-jardins na localidade entre as décadas de 1970 e 1990 (ALMEIDA, 2020) -, que desenvolvem suas atividades imobiliárias vinculadas a outros setores econômicos, notadamente o financeiro e o industrial, necessitando desta injeção de capital, seja estrangeiro ou nacional, para a continuidade de seus negócios. São empresas que participam de um conglomerado empresarial, na qual cada uma delas é responsável por uma parte do processo de desenvolvimento e implantação destes bairros nos territórios isolados da cidade.

Diante desse panorama, é possível perceber como o processo de ocupação da Zona Norte está intrinsecamente ligado ao processo de expansão do território do centro da cidade em direção às áreas suburbanas e periféricas do município, seguindo os vetores da industrialização e do rodoviarismo que transformaram a cidade em metrópole a partir dos anos 1940, tendo seu auge com a industrialização ao longo dos anos 1950 e nas décadas seguintes, o que atraiu grande contingente populacional e provocou novas demandas de serviço público e infraestrutura urbana, de modo a conciliar as diversas atividades desenvolvidas em conjunto às áreas destinadas à moradia. Como resume Sampaio:

A ação desses loteadores acompanhou os vetores que nortearam a expansão urbana; primeiro as ferrovias, mais tarde as rodovias, quase sempre a indústria, embora essa última não tenha estado necessariamente presente onde surgiram loteamentos. [...] A atividade de lotear, exercida pela iniciativa privada, foi, ao lado da indústria, uma das locomotivas da metropolização; era mais um resultado dos múltiplos interesses capitalistas que se cruzavam na cidade resultando em sua nova formação – a área



metropolitana, que expressava o dinamismo, a diversidade e, sobretudo a complexidade da vida urbana em constante transformação (SAMPAIO, 1994, p. 19-31).

Sendo assim, percebe-se o papel fundamental destes agentes loteadores (nacionais ou estrangeiros) na lógica de expansão da cidade, através da implantação de loteamentos regulares, destinados aos crescentes setores médios urbanos, atrelados aos eixos de desenvolvimento de transporte e da industrialização, seja pela espacialização no território ou pela vinculação dos empresários e também loteadores ao ramo industrial, como evidenciado na trajetória de Domingos Fernandes Alonso, imigrante espanhol que encontrou no país a oportunidade de ascender social e financeiramente, adotando o Brasil como pátria e criando seu próprio “Novo Mundo”, fundando e ficando a frente deste grupo empresarial que atuou em diversas frentes de negócios, contribuindo de maneira expressiva para a expansão das atividades econômicas de sua organização, mas também para a indústria automobilística brasileira e para a expansão territorial de São Paulo na segunda metade do século XX, com a implantação de seus bairros residenciais pelas Zonas Norte e Sul da cidade.

Vale ressaltar que algumas das empresas fundadas por Domingos Fernandes Alonso encontram-se ativas, como a Predial Novo Mundo S.A. (JUCESP, 2020b) que continua atuando no mercado imobiliário até hoje, sendo, portanto uma empresa que apresenta longa história de atuação em São Paulo, mas ainda pouco evidenciada – salvo algumas menções esparsas na bibliografia – e que participou e se beneficiou de todo o processo de metropolização da cidade, atingindo seu auge a partir da segunda metade do século XX.

Referências

ALMEIDA, Deborah Sandes de. **Companhia City além-rios: Os bairros-jardins na Zona Norte de São Paulo e a trajetória empresarial (1950-2000)**. 2020. 286 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ARQUIVO NACIONAL - Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Processo de naturalização de Domingos Fernandes Alonso**. Rio de Janeiro, 08 de março de 1938.

AZEVEDO, Aroldo de. **Subúrbios de São Paulo (Primeiros Estudos)**. Separata do Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”. São Paulo, 1943.

BANCO Financial Novo Mundo e Predial Novo Mundo. **Correio Paulistano**, São Paulo, edição 887, 27 abr. 1935.



BARTALINI, Vladimir. Brejos, vielas, escadas: um bairro-jardim e suas águas. **PÓS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU USP**, São Paulo, v. 19, n. 31, p.26-43, jun. 2012.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e Zoneamento. São Paulo: 1947 - 1972**. São Paulo: Edusp, 2005.

GARCIA, Glaucia. A história da fábrica da DKW Vemag. **Blog São Paulo Antiga**: São Paulo, 23 dez. 2009. Disponível em: <https://www.saopauloantiga.com.br/vemag-uma-fabrica-que-agoniza-no-tempo/>. Acesso em 28 ago. 2020.

JUCESP, Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Ata de Constituição da empresa Novo Mundo Investimentos Imobiliários**. São Paulo, Jucesp, 2020a.

JUCESP, Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Ficha de Breve Relato da empresa Novo Mundo Investimentos Imobiliários**. São Paulo, Jucesp, 2020b.

KAWAI, Célia Seri. **Os loteamentos de traçado orgânico realizados no município de São Paulo na primeira metade do século XX**. 2000. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

KORNIJESUK, Norton. O segundo carro de passeio fabricado no Brasil. **Blog Blogspot**: Teófilo Otoni, 02 fev. 2014. Disponível em: <https://cineolido.blogspot.com/2014/02/o-segundo-carro-de-passeio-fabricado-no.html>. Acesso em 08 de março de 2022.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de Geografia Urbana**. 1968. 564 f. Tese de Doutorado - Curso de Filosofia, Ciências e Letras, UNICAMP - Universidade de Campinas em Rio Claro, Rio Claro, 1968.

MENDONÇA, Luiz. Sr. Domingos Fernandes Alonso. **Revista de Seguros**, Rio de Janeiro, fev. de 1972, p. 272.

MEYER, Regina Maria Proserpi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. **São Paulo Metrópole**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013.

PARQUE São Domingos: anúncio imobiliário. **Diário da Noite**, São Paulo, p. 11, 19 set. 1958.

PREDIAL NOVO MUNDO S/A. **São Paulo de ontem e de hoje**. São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1954.



ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito. São Paulo: espaço, história e política.** São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana. **Espaço & Debates**, n. 37, v. XIV, 1994, pp.19-33.

SANDLER, Paulo Cesar. **DKW: A grande história da pequena maravilha.** São Paulo: Editora Alaúde, 2006.

SANTOS, Laerte Moreira dos. **Expansão Urbana da Cidade de São Paulo e a segregação sócio-espaial durante o período de 1850 a 1992.** São Paulo, 1992. Disponível em <https://estudantesdeservicosocial.files.wordpress.com/2013/08/texto4.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros – Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo.** 1987. 289 f. Tese de Doutorado – Curso de Geografia, FFLCH – USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

STIEL, Waldemar Corrêa. **História dos transportes coletivos em São Paulo.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil e Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SZMRECSÁNYI, Maria Irene de Q. F.. A macrometrópole paulistana: 1950-2004. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica da Cidade de São Paulo.** São Paulo: Editora Globo, 2004.

TAVARES, Jeferson. **Planejamento regional no Estado de São Paulo: Polos, Eixos e a Região dos Vetores Produtivos.** São Paulo: Annablume, 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

QUESTÃO DE DEFESA NACIONAL: A OCUPAÇÃO DOS VALES COLONIAIS SULINOS DA FAIXA DE FRONTEIRA NACIONAL

**National defense issue: the occupation of the south colonial valleys of the
national border band**

SOARES, Karen Alessandra Solek



Resumo

Este estudo abrange a efêmera criação e extinção do Território Federal do Iguaçu - TFI encampado pelo programa Marcha para o Oeste como indício do princípio do processo de colonização de parte da região sul brasileira, a qual forneceu posteriores resultados territoriais diferenciados na rede de cidades, até a década de 1990, quando há uma mudança na abordagem sobre o tema da defesa nacional. O período do entre guerras explicita preocupações de gestão governamental relacionadas à defesa nacional, principalmente pelo histórico de embates territoriais com os países vizinhos da América Latina. Mais do que ações políticas, observam-se mudanças de estratégia visando a segurança nacional e defesa nacional no controle de terras públicas, nas especificidades dos Vales Coloniais Sulinos nas décadas subsequentes. Assim, tem-se como objetivo analisar as conjunturas nacionais e internacionais para a formação do Território Federal do Iguaçu (1943-1946) juntamente com o programa Marcha para o Oeste (1937-1945). O método indutivo-dedutivo na multiescalaridade territorial apoia-se na revisão de literatura e na análise de fontes documentais secundárias, em mapas e leis para discutir a implantação territorial diferenciada da rede de cidades na Faixa de Fronteira Nacional entre os estados do Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul, especialmente quanto à sua consolidação territorial na seção dos Vales Coloniais Sulinos na Faixa de Fronteira Nacional no final do século XX.

Palavras-chave: Faixa de Fronteira Nacional. Defesa Nacional. Marcha para Oeste. Planejamento territorial.

Abstract

This study covers the ephemeral creation and extinction of the Federal Territory of Iguaçu - TFI, taken over by the "Marcha para Oeste" program, as an indication of the beginning of the colonization process of part of the Brazilian South region which provided later differentiated territorial results in the network of cities, until the 1990s, when there was a change in the approach to the theme of national defense. The interwar period makes explicit concerns of government management related to national defense, mainly due to the history of territorial clashes with neighboring Latin American countries. More than political actions, there are changes in strategy aimed at national security and national defense in the control of public lands, in the specificities of the Southern Colonial Valleys in subsequent decades. Therefore, the objective is to analyze the national and international conjunctures for the formation of the Federal Territory of Iguaçu (1943-1946), together with the "Marcha para Oeste" program (1937-1945). The inductive-deductive method in territorial multiscalarity is based on a literature review and analysis of secondary documentary sources, maps and laws, to discuss the differentiated territorial implementation of the network of cities in the National Border Range between the Brazilian states of Paraná, Santa Catarina and part of Rio Grande do Sul.

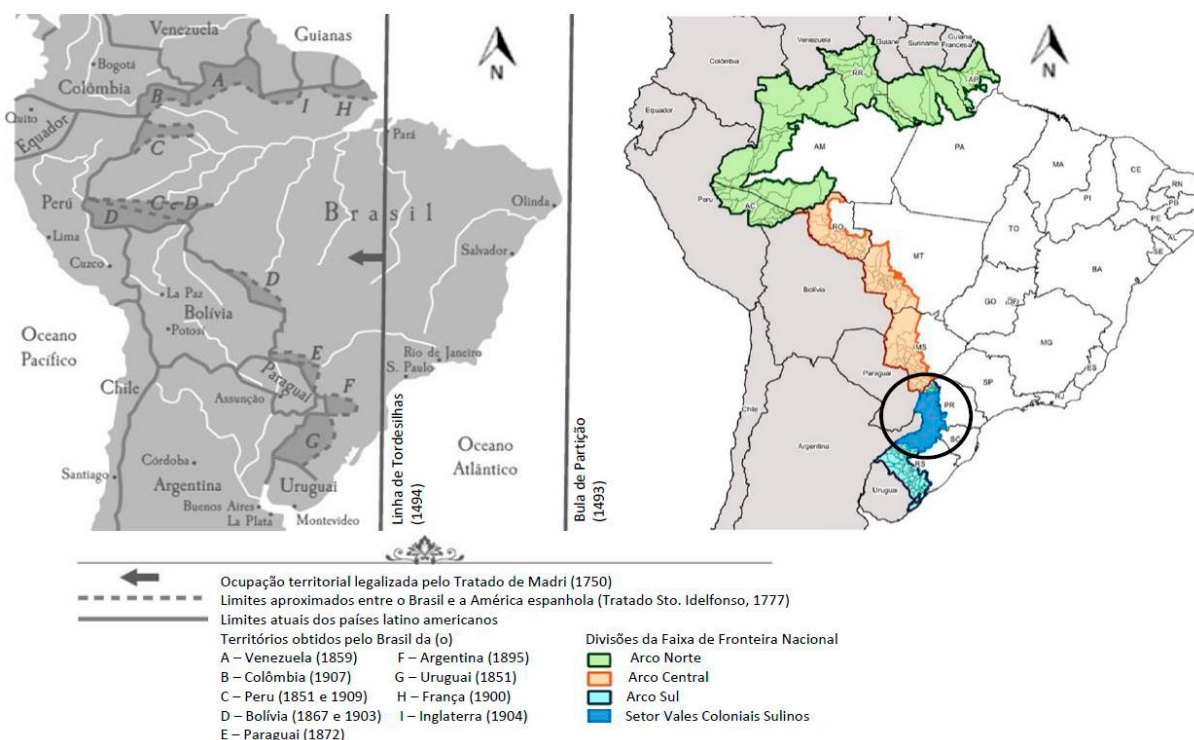
Keywords: National Border Strip. National Defense. March to the West. Territorial planning.



QUESTÃO DE DEFESA NACIONAL: A OCUPAÇÃO DOS VALES COLONIAIS SULINOS DA FAIXA DE FRONTEIRA NACIONAL

A presente pesquisa abordou o tema da defesa nacional e as ações decorrentes deste pensamento sobre o “Arco Sul”, no setor dos Vales Coloniais Sulinos da Faixa de Fronteira Nacional – FFN, a qual abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (fig.1). Justificou-se o presente trabalho nas temporalidades e conjunturas territoriais observadas na América Latina decorrentes da relação entre os países vizinhos, mais facilmente constatáveis na extensão da Faixa de Fronteira, as quais vieram a conformar propostas de divisão territorial diferenciadas do restante da faixa de fronteira, a partir do período pós-guerra mundiais.

Figura 1. Mapa de limites brasileiros conforme vários tratados internacionais e a Faixa de Fronteira Nacional em sua abrangência. Fonte: Goes Filho, 2015, p.409; Pêgo (coord.), 2018, p.202; adaptado pelas autoras.



O problema de pesquisa foi o de procurar temporalidades nas relações políticas entre Brasil e Argentina, que dessem subsídio para a conformação do Território Federal do Iguaçu - TFI, inclusive na definição de sua extensão, e que justificassem a divisão administrativa territorial e o adensamento urbano diferenciado da porção do “Vales Coloniais Sulinos”, parte pertencente ao “Arco Sul” da FFN brasileira. Para tal problema foi formulada a hipótese de



que existem indícios de uma relação entre a formação do TFI, fomentado pelo programa Marcha para Oeste, e a condição de defesa nacional associada a problemas políticos enfrentados na Argentina no mesmo período.

Intencionando a resposta ao problema de pesquisa, teve-se como objetivo analisar as conjunturas nacionais e internacionais para a formação do TFI. Para tanto, analisaram-se os embates territoriais que determinaram os limites da FFN, destacando os conceitos de segurança e defesa nacional em suas temporalidades a partir das constituições brasileiras; bem como as propostas de colonização pelo programa Marcha para Oeste pontuando ações na FFN nos estados do Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul.

A pesquisa apoia-se na revisão de literatura de autores que tratam da conformação dos territórios nacionais e na análise de fontes documentais, sejam primárias, como mapas e leis, sejam secundárias, que tratam da análise de implantação territorial da rede de cidades na FFN. O método de análise de dados baseia-se em uma abordagem indutivo/dedutivo da multiescalaridade¹ formada pelos vários conflitos territoriais, ou a ameaça destes, entre Brasil e Argentina.

Fundamentado na concepção de “segurança nacional”², evidencia-se as evoluções legislativas que ampliaram a abrangência da FFN, a partir de 1934, reforçados pelos objetivos de integração nacional e redução de diferenças territoriais. Tais objetivos, incorporados ao programa Marcha para Oeste³, justificaram a criação dos Territórios Federais, inclusive a existência efêmera do Território Federal do Iguaçu (1943-1946), que representam ações de planejamento sobre a FFN. Resultante destas políticas, verifica-se a intensa subdivisão territorial dos estados do Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul, englobando os limites próximos ao do Território de Misiones, na Argentina.

¹ Tomando o território como materialidade no processo da dinâmica social, a territorialidade assume algumas escalas em certos elementos que dão noções basilares: a) a flexibilidade dos limites e da durabilidade das territorialidades; b) descontinuidade espacial para a formação da ideia de território-rede; c) e a superposição de territorialidades no uso do território, o que vai além de suas fronteiras (COELHO NETO, 2013)

² Conceitua-se que a segurança nacional “[...] é a condição que permite ao país a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livres de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantir aos cidadãos o exercício dos direitos e deveres constitucionais” (FURTADO, 2013, p.26).

³ “A Marcha para o Oeste foi um programa criado durante a ditadura varguista do Estado Novo [1937 – 1945] com o objetivo de promover a integração econômica e incentivar a povoação de vastas áreas no Centro-Oeste e Norte brasileiros, que eram pouco povoadas e estavam à margem na economia brasileira” (MUNDOEDUCAÇÃO, 2021, s.p.).



A função da Faixa de Fronteira Nacional e a sua abrangência

O termo “limite territorial” tem duas conotações, a primeira, de cunho legal, no sentido de demarcar o encerramento de uma unidade territorial de um estado-nacional, ou seja, a sua separação com outros países. A segunda, a partir de um conceito político-jurídico, de fortalecer a soberania do Estado, o controle e a delimitação do exercício do poder sobre o território (FURTADO, 2013). A visão militar de defesa do território contra ameaças externas está incluída no conceito de segurança nacional, necessário para a soberania e integridade territorial (FURTADO, 2013).

No início do histórico para o estabelecimento dos limites do contorno do território brasileiro, o Tratado de Madrid, firmado entre Portugal e Espanha em 1750, é um marco para racionalização e organização das colônias na América do Sul (fig. 1). Utilizou-se dos conceitos da efetiva posse da terra (*uti possidetis*) e estabeleceu os acidentes geográficos como limites distintivos entre os territórios (SOUSA, 2021). Desde então, o Brasil tomou contornos mais naturais, quando vários corpos hídricos (rios, canais e lagoas), fizeram parte do *locus* do limite político brasileiro. Esse tratado legalizou a posse dos territórios ao Sul, a Oeste e em parte do Norte dos contornos brasileiros (fig. 1), que foram afinados, bem como as precisões das linhas demarcatórias entre os vários países vizinhos da América Latina, a partir da segunda metade do século XIX até início do XX (GOES FILHO, 2015).

No caso específico da Região Sul do país, contrariou-se, por outros interesses, o conceito *uti possidetis*, constatado na forte presença de colonização espanhola decorrente dos missionários jesuítas junto aos nativos, que formaram pequenos grupos populacionais até 1632. Após estes momentos, a influência estrangeira permanece na fronteira e se fortalece com a introdução do sistema de *obrages* para a exploração extrativista de madeira e erva-mate nativa, proveniente de interesses de comercialização argentinos e paraguaios na região fronteira até 1930 (MORAES, 2017). As empresas extrativistas sazonais e itinerantes, em livre trânsito nas duas margens do rio Paraná, sem considerar os limites oficiais do território, não promoviam o surgimento de conglomerados urbanos relevantes, mas apenas pequenos vilarejos ou pousos de apoio para a circulação da mercadoria e descanso de tropas de murares (MORAES, 2017). Diante da falta de controle da intensa permeabilidade da FFN, ações de definição de limites no sentido da segurança nacional renderam décadas de tensões fronteiriças.

Na figura 1, no mapa à esquerda, destacam-se (nas áreas mais escuras junto aos limites atuais dos países, marcados de A a G) as disputas territoriais que serviram para definir os limites das fronteiras brasileira. No mapa, nas considerações sobre os limites da região Sul, representadas pelas letras “E” e “F”, observa-se que, logo após a instauração da República



havia as seguintes situações: No trecho “E”: após a Guerra do Paraguai (1864-1872), os limites estavam mal delimitados e englobavam o extremo da divisa do estado do Paraná até as proximidades do estado do Mato Grosso do Sul; no caso de demarcação da “Serra de Maracaju” (1872-1927), a discussão sobre a precisão de demarcação desapareceu com a formação do lago de Itaipu, no ano de 1984, que encobriu os saltos de “Sete Quedas” e constituiu-se ali uma reserva biológica administrada pela empresa binacional Itaipu nos fins da década de 1980 (GOMES, 2009). No trecho “F”: a “Questão de Palmas” com a Argentina (entre 1890-1895) perdurou com a Guerra do Contestado entre os estados do Paraná e de Santa Catarina (entre 1912-1916).

Em seu conceito tradicional, “A faixa de fronteira é a área legalmente estabelecida pelo Estado para direcionar um tratamento político diferenciado em relação ao restante do país” (FURTADO, 2013, p.39). As atuais orientações jurídicas da União distinguem duas situações de atuação sobre o território formado pela FFN, uma na consideração de poder de polícia (faixa de segurança nacional), e a outra, de domínio das terras devolutas⁴ sobre esta faixa (FURTADO, 2013). Os pressupostos de domínio da terra (direito de controle do bem corpóreo), e da imposição de limites ao exercício de direitos e liberdades em prol do interesse coletivo, na faixa de fronteira, estão dispostos dentro de determinada extensão territorial.

A largura do espaço tampão próximo à fronteira, a qual abrange uma área paralela ao limite internacional do país, necessário para a operação das tropas militares, sofreu alterações conforme a tecnologia bélica e o alcance da artilharia aumentavam durante os séculos. Desde o Império brasileiro, a zona de limite indispensável à defesa e proteção das fronteiras e estradas de ferro, para o interior do território nacional, era de 66 km (10 léguas). O ponto de inflexão no Brasil para a dimensão da largura entre as duas versões, a de domínio e a de segurança nacional, esteve definido em algumas de suas Cartas Régias (Quadro 1).

Ideologicamente, a influência do período em que ocorreram as duas grandes guerras (1914 a 1945) colabora estigmatizando os temas de defesa e segurança nacional adotados pelos países da América Latina e sua aplicação sobre as fronteiras (FURTADO, 2013). Klever (2020), em seus estudos sobre a propaganda veiculada em periódicos da época, reforça que,

⁴ A Lei de Terras (Lei nº 601/1850), em seu conceito jurídico, definiu como “devoluto” o terreno desocupado, desabitado, não cultivado, vago, e não reservado para o uso público. Essa definição sobre as “Terras Devolutas” foi sendo replicada, sem alteração, em várias legislações, ignorando populações nativas (ITCG, 2008).



mesmo a concretização do golpe que configurou o “Estado Novo” (1937-1945) foi justificada na situação de um estado de emergência forjado contra a um eminente “perigo comunista”.

Quadro 1. Evolução da amplitude Faixa de Fronteira e de Segurança Nacional. Fonte: Carneiro Filho e Camara, 2019, adaptado pelas autoras.

PERÍODO	FAIXA DE SEGURANÇA NACIONAL (Poder de polícia)	ÁREA DOMÍNIO DAS TERRAS DEVOLUTAS NA FAIXA DE FRONTEIRA (domínio do que não é particular)
1850 - 1934		66 Km (10 léguas)
1934 - 1937	100 Km	66 Km
1937 - 1955	150 Km	66 Km
1955 - 1979	150 Km	150 Km
1979 - atual	150 Km	Região formada pelos municípios que estão parcial ou integralmente na faixa de 150 quilômetros de largura a partir do limite internacional terrestre

Conforme observado no quadro 1, a partir de 1934, com uma nova política de maior interesse na “nacionalização” da fronteira brasileira, nota-se o surgimento do conceito “segurança nacional” na Carta Magna de 1934 (Art. 166), instituído pelo aumento da amplitude de atuação do “poder de polícia” de competência da administração pública, primeiramente de 100 km, e depois para 150 km, dado pela “Constituição Polaca” de 1937 (Art. 165) (FURTADO, 2013).

Neste sentido, na definição da FFN, destaca-se que até a constituição de 1955 manteve-se a faixa de domínio das terras devolutas a 66 km sob a tutela da União. Entre 1934 e 1955, nas alterações da largura da Faixa de Segurança, os Estados da federação assumem as atribuições sobre o domínio das terras devolutas no interstício para além da faixa de 66km, até a de segurança nacional (FURTADO, 2013). Contudo, na região Sul, há um hiato entre estas destinações entre 1943 e 1946, com a criação do Território Federal do Iguaçu, sobre a tutela da União.

A partir de 1955, quando a largura da faixa de fronteira alcançou a dimensão de 150 km, e a União passou a ter o domínio e o poder de polícia sobre as terras devolutas em toda esta extensão, houve uma sobreposição das duas referidas faixas igualando o domínio ao de atuação da segurança nacional (CARNEIRO FILHO e CAMARA, 2019). Mais tarde, a faixa de fronteira, regulamentada pela Lei nº 6.634/1979, qualifica uma região formada pelos territórios dos municípios, parcial ou integralmente dentro da faixa de 150 km de largura, assumindo assim, a faixa de fronteira, uma largura superior aos 150 km (CARNEIRO FILHO; CAMARA, 2019).



Contemporaneidades nas organizações territoriais da faixa de fronteira

A divisão territorial do Brasil tem suas origens nas capitanias hereditárias na criação de novas unidades administrativas sob o julgo de apenas um governo geral, a qual não sofreu alterações quantitativas profundas desde o Brasil Império (1822-1889) (LOPES, 2002).

No Império já havia o desejo de organizar o desequilíbrio entre áreas de prosperidades e de vazios demográficos, tendo a ideia de proporção territorial das unidades político-administrativas e a de formação de “Territórios” como uma condição especial “[...] para províncias sem população e sem recursos para dinamizar-se e realizar-se como partes integrantes, e juridicamente iguais às que caminhavam mais rapidamente, na federação nascente (LOPES, 2002, p.23)”.

O conceito jurídico de novos territórios consolidou-se quando da incorporação do território do Acre ao Brasil pelo “Tratado de Petrópolis” acordado junto à Bolívia no ano de 1903 (trecho da letra “D” da figura 1). Nos termos: “o território federal é uma área, um espaço territorial, não compreendido na jurisdição de estados-membros, excedente, portanto do conjunto territorial compartilhado por essas unidades federativas, imediata e exclusivamente submetidas à jurisdição da União (LOPES, 2002, p.25)”.

Lopes (2002) comenta que ao longo das décadas de 1920 e 1930 houve várias propostas de revisão da extensão territorial das unidades federativas do país como um todo, visando uma racionalização na proporcionalidade territorial dos Estados. Grande parte das propostas sugeriram dois tipos de unidades administrativas: Estados auto administráveis e os Territórios administrados diretamente pela União (LOPES, 2002).

Foi somente após a revolução de 1930 e o Estado Novo, com um modelo de centralização política e intervenção estatal fundamentada com uma ideologia desenvolvimentista que as propostas de revisão dos territórios puderam se estabelecer. Sob a justificativa da consolidação da “União Nacional”, no período do Estado Novo (1937-1945), o regime varguista elaborou um projeto político de povoar o interior do país pela propaganda da Marcha para o Oeste, lançada um mês e meio após o golpe. Com seu regime centralizador, o Estado foi colocado como o principal agente interventor da política econômica e incorporou o discurso de conquista destes “espaços vazios” no interior do país como símbolo do progresso e civilização que evocava o espírito bandeirante desbravador (KLEVER, 2020).

Até esse momento, nas especificidades de região Sul, na divisa internacional da Faixa de Fronteira, os limites estabelecidos com a Argentina (1895) não impediram a extração ilegal da erva-mate e da madeira nas terras do oeste paranaense, tampouco o seu escoamento para



os mercados do Prata, ou exportação via portos de Santa Catarina do produto ervateiro beneficiado, sem taxaço, até a década de 1930 (SZESZ, 1997). A colonização da região não era um dos objetivos dos *obrageros*, os quais impediam ações de permanência populacional devido ao foco na ação extrativista. Estas ações proibiam qualquer plantio de subsistência, visando manter a dependência aos armazéns da exploradora e as habitações provisórias, pois também serviam de depósito e secagem da erva-mate (PRIORI *et al*, 2012). A urbanização exercida pela economia extrativista da erva-mate e da madeira na FFN se restringiu aos lugares de seu beneficiamento, ou seja, no litoral do Estado (OLIVEIRA, 2002).

Nas constituições de 1934 e 1937, observam-se várias movimentações de organização exclusiva da União sobre os limites do território nacional, além de políticas de segurança das fronteiras (art. 2, Constituição de 1934 e art. 15, Constituição 1937). Após ter conhecimento do território e das ocupações existentes no levantamento brasileiro dos povoados, vilas e cidades existentes (Decreto-Lei Federal nº 311/1938), a União fomentou uma ocupação organizada por “Colônias Estaduais” e por “Planos de Colonização”, a cargo de empresas colonizadoras e imobiliárias interessadas na exploração da madeira, integrada a uma ocupação direcionada à agricultura de subsistência e à criação de animais de pequeno porte (PRIORI *et al*, 2012). As relações se davam num primitivo estrutural, próximo às relações mercantis, na ausência da propriedade fundiária com documentos de aforamento das terras devolutas na FFN (OLIVEIRA, 2013).

A designação do lema “Marcha para Oeste” formava um conjunto de ações variadas, que iam desde a implantação de colônias agrícolas até a abertura de estradas, passando por obras de saneamento rural e de saúde pública, como a construção de hospitais (LOPES, 2002). A sua primeira onda do programa tem como principal marca a expansão fundiária, justificadas no desenvolvimentismo econômico e militar.

No intuito do programa da Marcha para o Oeste encampado pelo Estado Novo (1937-1945), o discurso do então ministro da Agricultura Daniel de Carvalho alia a agricultura a uma visão estratégica militar no abastecimento de alimentos e de matéria-prima às indústrias.

O programa de reabilitação da agricultura está essencialmente ligado ao da **defesa nacional**, visando o aumento da produção à baixo custo, conservação da produtividade do solo, a prudente acumulação de estoques armazenados nos anos de abundância, para uso nos de seca, chuvas excessivas, pragas ou **outras causas de escassez** [...]. (Revista Brasileira dos Municípios, 1949, p.442 – grifo nosso).

De modo complementar, a defesa do interesse nacional relacionava-se ao conceito de segurança nacional, protecionista, como já comentado neste trabalho.



A constituição de 1937 menciona em seu art. 6º, que: “A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, Territórios Federais, cuja administração será regulada em lei especial” (Brasil, 1937). Juridicamente a personalidade do território federal passou a figurar pela primeira vez na Constituição Federal de 1934, ao se referir na composição da Nação por Estados, Distrito Federal e Territórios, citando o Acre e a possibilidade de outros que viessem a pertencer à União. Com a Carta de 1937 pôde-se criar novos territórios sem, necessariamente, o acréscimo geográfico de área nacional, mas a partir de desmembramentos de áreas dos próprios Estados-membro, desde que em defesa do interesse nacional (LOPES, 2002). Com base neste preceito legal, no ano de 1942, foi criado o território federal de Fernando de Noronha por decretos-lei e, no ano de 1943, os territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu (1943) (Fig.2).

Figura 2. Territórios federais criados no Brasil. Fonte: Signori, 2021, p.11.



O risco estrangeiro na desnacionalização das fronteiras é salientado nestas ações, já que houve a criação dos territórios federais justamente nas áreas em tiveram problemas de definição de limites entre o Brasil com seus países vizinhos e que foram resolvidos através da diplomacia brasileira, o que não correspondia à toda a faixa de fronteira (LOPES, 2002).

Outro aspecto levantado, além da presença efetiva de estrangeiros nestas áreas, está a falta de atendimento à qualidade de vida população ali existente, que se encontrava em abandono de políticas públicas. “Embora não se tratasse de um perigo de invasão propriamente dito por parte dos países vizinhos, entendia-se que o perigo se dava [na possibilidade de levantes], sobretudo, em decorrência do abandono em que se encontravam as regiões fronteiras (LOPES, 2002, p. 111)”. E foi justamente com o argumento de abandono e falta de uso territorial que o recorte dos territórios federais foi criado.



Como segunda medida, a ideia de território veio para reforçar a delimitação de uma faixa de ocupação tida como estratégica para a “segurança nacional”, no intuito de permitir a preservação da soberania e a integridade territorial por ação direta do Estado (FURTADO, 2013). Somente com o objetivo de nacionalizar as fronteiras, oportunizou-se colonizar parte do oeste de Santa Catarina, do sudoeste do Paraná e do sul do Mato Grosso (MURARO, 2016). Já que, “As fronteiras legais existiam, mas não limitavam a circulação de pessoas e de cultura (MURARO, 2016, p.175)”.

Desde o ano de 1931 o relatório de uma Comissão Federal apontava a necessidade de criação do território na região de fronteira paranaense, mesmo que contrário a um parecer, com o mesmo tema, feito pela Secretaria do Interior, Viação e Obras Públicas do Paraná (LOPES, 2002).

Seguindo a ideia da segurança nacional e de preservação da soberania e integridade territorial, alguns autores trazem como indício a entrada do Brasil na vigente Segunda Grande Guerra Mundial, no ano de 1942, ao lado dos “Aliados”, reforçado pela aparente neutralidade da Argentina, mas com demonstração de simpatia do país vizinho em apoio ao lado do “Eixo” (PRIORI *et al*, 2012; KLEVER, 2020, p.30).

Em um resgate histórico, com a crise financeira da década de 1930, o país vizinho da Argentina sofre uma sequência de golpes de Estado na sucessão de gestões causadoras da “Década Infame” (1930-1943) reforçando uma dependência econômica-produtiva com os países da Inglaterra e Estados Unidos (WALDMANN, 2009). Uma reação vem a ocorrer, em 4 de junho de 1943, com a “Revolução de 43” na Argentina, que foi um golpe de Estado militar contra o governo de “democracia de fachada”, tido como corrupto, fraudulento e de postura política repressiva e fascista (WALDMANN, 2009). Estabeleceu-se, por conseguinte, uma ditadura provisória de governos militares que, influenciados por ideais nacionalistas, ultracatólicas e autoritárias, foram acusados de fascista pela oposição, diante da sua neutralidade diante da segunda Grande Guerra. O contexto de elementos dá o início ao primeiro período do “Peronismo” (1943-1945), que se centrou em reformular a posição do país no contexto internacional e apaziguar questões trabalhistas (WALDMANN, 2009). O momento de instabilidade política na Argentina é acalmado e tem-se a fase de consolidação do “Peronismo” (1946-1949), com a convocação de eleições democráticas em 24 de fevereiro, sendo eleito Juan Domingo Perón, que assume a presidência em julho de 1946 (WALDMANN, 2009).



Quadro 2. Comparação entre Brasil e Argentina nas temporalidades de criação e extinção do Território Federal do Iguaçu. Fonte: EL HISTORIADOR, 2006, adaptado pelas autoras.

PAÍS	EVENTO	INÍCIO	FINAL
ARGENTINA	Revolução de 43	junho/1943	julho/1946
BRASIL	Território Federal do Iguaçu	setembro/1943	setembro/1946

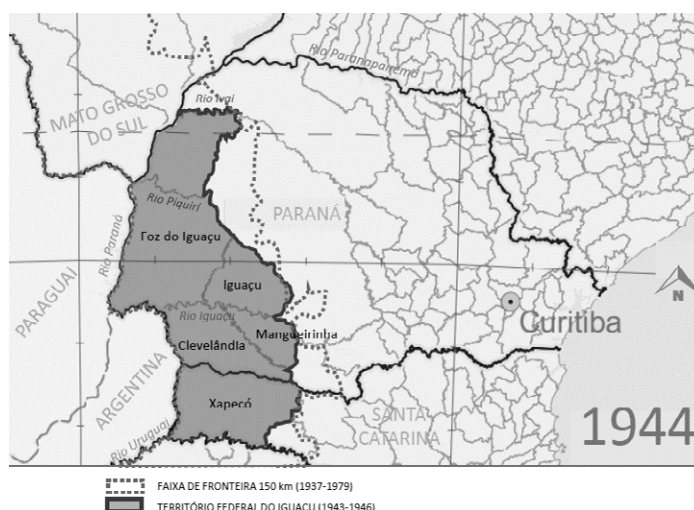
Neste relato de fatos, é interessante notar a contemporaneidade entre a duração da “Revolução de 43” (junho/1943 – julho/1946), na Argentina, que se aproxima do período de permanência do Território do Iguaçu (setembro/1943 a setembro/1946) (Quadro 2). Estes são indícios de uma movimentação brasileira na situação de defesa nacional a qual é plausível para as iniciativas de criação e desmonte do Território Federal do Iguaçu.

RANDIN (2016) afirma que:

A criação do Território Federal do Iguaçu pelo governo de Getúlio Vargas, em 1943, tinha o propósito de **fortalecer as fronteiras com a Argentina**, mas também o de facilitar a expansão da colonização para essa região, dentro da perspectiva da Marcha para o Oeste. A política do governo Vargas tinha por princípio que a construção da nação se daria a partir da difusão e resgate do espírito bandeirante nos brasileiros. Esperava-se que os “trilhos abertos pela bandeira” se constituíssem em meio de construção da brasilidade, sendo que a referida Marcha deveria impulsionar esse processo (RANDIN, 2016, p.160 – grifo nosso).

O Território Federal do Iguaçu - TFI (1943-1946) foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 5.812/1943, e abrangia o oeste e sudoeste do Paraná, bem como o Oeste de Santa Catarina (fig. 3). Nasceu de um contexto que visava o desenvolvimento do país, em meio a campanhas de popularização de correntes colonizadoras dirigida pelo Governo Federal no programa Marcha para Oeste (1937-1945), o qual evocava a presença do “espírito bandeirante” (KLEVER, 2020).

Figura 3. Divisão dos municípios do Território Federal do Iguaçu, 1944. Fonte: Correio do Povo do Paraná, 2019, adaptado pelas autoras.



A grosso modo, criação do TFI atuou como parte da política de ocupação do território e de proteção de áreas estratégicas. Lopes (2002) aponta outros motivos desta intervenção, como a busca compensatória das diferenças socioeconômicas entre litoral e as áreas do interior do país. A criação de territórios seria uma solução de equilíbrio para estados com pouca população ou recursos para dinamizar-se, revendo inclusive questões de extensão territorial que já vinham sendo estudadas por vários critérios desde o Império (LOPES, 2002).

Alguns jornais da época destacaram a grande contribuição do Paraná para a Marcha para Oeste e o fortalecimento da Pátria por significar uma proximidade da estrutura político administrativa com as regiões negligenciadas. Cessão essa a qual correspondia a 25,74% do território paranaense (LOPES, 2002). O Estado de Santa Catarina contribuiu com 15,16% de sua extensão para a conformação do TFI, com a área do município de Chapecó, já com alguma pungência econômica (BONSERE, 2020). Formaram assim uma área que não estava mais compreendida nas jurisdições destas duas unidades federativas e sim exclusivamente submetida à União (LOPES, 2002).

Através do Decreto-Lei nº 5.839/1943, o novo território subdividiu-se em quatro municípios: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Mangueirinha e Chapecó (LOPES, 2002). O Decreto-Lei nº 6.550/1943, em nova organização, determinou a criação de mais um município - o do Iguaçu -, onde a então Vila de Laranjeiras, por razões de segurança e estratégia militar, foi escolhida como a capital do território e teria o nome alterado igualmente ao do território criado (LOPES, 2002) (Fig.3). A vila de Laranjeiras, anteriormente denominada de Mallet, foi um Distrito policial criado em 1898, transformada em Colônia Militar e, posteriormente, denominada de Laranjeiras do Sul. Esta tinha uma posição estratégica, em distância de segurança com o limite fronteiriço brasileiro, evitando possíveis invasões e a melhor possibilidade de conexão com as redes de transporte e comunicação já existentes, apesar de precárias. Contudo, o Território foi extinto antes de qualquer implementação das ações planejadas inicialmente devido à dificuldades administrativas (LOPES, 2002).

As dificuldades administrativas já são apontadas por Lopes (2002) mesmo no momento anterior da criação dos territórios. Em 1937, quando da instalação do Conselho de Segurança Nacional - CSN e com a outorga da “Lei das Fronteiras” (Decreto-Lei nº 1.164/1939) especificando a necessidade da prévia autorização deste conselho para a concessão de terras, vias de comunicação e estabelecimento de indústrias na faixa de fronteira (regulamentada pelo Decreto-Lei nº 1.968/1940), houve a paralização de várias atividades que estavam sendo desenvolvidas pelos Estados na Faixa de Fronteira.

Com esta medida, o Estado do Paraná, assim como os outros estados, ficou impedido de colonizar e abrir estradas ao longo dessa faixa, paralisou os



serviços de colonização na área, e encaminhou os pedidos de legalização de compra de terras na faixa de fronteira ao Conselho de Segurança Nacional (LOPES, 2002, p.53).

Observa-se que o surgimento da concepção de “segurança nacional” sobre a faixa de fronteira foi estruturante para a possibilidade de criação dos territórios federais, mas foi limitante em aspectos burocráticos e político-administrativos de funcionamento do TFI.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, tornou-se insustentável a permanência de um regime ditatorial e inevitável o caminho para a redemocratização na situação política do Brasil. Getúlio Vargas foi deposto no dia 29 de outubro de 1945. Foram realizadas eleições em dezembro de 1945 e foi convocada uma Assembleia Constituinte para uma nova Carta Magna.

O TFI foi extinto junto com o território de Ponta Porã, através do artigo 8º das disposições transitórias da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, com data de 18 de setembro de 1946. A estratégia da reintegração do território aos seus estados de origem surge através da Assembleia Nacional Constituinte formada pelos membros da bancada paranaense. Entre eles, destaca-se aqui a participação da figura de Bento Munhoz da Rocha Neto, que seria, num futuro próximo, governador do Paraná (1951-1955).

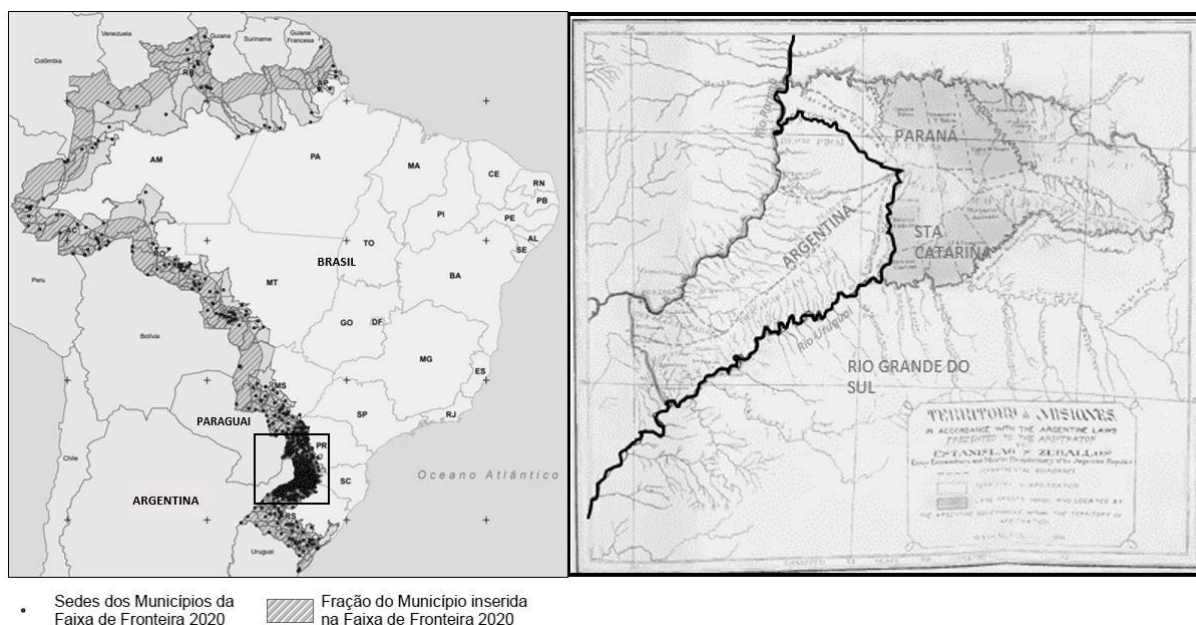
A concepção de segurança nacional não desapareceu com a extinção do território. As restrições nos conceitos de domínio da terra, instalação de empresas e controle de capitais e trabalhadores nacionais dadas pelo CSN, não o foram no estabelecimento de novos núcleos urbanos e intensa divisão territorial, no que tange os estados do Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul (fig. 4).

Sobre esta região é notório o resultado de aplicação de uma política diferenciada através do grande número de municípios criados nas décadas subsequentes até a década de 1990, quando há uma pausa nas autorizações governamentais de subdivisão territorial. Somente com a Constituição de 1988 é que o conceito de segurança nacional muda sua concepção de defesa e passa a focar um sentido maior de integração entre países vizinhos (FURTADO, 2013).

Na intensa divisão territorial sobre o “Arco-Sul”, demonstrada no mapa da figura 4, observa-se que os estados do Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul, apresentam um resultado diferenciado de desenvolvimento urbano na territorialidade da rede de cidades da faixa de Fronteira no segmento dos Vales Coloniais Sulinos (IBGE, 2017). A situação de fato colabora com a hipótese de que, esta foi decorrente da implantação de políticas públicas de ordenamento multiescalar da territorialidade, destacando-se o interesse de defesa nacional.



Figura 4. Adensamento de Municípios da Faixa de Fronteira Nacional, 2005 e Detalhe do Mapa do Território Nacional de Misiones, 1881. Fonte: IBGE, 2020, s.p.; Moraes, Cristina de, 2017, s.p.; adaptado pelas autoras.



Principalmente, é interessante notar que a divisão resultante dos programas de colonização com princípio no programa Marcha para Oeste, entre os três estados da região sul, e a sua abrangência alcançam os limites de definição da província de Misiones na Argentina (fig.4), ou seja, a área próxima ao litígio da “Questão de Palmas” (trecho da letra “F” na fig.1).

A FFN abrange o total de 588 municípios. Existem atualmente 418 Municípios distribuídos na extensão da faixa de fronteira do “Arco Sul”, o qual representa uma porção de 14,9% desta faixa (Quadro 3). A parte que compõem o “Arco Sul”, principalmente na sub-região dos “Vales Coloniais Sulinos” (destaque da fig.4), são os que apresentam o maior número de municípios na faixa de fronteira.

Quadro 3. Número de Municípios e porções da faixa de fronteira do Arco Sul. Fonte: Brasil, 2005. Neves et al, 2016.

Estado parte Arco-Sul	Número Municípios	Porção territorial do “Arco Sul”
Santa Catarina	82	6,44%
Paraná	139	25,20%
Rio Grande do Sul	197	68,36%
TOTAIS ARCO-SUL	418	100% (71% FF)
FAIXA FRONTEIRA BR	588	Representa 14,9%

O estudo sobre a integração da rede urbana brasileira desenvolvido pelo IPEA identifica que o adensamento das cidades no litoral se ramifica e interioriza-se em direção à faixa de fronteira, “[...] com centros que dão suporte à organização do território dessa região e facilitam



o acesso a bens e serviços à população residente” (PÊGO, 2018, p.262). Alguns desses municípios são classificados como importantes centralidades de apoio regional conforme estudo de Regiões de Influência das Cidades – REGIC e de importância diferenciada em toda a FFN (PÊGO, 2018).

Considerações finais

Longe de esgotar o assunto, este trabalho teve a intenção de colocar em pauta a evolução das políticas de segurança nacional na FFN, principalmente durante o Estado Novo, e a de destacar indícios de ações na multiescalaridade que tiveram como objetivo a defesa nacional, diante de uma flexibilização de limites e superposição de territorialidades em uso na fronteira com países vizinhos da América Latina. Destacaram-se as temporalidades da curta existência do TFI diante dos conflitos políticos externos, nas relações com a Argentina, considerando as tensões decorrentes dos conflitos internacionais da segunda Guerra Mundial. Observa-se que os planejamentos objetivando a defesa nacional e, por conseguinte, as políticas de colonização do programa Marcha para Oeste, deixaram fortes indícios da ideia de território-rede diante da descontinuidade espacial. Essas evidências podem ser constatadas seja na promoção do adensamento e na divisão territorial administrativa iniciada com o TFI, seja na consolidação da rede de cidades nos Vales Coloniais Sulinos que se conforma diferenciada do restante da FFN, justamente na região que esteve em litígio com a Argentina e Paraguai. Em última instância, a conformação dessa rede alcançou os objetivos de nacionalização da fronteira, com a introdução de um sistema econômico de exploração por nacionais e contemplando a implantação de redes de infraestruturas viárias em uma região anteriormente isolada.

As políticas de colonização iniciais para a formação da FFN e as políticas subsequentes, que se desenvolvem aliando planos, ações e instituições criadas no âmbito das gestões estaduais e federais, são um campo vasto de pesquisa a ser explorado de importante contribuição para a história do planejamento urbano e regional do Brasil e da América Latina.

Referências:

BONSERE, Kelvin Francisco. **Chapecó durante o Estado Novo (1937-1945):** uma reflexão a partir dos conceitos de progresso, nacionalismo e fronteira. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.



CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; CAMARA, Lisa Belmiro (2019). Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança de defesa. *In: Confins*. Revista Franco-brasileira de geografia. 2019, n 41.

COELHO NETO, Agripino Souza. Componentes definidores do conceito de território: a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. *In: Geographia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2013, n. 29, v.15. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2013.v15i29>

CORREIO DO POVO DO PARANÁ. **Território Federal do Iguaçu**: memórias de imponência. 2019. Disponível em: <https://jcorreiodopovo.com.br/noticia/territorio-federal-do-iguacu-memorias-de-imponencia>. Acesso em: 20 jan. 2021.

EL HISTORIADOR. **Década infame (1930-1943)**. Disponível em: <https://www.elhistoriador.com.ar/categoria/archivo/articulos/decadainfame/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FURTADO, Renata. **Descobrimo a faixa de fronteira**: a trajetória das elites organizacionais do Executivo Federal; as estratégias, as negociações e o embate na Constituinte. Curitiba, PR: CRV, 2013.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: FUNAG, 2015.

GOMES, Enrico Diogo Moro. **Os limites entre Brasil e Paraguai**: das primeiras negociações e o caso da Serra de Maracaju. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) - Instituto Rio Branco, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/12-mestres-irbr/2242-os-limites-entre-brasil-e-paraguai-das-primeiras-negociacoes-a-democratizacao-e-o-caso-da-serra-de-maracaju>. Acesso jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Municípios da faixa de fronteira e cidades gêmeas**. Mapa Municipal Digital, 2020. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/1992-novo-portal/edicao/28004-2019-municipiosdafaixadefronteira.html>. Acesso 17 ago. 2022.

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E (ITCG). **Terra e cidadania**. Curitiba: ITCG, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Usus/Downloads/terra_e_cidadania_v1.pdf. Acesso nov. 2021.

KLEVER, Lucas de Oliveira. **A Marcha para o Oeste**: políticas de povoamento e incentivo econômico para o norte e o centro-oeste na Revista Cultura Política (1941-1945). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.



LOPES, Sérgio (2002). **O território do Iguçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (Brasil). **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

MORAES, Cristina de. O mapa do Território Nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil. **Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia**. n.30, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.11774>. Acesso 06 jun. 2022.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Estado Novo e a marcha para o oeste**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/estado-novo-marcha-para-oeste.htm>. Acesso 05 dez. 2021.

MURARO, V.F. Sobre fronteiras e colonização. *In*: RANDIN, J.C.; VALENTINI, D.J.; ZARTH, P.A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó, SC: Ed. UFFS, 2016. p.167-189.

NEVES, Alex Jorge das; BAPTISTA, Gustavo Camilo; ENGEL, Cíntia Liara; MISSE, Michel (org.). **Segurança pública nas fronteiras, sumário executivo**: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2002. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: O Ornitorrinco. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

PÊGO, Bolívar (Org.). **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública: Volume 1. Rio de Janeiro: Ipea, Ministério da Integração Nacional, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181112_livro_frenteira_do_brasil_uma_avaliacao_de_politica_publica.pdf. Acesso 20 mar. 2022.

PRIORI, A.; POMARI, L.R.; AMÂNCIO, S.M.; IPÓLITO, V.K. A história do Oeste Paranaense. *In*: **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 75-89. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-07.pdf>. Acesso 03 jul. 2014.



RANDIN, J.C. Um olhar sobre a colonização da fronteira no Sul. *In*: RANDIN, J.C.; VALENTINI, D.J.; ZARTH, P.A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p.43-72.

SIGNORI, Leandro. ESTRATÉGIA CONCURSOS. [livro eletrônico]. 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.estrategiaconcursos.com.br/storage/temp/aula/1474607/0/curso-172346-aula-00-e235-simplificado.pdf?Expires=1655849618&Signature=YvwywCwWlpFvgJ8~kENN1UUvVGe8ZcDWoI5E6kVYqjfrTRlhFVayyHkUQODohFSi9hlwyGX2RKtid3NCmAw~RbH3FpGG9ww0nPFNE~HY9YaFUxCwOrkTdwDXg-WsfX4xhqt9rYtQJOD2NLE99Reiz~GT6sB2qCuM3gokXlisd~DV3wDGutKg~ZXARkEO~2ntUckCVxZi8PIKb5gO6fseaCt3--7qOZY~oF4maKPZeuHVko7mEZxRy-oDz~deakkWIF7SGEKi7aX8rr-A148xj69zXWzyBykhEsV2yT5gu~kxzpqqzbHHnSUiQX2lxPSBKKS65FXpyB1IG3wT5dPj-rA__&Key-Pair-Id=APKAIMR3QKSK2UDRJITQ. Acesso jan. 2021.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Tratado de Madri. *In*: **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/tratado-madri.htm>. Acesso em 04 de janeiro de 2021.

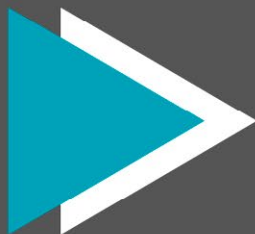
SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná**: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920). (Dissertação mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1997. Disponível em : <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24648/D%20%20SZESZ,%20CHRISTIANE%20MARQUES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso 15 jun. 2021.

WALDMANN, Peter. **Resumen de El Peronismo 1943-1955**. Colección resúmenes universitarios nº736.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

ENTRE A BUROCRACIA E O GÊNIO: OS PLANOS URBANOS INICIADOS NA ERA JK

Between bureaucracy and the genius: the urban plans from the JK era

BONATES, Mariana Fialho

Doutora. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.

Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB.

Professora Colaboradora do PPGAU-UFPB

mariana.bonates@academico.ufpb.br



Resumo

Em 1956 Juscelino Kubitschek aprovou a construção de Brasília ao mesmo tempo em que assinou um decreto destinando uma grande soma de recursos para a produção de vilas militares em todo o território nacional por um período de dez anos. Este fato suscitou uma série de questionamentos como: quais articulações políticas estiveram na base da ação de construção de vilas militares brasileiras? Onde se localizariam? Como se caracterizavam? Com isso, o presente artigo lançou um olhar para os planos urbanos das vilas militares do Exército, a fim de investigar o contexto de produção e as suas características físicas entre os anos 1950 e 1970. Buscou-se construir uma narrativa com base em uma reflexão sobre a arquitetura de burocracia, segundo formulada por Hitchcock em 1947, e analisando 202 planos urbanos distribuídos em todo o território nacional, os quais foram levantados na Diretoria de Obras Militares do Exército, em Brasília. Como resultado, discutiu-se as contradições do processo histórico, iniciadas durante o governo JK, e a dialética entre diferentes produções do pós-guerra, distintas em escala e propósitos, mas ambas promovidas pelo poder público, representativas de um Estado e de um Brasil moderno e imbuídas de estratégias projetuais segregacionistas, reforçando a “natureza contraditória do urbanismo moderno”, segundo colocado por Holanda (2003), assim como refletindo a segregação enquanto projeto e política no Brasil.

Palavras-chave: vilas militares. Planos urbanos. Pós-guerra.

Abstract

In 1956 Juscelino Kubitschek approved the construction of Brasilia. In the same year he signed a decree that allowed a large sum of resources for the production of military housing throughout the country for a period of ten years. This fact fostered questions such as: what political articulations were foundational for the construction of Brazilian military housing? Where would they be located? How they were characterized? This paper is interested in the urban plans for the Brazilians Army's housing during the 1950s and 1970s, in order to inquire the historical context of production and its main features. Based on a 1947 theoretical formulation by Hitchcock, regarding the notion of architecture of bureaucracy, and by analyzing 202 urban plans spread all over the territory, this paper intended to build a narrative that could debate the contradictions and dialectics of this production. In sum, the military housing and Brasilia could be interpreted as two different postwar governmental initiatives, representative of the State and of a modern country. Despite the different scales and proposes, both were embedded of socioespacial strategies, reinforcing the “contradictory nature of modern urbanism”, as pointed out by Holanda (2003), as well as reflecting segregation as plan and policy in Brazil.

Keywords: military housing. Urban plans. Postwar.



ENTRE A BUROCRACIA E O GENIO: OS PLANOS URBANOS INICIADOS NA ERA JK

Este trabalho trata dos planos urbanos para vilas militares, produzidos entre os anos 1950 e 1970, relacionando o exército brasileiro com a ocupação do território. A relação histórica entre o espaço, a formação das cidades e o papel dos militares é fato tratado na literatura por alguns autores como Horacio Capel (2005), que discute o impacto da construção de estruturas militares na morfologia urbana e relaciona com algumas características. Segundo o autor, “El diseño y construcción de acuartelamientos se convirtió en uno de los primeros ejemplos de producción seriada de edificios”, onde “se buscaba la homogeneidad y la economía con la aplicación de modelos cuya bondade había sido probada, así como la presencia de la monarquía a través de formas repetidas y reconocibles” (idem, 2005, p.326, p.327). Outros estudos, como Bueno (2000), apontam, ainda, o papel dos engenheiros militares enquanto “verdadero corpus intelectual do território” colonial brasileiro. Além da atuação profissional dos militares, o exército foi uma das primeiras instituições brasileiras, junto com a igreja, no desbravamento do território colonial. Mais especificamente entre 1889 e 1937 o Exército constituía a “única instituição nacional, o cerne do Estado brasileiro que se desenvolvia” e que “mantinha a unidade do território brasileiro” (McCANN, 2007, p.10-11). No entanto, à medida que se avança na modernidade, com a consolidação das cidades, os estudos sobre o papel dos militares no espaço escasseiam e o foco passa a ser nas questões políticas, especialmente no Brasil, devido à ditadura militar.

Não obstante, ao longo do século XX, a instituição militar brasileira empreendeu uma série de ações coordenadas e de extensiva ocupação territorial, sobretudo nos imediatos pós-guerras, destacando-se a construção dos quartéis do exército na década de 1920, pela Companhia Construtora de Santos, sob a presidência de Roberto Simonsen¹, assim como um conjunto de projetos urbanos elaborados a partir da década de 1950 para a construção de vilas militares, seguindo alguns princípios modernos como padronização e produção em escala, além da construção de estruturas facilmente reconhecíveis para a afirmação simbólica da instituição.

O segundo pós-guerra, marcado pela Guerra Fria, viu um escalonamento de tensões internacionais que fortaleceram mais ainda os intercâmbios e acordos de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, com impactos nos sistemas de treinamento e de educação da instituição militar brasileira. Soma-se a isso, as tensões no cenário político nacional, sendo os militares um dos principais atores na disputa de poderes. Dentro deste contexto, em 1956,

¹ Para maiores informações ver SIMONSEN, 1931. Ver também BONATES, 2018.



Juscelino Kubitschek aprovou a construção de Brasília concomitantemente à assinatura de um decreto destinando uma grande soma de recursos para a produção de vilas militares em todo o país por um período de dez anos, constituindo mais uma ação que comporia uma cultura militar no pós-guerra. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o governo construía uma imagem moderna para o país com a materialização de Brasília, centralizando o poder no planalto, por outro lado a corporação militar atuava na descentralização do seu poder, pulverizando vilas militares em todo o território, a partir do lema “Agentes de Integração Nacional”. Enquanto o poder público promovia uma arquitetura e urbanismo monumentais e com forte apelo simbólico para a capital, outra instituição governamental imprimia sua imagem e demandas em várias localidades, com base em um processo burocrático de produção, gerando arquiteturas e urbanismos igualmente burocráticos e simbolicamente representativos da instituição.

O tipo de produção de planos urbanos, empreendido pela corporação militar, tem uma série de princípios que se relacionam com a chamada arquitetura de burocracia, segundo formulado por Henry-Russel Hitchcock no artigo *The architecture of bureaucracy and the architecture of genius*, publicado em 1947 na *The Architectural Review*. Segundo o autor, a arquitetura no pós-guerra poderia ser dividida em duas categorias: uma tinha maior relação com o discurso da produção estandardizada e, por conseguinte, em massa; em contraposição à arquitetura de gênio, que se referia àquela em que a criatividade individual do artista e a expressão plástica se materializavam nas obras, como era o caso dos projetos de Frank Lloyd Wright². As edificações classificadas como de arquitetura de burocracia foram aquelas inspiradas nos edifícios para fins industriais e produzidas sob um processo de concepção projetual baseado na produção em larga escala e resultado de um time de arquitetos, prevalecendo o anonimato da obra em prol do espírito coletivo – não necessariamente produzidos pelo governo, mas por firmas de arquitetura altamente especializadas, como a de Albert Kahn. Segundo Hitchcock (1947), os vários projetos eram coordenados como as partes de uma máquina e montados como em uma linha de produção no local, seguindo um “*system of plan production*”, além de buscarem representar uma ideia de eficiência, produzindo edifícios com “*high level of amenity*”. Em resumo, princípios organizacionais de instituições burocráticas guiando princípios projetuais e que foram constatados na produção dos planos urbanos das vilas

² Hitchcock deixa claro que os termos utilizados não devem ser entendidos no seu sentido pejorativo, mas meramente como definições para seu argumento, que é construído sob o alicerce arquitetônico, ou seja, projetos e edifícios. Além disso, ele busca a expressão plástica, denunciando a repetição de fórmulas e de uma arquitetura impessoal, típica da arquitetura de burocracia.



militares do Exército, mantendo a tradição historicamente estabelecida da construção seriada, como indicado por Capel (2005).

Com base nesta discussão e tendo em vista a larga bibliografia acerca de Brasília, aqui interpretada como fruto de uma arquitetura de gênio, o presente artigo lança o olhar para o outro lado do espectro, da arquitetura de burocracia, ou seja, para os planos urbanos das vilas militares do Exército, a fim de investigar o contexto de produção e as suas características físicas, inseridos no recorte temporal dos anos 1950 e 1970. Mais especificamente, questiona-se: quais articulações políticas estiveram na base da ação de construção de vilas militares brasileiras? Onde se localizariam? Como se caracterizavam? Com isso, busca-se construir uma narrativa baseada na reflexão sobre arquitetura de burocracia e de gênio, segundo formulada por Hitchcock em 1947, discutindo as contradições do processo histórico, iniciadas durante o governo JK. Discute-se, ainda, a dialética entre diferentes produções do pós-guerra, ambivalentes em escala e propósitos, mas promovidas pelo poder público, representativas de um Estado e de um Brasil moderno e imbuídas de estratégias projetuais segregacionistas.

A partir de uma pesquisa nos arquivos digitalizados da Diretoria de Obras Militares (DOM)³ do Exército, constatou-se um rico acervo de documentos, o qual permitiu uma seleção de 202 planos urbanos distribuídos nos mais diversos recantos do país. Com estes dados foi possível estabelecer um quadro explicativo dos planos, exemplificando-os a partir de um reduzido número de propostas, elaboradas por um arquiteto e urbanista, conforme identificado nos desenhos, a fim de promover também uma tensão da produção burocrática marcada pelo anonimato. O trabalho encontra-se dividido em duas partes que se referem primeiramente a um panorama político e institucional, seguido por um panorama urbanístico.

Juscelino, a nova capital no interior brasileiro e as vilas militares no território nacional.

Os anos JK, como se tornaram conhecidos, foram anos de otimismo. O presidente irradiava simpatia, a “bossa nova” surgiu na música brasileira, tornando-se, pouco a pouco, conhecida em todo o mundo. Fato espetacular foi a construção de Brasília, a nova capital da República. Em meio a um clima de euforia, muitos e muitos se embalaram no slogan governamental “avançar cinquenta anos em cinco” (FAUSTO, 2013, p.115).

³ Atual órgão responsável pelas obras militares do exército, o qual se localiza no quartel general do Exército em Brasília (QG). A DOM é uma subdivisão do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), instituída em 1998. Na sua origem está um processo de transformação de órgãos, dentre os quais, à grosso modo, o órgão que sediou a Diretoria de Obras de Fortificações do Exército (DOFE), que atuou entre 1946 e 1971.



O clima de otimismo generalizado era motivado pelo desenvolvimento econômico e efervescência cultural, destacando-se a projeção internacional da música, do cinema e da arquitetura, os intercâmbios culturais norte-americanos, representado pelas figuras de Carmem Miranda, Walt Disney, Orson Wells, mas também motivado pelo estabelecimento de um sistema democrático, após a deposição de Vargas, apesar da permanência de tensões políticas. É também marcado por acordos de cooperação internacional e trocas militares entre o Brasil e os Estados Unidos.

A eleição de 1955 foi marcada por aquelas tensões e por uma forte polarização política, em especial no interior da instituição militar. Por um lado, um grupo de militares acusou Juscelino de “continuador do varguismo” e tentou impedi-lo de tomar posse, ao passo que outro grupo, partidários militares de Vargas, se organizaram “para a defesa do mandato de Juscelino, uma causa que contava com amplo apoio popular” (CARVALHO, 2006, p.114). O segundo grupo conseguiu manter a eleição de JK, que assumiu a presidência da República em 1956, porém assumindo uma cuidadosa relação política com os militares, conforme relatado por Fausto (2013, p.118):

Um dos pontos altos do governo Kubitschek foi a capacidade de controlar os impulsos golpistas de setores militares. Para o êxito, concorreram a provisória derrota dos adversários de Vargas, após o suicídio deste, e a percepção do presidente de que seu esforço desenvolvimentista dependia do entendimento entre os militares e de sua colaboração. Assim, tratou de atender reivindicações no tocante à compra de equipamentos, ao aumento de vencimentos, assim como colocou figuras militares em cargos importantes da área econômica, caso da Petrobrás e do Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

Não sem importância, possivelmente as questões das moradias dos militares foi também objeto de reivindicação da corporação, demandando a atenção de JK. A escassez de moradias para militares era assunto oficialmente denunciado e publicado no Aviso nº 81-D4, em 29 de janeiro de 1955, pelo Ministério da Guerra⁴. Logo, em 15 de março de 1956, na mensagem endereçada ao Congresso Nacional, Juscelino mencionou “o problema de assistência social aos militares e funcionários do Ministério da Guerra”, e prometeu que a questão “será uma das preocupações da administração federal. Com a lei que autoriza o Governo a desprender Cr\$ 1.500.000.000,00, poderão ser construídas, em média, 700 casas

⁴ O aviso expressava que: “De acôrdo com o art. 82 da Lei n.225, de 3 de fevereiro de 1948, e tendo em vista **estar muito aquém das necessidades do Exército, em tôdas as suas guarnições** o número de próprios residenciais destinados aos militares e civis em efetivo exercício neste Ministério, determino que os citados imóveis se destinem exclusivamente à residência obrigatória daqueles servidores de acordo com os Planos de Distribuição de casas aprovados pelo Ministro” (ibid, 1955, p.413, grifo nosso).



anuais”⁵. Finalmente, em 25 de agosto de 1956, apenas um mês antes da regulamentação da NOVACAP, JK assinou o Decreto nº 39.860, que determinava:

Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), distribuído em dez parcelas anuais de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a construção de casas para oficiais e sargentos em todo o território nacional (BRASIL, 1956, p.16139)⁶.

A primeira parcela foi liberada ainda em 1956, enquanto a última foi autorizada em julho de 1965⁷, englobando o prazo de 10 anos⁸. Concomitantemente aos recursos liberados, observou-se um incremento na produção de planos urbanos para áreas residenciais militares e uma multiplicação de projetos de arquitetura estandardizados no interior da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército (DOFE), órgão que abrigou o Serviço de Obras e Fortificações do Exército (SOFE), cujas atribuições incluíam as atividades de elaboração dos planos urbanos das vilas militares durante seu período de atuação – 1946 a 1971. Os picos de produção projetual dos planos urbanos ocorreram exatamente no início e no fim daquele intervalo: (i) 63 planos entre 1956 a 1959, durante governo de Juscelino; e (ii) 81 planos entre 1965 a 1967, enquadrando-se nos primeiros anos do governo militar⁹ (Figura 1).

Figura 1: gráfico sobre a frequência de projetos (eixo vertical) por ano (eixo horizontal)

⁵ KUBITSCHECK, Juscelino de Oliveira. Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1956, p.112. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/presidencia/ex-presidentes/jk> Acesso em: 20/06/2022.

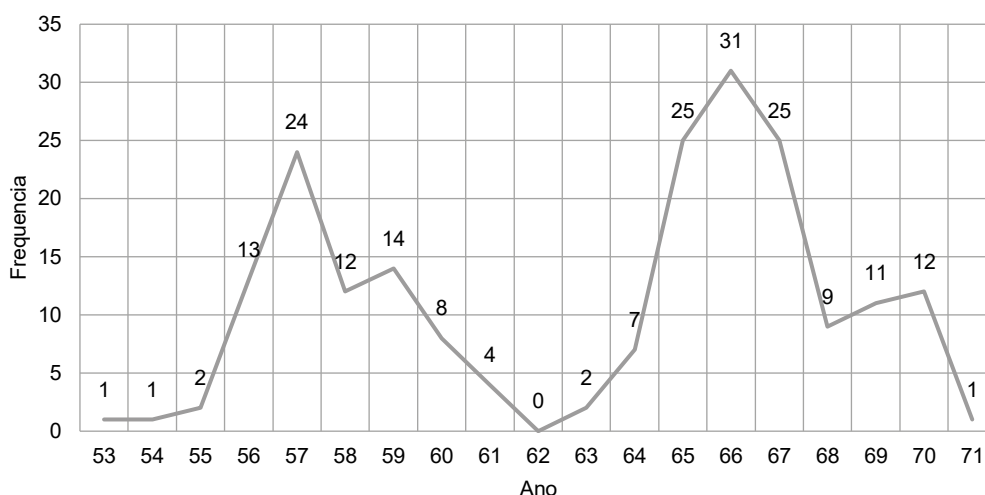
⁶ Publicado no DO, Seção I, de 25 de agosto de 1956, p.16139.

⁷ A liberação da primeira parcela foi publicada no DO, Seção I, de 23 de novembro de 1956, p.22201. Já a última parcela foi publicada no DO, Seção I, Parte I, de 28 de julho de 1965, p.7308.

⁸ Nos Estados Unidos, ação semelhante foi verificado com o Public Law nº 45, de 1926, que durou 10 anos e consistia em um programa para a construção de estruturas militares, incluindo obras residenciais para os membros da corporação norte-americana. Se o decreto brasileiro teve inspiração nesta lei ou nos programas privados norte-americanos do segundo pós-guerra não se sabe, mas as semelhanças podem ser indicativos de alguma relação de influência ou conhecimento das ações militares nos Estados Unidos, considerando-se os intercâmbios entre as duas instituições estimuladas sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial.

⁹ A amostra compreende 202 planos urbanos desenhados entre 1953 e 1971. Deste universo, 105 planos se referiam aos anos de pico, como 1957, 1965, 1966 e 1967, representando 52% do total.





Fonte: projetos urbanos coletados nos arquivos militares da DOM (dez-2012)

Nota: elaboração própria

Em 1957 percebeu-se a maior quantidade de planos elaborados durante a gestão JK, justamente quando se iniciaram os serviços de construção de Brasília. É também neste ano que a NOVACAP “construiu alojamentos para operários solteiros; alojamentos para funcionários e engenheiros; casas para engenheiros e funcionários casados; casas para operários casados, residência provisória do Presidente da República”, entre outras construções para o andamento das obras¹⁰ – ou seja, um conjunto de moradias separadas por categoria profissionais e composição familiar¹¹. Em 1958, Juscelino afirmou na mensagem ao Congresso que, referente ao ano anterior, “trabalhos de vulto foram realizados nas instalações de diversos órgãos e unidades do Exército e grande impulso se imprimiu ao plano de construção de conjuntos residenciais”. É interessante perceber que é nesta mesma mensagem que o presidente passou a detalhar o andamento das obras relativas à transferência da capital. Em 1959 alegou que “foi iniciada, com verba de 1958, a construção de 225 casas para oficiais e 278 para sargentos, em 33 guarnições distribuídas por dez Unidades da Federação”¹².

¹⁰ Incluindo escritórios, depósitos, restaurante, etc.

¹¹ Ver KUBITSCHECK, Juscelino de Oliveira. Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1958, p.112. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/presidencia/ex-presidentes/jk> Acesso em: 20/06/2022.

¹² Para maiores informações, ver mensagens endereçadas disponíveis em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/presidencia/ex-presidentes/jk> Acesso em: 20/06/2022. Curiosamente, em 1959 foram projetados 14 planos urbanos contendo um total de 218 casas para oficiais e 619 para sargentos, o que revela um descompasso entre os planos concebidos e executados por ano.



O contexto da década de 1950 foi também marcado pela introdução de novos profissionais, arquitetos, para a concepção dos projetos, como Vasco Cabral Balthazar e Nestor de Paula Ribeiro Filho. É possível que os recursos tenham impulsionado estas contratações com o objetivo de tornar o sistema mais eficiente para a elaboração de um maior número de projetos em um período de efervescência projetual, e em uma conjuntura marcada pelo slogan de “avançar cinquenta anos em cinco”. Entretanto, poucos profissionais foram identificados, dado o caráter burocrático de funcionamento da instituição e, por conseguinte, refletido no processo de projeto. O processo burocrático de produção dos planos urbanos foi desenvolvido a partir de um trabalho em equipe, guiado por princípios racionais, a fim de empreender uma produção em escala e sem expressão individual, pois privilegiava o caráter institucional da obra. É, de fato, esse espírito de trabalho que predominou na elaboração dos planos urbanos das vilas militares no interior da DOFE, os quais foram marcados pelos seguintes princípios: (i) a centralização da decisão em uma instância nacional; (ii) uma produção em que a autoria dos projetos raramente era revelada; (iii) a prática de codificação de projetos; e (iv) a desarticulação entre o plano urbano e o projeto arquitetônico. Como exemplo do anonimato das propostas, apenas 15 planos urbanos (do total de 202) tiveram sua autoria identificada devido à legibilidade da assinatura¹³, destacando-se a figura de Nestor Ribeiro Filho, acima mencionado.

O apaziguamento político no interior da instituição militar estabelecido durante o governo JK foi quebrado com a posse de João Goulart em 1961¹⁴, quando se constatou uma crescente fragmentação entre o oficialato e os sargentos devido às reivindicações deste último grupo pelas chamadas “reformas de base” (CARVALHO, 2006). Sentindo-se ameaçados pelos atentados à hierarquia militar e pelo fantasma do comunismo que “assombrava” o governo de Goulart, o grupo de militares se organizou para tomar o poder e os norte-americanos intensificaram suas ações no país com os programas e medidas assistencialistas. A conjuntura turbulenta do início da década de sessenta, portanto, pode estar relacionada com o arrefecimento na elaboração de propostas urbanas entre os anos de 1961 a 1964 – apenas 13 planos em um intervalo de 4 anos (Figura 1). A partir de 1965, todavia, com a instauração do governo militar, percebe-se um expressivo aumento no número de planos urbanos desenvolvidos. É também neste período quando os militares deram início a uma política de interiorização, estimulada pelos Estados Unidos, e que, segundo Stepan (1971), tinha o objetivo de evitar conflitos, por meio da expansão e presença de unidades militares ao longo

¹³ Em 23,76% (48) dos casos sobressaiu a assinatura (ou rubrica) de um profissional – cuja autoria é de difícil identificação.

¹⁴ João Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros, assumiu o governo após a renúncia do então presidente, poucos meses após assumir a presidência.



do território, especialmente em áreas potencialmente insurgentes, mantendo a função de “Agentes de Integração Nacional”. O planejamento de vilas militares, através da concepção de planos urbanos, acompanhou este raciocínio.

Importa mencionar, ainda, que no final dos anos 1960, arquitetos como Vasco Cabral Balthazar e Nestor Ribeiro Filho passaram para o regime de trabalho “Dedicação Exclusiva” (DE), e é neste momento quando militares buscaram outras interações com arquitetos modernos para a construção de quartéis, destacando-se o Quartel-General do Exército (QGEEx) para Brasília em 1968, projetado por Oscar Niemeyer. Segundo Póspero (2019, p.1), outros dois quartéis foram elaborados por arquitetos modernos e, particularmente, “filiaados ao Partido Comunista do Brasil à época: o Quartel do II Exército em São Paulo, por Paulo de Melo Bastos em 1965, e o Quartel da Guarda Territorial em Macapá, por João B. Vilanova Atrigas, em 1971”, revelando as contradições inerentes ao processo histórico.

Estas contradições também são próprias para a compreensão do contexto de produção dos planos urbanos residenciais militares. Não obstante à expansão territorial do exército nos anos 1960, o pontapé inicial para a elaboração do volume de planos urbanos para vilas militares foi dado pelo presidente “bossa nova”, paralelamente à construção da capital nacional, moderna, símbolo de um país que se desenvolvia a passos largos e seguindo um modelo de desenvolvimento ditado pelos Estados Unidos.

Os planos urbanos das vilas militares do Exército.

Em 1952, Nestor de Paula Ribeiro Filho formou-se arquiteto pela Faculdade Nacional de Arquitetura. Um ano depois iniciou sua atuação no Exército, à princípio admitido como diarista de obras para desempenhar a função de Engenheiro na Diretoria de Obras e Fortificações¹⁵, passando a ocupar a função de arquiteto apenas em 1959¹⁶. Em 1966, já era parte do pessoal permanente do Ministério da Guerra¹⁷ e um ano depois passou ao “regime de tempo integral e dedicação exclusiva”. Em sua jornada nas dependências do Exército, foram identificados 9 planos urbanos de sua autoria, desenvolvidos entre 1957 e 1959 e manifestando diversas características quanto à localização, escala, patentes e morfologia urbana; quatro planos destinavam-se para o Rio Grande do Sul, dois para o Rio de Janeiro – um particularmente para a Guanabara – um em Minas Gerais, outro no Pará e mais um no Amapá.

¹⁵ DO, Seção I, de 15 de dezembro de 1953, p.21284.

¹⁶ DO, Seção I (Parte I), de 14 de agosto de 1959, p.17676.

¹⁷ DO, Seção I (Parte I), de 2 de maio de 1966, p.4615.



Este panorama de planos urbanos concebidos por Nestor Ribeiro Filho é representativo do quadro nacional, em que a distribuição territorial variou de região para região¹⁸, obedecendo à construção histórica do Exército no país, em que alguns estados, marcados por uma longa tradição militar, tiveram maior número de propostas urbanas, como o Rio Grande do Sul com 17% do número de planos concebidos no período de atuação da DOFE – fato que não surpreende diante do significativo número de guarnições naquele território, em especial nas áreas de fronteira (ver figura 2). Outros estados predominantemente privilegiados foram São Paulo (14%), Mato Grosso (11%)¹⁹, Minas Gerais (10%) e Rio de Janeiro (9%). A opção de planejamento seguiu, portanto, a necessidade de prover residências nas guarnições já existentes, inclusive daquelas construídas na década de 1920 pela Companhia Construtora de Santos²⁰ – anteriormente mencionado –, como foi o caso do plano de 1957 para Quitauína, onde se verificou a proposta de implantação da área residencial em terreno localizado na frente do quartel construído pela empresa presidida por Simonsen.

A relação de proximidade das vilas militares com as suas respectivas guarnições (sejam quartéis, hospitais, escolas ou colégios militares) não foi uma particularidade de Quitauína, mas uma característica marcante do Exército, enquanto uma instituição total²¹ que, teoricamente, interconecta moradia com trabalho, garantindo maior eficiência e coesão institucional, assim como praticado nas chamadas vilas operárias. Entender a produção projetual das vilas militares passa necessariamente pela compreensão do Exército enquanto instituição com funcionamento organizacional particular e cujas características se manifestam no quadro socioespacial.

¹⁸ Salienta-se que na década de 1960 o Exército brasileiro era dividido em 11 regiões militares (RM), de modo que cada região apresentava particularidades quanto à composição das cidades sob seu comando. No Nordeste, por exemplo, a tendência do Exército era de se instalar nas capitais e, coincidentemente, cidades litorâneas; enquanto na Amazônia, Centro-Oeste e Sul do país, além das capitais, havia a tendência de se implantar quartéis ao longo dos limites territoriais com outros países latino-americanos, dado os conflitos historicamente existentes.

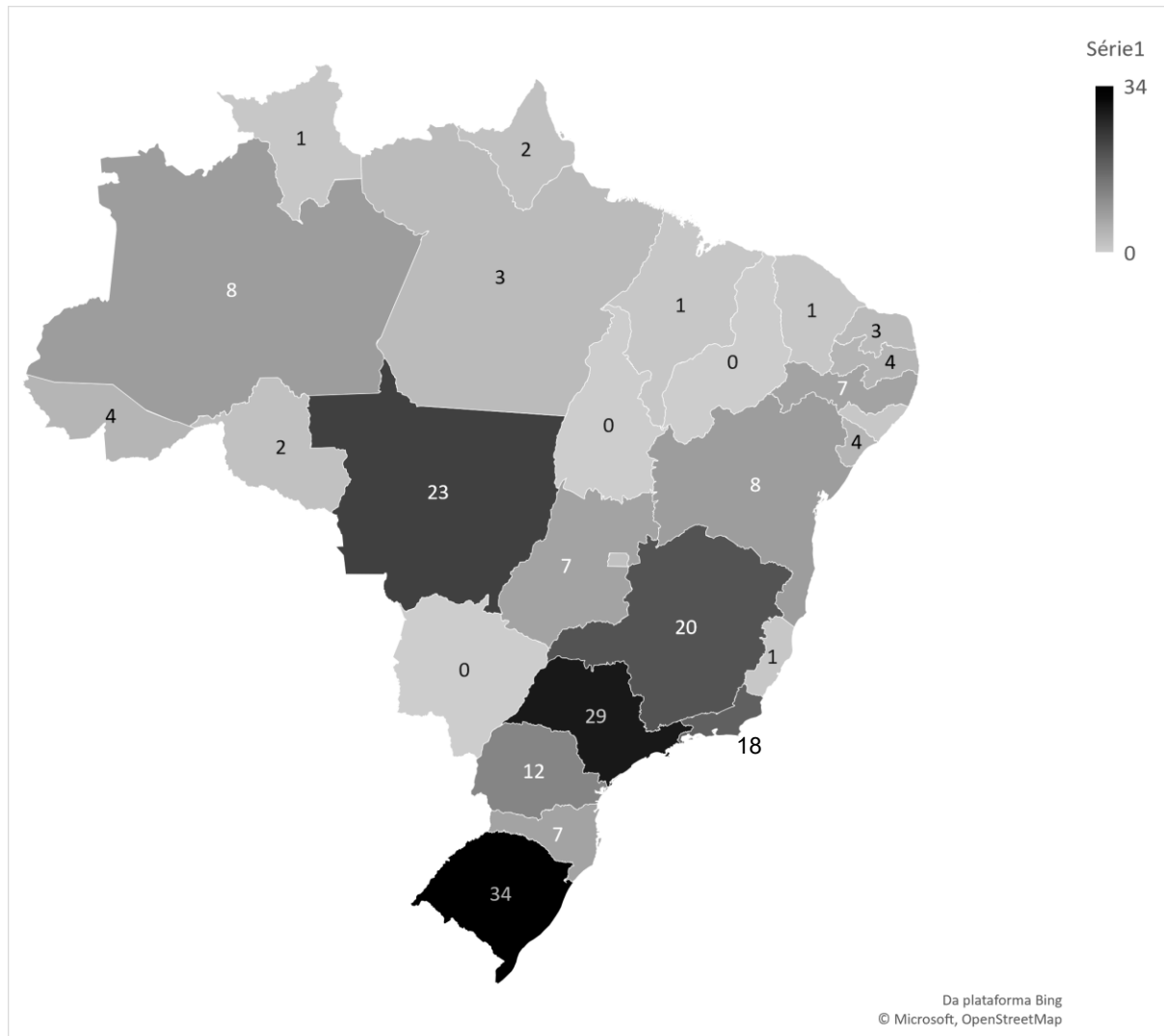
¹⁹ Mato Grosso do Sul não existia no período de atuação da DOFE e suas terras constituíam parte do estado de Mato Grosso, que foi desmembrado em 1977. Assim, MS fazia parte da 9ª RM. O mesmo valia para Tocantins (TO) que estava incluso em Goiás (GO) (11ª RM).

²⁰ 78% das cidades com quartéis construídos por Simonsen foram contempladas com alguma proposta para uso residencial, durante a atuação da DOFE.

²¹ Segundo Erving Goffman (1974, p.11), “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”



Figura 2: distribuição dos planos urbanos no território²²



Fonte: projetos urbanos coletados nos arquivos militares da DOM (dez-2012)

Nesse sentido, o processo projetual na DOFE seguiu outros princípios que se alinhavam com as necessidades da instituição militar. A organização espacial derivou, em grande medida, da filosofia do “círculo de pares” ou “círculo hierárquico”, que são os “âmbitos de convivência entre os militares da mesma categoria, que têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem” (BRASIL apud OLIVEIRA, 2007, p.90), típico do funcionamento institucional. Em outras palavras, a hierarquia da instituição foi espacializada e separada, de modo que as

²² Os dados foram especializados com o auxílio do programa do Excel que utiliza o mapa atual da divisão territorial entre os estados brasileiros, o que não corresponde a mesma base do final dos anos 1960. Rever a nota 19.



residências dos oficiais, em geral, não se misturavam com as residências dos sargentos nem, tampouco, com as de cabos e soldados. Interessa mencionar que a construção dos alojamentos para os trabalhadores de Brasília seguiu a mesma divisão profissional, como citado na seção anterior, assim como manifestado nas vilas operárias, conforme observou Correia (2009). Para essa autora, os núcleos fabris tradicionalmente se organizavam a partir de princípios de isolamento, autonomia e divisão social do espaço promovida com base em alguns mecanismos de projeto, quais sejam: (i) a diferenciação arquitetônica; (ii) a separação das diferentes hierarquias por meio de espaços livre ou coletivos; ou, ainda, (iii) a distinção das características urbanas (como traçado, lotes e índice de área verde), a depender dos cargos dos funcionários que ali residiriam (CORREIA, 2009; 2014).

Além da estratégia de diferenciação arquitetônica, a divisão socioespacial nas vilas militares poderia ser promovida a partir de outros três procedimentos: (i) com os espaços livres; (ii) com o porte dos conjuntos; e (iii) com a separação espacial na cidade. Destaca-se, enquanto padrão constante na maioria dos planos urbanos (77,23%), o papel dos espaços livres²³, que foram concebidos para atender aos aspectos institucionais, promovendo a separação espacial de cada patente em quadras distintas nos projetos de comunidades heterogêneas, mas também tinham um significado funcional de lazer e de expressão cívica, onde a coletividade se manifestava, especialmente por meio das edificações do círculo militar²⁴, cultivando um dos principais elementos doutrinários da corporação, o “espírito de grupo” ou “círculo de pares”, já citado.

Estes aspectos locacionais e morfológicos foram claramente materializados no plano urbano de 1957, da vila militar para Tabatinga, no Amapá, o qual foi projetado por Nestor Ribeiro Filho (Figura 3). Implantada ao lado de um quartel, a vila apresentou uma área livre esportiva com certa centralidade e com fins de reforçar a delimitação espacial entre as patentes em quadras específicas. Além da quadra esportiva, onde todos poderiam se encontrar, o plano foi marcado por áreas livres menores para parques infantis, voltadas para atender particularmente aos diferentes ranks, ratificando o caráter de segregação socioespacial destes assentamentos – marcado desde a escala infantil. A diferenciação entre as patentes também se refletiu no tamanho dos lotes, de modo que os terrenos para os oficiais eram os maiores, seguidos pelos terrenos dos sargentos e, depois, dos praças. Em termos quantitativos, no entanto, do total de 66 lotes, a maioria era voltada para os militares de menores patentes – ou seja, os praças,

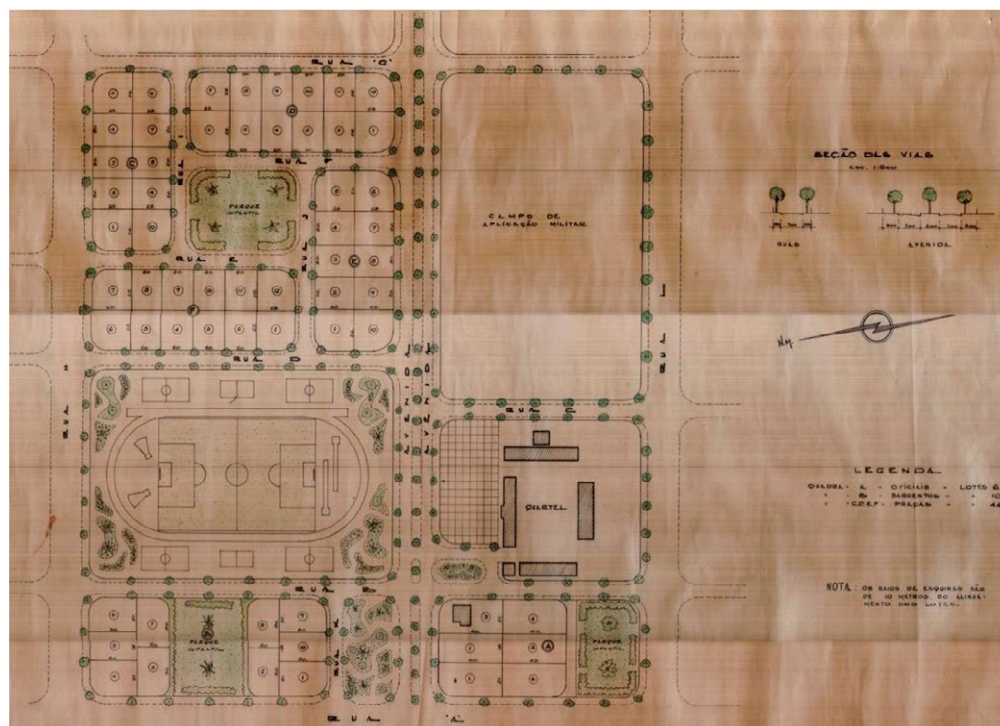
²³ Considerou-se, neste trabalho, espaços livres aqueles espaços não edificados e de uso coletivo, como parques, playgrounds, áreas esportivas, piscinas, jardins e áreas verdes.

²⁴ Edifícios criados com o intuito de promover o “espírito de grupo” e o “círculo de pares”, ou seja, a socialização entre membros de uma mesma hierarquia.



com 44 terrenos –, ao passo que para sargentos e oficiais o número diminuiu para 10 e 6 lotes, respectivamente, o que é reflexo da própria necessidade institucional, em que os praças e sargentos encontram-se na base da pirâmide funcional.

Figura 3. Plano urbano da vila residencial de oficiais, sargentos e praças em Tabatinga-AP (1957). Fonte: arquivos militares da DOM (dez-2012).



A segregação socioespacial também poderia ser promovida com a dimensão das vilas, de modo que conjuntos de pequeno porte eram especialmente voltados para apenas um rank, mantendo a homogeneidade da comunidade. Propostas com poucas dezenas de unidades, variando entre 10 e 39 unidades, foram prática comum entre os planos urbanos residenciais do Exército ao longo de todo o período de atuação da DOFE, correspondendo a aproximadamente 55% dos planos produzidos, seguido por 29,70% dos planos com 40 a 99 unidades e apenas 14,36% dos planos de médio porte, ou seja, com mais de 100 unidades. A ideia era, de fato, distribuir pequenas vilas militares em todo o território nacional, marcando a presença do Exército. E mais, a predominância dos conjuntos de reduzidas dimensões pode ser explicada pela própria estrutura organizacional do Exército brasileiro, caracterizada por organizações autônomas reduzidas, onde comandantes de divisões tinham pequenas tropas sob o seu comando, segundo Stepan (1971). Este mesmo autor explica que uma das razões históricas para esta organização é devido à capacidade das Forças Armadas em controlar a população, além da pulverização ao longo dos limites territoriais com outros países latino-



americanos, especialmente na Amazônia, Centro-Oeste e Sul do país. No estado do Rio Grande do Sul, em especial, havia uma grande soma de cidades limítrofes com bases militares, onde muitas vilas foram projetadas pela DOFE. Salienda-se, ainda, que os planos de médio porte foram projetados em maior número excepcionalmente em 1957 e a partir da segunda metade dos anos 1960, ao mesmo tempo em que os militares assumiram o poder.

O traçado mais simples, marcado pela ortogonalidade foi recorrente entre os desenhos de vilas militares, apesar de algumas propostas com traçados mais sinuosos e traços marcadamente enraizados na tradição das cidades-jardins, destacando-se as ruas com *cul de sac*, como pode ser visto na proposta de 357 unidades para sargentos para uma vila militar em Campo Barão de São Borja, em Rosário do Sul, no Rio Grande do Sul, também projetado por Ribeiro Filho (Figura 4). Outra forma urbana particular foi relacionada à ideia de *cluster*, que se referia a uma organização espacial preferencialmente para conjuntos de pequeno porte, em que as residências se distribuíam ao redor de um espaço livre localizado no interior da quadra e, então, sem contato com as vias carroçáveis – algumas apresentavam acesso à rua por vias de pedestre²⁵ – e, portanto, mais restritas ao uso dos militares, como é o caso da vila militar de oficiais em Santa Maria, de 1957, de autoria de Ribeiro Filho (Figura 5). Essa organização espacial geraria um espaço privativo para os militares que supostamente viviam uma vida mais isolada, conforme o caráter de uma instituição total. Nesse sentido, parece atender à necessidade de isolamento e ao sentimento de coletividade para os membros da corporação, isto é, a doutrina militar seria refletida no projeto urbano.

²⁵ Não se verificou nenhum conjunto com mais de 100 unidades contendo o *cluster* enquanto forma de organização espacial.



Figura 4. Plano urbano da vila residencial de sargentos em Rosário do Sul-RS (1959). Fonte: arquivos militares da DOM (dez-2012).

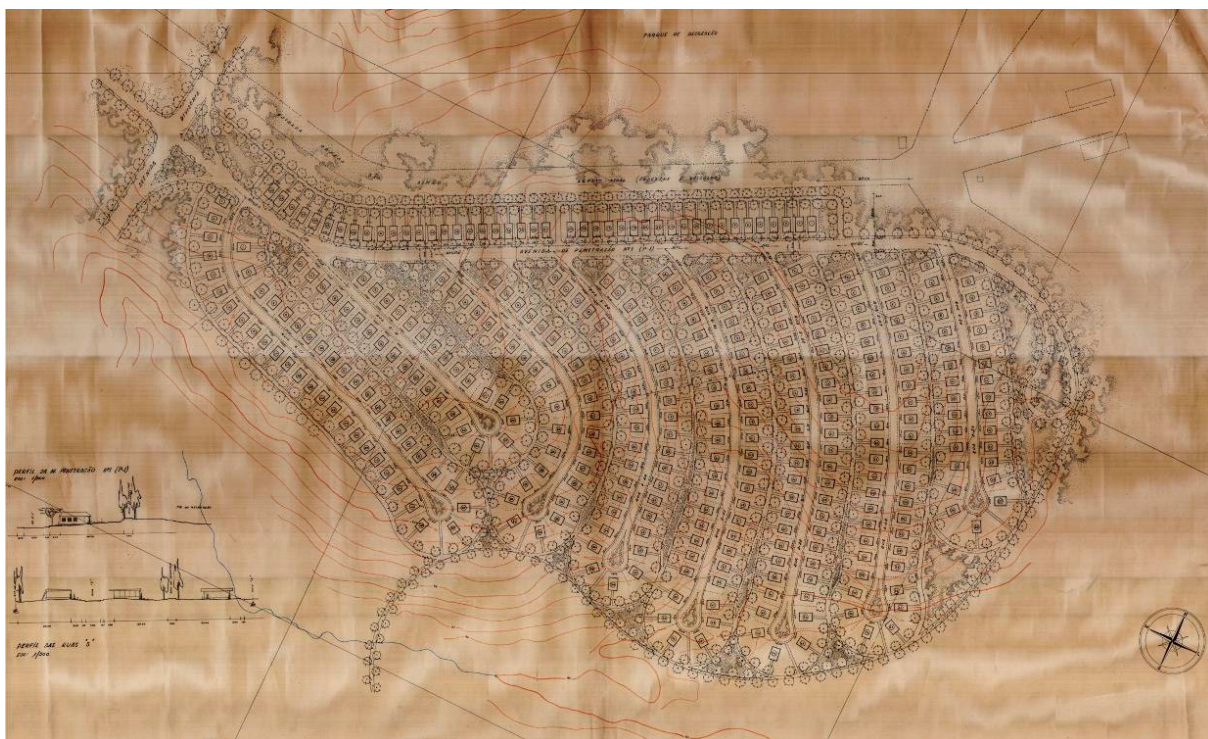
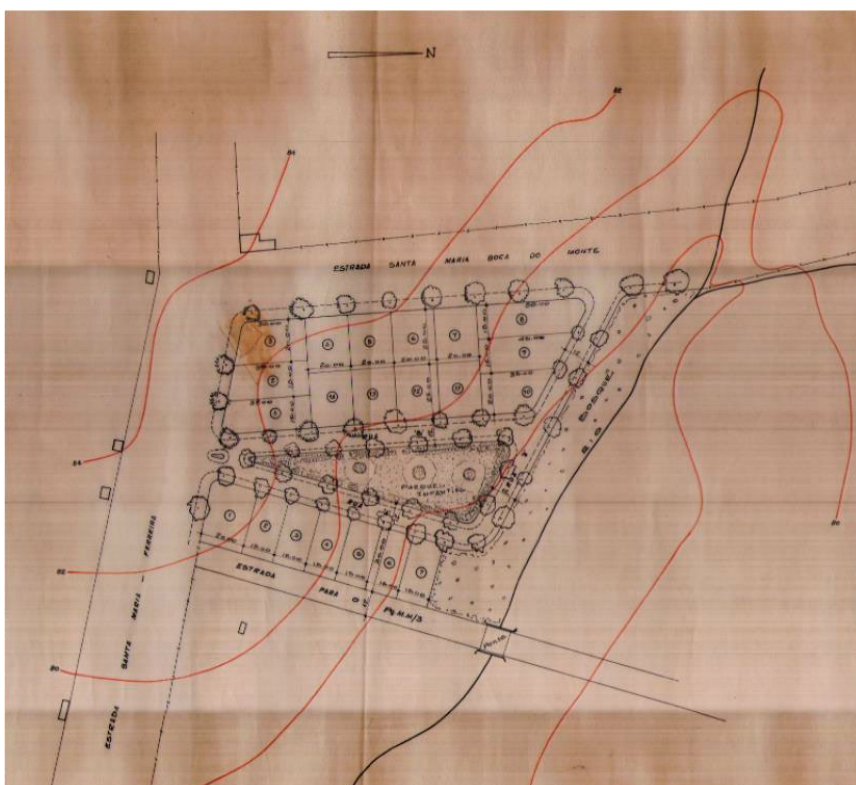


Figura 5. Plano urbano da vila residencial de oficiais em Santa Maria-RS (1957). Fonte: arquivos militares da DOM (dez-2012).



As tipologias eram predominantemente formadas por casas isoladas no lote (em especial para as mais elevadas patentes) ou casas geminadas (para as menores patentes)²⁶. Os projetos arquitetônicos das casas foram produzidos independentemente dos planos urbanos, a partir de um processo de codificação, em que cada código, sem qualquer indicação do local, poderia ser implantado em diversas localizações recebendo a denominação de projeto-tipo. O projeto-tipo foi uma nomenclatura utilizada nos anos cinquenta para denominar uma moradia codificada e estandardizada, concebida por um grupo de profissionais anônimos (salvo algumas exceções) na instância nacional, a partir de uma técnica que visava a produção serial e em escala territorial. Cada código representava um conjunto de padrões²⁷ (ou *standards*) na configuração funcional, implicando uma forma geométrica de base retangular, dentro da qual se estruturava um determinado programa de necessidades e disposição espacial. Um conjunto de padrões também definia uma configuração estética com múltiplas propostas de fachadas. Isso significa que, além da variação dos projetos-tipo por patente hierárquica, cada código poderia sofrer suas próprias variações, de modo que a mesma planta baixa poderia ser adaptada funcional e esteticamente por meio de fachadas intercambiáveis, enquanto elemento passível de variação do *standard*, dada a prática de estandardização com variação²⁸. Esta diferenciação do repertório formal (entre as patentes²⁹ e entre os próprios *standards*) garantia conjuntos urbanos com paisagens diversificadas, apesar de uma certa unidade formal que as tornavam reconhecíveis como vilas militares em qualquer local do território nacional.

Conclusões

Para além da descrição das características dos planos urbanos das vilas militares do Exército, interessa refletir sobre as contradições, dialéticas, aspectos simbólicos e as relações profissionais e institucionais estabelecidas a partir dos anos 1950, em um contexto marcado pela produção de Brasília, que, por sua vez, obscureceu outras práticas espaciais com impactos ainda mais próximos da sociedade brasileira e da paisagem urbana de inúmeras

²⁶ Importante mencionar os planos urbanos com blocos de apartamentos, como no Rio de Janeiro, onde havia com grande número de guarnições para atender, além da escassez e alto custo dos terrenos, o que impunha a condição de verticalização. No entanto, os conjuntos multifamiliares eram em menor número, comparando com o universo de estudo.

²⁷ Os padrões podem ser considerados, a priori, elementos físicos comuns a um conjunto edificado.

²⁸ Sobre esta prática da variação com estandardização, ver outras referências como Smiley (2010). E sobre esta prática nas vilas militares brasileiras, ver Bonates (2019).

²⁹ Interessa mencionar que nas casas destinadas aos oficiais havia variações do *standard* oscilando entre elementos do repertório formal mais tradicional até elementos modernos, como telhados invertidos, platibandas, marquises, pilares circulares, materiais, etc, ao passo que para as casas dos sargentos os projetos arquitetônicos eram mais simples e austeros, sem muitas preocupações formais.



idades. Dizer que a produção das vilas militares é meramente resultado de uma demanda institucional e que não interessa aos estudos no campo disciplinar da arquitetura e urbanismo desconsidera o potencial de compreensão de uma ação desta magnitude enquanto recorte da sociedade. Em outras palavras, a corporação militar pode ser entendida como um fragmento da sociedade brasileira, formada por patentes que se refletem na divisão de classes sociais segregadas espacialmente, inclusive entre seus espaços coletivos.

Sobre as contradições e a dialética da produção urbana neste contexto histórico, é importante começar pelo papel de JK, enquanto motivador desta ação. Para viabilizar sua gestão e, particularmente, sua promessa de uma nova capital, Juscelino precisou se alinhar com os militares e liberar recursos que estimulou a elaboração de projetos, obras militares e, particularmente, a construção de casas para os membros da corporação. Esta produção foi intensificada na segunda metade dos anos 1960, com o governo militar, que, inclusive, promoveu a construção de quartéis por arquitetos modernos.

Os recursos e a consequente expansão dos planos urbanos prenunciam uma ação antecipatória de crescente ocupação pulverizadora do território para fins de controle e poder, contrapondo-se à ocupação centralizadora da construção de Brasília – arrisca-se formular a hipótese de que o planejamento das vilas militares foi uma das condições que contribuiu para o controle territorial durante o governo militar na medida em que possibilitou melhores alojamentos para os membros da corporação. Uma grande soma de comunidades revela um período marcado pela efervescência projetual, mas também pela concepção de propostas imbuídas de procedimentos segregacionistas internos e externos aos conjuntos, como fruto das particularidades organizacionais da corporação militar e, por extensão da própria sociedade. A atuação profissional de arquitetos, como Ribeiro Filho, tampouco significou planos urbanos distintos das necessidades institucionais do Exército, prevalecendo o atendimento às demandas.

As vilas representavam, de modo geral, comunidades de pequena escala e com espaços coletivos, localizadas próximas às suas guarnições, formadas preferencialmente por casas implantadas em lotes, de aspecto mais tradicional, porém com alguns elementos do vocabulário moderno, sobretudo para as casas de maior rank. Estas vilas imprimiam uma imagem mais tradicional, paradoxalmente à imagem de Brasília, apesar de serem pensadas dentro de uma concepção moderna, porém burocrática de produção. Assim como colocado por Hitchcock (1947) para a arquitetura de burocracia, as vilas militares do Exército foram produzidas como um sistema eficiente de produção de planos, com uma série de princípios em comuns, porém não necessariamente estandardizados e produzidos em massa, dada as particularidades de cada local e demandas específicas de cada guarnição.



As duas tendências da arquitetura no segundo pós-guerra, segundo formulado por Hitchcock, coexistiram durante o governo JK, com suas relações dialéticas e contradições e se encontraram no espaço a partir da segunda metade da década de 1960, quando planos urbanos foram planejados para a implantação de vilas militares na capital – em um extremo do eixo monumental a praça dos três poderes com as imponentes construções de Niemeyer, representando a liberdade criativa e a arquitetura de gênio; no outro extremo, o Setor Militar Urbano (SMU), com o Quartel General do Exército, projetado pelo mesmo arquiteto, mas também um conjunto de casas para os militares, estas representando a arquitetura e o urbanismo de burocracia. Duas representações do Estado; dois símbolos de um Brasil moderno – seja enquanto imagem, seja enquanto processo; dois fenômenos intrinsecamente distintos em termos de escala, localização e densidade, mas ambos manifestando planos urbanos símbolos do nacionalismo e convergindo para um país marcado pela segregação socioespacial. Os planos urbanos das vilas militares do Exército, assim como Brasília, formam o retrato de um país em que a segregação é política e projeto.

Referências:

BONATES, Mariana Fialho. *Modified modern* nos trópicos. In: **Pós**, Revista da Programa Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. São Paulo, v.26, n.49, 2019, p.1-19.

BONATES, Mariana Fialho. Taylorismo, indústria e a construção dos quartéis do exército no Brasil na década de 1920: entre o discurso e a prática. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v.11, 2018, p.98–113.

BUENO, Beatriz Siqueira. Desenho e desígnio. O Brasil dos engenheiros militares. 2ª ed. In: **Oceanos**. A construção do Brasil urbano, nº 41, Lisboa: Gráfica Maiadouro, jan-mar, 2000, pp.40-58.

CAPEL, Horacio. **La morfología de las ciudades**. II. Aedes facere: técnica, cultura y clase social em la construcción de edificios. Barcelona: Ediciones Del Serbal, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CORREIA, Telma de Barros. A iniciativa privada e a transformação do espaço urbano e do território: Brasil, década de 1950. In: **XIII Encontro da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional (XIII ENANPUR)**. Florianópolis: 2009.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Olhando para dentro: 1930-1964**. v.4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, pp. 90-141.

GOFFMAN, Erving. **Asylums**. Essays on the social situation of mental patients and other inmates. Chicago: Aldine Publishing Company, [1962], 1974.



HITCHCOCK, Henry-Russell. The architecture of bureaucracy and the architecture of genius. **Architectural review**, v.101, n.601, Jan-1947, pp.3-6.

HOLANDA, Frederico de. A determinação negativa do Movimento Moderno. In: HOLANDA, Frederico de (Org.). **Arquitetura e Urbanidade**. São Paulo: Pro editores, 2003, p.19-39.

McCANN, Frank. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro 1889-1937. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, Luanda J. N. de. **Uma cidadezinha branca e cheia de movimento**: um estudo sobre os equipamentos e infra-estrutura militares na evolução urbana da cidade de Natal. Dissertação (mestrado em urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB), 2007.

PRÓSPERO, Victor Piedade de. Vanguarda arquitetônica e impasse político: dois quartéis militares modernos (1965-1971). In: Seminário Docomomo Brasil, 2019, Salvador. Anais do 13o Seminário Docomomo_Brasil: Arquitetura Moderna Brasileira. 25 anos do Docomomo_Brasil. Todos os mundos, um só mundo, Salvador, 7 a 10 de outubro de 2019. Salvador, BA: UFBA, 2019. v. 1.

SIMONSEN, Roberto. **A Construção dos Quartéis para o Exército**. São Paulo, 1931.

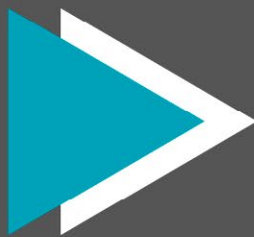
SMILEY, David. Making the modified modern. **Perspecta**, v.32, 2010, pp.39-54;

STEPAN, Alfred. **The military in politics**. Changing patterns in Brazil. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1971.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

AMÉFRICA OU RAZÕES PARA OS ESTUDOS URBANOS
OUVIREM LÉLIA GONZALEZ

Rita Velloso

Grupo de Pesquisa Cosmópolis (EA/UFMG/CNPQ)

Escola de Arquitetura (EA/UFMG/NPGAU)



AMÉFRICA OU RAZÕES PARA OS ESTUDOS URBANOS OUVIREM

LÉLIA GONZALEZ

I. Introdução

Em março de 2020, na véspera do fechamento mundial devido à Pandemia da Covid-19, nós - pesquisadores das universidades brasileiras e suecas - visitamos a Ocupação Izidora, na Região Metropolitana de Belo Horizonte para conhecer e discutir com os líderes daquele território a experiência que estava sendo construída ali. A ocupação urbana de Izidora, com cerca de 8.000 famílias, o maior assentamento informal da América Latina, foi estabelecida em 2013 e tem sido, desde o início, liderada por mulheres.

Ouvimos as histórias da ocupação e da consolidação daquele lugar narradas através das vozes das mulheres que lideraram sua organização e manutenção, e asseguraram sua coesão. A liderança feminina é proeminente nas recentes ocupações urbanas no Brasil, particularmente em Belo Horizonte. Mas historicamente as mulheres líderes não têm sido, de fato, uma raridade na organização de bairros e territórios periféricos no Brasil; pelo contrário, são centrais para a produção de diferentes espaços urbanos habitados pelas camadas mais pobres da população brasileira.

Este texto toma como ponto de partida as ocupações urbanas, iniciativas que estão entre as mais importantes do conjunto de experiências brasileiras recentes de lutas pelo direito à cidade, para refletir sobre o arbítrio das mulheres nas lutas urbanas. Nas ocupações, temas como mobilização, organização e ação coletiva são baseados na compreensão da vida cotidiana como instância política a partir da qual se luta pela erradicação da desigualdade social.

Este trabalho discute os processos históricos desta característica das ocupações urbanas. Mas não é o primeiro a fazer isso. O tema da liderança das mulheres nas lutas urbanas já foi detectado e discutido por uma mulher brasileira, Lélia Gonzalez. Filósofa negra, Lélia elaborou uma teoria que fornece elementos para compreender as estratégias de luta destas mulheres, analisando casos da luta dos pobres urbanos por moradia no Brasil nos anos 80. Para o atual contexto brasileiro, as teses deste filósofo ainda são válidas, especialmente nos dias de hoje, quando ainda experimentamos no país os efeitos cruéis do desmantelamento das políticas públicas de produção habitacional. Do ponto de vista feminista, Lélia Gonzalez



escreveu entre 1980 e 1994 um conjunto de textos que ligam a pobreza urbana a um singular poder de mobilização e contestação em relação à melhoria da vida cotidiana coletiva.

Neste artigo, reúno a filosofia feminista de González e os estudos urbanos. Como a teoria crítica urbana se preocupa em pensar as repercussões das contestações e lutas urbanas sobre a produção do espaço, em diferentes situações e processos ao redor do planeta, é decisivo analisar tais processos a partir da contribuição de intelectuais diretamente envolvidos nos contextos urbanos nos quais eles ocorrem. Uma dessas intelectuais é Lélia Gonzalez.

É possível ensaiar uma aproximação do pensamento de González sobre as relações de gênero com aquelas práticas espaciais que são, em si mesmas, atos de contestação do planejamento urbano modernista. Meu objetivo neste capítulo é trazer os argumentos de González para as discussões no campo dos estudos urbanos sobre a experiência individual e coletiva dos lugares. Esta abordagem pode ser feita através dos seguintes temas da filosofia de González (1982, 1985a, 1985b): (a) as condições de trabalho das mulheres; (b) a espacialidade racializada; e (c) a mobilização social das mulheres nas periferias das grandes cidades do Brasil.

Este texto é desenvolvido em cinco outras seções. Na próxima seção, apresento o pensamento de Gonzalez sobre o campo da reprodução social e a contestação da produção do espaço. Na terceira parte, apresento o conceito de Amefricanidade, e na quarta seção, discuto aspectos da experiência urbana das mulheres que vivem nas periferias brasileiras. E, na quinta seção do texto, mostro as conexões que podem ser estabelecidas entre o pensamento feminista de González e as questões urbanas contemporâneas brasileiras na produção do espaço. Finalmente, na sexta parte, concluo reafirmando a importância do pensamento de González para o feminismo contemporâneo e os estudos urbanos.

II. Apresentando o Feminismo de Lélia Gonzalez

Lélia Gonzalez (1935-1994) foi, além de filósofa, professora e escritora, uma intelectual e militante dos movimentos negros e feministas. Em sua trajetória, a teoria e a prática estavam organicamente ligadas. Ela publicou dois livros: *O Lugar de Negro*, em 1982 (em co-autoria com o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg) e *Festas Populares*, em 1989. As análises da autora enfatizaram o protagonismo negro, particularmente das mulheres negras, na formação sócio-cultural do país. Entretanto, Gonzalez ainda é pouco conhecido e lido no Brasil.



Nascida em Belo Horizonte em 1935 em uma família de meios modestos, Lélia foi a penúltima de 13 filhos. Seguindo um caminho incomum para as mulheres negras nos anos 50, ela conseguiu entrar na universidade. Ela estudou História e Geografia (1958) e Filosofia (1962) na antiga Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Lélia foi uma pioneira e líder do movimento negro brasileiro. Ela participou do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, o IPCN, uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo no Brasil. Ela também foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado, MNU, tendo participado do ato histórico do movimento nos degraus do Teatro Municipal de São Paulo em 7 de julho de 1978. Em 1983, formou com outras mulheres negras o Coletivo Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro. Foi também a primeira mulher negra a deixar o país como representante do movimento negro, em 1979.

A ação intelectual e política de Lélia Gonzalez expandiu-se em diferentes campos e a levou a ser membro da primeira formação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado durante a primeira fase de redemocratização do país, em 1985. O momento mais intenso de sua militância, entretanto, foi durante a Ditadura Militar (1964-1985), que proibiu, entre outras coisas, a organização política da sociedade civil. Quando ela começou a militância no MNU em meados dos anos 70, Gonzalez já tinha uma carreira como professora, pesquisadora e boa circulação nos círculos intelectuais e culturais do Rio de Janeiro. Em sua percepção, a política incluía tanto a militância coletiva na base, nos movimentos sociais, como em dimensão institucional. Por esta razão, em duas vezes ela tentou ser leita para mandatos legislativos.

Seu trabalho intelectual mostra que ela era uma feminista interseccional e uma feminista descolonial *avant la lettre*, como ela criticou o eurocentrismo tanto nas ciências sociais quanto no feminismo ocidental. Ela foi uma precursora em adicionar o marcador da raça à condição da mulher brasileira, logo após o campo marxista-feminista no Brasil ter começado a discutir como a diferença de classe afetava as mulheres - um debate que vinha ocorrendo pelo menos desde 1967. Mesmo antes dos termos colonialidade, pensamento descolonial ou ameríndio ganharem destaque na agenda intelectual, Gonzalez apontou para uma concepção singular da dominação europeia que nos fundou e da violência intrínseca na formação do Brasil como um Estado-nação.

Sua interpretação da opressão colonial também antecipou idéias que mais tarde seriam formuladas pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, autor do conceito de colonialidade do poder, e desenvolvidas em termos muito próximos ao trabalho de Franz Fanon: tratava-se de



argumentar que a criação de categorias raciais como indígenas, negros e brancos é uma exigência do sistema de poder colonial. Para isso, era necessário também enfrentar a construção histórica e naturalizada do negro passivo, obediente, submisso e subordinado, e lutar contra a narrativa de que a libertação dos escravos em 1888 foi um gesto de bondade da princesa Isabel.

Em 1988, Lélia Gonzalez publicou o provocador "Por um feminismo afro-latino-americano", no qual questionava: "Tanto o racismo quanto o feminismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação". A pergunta então se torna: como explicar este 'esquecimento' por parte do feminismo"? Seu questionamento teve como objetivo tanto criticar o feminismo branco quanto estabelecer que havia racismo ali mesmo onde se lutava contra a discriminação, em favor de valores como a liberdade e a emancipação. Tratava-se de se opor não apenas à violência do racismo, mas de reivindicar a especificidade do racismo contra as mulheres negras, carregadas de um tipo de sexismo que ainda afeta as mulheres negras e brancas de maneira diferente.

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, pois os estereótipos gerados pelo racismo e o sexismo a colocam no mais alto nível de opressão [...] Como trabalhadora doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, subordinação e "inferioridade" que lhe seria peculiar. Tudo isso somado ao problema do turno duplo, que ela, mais do que ninguém, tem que enfrentar. (GONZALEZ, 2020, p. 75)

A trajetória e o pensamento de González só podem ser compreendidos se considerarmos as dimensões coletivas que compõem os protestos de rua, a imprensa alternativa, as organizações civis, as interações entre o Estado e os movimentos sociais, e os partidos políticos na transição democrática do país. Não apenas o ambiente nacional, mas também as grandes transformações culturais e políticas no mundo foram seguidas por Lélia Gonzalez, particularmente as que ocorreram na América Latina, América do Norte e países africanos, como as lutas indígenas, as organizações anti-racistas, os movimentos de mulheres, as mobilizações de direitos civis, os protestos dos Panteras Negros e as lutas pela independência nacional e pelo fim do apartheid na África do Sul. Nesta complexa teia de idéias e redes transnacionais de ativismo, o pensamento de Lélia Gonzalez tem uma perspectiva democrática e plural, com um horizonte anticolonial, antipatriarcal e crítico do capitalismo.

Nós não nascemos negros, nos tornamos negros. É uma conquista dura e cruel que se desenvolve ao longo da vida. É aí que entra a questão da



identidade, a identidade que se vai construindo. Esta identidade negra não é algo já feito, acabado. Portanto, para mim, uma pessoa negra consciente de sua negritude está na luta contra o racismo. Os outros são mulatos, pardos, pardos, etc. (GONZALEZ, 2020, p.127)

As idéias de Gonzalez estavam relacionadas aos movimentos sociais, ao contexto histórico, aos lugares onde ela circulava e às pessoas com as quais ela dialogava. Seu pensamento não foi desligado do momento em que ela viveu. O pensador era crítico da importação mecânica do discurso e da teoria negra americana para que o raciocínio de dominação cultural não se reproduzisse, já que a experiência brasileira era distinta. Para Lélia, era necessário que os negros brasileiros olhassem para dentro de si mesmos, para sua experiência e realidade cultural, ao invés de olhar para os estrangeiros.

Segundo Gonzáles, o modelo do negro brasileiro não estava nem na África nem nos Estados Unidos, mas em sua própria experiência histórica local, em suas resistências políticas e culturais, na memória do Quilombo dos Palmares. A autora não negou a importância da África para nós, mas considerou-a uma recriação possível.

A África é muito diferente do que nós imaginamos, diferente, especialmente, do que os negros americanos imaginam. Uma das coisas que eu costumava bater neles é esta: sua África é um sonho, ela não existe. Nós aqui, no Brasil, temos uma África conosco, em nossa vida cotidiana. Em nossos sambas, na estrutura de um candomblé, da macumba (GONZALEZ, 2020, p.136)

Gonzalez desenvolveu assim, entre os anos 1980-1990, uma crítica feminista do racismo, do colonialismo, do imperialismo e de seus respectivos impactos no hemisfério sul. Em uma clara prefiguração da teoria descolonial/interseção do pensamento feminista, ao reivindicar o feminismo afro-latino-americano, o autor brasileiro pensou em processos de resistência ao aparelho colonial e discutiu epistemes elaborados por grupos originários das periferias do conhecimento. Segundo ela, este tipo de crítica seria possível através do estabelecimento de diálogos interdisciplinares, nos quais a questão de gênero é crucial.

A abordagem teórica de González prefigurou muito da forma como pensamos sobre a identidade e as lutas sociais entre as pessoas marginalizadas no Sul Global nos dias de hoje. A conjuntura atual nas periferias brasileiras e latino-americanas ainda torna seu trabalho vital, pois sua escrita nos permite ver melhor as formas de organização e mobilização das mulheres em suas famílias, bairros, grupos e associações. Formuladas no início dos anos 80, as conexões entre organização política, prática espacial e vida cotidiana são o foco central das análises de Gonzalez. Esta ênfase é o que me permite estabelecer com este autor quais



serão as linhas mestras do capítulo - a espacialidade, a teoria da colonialidade do poder e a teoria feminista interseccional - a relação entre todas as que ganham sua mais clara expressão no conceito de 'Amefricanidade' de Gonzalez.

III. Amefricanidade

Amefricanidade (ou 'Amefricanidade') é sinônimo da fusão de duas experiências históricas vividas por negros, as dos afro-americanos que vivem nas Américas e que, ao mesmo tempo, não perdem de vista seus laços com a África. A idéia principal por trás desta palavra é recuperar a história de resistência e luta dos povos colonizados contra a violência produzida pelo poder colonial. Os escritos de Lélia Gonzalez contribuíram para a (re)formulação do movimento negro e para a conformação de uma consciência negra politizada no Brasil.

Lélia Gonzalez cunhou o termo como uma categoria para explicar, por um lado, uma experiência histórica diáspora. Usando as idéias de Franz Fanon como referência, Gonzalez investigou os múltiplos contextos da diáspora negra. Em seus textos, há leituras sobre a diáspora africana, como diálogos de Gonzalez com o movimento de direitos civis nos Estados Unidos, o marco teórico do poder negro, o movimento de libertação e descolonização dos países africanos e os movimentos feministas e de esquerda na América Latina. Este diálogo foi traduzido, reelaborado e criticado à luz do contexto brasileiro, cuja forma de opressão racial é sem dúvida única, de modo que sua filosofia foi conectada no espaço e no tempo da diáspora nas Américas.

Seu trabalho político conectou a luta brasileira contra o racismo com lutas em outros contextos americanos, e ela abraçou uma abordagem hemisférica e diáspora da libertação negra. No Panamá, Gonzalez observou que as discussões e análises em curso ajudaram a derrubar as barreiras entre as mulheres desprotegidas, como o racismo de algumas feministas, e o antifeminismo dos índios americanos e amefricanas (africanos americanos). Na Bolívia, Gonzalez identificou o significado da voz das amefricanas no reconhecimento do racismo e do sexismo que as mulheres negras enfrentam. Extraído de psicanalistas, especificamente [o termo] América Latina (1980), ela sintetizou uma concepção da diáspora africana e cunhou o termo amefricanidade para descrever as experiências comuns dos negros nas Américas. (PERRY e SOTERO, 2020, p.62)

Por outro lado, este termo permite compreender como o racismo, o sexismo e a segregação dos pobres são elementos fundamentais das relações sócio-espaciais no Brasil e em toda a América Latina. Além disso, Gonzalez defende o reconhecimento dos ameríndios e africanos



como elementos predominantes nas culturas que recusam a idéia de uma "latinidade" para o continente americano. Para o autor, a expressão "latinidade" implica inevitavelmente o domínio "colonial" pela Península Ibérica. Nas palavras de Gonzalez, Amefricanidade é uma categoria político-cultural:

Um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos que moldam a construção da identidade étnica. (...) As implicações políticas e culturais da categoria de Africanidade são, de fato, democráticas; justamente porque o próprio termo nos permite superar limitações territoriais, lingüísticas e ideológicas, abrindo novas perspectivas para uma compreensão mais profunda do mundo onde ele se manifesta: América(...). Além de seu caráter geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é Afrocêntrico. (GONZALEZ, 1988a, p.76-77)

"Amefricanidade" tem uma função metodológica na teoria de González: resgatar uma unidade específica historicamente forjada dentro de diferentes sociedades que se formaram em uma determinada parte do mundo (GONZALEZ, 2020, p.135). É um conceito que diz respeito a todas aquelas sociedades nas quais o racismo tem sido parte crucial do sistema de dominação - "uma presença constante em todos os níveis de pensamento, bem como parte e parcela das mais diferentes instituições dessa sociedade" (GONZALEZ, 2020, p.136).

O pensamento de Gonzalez contribui significativamente para a imaginação política das possibilidades de criticar o racismo, recuperando estratégias de resistência e luta das mulheres negras, sinalizando seu protagonismo como sujeitos históricos. Amefricanidade é um conceito que permite referir-se e confrontar a formação histórico-cultural do Brasil, marcando uma contraposição a "um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente européias e brancas" (Gonzalez 2020, 127). Partindo da centralidade dos sujeitos negros, especialmente mulheres negras, Gonzalez apresenta a Amefricanidade como parte do pensamento original sobre a formação sócio-cultural brasileira, especialmente considerando quão profundamente a ideologia do branqueamento penetra na sociedade brasileira. Em outras palavras, a categoria da Amefricanidade expõe processos em andamento dentro da organização social brasileira no que diz respeito à negação das diferentes etnias que constituem sua própria cultura. Ao mesmo comportamento social recorrente, há uma negação e conseqüente desejo (manifesto ou não) de branquear sua história colonial, apagando sistematicamente a predominância da população negra e pacificando artificialmente o debate sobre a dominação e opressão colonial.

Dizer 'Amefrica' estabelece um sistema etnográfico de referência. Para Gonzalez, como as teorias tradicionais das ciências sociais não ofereciam ferramentas apropriadas para uma



análise da experiência brasileira, era imperativo recuperar os processos de resistência ao aparelho colonial e as epistemes elaboradas por grupos originários das periferias do conhecimento e criar um léxico e uma forma de pensar específica para a cultura e a sociedade negra no Brasil. Portanto, ela desenvolveu conceitos estabelecendo diálogos interdisciplinares que mobilizaram vocabulários de racismo, colonialismo, imperialismo e seus impactos sobre o Sul Global. Gonzalez questionou esta construção discursiva brasileira que apagou sistematicamente a violência destas relações e negou a existência do racismo. Ao se opor categoricamente ao mito da democracia racial, forjada na idéia do contato harmonioso entre portugueses, africanos e indígenas, a reflexão de González consolida uma teoria do feminismo negro brasileiro e do pensamento social brasileiro.

Para a autora, foi necessário pensar na desigualdade racial e social brasileira (os territórios da vida cotidiana, os hábitos profundamente enraizados das famílias) em relação às formações inconscientes, formações que ela observa serem exclusivamente brancas e européias, e promover continuamente a negação de nossas origens indígenas, latinas e africanas. É assim que ela identifica uma característica fundamental do "estilo racista brasileiro": voltar-se contra os negros é negar, no sentido freudiano, nossa amefricanidade, apesar do fato de que o segmento negro é uma parte constitutiva importante da sociedade brasileira.

Deve ser reiterado que tanto González como o movimento negro atacaram categoricamente o mito da democracia racial e os protocolos de tal ideologia de branqueamento, que se baseava na idéia de "contato harmonioso" entre portugueses, africanos e índios, apagaram a violência dessas relações e negaram a existência do racismo. Este mito era um símbolo da identidade nacional, baseado numa visão harmônica da nação, adotada pelos militares responsáveis pelo país, mas também idealizada pelos próprios brasileiros. Para Gonzalez, o racismo combinado com o sexismo é o sintoma da neurose cultural brasileira e codifica as distinções de gênero. Uma conclusão importante na teoria de González é que a grande excluída da modernização conservadora e excludente no Brasil é a mulher negra.

O trabalho de Lélia González marca assim a criação pioneira de uma teoria do feminismo negro brasileiro, enraizada em referências e experiências históricas, em trocas com outras mulheres negras, articulando raça, gênero e classe. Sustentando-se na teoria e na prática, preocupada em ligar a experiência vivida (coletivamente) à observação e à teoria.

Ao reivindicar nossa diferença como mulheres negras, como mulheres afro-brasileiras, sabemos bem o quanto carregamos dentro de nós as marcas da exploração econômica e da



subordinação racial e sexual. Por esta mesma razão, carregamos conosco a marca da libertação para todos. Portanto, nosso lema deve ser: organize-se agora! (GONZALEZ, 2020, p. 127)

IV. A mobilização social das Mulheres nas Periferias Urbanas Brasileiras

A imagem da mulher na liderança da Ocupação Izidora, mostrada acima, diz um pouco sobre a questão que motiva este texto: como a organização coletiva das mulheres nas periferias afro-latino-americanas redefine a agência da vida cotidiana, afetando a produção do espaço? A fotografia, tirada em março de 2020, registra mais do que o primeiro aspecto visível; para quem se aproxima, é evidente o papel das mulheres negras na condução e organização de iniciativas nesse assentamento informal. Mas a agência feminina de lá vai além do roteiro tradicional, adequado para os líderes dos movimentos sociais urbanos. O que se destaca no discurso intenso dessas mulheres é tanto a organização espacializada das relações raciais quanto a reprodução do sexismo nas relações sociais.

Prestando atenção aos discursos dessas mulheres líderes, nota-se um sinal dos tempos e a diferença entre esses movimentos de ocupação em relação aos anteriores, algumas décadas atrás, durante a construção das primeiras favelas no Brasil. Há novas agências locais, e há uma nova gramática política, com certeza. As mulheres, que sempre estiveram nas favelas, nos assentamentos como atores políticos responsáveis por grande parte da coesão social destes lugares, agora enfrentam e superam a condição de invisibilidade à qual estavam condenadas.

A experiência das mulheres pertencentes a estes grupos não é e, sem dúvida, nunca foi homogênea. Nos anos 80, os textos de González já registravam que no Brasil um tipo de resistência vinha de grupos de mulheres que garantiam principalmente a sobrevivência: as mulheres são corpos subalternos, não necessariamente proletários, que agem para transmitir as culturas negras-africanas, para disseminar conhecimentos tradicionais; suas práticas de resistência são diversas e configuram constantemente redes subversivas.

Se comparada à organização dos movimentos proletários tradicionais, podemos testemunhar o significado singular destes movimentos de ocupação nas periferias urbanas brasileiras e latino-americanas. Em geral, na tradição revolucionária europeia, a família é, ao lado do campesinato, o símbolo do atraso e o índice de dificuldades econômicas a serem superadas. Historicamente, existe uma estreita relação entre a hierarquia de produção e o papel central



atribuído ao trabalhador masculino como tema central do processo revolucionário. Na fábrica, é claro, o trabalhador é separado de sua família, e a família, por sua vez, é desligada da organização proletária, seja do sindicato ou do partido. Na tradição revolucionária, encontramos uma cultura política focada na produção no local de trabalho, no indivíduo como trabalhador-produtor, e nas organizações que o incluem como tal. As organizações políticas, nesta tradição, são profundamente patriarcais, hierarquicamente organizadas e centradas no Estado.

Aqui em Belo Horizonte, hoje em dia, basta chegar a um campo sem terra, a uma comunidade indígena, ou a uma favela, ou a uma ocupação urbana - todas estas formas de organização territorial nas periferias urbanas - para perceber que, se quisermos entender quem vive lá, é necessário falar sobre o número de famílias que participam destas iniciativas. Os membros desses grupos nunca são contados individualmente. A pergunta é: por que nestas experiências urbanas atuais, organizadas como movimentos políticos, existe esta diferença? E por que ela permanece tão invisivelmente nos escritos dos intelectuais e partidos de esquerda, quando o sujeito político central ainda é o trabalhador (em pé de igualdade com as instituições), e raras análises são dedicadas às pessoas comuns das favelas, aos vendedores ambulantes, aos carregadores, aos cozinheiros e seus ajudantes nas cozinhas populares, aos artesãos, aos motoristas, enfim, aos milhares do mundo popular da cidade latino-americana.

Para falar da cultura política na América Latina, sabemos como é necessário, cada vez mais, incorporar os sujeitos coletivos (famílias, vizinhos, trabalhadores informais) em teorias e práticas revolucionárias. Os espaços coletivos, o mercado popular, a cozinha, os lugares de intercâmbio da economia informal - todos estes são os espaços de reprodução da vida, onde as mães vivem com seus filhos e filhas, mas onde os homens adultos também desempenham um papel diferente do do trabalhador da fábrica, pois participam das tarefas e cuidados da família. Em outras palavras, é necessário colocar a vida cotidiana e as formas de ação política lado a lado em qualquer análise. A vida cotidiana é predominantemente o lugar das mulheres e das famílias. A família nas periferias urbanas latino-americanas tem uma dimensão política, e são espaços básicos de organização. As esferas doméstica e pública estão misturadas nestes territórios, e não é raro, por exemplo, que as mulheres levem seus filhos a protestos. Uma transformação ocorre - um passo político fundamental - que é a passagem da reprodução na casa de família para a reprodução coletiva nos movimentos.

Milhões de mulheres na América Latina participam de movimentos que são, na verdade, movimentos para sustentar a reprodução. A primeira tarefa é o fornecimento de refeições,



almoços escolares, ou mesmo a participação em atividades de apoio escolar, mesmo aquelas relacionadas à saúde e serviços coletivos de vizinhança. A rigor, as mulheres são idealizadoras, cuidadoras, fabricantes, e também apoiadoras do coletivo. Isto não é geralmente visível, ou seja, as tarefas de reprodução coletiva não recebem um status político, nem as mulheres que as desempenham são necessariamente consideradas sujeitos políticos. É necessário transformar isto se quisermos avançar na compreensão da organização coletiva nas periferias afro-latino-americanas. É necessário considerar o quanto nessas periferias é dado o poder da organização feminina, seja no apoio aos núcleos familiares ou na formação de redes de solidariedade. E é preciso compreender que não há separação entre a organização política e a produção diária do espaço.

As periferias urbanas, onde vive a grande maioria dos setores populares do mundo, representam um estilo de vida cotidiana que não pode ser entendido exclusivamente a partir da lógica da economia capitalista. Alguns aspectos da atual rodada capitalista são colocados sob pressão, tais como a centralidade social do indivíduo masculino, ou mesmo a predominância da organização política vertical e hierárquica. Os pobres urbanos, aqueles grupos marginais da sociedade cujo acesso à cidadania é precário, quando estão construindo territórios para habitar, diferenciam-se em sua práxis social e política dos modos de vida hegemônicos.

As diversas configurações de sua cultura política são fundadas nos lugares onde vivem sua vida cotidiana: das escolas aos centros comunitários, das igrejas aos centros comunitários de mídia. Este espesso tecido de reprodução da vida nas periferias é forjado por poderes que abrangem todos os espaços da vida; em outras palavras, é no contexto da vida cotidiana que aqueles de baixo determinam seus modos de agir, suas formas de conceber e tomar as principais decisões coletivas. O que acontece freqüentemente nos assentamentos informais nas periferias chamadas Ocupações Urbanas é que os habitantes se instalam criando condições para expandir seu campo de ação política. A ausência de controle sobre o território pelas autoridades governamentais produz um hiato no qual os poderes políticos e econômicos do capital para exercer controle sobre as subjetividades subalternas são, diariamente, tensionados e desgastados.

Lélia Gonzalez ofereceu uma análise das práticas de resistência das mulheres que as vêem como multifacetadas e inovadoras, um tipo de prática que muitas vezes configura redes subversivas coesas. A este respeito, Gonzalez (1985a) compartilha o mesmo pensamento de Anibal Quijano (1991) e Rita Segato (2012), renomadas autoras que têm discutido a prática política das mulheres na América Latina. Neste sentido, uma declaração fundamental ocorreu



em uma entrevista que Quijano deu a um jornal de Lima em 1991, ao lidar com os sistemas de opressão que marcam o Terceiro Mundo. O sociólogo, através das lentes da descolonialidade, estava lidando com a colonialidade espelhada na hierarquia étnico-racial das atuais cidades metropolitanas globais. Mesmo que não mais sujeitas à administração colonial, as zonas periféricas das grandes cidades da América Latina permanecem em uma situação colonial violenta, na qual principalmente indígenas, negros, jovens e mulheres são oprimidos. Agora, através da perspectiva teórica da colonialidade do poder, é possível entender a inflexão colonial na organização social, na vida comunitária e na organização de gênero. O trânsito para a modernidade colonial é um processo pelo qual o espaço das tarefas masculinas se torna uma esfera abrangente que capta tudo o que é dotado de potencial político.

Por sua vez, a antropóloga Rita Segato (2012) leva mais longe as conclusões de Quijano e Gonzalez e as amplia. Ela reconhece o papel da mulher na contenção da desintegração das relações comunitárias e igualitárias, assim como o papel da mulher na construção do pensamento e da autoridade na tomada de decisões coletivas e na economia. Segato, entretanto, vai além das afirmações de Gonzalez e Quijano, afirmando que o resultado desta agência feminina é uma espécie de espaço cuja produção é re-significada, permitindo a criação de novas relações sociais, materiais e simbólicas de produção e reprodução.

É verdade que Lelia Gonzalez não testemunhou o pleno desenvolvimento dos contextos políticos do neoliberalismo na América Latina como Quijano e Segato, mas é importante destacar o que suas teses discutem a respeito da práxis política das mulheres nas periferias urbanas. Os escritos de Gonzalez no início dos anos 80 permitem concluir que o potencial de transformação política está no âmbito das relações reprodutivas. Para entender a ação coletiva e a mobilização política das mulheres em seus contextos cotidianos nos subúrbios das grandes cidades brasileiras é necessário assumir as premissas de González, entre as quais está que a reprodução é o eixo pelo qual toda reflexão deve ser conduzida. O espaço-tempo próprio da esfera da reprodução permite que a sociedade faça um esforço para se transformar. Em uma palavra, nas comunidades periféricas, a esfera da reprodução tem a possibilidade concreta de tecer relações de confiança e de convivência entre as pessoas que nela vivem.



V. O feminismo de Lélia Gonzalez e a compreensão da produção do espaço urbano: Amefricanidade, a força de trabalho das mulheres negras e a espacialidade racializada

O problema das relações raciais tem sido enfatizado nas teorias contemporâneas de produção espacial porque pode ajudar tanto na sistematização e demonstração da organização espacializada das relações raciais quanto na compreensão das questões culturais que surgem naqueles territórios urbanos periféricos historicamente constituídos como lugares de segregação. Nesse sentido, uma análise da produção do espaço urbano que inclua a categoria de Amefricanidade será capaz de redefinir a importância da cultura africana na produção e no conhecimento da materialidade dos lugares urbanos. É possível estabelecer a relevância da aplicação deste conceito - o fundamento do feminismo de González - em três temas: (a) na compreensão da força de trabalho das mulheres negras na produção da cidade; (b) na compreensão dos processos de segregação espacial que acabam por produzir periferias onde predomina a segregação racial; e (c) no conhecimento das estratégias de organização, mobilização e contestação das populações negras nas lutas pelo direito à cidade e à cidadania.

Ao analisar o lugar das mulheres negras na força de trabalho entre 1968-1980, Gonzalez (1985a) estabelece uma primeira e crucial conexão com a realidade urbana brasileira. De acordo com suas conclusões, a situação das mulheres negras nos estratos populacionais urbanos de baixa renda revela as condições de vida mais deterioradas. A desigualdade racial no Brasil é medida pela distribuição de renda que revela uma concentração perversa. Em suas análises econômicas gerais, Gonzalez se preocupou em mostrar a estrutura econômica do país: o desenvolvimento desigual e combinado; a completa modernização conservadora; a formação de uma massa marginal; e a dependência neocolonial. O Brasil não fez mudanças estruturais no setor agrário e teve uma inserção dependente no mercado mundial (produção de alimentos e matérias primas). Gonzalez observa assim que "(...) a presença atual, em diferentes expressões, de capital comercial relacionado a formas pré-capitalistas de exploração de mão-de-obra" (GONZALEZ, 1982b, p.230). Sua análise da estruturação econômica do país nos permite compreender as expectativas para a trabalhadora negra no Brasil e, ao lado deste conhecimento, saber quem é a mulher negra como ator político. Como a população negra, homens e mulheres, já são trabalhadores de segunda classe, as mulheres negras são melhor caracterizadas como um sub-proletariado. Em seu caso, a condição de exclusão é ainda mais agravada: as mulheres negras são as mais marginalizadas no processo conservador de modernização, e a maioria de seus trabalhos não vai além dos



serviços de limpeza doméstica, cuidado de crianças e idosos, pequenas tarefas agrícolas urbanas, ou vendedores ambulantes.

As implicações desta reflexão de Gonzalez sobre o trabalho da mulher negra nas grandes cidades estão no centro da principal crítica atualmente desenvolvida pelo feminismo descolonial negro. A este respeito, Françoise Vergés (2020, 23) analisa o trabalho invisível daqueles que ela chama de "as mulheres que abrem as cidades".

Todos os dias, em toda parte, milhares de mulheres negras, racializadas, "abrem" a cidade. Elas limpam os espaços que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas geralmente viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. O segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilham com a primeira um cruzamento de classe, raça e gênero, vai a lares de classe média para cozinhar, limpar e cuidar de crianças e idosos para que aqueles que as empregam possam trabalhar, praticar esportes e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas...Depois vem o tempo em que as mulheres negras racializadas tentam encontrar um lugar no transporte público para seus corpos exaustos. (VERGÉS, 2020, p.19)

A condição das figuras femininas extremamente ligadas à vida doméstica, um dos principais temas do feminismo descolonial, pode estar ligada à teoria de Gonzalez que pretende desafiar aqueles estereótipos da cultura brasileira construídos a partir da vida cotidiana. Ao focalizar o espaço dos lares, especialmente o da empregada doméstica, para González, é significativo ressaltar que justamente estes lugares de trabalho doméstico podem ser tensionados, tornando possível a construção da resistência passiva das mulheres.

Esta mesma perspectiva é reivindicada hoje em dia por Maria Lugones. Para esta autora, que até certo ponto desdobra os argumentos de Gonzalez, trata-se de valorizar os determinantes da lógica colonial como um fator essencial na opressão das mulheres e explicitar o que tem sido uma espécie de colonização de gênero. Com este conceito, Lugones tenta investigar as formas de resistência desenvolvidas nos processos de colonização (o trabalho das mucamas, das mães de leite - todas elas mulheres escravizadas negras) para compreender as possibilidades teóricas de sua desconstrução (LUGONES, 2019, p.360)

O segundo tema que permite estabelecer uma conexão entre a Amefricanidade de Gonzalez e as questões urbanas diz respeito à segregação histórica da população negra na sociedade brasileira. Analisando as condições da vida cotidiana das mulheres nos territórios suburbanos do Rio de Janeiro, Gonzalez entendeu que as raízes profundas da segregação residem nas configurações espaciais de nossas cidades. Em outras palavras, para o autor, há uma dupla



implicação entre a produção do espaço suburbano nas metrópoles brasileiras e suas estruturas segregacionais. A segregação não é apenas social, mas principalmente espacial. Por que eles continuam nos dizendo para nos colocarmos em nosso próprio lugar? Por que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que se tem "o preconceito de não ser preconceituoso" e ao mesmo tempo acha natural que o lugar dos negros seja nas favelas, cortiços e favelas? (GONZALES, 1985a, p.100)

O que González previu naquela época era que as questões relacionadas às disputas pelo espaço, se vistas além do quadro das classes sociais, precisavam dar conta da diferenciação entre as classes e a esfera racial. Assim, era necessário ampliar o debate pensando na produção e ocupação das cidades do país e observando a construção histórica da desigualdade do ponto de vista racial.

Na América Latina, o critério racial ordena as relações espaciais e delimita contextos espacializados de interação. As territorialidades são definidas por traços culturais associados à pertença racial. Os conceitos tradicionais no campo, como centro e periferia, são tributários desta distinção racial; e a marcação da raça é freqüentemente o critério para sua elaboração como categorias fundamentais para a análise do espaço. Consequentemente, estes lugares racializados denotam relações de dominação espacialmente estruturadas. Eles funcionam como índices da posição de grupos e indivíduos no espaço físico e material dentro de um espaço sócio-econômico.

Em linha com o que González apontou, vários argumentos atuais sustentam que a raça no Brasil é um fator na constituição da estrutura sócio-espacial e, como tal, deve ser enfrentada. Isto significa que, além de ser entendido como um princípio social de classificação de indivíduos e grupos, artificialmente construído para a ordenação das relações de hierarquia e poder, a questão racial no Brasil deve ser analisada em termos da experiência espacial de suas condições. Um autor contemporâneo que levou a percepção de González mais longe é o geógrafo Renato Emerson dos Santos (2012), que defende o enfrentamento do racismo no Brasil com base na ligação explícita entre a experiência raciais-espacial; em outras palavras, trata-se de criticar o racismo através da leitura espacial das relações raciais. Assim, é urgente discutir a distinção racial como uma relação que regula comportamentos, trajetórias e inserções sociais - em uma palavra, o marcador racial determina experiências que inscrevem indivíduos e grupos sócio-espacialmente.

A validade das teorias de Lélia Gonzalez para a questão urbana contemporânea repousa em sua análise dos modos cotidianos de apropriação dos territórios periféricos. Ela pretende



demonstrar que a única possibilidade prática de confrontar a dimensão racial da segregação urbana é explicitar suas hierarquizações racializadas. A fim de mostrar sua tese, Gonzalez discute a posição dos negros na sociedade brasileira em termos de suas manifestações culturais, seus lugares de lazer e, especialmente, suas linguagens artísticas, como uma perspectiva de contestação dos mecanismos de poder que cresce em importância.

González investiga assim a repercussão do lazer e das situações culturais e os coloca na vida política dos moradores das periferias. Os lugares das festas populares são especialmente importantes para sua análise. Os salões de baile nos anos 50 e os concertos de música soul nos anos 70 são relevantes para sua posição crítica. No entendimento da autora, estes foram territórios de resistência cultural que expandiram muito a esfera de ação coletiva da juventude negra. No final dos anos 70, Gonzalez estabeleceu a relação entre esta agência, através de espaços de lazer, e a construção da ação política negra, concluindo que um passo decisivo para a formação do movimento negro foi dado ali.

É interessante notar que a alma foi um dos berços do movimento negro.

It is interesting to note that soul was one of the cradles of the black movement in Rio since the young people who went to the balls were not only workers but high school and university students as well. The fact is that the young blacks from the northern and southern zones began to meet at these balls, which brought together thousands of people, all black (GONZALEZ, 1982a, p.32-33)

É interessante notar que a alma foi um dos berços do movimento negro no Rio, uma vez que os jovens que iam aos bailes não eram apenas trabalhadores, mas também estudantes do ensino médio e universitários. O fato é que os jovens negros das zonas norte e sul começaram a se encontrar nestes bailes, que reuniam milhares de pessoas, todos negros (GONZALEZ, 1982a, p.32-33).

A música tem sido um fator consistente de coesão social no Brasil, mesmo agora no século XXI. Renata de Souza, socióloga urbana brasileira, apresentou recentemente em seu livro *Cria da Favela* uma conexão significativa com o pensamento de Gonzalez sobre a relevância das manifestações culturais realizadas e tornadas possíveis pelas mulheres nas periferias brasileiras. Souza analisa o papel desempenhado pela música Funk e a cultura de rua nas favelas do Rio de Janeiro nas tentativas de destacar a apropriação coletiva radical dos espaços urbanos (Souza, 2020). Eles são, na opinião desta autora, experiências baseadas na apropriação da rua... [que] revelam o compromisso de uma juventude negra e favelada com uma mudança de paradigmas, com uma revolução molecular atenta às relações sociais que subvertem os poderes estabelecidos através do desejo de



liberdade. Tudo isso através da festa, do estar juntos, do fortalecimento dos laços de solidariedade, da mudança nos festivais da própria realidade e da resistência diária pela sobrevivência. (SOUZA, 2020, p.171)

O terceiro elo entre as teorias de González e a produção contemporânea do espaço urbano pode ser encontrado em suas reflexões sobre a mobilização da população negra. Pode-se dizer que Amefricanidade nos ajuda a entender melhor a mobilização da mulher negra no Brasil. Para isso, Gonzalez se ocupou com a formulação de políticas públicas, tanto em termos de representação (candidaturas a mandatos municipais no Rio de Janeiro) quanto de participação (conselhos federais de gestão).

Dentro do movimento negro, González evocou a importância das lutas históricas dos quilombos, as revoltas, rebeliões e tumultos de negros escravizados para demonstrar que "foi dentro da comunidade escravista que se desenvolveram formas de resistência político-cultural". Para ela, um resultado deste aprendizado histórico de lutas são os movimentos de favelas, nos quais as mulheres negras desempenharam um papel predominante (GONZALEZ, 1985a p.102-103). Além disso, Gonzalez demonstra que estes movimentos de contestação nas favelas foram o modelo para os movimentos de bairro na cidade do Rio de Janeiro.

Ao evocar a forma de organização das mulheres nestes movimentos de favelas, ela destaca que no período imediatamente posterior à abolição, nos primeiros tempos de "cidadãos iguais perante a lei", coube à mulher negra assumir a posição de espinha dorsal de sua comunidade. Ela era o sustento moral e a subsistência dos outros membros da família (2020, 40). Discutindo quanto deste papel comunitário das mulheres ainda estava em vigor nos anos 80, Gonzalez afirma que se nota a permanência de redes de apoio mútuo nos arranjos diários coletivos destes assentamentos e bairros. Nessas comunidades negras e pobres, as mulheres negras e pobres assumem uma posição de poder ... Acima de tudo, a mulher negra anônima é o apoio econômico, afetivo e moral de sua família. É ela que, a nosso ver, desempenha o papel mais importante ... com sua força e capacidade corajosa de lutar pela sobrevivência. (GONZALEZ, 1982b, p.229)

Atualmente, Gloria Anzaldúa (2020), em sua teoria do feminismo das mulheres de cor, destaca exatamente essa capacidade associativa das mulheres latinas que, ao formar grupos e redes cujo compromisso é tanto valorizar suas comunidades tradicionais quanto apoiar seus núcleos familiares e vizinhos, acabam gerando redes de resistência e insurgência em lutas por direitos e serviços urbanos.



O mesmo é observado em análises recentes sobre a vida nas favelas no Brasil, como é o caso do livro *Cria da Favela*, de Renata Souza, ao discutir o papel das "mães-mulheres" como articuladoras comunitárias diante da violência policial no Rio de Janeiro.

É importante ressaltar o papel desempenhado pelas mulheres. A militarização da favela se reflete de forma muito forte na vida das mulheres. São elas que lideram as organizações populares de famílias de vítimas de violência... Podemos citar as organizações 'Mães de Maré', 'Mães de Manguinhos', 'Mães de Acari', 'Mães de Borel', 'Mães de Maio'... É delas que surge a energia da fórmula que transforma o luto em luta. (SOUZA, 2020, p.164)

Neste caso das favelas do Rio de Janeiro, estão em questão as iniciativas das mães para combater as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres e pelos jovens nos territórios periféricos. No entanto, este exemplo pode certamente ser estendido a outras redes de solidariedade que procuram estabelecer proximidade e resistir à indiferença que resultaria na destruição sistemática dos laços de apoio e reciprocidade. É, afinal de contas, sólido

Afinal de contas, é a solidariedade que, por ser incorporada à vida cotidiana, pode estabelecer laços práticos duradouros e transformar efetivamente as relações comunitárias.

A este respeito, Maria Lugones (2019, p.55) afirma que é necessário recuperar a vida cotidiana como uma instância de resistência e emancipação. Para esta filósofa, dado que a subjugação ocorre em todas as esferas da vida, é precisamente dentro das esferas privada e doméstica que é preciso construir um movimento solidário e horizontal, capaz de atuar na esfera pública e de encaminhar reivindicações e contestações - seja para a prestação de serviços urbanos básicos ou para a justiça sócio-espacial.

VI. Observações finais

Este capítulo discutiu a teoria da filósofa brasileira Lélia Gonzalez, procurando estabelecer conexões entre sua abordagem feminista e o campo dos estudos urbanos. O objetivo principal do texto era relacionar os argumentos feministas de reconhecimento e autonomia aos processos históricos da luta dos pobres urbanos brasileiros pela moradia, trabalho e justiça. Esta correlação me permitiu, primeiro, defender a tese de que existe na teoria de Gonzalez uma importante compreensão da questão urbana no Brasil, especialmente nos aspectos da desigualdade racial e da justiça sócio-espacial. Segundo, argumentei que se entendermos as



teses de González teremos a possibilidade de aprofundar nossa compreensão dos impasses e desafios do Brasil urbano de hoje.

Partindo da consideração do conceito de Amefricanidade, examinei aspectos da vida das mulheres que vivem em áreas periféricas nas grandes cidades brasileiras, especialmente a participação em movimentos sociais que exigem moradia e qualidade de vida. Depois tentei mostrar que a compreensão de Gonzalez sobre a questão urbana no Brasil se baseia em sua análise das condições de trabalho das mulheres, da espacialidade racializada e dos processos de mobilização das mulheres nas periferias das grandes cidades do Brasil.

Em conclusão, o texto procurou mostrar que um efeito importante desta relação estabelecida entre o feminismo de González e os estudos urbanos no Brasil pode ser a compreensão efetiva da agência política feminina em relação a uma singular potência de mobilização e contestação relativa à melhoria da vida coletiva cotidiana e ao enfrentamento da pobreza urbana.

Quanto aos argumentos apresentados, permanece válido para os estudos urbanos contemporâneos no Brasil revisitar e reler as teorias de González ainda hoje. Por um lado, muitas de suas teses prefiguram tanto a forma como pensamos sobre a identidade e as lutas sociais entre as pessoas marginalizadas nos dias de hoje. Por outro lado, a atual conjuntura de racismo e violência contra as mulheres negras na sociedade brasileira torna seu trabalho extremamente vital. Não é que pouco mudou desde que ela estava escrevendo, pelo contrário, muito mudou - e é precisamente sua tese nos permite ver com precisão como e por quê.

As teses de Lelia Gonzalez são uma demonstração de que tem havido um debate sobre interseccionalidade no sul global desde os anos 70, embora a autora não tivesse encontrado um nome para chamar suas reflexões. Para Gonzalez, os elementos presentes na teoria hoje chamada Interseccionalidade são suas ferramentas analíticas. O pensamento de González sobre racismo, sexismo e pobreza promoveu uma compreensão mais ampla das identidades coletivas e individuais das mulheres negras brasileiras. Para Gonzalez, a identidade nunca foi tomada como um conjunto de atributos fixos, mas como um processo de posicionamento em constante mudança. Para ela era uma questão de politização da identidade negra e feminina, sempre entendendo que as experiências individuais de vida feminina nas periferias refletem experiências coletivas. Os objetivos da teoria de González, a saber, a oposição ao



contexto social segregacionista, a denúncia da desigualdade social e a exigência de justiça social, comprovam seus laços com a interseccionalidade.

Notas

1. Para uma história e análise destas profissões, ver Bittencourt (2016) e Bittencourt, Morado Nascimento e Goulart (2016). Especificamente, sobre mulheres líderes em ocupações urbanas em Belo Horizonte, ver Cruz & Silva (2019).
2. Como Canetti (2014, 26) escreve "as ocupações são, portanto, essenciais para uma grande parcela da população que vive às margens do acesso formal à moradia. Em primeiro lugar, por causa da necessidade humana básica de moradia". Mas as ocupações oferecem outros ganhos, tais como a recomposição salarial desses trabalhadores, muitas vezes já muito baixos. Com a ocupação, o indivíduo fica isento de uma série de custos, tais como o custo de eletricidade, água, impostos e aluguel, o que acaba proporcionando a oportunidade de utilizar o dinheiro escasso do salário em outras áreas, tais como alimentação". Ver, também, Franzoni et al (2018) .
3. Pode-se dizer que as teorias descoloniais e feministas desenvolvidas durante as duas últimas décadas incluem a crítica da condição urbana contemporânea, especialmente quando essas teorias debatem movimentos sociais colocando no centro de sua vida cotidiana como um possível lugar tanto de submissão e normalização, quanto de transgressão e resistência. Aníbal Quijano (1930-2018), María Lugones (1944-2020), Rita Segato (1952 -) e Françoise Vergès (1952 -) são referências-chave nestes estudos (ver, por exemplo, Quijano 2001, 2005; Lugones 2008; Segato 2012 e Vergès, 2020) e são discutidas mais adiante neste capítulo.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANZALDUA, Gloria. La Consciencia de la mestiza/rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**. Núm. 05, Dez, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>

BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje**. Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (323-340)



BITTENCOURT, Rafael R. **Cidadania autoconstruída**: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-15). Dissertação de Mestrado, NPGAU/UFMG.

BITTENCOURT, R. R.; Morado Nascimento, D. Goulart, F. F. **Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Relatório, jun. 2016.

CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. **E-metropolis**: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais 5, 22-29, 2014.

FRANZONI, J.; ALVES, N.; FARIA, D. As bruxas da Izidora: feminismos e acumulação por despossessão. In: Rolnik, R. et al. (orgs.). **Cidade Estado capital**: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo. São Paulo, LabCidade FAUUSP, 2018, pp. 312-345.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SISTEMA DE DADOS (SEADE). **Mulheres e arranjos familiares na metrópole**. 2020. https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Pesquisa-SEADE_Mulheres-chefes-fam%C3%ADlia_ok-1.pdf (Acesso em 04 jun. 2020).

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-latino-americano**. [Org. Flávia Rios, Márcia Lima] Rio de Janeiro: Zahar editora, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988a, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Rio de Janeiro: ANPOCS, 1983.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. **Revista Isis Internacional - Mujeres por un Desarrollo Alternativo**. Santiago, V. 9: 133–141, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. **Afrodiaspórica**, Rio de Janeiro, V.3, n.6-7, p.94-106, abr/dez 1985a.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. In: Gonzalez, Lélia; Hasenbalg, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982a.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: LUIZ, Madel (Org.) **Lugar da Mulher**: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982b.(223-244)



LUGONES, Maria. Rumo a um Feminismo Decolonial. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje**. Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. (52-83)

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Pensamento Feminista**. Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (357-378)

PERRY, K.; SOTERO, E. **Amefricanidade**: The Black Diaspora Feminism of Lélia Gonzalez. In: Dossier: El Pensamiento de Lélia Gonzalez, un legado y un horizonte LASA FORUM 50:3, 2020 (60-64)

QUIJANO, Anibal. La modernidad, el capital y américa latina nacen el mismo día. Entrevista a ILLA **Revista del Centro de Educación y Cultura**. Peru, no. 10, enero de 1991, pp.42-57.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Revista Perú Indígena**, n.º 13 (29), 1992/2001, p. 11-20. Disponível em <https://problematicasculturales.files.wordpress.com/2015/04/quijano-colonialidad-y-modernidad-racionalidad.pdf>. Acesso em:30/04/2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Clacso, 2005, pp. 201-246.

SANTOS, Renato Emerson. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: _____. (Org.) **Questões urbanas e racismo**. Rio de Janeiro: DP et all & Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012, p. 36-67.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da Colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

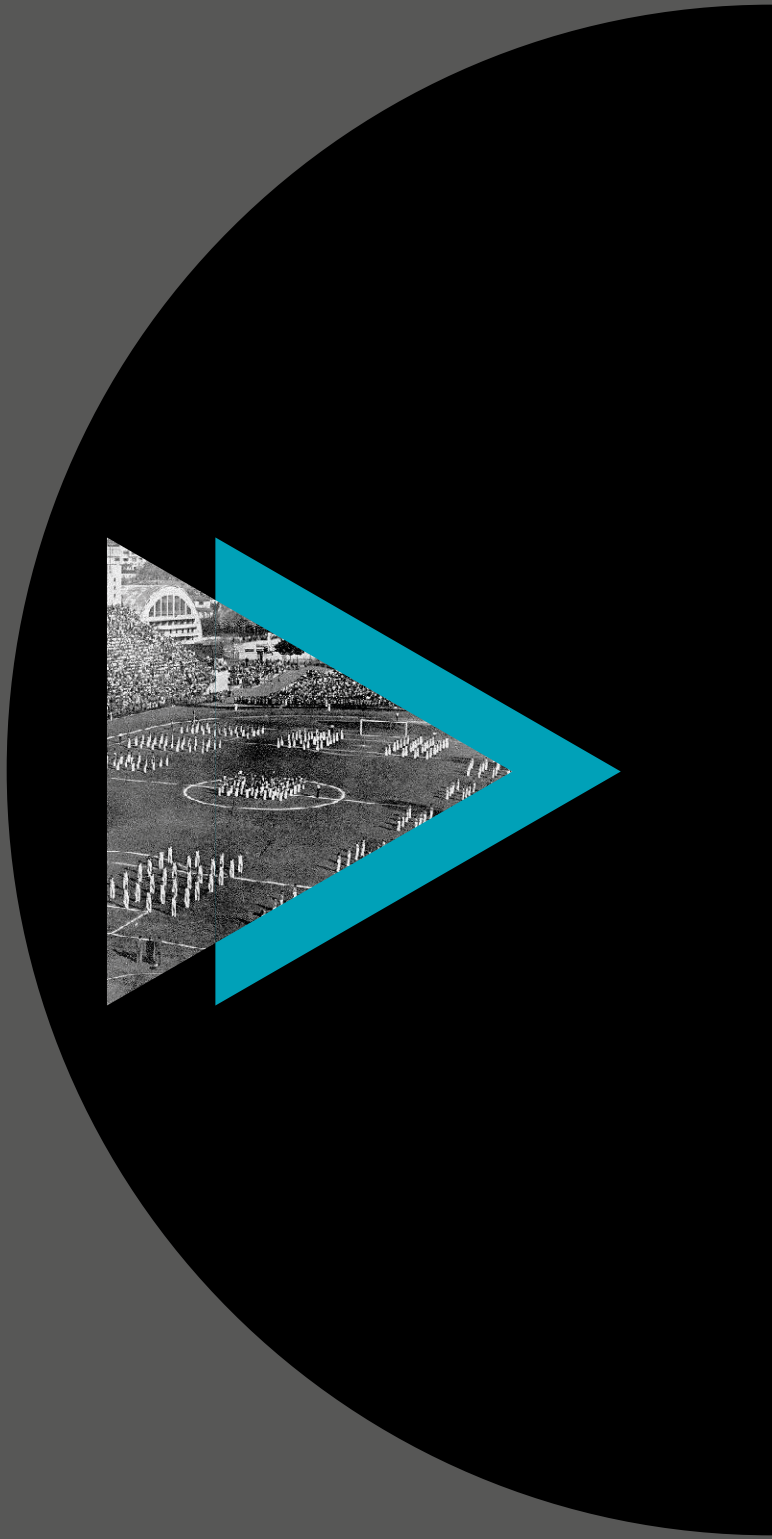
SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES** [Online], 18 | 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533> ; DOI : 10.4000/ eces.1533

SOUSA, Renata. **Cria da Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.



4



Urbanismos, corpos e
memórias



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

Urbanismo subalterno e sua expressão no uso e apropriação da laje na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil

**Subaltern urbanism and its expression in the use and appropriation of the
slab in the Rocinha favela, Rio de Janeiro, Brazil**

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel

Ph.D. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura,
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
rachelcms@puc-rio.br

RODRIGUES, João Brum

Mestrando. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura,
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
joao_brumrodrigues@yahoo.com.br



Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o uso e apropriação da laje em favelas do Rio de Janeiro, tomando como ponto de partida a ideia de urbanismo subalterno, proposto por Ananya Roy (2011). A autora discorre também sobre a questão territorial da periferia articulando-a com a informalidade urbana. Escolhemos como caso-referência a favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, em particular, uma análise sobre o uso e a apropriação da laje no contexto da informalidade urbana e da produção social do espaço na favela. O urbanismo subalterno se expressa não somente nas atividades comunitárias que acontecem na laje, mas também na dinâmica da informalidade que reflete uma condição urbana do “outro” (LABCIDADE FAUUSP, 2021). Este “outro” se coloca fora do âmbito do urbanismo normativo e institucional da cidade formal que não se correlaciona necessariamente à realidade periférica da favela. A autoconstrução como atividade produtiva, e no caso específico da laje, constitui uma chave de para a compreensão do urbanismo subalterno que se produz e se reproduz na favela, na qual a laje possui simultaneamente valor de uso e de troca. Nessa relação ambígua iremos examinar as camadas de uso e apropriação deste elemento arquitetônico constitutivo da moradia que conforma um tecido urbano específico. A ambiguidade também se reflete na relação entre espaços coletivos e privados, em que os usos da laje, como parte da habitação, se misturam e se assemelham ao espaço público, e indicam alternativas à escassez de espaços livres nas favelas com um todo. Todos os aspectos citados revelam, sobretudo, a natureza híbrida da laje nas favelas e um cenário de exclusão urbanística.

Palavras-chave: Urbanismo subalterno. Laje. Favela da Rocinha.

Abstract

This article aims to analyze the use and appropriation of the slab in squatter settlements in the city of Rio de Janeiro, within the conceptual framework of subaltern urbanism, as proposed by Ananya Roy (2011). The author also discusses the notion of the periphery, articulating it with urban informality. We chose as a case-reference the favela of Rocinha, in the city of Rio de Janeiro, in particular, an analysis of the use and appropriation of the slab in the context of urban informality and of the social production of space in the favela. Subaltern urbanism is expressed not only in community activities that take place on the slab, but also in the dynamics of informality that reflects an urban condition of the “other” (LABCIDADE FAUUSP, 2021). This “other” is outside the scope of the normative and institutional urbanism of the formal city, which does not necessarily correlate with the peripheral reality of the favela. Self-construction as a productive activity, and in the specific case of the slab, constitutes a key to understanding the subaltern urbanism that is produced and reproduced in the favela, in which the slab has both



use and exchange value. In this ambiguous relationship, we will examine the layers of use and appropriation of this architectural element constitutive of the dwelling that shapes a specific urban fabric. The ambiguity is also reflected in the relationship between collective and private spaces, in which the uses of the slab, as part of the housing, mixes and resembles public space, and indicates alternatives to the scarcity of free spaces in favelas. All the aforementioned aspects reveal, above all, the hybrid nature of the slab in the favelas and a scenario of urban exclusion.

Keywords: Subaltern Urbanism. Slab. Favela Rocinha



Urbanismo subalterno e sua expressão no uso e apropriação da laje na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil

Introdução

Figura 1. Laje na Favela — Visita à Favela da Rocinha com liderança local e grupo de pesquisa Urbanismo e Práticas Sociais, coordenado pela prof. Rachel Coutinho M. da Silva. Foto: João Brum Rodrigues, 2021.



No meio urbano mais abrangente, as atividades na laje¹, em seus diversos exercícios de sociabilidade, se manifestam historicamente como movimentos expressivos de ocupação, com referências emblemáticas na cultura pop, desde o *rooftop concert* dos Beatles realizado em uma laje-telhado londrina em 1969 até o videoclipe de “Vai Malandra” da cantora Anitta, filmado na favela carioca do Vidigal em 2017. A natureza participativa das intervenções nas

¹ Neste trabalho utilizaremos o termo laje para além de sua definição técnica em arquitetura e urbanismo (obra contínua de concreto armado, a qual constitui sobrado, teto de um compartimento, ou piso, segundo o dicionário Aurélio), mas para definir um elemento construtivo presente nas favelas brasileiras que adquire aspectos de natureza social, cultural, política e jurídica. Ainda que a cobertura ou telhado na cidade formal possam eventualmente abrigar manifestações culturais, em sua maior parte são elementos de natureza privada de uma edificação. Nesse sentido, tomamos por base a definição e conceito de Freire-Medeiros (2019) que destaca a pluralidade semântica do termo laje e a diversidade de valores que a esta se atribui no contexto da favela.



lajes pode ser abordada por diversos mecanismos e estratégias diferentes, em territórios nacionais e internacionais, dentro ou não do contexto da periferia.

Inserida no contexto da favela, a laje se coloca como “subespaço peculiar em que ocorrem comunicações não apenas entre o público e o privado, mas entre o local e o global” (FREIRE-MEDEIROS, 2010, p. 4). Nessa chave, portanto, a laje adquire características socioculturais no contexto das favelas brasileiras com especificidades locais. Podemos reconhecer na laje um local que guarda uma potência de manifestação comunitária, exibindo atividades que se configuram territorialmente de maneira organizada por grupos locais, coletivos, ONGs e/ou práticas sociais esporádicas.

Tomando como caso de estudo o recorte espacial da favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro, pretendemos analisar os usos e apropriações que ocorrem na laje, tanto no passado como no presente, e como essa dinâmica pode ser a expressão de um urbanismo subalterno. Na Rocinha podemos observar a utilização das lajes como “mirantes informais”, associados à atividade turística ou o aluguel da laje, ou mesmo sua venda, como uma forma de obter um complemento da renda familiar ou ganhos econômicos. Essa dinâmica está inserida no processo de autoconstrução, estimulando também um processo de verticalização que modifica continuamente a morfologia urbana na favela. As práticas socioculturais relacionadas com a laje, tanto no período antes da pandemia, mas também durante a pandemia de COVID-19, revelam a ausência de espaços livres nas favelas:

“estamos falando de um território de altíssima densidade populacional em que é muito difícil encontrar casas arejadas sobre as quais incida a luz do sol, e onde os espaços livres são quase sempre residuais (não planejados por qualquer legislação ou regra formal)” (FREIRE-MEDEIROS, 2010, p. 5).

Especificamente no caso da favela da Rocinha, podemos observar que a utilização das lajes como “mirantes informais” se tornou “prática comum a todas as agências [de turismo] e esse ‘momento laje’ é, sem dúvida, um dos mais apreciados pelos visitantes: com o mar de casas a seus pés, eles podem confrontar a favela com seu entorno, as casas mal alinhadas com os edifícios luxuosos à beira-mar” (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p. 51). A prática do aluguel da laje vinculada à atividade turística em parceria com agências de turismo tornou-se corriqueira na Rocinha:

“Os moradores que alugam suas lajes recebem das agências um valor fixo, algo em torno de R\$ 2,00 por turista. ‘Quando algum grupo pede, faço churrasco ou feijoada. Mas, aí, eu cobro por fora’, explica Seu Carlinhos. No caso de haver um contrato de exclusividade entre



morador e agência, como no caso do Seu Carlinhos e a Jeep Tour, os guias já ficam em posse da chave da casa do morador e sabem com os turistas mesmo se o proprietário estiver ausente”. (Ibid., p. 51)

Tipologias consolidadas do uso da laje na Rocinha, em seus variados perfis de ocupação, se definem por variadas configurações ou “eixos de ação”, de uso evidentemente marcado por uma permanência no tempo. Dentre os casos com perfil mais coletivo, podemos citar manifestações de caráter religioso, turístico, comercial (como no caso de aluguel para eventos), de comunicação, hortifrutigranjeiro e artístico, incluindo atividades de vínculo com o teatro e o cinema.

Bases conceituais para a análise da laje

Ao desenvolver o conceito de urbanismo subalterno, – designado para caracterizar um urbanismo que tem seu papel evidenciado como agente de mudança – Roy (2011) reforça duas noções importantes para a articulação com o estudo de caso que nos propomos a analisar. A primeira, de periferias, que “significa uma relação de interdependência em um aparato de dominação, mas também se refere a uma localização topográfica específica: os bairros periféricos dos pobres urbanos” (ROY, 2011, p. 232). E a segunda, a de informalidade urbana, será a questão de maior enfoque apropriada, que articula-se com a formalidade urbana dialeticamente, sendo que em ambos os casos exprimem relações de poder e de classe. As áreas formais, sofrem pressões diversas e muitas vezes ilegítimas do mercado imobiliário, mas adquirem legitimidade e, conseqüentemente, são aceitas no arcabouço jurídico urbanístico. Contudo, as diversas formas de informalidade são criminalizadas (Ibid., p. 233).

Além disso, Roy (2011) propõe outras duas categorias para refletir sobre o urbanismo subalterno: as zonas de exceção e os espaços cinzentos. A autora propõe ir além das noções que caracterizam as metonímias do subdesenvolvimento, tais como megacidade, favela, política de massas e os hábitos dos despossuídos. Portanto, o urbanismo subalterno diz respeito aos espaços de moradia das classes subalternas, ou seja, aos espaços subalternos.

A noção de urbanismo subalterno seria um importante paradigma, pois pretende dar visibilidade e reconhecer os espaços da pobreza e as formas populares de apropriação dos locais que são invisíveis e propositalmente esquecidos pela teoria urbana do Norte Global. No entanto, a autora propõe ultrapassar o significado de subalternidade restrito aos espaços de pobreza e formas de agenciamento popular, para propor as categorias de periferias, informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos, que mencionamos acima (ROY, 2011). A noção de subalternidade relaciona-se à noção de subordinação. Examinar as



práticas sociais e culturais que acontecem nas zonas de exceção e nos espaços cinzentos seria então uma forma de ultrapassar a noção de subordinação e reconhecer que os subalternos podem ser agentes de transformação. Desta forma, o urbanismo subalterno quer recuperar os moradores da favela como sujeitos da história.

Será a partir desse arcabouço conceitual que empreenderemos abaixo a análise do uso e apropriação da laje na favela da Rocinha.

É interessante observar que o dicionário Houaiss define a palavra informalidade como "ausência de formalidade" (DICIONARIO HOUAISS, 2021). Por sua vez, a palavra formalidade, no mesmo dicionário, dentre suas possíveis opções, é definida como um "conjunto de prescrições quanto ao ritual e procedimentos que devem ser observados na formação de um ato para que este produza efeitos jurídicos" (DICIONARIO HOUAISS, 2021). A utilização dos termos formalidade e informalidade no âmbito urbano possui um caráter estratégico que pode servir para organizar conceitualmente um arcabouço normativo, que irá incluir ou excluir determinadas porções da cidade.

Rolnik (LABCIDADE FAUUSP, 2021), conceitua o território da informalidade como sendo o espaço que demarca a fronteira de quem é o "outro", no qual o planejamento urbano torna-se ao mesmo tempo linguagem e instrumento de legitimação desse "outro". A função hegemônica do planejamento urbano tradicional seria a regulação do acesso à terra e ao solo urbano, definindo que tem acesso e quem não tem (Ibid., 2021). Àqueles que são excluídos, o "outro" nega-se o direito à cidade, e à gestão do território pelas instituições do Estado (Ibid., 2021).

Assim como Rolnik, Roy destaca a ausência do planejamento institucional nos espaços informais, e a necessidade de se entender a informalidade como um fenômeno da distribuição desigual da riqueza e da posse da propriedade. (2005, p. 155). Nesse contexto, a autora também ressalta o papel dos diferentes tipos de mercado na conformação do espaço urbano, e os limites impostos pela desigualdade no acesso à propriedade formal (Ibid., p. 155).

O uso da terra urbana no contexto de informalidade das megacidades do Sul Global é um dos fatores considerados prioritários para entrarem na agenda do planejamento urbano (Roy, 2005). Da mesma forma, os aspectos relacionados à propriedade devem ser centrais para se enfrentar a exclusão e a informalidade, ou seja, deve-se atentar, sob mesma medida, às questões referentes à propriedade: e dessa forma, — considerando menos o uso atrelado à sua veia utilitarista — reavaliar para quem as coisas pertencem, e quem são os personagens envolvidos (2005, p. 155).



Acontece que, em termos de uma definição clara de um protagonista no meio de todos esses personagens, Rolnik (LABCIDADE FAUUSP, 2021) destaca: "por mais que o privado vá entrando nos processos de transformação urbana, o Estado é o protagonista (...) inclusive no ponto de vista do financiamento", onde "o planejamento é e sempre foi um laboratório de reconfiguração territorial comandado pelo Estado". Como a condição global de informalidade — inclusive vinculada ao planejamento — está intrinsecamente atrelada ao aparato do Estado, o qual é identificado como o agente que majoritariamente promove a exclusão, "lidar com a informalidade significa, portanto, em parte, confrontar como o aparato de planejamento produz o não-planejado e não-planejável" (ROY, 2005, p. 156).

Rolnik (2015) articula o papel do Estado com a condição de informalidade e de suposta ilegalidade dos assentamentos informais. A informalidade impõe desafios para os órgãos da burocracia do Estado para questões como a regularização fundiária da terra. Portanto, dentro da questão da sobreposição dos direitos, torna-se necessário destacarmos uma situação de "pluralismo jurídico", no qual ocorreria um conflito entre diferentes ordens jurídicas operando no mesmo território. Observaremos esta situação no que se refere à condição legal da laje, que apesar de existir o direito à superfície no direito urbanístico, a venda ou aluguel da laje não é reconhecida pelo poder público.

Juntamente com o já referido conceito de informalidade, a ilegalidade também se verifica como exercendo influência determinante na execução da lei: "o aparato legal e de planejamento urbano tem o poder de declarar a suspensão da ordem urbanística, determinando o que é "ilegal" e o que não é, assim como quais formas de "ilegalidade" poderão subsistir e quais devem desaparecer" (Ibid., p. 193).

Rolnik (2015) descreve a evolução dos bairros periféricos e argumenta que suas origens não constituem uma ilegalidade. Em que pese que alguns poucos bairros poderiam ter sua origem na ocupação ilegal de terrenos vazios com proprietários registrados, e portanto, seriam objeto de sanções legais, a grande maioria dos assentamentos periféricos a ocupação se deu em terras públicas, ou em zonas de grilagem. O processo de grilagem é um fenômeno que se intensifica a partir da Lei de Terras de 1850 e muitas cidades novas e loteamentos a partir de 1850, hoje considerados legais, tem sua origem na grilagem (CARVALHO, 1988). Partindo desse princípio, tanto a favela como também vários assentamentos precários e loteamentos irregulares não podem ser considerados ilegais.

Essa conceituação de ilegalidade passa pela noção de legitimidade já discutida por um dos autores desse artigo (COUTINHO, 2005). Sob essa ótica a autora discute a informalidade urbana a partir das normas urbanísticas, as quais é atribuído um valor monetário, cuja negociação pode ser feita sob a égide da legalidade ou da ilegalidade. As mesmas normas



desconsideram a realidade urbana. Nesse sentido, a autora argumenta que o ambiente construído das cidades brasileiras sofre um impacto significativo da legislação urbanística, que por sua vez é conformada pelos grupos de interesse que detém poder econômico e político.

Identifica-se então três situações que podem servir de uma forma alternativa de compreensão dos assentamentos precários e que foge da dualidade formalidade ou informalidade urbana (Ibid., 2005). A primeira refere-se a uma parte da cidade que está em conformidade com as normas urbanísticas vigentes (e tudo que é necessário para a aprovação e legalização de um imóvel) que a autora chama de tecido urbano legítimo. A segunda porção da cidade, geralmente inserida no tecido urbano legítimo, infringe as normas vigentes, porém possui maneiras de regularização, via decretos ou leis pontuais casuísticas, ou mesmo por meio de troca de favores ou subornos, que constitui o chamado tecido urbano ilegítimo. E por fim, existe uma terceira fração da cidade, cujos moradores não tem acesso por diversas razões aos mecanismos jurídicos ou outras formas de legalização ou regularização, e constitui o tecido urbano extralegal. Essa última situação está normalmente associada aos segmentos sociais excluídos do jogo político e econômico, que criam novas formas de ocupação urbana, baseadas na realidade material do seu cotidiano. A condição de exclusão social e à margem do sistema formal de propriedade introduz novas práticas sociais e culturais (Ibid. 2005, p. 12-13), como veremos no caso da nossa análise da laje na favela.

Lefebvre considera que a realidade urbana modifica as relações de produção e se torna ela mesma uma força produtiva. O espaço e a política no espaço expressam não somente as relações sociais, mas são alimentadas por essas. O autor argumenta que a lei, a técnica e o Estado, a partir da Revolução Industrial, seguem a lógica da mercadoria. Desta forma, para se manter a racionalidade industrial são necessárias práticas institucionais baseadas na ordem e em coerções. Assim, as várias lógicas, (da mercadoria, do Estado, das leis, do espaço e do urbanismo) que tem em comum apenas a mais-valia, entram em colisão (Lefebvre, 1999, p. 42-44). Essas contradições não conseguem ser resolvidas pelo urbanismo institucional, e pelas esferas jurídicas no poder. Assim, temos o urbanismo subalterno conforme Roy. Para lidar com essas situações, uma nova noção é proposta: a do urbanismo pelo avesso. Trata-se de considerar as práticas sociais insurgentes e cotidianas, e trabalhar com uma nova práxis urbanística, colaborativa e concebida pelos próprios moradores das favelas ou assentamentos precários (COUTINHO, 2016). Os usos e apropriações da laje na favela configuram não somente um tipo de urbanismo subalterno, mas também uma forma de urbanismo pelo avesso.



Retomando as noções de cidade irregular, alude-se portanto às práticas de autoconstrução e de autogestão em um contexto de precariedade social e urbana, no qual os recursos são escassos e o acesso às normas urbanísticas e ao planejamento urbano institucional inexistente. A produção social do espaço delimita territórios subalternos que engendram suas próprias linguagens, epistemologia e os instrumentos demarcatórios das fronteiras urbanas entre a cidade considerada formal e a informal (LABCIDADE FAUUSP, 2021).

A noção de valor de uso e de troca está presente nas reflexões dos autores acima mencionados e será importante para a compreensão da ambiguidade presente na apropriação da laje na favela. Lefebvre (1999) considera que se deve prestar atenção para o valor de uso e de troca ao refletirmos sobre as contradições presentes na produção do espaço urbano e na constituição do direito à cidade. Roy (2005) considera que as legislações urbanísticas e o valor de troca presente na renda da terra urbana existem, mas que os urbanistas deveriam atender a outros elementos tendo como premissa a justiça social e direito à cidade. Nesse sentido, três questões cruciais deveriam ser consideradas para uma epistemologia do planejamento urbano: ultrapassar a questão do uso da terra para questões de justiça redistributiva, repensar o objeto do desenvolvimento e substituir os modelos de melhores práticas (*best practices models*) por um entendimento crítico da realidade social (Ibid., p. 156).

Não se pode alegar, portanto, que a situação existente se compõe através de uma mera ausência do Estado, que simplesmente atenta seu enfoque em zonas específicas da cidade enquanto negligencia outras. O esvaziamento da expressividade na ação estatal reflete uma trama mais complexa, na qual ocorre uma espécie de "ausência planejada": onde a falta se dá de forma intencional e englobando interesses implícitos, movimento responsável pela geração justamente desse "outro", como já foi abordado o termo no âmbito da fala de Rolnik (LABCIDADE FAUUSP, 2021).

Os conceitos e noções acima abordados nos ajudarão a analisar a laje na favela, e compreender como os processos de exclusão e segregação socioespacial são inerentes ao urbanismo e ao planejamento urbano institucional. Não são, portanto, elementos isolados, mas ao contrário integram-se em um todo que afeta a realidade social dos moradores da favela e suas práticas sociais, e reforçam nosso argumento que o urbanismo subalterno tem suas expressões no uso e na apropriação da laje na favela da Rocinha.

As sutilezas nas formas de utilização e nos variados tipos de uso que podem ser analisados no cenário da laje tendem a não se encaixar às normas convencionais de conceituação espacial, em um caráter de natureza híbrida. Tal condição, presente em um espaço real coletivo como esse, se beneficiará da base conceitual que foi abordada neste primeiro capítulo, pois confere pertinência às noções de informalidade e de estado de "outro", ao



identificarmos em tal cenário as motivações para seus usos e apropriações, assim como pela definição de seus agentes de transformação, que serão expostos à seguir.

A laje na Rocinha: usos e apropriações e agentes de transformação

Figura 2. Laje na Favela — Visita à Favela da Rocinha com liderança local e grupo de pesquisa Urbanismo e Práticas Sociais, coordenado pela prof. Rachel Coutinho M. da Silva. Foto: João Brum Rodrigues, 2021.



Nesta seção apresentaremos algumas observações preliminares sobre os usos e apropriações sociais e culturais da laje na favela da Rocinha. Consideramos que algumas manifestações culturais por grupos locais têm sido importantes para dar visibilidade a processos em curso na favela, e que os exemplos apresentados revelam a natureza híbrida da laje. Apresentaremos também depoimentos de lideranças locais que mostram a força dos grupos comunitários demonstrando que são sujeitos e podem erguer a voz.



Durante o evento "Favela Virtual Tour: Memória e Sustentabilidade", ocorrido em 07 de dezembro de 2021, pela plataforma Zoom, apresentações virtuais de Turismo de Base Comunitária foram feitas por lideranças de ONGs localizadas nos territórios da Rocinha, Cantagalo e Chapéu Mangueira. Ao final das apresentações, é aberta uma mesa de perguntas, e é feita pelo autor deste artigo a seguinte: "Como vocês identificam a importância do espaço da laje no dia a dia, principalmente tendo em conta os tempos de pandemia?", que logo em seguida é respondida por uma liderança local da Rocinha através do seguinte relato:

"A questão da laje, eu acho que a gente pode ir entendendo como a perda do espaço do solo, do chão, não é? Com o crescimento que foi ocorrendo em função, mais uma vez eu volto, do nosso déficit habitacional, foi fazendo com que o pouco espaço que restasse de chão, de solo, foram sendo ocupados por moradias, e o que sobra pra isso? Você fazer uma casa onde permita você usar a laje como espaço de lazer, não é, de você tomar sol, de você se reunir com os amigos, com familiares. Então as lajes acabaram sendo um espaço totalmente social aonde você tem diversas atividades acontecendo. Então, as lajes na verdade, infelizmente onde eu moro na minha casa eu não tenho acesso à laje porque moradores já fizeram isso, então eu não tenho acesso. Eu acabo usando a laje dos vizinhos nesse sentido, mas a laje é totalmente um grande espaço de lazer social que as favelas tem. E aí, a Rocinha, ao meu ver, pra vocês terem uma dimensão, as lajes são muito bem ocupadas, tem lajes que tem piscinas, churrasqueiras. Então as pessoas, da sua melhor forma criativa e do que é possível de se investir, as pessoas investem".

Um dos eventos que destacaremos aqui como uma forma de apropriação da laje é o programa "Papo na Laje", que vem promovendo desde 2021 discussões dando destaque a jovens que estão agindo em territórios situados na periferia do Estado do Rio de Janeiro. Transmitido *online* semanalmente pelo canal do YouTube, o programa aborda temas pertinentes para os moradores e pessoas envolvidas com a vida na periferia carioca. O programa tem como cenário o ambiente autoconstruído da laje em diferentes favelas no município do Rio de Janeiro. Tanto o nome do programa, quanto o cenário real na laje, se reveste de simbolismo ideal para a discussão de temas de interesse dos moradores periféricos e que não são tratados nas mídias tradicionais. É uma forma de *erguer a voz*, no sentido proposto por hooks (2019), e de dar visibilidade aos grupos locais por eles mesmos. A laje torna-se então uma plataforma ideal para a manifestação dessas falas locais. Dentre os assuntos discutidos destacam-se tópicos como "direito à cidade"; "cultura de resistência e o samba"; "expressões populares"; "comunicação nas favelas" e "direito à moradia".



Três programas em particular merecem destaque, por relatarem casos especificamente na Rocinha com seus moradores, que representam contemporaneamente símbolos da liderança local: "ser jovem hoje"; "agroecologia" e "cultura, história e resistência na Rocinha".

No primeiro caso, uma das lideranças fundadoras do coletivo A Rocinha Resiste conversa com os demais participantes sobre o protagonismo da juventude, em particular lidando com a situação de emergência durante a eclosão da pandemia de COVID-19. Neste recorte temporal, a ação desse grupo comunitário fez parte de uma rede solidária de ação social no território da Rocinha, atuando na coleta de alimentos, água, kits de higiene, material de limpeza, além de campanhas de conscientização e informação, incluindo um forte engajamento online através de redes sociais (COUTINHO & VELOSO, 2020). A participante também explica que é articuladora do movimento Mulheres Negras Decidem, destacando a importância do protagonismo feminino nos âmbitos político e profissional na comunidade. Além disso, é também fundadora do Instituto Gueto, que fomenta o acesso à educação rompendo barreiras para os jovens locais. Ela conclui sua fala trazendo a questão: "como que a gente consegue sobretudo, contribuir com a continuidade da geração que foi antes e ser eixo pra próxima geração (...) o sonho é ser uma grande ponte".

No segundo caso, o convidado debate a necessidade da agroecologia e suas técnicas, inserida no trabalho feito pelo grupo no qual é cofundador, a ACAER — Associação de Cultura Arte e Esportes da Rocinha. Neste programa em particular, a denúncia urgente da fome é um dos principais temas abordados.

No terceiro caso, o convidado é outra liderança jovem e cofundador do coletivo A Rocinha Resiste. Ele destaca a importância histórica de lideranças que, por meio dos movimentos de participação em coletivos, ONGs e demais grupos de organização local, atuam no território promovendo "mobilizações políticas e formas de resistência". Outra convidada participante neste programa, também cria da Rocinha, ressalta a importância de sua arte no grafite disseminada através do turismo de base comunitária, que é realizado por meio de percursos na favela inseridos no âmbito do movimento Morro pela Arte. Ela afirma que sua "missão é dar voz à comunidade". Os dois ressaltam o valor dos mais velhos como "contadores de histórias", no sentido de preservarem a memória dentro da comunidade, propagando-a para a juventude. Voltando para o convidado, ao ser perguntado pela entrevistadora o que ele tem sonhado para a Rocinha, para ele próprio e seus pares, dá a seguinte resposta:

Olha, eu acho que assim, de imediato o que a gente sonha de fato, pensando nas favelas, é que a gente consiga, de alguma forma, transformar a nossa realidade. A gente tem muito pelo o que lutar, a favela ainda hoje na cidade é muito estigmatizada, o Estado ele nos



maltrata, ele nos assassina diariamente, e é por isso que a gente se coloca na luta. Então assim, a gente pensa realmente numa favela em que ela possa, onde essas vozes elas vão ecoar, sabe? Pra cidade e pro mundo. E a galera vai entender a potência e a força que a gente é. Então é por isso que a gente se mantém de pé, e é por isso que a gente se mantém na luta e na resistência.

A laje torna-se então palco para dar voz a múltiplos atores sociais e adquire uma função performática que dá sentido ao que se propõe o programa Papo na Laje. Nesse caso, deixa de ser um espaço privado e torna-se uma arena acústica coletiva.

A laje na Rocinha viabilizou uma série de eventos importantes durante o isolamento social ocorrido devido à pandemia de COVID-19. Atividades sociais e culturais com cunho participativo e com viés de sustentabilidade ocorreram nas lajes da favela. Nesses casos as lajes de cobertura são identificadas como espaços de permanência, participação e pertencimento comunitários. Destacamos nesse período a encenação da peça A Paixão de Cristo, o projeto Horta na Favela e o evento Projeta Rocinha.

No primeiro caso, é importante ressaltar que a Via Sacra da Rocinha, espetáculo teatral tradicionalmente encenado desde 1992 durante a Sexta-Feira Santa de Páscoa — saindo do Largo do Boiadeiro e seguindo até a Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem — é cancelada em 2020 devido a pandemia do COVID-19. Em 2021 os organizadores da Via Sacra transmitem *online* o documentário “Via Sacra da Rocinha: arte e resistência na favela”. No entanto, no mesmo ano é realizada em 2 de abril a peça A Paixão de Cristo — sob a organização da Cia. Bando Cultural Favelados — em cima de uma laje na Rua 01 — uma significativa mudança do cenário costumeiro da celebração tradicional que ocorria nas vias públicas da comunidade. A cerimônia foi transmitida tanto via internet, em redes sociais, como também foi projetada no Morro Dois Irmãos através de uma das lajes de um dos moradores, atividade que será detalhadamente explicada mais adiante.

No segundo tipo de apropriação da laje na Rocinha destacamos o projeto Horta na Favela. Trata-se da instalação de hortas em lajes, uma iniciativa que nasce por volta de 2018 a partir de um mutirão para a construção de uma casa para um morador local. Até o momento três espaços para horticultura foram construídos em lajes na Rocinha. O criador do projeto disponibiliza seus conhecimentos e atividades em sua rede social como auxílio para os cultivos. Sua sobrinha Magda, que o ajudou na criação do projeto, é uma liderança no coletivo A Rocinha Resiste e relata a importância da abordagem de temas como a sustentabilidade para a favela:



O debate sobre meio ambiente e horticultura é o futuro presente e pouco se tem falado e fomentado sobre esse tema. Por isso, gerar essa possibilidade para os moradores da Rocinha, principalmente para as crianças, é observar que estamos próximos e que vamos cada vez mais romper com essa lógica de que a favela não discute sustentabilidade. A importância do Horta na Favela está na urgência.

No último caso de apropriação da laje na Rocinha apresentamos o Projeta Rocinha, que aproveita uma das maiores qualidades vivenciadas pelos moradores dessa favela: a vista deslumbrante da paisagem do entorno da favela. Essa visão é proporcionada pelo espaço de convívio e permanência das lajes, que é apropriada como mirante. O Projeta Rocinha vislumbrou esse cenário e a função da laje como mirante, e apresentou uma projeção no Morro Dois Irmãos a partir de projetor na laje da casa de uma liderança local, Mauricio Soca. No estilo “cinema ao ar livre” foram apresentados conteúdo cultural — filmes e música — além de informação e relatos feitos por moradores sobre a situação da pandemia, em formato visual com áudio reproduzido ao sintonizar uma estação de rádio. Produtor cultural nos movimentos comunitários e organizador da Casa de Cultura da Rocinha, Soca faz o seguinte testemunho a respeito do evento:

Meu sonho é ver povos de diferentes classes se encontrando cada vez mais e menos desigualdade no mundo, e o evento que estamos realizando tem um grande potencial para ajudar nisso. O foco é o morador, mas também estamos abertos a receber em nossas lajes, sem aglomeração, quem talvez nunca tenha pisado na favela. A arte tem o poder de suavizar corações e unir pessoas. Esse projeto também é importante por oferecer entretenimento e alegria na pandemia [...] (GAMA, 2021)

Considerações finais

Nesse artigo procuramos refletir como a condição de subalternidade é transgredida na apropriação da laje na favela, tomando como exemplo, a laje na Favela da Rocinha. Nossa intenção foi entender a potência da laje como espaço híbrido apropriado socialmente pela comunidade. Assim, a laje que é vista como uma espaço irregular, e, portanto, passível de sanções e coerções, torna-se um local de resistência e de insurgência. Destacamos também as visões tradicionais sobre a laje que a tratam como objeto de troca, quando a realidade demonstra que seu valor de uso é importante e deve assim ser considerado pelos urbanistas e urbanismo institucional. Para embasar conceitualmente nossa discussão utilizamos as noções de urbanismo subalterno, urbanismo pelo avesso, periferia e informalidade urbana.



Os exemplos de apropriação da laje na Rocinha demonstram a força dos subalternos na resistência ao urbanismo institucional, que procura por meio de projetos de urbanização de cima para baixo impor um modo de vida alheio à realidade dos favelados e ordenar a favela segundo princípios e valores advindos de uma suposta formalidade urbanística. Vimos que a laje é apropriada de diversas maneiras, desde seu uso privado pelos moradores como mirante até seu uso coletivo para hortas comunitárias e manifestações culturais. O isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19 evidenciou a importância da laje como espaço aberto, principalmente nas favelas que carecem de espaços livres públicos. A laje adquire então uma ambiguidade no bom sentido, pois pode ser simultaneamente um espaço privado ou coletivo. Pode abrigar práticas sociais e culturais e pode abrigar tão somente um refúgio a céu aberto em habitações precárias para o lazer doméstico.

Como observado na fala de uma moradora, a laje na favela é a recriação do chão e do solo, enquanto local de reunião comunitária ou doméstica, de conagração, de lazer e de sociabilidade. Um local onde se encontram amigos e familiares. A laje expressa a criatividade dos moradores e provoca um outro tipo de urbanismo.

Podemos observar também que os grupos comunitários e suas lideranças sabem o que querem e fazem dessa forma o urbanismo pelo avesso, tornando-se sujeitos dos seus projetos e da sua história. A laje na favela é um elemento que só pode ser compreendido se os urbanistas deixarem seus pré-conceitos e adentrarem no mundo invisível da favela. A reflexão sobre a apropriação coletiva da laje na favela do Rocinha evidencia que é possível reconfigurar as práticas urbanísticas no sentido de projetos colaborativos que reconheçam os saberes e as práticas sociais dos subalternos. Por outro lado, corrobora os autores que demandam por uma nova leitura da informalidade urbana e da periferia por parte dos urbanistas e planejadores urbanos.



Referências:

AMARAL, Denise Meira do. Uma noite de cinema na Rocinha. **Revista Trip**, Rio de Janeiro, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/uma-noite-de-cinema-na-rocinha>. Acesso em: 8 fev. 2021.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel; VELOSO, T. M. Participação comunitária e projeto urbano em favelas. A realidade e a percepção dos moradores na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro. **Arquitextos**, São Paulo, v. 246.02, 2020.

COUTINHO M. DA SILVA, R. **Urbanismo pelo Averso: uma reflexão sobre a prática urbanística para buscar uma nova práxis do urbanista**, Conferência Magna para Promoção para Professor Titular do Magistério Superior, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, 2016.

COUTINHO M. DA SILVA, R. A corrupção no espaço urbano e o valor das normas urbanísticas. In YUNES, E. & BAZILIO, L. C. **A chaga da corrupção**. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2005, p. 11 – 30.

CARVALHO, Rachel Coutinho M. da S. **New Towns and Regional Development in the Northwestern Frontier of the State of São Paulo, 1890-1950**. Ph.D. dissertation, Cornell University, 1988.

FORMALIDADE. **Grande Dicionário Houaiss**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística**. Rio de Janeiro: Editorial FGV, 2009, p. 49-53.

_____. Casa, Rua & Laje: O caso da favela globalizada. **Paper apresentado no Seminário Internacional de Sociologia: 50 anos de Brasília e 40 anos da Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB**, 9 a 12 de novembro de 2010, p. 1-18.

FREIRE-MEDEIROS, B. & NAME, L. Epistemologia da laje. **Tempo Social**, 31(1), Janeiro-Abril 2019, p. 153-172. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151262>

GAMA, Madson. O Morro Dois Irmãos como tela: produtor cultural cria da favela é um dos responsáveis pelo Projeta Rocinha. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/o-morro-dois-irmaos-como-tela-produtor-cultural-cria-da-favela-um-dos-responsaveis-pelo-projeta-rocinha-24848815>. Acesso em: 8 fev. 2021.



HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019

INFORMALIDADE. **Grande Dicionário Houaiss**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

LABCIDADE FAUUSP. **Aula 6: A relação com o outro: a cidade irregular**. 1 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GzoltTGdAR4>. Acesso em: 24 nov. 2021.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999 (original 1970).

LOCKDOWN STORIES TRAVEL. **Favela Virtual Tour: Memória e Sustentabilidade**. 07 dez. 2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/TourismVirtualStories/videos/4529464087163738>. Acesso em: 07 dez. 2021.

MUSEU SANKOFA DA ROCINHA. **Projeto Rocinha Pela Vida**. 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0X78mVoPN8k>. Acesso em: 01 dez. 2021.

PAPO NA LAJE. **#2 Papo na Laje: Ser Jovem Hoje**. 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IL96KZXs4z4>. Acesso em: 05 abr. 2022.

_____. **#6 Papo na Laje: Agroecologia**. 16 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7OBBayxlhA>. Acesso em: 05 abr. 2022.

_____. **#8 Papo na Laje: Cultura, história e resistência na Rocinha**. 30 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7YaXGNkjr6s>. Acesso em: 05 abr. 2022.

PINHEIRO, Amanda; SILVA, Michel. Horta na Favela: projeto criado na Rocinha visa reduzir impacto ambiental. **Jornal Fala Roça**, Rio de Janeiro, p. 1, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://falaroca.com/projeto-horta-rocinha-impacto-ambiental/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

ROLNIK, Raquel. Informal, ilegal, ambíguo: a construção da transitoriedade permanente. In: **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 169-194, 2015.

ROY, Ananya. Urban Informality: Toward an epistemology of planning. **Journal of the American Planning Association**, vol. 71, n. 02, 2005.

_____. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, Volume 35.2. 2011, p. 223-238.



SEM PODER ir às ruas, organizadores da Via Sacra da Rocinha vão transmitir documentário na web. **Jornal Fala Roça**, Rio de Janeiro, p. 1, 1 abr. 2021. Disponível em: <https://falaroca.com/documentario-via-sacra-rocinha-covid/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

SILVA, Michel. Rocinha receberá cinema ao ar livre com projeção no Morro Dois Irmãos. **Jornal Fala Roça**, Rio de Janeiro, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://falaroca.com/rocinha-cinema-projecao-morro-dois-irmaos/>. Acesso em: 23 fev. 2021.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

REFLEXÕES SOBRE ASSESSORIA TÉCNICA JUNTO A COLETIVO FEMINISTA NO RIO DE JANEIRO

Reflections on technical assistance with the feminist
collective in Rio de Janeiro

GONZALEZ, Leslie Loreto Mora

Mestranda. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Departamento de Arquitetura
e Urbanismo PUC-Rio.
leslieloreto@gmail.com

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel

Docente Permanente, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Departamento de
Arquitetura e Urbanismo PUC-Rio.
rachelcms@puc-rio.br



Resumo

A intenção deste ensaio é refletir sobre as práticas de assessoria técnica junto a Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO) na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente sobre o projeto de melhorias habitacionais em 3 casas no bairro de Campo Grande, no Bosque dos Caboclos, chamado Mulheres em Ação. A experiência foi realizada entre 2017 a 2019. A partir do conceito de grupo sócio-espacial que apresenta Kapp (2018) e considerando a CPMZO como tal, problematizamos as questões que pautam hoje a prática das assessorias técnicas, tomando como ponto de partida a experiência que reúne questões que vão além das dinâmicas urbanas convencionais. Essa atuação coloca em pauta feminismo, territórios periféricos, antirracismo e melhorias habitacionais. Afinal, o que significa para nós, arquitetas, lidar com a questão do gênero, em particular, o feminismo periférico, na arquitetura? Como os territórios periféricos marcam nossa ação? Por outro lado, estamos preparadas para debater arquitetura e antirracismo em nossas cidades? Para estas reflexões utilizamos também os conceitos de autonomia, reconhecimento e emancipação de Freire (1996); hooks (2017; 2019); Butler (2018) e Fraser (2013) bem como o conceito de práxis em Lefebvre (1969, 1991) e Freire (1970). E, por fim, como entendemos as práticas de melhorias habitacionais em uma situação extrema de precariedade que nossas cidades segregadas e desiguais geraram.

Palavras-chave: Assessoria técnica. Gênero e Urbanismo. Melhorias Habitacionais no Rio de Janeiro.

Abstract

The intention of this essay is to reflect on the practices of technical advisory with the Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO) in the city of Rio de Janeiro, more specifically on the housing improvement project in 3 houses in the neighborhood of Campo Grande, in Bosque of Caboclos, called Women in Action. The experience was carried out between 2017 and 2019. Based on the concept of a socio-spatial group presented by Kapp (2018) and considering the CPMZO as such, we problematize the issues that guide the practice of technical advisory services today, taking experience as a starting point that brings together issues that go beyond conventional urban dynamics. This action puts feminism, peripheral territories, anti-racism and housing improvements on the agenda. After all, what does it mean for us, architects, to deal with the issue of gender, in particular, peripheral feminism, in architecture? How do peripheral territories mark our action? On the other hand, are we prepared to debate architecture and anti-racism in our cities? For these reflections we also use the concepts of autonomy, recognition and emancipation from Freire (1996); hooks (2017; 2019); Butler (2018) and Fraser (2013) as well as the concept of praxis in Lefebvre (1969, 1991) and Freire (1970). And, finally, how do we understand housing improvement practices in an extreme situation of precariousness that our segregated and unequal cities have generated.

Keywords: Technical Advisory Practices. Urbanism and Gender. Housing Upgrading in Rio de Janeiro



REFLEXÕES SOBRE ASSESSORIA TÉCNICA JUNTO A COLETIVA FEMINISTA NO RIO DE JANEIRO

Introdução

As reflexões contidas neste artigo provêm da atuação¹ com assessoramento técnico em arquitetura e urbanismo realizadas, primordialmente, a partir da Arche Projetos Participativos (Arche), uma assessoria técnica em arquitetura e urbanismo no Rio de Janeiro. A Arche inicia como um escritório de arquitetura privado, tendo realizado trabalhos em parceria com a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDHBR)². Em 2011 muda seu foco, através da chegada de uma nova geração de arquitetos, Elsa Burguiere e João Paulo Huguenin, com a reurbanização da Favela do Córrego do Tiquatira, em São Paulo. Esse projeto aprofunda o debate sobre assessoramento técnico e em 2016, com a entrada de Leslie Loreto, o escritório passa a se reconhecer como uma assessoria técnica aos movimentos de moradia.

Este artigo visa refletir sobre práticas sociais e coletivas de movimentos comunitários, utilizando como caso a experiência de assessoria técnica junto à Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO) na cidade do Rio de Janeiro.

O termo *assessoria técnica*, denomina um tipo específico de atuação em arquitetura e urbanismo que, segundo Cardoso & Amore (2018), entende-se como um grupo de arquitetos que assessoram aos movimentos de moradia ou a grupos sociais organizados em luta pelo direito a cidade, existindo várias experiências em todo o Brasil, principalmente a partir da década de 80. A prática das assessorias técnicas ganha conotações novas a partir da Lei Federal nº. 11.888, conhecida como Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, Lei de ATHIS, caracterizando que populações que não podem pagar por serviços de arquitetura e urbanismo tenham “o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia” (Art. 2º, Lei 11.888/2008).

Essas duas formas, *assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo* formam maneiras distintas de atuar em relação ao direito à cidade, porém, como afirma Cardoso (2021) elas são muitas vezes complementares e estão em construção. Adotaremos para

¹ A experiência prática vem da atuação de uma das autoras do artigo, Leslie Loreto - que já fez parte de inúmeras assessorias técnicas em São Paulo, como Usina CTAH, Peabiru TCA e GTA – através da assessoria técnica Arche Projetos Participativos, que atua no Estado do Rio de Janeiro.

² Para conhecer a história e trajetória da Fundação Bento Rubião consultar o site da entidade: <http://www.bentorubiao.org.br/institucionais/historico/> acesso em 24/maio/2022



este ensaio a forma assessoria técnica.

A partir do conceito de *grupo sócio-espacial* que apresenta Kapp (2018) e considerando a CMPZO como um "*grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo este espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele*" (KAPP, 2018, p. 223), problematizamos as questões que pautam hoje a prática das assessorias técnicas, tomando como ponto de partida a experiência que reúne questões que vão além das dinâmicas urbanas convencionais. Para estas reflexões utilizamos também os conceitos de autonomia, reconhecimento e emancipação de Freire (1996); hooks (2017; 2019); Butler (2018) e Fraser (2013) bem como o conceito de práxis em Lefebvre (1969, 1991) e Freire (1970).

As bases conceituais para análise das práticas de assessoria técnica

A noção de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para grupos de baixa renda ou sem acesso à profissionais qualificados vêm sendo discutida desde a primeira metade do século XX pela teoria de arquitetura, do urbanismo e também do planejamento urbano, não somente no Brasil, mas em vários outros países. Trata-se de refletir sobre o papel social do arquiteto e urbanista e também sobre suas práxis.

Na década de 1960, nos EUA, surge o trabalho seminal de Arstein (1969), que marca uma virada nas teorias de planejamento participativo. Desde então, vários autores vêm debatendo aspectos diversos sobre o papel social do urbanista e do planejador urbano, surgindo noções tais como, planejamento transacional (transactive planning) (FRIEDMANN, 1973), planejamento de defensoria (advocacy planning) (DAVIDOFF, 2018) e planejamento radical (GRABOW E HESKIN, 1973). No Brasil durante o regime de ditadura militar (1964-1985), prevaleceriam as práticas de planejamento tecnoburocrático. A participação dos movimentos sociais acontecia de forma pontual em projetos que se tornaram paradigmáticos no contexto histórico dos projetos colaborativos, participativos e de assessoria técnica. Apesar do contexto político, este foi um momento fértil para a organização comunitária fora do quadro institucional (COUTINHO, 2022). Experiências como a de Cajueiro Seco em Pernambuco durante o governo de Miguel Arraes, e a do Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), em São Paulo, incorporavam a participação comunitária, a atuação de arquitetos locais e fizeram parte dos debates sobre reforma urbana no governo de João Goulart (COUTINHO, 2022). Juntamente com a experiência do arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina, tornaram-se uma referência nos debates sobre a função social do arquiteto e a assessoria técnica em habitação de interesse social (SANTOS, 1981, 1988)



No campo teórico desenvolve-se então uma extensa literatura sobre vários aspectos dos projetos participativos, colaborativos e de assessoria técnica. Algumas noções importantes tomam por base o conceito de práxis desenvolvido principalmente por Lefebvre e Freire.

Lefebvre (1969) chama atenção para a noção marxista de práxis. Interessado em entender o urbano a partir das relações sociais rebatidas e configuradas pela produção do espaço, Lefebvre desenvolve a noção de práxis como ação prática, política e de investigação (LEFEBVRE, 1991, 2002, 2014). Para o autor, o espaço é um campo de práticas políticas no qual as relações sociais são produzidas e reproduzidas, um campo também de manipulações. Nesse sentido, a compreensão das práticas sociais e materiais que acontecem na vida cotidiana são chave para o entendimento da produção do espaço e das contradições nele presentes (LEFEBVRE, 1991, 2014).

A noção de práxis é também fundamental para Freire, um autor importante para as práticas de assessoria técnica, de participação comunitária e de projeto colaborativo. Seu conceito de pedagogia a partir das práticas e matérias cotidianas foram a base para a discussão sobre autonomia com foco na educação libertadora. A práxis freiriana baseia-se fundamentalmente na relação entre teoria e prática, criatividade e ação dialógica, que tem como objetivo final a transformação da realidade social. Esse conceito é particularmente explorado em duas de suas obras: *A Pedagogia do Oprimido* e *A Pedagogia da Autonomia* (1970, 1996). Um ponto fulcral do pensamento freiriano é a centralidade dos sujeitos envolvidos na ação prática. Nesse sentido, o conceito de práxis inclui não somente a capacidade dos sujeitos de atuarem e refletirem sobre sua condição, mas também a capacidade de transformação da realidade segundo seus próprios objetivos enquanto seres humanos conscientes. Desta forma Freire desenvolve sua teoria pedagógico-libertadora. (FREIRE, 1970, 1996).

Outras referências teóricas importantes para a análise crítica que empreenderemos neste artigo vem do pensamento feminista e antirracista de autoras tais como hooks (2017, 2019), Butler (2018), Fraser (2013) e Kapp (2018). Conceitos como reconhecimento, emancipação e grupo sócio-espacial servem de base para nossa análise da experiência da CPMZO.

As possibilidades de uma política de alianças são exploradas tanto por Butler (2018) quanto por hooks (2019). Em *Erguer a Voz* (2019/1), hooks questiona os conceitos de representação e de identidade, explorando os desafios e limites de uma política de alianças com homens brancos, denunciando o sistema patriarcal e heteronormativo que permeia as práticas sociais. Reflete dialeticamente sobre racismo e feminismo, política e pedagogia, dominação e resistência, noções que veremos presentes no caso da CPMZO. *Erguer a voz* significa ao mesmo tempo uma quebra da hierarquia patriarcal e da supremacia branca, e



um questionamento da autoridade e de quem pode falar e ter opinião. Significa o reconhecimento da opressão daqueles que se sabem oprimidos e sem direito à livre expressão.

Outra reflexão que nos traz hooks (2019/2) é o ativismo político das mulheres negras para a mobilização e autonomia política. Ao demandar pela voz das mulheres periféricas a partir da luta feminista, hooks convoca para uma nova teoria feminista, antirracista e antissexista, e sobretudo anticapitalista. No foco dos debates está a luta por justiça social. Outro conceito que é discutido por hooks (2019/3) é o de sororidade, que implica na solidariedade política entre as mulheres. Finalmente hooks (2017), convoca as feministas para uma pedagogia engajada, aproximando-se assim de Freire (1996). A noção de educação como prática libertadora complementada com a noção de transgressão é discutida a partir da relação entre teoria e prática, da importância da experiência de ensino numa perspectiva multicultural. Reitera que a política de identidade se constrói a partir da luta dos grupos oprimidos, e que as práticas pedagógicas só fazem sentido se objetivarem a construção de sujeitos e visarem sua autonomia.

Na mesma linha de pensamento de hooks, Butler (2018) trata da questão do reconhecimento dos sujeitos excluídos, ressaltando a dialética de tal conceito, que implica numa relação entre reconhecimento e invisibilidade, inclusão e exclusão. O campo do aparecimento é regulado por normas de reconhecimento hierárquicas e excludentes, e nesse sentido os modos de performatividade, de apresentação de um determinado gênero são importantes para o processo de reconhecimento. Ser um sujeito, implica em saber percorrer os caminhos institucionais e normativos. A condição de reconhecimento requer uma política de alianças que conduzam ao princípio do igual valor e da justiça social. Os movimentos sociais devem então reivindicar um novo modo de vida, e para isso necessitam de um de uma ação performativa que exponha as condições precárias e de vulnerabilidade em que vivem.

O conceito de emancipação também é tratado por Fraser (2013). Para a autora as lutas dos movimentos sociais sobre os meios de interpretação e comunicação é central para obter-se a emancipação no contexto das crises do capitalismo. A chave para um processo emancipatório seria a substituição de contextos seguros de interação normativa por contextos de comunicação fora das instituições convencionais e da esfera doméstica. Isto ocorre simultaneamente em duas frentes: nas lutas dos movimentos sociais com as instituições oficiais do Estado e do sistema econômico e nas lutas dos movimentos sociais entre si, no sentido de que cada movimento social possui diferentes e conflitantes pontos de vista sobre as suas específicas demandas sociais (FRASER, 2013, p. 48). As feministas



estão em luta pela redistribuição, pelo acesso democrático e pelo controle dos meios de comunicação, representação e interpretação. A autora destaca também a ambivalência intrínseca na busca pela emancipação feminina ao reconhecer que existem forças operando para levar a questão feminista para o âmbito do mercado. Nesse sentido, os grupos feministas teriam duas opções: se render às forças hegemônicas do capitalismo ou ir em direção dos agentes que promovem a proteção social. Para manter o compromisso com a emancipação, Fraser recomenda uma ruptura com a mercantilização e uma aliança com a proteção social e a solidariedade.

Kapp (2018) propõe a utilização do conceito de grupo sócio-espacial para analisar práticas de assessoria técnica em arquitetura, urbanismo e planejamento. Segundo a autora, grupo sócio-espacial se aplica às relações sociais estabelecidas por um determinado grupo em um espaço específico. Por sua vez, esse grupo é afetado por este espaço por eles produzidos. Kapp associa esta noção à proposição dialética lefebvriana de produção do espaço, e ressalta que grupos sociais produzem espaços de representação. No entanto, esses sujeitos não têm consciência de suas práticas materiais transformadoras. A autora ressalta a diferença entre assistência e assessoria técnica, apontando que assistência é uma prática institucional de cima para baixo, e que assessoria é uma prática social colaborativa entre grupos sócio-espaciais e profissionais. Implicando, com isso, que a prática não é necessariamente um meio de realizar ou fomentar projetos de arquitetura ou de urbanismo, mas sim uma ação que tem como elemento definidor a colaboração com agentes políticos, para trazer alternativas, negociações, promover informações técnicas, troca de saberes e de criação de interfaces. (KAPP, 2018, p. 233).

O encontro com a coletiva

Em dezembro de 2016 a Arche recebe um e-mail a procura de uma mulher arquiteta para “trabalhar com construção de moradia para o Bosque dos Caboclos, no auxílio de processos construtivos, estruturas e organização da obra”. Nas palavras de Carla³, uma das integrantes da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste:

Estava conversando com o E. sobre as mulheres do Bosque dos Caboclos e a nossa intenção é a necessidade de melhorar a associação e moradia do território. Pensamos em um curso de autoconstrução para as mulheres, colocarmos a mão na massa mesmo, mas precisaria de uma arquiteta que pudesse nos ajudar nisso. (...) Sobre nosso desejo precisamos de alguém que tenha interesse e experiência em obra mesmo, acho que seria tanto para técnicas construtivas, organização de obra e estrutura. (Carla, e-mail de dezembro de 2016, acervo Arche)

³ Carla é nome fictício. Adotaremos para todas as envolvidas essa forma para preservar suas identidades.



Esse chamado nos colocava questões que podemos entender como parte de uma nova epistemologia do urbanismo e que gostaríamos de enfrentar como assessoria técnica:

- A práxis junto a um grupo de mulheres organizadas politicamente, que envolve conjuntamente questões entre arquitetura, mulher e feminismo.
- O trabalho na região da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, território periférico da cidade, marcado por loteamentos irregulares, condomínios privados de casas unifamiliares e atuação intensa de grupos ligados às milícias.
- A experiência de trabalho abordando a melhoria habitacional, demanda cada vez mais crescente de um setor considerável da população urbana, que se caracteriza por apresentar precariedades ou inadequações habitacionais.

Em abril de 2017 fizemos a primeira visita ao Bosque dos Caboclos. Importante compreender que o Bosque dos Caboclos é um dos vários núcleos de mulheres que fazem parte da CPMZO, tendo, no entanto, certa autonomia em relação a esta.

A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e o Bosque dos Caboclos

A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO) existe desde 2014 e procura organizar mulheres em torno da luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. De acordo com a página mantida no *Facebook*, a Coletiva ZO nasce da experiência do Comitê de Mulheres do estado do Rio de Janeiro:

Debates criticamente o modelo de desenvolvimento do capital e as desigualdades territoriais, que vivemos nas periferias da cidade; a invisibilidade do trabalho doméstico e informal, realizados majoritariamente pelas mulheres negras, que sofrem com o racismo e a violência sistemática perpetrada pelo Estado. (...) Buscamos construir e fortalecer alternativas aos valores e relações de poder dominantes nesta sociedade com vistas a superarmos as opressões de gênero, classe e raça/etnia.

Na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, são as mulheres que protagonizam as principais lutas de resistência e construção de alternativas populares nos territórios. Fortalecer a auto-organização das mulheres, articulada a outros movimentos sociais, é estratégia de construção de um projeto que incorpore o feminismo e as mulheres na construção de uma sociedade igualitária, sem exploração de classe, sem racismo, sem homofobia e que estabeleça outra relação com a natureza. (https://www.facebook.com/COLETIVAPOPOPULARDEMULHERESZO/about/?ref=page_internal, acessado em 25/maio/2022)

Formada por diversas moradoras da zona oeste do Rio de Janeiro, incluindo as regiões de Guaratiba, Vargem Grande, Vargem Pequena, Sepetiba, Campo Grande, Santa Cruz e Bangu, a CPMZO aglutina em torno de si uma rede de mulheres, na sua maioria negras. Realizam ações em torno da agricultura urbana, juventude, rede de cuidados, rodas de escuta, planejamento participativo e outras atividades.



O Bosque dos Caboclos é um loteamento existente na Estrada dos Caboclos em Campo Grande, ocupado e loteado desde 1995, conforme relato de Dona Serena⁴, uma das moradoras mais antigas. No resumo que consta no Relatório de Atividades do Edital Fundo Casa, elaborado por Guaraci, filha de D. Serena, entendemos:

A Ocupação Urbana Bosque dos Caboclos existe há aproximadamente 25 anos. Localizada na periferia de Campo Grande, conta com um pouco mais de 300 famílias. A história da comunidade tem em sua linha de frente varias mulheres. Na sua maioria negras, que se auto-organizaram e deram inicio a luta pelo direito a moradia. Dona Serena, Luiza, M., M., G. são algumas das fortes referencias da ocupação e que ainda permanecem residindo no local, reafirmando a forca das mulheres no território. Em seguida a ocupação, surgiu a necessidade da construção da associação de moradores onde mais uma vez a forca das mulheres em união coletiva foi marcante. Foram elas que deram inicio ao processo de aterramento da área a ser construída levando cerca de 50 carrinhos de mão de aterro para tal ação. E, a partir daí, conta-se que contagiaram a todos realizando um grande mutirão edificando a sede da associação denominada Associação de Moradores e Amigos do Bosque dos Caboclos.

(...) A Coletiva é, sobretudo, um espaço de escuta. Onde, através dessas trocas, nos fortalecemos e nos apoiamos coletivamente permitindo nos reconhecer na outra companheira e também a respeitá-la mesmo contendo análises tão distintas. Estamos diante do Feminismo Periférico. A Coletiva Feminista As Caboclas integra a Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste desde 2017. (Guaraci, Relatório De Atividades do Edital Fundo Casa, acervo Arche)

Esse núcleo de mulheres prefere adotar como nome específico do assentamento o termo **Bosque das Caboclas** e se autodenominar **Coletiva As Caboclas** (que chamaremos a partir daqui apenas de **Caboclas**), numa explícita vontade de demarcar, na sua denominação, feminismo e território. As atividades principais das Caboclas eram realizadas primordialmente no espaço da Associação de Moradores.

Ao conhecermos o grupo sócio-espacial das Caboclas, percebemos que mais uma questão era colocada ali: a luta antirracista de moradoras da periferia da cidade do Rio de Janeiro. Num primeiro momento nos perguntamos no que a luta antirracista era diferente das questões já consagradas que envolvem os assessores técnicos e a população organizada. Compreendíamos de fato essa luta? A questão vai além de ser apenas mais um componente da realidade das Caboclas, pois como aponta Gago “*os feminismos populares, indígenas, comunitários, suburbanos, villeros, negros, que desde a América Latina desliberalizam as políticas de reconhecimento, as cotas e os anzóis indenitários, politizam a precariedade das existências como sendo uma sequencia indivisível de despojos e*

⁴ Dona Serena, nome fictício, nasceu em Uganda. Um pouco da sua história pode ser visto no vídeo, realizado pelo Instituto PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul) ONG parceira da CPMZO: <http://pacs.org.br/mulheresterritoriosdeluta/material/hellen-andrews-cantos-de-resistencia/> acessado em 14/jun/2022.



explorações” (GAGO, 2020, p. 20), pois coloca a luta antirracista, como constituinte daquele grupo sócio-espacial.

As necessidades

A aproximação ao grupo compreendia uma série de visitas e reuniões de reconhecimento mútuo, tanto das arquitetas quanto das Caboclas. Queríamos entender melhor o que elaborar conjuntamente, já que as demandas, necessidades e vontades eram muitas, de ambos lados. O maior anseio apontado por elas eram as precariedades da moradia das moradoras mais antigas. Era visível, no entanto que haviam inúmeras questões urbanas e de infraestrutura, como (falta) de coleta de esgoto, asfalto, drenagem, intermitência no abastecimento de água e a tensão (sempre presente) de grupos milicianos que dominavam a região. Nós como assessoria apontávamos para essas questões urbanas e para que considerassem a necessidade coletiva de transformá-las, caminhando assim em direção a uma luta pelo direito a cidade.

A foto aérea do Bosque das Caboclas (Figura 1) mostrando à direita a demarcação das moradias de 3 mulheres que participaram como beneficiadas diretas do projeto. À esquerda, um condomínio Minha Casa Minha Vida, de casas horizontais, do qual algumas mulheres participavam das atividades das Caboclas.

Figura 1. Foto aérea do Bosque das Caboclas. Fonte: Acervo Arche Projetos.



Havia, contudo, um sentimento comum entre elas, no qual de que o Estado pouco ou nada poderia fazer ali, fazendo com que a resolução coletiva, como pensavam as arquitetas, não fosse vista da mesma maneira. Fruto em parte de um descrédito por conta de sucessivas políticas municipais que beneficiavam o capital imobiliário na Zona Oeste⁵ e do engavetamento de processo antigo no ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro) de Regularização Fundiária.

Para a Arche, que já trabalhava com assessoramento técnico há anos, era evidente a necessidade de conquistar recursos a partir do Estado, reconhecendo assim a exploração capitalista nas cidades que este ajudava a orquestrar com suas ações ou mesmo com sua inoperância, como aponta Lefebvre (2002). Ao mesmo tempo as questões pragmáticas que nos colocaram as Caboclas eram emergenciais, havia pressa em solucioná-las. Havíamos de encontrar um caminho que criasse interfaces (Kapp, 2018) para as duas questões, já que como afirma Gago (2020): “lutar por demandas concretas não implica dizer que o Estado é a resposta para as violências. Ao mesmo tempo, saber que o Estado não é a resposta para as violências tampouco impede de brigar e conquistar recursos que, ao não serem pensados como fins em si mesmos, se unem a outras exigências de transformação”. (GAGO, 2020, p. 34-35).

Descartada a briga por recursos do Estado, procuramos alternativas financeiras para as precariedades habitacionais apontadas, buscando fundos de editais e outras formas de financiamento. Estudamos conjuntamente a possibilidade do modelo de poupança comunitária e de um fundo rotativo, muito utilizado em assentamentos precários em países africanos, mas que foi visto por elas como uma prática assistencialista. Após muitas idas e vindas, conseguimos participar do edital **Fundo Socioambiental Casa – Programa Casa Cidades**⁶ e em 2018 iniciamos um projeto que previa pequenas melhorias habitacionais, com foco em soluções de drenagem no lote e coleta de águas pluviais. Conjuntamente seria realizada uma capacitação em relação à construção civil com as demais integrantes. Três

⁵ Autores como Cardeman (2014) apontam o território da Zona Oeste do Rio de Janeiro como sendo uma combinação de expansão para os bairros além da Barra da Tijuca, impulsionada pelo município, com fortes incentivos a loteamentos privados e grandes empreendedores imobiliários, conjugada a uma expansão de loteamentos irregulares fomentados por grileiros e/ou grupos ligados às milícias fluminenses.

⁶ O Fundo Socioambiental Casa - Programa Casa Cidades é uma iniciativa de Fundo Socioambiental Caixa e a Fundação OAK e visa fomentar pequenos projetos em áreas urbanas cujo mote é a discussão de “cidades inclusivas, resilientes e sustentáveis” Mais informações no site: <https://casa.org.br/> (acesso em 14/jun/2022)

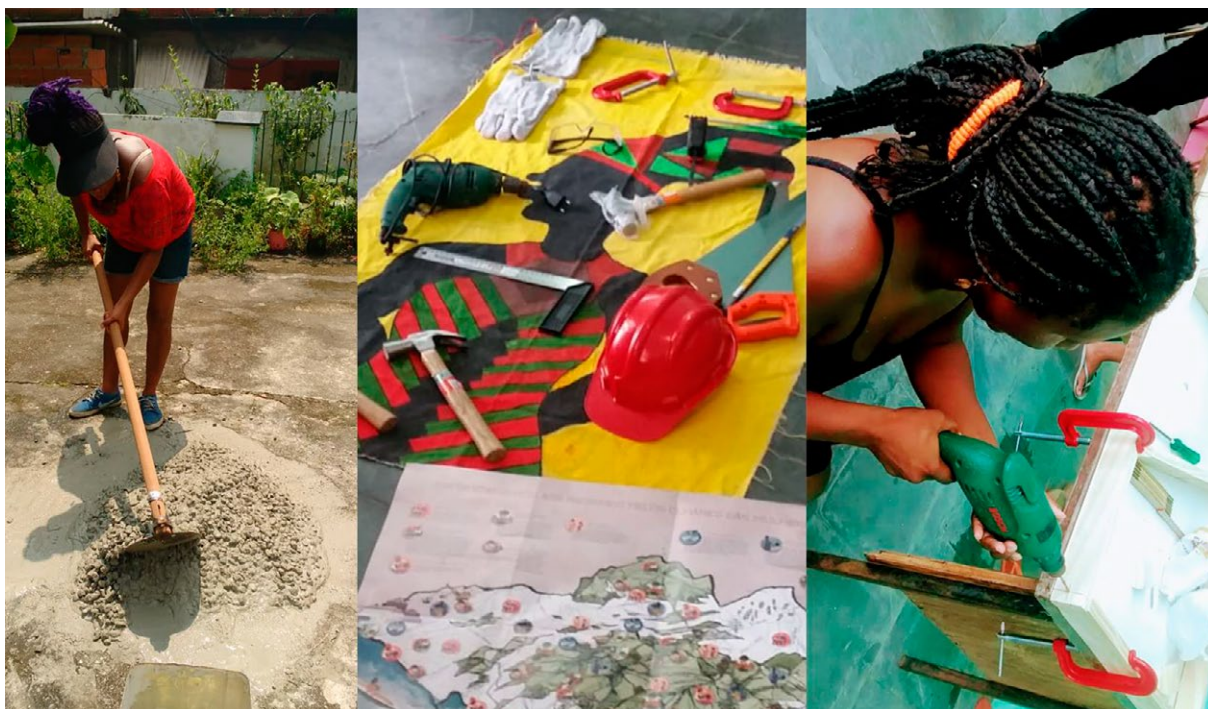


moradoras mais antigas foram escolhidas por elas para serem beneficiárias diretas das melhorias através do projeto.

As casas do loteamento do Bosque das Caboclas possuíam uma singularidade: uma área de quintal generosa, sendo algumas delas usadas como “quintais produtivos” domésticos, característica importante para algumas integrantes da Rede CAU⁷ - Rede Carioca de Agricultura Urbana, organização que reúne agricultores urbanos da Zona Oeste e participante da rede de apoiadores da CPMZO.

De maneira conjunta escrevemos as premissas do projeto e as bases para concorrer ao edital. Tratava-se de um pequeno valor de R\$30mil, que deveria ser realizado em 1 ano de projeto. Desse valor, cerca de R\$13mil foram destinados a remuneração da assessoria técnica e os demais 17mil seriam destinados a compra de material, gastos com alimentação e organização das oficinas. A experiência ganhou o nome de **Mulheres em Ação**. Abaixo algumas fotos das oficinas (Figura 2).

Figura 2. Fotos das atividades durante o Mulheres em Ação. Fonte: Acervo Arche Projetos.



⁷ Rede CAU: Rede Carioca de Agricultura Urbana que se articula em favor dos trabalhadores da agricultura urbana na Zona Oeste e contra a expansão imobiliária resultante da aprovação do PEU (Plano de Estruturação Urbana) das Vargens de 2009. Mais informações no artigo: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1122603/a-rede-carioca-de-agricultura-urbana-e-o-direito-a-cidade> (acesso em 14/jun/2022).



A metodologia, espelhada em alguns projetos semelhantes que conhecíamos de outras assessorias técnicas, como a Arquitetura na Periferia, consistia em trazê-las para o centro da compreensão, como aponta Freire (2016) e conhecer suas precariedades habitacionais e como poderiam ser sanadas ou mitigadas. Elas deveriam conseguir categorizar e priorizar ações para combater a precariedade, organizar compras e planejar o trabalho coletivo para executar a obra das reformas. As etapas consistiam em:

Diagnóstico Participativo junto com todas as integrantes: Visitas as casas e a identificação das precariedades relacionadas ao tema.

Identificação coletiva dos problemas: Sistematização das fotos e identificação das questões que cada moradora sentia em sua casa, conjuntamente com elas.

Definição de prioridades: a partir de uma análise nossa de orçamentos e cronograma, propúnhamos possíveis cenários de melhorias que poderiam ser feitas com o orçamento. Ao final de algumas oficinas elas escolhiam essas prioridades.

Organização do trabalho coletivo: Elaborávamos um cronograma organizativo de trabalho, onde indicávamos quais atividades demandavam mais tempo, mais pessoas ou mais especificidade de execução.

Oficinas de capacitação: Manuseio de equipamentos da construção civil, como martelo, furadeiras, serras de corte e elaboração de concreto moldado in loco foram alguns dos temas de capacitação.

Mutirões de execução: realização de diversos mutirões para realizar as atividades previstas, as vezes com mão-de-obra contratada e experiente.

O trabalho sem desenho, mas com projeto.

Ao serem definidas as melhorias, percebemos que esta seria uma experiência com praticamente nenhum *desenho*, tendo em vista que a maioria das intervenções eram muito pequenas: envolviam a troca de telhado de uma casa, o aterro e compactação de uma parte do terreno e a implantação de um jardim filtrante para água da chuva. Nossa ação como arquitetas era muito mais organizativa. Não deixava de ser projeto, no entanto, no sentido do *desejo* e *desígnio* do que seria executado (MOTTA, 2015), pois requeria planejamento e separação de etapas para ser realizado por e com mulheres que tinham certa experiência na construção civil. Isso hoje nos revela que o atendimento a demandas de melhorias habitacionais, principalmente àquelas que são associadas à reformas, requer uma outra maneira de pensarmos projeto/obra, podendo, muitas vezes, passar por desnecessária a



figura do arquiteto. Ferreira dos Santos (1981) já apontava isso na experiência de reurbanização da favela de Brás de Pina, quando percebe que a população sabia o que queria realizar em suas casas e de que não adiantava o arquiteto fazer *desenhos* para propor algo distinto. Parte dessa constatação ocorre também pelo pequeno valor para cada melhoria que realizamos naquela experiência. Destinamos, numa decisão conjunta com elas, cerca de R\$4500/casa. Hoje a media das intervenções de melhorias habitacionais propostas em cidades do estado do Rio de Janeiro é maior. Por exemplo, o Programa Na Régua, da Secretaria de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, destinado a casas da Região Metropolitana, a previsão é de até R\$13500/casa.

As ações em torno de melhorias habitacionais assumiram um ascenso nas práticas atuais das assessorias e assistências técnicas, muito pelo debate recente do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em difundir a chamada ATHIS e parte pela caracterização qualitativa do déficit habitacional, a partir dos dados mais recentes da pesquisa da Fundação João Pinheiro, cujo teor conceitua “habitações inadequadas não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades” (Fundação João Pinheiro, 2013, p. 20). No entanto, se olharmos apenas do ponto de vista de pequenas reformas individuais, estamos falando de pouca efetividade em minimizar o déficit qualitativo da moradia no Brasil. Afinal, as inadequações habitacionais são causadas por um conjunto de fatores urbanos, edilícios e conjunturais da cidade capitalista. Olhar apenas para as pequenas reformas (ainda que sejam urgentes) é não compreender as razões técnicas, políticas e urbanas do que significa de fato garantir o direito à moradia digna e o direito à cidade. De certa maneira o projeto que realizamos com a Coletiva As Caboclas carecia desse olhar amplo e integrado, já que encampamos o discurso, embora de maneira consciente a partir do processo, de melhorar as condições existentes primeiro.

O canteiro de mulheres

Ao iniciarmos as atividades com o grupo de mulheres percebemos que a organização de um canteiro de autogestão⁸, ao qual estávamos acostumadas, não podia ser realizada ali. Como muitas das participantes vinham com seus filhos pequenos e apenas participavam uma ou

⁸ O canteiro de autogestão é uma experiência realizada entre alguns movimentos de moradia no Brasil, como a UNMP e o MNLM, que reivindicam a autogestão no uso dos recursos de programas habitacionais oriundos de recursos públicos. Consistia em realizar obras com ajuda-mútua (mutirão) e preparar a população para entender o processo de um canteiro de obras não alienado. Para entender melhor, ver Lopes, Braga & Germano (2015).



duas vezes das oficinas, elas não viam sentido em realizar uma creche comunitária a parte⁹, o que faria com que algumas mulheres deixassem de participar daquele dia para cuidar das crianças. Crianças e adolescentes entre 2 e 12 anos acompanhavam suas mães que não tinham onde deixá-las, mesmo no fim de semana. Com isso o canteiro do **Mulheres em Ação** acabava possuindo a característica de um lugar de cuidados redobrados e de um trabalho com outro tempo e ritmo, sem a pressão de uma tarefa a ser cumprida no prazo de um canteiro tradicional. Era repleto de crianças circulando o tempo todo por perto. Havia, no entanto, um respeito aquele momento de reunião “das mães para a obra” por parte dos filhos e de certa forma, um distanciamento físico. Não houve em nenhuma ocasião acidentes envolvendo as crianças ou mesmo as participantes.

Esse outro tempo e ritmo do canteiro de mulheres nos leva a questionar o tradicional canteiro da construção civil essencialmente masculino e produtivista, ainda que tomemos como ponto de partida as experiências autogestionárias de canteiros, onde, obviamente há mais mulheres que homens e que, supostamente, almeja a desalienação do trabalho na construção civil. Ali, num canteiro exclusivamente feminino, formado de arquitetas (assessoria técnica) e mulheres periféricas negras, permeado de crianças e de momentos de paradas, percebemos algo além da crítica de Ferro (2010): não é apenas o arquiteto e seu desenho que traz elementos de opressão no canteiro, é também a lógica produtivista e masculina, inerente ao capitalismo, que permeia esses elementos. Lógica que acabamos reproduzindo, mesmo nos canteiros autogestionários realizados pelo movimento de moradia e que, muitas vezes, são reféns de produtividade, metas e cronogramas que os programas habitacionais e o Estado impõem.

Outra questão conjuntural permeava essa constatação: há um número pequeno de mulheres que trabalham na construção civil e que possam compartilhar seu conhecimento com outras. Tivemos dificuldade em encontrar mulheres pedreiras, carpinteiras, telhadistas para a experiência, conforme foi o desafio proposto e aceito por nós desde o início. Encontramos nesse caminho a Concreto Rosa¹⁰, empresa da construção civil coordenada por Geisa Garibaldi, que participou de um dos dias de capacitação. Figura singular e conhecida hoje pela sua experiência no Rio de Janeiro, a empresa era uma das poucas composta por mulheres na construção civil na época. Geisa participou conosco da oficina de

⁹ A creche comunitária é uma prática comum nos canteiros autogestionados e consistia em reservar um lugar mais afastado da obra, junto com adultos cuidadores, para cuidar das crianças durante o mutirão.

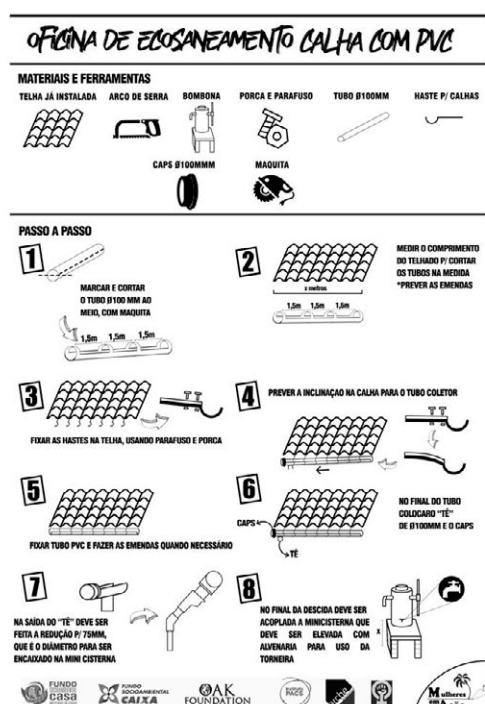
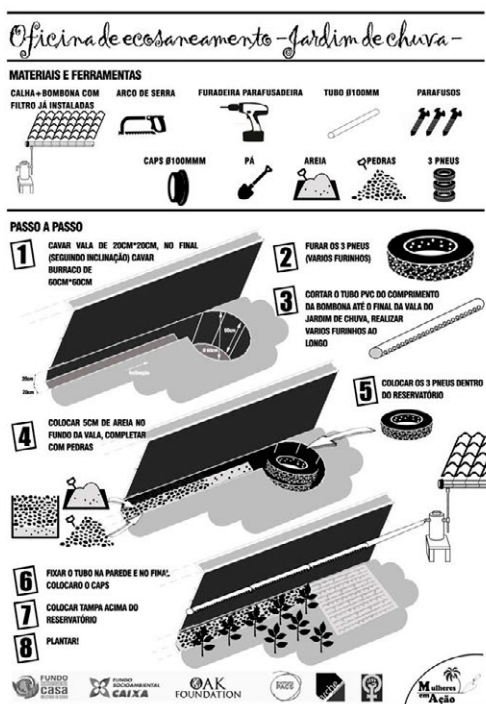
¹⁰ Concreto Rosa é uma empresa da construção civil do Rio de Janeiro formada basicamente por mulheres. Mais informações no *Instagram*: <https://www.instagram.com/concretorosa/?hl=en> (acessado em 14/jun/2022).



corte da estrutura do telhado, sendo vista com muito orgulho pelas mulheres Caboclas, já que, além de ter um saber restrito ao homem, Geisa era também negra e lésbica. Mas em determinado momento chamamos - já que Geisa não podia participar de todas as oficinas - um carpinteiro que já trabalhara conosco no mutirão da obra do Conjunto Esperança, Clarindo, um trabalhador negro e que estava acostumado com mutirão, para concluir a colocação da estrutura e o telhamento. Com isso, a premissa original das Caboclas ao nos procurar: "queremos um canteiro só de mulheres" não pôde ser cumprida até o final. Quando perceberam isso, após conhecerem Geisa, aceitaram de maneira tranquila a participação masculina e estavam dispostas a trabalhar junto com homens na experiência. Enquanto Clarindo trabalhava no telhado, olhavam ressabiadas para ele.

A troca de saberes com Clarindo não foi tão frutífera quanto havia sido entre Geisa e a Coletiva das Caboclas. Clarindo realizava seu trabalho de maneira receptiva à troca, mas com excesso de velocidade para o tempo de aprendizado do grupo. Parte desse distanciamento era devido à periculosidade do trabalho, já que somente Clarindo possuía cinto de segurança e parte por ele representar, mesmo sem querer ser, a figura do homem opressor no canteiro. Havia ali, de certa forma, o questionamento que hooks faz ao sistema patriarcal e heteronormativo, materializado na característica da construção civil: ainda que Clarindo fosse negro e periférico, era um homem pouco acostumado a trabalhar entre mulheres.

Figura 3. Esquema para jardim de chuva e captação de águas pluviais. Fonte: Acervo Arche Projetos.



Ao final das atividades iniciais previstas, houve uma demanda em realizar ações que melhorassem ou qualificassem os quintais das 3 moradoras, tendo em vista que 2 das participantes eram integrantes da Rede CAU. Com isso no final das oficinas realizamos um jardim de chuva e um sistema simples de captação de água pluvial no novo telhado, na casa de D. Serena.

Esses dois novos temas atraíram uma quantidade maior de mulheres, da rede ampliada da CPMZO. Realizamos um pequeno guia dos dois sistemas. Nessas últimas oficinas, foi possível existir uma espécie de “cooperação simples”, que Ferro descreve em sua obra (2010, p. 3), já que o processo foi realizado com **esquemas resumos** conforme Figura 3 e todas as participantes fizeram um rodízio de funções.

Ao final de 14 meses concluímos as atividades demandando mais tempo e mais encontros do que o planejado. Foi um trabalho de uma troca rica e intensa, onde de fato conseguimos atuar *com* elas, inclusive quebrando nossos preconceitos. Ao longo do processo percebemos que havia saberes da construção civil que cada uma possuía de suas experiências ao longo da vida. D. Serena, a figura mais antiga da ocupação, havia construído sozinha parte da casa, além do bar com telhado verde e telhas pintadas por ela.

O tensionamento como parte do processo

Obviamente que um trabalho de uma assessoria técnica, pode acontecer com conflitos. Atuar com e ao lado da classe trabalhadora e de populações periféricas, implica em tensões ao longo do processo. Algumas de cunho político, outras técnicas e algumas vezes tensões de classe. Cabendo a nós, parte das assessorias técnicas, uma desconstrução ou, melhor dizendo, uma reconstrução constante de nossas práticas durante cada experiência (práxis) vivida.

Devido à relevância da temática o Fundo Socioambiental Casa complementou mais R\$10 mil ao projeto. A essa altura, com inúmeros percalços e dificuldades, de ambos os lados, principalmente em relação à prestação de contas, havia um questionamento do valor desproporcional que nós, a assessoria técnica havia recebido na experiência. Cerca de 50% do valor (R\$13mil) correspondia à nossa remuneração. O que poderia ser pouco para nós arquitetas ao longo de 14 meses, parecia muito em relação ao montante total destinado para à melhoria das moradias. Quando elas nos consultaram sobre nosso valor para continuar o projeto, havia se passado mais de um ano de aprendizado, trocas e conquistas. Ao dizermos que nosso valor se mantinha, proporcionalmente, apenas um pouco abaixo ao valor anterior, não houve dúvidas por parte das Caboclas de que era desmesurado em relação ao todo. Elas sabiam mais do que nunca o que precisavam fazer para realizar a



nova fase: priorizar, planejar, orçar, fazer compras coletivas, marcar uma agenda de mutirões, contratar alguma mão de obra para serviços mais específicos. Sendo assim, nosso papel era de fato desnecessário. Nesse momento estávamos sendo as arquitetas pequeno burguesas e não negras cobrando por seus serviços. Não conseguimos entender o quanto havia de emancipatório no fato da Coletiva tomar a decisão de que não precisava mais de nós para essa segunda fase. Nesse momento, como apontam Kapp (2018), Freire (1996) e hooks, (2017; 2019), as Caboclas tomaram a decisão em suas mãos de como encaminhar suas demandas. A política de aliança proposta por Butler (2018) estava sendo colocada em prática por elas com o reconhecimento de até onde poderiam ir, já que em determinado momento a aliança com as técnicas não estava mais dentro do princípio do igual valor e da justiça social para elas.

Decidimos não continuar no projeto, pois não concordávamos também em realizar trabalho voluntário, uma das alternativas discutidas entre nós. E o projeto seguiu. A Coletiva As Caboclas realizou mais 4 atividades de melhorias (que incluíam o revestimento de um dos quartos e o assentamento do piso de outro cômodo). Contratou profissionais, alguns homens, para realizar o trabalho, programou e comprou materiais, tomou decisões coletivas e finalizaram sozinhas o processo. Sem precisar da figura da assessoria técnica. Conseguiram assim desenvolver um processo de emancipação construído e constituído pelo espaço que ocupavam (Kapp, 2018), profundamente centrado no protagonismo que consolidaram ao longo do processo (Freire, 1970, 1996) e, erguer a voz em relação a real pertinência da assessoria técnica, em determinado momento, conforme hooks (2017, 2019).

Considerações finais

Dentre as reflexões desta experiência, a primeira ocorre em função das novas questões que surgem para a arquitetura e que envolvem o que chamamos de novas epistemologias, ou viradas epistemológicas, conforme afirmam Tavares & Ramos (2022): mulheres, antirracismo, territórios e coletivos periféricos. No campo das assessorias técnicas, debruçar-se sobre esses temas requer um processo de desconstrução e reconstrução constantes no sentido de rever a prática, muitas vezes pautada por relações já consagradas em outros períodos históricos, em outras situações e com outros grupos sócio-espaciais com as quais as assessorias se relacionaram.

Outra reflexão é o questionamento da própria mudança de foco na atuação das assessorias. Diferente de momentos históricos anteriores, cuja figura central era a disputa pelo Estado, essa não era o eixo dessa experiência. Gago (2019) afirma que é necessária a luta por demandas concretas paralelamente a outras que busquem uma transformação maior. A



questão é encontrar o ponto em que tais ações consigam caminhar concomitantemente. Ou cairemos numa mera resolução pragmática das urgências ou numa defesa abstrata de “direito a cidade”, que, para populações periféricas na atual conjuntura não quer dizer muita coisa.

Há diversos modos de ações - ou melhor dizer de outras práticas - dentro ou próximo do campo das assessorias técnicas, que nos elucidam sobre como abordar territórios periféricos. É o caso do grupo Arquitetura da Periferia, que atua na Região Metropolitana de BH, com construção civil e mulheres. Tem como escolha funcionar como uma entidade sem fins lucrativos, recebendo doações para realizar as suas atividades e desonerando, dessa forma, às principais envolvidas nas atividades, mulheres periféricas. Essas práticas, experiências, assessorias técnicas e grupos sócio-espaciais precisam criar redes de interlocução para superarem questões e impasses comuns, que podem levar a um outro patamar de atuar no urbano.

Por um lado, não conseguimos nos desvencilhar da nossa raiz pequeno-burguesa de arquitetas ao lidar com nossa remuneração na experiência com a Coletiva das Caboclas. Poderíamos simplesmente ter finalizado a primeira etapa sem forçar a continuidade. Por outro lado, ter esgarçado essa relação também nos serviu como aprendizado para compreender que uma arquitetura e urbanismo antirracista precisa estabelecer uma relação dialógica com o feminismo periférico. Aprendizado em compreender que não seguiremos atuando com populações periféricas sem que estas não possam ter autonomia para decidir quando e porque podemos ser seus aliados.



Referências:

- ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder Of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**. 35 (4), July 1969, p. 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>.
- BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, original 2015.
- CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. **A transformação da paisagem em área de expansão urbana: Planejamento em Vargem Grande no Rio de Janeiro**. 290f. Tese (Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa: Cultura, Paisagem e Ambiente Construído) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura, UFRJ/Rio de Janeiro, 2014.
- CARDOSO, Fernanda Simon e AMORE, Caio Santo. **Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil**. In Anais do XV Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2018.
- CARDOSO, Fernanda Simon. **Entre o discurso e a construção da prática profissional do arquiteto e urbanista: experiências contemporâneas em assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil**. Dissertação de mestrado. São Carlos, 2021.
- COUTINHO M. DA SILVA, R. Contextualização histórica do processo de urbanização de assentamentos precários no Brasil. In ALVIM, A. T. B. e RUBIO, V. **Sustentabilidade em Projetos para Urbanização de Assentamentos Precários no Brasil: Contexto, Dimensões e Perspectivas**, São Paulo: Editora Manole, 2022, p. 46-70.
- COUTINHO M. DA SILVA, Rachel; VELOSO, T. M. **Participação comunitária e projeto urbano em favelas**. A realidade e a percepção dos moradores na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro. *Arquitextos*, São Paulo, v. 246.02, 2020.
- COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. **A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, PROURB, 2006.
- DAVIDOFF, Paul. Advocacy and Pluralism in Planning, **Classic Readings in Urban Planning**, Routledge, pp. 41–51, 2018, original 1965.
- FERRO, Sérgio. **A história da arquitetura vista do canteiro. Três aulas de Sergio Ferro**. São Paulo: GFAU, 2010.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. FPJ, Belo Horizonte, 2013.
- FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism: from State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. London, UK., Verso, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FRIEDMANN, J. **Empowerment: the politics of alternative development**. Oxford, U.K.: Wiley-Blackwell, 1992.
- FRIEDMANN, J. **Retracking America: a theory of transactive planning**. Albany, N.Y.: Anchor, 1973



GAGO, Veronica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GRABOW, S. & HESKIN, A. Foundations for a Radical Concept of Planning. **Journal of The American Planning Association**, 39, 1973, p. 106-114.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019 (1).

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019 (3)

HOOKS, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019 (2).

KAPP, Silke. Grupos Sócio-Espaciais: a quem serve a assessoria técnica. São Paulo: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** v. 20, n. 2, maio-agosto 2018 p. 221-236.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life**. London, England: Verso, 2014.

LEFEBVRE, H. **Dialectical materialism**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2009, original, 1940.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Malden, MA: Blackwell, 1991, original, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **The Sociology of Marx**. New York: Vintage Books, 1969.

LOPES, João Marcos de Almeida; BRAGA, Mário; GERMANO, Wagner. *Nota sobre a fundação da Usina*. In: USINA, Coletivo. **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

MOTTA, Flavio Lichtenfels. **Desenho e emancipação**. Monolito, n. jul. 2015, p. 84-89, 2015

SANTOS, C. N. F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF, 1988.

SANTOS, C. N. F. dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TAVARES, R. B. , & RAMOS, D. H. .**Indisciplina Epistemológica: Viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo**. *Indisciplinar*, 7(2), 232–277, Belo Horizonte, 2021.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

PRECIOSAS ESTRANGEIRAS, MERAS BRASILEIRAS: PROSTITUTAS, ORIGENS E SUA PRESENÇA NA SÃO PAULO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

**Precious foreigners, ordinary Brazilians: the origins of the prostitutes and
their presence in São Paulo in the early 20th century**

ROSIN, Máira Cunha

Doutora. Universidade Federal de São Paulo.

mairosin@gmail.com



Resumo

O início do século XX na cidade de São Paulo ficou marcado nos estudos de História Urbana como um período de reformas e planos urbanísticos que tinham como objetivo romper com a cidade provinciana e elevar São Paulo à categoria de metrópole. Quanto à população, há grande enfoque à presença de estrangeiros das mais diversas nacionalidades na cidade, bem como a cristalização da ideia de que a maior parte das mulheres que ganhavam a vida exercendo o meretrício na cidade eram mulheres brancas advindas do Leste Europeu, as chamadas *polacas*. No entanto, é preciso questionar as relações de nacionalidade e até mesmo de cor presentes no que se consagrou nos estudos da prostituição em São Paulo para também compreender como as mulheres negras também atuaram como prostitutas na cidade e da forma como eram vistas pelas autoridades e de como ficaram excluídas dos estudos urbanos, bem como dos estudos da prostituição na cidade. Através da história dessas mulheres e da forma como se relacionaram com o espaço, percebemos que o apagamento de suas histórias e vidas foi ainda maior, o que as colocou em uma categoria a-histórica. Também é nítida a forma como os mais diversos agentes urbanos, com expectativas moralizadoras, tentou afastá-las do convívio urbano. Este artigo pretende, portanto, relacionar as formas de exclusão, tanto social quanto urbana, pela qual passaram as mulheres negras que trabalharam na prostituição em São Paulo, suas relações com a cidade e mecanismos de exclusão a que foram submetidas, bem como recuperar as políticas públicas que contribuíram para sua segregação e apagamento das memórias dos estudos urbanos.

Palavras-chave: São Paulo; História Urbana; Prostituição.

Abstract

The beginning of the 20th century in the city of São Paulo was marked in the studies of Urban History as a period of reforms and urban plans that aimed to break with the provincial city and elevate São Paulo to the category of metropolis. As for the population, there is a strong focus on the presence of foreigners of the most diverse nationalities in the city, as well as the crystallization of the idea that most of the women who earned their living by working as a prostitute in the city were white women from Eastern Europe, the so-called poles. However, it is necessary to question the nationality and even color relations present in what has been consecrated in the studies of prostitution in São Paulo to also understand how black women also acted as prostitutes in the city and the way they were seen by the authorities and of how they were excluded from urban studies, as well as from studies of prostitution in the city. Through the history of these women and the way they related to space, we realized that the erasure of their histories and lives was even greater, which placed them in an ahistorical category. It is also clear how the most diverse urban agents, with moralizing expectations, tried to distance them from urban living. This article, therefore, intends to relate the forms of exclusion, both social and urban, through which black women who worked in prostitution in São Paulo went through, their relations with the city and the mechanisms of exclusion to which they were subjected, as well as recover the policies that contributed to their segregation and erasure of memories of urban studies.

Keywords: São Paulo. Urban Studies. Prostitution.



PRECIOSAS ESTRANGEIRAS, MERAS BRASILEIRAS: PROSTITUTAS, ORIGENS E SUA PRESENÇA NA SÃO PAULO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

No início do século XX, a polícia afirmava que a prostituição em São Paulo era majoritariamente estrangeira (FONSECA, 1982, p.133). A fama e o apreço pelas estrangeiras eram tão importantes que até mesmo algumas das nascidas no Brasil recontaram suas histórias, criando para si uma nova versão estrangeira para atrair mais admiradores e clientes, como foi o caso da célebre meretriz Nenê Romano, que em todas as notícias e até mesmo em documentos oficiais afirmava ser italiana, mas, no entanto, sua certidão de batismo revela seu nascimento em São Paulo¹.

Cidade das Polacas

Devido às diversas políticas imigratórias uma série de estrangeiros vieram viver na cidade, passando a fazer parte do cenário urbano de São Paulo, e foi na prostituição que muitas mulheres encontraram caminhos para seus sustentos.

São Paulo, pela proximidade com o Rio de Janeiro, e principalmente pelos surtos de progresso e riqueza que o envolvia não podia deixar de atrair a atenção dos exploradores de mulheres. Daí o número enorme de mundanas estrangeiras, das mais variadas nacionalidades, que deram uma feição toda especial à prostituição da Paulicéia. (FONSECA, 1982, p.133)

São inúmeros os debates sobre a presença de estrangeiras na prostituição na cidade de São Paulo, onde o grupo de maior destaque, e também o mais estudado pela historiografia, é o das chamadas *polacas*². Mas o que isso significa? Se pensarmos nas redes de sociabilidade, a maior parte das relações estabelecidas se dá com as mulheres judias, cuja interação não está relacionada com os traços de nacionalidade, mas sim com laços culturais estabelecidos pela religião.

¹ Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, Igreja Nossa Senhora da Assunção, Batismos, 8 de janeiro de 1899. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-KJ96-6T?i=129&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6DGF-DPPL>. Acesso em: 25.mai.2022.

² É importante ressaltar que a imigração dessas mulheres se deu, em sua grande maioria, de forma criminosa, sendo mulheres traficadas por uma organização de nome Zwi Migdal, que atuava no Brasil desde 1887 e que foi o responsável pelo tráfico de mulheres judias do Leste Europeu no país, em grande parte órfãs e viúvas, para a exploração de seus corpos na prostituição. Para mais informações, os trabalhos de Beatriz Kushnir, Luciana Schettini, Margareth Rago, Paula Janovitch e Máira Rosin podem trazer alguns esclarecimentos.



Anne-Marie Thiesse, ao tratar as questões referentes às identidades nacionais, aponta que:

A organização espacial e hierárquica das representações é perturbada por um duplo movimento que institui a unidade lá onde dominava disparate, e que traça fronteiras em que espaços contínuos ou de imbricação identitária. A formação das identidades nacionais, além disso, não consiste unicamente na elaboração de novas referências coletivas: ela está acompanhada de um gigantesco trabalho pedagógico para que em parcelas cada vez maiores da população as conheçam e nelas se reconheçam. (THIESSE, 2001/2002, p.8)

No caso das polacas, os traços de sociabilidade estavam vinculados aos costumes e ritos judaicos e se sobrepunham à própria nacionalidade daquelas mulheres, uma vez que buscavam seus traços em comum através de outras questões que estavam para além dos países de onde tinham vindo. Como aponta Beatriz Kushnir:

[...] uma sociedade que nasceu, em 1924, da necessidade de sociabilidade e de um ato de solidariedade entre homens e mulheres judeus que exerciam a prostituição no baixo meretrício paulistano. (KUSHNIR, 1996, p.169)

Kushnir ainda lembra que a data corresponde também às mudanças na institucionalização da Polícia de Costumes (1996, p.170), importante braço da polícia no combate à prostituição e também responsável pelo controle da moralidade na São Paulo em franca expansão no início do século XX. A Polícia de Costumes se manteve de forma independente até 1935, quando foi vinculada ao Gabinete de Investigações e passou a agir em parceria com o Departamento de Cultura na fiscalização dos espaços relacionados aos chamados “divertimentos públicos”, controlando de forma ostensiva os espaços de prostituição na cidade.

Como já pontuado, o número de mulheres estrangeiras exercendo tais atividades era bastante significativo à época, chamando a atenção das mais diversas autoridades tanto do aparato policial quanto por parte de agentes da municipalidade, como do Departamento de Cultura, chefiado por Mário de Andrade entre os anos de 1936 e 1938. O Departamento de Cultura promoveu uma investigação e o mapeamento dos espaços de prostituição na cidade, resultando em um amplo relatório seguido de um mapa que identificava os espaços de prostituição por toda a cidade³, como podemos ver abaixo:

³ Relatório sobre os Divertimentos Públicos (1938). Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Série Divertimentos Públicos, caixa 27.



Figura 1. Mapa das casas de tolerância, cabarets e dancings em São Paulo (1938). Fonte: Relatório sobre os Divertimentos Públicos. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Série Divertimentos Públicos, caixa 27.



O mapa foi publicado em 13 de junho de 1938 e foi assinado por Sérgio Milliet, substituto de Mário de Andrade na direção do Departamento de Cultura⁴, mas dada sua complexidade e redação e os traços de pesquisas de caráter etnográfico contidos no texto, é provável que tenha sido preparado na gestão de Mário de Andrade enquanto diretor do Departamento. De acordo com Rosin:

O documento então vai além, marcando enfaticamente sua posição e determinando como o tema deve ser enfrentado na cidade: “considerada a prostituição como um mal patológico social, deve ser extirpada e não conservada como se fosse um caso normal da sociedade.” (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p: 3), indicando que essas mulheres deveriam ser afastadas dos territórios considerados “honestos”, banidas para além da convivência da cidade saneada e aformoseada pelos melhoramentos urbanos modernistas.

⁴ Mário de Andrade foi exonerado da direção do Departamento de Cultura em 13 de maio de 1938 como primeiro ato de Prestes Maia enquanto prefeito. Ele permaneceu no Departamento na Seção de Bibliotecas até pedir exoneração do cargo pouco tempo depois.



(devido à) impossibilidade de se localizarem todas as prostitutas, pois segundo se presume, (o) **número das prostitutas clandestinas é muito maior do que aquele apresentado pelas registradas [...]** (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p:5. Grifo da autora.). (ROSIN, 2021, p.125)

Segundo estatísticas publicadas pelo delegado de polícia Guido Fonseca (1982), o número de prostitutas registradas em São Paulo de acordo com suas nacionalidades se dá da seguinte forma: Em 1915, estavam registradas na cidade de São Paulo 269 prostitutas, sendo 181 delas brasileiras, 33 russas e as demais de diversas nacionalidades, em sua maioria europeias. Enquanto à cor, 177 eram brancas, 55 pretas e 37 pardas (p.140).

Já no ano de 1922, o Gabinete de Investigações e Capturas contabilizou 3.529 meretrizes, entre elas: 1.936 brasileiras, 468 russas, 255 francesas, 245 italianas, 155 portuguesas, 143 espanholas, 75 alemãs, 60 austríacas e as demais das mais diversas nacionalidades (FONSECA, 1982, p.141). Para essas mulheres não há nenhuma informação sobre cor.

Percebemos aqui que o número das brasileiras excede as estrangeiras com o passar do tempo. É impossível dizer se isso se deve à redução do tráfico de mulheres brancas para o trabalho na prostituição na cidade ou a razões internas. Neste sentido, Margareth Rago nos permite compreender que talvez o grupo de não "polacas" fosse ainda maior, pois:

Sabemos que essas estatísticas são bastante limitadas, visto que excluíam as prostitutas de luxo, as que viviam clandestinamente e as que exerciam esporadicamente a profissão. Aliás até contradizem a visão mais corrente segundo a qual as francesas e polacas compunham a grande maioria das meretrizes. É claro que, como lembra Paulo Duarte e Mme O., muitas brasileiras faziam se passar pelas nacionalidades mais requisitadas do mercado do prazer adotando apelidos como Ivonne, Lulu, Lili, Jeannette, Rosita, Reneé, tingindo os cabelos ou falando com o sotaque. Dificilmente portanto poderemos precisar se os mitos tinham uma base real legítima ou não. (RAGO, 2008, p. 331-332)

O trecho acima também traz à luz a compreensão do porquê mulheres como Nenê Romano forjavam histórias acerca de sua origem. Não podemos esquecer que a política de embranquecimento fazia parte da agenda do governo, gerando inclusive o mito de São Paulo enquanto uma cidade branca, e tal política também estava aplicada ao meretrício.



É importante destacar que, de acordo com o Código Penal de 1890, vigente à época aqui abordada, a prostituição não está enquadrada como crime, sendo apenas crimes relacionados a prática do lenocínio, ou seja, da exploração de pessoas por parte de outras (cafetões e cafetinas, por exemplo) e a manutenção de espaços onde a prostituição seja exercida e operada também por estes sujeitos. O combate à prostituição se dá, majoritariamente, pelas ações moralizadoras exercidas por uma série de agentes públicos sobre a cidade de São Paulo e a estas mulheres, muitas vezes vistas como indesejáveis.

Embora isso traga alguma clareza sobre a relação real dessas mulheres e seus pertencimentos à cidade, é importante destacar a forma como tal questão sempre foi tratada e aqui dois pontos merecem ser analisados: o que significa ser brasileira no início do século XX e quem são essas mulheres – em maioria pretas e pobres – que foram apagadas pelos próprios estudos da prostituição e não tiveram direito à memória. Se pensarmos em paralelo com os Estados Unidos no mesmo período, notamos que o caso se repete, como afirma a pesquisadora Saidiya Hartman:

Elas não têm sido creditadas com nada: permanecem como mulheres excedentes sem nenhum significado, meninas consideradas **impróprias para a história** e destinadas a ser figuras menores. (HARTMAN, 2022, p.13. Grifo da autora.)

Brasileiras

A cidade de São Paulo experimentou um imenso crescimento populacional num período de cem anos, tendo sua população crescido de meio milhão para mais de 8 milhões de pessoas entre 1850 e 1950 (LUNA e KLEIN, 2019, p.393). As políticas imigratórias foram responsáveis por parte deste crescimento populacional, tendo em conjunto importantes ondas de migrações internas de todo o país para a cidade. Ainda de acordo com Luna e Klein, em 1900 os imigrantes compunham 23% da população Paulista, tendo o estado de São Paulo a maior população de nascidos no exterior no país (p.403).

Nos anos que se seguiram, esses estrangeiros formaram famílias e criaram seus filhos na cidade. No entanto, a construção da nacionalidade no período, sobretudo quando tratamos da cidade de São Paulo e do contingente de imigrantes que nela se estabeleceram temos uma questão importante a ser debatida que passa por lugares



como o pertencimento nacional e culturas e as relações de reconhecimento enquanto cidadão, como aponta Maria Stella Bresciani (2010).

José Luiz Fiorin também nos mostra que a identidade nacional é uma criação moderna, bem como uma relação de pertencimento (2009, p.116). No caso do Brasil, Fiorin aponta que, para se estabelecer uma identidade nacional no Brasil:

O primeiro trabalho era estabelecer um patrimônio comum às diversas regiões de um país: quais seriam, por exemplo, os ancestrais comuns de fluminenses, pernambucanos, baianos, paulistas e gaúchos? Para criar, de fato, um mundo de nações não bastava fazer o inventário de sua herança; nem sempre ela existia, era preciso, pois, antes de tudo, inventá-la (THIESSE, 1999, p. 13). (FIORIN, 2009, p.116)

Neste ponto, e reconhecendo o país por seu passado escravista e de relações patriarcais, as mulheres negras têm um ponto de destaque nessa relação de pertencimento. Apesar de nascidas no país e oficialmente brasileiras, descendem de negros forros, ex-escravizados, e estão marcadas pelas tratativas do não pertencimento, além de outros traços como racismo e outros fatores associados, ainda mais se pensarmos que a abolição se deu pouco antes do período aqui abordado, em 1888, e os corpos dessas mulheres seguiram marcados por esse estigma, não sendo acaso que a maior parte delas ainda tivesse por ocupação serviços relacionados aos afazeres domésticos, tal como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, entre outras atividades.

Para muitas dessas mulheres, entre as poucas oportunidades de trabalho que surgiam estava o trabalho doméstico, alguns com resquícios de escravidão, ou, em tempos mais amargos, a prostituição. Às vezes, ambos se sobrepunham em busca de um complemento de renda e expectativa de uma vida mais confortável. Foram muitos os trabalhos que se debruçaram sobre estas mulheres trabalhadoras no âmbito doméstico, mas aqui o que se observa é a presença de um número significativo de mulheres que ganhavam seu sustento ou complementavam suas rendas através da prostituição.

A presença de mulheres pretas e pardas nessa atividade – consagrada pelo imaginário estabelecido sobre as polacas – é pouco trabalhada tanto pelos estudos históricos quanto pelos urbanos que se debruçaram sobre a prostituição. É interessante notar que:



Sua relação com a cidade perpassa seu local de trabalho e chega até mesmo a seus espaços de moradia, em diversos casos insalubres e cuja ocupação não era autorizada pelo poder público e tampouco fiscalizada. (ROSIN, 2021, p.160)

No Brasil, destaca-se ainda a relação entre os corpos das mulheres negras e um sistema de dominação machista e patriarcal que passa para além da abolição da escravidão no país, mantendo algumas dessas relações quanto aos corpos das mulheres negras mesmo com o avançar do século XX. Isso se estabelece de forma extremamente preconceituosa e violenta na vida de tais mulheres e, como nos mostra Lorena Féres da Silva Telles:

Há silêncios na história de ontem e de hoje; sobre o papel das relações de gênero e raça no passado escravista – entre imagem de mucamas e a suposta permissividade sexual – nas primeiras décadas da abolição com a estigmatização e a erotização do corpo da mulher negra. (PAIXAO E GOMES apud SILVA TELLES, 2013, p.171).

O que se nota é que, para além da vida na noite e na prostituição, essas mulheres também estão socialmente excluídas dos arranjos urbanos, ocupando espaços insalubres e vendo suas vidas se desenrolarem nos porões e se escondendo nos pequenos bordeis da região da Rua Aurora.

As fontes relacionadas às ocorrências policiais – embora pouco exploradas nos estudos urbanos – permitem investigar a história do urbanismo na São Paulo dos anos 1900 pela lógica da desordem, do caos e daquilo que não se mostra nos relatos mais bonitos sobre a metrópole em franco crescimento. Figuras que desapareciam na noite e se esgueiravam em bordeis e espaços clandestinos de prostituição para além dos belos endereços ocupados pelo Alto Meretrício e por mulheres brancas em sua maioria. Ou seja, trata-se de um mundo escondido pelas ruas de uma metrópole que se fazia parecer ordenada, ruas que nos anos 1940 seriam alvo de desapropriações e demolições para apagar também os espaços que não deveriam ser lembrados.

Ficariam para trás os escuros porões, os cabarés baratos, os quartos de proporções diminutas onde a vida íntima e o descanso volta e meia cediam lugar ao trabalho como prostituta. É este o caso de Paula dos Santos⁵, uma mulher de 19 anos, parda, cujo processo em que seu nome aparece como vítima a descreve como brasileira, que na

⁵ A Justiça contra Affonso Berges, 1929. Processo número TJ1-10011274921-7 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo



madrugada de 22 de dezembro de 1928, ao voltar do bordel de onde trabalhava, na Rua Aurora, encontrou-se com Affonso Berges, um ilustrador italiano que propôs que dormissem juntos. Paula consentiu e levou Berges para o quarto que dividia com uma amiga também meretriz no porão de um imóvel na rua Marquês de Itu, no centro de São Paulo.

No decorrer do processo sabemos que são diversas as pessoas, todas descritas pela polícia no boletim de ocorrência como pretas e pardas, que viviam no mesmo porão. O caso de Paula chegou à delegacia após ela e sua colega de quarto terem sido roubadas por Berges, que subtraiu do pequeno quarto que dividiam no porão uma quantia em dinheiro e um vestido de seda, que ele vendeu a uma cafetina portuguesa, fato que ajudou a polícia a capturar Berges.

Um fator importante neste relato é que, embora o processo traga a informação de que ambas trabalham em um bordel na Rua Aurora, a profissão que alegam em depoimento é a de Empregada Doméstica. Não é possível afirmar se essas mulheres exerciam as duas profissões ao mesmo tempo ou se, para evitarem serem detidas ou mesmo discriminadas pelas autoridades policiais, uma vez que eram as vítimas, preferiram dar como profissão uma atividade menos visada.

Também é interessante perceber que, no desfecho do processo, além de conseguirem alguns de seus bens de volta, como o vestido que foi devolvido pela cafetina, bem como parte do dinheiro roubado que ainda estava em posse de Berges, houve a condenação do acusado mesmo com as vítimas sendo tomadas pela polícia como mulheres “não honestas”. Incomum nos casos que envolvem meretrizes, Berges foi condenado a 5 anos de prisão, tendo o juiz considerado que o comportamento desviante era o dele e não o das mulheres, as quais ele tentou desqualificar em diversos depoimentos por serem “meras prostitutas” e das quais “não se podia acreditar na palavra”.



A exclusão dessas mulheres do espaço urbano se dá também pela forma como vivem, em um espaço que contrariava o Código Sanitário de 1911⁶, e, como aponta Carlos Lemos:

Está claro que as alturas a partir de um metro tornavam aquelas dependências "utilizáveis" e quando chegavam a dois metros, ou mais, convertiam se em "habitáveis" e certamente esses pés direitos contrariavam a lei – seu uso era clandestino. Pragmaticamente, o Código (Sanitário) de 1911 aceitou porões com pés direitos a partir de 2,5 m, contanto que não fossem usados para comércio, oficinas ou dormitórios. (LEMOS, 1999, p.77)

Essas jovens, cujas vidas se desdobraram em becos, bordeis, cortiços e pequenos porões insalubres, mas que mereciam suas vidas contadas de algum modo, fizeram parte da cidade e da forma como esta se constituiu enquanto espaço. Viveram na invisibilidade que lhes foi imposta, tendo forma apenas nas páginas policiais e nas linhas de quem se destinou a escrever uma história a contrapelo, buscando minimamente reparar apagamentos. Mulheres impregnadas de “narrativas moralistas sobre promiscuidade sexual, tutela imprópria e os perigos do bar da pensão e do salão de dança” (HARTMAN, 2022).

Outro fator importante a ser observado é que:

É importante observar como, analisando a história da prostituição no início do século XX, essa também é uma história de luta nos mais diversos âmbitos pela garantia de direitos essenciais como os de circular, morar e trabalhar na cidade (SCHETTINI, 2006, p.87), garantias essas que eram ainda mais vedadas às mulheres negras na prostituição, já que a "vida" era, em geral, um caminho sem volta. (ROSIN, 2021, p.165)

A estas mulheres também estão ligados diversos clichês sociais que reconhecem suas vidas e passagens por “espaços de danação”, como bordeis e botequins, que jamais seriam frequentados por mulheres ditas “honestas” e que passam tais corpos e os isolam do espaço urbano, fazendo-os parecerem não pertencentes ainda que ocupem diversos espaços pela cidade e que também sejam procurados por muitos daqueles que buscam combater suas presenças na cidade.

Embora o caso abordado aqui seja relativo à cidade de São Paulo, o mesmo tipo de situação pode ser observado no Rio de Janeiro, então Capital Federal, como nos

⁶ O processo não traz informações sobre as dimensões do cômodo, apenas que se trata de um espaço de proporções diminutas onde as duas mulheres viviam. Os depoimentos das testemunhas também foram tomados e são majoritariamente de outras mulheres negras que habitavam outros quatinhos no mesmo porão e que, na maioria, também declararam serem empregadas domésticas.



mostra Cristiana Schettini através das anotações do delegado Luís Bartolomeu de Sousa e Silva, que considerou que:

A ênfase da nacionalidade o levava a acreditar na superação das consequências negativas da escravidão, e a ressaltar o recato a moralidade natural da mulher brasileira. [...] a prostituição seria tratada por muitos brasileiros com um problema estrangeiro – que as histórias de tráfico de brancas pareciam confirmar. As reflexões deste autor precedem o silêncio sobre as prostitutas negras que predominaria nos anos que se seguiram abolição da escravidão, bem como qual sobre qualquer relação de exploração de prostitutas que não se encaixasse no estereótipo cáften/escrava branca. (SCHETTINI, 2006, p.33)

Schettini ainda coloca que as estatísticas consultadas até a década de 1920 no Rio de Janeiro, mesmo considerando limites lacunas, tendem a exagerar no número da presença estrangeira em comparação às nacionais (p.34). Ela ainda continua:

O exagero junto, com a inclusão das mulheres negras no registro das “brasileiras recatadas”, era parte de uma tendência a inverter o sentido negativo dos determinismos científicos e das teorias degenerativas para viabilizar o futuro para a nação brasileira. A afirmação do recato das mulatas e negras brasileiras deslocava o sentido das teorias degenerativas em moda na época: a nacionalidade, pensada através de um certo conteúdo de gênero naturalizado, redimia a cor das prostitutas nacionais. A escravidão era um mal do passado, já superado; as prostitutas estrangeiras eram o mal do presente. (SCHETTINI, 2006, p.34)

Isto posto, percebemos também que a exclusão dessas mulheres da História parte de uma tentativa de apagamento de suas identidades e de seus pertencimentos à cidade e às memórias que carregam. As mulheres, e não somente essas, somem na história em uma tentativa de sanear espaços e relatos, para que o aformoseamento das reformas urbanas pelas quais passaram muitas das cidades brasileiras incluía também eliminar traços e identidades dos locais de pertencimento de tais mulheres.

Plano de Avenidas: novos espaços de segregação das mulheres

O mapa produzido pelo Departamento de Cultura não serviu somente para controle do Departamento, mas o relatório foi base para uma série de intervenções urbanas e desapropriações promovidos por Prestes Maia quando este assumiu a prefeitura de São Paulo e deu início às obras do Perímetro de irradiação do Plano de Avenidas. Diversos espaços de prostituição nas ruas Aurora, Vitória, Timbiras e na Avenida Ipiranga foram desapropriados pela prefeitura e muitos deles foram demolidos para que o plano urbanístico que traria a cidade para a modernidade fosse estabelecido.



Esta tensão entre ocultar e revelar, permeia a vida feminina em São Paulo com uma frequência maior do que a historiografia permite ver. Sabrina Studart Fontenele Costa, Juliana Tegoshi Azevedo, Julia Cardoso e Patrícia Costa mostraram que:

O Plano de Avenidas induz a uma nova cidade e, à medida que as obras ocorrem com grandes edifícios construídos e o estabelecimento de um eixo moderno, a cidade combatida é ocultada. As operações são realizadas pedaço a pedaço, de modo que a paisagem urbana é de uma cidade esfacelada, composta por uma muralha de altos edifícios modernos que escondem todo resíduo urbano, as antigas e baixas edificações, assim como os usos e públicos indesejados (FONTENELE- COSTA; AZEVEDO; CARDOSO; COSTA, 2021, on-line: <https://pauliceia-esfacelada.com/percurso04/>)

Nota-se que a escolha desses espaços para a passagem das obras não estava vinculada a nenhuma melhoria quanto à circulação, já que tais ruas não tinham grande diferencial no espaço, mas a escolha estava diretamente ligada a um caráter moralizador, como observa Costa:

É possível constatar que a escolha por abrir ou alargar novas vias na região central ocorreu justamente onde se localizava o maior número de estabelecimentos de prostituição. A justificativa técnica baseava-se no discurso da necessidade dessas ruas para conduzir do centro à periferia e permitir conexões. Assim, as antigas ruas Ipiranga, Santa Ephigenia, Visconde do Rio Branco, General Couto de Magalhães, Formosa, Epitácio Pessoa, de São Francisco, Asdrúbal Nascimento, que abrigavam estabelecimentos de prostituição foram alargadas/modificadas/demolidas para dar lugar a novas vias do plano. (FONTENELE-COSTA; AZEVEDO; CARDOSO; COSTA, 2021, on-line: <https://pauliceia-esfacelada.com/percurso04/>)

Costa ainda observa que:

Dentre as novas vias executadas, parte delas não foi mencionada no Plano de Avenidas, sua abertura não era motivada pela melhoria da circulação, não havia um estudo prévio que determinasse sua necessidade. Desta maneira, evidencia-se que essas novas vias foram motivadas por interesses externos àqueles contidos no Plano e a partir do entrecruzamento das remoções causadas com esta escolha, reafirmando assim mais uma vez os ideais higienistas e segregatórios capazes de intervir rigorosamente numa remodelação da estrutura urbana que deveria se adequar a esses preceitos atendendo então ao interesse presente no ato da remoção dos estabelecimentos voltados à prostituição. (FONTENELE-COSTA; AZEVEDO; CARDOSO; COSTA, 2021, on-line: <https://pauliceia-esfacelada.com/percurso04/>)

Portanto, o Plano de Avenidas não só ignorou a presença das mulheres na cidade como, para muitas delas, foi também hostil e segregador, obrigando-as a formarem estratégias de existência e de subsistência e, no caso das prostitutas, sendo ainda confinadas e controladas pelo poder estabelecido.



Entender a existência e a resistência das mulheres na cidade e mesmo nos discursos da história urbana é buscar alternativas às pesquisas tradicionais, que colocam os projetos urbanos em destaque, ignorando as mais diversas existências atreladas a eles. A história da mulher na cidade pode ser entendida através da lógica da desordem, daquilo que permanece mesmo com as conseqüentes tentativas de apagamento que sofreram. No caso das mulheres negras e brasileiras na prostituição, ainda há um apagamento social, racial e nacional, já que as estrangeiras foram marcadas como um corpo único exercendo a atividade na cidade.

A partir de 1940, as prostitutas do Baixo Meretrício⁷ foram confinadas entre as ruas Itaboca e Aimorés, no bairro do Bom Retiro, em uma região que ficava atrás dos muros do trilho do trem. Ali eram submetidas a exames constantes para doenças venéreas e controladas por médicos e por agentes do poder público.

Embora tenha-se consagrado a presença das *polacas* na zona do Bom Retiro, e de fato eram maioria, outras mulheres das mais diversas nacionalidades também estavam estabelecidas ali, onde exerciam o meretrício. A geógrafa canadense Leslie Kern aponta que “enquanto algumas mulheres precisavam ser protegidas da desordem conturbada da cidade, outras mulheres precisavam de controle, reeducação e talvez até de banimento” (KERN, 2020, p.15). O banimento foi justamente o caso dessas mulheres diante da cidade, como uma tentativa de tirá-las não só de circulação, mas de suas relações de pertencimento com a própria cidade. Como coloca Hartman, espaços como esse configuram “um mundo escondido atrás da fachada da metrópole ordenada” (HARTMAN, 2022, p.24).

A Zona do meretrício do bairro do Bom Retiro foi desarticulada em 1953, tendo as prostitutas voltado a exercer suas atividades na região do *Bas-Fond*, compreendido pelas ruas Aurora, Vitória e Timbiras, que posteriormente ficaria conhecida como “Boca do Lixo”. Em uma nova tentativa de apagamento, em 1958 a Rua Itaboca teve seu nome alterado para Rua Cesare Lombroso, em uma tentativa da Câmara dos Vereadores de ocultar a memória do local. A escolha não é só um apagamento, mas

⁷ Os cabarés do Alto Meretrício permaneceram em funcionamento no centro da cidade, em especial nas ruas Xavier de Toledo e Conselheiro Crispiniano, em imóveis de propriedade de nomes importantes da política e das relações urbanas da cidade, como José Paulino, e também frequentados por estes mesmos homens sem que tais estabelecimentos sofressem qualquer tipo de perseguição.



também uma escolha marcada pela violência, uma vez que Lombroso foi um dos propagadores de teorias racistas e higienistas, além de autor de obras como *A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal*.

A memória da Zona e das mulheres que ali habitavam também aparecem na obra da escritora Carolina Maria de Jesus, que em seu diário escreveu:

9 de junho de 1958.

...Quando existia a saudosa Rua Itaboca, eu digo saudosa porque vejo tantos homens lamentando a extinção da zona do meretrício. Quando eu ia lá e via as mulheres mais nojentas e perguntava:

—Onde vocês foram criadas?

—No Abrigo de Menores.

—Vocês sabem ler?

—Não! Porque? Você é padre?

Eu parava a interrogação. Elas não sabiam ler, nem cuidar de uma casa. A única coisa que elas conhecem minuciosamente e pode lecionar e dar diplomas é pornografia.

Pobres órfãs do Juiz! (JESUS, 1992, p.74)⁸

A escritora relembra da zona em sua obra mais conhecida, *Quarto de Despejo*, e escreve no mesmo ano que a Câmara votou pela mudança do nome da rua. Essa memória, no entanto, não sobreviveu ao tempo, o que fez com que as mulheres que ali viveram, suas identidades, histórias e até mesmo relações com a cidade não tenham restado, mais uma vez criando a impressão de uma cidade saneada, onde os planos urbanísticos atingiram seus objetivos. A criação no abrigo de menores, citada pela escritora, também remete ao fato de que ali, apesar dos inúmeros relatos da presença de apenas estrangeiras, também estavam muitas meninas e mulheres brasileiras exercendo o meretrício.

Mulheres, identidades e memórias

A vida urbana vai além dos discursos. Ela se coloca por diversos espaços, marcados e demarcados de forma oficial ou alegórica. A vida das mulheres prostitutas na São Paulo do início do século XX passa por esses lugares e pelas relações de

⁸ A grafia foi mantida tal qual a da referência utilizada.



pertencimento que cada uma dessas mulheres tem com relação ao que são e a como se entendem em seus lugares não só na cidade, mas em si mesmas.

Nacionalidade é identidade, mas, para isso, é preciso mais. Os traços de união não se dão apenas pelos locais de nascimento. Eles se localizam a partir de histórias em comum, de traços culturais e demais redes de sociabilidade que, muitas vezes, não estão claras diante das compreensões sobre o Nacional. Eles servem para unir e para sobreviver em espaços hostis mesmo quando o poder dos planos e a lógica das cidades tenta se estabelecer sobre corpos resistentes e resilientes que insistem em trazer histórias e vivências à tona, mesmo que as narrativas sobre as cidades tenham buscado, a todo custo, apagá-los da memória urbana.



Referências:

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **BAKHTINIANA**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1o sem. 2009.

FONSECA, Guido. **História da Prostituição em São Paulo**. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1982.

FONTENELE-COSTA; AZEVEDO; CARDOSO; COSTA. O recorte de gênero na dinâmica da urbe: Prestes Maia e o Plano de Avenidas (1930-1945). In: **Pauliceia Esfacelada: demolições e reconfigurações da capital pelo Plano de Avenidas**. Percurso 4. Disponível em: <https://pauliceia-esfacelada.com/percurso04/>. Acesso em: 16 mai. 2022.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais**. São Paulo: Fósforo, 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KERN, Leslie. **Cidade Feminista**. São Paulo: Oficina Raquel, 2019.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LEMOS, Carlos A. C. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LUNA, Francisco e KLEIN, Herbert. **História econômica e social do estado de São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2019.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930**. São Paulo: Paz & Terra, 2008.

ROSIN, Maíra Cunha. **Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor: Os marginais dos melhoramentos e do embelezamento urbano (1905-1938)**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2021.

ROSIN, Maíra Cunha. As sujidades implexas do urbanismo: o relatório sobre os Divertimentos Públicos e as interferências do Departamento de Cultura no espaço urbano na cidade de São Paulo. **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2021. DOI: 10.51924/revthesis.2021.v6.240. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/240>. Acesso em: 18 jun. 2022.



SCHETTINI, Cristiana. **Que tenhas teu corpo**: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SILVA TELLES, Lorena Féres da. **Libertas entre sobrados**: Mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n.15, p.7-23, 2001/2002.



S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



urbanismos e
nacionalismos

12 A 15 DE OUTUBRO DE 2022

HOMENS CARANGUEJO, MANGUE E CIDADE

CRABS MAN, MANGROOVE AND CITY

AZEVEDO TELES DE PAIVA, Maria Eduarda

Mestranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade da Bahia

duda.atp@hotmail.com



Resumo em português

O presente trabalho especula a forma como as cidades são pensadas e construídas, pautado em acontecimentos marcantes para a construção histórica de um território em disputa. O recorte para essa análise parte da cidade do Recife, mais especificamente da relação particular entre mangue e cidade que se dá nesse território, tomando como entrada no tema a análise da “sociedade do mangue” de Josué de Castro nos anos 50, e no que sucedeu a mesma, o “movimento mangue”, que teve seu início nos anos 90, idealizado por Fred Zero Quatro e Chico Science, assim como, suas reverberações contemporâneas em projetos, intervenções, ações, produções artísticas e outros. A hipótese é que essas manifestações são relevantes como produtoras de territórios, fortalecendo narrativas que contrastam e desestabilizam o comum, a níveis materiais, subjetivos, biológicos e sociais. Busca-se dar densidade histórica a essa questão fazendo um atravessamento dessas manifestações com a questão de natureza e cidade, através da imagem do “homem caranguejo” e do “mangueboy/girl”, figuras importantes na criação de um senso identitário da cidade do Recife. A fim de trazer complexidade à reflexão da prática urbana em si, o estudo também fomenta um debate atento às disputas, às contradições e aos regimes de interação de corpos - visíveis ou não, animados ou não -, que se dão no território urbano, pautados no contraste, e não na oposição.

Palavras-chave: Mangue. Cidade. Caranguejo. Natureza. Cultura

Abstract

The present work explore the way cities are thought and built, based on remarkable events for the historical construction of the territory. The clipping for this analysis starts from the city of Recife, more specifically from the particular relationship between mangroves and the city that takes place in this territory, taking as an entry point the analysis of the “mangrove society” of Josué de Castro in the 50s, and in the cultural manifestations that happend afterwards, the “mangrove movement”, which began in the 90s, thought by Fred Zero Quatro and Chico Science, as well as its contemporary reverberations in urban projects, urban interventions, artistic productions and others. The hypothesis is that these manifestations are relevant as producers of territories, strengthening narratives that contrast and destabilize the common, at material, subjective, biological and social levels. We also seek to give historical density to this issue by crossing these manifestations with the issue of nature and cities through the image of the “crab man” and the “mangueboy/girl”, which are important figures in the creation of a sense of identity for the city of Recife. In order to bring complexity to the reflection of urban practice itself, the study also encourages a debate attentive to disputes, contradictions and the regimes of interaction of bodies - visible or not, animated or not - that take place in the urban territory, based on in contrast, not in opposition.

Keywords: Mangroove. Crab. Nature. City. Culture



HOMENS CARANGUEJO, MANGUE E CIDADE

Pequena introdução a leitura: a princípio, pretendo apenas fazer uma invocação dos acontecimentos que permeavam a época, afim de situar o leitor de onde falamos. O trabalho em si intenta em fomentar um debate atento aos contrastes e disputas que se dão no campo urbano da cidade do Recife, mais especificamente, na relação muito particular do mangue, com os rios – Capibaribe e Beberibe, com a cidade, e com o homem presentes tanto na “sociedade do mangue” de Josué de Castro, como no que o sucedeu, o “movimento mangue”, que teve seu ponta pé com Chico Science, Fred Zero Quatro, Nação Zumbi entre outros artistas que tensionavam as fronteiras de natureza e cultura. Tanto quanto, a atualização de como essa questão se reverbera atualmente em projetos urbanos, intervenções, ações, histórias, pessoas, livros, sonhos e outros indicadores tanto na construção do território material e subjetivo de cidade. Alimentar essa discussão no campo urbano, não deixa de ser uma questão nacional, afim de complexificar como essas questões estão sendo tratadas, considerando uma densidade histórica, que contribua para uma outra episteme de cidade – em específico, Recife – que considere a multiplicidade de atores intrincados – visíveis ou não, animados ou não. O desejo é que esse trabalho seja pneumatóforo, assim como as raízes do mangue, e sair da lama em busca de outros horizontes.

Invocação, utopias e acontecimentos

"A cidade se encontra prostituída; por aqueles que a usaram em busca de saída; Ilusora de pessoas de outros lugares; A cidade e sua fama vai além dos mares; No meio da esperteza internacional; A cidade até que não está tão mal; E a situação sempre mais ou menos; Sempre uns com mais e outros com menos; A cidade não para, a cidade só cresce; O de cima sobe e o de baixo desce" (CHICO SCIENCE, 1994)

No início do século XX, Recife, continha em si uma ambição cosmopolita de uma cidade portuária monumental. Esse foi um período de grande agitação cultural e política. A cidade se anunciava aos que chegavam do alto de prédios asseados na Praça Rio branco - hoje chamada de Praça do Marco Zero -, localizada no estuário formado pelo Rio Capibaribe e Beberibe. A praça era protegida por um dique natural de formações rochosas de corais que ficavam à flor da água ou submersa no mar, os arrecifes, também dão origem ao nome da cidade, revelando a força da construção de um imaginário de cidade que se vê potência em suas águas. Entretanto, no espetáculo da praça Rio Branco é visível o peso de uma estética eurocêntrica - evolutiva e historicista da história -, monumental, com cinco, grandes e largas que se abrem em leque, limpas, retas... Um viajante desavisado pode se maravilhar ao ouvir as palavras que vem do alto desses prédios, que descrevem Recife como uma cidade



*“tecida na claridade (...) lendária e heróica cidade, plantada à beira-mar”*¹. Nomes, símbolos e gestos que articulam disputas entre uma cidade que se constrói a partir de um discurso cheio de camadas, sobreposições, e nunca único, se fazendo ao mesmo tempo herói e maquinaria da modernidade (CERTEAU, 1994 [1980]).

Nesse ínterim, Recife vai recebendo seus nomes: “Veneza Pernambucana”, “Paris do Nordeste” ... Albert Camus, quando vai ao Recife em 1949, se maravilha com a cidade, e a chama de “Florença dos trópicos” (CAMUS, 2017 [1949]). Margareth Pereira, em “Corpos Escritos” (2000), nos chama a atenção para a historicidade que reside na construção de um imaginário regional a partir da “tentativa de impor a vista de forma fixa e intemporal o caráter monumental” presente em uma perspectiva de “Novo mundo” que não é neutra, nem deslocada no tempo. Esse fascínio monumentalizado que é experimentado no ato de representar e narrar Recife a partir de uma elevação das marcas de suas águas nos ajuda a compreender que há uma noção histórica de natureza presente no discurso que se aparta do corpo do homem. Essa natureza é narrada considerando certa distância, vista de cima, transfigurando os atores em meros observadores de um espetáculo monumental que sutilmente abafa gestos, manifestações e práticas cotidianas que acontecem no corpo-a-corpo da cidade, nas brechas - tanto no campo material, como no campo subjetivo.

Esse abafamento é evidente no período entre as décadas de 1920 e 1950, quando a cidade do Recife teve um grande aumento populacional em detrimento a dois acontecimentos marcantes que forçaram o povo do interior pernambucano a emigrar para essa capital monumental. O primeiro acontecimento foi a grande seca assolava o sertão nordestino, o que fez necessário muitas pessoas emigrarem a procura de água e comida. O segundo evento foi quando a monocultura da cana-de-açúcar encurrala o pequeno latifundiário, que tendo sua safra desvalorizada pelo monopólio da indústria, e junto com a seca, vê a necessidade de emigrar para a capital. A seca nesse período foi tão grande que foi até inspiração de canção. “Asa Branca”, de Luiz Gonzaga, sanfoneiro pernambucano, narra a tristeza que foi a seca para o povo sertanejo dizendo: “que braseiro, que fornalha, nenhum pé de plantação; por falta d’água perdi meu gado, morreu de sede meu alazão”. O cenário de morte, fome e miséria no sertão fez com que muitos sertanejos precisassem abandonar suas casas e sair à procura do menor sinal de água. A capital, Recife, que traz consigo uma herança aquática já em seu nome ressoa como uma promessa nesse momento de seca, como uma miragem que promete muito pelo nome. Entretanto, nesse período Recife vai se construindo pedra sobre pedra, aterro sobre aterro dificultando a vida do sertanejo que

¹ Trecho do “Hino do Recife”, instituído pela Lei Municipal nº 108, de 10 de junho de 1924.



procura água. É uma ironia, essa população recém chegada tem muita sede, e se encontra em uma cidade que também tem muita sede. Recife vai se tecendo com uma sede de - como diz seu hino - ser “tecida na claridade, plantada a beira mar”, bebendo de uma fonte que se apoiava em referências de uma cidade monumental. As grandes luzes ofuscam a visão, e o povo emigrante, sem emprego e moradia só havia uma maneira desse povo matar sua sede de vida, que era encontrar uma brecha entre as pontes maurícias e rios, ou seja, “cair no mangue” (CASTRO, 1967).

O mangue é esse espaço limiar na cidade do Recife que do início do século XX até os anos 70 é representado na mídia sob as lentes de uma política de higienização² que nos sinaliza a tentativa de uma cristalização do imaginário do mangue como lixo, miséria e pobreza. Entretanto, é em consequência desse mesmo imaginário que é possível um deslocamento de sentido na narrativa da cidade de Recife, feito por Josué de Castro, quando ele desvia das categorias pré-definidas e torna o mangue “paraíso” dos homens. Um paraíso atópico e fora do lugar que desnaturaliza a ideia de divino de um corpo natureza distante apartado do homem. Esse gesto destrutivo fica evidente quando Josué escreve que Recife seria um paraíso “sem o cor-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos.” (CASTRO, 1965 [1933]).

Castro foi um pernambucano de muitas facetas, o que o ajudou a ter uma percepção que via através muitas coisas, ele foi: escritor, político, humanista, geógrafo, médico, sociólogo e poeta - e não menos importante, levava consigo uma nostalgia pela sua terra, no qual sofreu agudamente a falta quando precisou entrar em exílio, em 1964. Em sua obra, Castro, ao enfatizar a historicidade da relação particular do mangue com a cidade como importante indicador social, biológico amplia as possibilidades de ação e construção no território de forma subjetiva e material. Faço aqui um convite ao leitor para *entrever* uma outra Recife *através* de Josué de Castro.

Com o desejo de ampliar o repertório das narrativas de cidade que evocam mundos que desestabilizam o comum, e considerando a relevância das relações multiespecíficas no ambiente urbano, pretende-se entender como a análise da “sociedade do mangue” de Josué de Castro, e o movimento que sucedeu a mesma, o “movimento mangue”, idealizado por

² Em julho de 1939 o governador Agamenon Magalhães criou a “Liga social contra os mocambos”, com o objetivo de extinguir os mocambos — habitações miseráveis erguidas sobre palafitas em áreas alagadas de mangue — e de incentivar a construção de casas populares. Foi extinta em 1945, surgindo em seu lugar o Serviço Social contra o Mocambo. (Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-social-contra-o-mocambo> Acesso em: 24/05/2022)



Fred Zero Quatro e Chico Science, pode nos ajudar a desenvolver uma compreensão outra de produção de cidades. Suspeitar das fronteiras entre natureza e cidade através da imagem do “homem caranguejo” e do “mangueboy/girl” como figuras importantes para a construção de um forte senso identitário de cidade é um caminho para a descolonizar o pensamento e fazer tremas as estruturas congelantes. Em Castro, entende-se que natureza e cidade não são conceitos universais onde a cidade, a cultura, o homem, o caranguejo, o mangue, a lama e o rio são indicadores que, vão além de sua materialidade enfatizando os apagamentos e exclusões que fragmentam o urbano.

Recife não é só a “Veneza pernambucana” ou “Florença dos trópicos”, mas, uma cidade complexa, de muitas cores, sons, texturas e cheiros, que se misturam em um território movediço feito de “impressionantes esculturas de lama”, por rios labirínticos, e raízes flutuantes. Busca-se fomentar um debate atento a esses contrastes, as (des) continuidades e contradições que surgem da relação simbiótica entre esses indicadores. Estamos falando de levar a sério uma história dos corpos em relação com uma natureza encarnada - e não apartada do homem - na produção de sentidos do Recife, ou, como diz Fabiana Britto, desenvolver um “reconhecimento da cidade como um ambiente de existência do corpo, que tanto promove quanto está implicada nos processos interativos geradores de sentido implica reconhecê-la como fator de continuidade da própria corporalidade de seus habitantes” (BRITTO, 2008).

Sociedade do Mangue e Homens Caranguejos

O que desapareceu nele foi a capacidade de ver - tanto à noite quanto sob a luz feroz dos projetores - aquilo que não havia desaparecido completamente e, sobretudo, *aquilo que aparece apesar de tudo*, como novidade reminiscente, como novidade “inocente”, no presente desta história detestável de cujo interior ele não sabia mais, daí em diante, se desvencilhar. (DIDI-HUBERMAN, 2011, *grifo nosso*)

Josué tinha uma percepção enviesada para o Recife se deu por sua trajetória de vida marcada por muitas idas, vindas e despedidas de Recife que o fizeram nutrir um sentimento de nostalgia forte por sua história relacionada com os mangues. Em 1929 Josué de Castro se formou em medicina, no Rio de Janeiro, voltando para o Recife apenas em 1933 para lecionar na faculdade de medicina. No documentário de Silvio Tendler, “Cidadão do mundo”³ (1994), amigos de infância relatam que sempre que Josué retornava a Recife de suas viagens fazia questão de fazer um “roteiro sentimental” pelos bairros de afogados, pina, ilha

³ Documentário “Cidadão do Mundo” (1994), dirigido por Silvio Tendler. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LFzNV08KIKg> Acesso: maio/2022



do leite, santo amaro e Brasília teimosa, lugares banhados de lama, nos quais ele dizia que aprendeu mais do que na Sorbonne:

Esta é que foi a minha Sorbonne: A lama dos mangues do Recife fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo. (CASTRO, 1967, p.12)

Josué continha em si um olhar caleidoscópico que se preocupava em *entre-ver*, ou *transver*, como disse Manoel de Barros, remontando uma história de uma Recife narrada a partir de uma realidade atópica que tensionava seus territórios materiais e simbólicos. Embora habituado aos espetáculos de fantasmagorias que foram moda nas cidades no início do século XX, nunca se acomodou, e guardou consigo em local de devida importância seus vestígios. Para entender esses vestígios, vamos nos ater em entrevê-los em dois livros de autoria de Josué de Castro nos quais ele foca em um caráter fabular de Recife que são o romance “Homens e Caranguejos” (1967) e nos vários contos presentes em “Documentário do Nordeste” (1965 [1933]), assim como nos meandros que esses dois livros criaram como documentários e vídeos poemas. É importante mencionar que, apesar do abafamento que a obra de Josué de Castro sofreu no período da ditadura militar, ele foi um humanista mundialmente conhecido, principalmente depois da publicação do “Geografia da fome” (1946), atuando como embaixador brasileiro ONU, indicado quatro vezes ao prêmio Nobel da paz, também recebeu o título de “cidadão do mundo”. Seu apagamento permaneceu ainda depois de morto, seus livros não tiveram muitas reedições, dificultando o acesso. Com a consciência que esses textos são vestígios de uma história anacrônica do Recife ele vão aparecer aqui como uma montagem que co-emerge a diversos tempos, se tensionando, a fim de tornar possível a construção de novas linguagens e sentidos que nos ajudem a pensar outros caminhos cidade que se fazem presente até hoje.

Entro nesse entrever Recife por Josué a partir do conto “Assistência Social”, presente em “Documentário do Nordeste” (1965[1933]). Onde ele narra a história de um médico (ele mesmo?) que é contratado por uma fábrica que não tem interesse em remediar seus funcionários, que estavam doentes de subnutrição e falta de alimento, mas que precisavam de um parecer de um médico. O curioso é que no mesmo período da publicação da escrita do conto, Josué de Castro trabalhou como médico em uma fábrica, que se queixava que seus trabalhadores eram vagabundos e preguiçosos, nos quais Josué diagnosticou como o sintoma de um problema muito maior que vem ser tem relevante em toda sua trajetória de vida: a fome. A problemática da fome é central para entender a dimensão e complexidade da relação do mangue, do com rio com a cidade, e da construção da cidade do Recife nessa parcela. É a partir desse problema que Josué começa a promover um atravessamento entre



diferentes campos disciplinares, como natureza e cultura, e também, quando ele entende que a fome além de uma questão social é um indicador territorial (CASTRO, 1946). A miséria e a fome já estavam presentes muito antes na vida de Josué, desde sai infância, quando ainda morava no bairro da madalena teve contato com as pessoas que viviam nos mocambos do lado de sua casa, nas quais mais tarde ele vem chamar de homens caranguejos.

O casarão no bairro da Madalena tinha uma frente para o rio Capibaribe, Josué diz que se criou “nos mangues lamacentos”, onde pode se perder nos meandros das histórias que os rios do Recife lhe contavam. Em “Homens e Caranguejos” (1967), título do romance que ele escreveu durante o exílio na França, ele narra os rios a partir de uma prosopopeia, como dois aventureiros impetuosos - Capibaribe e Beberibe -, que descem juntos do sertão pernambucano. Em sua narrativa os rios andam feito gente, por uma multiplicidade de territórios, ora mais secos, ora mais verdes. Uma narrativa que se forma pela ação de enunciação do corpo dos rios que parte da mistura de qualidades subjetivas e territoriais: os dois rios “se esfrangam pelos charcos” e “se deitam pelos remansos”, formam, “nessa boemia de suas águas, as ilhas, os canais, os mangues, os pauis, onde assenta esta saborosa cidade do Recife” (CASTRO, 1967). Apesar de nunca ter conseguido voltar do exílio, esses são vestígios de uma cidade da infância de Josué, “dom de seus rios”, que ele carregou durante toda sua vida, que se inscrevem e ganham forma como corpos escritos (PEREIRA, 2000) e corpografias (JACQUES; BRITTO, 2008) que expressam os arranjos e deslocamentos de sentidos na narrativa de sua obra. A prosopopeia não é à toa. Exilado, Josué não pensa Recife objetivamente, ele desenvolve uma narrativa, que aqui vamos nos apoiar no que Certeau diz que se assemelha a uma arte de dizer:

Não se trata de abordar uma realidade (...) e fazer do texto aceitável, legítimo, pelo “real” que exhibe. Ao contrário, a história narrada cria um espaço de ficção. Ela se afasta do real, ou melhor, ela finge escapar às circunstâncias presentes (...) e precisamente desta maneira, mais que descrever um golpe, ela o realiza (...) o discurso então produz efeitos, não objetos, é narração, não descrição. (CERTEAU, 1994)

Essa arte de dizer permite que Josué escreva uma história que desestabiliza os consensos, utopias e generalizações através de uma crítica que como um relâmpago cria uma dinâmica que ativa outras histórias. Entre os rios do Recife e a cidade há a potência de outro limiar: os mangues. Os mangues se aproximam do que Certeau chamou de “lugar praticado” (CERTEAU, 1994), ou do que Careri chamou de “meio-lugar” (CARERI, 2013), ou como Milton Santos falou, uma “rugosidade” e “opacidades” na cidade. Esses conceitos todos nos ajudam a pensar a cidade como um acúmulo de tempos e sobrevivências: “a rugosidade é vinco, conjunto de rugas, marcas, memórias” (RIBEIRO. 2012).



Muito antes de Recife ser alcunhada por tantos nomes, ela cria suas bases em um território formado por raízes flutuantes e labirintos de lama. Em Recife, os mangues sofrem um esvaziamento de seu caráter de lugar, não são nem rio, nem cidade, mas que é presente como ausência, em variados tons, cores, discursos, imagens e narrativas. A memória inscrita no mangue passa a fazer parte dessa “interioridade” de cidade, do presente, fugindo das demarcações espaciais pautadas pelo benefício econômico. Josué de Castro se atém na relevância desse bioma a partir de uma perspectiva fundadora da cidade do Recife, que trás o faz “construir cidade” para um campo de abstração que afeta o real:

Não há, pois, a menor dúvida, que tôda esta terra que hoje flutua à flor das águas, na baía entulhada do Recife foi uma criação dos mangues. Os mangues vieram com os rios, e com os materiais por êstes trazidos foram os mangues laboriosamente construindo seu próprio solo, batendo-se em luta constante contra o mar. (CASTRO, 1967, p.15)

Aqui ele usa novamente uma prosopopeia que dá importância ao mangue retirando seu sentido de coisa e estabelecendo um novo estatuto do mangue não só como ecossistema biológico ou zona ambiental na cidade, mas como corpo ativo na construção de um imaginário sociocultural. Essa figura de linguagem esconde uma imagem de pensamento que cria um espaço de ficção que aparenta se subtrair a conjuntura, mas que articula um golpe invisível. A surpresa instaurada propõe a construção de uma cidade por um corpo que não é uno, é uma sociedade inteira: a sociedade dos mangues, ou sociedade dos caranguejos.

Josué em todo seu texto não deixa seu lado de sociólogo de lado, mas ainda assim, seus atravessamentos como muitos outros permite que o romance desenvolva uma poética que faz uma descontextualização que expande o repertório da cidade nesse entrever/transver Recife por diversas camadas e direções. Recife de Josué, se constrói em um terreno que não é nem terroso, nem aquoso, mas anfíbia, que tem suas raízes fincadas em uma “mistura incerta de terra e água”. Essa sociedade anfíbia resgata de Recife suas águas soterradas e mata a sede dos que precisam: o mangue é uma mãe, que nutre, cria e alimenta. Josué busca no mangue um mundo escondido, que vai criando uma cidade com senso estético próprio: que absorve e anula os efeitos dos contrastes que apartam as diferenças. Podemos até brincar com o jogo de nomes, e se perguntar se “Recife” se chamasse “Mangue” se os consensos seriam os mesmos, ou se a potência do mangue ganharia mais importância na história urbana consensual. Apesar disso, os “recifes” são irmãos de mesma mãe dos “mangues”, e é nessa zona difusa que começa a se desenvolver uma cidade irmã, cidade “Mangue”, onde os “Homens Caranguejos”, título do romance, habitam. Ficção da vida real, Josué expõe a realidade de uma das muitas cidades do Recife, a cidade onde habitam os



homens caranguejos.

Seres anfíbios - habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. (JOSUÉ DE CASTRO, 1967, p.16)

Mas não romantizemos a questão, o imaginário de lixo do mangue ainda é forte, e homem caranguejo, nem é de todo gente, o que faz persistir ainda uma precarização no campo da vida de quem vive do mangue. Esses homens se fazem corpo de carne de caranguejo em sua nutrição, com uma alimentação que é basicamente farinha e caranguejo. Os detritos desse homem voltam para o mangue e alimentam e nutrem os próprios caranguejos, em uma simbiose que caranguejo vira homem, homem caranguejo, onde a voz que orienta é a voz da maré. O mangue de Josué de Castro nos ensina que nenhuma destruição é absoluta e que a vida também reside no improvável - ou no que era visto como lixo. Os homens caranguejos são como os vaga-lumes de Manoel de Barros que se assemelham tanto aos de Didi Huberman, uma vida inquieta, luminescente, fraca, no sentido comum da palavra, mas que nos faz suspeitar de que tem algo que pulsa apesar das “grandes luzes” (HUBERMAN, 2012). Eles revelam um agenciamento onde as dicotomias de natureza e cultura ficam turvas - o homem caranguejo (cultura) se mistura com o mangue (natureza) como meio de resistir as luzes maiores que ofuscam os vaga-lumes. Nesse sentido, vale até falar dos homens caranguejos como *caranguejomens*⁴, tudo junto, de forma que a noção de natureza é sutilmente desnaturalizada. A hipótese é que esse ambiente difuso e simbiótico do mangue em tensão com o homem cria uma condição propícia para a produção de um outro regime de interação de corpos, que encontra nas frestas espaço para fazer seus vestígios sobreviverem.

Em “Documentário do Nordeste” (1965[1933]), Castro escreveu o conto “Cidade”, ele já elabora essa narrativa de uma cidade recife simbiótica que se descobre “reflexo confuso da fusão violenta de várias expressões culturais”. No conto “Ciclo do caranguejo”, ele deixa claro um pensamento que desloca a interpretação das relações entre os seres vivos e a cidade, entre natureza e cultura a partir do mangue, dos sertões e das periferias das cidades.

Os mangues do Capibaribe são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita

⁴ Em 1969, Jamilson Prazeres lança curta metragem “Caranguejomem” no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IscScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=029151&format=detailed.pft> Acesso em: 26 de maio de 2022



pro homem, com tudo para bem servi-lo, também o mangue foi feito especialmente pro caranguejo. Tudo aí, é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. (JOSUÉ DE CASTRO, 1965[1933], p.24)

“(...) o povo daí vive de pegar caranguejos, chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. (...) O que o organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez.” (JOSUÉ DE CASTRO, 1965[1933], p.24)

Potencializar a existência do manguezal, dos homens caranguejos e da “sociedade do mangue” parte de um esforço investigativo de narrativas que compõem ritmos e formas que permitem re-territorializar o homem e o caranguejo de forma a desestabilizar os consensos. “O homem se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque de caranguejo; mas o caranguejo se re-territorializa sobre esta imagem. O caranguejo se desterritorializa, no entanto, tornando-se ela mesma uma parte do homem”⁵ (DELEUZE, 1994 [1985]). João Cabral de Melo Neto também contribui para esse pensamento simbiótico presente na sociedade do mangue em “O Cão sem Plumaz”:

Na paisagem do rio / difícil é saber / onde começa o rio; / onde a lama / começa do rio; / onde a terra / começa da lama; / onde o homem, / onde a pele / começa da lama; / onde começa o homem / naquele homem (CABRAL DE MELO NETO, 2007).

A “sociedade do mangue” de Josué, apesar de preceder muito a Chthulucene de Donna Haraway⁶, já considerava uma relação simbiótica de coabitação interdependente entre natureza e cultura, entre mangue e homem. Para ele, o mundo circundante que envolve Recife, “com seus acidentes geográficos e sua atmosfera sempre em vibração” é o que dá

⁵ Deleuze, em Mil Platôs, no seu texto sobre Rizomas, faz uma analogia de uma orquídea com uma vespa, e da troca relacional entre os dois corpos, uma captura o código do outro, e se recria a partir do outro. Aqui eu tomo liberdade de fazer uma brincadeira com o que é proposto pelos mesmos, usando como elementos de tensão o homem e o caranguejo de Josué de Castro, considerando que tanto o caranguejo, como o homem - nessa específica relação - se significam, re significam através um do outro. (DELEUZE, 1994 [1985])

⁶ Donna Haraway elabora uma crítica a teoria evolutiva, através de uma “revolução involucionária” que sugere a necessidade de observar como a história vem sendo narrada - tanto pelas artes, quanto pelas ciências e pela política de forma transversal e simbiótica. O que ela sugere pode ser descrito por vários termos: simpoiese, um conhecimento histórico situado, uma performance cosmológica, mundos da arte da ciência, e todas outras contaminações convocadas por essas palavras. Para isso, ela cria uma ficção, o “Chthulucene”, uma espacialidade/temporalidade de potência que não se fecha em si mesma, um sistema aberto de relações, uma encruzilhada, onde os modos de pensar/fazer/narrar se atravessam em uma relação de interdependência que onde mundos diversos e férteis não só coabitam, mas também se relacionam.



sentido e personalidade a Recife. As corporalidades se constroem, tanto socialmente, como historicamente, em uma simbiose com todo esse ecossistema fértil que é o mangue:

Os mangues iam, assim, se apoderando da vida de toda aquela gente numa posse lenta, tenaz, definitiva. Estas estranhas plantas que, em eras geológicas passadas, se tinham apoderado de toda essa área de terra - esta fossa pantanosa onde hoje assenta a cidade do Recife - estendia agora sua posse também aos seus habitantes. E tudo nesta região passava a pertencer ao mangue conquistador e dominador: tanto a terra como o homem. (JOSUÉ DE CASTRO, 1967, p.13)

O mangue se reivindica, se entranha, rompe com as fronteiras com suas raízes labirínticas e pneumatóforas. Decompõe por inteiro, para então se compor outra coisa - e neste trabalho, ele se entranha em escrita e em método, assim como, na escolha das formas representativas não necessariamente seguindo padrões acadêmicos esperados. O mangue, assim como esse trabalho, e sua escrita, anda pelos limiares desviando fluxos e conjugando desterritorializações, sem início, nem fim, adquirindo velocidade no intermezzo, e transbordando pelas fronteiras.

“Rios, pontes e overdrives, impressionantes esculturas de lama!”⁷

Josué de Castro sem saber alçava combustível para um pensamento que veio insurgir como manifestação cultural mais tarde nos anos 90. O manguebeat, também conhecido como “movimento mangue”, começou como uma brincadeira de amigos, fruto de encontros de Chico Science, Fred Zero Quatro e outros em uma antiga soparia, de Roger de Renoir, na Rua da Moeda. Chico era vocalista da banda Nação Zumbi, e Fred da banda Mundo Livre S/A, e diferente da obra de Castro, que foi abafada pela ditadura militar, o movimento manguebeat abre espaço na cena cultural musical de Pernambuco e do Brasil para o resgate dos “vaga-lumes” do mangue, como expressão de resistência, usando da música para compor as ausências abafadas de uma cidade.

Em 1992, Fred Zero Quatro, lança o “Manifesto dos Caranguejos com Cérebro”, que foi impresso no encarte do disco “Da lama ao caos”, da Nação Zumbi em 1994. O manifesto nasce como um vestígio, fazendo uma referência direta à obra de Castro, primeiro a partir de seu nome, “caranguejos com cérebro”, que se relaciona com os “homens caranguejos”, relacionando características humanas com a figura do caranguejo, e segundo pela presença de uma cidade encarnada no mangue como construtor de uma corporalidade que aqui vamos chamar de cidade-mangue. Se trata de, como Fabiana nos chama atenção de uma

⁷ Trecho da música “Da Lama Ao Caos”, lançada no disco “Da lama ao caos” da banda Nação Zumbi, com letra de Chico Science em 1994.



configuração mútua de corpo e cidade (JACQUES; BRITTO, 2012), e que sinaliza para nós que o corpo é lugar de inscrição de uma memória viva (PEREIRA, 2000).

Mas que cidade é essa? O que mudou desde a sociedade dos caranguejos de Josué de Castro? O manifesto resgata o cidadão híbrido, do mundo, que se desloca em diálogo com uma zona difusa, tensionando dicotomias como lama e o caos; mangue e cidade. Carregando de pluralismos, o manifesto desestabiliza os consensos e é dividido em três partes: Mangue, o conceito; Manguetown, a cidade; Mangue, a cena. Na primeira parte do manifesto o mangue é narrado através de um resgate da qualidade de fertilidade do mangue como espaço de criação e de nascimento de diversas espécies. O tensionamento com a cidade acontece a partir da segunda parte – Manguetown, a cidade –, que consiste em revisar a crítica de Josué de Castro através de uma narrativa irônica que põe em disputa a *metrópole* com os mangues como fica claro na segunda parte do manifesto:

A planície costeira onde a cidade do Recife foi fundada é cortada por seis rios. Após a expulsão dos holandeses, no século XVII, a (ex)cidade *maurícia* passou desordenadamente às custas do aterramento indiscriminado e da destruição de seus manguezais; Em contrapartida, o desvairio irresistível de uma cínica noção de *progresso*, que elevou a cidade ao posto de *metrópole* do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade; Bastaram pequenas mudanças nos ventos da história, para que os primeiros sinais de esclerose econômica se manifestassem, no início dos anos setenta. Nos últimos trinta anos, a síndrome da estagnação, aliada a permanência do mito da *metrópole* só tem levado ao agravamento acelerado do quadro de miséria e caos urbano. (FRED ZERO QUATRO, 1992)

Em sua terceira e última parte o manifesto expõe uma Recife doente, com as veias obstruídas, através de uma narrativa crítica e ousada que utilizava de imagens e metáforas para denunciar a urgência em movimentar a cidade: “Um choque rápido ou o Recife morre de infarto”, “O modo mais rápido, também, de infartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários“. Não por acaso, no mesmo período a cidade vivia uma baixa produção cultural. A solução apontada por Zero Quatro foi “injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife“. A imagem da lama sendo alimentada por energia seria, para o movimento mangue, seria o ponto de inflexão que alavanca uma série de produções artísticas e culturais que desestabilizavam os consensos.

O movimento mangue se apropria da imagem do mangue como berçário de ritmos, sons, texturas, sabores, cheiros, e uma série de indicadores que nos remetem a Recife “cidade” que foi narrada por Josué de Castro. O objetivo é “colapsar” os consensos com essa imagem e conectar “as boas vibrações do mangue” com o mundo, usando como imagem símbolo uma antena parabólica enfiada na lama. A imagem que símbolo carrega é o próprio



manifesto, ousada, malandra como caranguejo que saiu da lama para o asfalto, nos mostra que a relação entre natureza e cultura, mangue e cidade, a lama e a antena parabólica pode ser pensada como um engajamento social.

O manifesto se conclui na terceira parte “Mangue, a cena”, expondo a urgência da questão, que se antes era agudo, agora se trata de um problema crônico e inacabado quando diz O modo mais rápido, também, de infartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários. Da miséria e fome dos homens caranguejos de Josué de Castro aos caranguejos com cérebro de Fred e Chico, até a atualidade, é possível perceber uma mudança no imaginário e em como a cidade se relaciona com o mangue, mas a cidade-mangue ainda se encontra em uma zona limítrofe.

Hoje, 30 anos após o lançamento do manifesto, o poder municipal se esforça em positivar a imagem do mangue na cidade desenvolvendo políticas de proteção ambiental⁸ e projetos de integração com o rio⁹. Apesar da concordância em afirmar a presença do mangue na cidade, há um embate em como o projeto vem sendo executado com a proteção ambiental. À exemplo da execução do Parque Capibaribe, em que houve um desmatamento¹⁰ de uma área de mangue maior do que o previsto, denunciando a fragilidade e desatenção a complexidade das questões que surgem da relação muito particular entre o mangue e a cidade, no Recife. A questão é que ainda há um fundamentalismo, no caso aqui, ambiental, entranhado nos nossos modos de fazer cidade que “respingam” na parte de execução dessas ações. Por isso, se faz necessário dar profundidade histórica, social e biológica a essa relação para não cair no conto progressista da metrópole. É um processo de investigação na área de gestão, que mora principalmente naquilo que não é possível tocar, nem ver, mas está tanto no território, como na memória, nas histórias, nas ausências, nos vestígios, nas práticas cotidianas, nas questões que emergem da lama, de seus habitantes

⁸ A partir do governo de Gustavo Krause em Pernambuco, do partido PDS, que em 1986 foi responsável por sancionar a Lei N° 9.931/86, que define como áreas de proteção ambiental (APAs). As APAs têm como objetivo “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação do solo, preservar paisagens notáveis e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. As áreas estuarinas (zonas de mangue) do Estado de Pernambuco fazem parte das, atualmente, mais de 20 APAs. Disponível em: <http://www2.cprh.pe.gov.br/fauna-e-flora/unidades-de-conservacao/uso-sustentavel/area-de-protecao-ambiental/> Acesso em: maio/2022

⁹ O Projeto do Parque Capibaribe, desenvolvido pelo I Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), através da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), intenta revolucionar “a forma como as pessoas vivem o Recife ao reconectá-las com as águas do rio Capibaribe, resgatando a bacia hidrográfica como espinha dorsal da cidade através de áreas de lazer, descanso e bem estar”. O projeto prevê 30km de extensão de parque ao longo do rio, favorecendo um total de 44 bairros, com o objetivo de integrar a comunidade com o rio.

¹⁰ MPPE investiga desmatamento de área verde na construção do Parque das Graças, no Recife. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/04/12081596-mppe-investigacao-desmatamento-de-area-verde-na-construcao-do-parque-das-gracas-no-recife.html> Acesso em: julho/2022



– humanos, ou não.

Em suas canções Chico denuncia a fragilidade dessa metrópole que nega suas ausências incorporando o passado através de um grito afirmativo que parte de uma visão atenta a experiências de cidade aparentemente contraditórias, mas que juntas, como arte, são uma potência de uma alteridade outra: a experiência do mangue em simbiose com o caos da cidade. Na abertura do “Da lama ao caos”, Chico Science fala que “modernizar o passado é uma evolução musical”, a música, assim como a poesia, tem um cadenciamento pulsante que se desloca por rugosidades, colocando em questão a forma como a sociedade se relaciona com seu cotidiano, logo, com a cidade. A importância da movimentação afirmativa do movimento mangue.

O manguebeat tenciona isso e diz: Recife, cidade do mangue, “dos rios, pontes e overdrives”, onde “impressionantes esculturas de lama” são insurreição; onde os homens-caranguejos precisam morar em “um bairro sujo”¹¹ onde seu quintal é manguetown. Através de diversas metáforas as músicas que se relacionam com o movimento mangue narram uma Recife de temperamento forte e corporalidades pulsantes. A cidade-mangue vive, e vive principalmente na voz dos “homens caranguejos” de hoje, a exemplo de Kcal Gomes, poeta e “traficante de livros”, como o mesmo de denomina, morador da comunidade do Bode, uma das comunidades ribeirinhas ainda existentes, idealizou em 1995 a “Livroteca Brincante do Pina”, segue até hoje. A Livroteca tem como foco o incentivo a leitura e integração artística para crianças da comunidade, dando complexidade social e aproximando a relação das crianças com o território que elas pertencem – o rio, o mangue e a cidade -, a Livroteca se faz assim um espaço de produção de memória e relações outras. Esse é apenas um exemplo de uma iniciativa que nasceu nas frestas de uma comunidade, contando até com reconhecimento nacional, mas que ainda assim precisa resistir para existir por falta de incentivo municipal.

O debate é extenso, e dito isto é evidente como tanto a sociedade do mangue de Josué de Castro, assim como seu eco no movimento manguebeat marcam a experiência urbana atual nos ajuda a repensar a cidade sob outros termos e recuperar valores culturais, memórias e alternativas para que a vida possa fruir de forma mais digna. Cidade-mangue e homens caranguejo nos ajudam a reimaginar nossos corpos e a compreender a complexidade de processos urbanos contemporâneos, nos mostrando que o que pensamos ser natureza

¹¹ Trecho da música “Manguetown”, lançada no disco “Da lama ao caos” da banda Nação Zumbi, com letra de Chico Science em 1994.



também é um processo histórico e social passível a articulações múltiplas. É possível reinventar as cidades.

Referências

BARROS, Manoel de. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya. 2010.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMUS, Albert. **Diário de viagem / Albert Camus; tradução Valerie Rumjanek. – 1. ed.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: G. Gili, 2013

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 10 Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste. 3ª ed.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965

CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. “Rizoma” in **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Trad. Vera Casa Nova e Márica Arbex. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana. **Cenografias e Corpografia Urbanas: um diálogo sobre as relações entre o corpo e cidade** in Cadernos PPG-AU/UFBA Vol. 7, edição especial - Paisagens do Corpo. SALVADOR: EDUFBA. 2008

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana. **Corpo & Cidade: Coimplicações em processo** in Revista UFMG, v.19, n.1 e 2, p. 142-155. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

PEREIRA, Margareth da Silva. **Corpos escritos, paisagem, memória e monumento: visões da identidade carioca** in Revista do programa de pós-graduação em artes visuais. Rio de Janeiro: EBA, UFRJ, 2000.



PEREIRA, Margareth da Silva. **Dos conceitos de cidade ou pequeno manifesto em favor de objetos múltiplos, indecisos e fluídos**. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo X. Recife: MDU/UFPE, 2008.

PEREIRA, Margareth da Silva. **Pensar por nebulosas** in Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar / Paola Berenstein Jacques, Margareth da Silva Pereira (org.). – Salvador: EDUFBA, 2018.

PEREIRA, Margareth da Silva. **Narrar por transversalidades I** in Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo III – modos de narrar / Paola Berenstein Jacques, Margareth da Silva Pereira (organizadoras). – Salvador: EDUFBA, 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades** in Redobra, n. 9, p. 58-71. Salvador: EDUFBA, 2012.





S U U B

SEMINÁRIO URBANISTAS E
URBANISMO NO BRASIL



<https://suub52022.wixsite.com/inicio>

Realização:



EFLCH
Escola de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas



Apoio:

